



FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ESPECIALIDADE DE HISTÓRIA E TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A GEOPOLÍTICA E O COMPLEXO DE SEGURANÇA NA ÁSIA ORIENTAL:
QUESTÕES TEÓRICAS E CONCEPTUAIS

Luis José Rodrigues Leitão Tomé

Orientador:
Prof. Doutor José Manuel Pureza



Abril 2010

Com Apoio da Fundação para a
Ciência e Tecnologia (FCT)
Ref. SFRH/BD/28976/2006

Prólogo e Agradecimentos

Este trabalho foi redigido durante os últimos quatro anos ao mesmo tempo que mantive uma estimulante e muito enriquecedora actividade docente e académica, culminando uma longa, extensa e laboriosa investigação que começou muito antes de ter iniciado este Doutoramento, ainda no modelo “pré-Bolonha”. São, pelo menos, quinze anos de estudo dedicados especificamente à Ásia Oriental, à geopolítica e à segurança internacional, contando apenas desde que comecei a leccionar “Bacia do Pacífico” na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e que, entretanto, passou pela elaboração de uma dissertação de Mestrado em Estratégia no ISCSP-UTL, intitulada, precisamente, “A Segurança e a Estabilidade no Noroeste na Bacia do Pacífico” (1999), além de inúmeras publicações, aulas e conferências dedicadas a estas matérias. Das minhas experiências formativas e extraordinariamente úteis para o trabalho que agora se apresenta, destaco o ensino e a partilha de conhecimentos na UAL, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), no Curso de Defesa Nacional do IDN, na Academia da Força Aérea e no Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA) de Aveiro, bem como as “aulas abertas” na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e da Universidade do Minho e as muitas conferências em muitas outras instituições nacionais e estrangeiras. Outras experiências importantes que marcaram o meu percurso foram as de Assessor no Parlamento Europeu e investigador da NATO.

Altamente enriquecedor tem sido também o “envolvimento” com muitos grupos académicos e intelectuais nacionais, incluindo o OBSERVARE—Observatório de Relações Exteriores da UAL, o Instituto da Defesa Nacional (IDN), o Instituto Internacional de Macau (IIM), o Centro Português de Geopolítica (CPG), o Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e as várias revistas especializadas cujo Conselho Editorial tenho a honra de integrar (*Janus-Anuário de Relações Exteriores; Nação e Defesa; Segurança e Defesa, Portuguese Journal of International Affairs, Geopolítica e Janus.net.e-Journal of International Relations*). Para os meus conhecimentos e as reflexões apresentados nesta dissertação, foram ainda particularmente relevantes os contactos mantidos com personalidades e entidades estrangeiras, nomeadamente, dos Estados Unidos: *International Studies Association (ISA)- Comparative and International Studies Section (CISS); US Department of State; US Department of Defense; US Senate (Foreign Relations Committee); Library of Congress (Asian Division); Central Intelligence Agency (CIA); National Security Council (NSC); U.S. Mission to the United Nations; National Defense University (NDU), Institute for National Strategic Studies (INSS); Council on Foreign Relations; Center for American Progress; The Heritage Foundation; Georgetown University*

(Edmund A. Walsh School of Foreign Service, Center for Eurasian, Russian and East European Studies, Center for Peace and Security Studies e Asian Studies Program); George Washington University; University of Virginia; John Hopkins University (The Paul H. Nitze School of Advanced International Studies [SAIS]); The Brookings Institution; National Committee on American Foreign Policy; Naval Postgraduate School (California-USA); Monterey Institute of International Studies (Center for East Asian Studies e Center for Nonproliferation Studies); Stanford University (Bechtel International Center e Hoover Institute); University of California, Berkeley (Institute of Slavic, East European, and Eurasian Studies e Institute of East Asian Studies); Nautilus Institute; Arizona State University; US Navy War College; Boston University; Harvard University (Davis Center for Russian and Eurasian Studies, Fairbank Center for East Asian Research e John Olin Institute for Strategic Studies); e Universidade de Kobe-Japão.

Nesta fase do meu percurso e ao culminar a redacção desta dissertação são, portanto, muitos os agradecimentos que devo:

Ao Prof. Doutor José Manuel Pureza, pelo privilégio que me concedeu ao aceitar Orientar esta Dissertação, pelos muitos conhecimentos que me emprestou e pelos constantes desafio, incentivo, espírito crítico, comentários e sugestões muito úteis que me levaram a ir mais além nas minhas reflexões.

Ao Prof. Doutor Robert Sutter, da *Georgetown University*, autêntico co-Orientador desta tese e cujos vastos conhecimentos da Ásia têm sido desde há muito fonte segura de enriquecimento intelectual, bem como pelos contactos que me propiciou e laços pessoais e académicos que constituem um estímulo adicional.

Institucionalmente, os primeiros agradecimentos são devidos à FEUC, pela honra que me deu ao acolher esta dissertação e pelas condições que propiciou para eu fazer e concluir este Doutoramento; à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pelo apoio com uma Bolsa de Doutoramento; e à UAL, pelo apoio e incentivo para concluir o Doutoramento e disponibilizando na respectiva Biblioteca todos os elementos por mim solicitados e que foram indispensáveis neste estudo.

Ao Departamento de Estado dos EUA e à Embaixada Americana em Lisboa que, convidando-me ao abrigo do *International Visitor Leadership Program* (IVLP), me permitiram conhecer e contactar dezenas de personalidades e instituições nos EUA, desde 2005; à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) que, em conjunto com a FCT, apoiou um novo período de investigação e de contactos nos EUA, em 2007; e ao Instituto Internacional de Macau (IIM), por me ter convidado a ir a Macau, Hong Kong e China, permitindo-me conhecer melhor essas realidades e estabelecer contactos valiosos com personalidades e instituições locais.

Ao VAlm. António Emílio Sacchetti - com quem partilhei durante anos a docência de “Bacia do Pacífico” na UAL - e ao Prof. Doutor Políbio Valente de Almeida - grande vulto da geopolítica nacional e meu antigo Orientador de Mestrado - duas personalidades que marcaram indelevelmente o meu percurso e que, infelizmente, já não estão entre nós, embora se perpetuem pelo seu extraordinário legado e pelos muitos admiradores em que me incluo.

A todos os outros professores e colegas que comigo partilharam os seus muitos conhecimentos e reflexões, a grande maioria dos quais contribuiu suplementarmente com um ensaio para a obra “East Asia Today” (2008) que tive a honra de coordenar: Profª. Maria Raquel Freire, Cor. Alexandre Carriço, Dr. Carlos Gaspar, Drª. Diana Santiago de Magalhães, Dr. Nuno Santiago de Magalhães, Profª. Cármen Amado Mendes, Prof. Nuno Canas Mendes, Dr. Henrique Morais, Prof. Miguel Santos Neves, Dr. Rui Paiva, Dr. Rui P. Pereira, Dr. José Félix Ribeiro, Prof. Heitor Barras Romana, Dr. Jorge Tavares da Silva, Prof. Luís Moita, Cor. Mendes Dias, Gen. Pezarat Correia, Prof. Armando Marques Guedes, Dr. Jorge Rangel, Gen. Garcia Leandro, Gen./Prof. Freire Nogueira, Dr. José Pacheco Pereira e Profª. Ana Paula Brandão. Certamente que todos encontrarão nesta dissertação muitos dos seus contributos, ideias e visões, justificando-se aqui verdadeiramente as referências ao “nós” ao longo do trabalho.

Aos Conselheiros das Embaixadas dos EUA, da Federação Russa, da RPChina e do Japão que comigo foram partilhando as suas perspectivas.

Ao Bruno Filipe, à Rita Duarte e à Laura Santos pelo diligente auxílio na composição gráfica. Às técnicas da Biblioteca da UAL, em particular a Drª Madalena Mira e a Drª Marta Lourenço Silva, pelos conselhos e revisão da bibliografia.

E aos meus alunos e auditores por ajudarem a manter a permanente inquietação intelectual e a vontade de saber mais e de partilhar conhecimentos mútuos.

A palavra final vai para o meu filho, Pedro, e para a minha mulher, Paula Monge Tomé, agradecendo-lhes a paciência e a indispensável cobertura familiar e aproveitando para me desculpar pelas longas, demasiado longas “ausências” provocadas pela elaboração desta dissertação. A vocês dedico o meu esforço e este trabalho.

A todos, o meu Muito Obrigado.

Abril de 2010

Abstract

In order to analyze the geopolitics and the security complex of East Asia we consider in this work what we call of “eclectic approach”. The key argument is that none of the conventional paradigms can capture all the aspects or supplies analytical and clarifying pictures that answer to all the complexity of the politics and the international security, for what an alternative approach is needed to bridge the gap between theory and the reality.

The international system, the geopolitics and the security complex in Eastern Asia are mutant as they are also a product of the interplay of power, interests, economic interdependence, institutions, history, and ideas both to the unit-level and the structure level. Taking together, these aspects demonstrate the relevancy of the eclectic approach: by not alienating *a priori* aspects that if disclose essential, generating new perspectives about “natural expectations”, combining different explanations, increasing “problem solving” capabilities and creating connections among variables emphasized by various research traditions.

The power structure in East Asia is a hybrid system that includes elements of hegemony, American-sinic centrism/bipolarity, and multipolarity. However, the relative security and regional stability in recent years, as well as the behaviors of the actors and the interactions between them are solely far from being based on power games. In fact, the political regimes, the economics, the institutions and the ideas such as “nationalism”, “Asian values” or “East Asia Community” also have a deep impact, including in the process of regionalism and regional identity under construction. The meaning of each one and the set of these aspects is, however, ambivalent – most actors compete with and hold each other in check, but they also maintain coordination and practical cooperation in their mutual relationships, in a regional pattern of containment and engagement

On the other hand, instead of a defined system of security in East Asia, what exists today is a security complex made up of co-existing systems, such as *competitive security*, *common security*, *cooperative security* and even a *security community*.

Resumo

A fim de analisar a geopolítica e o complexo de segurança na Ásia Oriental, propomos e tentamos validar neste estudo o que denominamos por “Abordagem Eclética”. O argumento é que nenhum dos paradigmas teóricos convencionais fornece quadros analíticos e explicativos que respondam a toda a complexidade da política e da segurança internacional, menos ainda sobre a complexa e volátil Ásia Oriental, pelo que se torna imprescindível uma abordagem alternativa que, pragmaticamente e sem constrangimentos cognitivos, permita preencher o hiato entre a teorização e a realidade.

Radicados na geografia e na história, mas sem serem determinados por elas, o sistema internacional, a geopolítica e o complexo de segurança na Ásia Oriental não só não são imutáveis como são o produto da inter-relação de poder, interdependência económica, normas, instituições, interesses, valores, ideias, relações sociais e identidades em permanente transformação; de factores materiais, sociais e ideacionais nos níveis quer das unidades/actores quer sistémico e nos contextos tanto internos como internacional. Este composto demonstra a pertinência da abordagem eclética: não alienando *a priori* aspectos que se revelam essenciais, “desnaturalizando” expectativas, combinando diferentes hipóteses explicativas, resolvendo problemas de análise e aproveitando o potencial das complementaridades a partir de estruturas cognitivas diferenciadas.

A estrutura de poder na Ásia Oriental assume uma configuração híbrida e muito complexa onde se conjugam elementos de hegemonia, americano-sino centrismo/bipolaridade e ainda multipolaridade. O padrão das interacções regionais é igualmente complexo e bastante ambivalente e inclui competição e cooperação simultâneas e políticas e estratégias multi-dimensionais, multi-instrumentais e omni-direccionais.

Numa agenda de segurança regional alargada que soma às ameaças “tradicionais” um vasto leque de preocupações “não convencionais”, a principal referência de segurança continua a ser o Estado, enquanto os valores e interesses vitais a serem seguros são a sobrevivência política e a prosperidade. Quanto ao complexo de segurança regional, conjuga aspectos de segurança competitiva, de segurança comum, de segurança cooperativa e até de comunidade de segurança.

Palavras-chave

Ásia Oriental, Segurança, Geopolítica, Abordagem Eclética, História, Teoria, Relações Internacionais, China, Estados Unidos, Japão, Coreia, ASEAN, Rússia, Guerra-Fria

Acrónimos

6PT: *Six Parties Talks/ Conversações a Seis*
AAS/ASA: *Associação da Ásia do Sudeste/ Association of Southeast Asia*
AASROC: *Asian-African Sub-Regional Organisations Conference*
ABM: *Anti-Balistic Missile*
ACD: *Asia Cooperation Dialogue*
ACFTA: *ASEAN-China Free Trade Area*
ACU: *Asian Clearing Union*
ADB: *Asian Development Bank*
ADM: *Armas de Destruição Massiva*
ADMM: *ASEAN Defense Ministers Meeting*
AFTA: *ASEAN Free Trade Area*
AGNU: *Assembleia-Geral das Nações Unidas*
AIEA: *Agência Internacional da Energia Atômica*
AIIB: *Anti-Imperialist International Brigade (Japão)*
AIPA: *ASEAN Inter-Parliamentary Assembly*
AMED: *Asia-Middle East Dialogue*
APA: *Asian Parliamentary Assembly*
APCAEM: *Asian and Pacific Centre for Agricultural Engineering and Machinery*
APCDC: *Asia-Pacific Conference of Defense Chiefs*
APCICT: *Asian and Pacific Training Centre for Information and Communication Technology for Development*
APCSS: *Asia-Pacific Center for Security Studies*
APCTT: *Asian and Pacific Centre for Transfer of Technology*
APD: *Ajuda Pública ao Desenvolvimento*
APEC: *Asia Pacific Economic Cooperation*
APN: *Assembleia Popular Nacional (RPChina)*
APODETI: *Associação Popular Democrática de Timor*
APP: *Asian-Pacific Partnership on Clean Development and Climate*
APPF: *Asia Pacific Parliamentary Forum*
APR: *Asia Pacific Region*
ARF: *ASEAN Regional Forum*
ASAT: *Anti-Satellite*
ASBM: *Anti-Ship Ballistic Missile*
ASCM: *Anti-Ship Cruise Missile*
ASDT: *Associação Social Democrata Timorense*
ASEAN: *Association of SouthEast Asian Nations*
ASEAN+3: *ASEAN mais RPChina, Japão e Coreia do Sul*
ASEAN-PMC: *ASEAN-Post Ministerial Conferences*
ASEM: *Asia-Europe Meeting*
ASM: *Air-to-Surface Missile*

B(T)WC: *Biological (and Toxin) Weapons Convention*
 BFA: *Boao Forum For Asia*
 BIT: *Bilateral Investment Treaty*
 BM: Banco Mundial
 C4ISR: *Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance*
 CAEC: *Council for Asia-Europe Cooperation*
 CAEM/COMECOM: *Comité de Assistência Económica Mútua*
 CAPSA: *Centre for Alleviation of Poverty through Secondary Crops' Development in Asia and the Pacific*
 CAVR: *Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste*
 CBP: *Bureau of Customs and Border Protection dos Estados Unidos*
 CE : *Comunidade/Comissão Europeia*
 CEI : *Comunidade de Estados Independentes*
 CENTO: *Central Treaty Organization*
 CEPEA: *Comprehensive Economic Partnership in East Asia*
 CGDK: *Coalition Government of Democratic Kampuchea*
 CIA: *Central Intelligence Agency (Estados Unidos)*
 CIC: *Comissão Internacional de Controlo*
 CICA: *Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia*
 CMC: *Comissão Militar Central (da RPChina)*
 CMI: *Chiang Mai Initiative*
 CMIM: *Chiang Mai Initiative Multilateralization*
 CNS: *Conselho Nacional Supremo do Camboja*
 CPCC: *Congresso do Partido Comunista Chinês*
 CPCPC: *Conferência Política Consultiva Popular Chinesa*
 CSCAP: *Council/Committee on Security Cooperation in the Asia-Pacific*
 CSCE: *Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia*
 CSI: *Container Security Initiative*
 CSNU: *Conselho de Segurança das Nações Unidas*
 CTBT: *Comprehensive Test Ban Treaty*
 CWC: *Chemical Weapons Convention*
 DART: *Disaster Assistance Response Team*
 DoD: *Department of Defense*
 DPJ: *Democratic Party of Japan*
 DPP: *Democratic Progressive Party (Taiwan)*
 DPRK: *Democratic Popular Republic of Korea*
 EABER: *East Asian Bureau of Economic Research*
 EAF: *East Asia Forum*
 EAFTA: *East Asian Free Trade Area*
 EAI: *Enterprise for ASEAN Initiative (Estados Unidos)*
 EAS: *East Asia Summit*
 EASG: *East Asia Study Group*
 EASR: *East Asia Strategic Report/Review (Estados Unidos)*
 ECO: *Economic Cooperation Organization*
 EOR: *Extremo-Oriente Russo*
 EPL/PLA: *Exército Popular de Libertação/People's Liberation Army (RPChina)*
 ERIA: *Economic Research Institute of ASEAN and East Asia*
 ETIM: *East Turkestan Islamic Movement*
 ETLO: *Eastern Turkistan Liberation Organization*
 EUA / USA: *Estados Unidos da América / United States of America*
 EURASEC: *EurAsian Economic Community*
 EVJ/JRA: *Exército Vermelho Japonês / Japanese Red Army*
 FAD: *Forças de Auto-Defesa do Japão*
 FALINTIL: *Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste*

FEALAC: *Forum for East Asia and Latin-America Cooperation*
 FMI: *Fundo Monetário Internacional*
 FNLV: *Frente Nacional para a Libertação do Vietname*
 FRETILIN: *Frente Revolucionária de Timor Leste Independente*
 FTA: *Free Trade Area / Agreement*
 FTAAP: *Free Trade Area of the Asia-Pacific*
 FUNCINPEC: *Front Uni National pour un Cambodge Indépendant, Neutre, Pacifique et Coopératif*
 G-8: *Grupo dos Oito países mais industrializados do mundo*
 GATT: *General Agreement on Tariffs and Trade*
 GCC: *Gulf Cooperation Council*
 GCNUB / NCGUB: *Governo de Coligação Nacional da União da Birmânia / National Coalition Government of the Union of Burma*
 GI: *Global Initiative To Combat Nuclear Terrorism*
 GSP: *Generalized System of Preferences*
 GWOT: *Global War on Terror*
 HRIC: *Human Rights in China (RPCChina)*
 ICBM: *Intercontinental-Range Ballistic Missile*
 ICNND: *International Commission on Nuclear Non-Proliferation and Disarmament*
 IDE: *Iniciativa de Defesa Estratégica*
 IEA: *International Energy Agency*
 INTERFET: *International Force for East Timor*
 IORARC: *Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation*
 IPEEC: *International Partnership for Energy Efficiency Cooperation*
 IPF-SSG: *Inter-Parliamentary Forum on Security Sector Governance*
 IQ: *Iniciativa Quadrilateral*
 IRBM: *Intermediate-Range Ballistic Missile*
 ISAF: *International Security Assistance Force*
 KCIA: *Korean Central Intelligence Agency*
 KEDO: *Korean Energy Development Organization*
 KMT: *Kuomintang (República da China - Taiwan)*
 KNUFNS: *Kampuchean National United Front for National Salvation*
 KPNLF: *Khmer People's National Liberation Front*
 LACM: *Land Attack Cruise Missile*
 LDP: *Liberal Democratic Party (Japão)*
 LJCC: *Liga da Juventude Comunista Chinesa*
 LND: *Liga Nacional para a Democracia (Birmânia/Myanmar)*
 LWR: *Light-Water Reactors*
 MaRV: *Maneuvering Re-entry Vehicle*
 MBFR: *Mutual and Balanced Forces Reduction*
 MCC: *Millenium Challenge Corporation*
 MEPI: *Midle East Partnership Initiative*
 MFA: *Ministry of Foreign Affairs*
 MIRV: *Multiple Independently Targeted Re-entry Vehicle*
 MND: *Ministry/Minister of National Defense*
 MNE: *Ministério/Ministro dos Negócios Estrangeiros*
 MOFA: *Ministry/Minister of Foreign Affairs (Japão)*
 MOOTW: *Military Operations Other Than War*
 MR: *Military Region*
 MRBM: *Medium-Range Ballistic Missile*
 MRC: *Mekong River Commission*
 MRL: *Multiple Rocket Launcher*
 MTCR: *Missile Technology Control Regime*
 NAASP: *New Asian-African Strategic Partnership*
 NATO: *North Atlantic Treaty Organization*

NEACD: *Northeast Asia Cooperation Dialogue*
 NEASCD: *Northeast Asia Security Cooperation Dialogue*
 NSC: *National Security Council* (Estados Unidos)
 NSS: *National Security Strategy*
 OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
 OLP: Organização de Libertação da Palestina
 OMC / WTO: Organização Mundial do Comércio / *World Trade Organization*
 ONG: Organização Não Governamental
 ONU: Organização das Nações Unidas
 OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo
 OSCE: Organização de Segurança e Cooperação Europeia
 OTSC: Organização do Tratado de Segurança Colectiva
 PACC: *Pacific Armies Chief-of-staff Conference*
 PAFCC: *Pacific Air-force Chief-of-staff Conference*
 PAFTAD: *Pacific Trade and Development Conference*
 PAMS: *Pacific Armies Management Seminar*
 PAP: *People's Action Party* (Singapura)
 PAP: Polícia Armada Popular (RPChina)
 PASOLS: *Pacific Armies Senior Officer Logistics Seminar*
 PBEC: *Pacific Basin Economic Council*
 PBPS: Partido Birmanês do Programa Socialista
 PBSC: *Politburo Standing Committee*
 PCB: Partido Comunista Birbamês
 PCC: Partido Comunista Chinês
 PCUS: Partido Comunista da União Soviética
 PDK: Partido Democrático do Kampuchea
 PECC: *Pacific Economic Cooperation Council*
 PIB: Produto Interno Bruto
 PIF: *Pacific Islands Forum*
 PLAAF: Força Aérea do Exército Popular de Libertação (RPChina)
 PM: Primeiro-Ministro
 PNAC: *Project for the New American Century*
 PNUD/UNDP: Programa das Nações para o Desenvolvimento / *United Nations Development Programme*
 PPP: Paridades de Poder de Compra
 PPRK: Partido Popular Revolucionário do Kampuchea
 PRPM: Partido Revolucionário Popular Mongol
 PSI: *Proliferation Security Initiative*
 PUN: Partido da Unidade Nacional (Birmânia/Myanmar)
 QDR: *Quadrennial Defense Review* (Estados Unidos)
 RAE: Região Administrativa Especial (RPChina)
 RAEHK: Região Administrativa Especial de Hong Kong
 RAEM: Região Administrativa Especial de Macau
 RAM/RMA: Revolução dos Assuntos Militares/*Revolution in Military Affairs*
 RBA: *Revolution in Business Affairs*
 ROK: *Republic of Korea*
 RPC: República Popular da China
 SAARC: *South Asian Association for Regional Cooperation*
 SAEU: *South Asian Economic Union*
 SALT: *Strategic Arms Limitations Talks*
 SCO: *Shanghai Cooperation Organization*
 SEANWFZ: *SouthEast Asian Nuclear-Weapon-Free Zone Treaty*
 SEATO/OTASE: *South East Asia Treaty Organization/Organização do Tratado do Sudeste Asiático*
 SIAP: *Statistical Institute for Asia and the Pacific*

SIPRI: *Stockholm International Peace Research Institute*
 SLBM: *Submarine-Launched Ballistic Missile*
 SLOC's: *Sea Lines of Communication*
 SORT: *Strategic Offensive Reductions Treaty*
 SPDC: *State Peace and Development Council (Myanmar)*
 SRBM: *Short-Range Ballistic Missile*
 SSBN: *Nuclear-Powered Ballistic Missile Submarine*
 SSN: *Nuclear-Powered Attack Submarine*
 START: *Strategic Arms Reductions Talks*
 TAC: *Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático*
 TCOG: *Trilateral Coordination and Oversight Group*
 TIFA: *Trade and Investment Framework Agreement*
 TNP/NPT: *Tratado de Não Proliferação nuclear / Non Proliferation Treaty*
 TPI: *Tribunal Penal Internacional*
 UCP: *Unified Command Plan (Estados Unidos)*
 UDT: *União Democrática Timorense*
 UE: *União Europeia*
 UNAMET: *United Nations Mission in East Timor*
 UNDPKO: *United Nations Department of Peacekeeping Operations*
 UNEP: *United Nations Environment Programme*
 UN-ESCAP: *United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific*
 UNMISET: *United Nations Mission of Support to East Timor*
 UNOTIL: *United Nations Office in Timor Leste*
 UNTAC: *United Nations Transitional Authority on Cambodia*
 URSS: *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*
 USA: *United States of America*
 USAID: *United States Agency for International Development*
 USD: *Dólar dos Estados Unidos*
 USDoD: *United States Department of Defense*
 USPACOM: *United States Pacific Command*
 USTR: *United States Trade Representative*
 WTO: *World Trade Organization*
 ZEE: *Zona Económica Especial (RPCChina)*
 ZEE: *Zona Económica Exclusiva*
 ZOPFAN: *Zone of Peace, Freedom and Neutrality (Sudeste Asiático)*

ÍNDICE

PRÓLOGO E AGRADECIMENTOS	1
ABSTRACT	4
RESUMO	5
PALAVRAS-CHAVE	6
ACRÓNIMOS	6
ÍNDICE	11
ÍNDICE DE FIGURAS	15
 INTRODUÇÃO	 17
<i>O Problema e o Argumento</i>	19
<i>Metodologia e Estrutura</i>	21
 PRIMEIRA PARTE	 23
ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	
 CAPÍTULO I O ESTADO DA ARTE – PRINCIPAIS DEBATES TEÓRICOS	 24
I.1. Sobre Segurança	24
I.1.1. Uma concepção operacional de Segurança	33
I.1.2. Problema de Segurança e Sistemas de Segurança Internacional	36
I.1.3. A noção de Complexo de Segurança	47
I.2. Sobre Geopolítica	49
I.2.1. Anti-Geopolítica, Nova Geopolítica e Geopolítica Crítica	51
I.2.2. Uma concepção operacional de Geopolítica	55
I.3. Sobre a Ásia Oriental	57
I.3.1. Delimitando e definindo a Ásia Oriental enquanto Macro-Região	57
I.3.2. Entre a “Balcanização” e “o Século” da Ásia Oriental	65
I.3.3. Explicações para a relativa paz e estabilidade na Ásia Oriental	68
 CAPÍTULO II A ALTERNATIVA ABORDAGEM ECLÉTICA	 73
II.1. Limites e Dilemas das “Tradições de Pesquisa” convencionais	75
II.2. Apelos ao Ecletismo	77
II.2.1. Ecletismo nos estudos sobre a Ásia Oriental	78
II.3. Significado e Potencial da Abordagem Eclética	80
II.3.1. “Desnaturalização” de expectativas e combinação de “hipóteses explicativas”	81
II.3.2. Resolução de Problemas	82
II.3.3. Aproveitando as Complementaridades	83
 SEGUNDA PARTE	 85
O PESO DA HISTÓRIA	
 CAPÍTULO III. DO SISTEMA SINO-CÊNTRICO À II GUERRA MUNDIAL	 86
III.1. A Longa Era Sino-Cêntrica	86
III.1.1. Da Unificação Chinesa aos Yuan Mongóis	88
III.1.2. Ming e Qing, as últimas Dinastias	91
III.1.3. O Significado do Sistema Sino-cêntrico	94
III.2. As Grandes Transformações do Século XIX à Guerra do Pacífico	99
III.2.1. Declínio da China	99
<i>O Significado do Declínio Chinês</i>	105
III.2.2. Penetração Ocidental e Período Colonial	107
<i>O significado da presença e do domínio Ocidental na Ásia Oriental</i>	112

III.2.3. Emergência e Expansão do Japão	116
<i>O Significado da Ascensão e do Imperialismo do Japão</i>	127
CAPÍTULO IV. O PERÍODO DE GUERRA FRIA NA ÁSIA ORIENTAL	131
IV.1. Aplicação da Bipolaridade e Lutas pela Independência	131
IV.1.1. Os conflitos na China, na Coreia e na Indochina	133
IV.1.2. Os Sistemas de Alianças	137
IV.1.3. Sudeste Asiático: a impossível neutralidade	144
IV.2. A “dupla Guerra Fria” e o eixo Washington-Moscovo-Pequim	151
IV.2.1. Conflito Sino-Soviético e “Cartada Chinesa”	151
IV.2.2. A “Aliança às Avessas” Sino-Americana	156
IV.2.3. Entre a “Détente” e a “Guerra Fresca”	160
IV.3. A Ásia Oriental ao findar a Ordem Bipolar	173
IV.3.1. O fim da “dupla Guerra Fria” e da URSS	174
IV.3.2. O início das ambivalentes transformações	177
IV.4. O significado regional da Guerra Fria	187
PARTE III	191
NA “NOVA ORDEM” REGIONAL	
CAPÍTULO V. GRANDES E AMBIVALENTES TRANSFORMAÇÕES	193
V.1. Regimes Políticos: Democratização e Autoritarismo	193
V.1.1. Particularizando o caso Chinês	204
V.1.2. O Significado das Mutações Políticas	208
V.2. Evolução Económica: Crescimento e Interdependência	212
V.2.1. O Reverso da Medalha	220
V.2.2. Economia, Geopolítica e Segurança	227
V.3. Agenda de Segurança Regional	231
V.3.1. Preocupações “Tradicionais”	236
V.3.2. Riscos “Não-Convencionais”	249
V.3.3. O Significado da Mutação e Expansão da Agenda de Segurança	267
V.4. Instituições e Regionalismo	270
V.4.1. No domínio da Segurança	276
V.4.2. O Significado do Multilateralismo na Ásia Oriental	285
CAPÍTULO VI. PRINCIPAIS ACTORES E INTERACÇÕES	291
VI.1. Estados Unidos	291
VI.1.1. As perspectivas das sucessivas Administrações	292
VI.1.2. A Posição e o Papel dos EUA na Ásia Oriental	305
VI.1.3. A Estratégia <i>Cocktail</i> Americana	312
VI.2. RPChina	317
VI.2.1. A Ressurgência Chinesa	317
VI.2.2. Constrangimentos e Preocup��es de Segurança	323
VI.2.3. Política Externa e “Grande Estratégia” da China	333
VI.3. Japão	343
VI.3.1. Segurança Completa e Cooperativa e <i>Soft Power</i>	343
VI.3.2. A “Normalização” Estratégica do Japão	349
VI.4. ASEAN	355
VI.4.1. O progresso regionalista	355
VI.4.2. Sucessos e limites da “ASEAN Way”	358
VI.5. Coreia do Sul	365
VI.6. Rússia	371
VI.7. Interacções Mútuas	383
VI.7.1. Competição e Cooperação	383
<i>Estados Unidos-RPChina e RPChina-Japão</i>	383

<i>Outras Relações Bilaterais</i>	394
VI.7.2. A prática de “hedging”	405
CONCLUSÕES	409
BIBLIOGRAFIA	423

ÍNDICE DE FIGURAS

Quadro 1. Sistemas de Segurança Internacional e Teorias de Relações Internacionais	46
Mapa 1. A Macro-Região da Ásia Oriental	59
Quadro 2. A diversidade na Ásia Oriental: dados comparativos	61
Mapa 2. O Império da China Qing no seu apogeu, no final do Século XVIII	94
Figura 1. O Sistema Sino-cêntrico	95
Mapa 3. A China sob influência estrangeira, final Séc. XIX-início Séc. XX	102
Mapa 4. A Ásia sob dominação ou influência estrangeira	113
Mapa 5. A expansão japonesa, 1875-1939	120
Mapa 6. O Japão no seu apogeu durante a II Guerra Mundial	126
Mapa 7. As Crises no Estreito de Taiwan: 1954-55 e 1958/1960	134
Mapa 8. A Guerra da Coreia, 1950-1953	136
Mapa 9. O “Sistema de São Francisco” Americano na Ásia-Pacífico	142
Mapa 10. O Sistema Global de <i>Containment</i>	142
Figura 2. Número de soldados Americanos em Taiwan, 1950-1979	159
Quadro 3. Despesas e Efectivos Militares na Ásia Oriental, em 1985	164
Quadro 4. Canais de Segurança no Sudeste Asiático no período de Guerra Fria	166
Quadro 5. Evolução do PIB dos Países da Ásia Oriental e dos EUA, 1980-1990	185
Quadro 6. Evolução dos PIBs durante a Guerra Fria: Comparativo Principais Actores e Regiões, 1952-1978-1990	186
Quadro 7. Índice de Democracia e Autoritarismo na Ásia Oriental	209
Quadro 8. Exportações e Importações Mundiais: <i>Shares</i> (%) por Região e Economia seleccionadas, 1948-2008	213
Quadro 9. Economias da Ásia Oriental no <i>Ranking</i> dos Principais Exportadores e Importadores Mundiais (excluindo comércio intra-UE), 2008	213
Quadro 10. Comércio Mundial de Bens e Serviços por Região e Economia seleccionadas, 2000-2008 (% de Variação Anual)	214
Quadro 11. Comércio Intra e Inter-Regional, 2008	215
Quadro 12. Interdependência Económica na Ásia Oriental entre Parceiros seleccionados, 2008	216
Figura 3. Maiores Detentores Estrangeiros de <i>US Treasury Securities</i> , Janeiro de 2009 (em %)	217
Quadro 13. Evolução do PIB nas Economias da Ásia Oriental, 1990-2010	219
Figura 4. Evolução da Procura de Energia Primária por Região, 1971-2030	221
Figura 5. Share no Consumo Mundial de Energia Primária por País/Região, 1990-2030	222
Figura 6. Dependência de Petróleo Importado na Ásia, 1971-2030	223
Quadro 14. Poluição e Desflorestação na Ásia Oriental	224
Figura 7. Share nas Emissões Mundiais de CO2 por País/Região, 1990-2030	225
Quadro 15. Índice de Desenvolvimento Humano na Ásia Oriental	226
Mapa 11. Disputas no Mar da China Meridional	238
Mapa 12. Disputas Territoriais e Separatismos na Ásia Oriental	239
Quadro 16. Efectivos Militares na Ásia Oriental, 1985-2010	241
Quadro 17. Comparativo Despesas Militares por Região, 1988-2008 e variação 1999-2008	241
Quadro 18. Despesas Militares na Ásia Oriental, 1990-2008	242
Quadro 19. Mercado de Armamentos na Ásia em Desenvolvimento, 2001-2008	243

Quadro 20. Estados Possuidores de ADM e Programas de Pesquisa Ofensivos na Ásia-Pacífico	246
Quadro 21. Forças Nucleares na Ásia-Pacífico	246
Quadro 22. Coreia do Norte: situação em regimes seleccionados sobre Não-Proliferação de ADM	248
Quadro 23. Grupos Terroristas e Paramilitares que operam na Ásia Oriental	252
Mapa 13. Principais Rotas Marítimas e Estreitos na Ásia Oriental	255
Figura 8. Incidentes de Pirataria no Sudeste Asiático: comparativo com a costa da Somália/Golfo de Aden, 2003-2008	256
Quadro 24. Impactos das Catástrofes Naturais na Ásia Oriental, 1990-2008	259
Quadro 25. Índice de Estados Falhados e Frágeis na Ásia Oriental	260
Quadro 26. Liberdade e Segurança Económica na Ásia Oriental	263
Quadro 27. Escala de Liberdades na Ásia Oriental	264
Quadro 28. Escala de Terror Político na Ásia Oriental	264
Quadro 29. Outros Índices de Liberdade: de Imprensa, Económica e de Paz	265
Quadro 30. Deslocações de Pessoas induzidas por Conflito e pela Insegurança na Ásia Oriental	266
Quadro 31. Participação dos Países da Ásia Oriental em Operações de Paz da ONU, 2001- 2010	277
Figura 9. Principais Organizações e Estruturas Regionais envolvendo a Ásia Oriental	283
Mapa 14. Comandos dos EUA por Áreas de Responsabilidade Regionais	306
Quadro 32. EUA: Presença Militar na Ásia Oriental e Pacífico, 1990-2009	306
Quadro 33. EUA: <i>Acordos 123</i> sobre cooperação no domínio da energia nuclear com parceiros da Ásia-Pacífico	307
Quadro 34. EUA: Trocas Comerciais com Parceiros da Ásia Oriental, 1990-2008	308
Quadro 35. EUA: Significado Comercial Mútuo com Parceiros da Ásia-Pacífico	309
Figura 10. EUA: Ajuda Pública ao Desenvolvimento por Regiões, % média 2005-2008	310
Quadro 36. RPChina: Significado Comercial Mútuo com Parceiros da Ásia-Pacífico	319
Quadro 37. Performance do PIB da China comparativamente a Rússia, Japão, EUA e Índia, 1990-2030	320
Figura 11. RPChina: Orçamentos Militares Oficiais e Estimativas Americanas, 1996-2008	321
Figura 12. RPChina: Dependência das Importações de Petróleo, 2004-2030	329
Mapa 15. Japão: Disputas Territoriais e Marítimas	344
Quadro 38. Japão: Significado Comercial Mútuo com Parceiros da Ásia-Pacífico	348
Quadro 39. ASEAN: Significado Comercial Mútuo com Parceiros da Ásia-Pacífico	360
Mapa 16. Coreia do Sul: Rede Global de Acordos de Comércio Livre (2008)	369
Quadro 40. Coreia do Sul: Significado Comercial Mútuo com Parceiros da Ásia-Pacífico	370
Quadro 41. Rússia: Significado Comercial Mútuo com Parceiros da Ásia-Pacífico	374
Mapa 17. Rota do Ártico <i>versus</i> Rota do Suez	381

Introdução

«It is a fact that Asia, particularly East Asia, is emerging as a crucial power center in the world.»

(Muthiah Alagappa, 1998: 7)

«L'Asie Orientale ne dispose pas de système de sécurité.»

(Jan, Chaliand e Rageau, 1997: 8)

«Asian Security is more complex than the unintended or deliberate cumulation of positive and negative images permits and than the natural expectations of any of the research traditions accommodates.»

(Katzenstein e Sil, 2004: 21)

As profundas alterações decorrentes do fim da bipolarização política mundial têm contribuído, entre muitos outros aspectos, para a regionalização da política internacional, significando isto, por um lado, a intensificação das interações intra-regionais e, por outro, que os complexos geopolíticos e de segurança regionais são agora relativamente mais autónomos e podem ser observados mais independentemente dos desenvolvimentos noutras áreas – o que é paradoxal, tendo em conta a aceleração do processo de globalização. Neste contexto, liberta quer do domínio imperial/imperialista de outrora quer dos constrangimentos inerentes à Guerra Fria, *a Ásia entrou numa nova era em que as dinâmicas regionais e locais se tornaram mais salientes e os actores Asiáticos ganharam maior margem de manobra* para determinarem os seus destinos e influenciarem o sistema quer regional quer global.

Das várias regiões Asiáticas, destaca-se a *emergência da Ásia Oriental enquanto macro-região*, fenómeno moderno com contornos relativamente ambíguos e ainda em processo de construção mas que, a par das circunstâncias geográficas e históricas, surge agora em resultado da densificação das interligações geopolíticas, geoeconómicas e também em matéria de segurança entre a generalidade dos actores ali residentes e entre as suas duas regiões-parte, o Nordeste e o Sudeste Asiáticos. Esta nova realidade é, de resto, traduzida na invocação cada vez mais recorrente da ideia de “Comunidade da Ásia Oriental”.

Por outro lado, a *Ásia Oriental* está a transformar-se no epicentro da arquitectura geopolítica mundial e da segurança internacional: é a área economicamente mais dinâmica do globo e onde se assiste à mais rápida acumulação de poder, aí “residindo” três grandes potências ressurgentes com ambições globais (China, Japão e Rússia) e vários outros centros cruciais de poder económico (Coreia do Sul, ASEAN¹ e APEC²); dessa macro-região provêm os principais desafios aos “valores Ocidentais” (em particular, a subsistência do autoritarismo político e a contraposição dos distintivos “valores Asiáticos”) e à supremacia dos Estados Unidos (sobretudo, pela ressurgência da China); e ali encontram-se conjugados todos os dilemas do binómio segurança-desenvolvimento (das enormes assimetrias sócio-económicas à pressão demográfica, da dependência dos mercados e energia externos à degradação ambiental) e todos os riscos e ameaças para a segurança quer “tradicionais” (rivalidades entre grandes potências, disputas territoriais e fronteiriças, aumento dos orçamentos e das capacidades militares, proliferação de ADM ou *hotspots* perigosos como a Península Coreana e a questão de Taiwan) quer “não convencionais” (do terrorismo à criminalidade organizada, passando pela insegurança económica e energética, a pirataria marítima, os desastres naturais ou a insegurança humana). As dinâmicas em curso na Ásia Oriental são, portanto, cruciais para a generalidade dos outros actores e regiões, uma vez que disso dependem cada vez mais os seus destinos e os do mundo.

Estas razões justificam bem o *interesse e a importância dos trabalhos sobre a Ásia Oriental*. Mas há outros motivos que nos levam a escolher esta macro-região para objecto de estudo. Primeiro, numa época de acentuadas interdependências, não podemos ficar indiferentes e pretender que o nosso bem-estar e a nossa segurança possam, de alguma forma, ficar imunes a ocorrências noutras regiões do globo, em particular, a crescentemente central Ásia Oriental. Em segundo lugar, é nosso dever, sobretudo, no domínio das Relações Internacionais, tentar compreender melhor os factos, as percepções, as ideias e os comportamentos que não são os nossos: devemos fazê-lo, porém, com abertura intelectual e de espírito, não persistindo em usar conceitos ultrapassados e visões rígidas pré-estabelecidas.

Acresce que a *Ásia Oriental* está sob a pressão de uma multiplicidade de factores e de dinâmicas que desafiam tanto a ordem regional/internacional como as formulações que a tentam explicar. Efectivamente, a estrutura de poder, os parâmetros de segurança e as interacções regionais estão em acelerada mutação, com as políticas e as estratégias dos actores a serem também profundamente reconsideradas - a trajectória das alterações e os seus impactos regionais e globais permanecem, todavia, voláteis e incertos. Por isso, as

¹ Association of SouthEast Asian Nations.

² Asia-Pacific Economic Cooperation.

expectativas que descrevem o Século XXI como “o Século da Ásia Oriental” convivem com cenários que antevêm a “Balcanização” da Ásia Oriental “rasgada pela rivalidade”.

Nestas circunstâncias, como explicar a relativa paz e estabilidade na Ásia Oriental e como definir a estrutura de poder, as interações e o sistema de segurança na macro-região? E que aspectos influenciam a “ordem regional” e as percepções e os comportamentos dos actores? Responder a estas questões motiva um dos objectivos centrais desta dissertação: *compreender, explicar e caracterizar a dinâmica geopolítica e o complexo de segurança na Ásia Oriental, bem como as políticas, as estratégias, as ideias e as interações que lhes estão associadas.*

O Problema e o Argumento

De maneira a analisar o mundo ou uma região enquanto foco de análise das relações internacionais e dos estudos de segurança³, a maior parte dos académicos e analistas pensa o universo teórico como estando dividido entre diferentes escolas de pensamento a que, na generalidade, aderem na crença de que elas providenciam as melhores explicações e com maior relevância conceptual e política. Isso é particularmente notório nos debates que opõem os vários “paradigmas” ou “tradições de pesquisa”, com destaque para o realismo, o liberalismo e o construtivismo, competindo entre si sobre qual apresenta a abordagem, a interpretação e a teorização mais adequadas. *O problema é que nenhuma dessas tradições de pesquisa consegue, individualmente, abarcar completamente e explicar convenientemente as relações internacionais, a geopolítica e a segurança na Ásia Oriental.*

O que começa por distinguir os diversos “campos” teóricos, muito antes das explicações que produzem, são as estruturas cognitivas em que se baseiam as respectivas formulações. Estas estruturas indicam que aspectos são considerados importantes e explicáveis, que conceitos e métodos são empregues e que parâmetros são utilizados para retirar ilações. O domínio científico das relações internacionais e dos estudos de segurança acaba, assim, por ser caracterizado pela competição entre estruturas cognitivas de que decorrem narrativas, concepções, expectativas naturais e hipóteses explicativas específicas e, naturalmente, diferenciadas. Consequentemente, esses paradigmas contemplam apenas aspectos parcelares de uma realidade mais vasta ou, pior, falham no entendimento e nas explicações porque seleccionam somente os elementos que se coadunam com as respectivas estruturas cognitivas e expectativas naturais. No fundo, como refere Tony Smith (1994: 350), *«cada paradigma é monoteísta, orando a um Deus ciumento»*.

³ Entende-se por “Estudos de Segurança” os que incidem sobre a segurança nas relações internacionais, sendo distintos dos “Estudos Estratégicos” que estudam a dimensão militar das relações internacionais. Sobre as reflexões em torno dos estudos e disciplinas sobre segurança ver, por exemplo, Ana Paula Brandão, 1999: Capítulo 1.2.1. *A reflexão sobre a disciplina*: 93-125.

É nosso argumento, assim, que nenhuma das tradições de pesquisa fornece quadros analíticos e explicativos que respondam a toda a complexidade da política internacional e da segurança. De facto, a realidade é demasiado multiforme, heterogénea e multidimensional para caber em perspectivas que a pretendem interpretar exclusivamente à luz das suas abstracções prévias, construídas com base em determinados pressupostos fundacionais e adaptadas a todas as situações independentemente das circunstâncias concretas.

A desconformidade ou, pelo menos, o risco de desadequação entre a teorização e a realidade internacional é ainda maior quando o objecto de análise envolve ideias, interacções e comportamentos Asiáticos. Desde logo, porque os paradigmas/tradições de pesquisa proeminentes são baseados, essencialmente, na História, na Filosofia Política e na mundivisão Ocidentais, o que contribui para que se mantenha válida a constatação feita há muito por Políbio Valente de Almeida (1965: 3) segundo a qual «*A razão de muitos Ocidentais falharem quando pretendem falar dos Asiáticos encontra-se principalmente no facto de basearem todo o seu raciocínio em conceitos rígidos, muito ortodoxos, aos quais é impossível transpor o difícil obstáculo representado pelas diferentes concepções do modo e da vida dos Asiáticos*». É significativo, aliás, que comecem a surgir trabalhos dando relevo às “*Non-Western International Relations Theory: Perspectives On and Beyond Asia*” (Acharya e Buzan, 2009).

Depois, e talvez também por isso, autores como John Gerard Ruggie (1993: 4) consideram a Ásia Oriental simplesmente como um campo “inapropriado” (*unworthy* é o termo original) para a reflexão teórica, na medida em que as concepções em torno de anarquia, hegemonia, balança de poder, interdependência económica, paz democrática, regimes, institucionalismo ou reconstrução social e identitária não têm plena aplicabilidade na região, ou têm-na apenas parcialmente. No mesmo sentido, Ikenberry e Mastanduno salientam o distanciamento entre as teorias das relações internacionais e os estudos regionais (*regional studies*) sobre a Ásia-Pacífico, afirmando que «*os dois mundos raramente se encontram*» e que os «*debates tendem a ser sub-teorizados*» (2003: 1).

Então, como teorizar e conceptualizar a geopolítica e o complexo de segurança na Ásia Oriental, partindo da realidade regional/internacional concreta e minimizando os riscos de alienar aspectos essenciais?

A fim de resolver este dilema, um crescente leque de autores vem abraçando um espírito de pluralismo intelectual, reconhecendo quer a necessidade de maior flexibilidade nas formulações quer a existência de complementaridades entre as diversas teorizações. A premissa é ir além dos postulados e debates inter-paradigmas e desenvolver abordagens inovadoras que permitam melhor responder às questões e resolver os problemas de análise.

O presente trabalho insere-se neste movimento, motivando o segundo dos nossos objectivos centrais aqui: *superar os limites e as insuficiências das tradições de pesquisa convencionais e preencher o hiato entre a teorização e a realidade geopolítica e de segurança na Ásia Oriental, propondo e tentando validar o que denominamos por “Abordagem Eclética”.*

Metodologia e Estrutura

A dissertação assenta em dois ritmos de elaboração: o da descrição e o da explicação. O primeiro dá a conhecer os factos e classifica-os; o segundo procura integrar e contextualizar os diferentes aspectos, relacionando-os entre si e colocando-os perante os parâmetros da “abordagem eclética” que orientam o estudo.

Esta abordagem alternativa implica conhecer e trabalhar com múltiplos modelos analíticos e também com os elementos e argumentos de várias tradições de pesquisa, constituindo particular desafio, por isso, a conjugação coerente das diferentes perspectivas teóricas na tentativa de, pragmaticamente, identificar, seleccionar e adequar à observação da realidade as hipóteses explicativas mais válidas e/ou elaborar as combinações mais pertinentes. Isto requer, desejavelmente, um certo distanciamento e uma determinada “imparcialidade” em relação aos vários paradigmas e também a constante “experimentação” e comparação da respectiva adequabilidade. Por outro lado, para não se confundir a proposta “abordagem eclética” com um mero enunciar somatório de aspectos e teorias, o método passa por explicar o significado dos factores e das variáveis a fim de justificar a sua pertinência em função do objecto de análise e fundamentar as ilações e teorizações.

O trabalho é fruto da investigação documental e da análise empírica que se fez tanto em profundidade como em extensão. Assim, além do recurso a estudos académicos e publicações especializadas, há uma grande preocupação em procurar e trabalhar com fontes directas, incluindo “livros brancos”, discursos e documentos oficiais que, de alguma forma, exprimem ideias, percepções e opções políticas e estratégicas dos actores envolvidos, pelo que este tipo de fontes será largamente referido e, muitas vezes, citado na sua versão original em língua inglesa a fim de preservar a força que contêm certas expressões e/ou não prejudicar minimamente o seu verdadeiro significado. Recorremos também, frequentemente, a mapas, figuras e quadros na premissa de que a visualização gráfica e cartográfica permite ter uma percepção mais imediata, simples e sistematizada do que se pretende transmitir.

A pesquisa documental é enriquecida e complementada pela troca de impressões, reflexão conjunta e debate de ideias com um vasto leque de especialistas nas temáticas em análise, bem como pelo contacto com instituições, centros de investigação e *think tanks*. A ideia é

não só alargar a nossa base de conhecimentos mas também confrontar análises e visões e testar as nossas próprias explicações. O que se pretende, no fundo, é ter uma perspectiva tão abrangente quanto possível e envolver no estudo e na reflexão uma multiplicidade de instrumentos e de fontes, com o propósito de termos formulações melhor fundamentadas.

A fim de produzir um *puzzle* integrado e mecanizado que permita uma determinada reconstituição e teorização da realidade, a estrutura do trabalho contempla seis Capítulos distribuídos ao longo de três Partes e que antecedem as Conclusões.

A Primeira Parte é dedicada ao enquadramento teórico e conceptual, subdividindo-se em dois Capítulos. No Iº faz-se o levantamento do “estado da arte”, dando conta dos principais debates e concepções quer sobre segurança quer sobre a situação na Ásia Oriental, salientando as formulações oriundas das perspectivas teóricas proeminentes - realismo, liberalismo e construtivismo - e apresentando também as nossas próprias noções operacionais de segurança, geopolítica e complexo de segurança. O Capítulo II argumenta a favor da “abordagem eclética”, demonstrando os limites e dilemas dos paradigmas convencionais, enunciando os apelos ao ecletismo teórico, nomeadamente, nos estudos sobre a Ásia Oriental, e explicando o significado e o potencial da nossa abordagem alternativa.

A Segunda Parte descreve e avalia o “peso da História” e as sucessivas transformações no sistema internacional da Ásia Oriental. O longo período que medeia desde a unificação chinesa até à II Guerra Mundial é tratado no Capítulo III, explicando o significado do sistema sino-cêntrico, do declínio da China, da penetração Ocidental e do colonialismo e ainda da modernização e expansão do Japão. Por seu turno, o Capítulo IV incide sobre a era de Guerra Fria, analisando as interligações entre as ocorrências locais, regionais e globais, demonstrando o funcionamento particular e distintivo da bipolaridade na Ásia Oriental e explicando o legado deste período.

A Terceira Parte versa sobre a geopolítica e o complexo de segurança na “nova ordem” regional, em mais dois Capítulos. No Vº enunciam-se as grandes e ambivalentes evoluções e transformações regionais nas duas últimas décadas ao nível dos regimes políticos, da situação económica, da agenda de segurança e das instituições, do multilateralismo e do regionalismo na Ásia Oriental, descortinando-se o respectivo significado. No Capítulo VI, analisam-se as percepções, preocupações, capacidades, políticas e estratégias dos principais actores regionais – EUA, China, Japão, ASEAN, Coreia do Sul e Rússia – e identifica-se o padrão dos comportamentos e das interações mútuas.

Finalmente, as Conclusões sintetizam e conjugam os muitos aspectos analisados ao longo do trabalho, retirando ilações e caracterizando a estrutura de poder, as interações geopolíticas e o complexo de segurança na Ásia Oriental actualmente.

Luís Tomé

PRIMEIRA PARTE

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

«A guerra é também de palavras e de ideias. De facto, o debate teórico em Relações Internacionais é um outro campo desta batalha. (...) todavia, descortina-se em algumas elaborações teóricas uma preocupação de sentido oposto: a de apontar caminhos para uma superação desta hiper-centragem da agenda internacional sobre a guerra.»

(José Manuel Pureza, 2004: 139)

A área científica das Relações Internacionais é, por natureza, domínio do labor inquisitivo multi-disciplinar e onde os modelos de análise, concepções e teorizações estão em permanente construção e discussão. Por isso, antes de argumentarmos acerca da “abordagem eclética”, é útil salientar as visões das correntes teóricas dominantes a fim de perceber melhor a sua essência e os respectivos pressupostos. Impõe-se, todavia, e desde já, uma chamada de atenção: sempre que referirmos certos “paradigmas” ou “tradições de pesquisa”, assumimos tão-somente os seus principais traços identificadores, reconhecendo que não só não esgotam as propostas de teorização como não são abordagens monolíticas, uma vez que todas contêm no seu seio uma grande diversidade de perspectivas.

CAPÍTULO I. O ESTADO DA ARTE – PRINCIPAIS DEBATES TEÓRICOS

As discussões e formulações sobre segurança, bem como acerca das dinâmicas que incidem na geopolítica e no complexo de segurança na Ásia Oriental, prosseguem acesas e estimulantes - dar conta das linhas essenciais desses debates é o que se pretende aqui. Por outro lado, todas as concepções têm a sua história, o seu tempo, o seu espaço e as suas motivações: assim acontece com noções centrais deste estudo como segurança, complexo de segurança ou geopolítica, que pretendemos clarificar também neste Capítulo inicial.

I.1. Sobre Segurança

A segurança continua a estar no topo das preocupações, das discussões e das agendas nacionais, regionais e mundial. Continua, igualmente, a absorver enormes recursos e o sacrifício de muitas vidas. Porém, à medida que as sociedades e as relações internacionais se transformam, a forma de pensar a segurança também evolui. Daí que a segurança venha sendo discutida e reconceptualizada em todas as suas componentes e dimensões cruciais, desde o objecto aos sistemas de segurança internacional.

Parte significativa dessas discussões envolve a referência de segurança e a sua abrangência: Qual o objecto da segurança ou que entidade deve ser segura (*segurança de quem*)? Qual a natureza ou o tipo de ameaças, riscos e desafios (*segurança face a quê ou a quem*)? Qual o agente de segurança (*segurança por quem*) e com que meios (*instrumentos de segurança*)? Naturalmente, destas respostas dependem as respectivas conceptualizações de segurança.

Na perspectiva realista⁴, segundo a qual o sistema internacional é anárquico e permanentemente competitivo-conflitual, o Estado é não só o principal actor das relações internacionais como a referência quase exclusiva de segurança - ou seja, *segurança do Estado e pelo Estado*. Dominadas por este prisma, as conceptualizações de segurança centraram-se durante bastante tempo em torno de temas que James Wirtz (2007: 338) retrata como *high politics*: assuntos de guerra e paz entre Estados, dissuasão nuclear, gestão de crises e conflitos, cimeiras diplomáticas, controlo de armamentos, alianças militares, defesa de “interesses nacionais” e integridade estatal, ou seja, “segurança nacional” e “segurança internacional” vistas sempre em função do primado do Estado. Em contraste, as dimensões da *low politics* – ambiente, escassez de recursos, energia, fluxos migratórios, sobrepopulação, saúde, subdesenvolvimento, abusos massivos contra a dignidade de indivíduos e populações, etc. –, embora encaradas como fonte de problemas, raramente eram geridas como ameaças ou riscos para a segurança nacional, regional ou internacional.

Por outro lado, a segurança esteve sempre ligada à dimensão militar, frequentemente, a dimensão exclusiva. Para Stephen Walt (1991: 212), por exemplo, estudar segurança significa «*o estudo da ameaça, uso e controlo da força militar*», enquanto Shultz, Godson e Greenwood (1993: 2-3) afirmam concentrar-se «*na essência histórica e tradicional do objecto: a ameaça, o uso e a gestão da força militar e tópicos relacionados*». Há, inclusivamente, quem tenha revertido a sua posição, depois de ter inicialmente advogado uma concepção mais abrangente de segurança, como Richard Ullman: antes, afirmava que «*defining national security merely (or even primarily) in military terms conveys a profoundly false image of reality [which] is doubly misleading and therefore doubly dangerous*» (Ullman, 1983: 129); mais tarde, defende que «*if national security encompassed all serious and urgent threats to a nation-state and its citizens, we will eventually find ourselves using a different term when we wish to make clear that our subject is the threats that might be posed by the military force of other states. The “war problem” is conceptually distinct from, say, problems like environmental degradation or urban violence, which are better characterized*

⁴ Sempre que aqui se refere concepção/abordagem/escola/ paradigma/perspectiva/visão “realista” assume-se o que pode ser considerado como a sua essência ou os seus traços definidores cruciais, sem atender à enorme diversidade e riqueza de análises e variantes no seu seio. O mais comum é diferenciar-se entre realismo e neo-realismo (ver Cravinho, 2006), mas Roland Dannreuther (2007: 35-39), por exemplo, distingue entre neo-realismo, realismo neo-clássico, realismo ofensivo e realismo defensivo, enquanto Kai He (2007) propõe o que denomina por “realismo institucional”. Ana Paula Brandão (1999: 22-23), citando James der Derian e outros, apresenta a seguinte listagem: Realismo histórico, realismo social, filosófico, político, económico, artístico, cinéfilo, literário, legal. Realismo Maquiavélico, Hobbesiano, Rousseauiano, Hegleniano, Weberiano, Kissingeriano. Realismo optimista, pessimista, fatalista. Realismo ingénuo, vulgar, mágico. Realismo técnico, prático, empírico. Realismo clássico, científico. Realismo minimalista, maximalista, fundamentalista, potencial. Realismo positivista, pós-positivista, liberal, neoliberal, institucionalista, radical, interpretativista radical. Realismo crítico, nuclear, epistémico. Surrealismo, super-realismo, proto-realismo, anti-realismo, neorealismo, pós-realismo. Hiper-realismo. Realismo americano, inglês, francês; realismo doutrinal e realismo empírico; realismo utópico; realismo doutrinário e realismo racionalista.

as threats to well-being (...) Labelling a set of circumstances as a problem of national security when it has no likelihood of involving as part of the solution a state's organs of violence accomplishes nothing except obfuscation» (Ullman, 1995: 3-12). De facto, para certa linha de pensamento, a relação entre a segurança e as dimensões não militares só é relevante quando estas forem causa de conflito inter-estatal ou tiverem impacto na guerra.

Esta abordagem da segurança hiper-centrada no Estado, nas temáticas da *high politics* e no instrumento militar vem sendo severamente contestada. Invoca-se, desde logo, a incapacidade do Estado perante pressões a que está sujeito “por cima”, “por baixo” e “por dentro” (Tomé, 2003). J-F. Bayard (2004: 55-58), por exemplo, situa os limites das competências e do papel do Estado no quadro dos dilemas induzidos pela globalização, os processos de regionalização (supra e infra) e a nova agenda de segurança. Outras vozes, que João Cravinho (2006: 256) retrata como “hiperglobalistas”, sugerem que o Estado está em vias de se tornar irrelevante enquanto estrutura de decisão ou, simplesmente, que deixou de ser uma estrutura adequada para os desafios que se colocam à Humanidade. Precisamente reflectindo sobre o “património comum da Humanidade”, José Manuel Pureza (1998: 269) sublinha o impacto da consciencialização ambiental na erosão das noções tradicionais de fronteiras e soberania territorial dos Estados e no alicerçar da ideia de “comunidade global”.

Similarmente, muitos demonstram ser desadequado aplicar a lógica convencional da “segurança estatal” a entidades estaduais não consolidadas ou nos inúmeros casos em que o próprio “Estado” é percepcionado como a primeira fonte de insegurança para a sua população. Pode acontecer, inclusivamente, o Estado estar relativamente “seguro” face a ameaças externas mas as suas comunidades e indivíduos não o estarem mercê da situação interna. Por isso, a explicação para a insegurança envolve em muitos casos, essencialmente, causas internas estruturais, políticas, culturais, identitárias, económicas, sociais ou mesmo factores de percepção (Alagappa, 1998: 35-38), havendo também quem identifique as «*más lideranças*» como «*o maior problema*» (Brown, 1996: 575). De facto, em muitas situações, o quadro interno é bem mais anárquico e Hobbesiano do que o quadro internacional, ficando certos Estados na situação de “não Estados” ou “quase Estados” (Jackson, 1998) e a própria soberania e segurança Estatal afectadas pelo “novo mediavelismo” (Bull, 1995): a terminologia “Estado Falhado, Frágil e em Colapso”⁵ cunha, modernamente, este tipo de situações. Os Estados são, assim, «*apenas mais um actor numa teia de relações e actores transnacionais*», numa realidade «*caracterizada pela*

⁵ Sobre a evolução conceptual e os principais debates teóricos sobre “Estados Fracos, Falhados e Colapsados”, bem como o seu enquadramento na segurança internacional ver, por exemplo, José Manuel Pureza *et al.* (2005), em particular, Partes I e II: 3-128; e Fernanda Faria e Patrícia Magalhães Ferreira (2007).

desterritorialização, pela falta de responsabilização de actores que acabam por, em algumas funções, ocupar o lugar dos Estados, ou por deteriorar as suas capacidades, sem, no entanto, possuir para tal legitimidade» (Pureza et al., 2005: 10-11).

Isto implica, naturalmente, uma revisão do objecto de segurança: *«Quando os direitos humanos e o ambiente estão protegidos, as vidas e identidades das pessoas tendem a estar seguras; quando não estão protegidas, as pessoas não estão seguras, independentemente da capacidade militar do Estado onde vivem» (Klare e Thomas 1994: 3-4).* Ou seja, o Estado deixa de ser visto como única ou até como principal referência de segurança, ganhando relevo outros níveis e a segurança dos indivíduos e comunidades. Ken Booth (1991) - que se confessa ex-realista, anti-realista e pós-realista, professando um “realismo utópico” -, considera ser possível uma reconceptualização da segurança em torno de uma sociedade civil global e de uma comunidade de comunidades global, com problemas locais e universais: ou seja, os “povos”, mais do que os Estados, devem ser a referência de segurança. Variações desta perspectiva apontam como referência de segurança as “colectividades humanas” (Buzan, 1991), a sociedade (Waever, 1993), a comunidade (Alaggapa, 1998), os indivíduos (Thakur, 1997; Alkire, 2003) e/ou a Humanidade (Prins, 1994; Pureza, 1998 e 2005; e Commission on Human Security).

Acresce que a tradicional diferenciação entre as dimensões “interna” e “externa” da segurança está hoje relativamente diluída, na medida em que se tornou mais claro – muito por via da intensificação das interdependências - que as ocorrências no interior de um Estado são susceptíveis de afectar a segurança internacional ou regional, da mesma maneira que os desenvolvimentos no panorama externo afectam a segurança no seio dos Estados. Mesmo autores do “campo realista” reconhecem com clarividência os limites daquela dicotomia tradicional, como Barry Buzan (1991a: 363): *«Apesar do termo “segurança nacional” sugerir um fenómeno ao nível do Estado, as conexões entre esse nível e os níveis individual, regional e sistémico são demasiado numerosas e fortes para serem negadas... O conceito de segurança liga tão estreitamente estes níveis e sectores que exige ser tratado sob uma perspectiva integrada».* Numa outra abordagem, mas no mesmo sentido, Jessica Tuchman Mathews (1991: 162) sustenta há muito que *«as tensões ambientais que transcendem as fronteiras nacionais estão já a derrubar os limites sagrados da soberania nacional... A linha antes clara que dividia a política externa e interna esvaneceu-se».* É, efectivamente, cada vez mais premente a noção de que *«as ameaças à segurança não se restringem às fronteiras nacionais, estão relacionadas entre si e devem ser encaradas nos planos tanto nacional como intra-estatal, regional e internacional» (Tomé, 2007c: 18).*

Embora alguns autores neoliberais como Lawrence Woods (1997) considerem que o argumento habitual de que temos de redefinir a segurança é, em larga medida, um equívoco, dado que isso significa apenas redescobrir a segurança tal como sempre foi entendida pelo liberalismo, certo é que foi fundamentalmente desde os anos 1990 que se tornaram proeminentes as propostas no sentido de reconceptualizar a segurança para incluir as dimensões não militares. Actualmente, é comum assumir que a segurança, o desenvolvimento económico e a liberdade humana são indivisíveis. Nesta linha, por exemplo, Dietrich Fisher (1993) distingue entre *objecto do perigo* (sobrevivência, saúde, bem-estar económico, ambiente habitável, direitos políticos), *fonte geográfica dos perigos* (interna, externa, global) e *fontes naturais ou humanas dos perigos* (ameaça intencional, perigos não intencionais com origem humana, riscos naturais) para concluir que os principais problemas globais não-militares são a degradação ambiental, o subdesenvolvimento, o superpovoamento, as violações dos direitos políticos e o nacionalismo ideológico. De igual modo, B. Buzan (1991a: 19-20) sustenta a expansão do conceito de segurança, salientando cinco sectores que se interligam de modo complexo: segurança militar, segurança política, segurança económica, segurança societal e segurança ambiental.

A *segurança económica* foi a primeira das dimensões não militares a merecer a atenção de investigadores e políticos, em particular, desde o choque petrolífero de 1973. Ainda assim, foi a partir do termo da confrontação geoestratégica bipolar que se acentuou e generalizou a noção de que os *highest stakes* se deslocavam para o campo económico: «*é impossível falar de segurança nacional sem falar de economia. É agora uma verdade incontestada que será, essencialmente, a dimensão económica, e não os mais familiares aspectos políticos e militares, a afectar a nossa segurança estratégica... a disputa e a ameaça são económicas, não militares*» (Kimmit, 1991: 398-399). Perante a aceleração das interdependências económicas, garantir as condições de desenvolvimento económico e o acesso aos mercados de abastecimento e escoamento, bem como das respectivas rotas, tornaram a segurança económica e também a segurança energética assumidamente dimensões cruciais da segurança.

Domínio mais recente relacionado com a segurança é o *ambiente* (ver, p.ex., Deudney e Matthew, 1999; Suliman, 1999; Homer-Dixon, 1999; Diehl e Gleditsch, 2001; Soromenho-Marques, 1998 e 2003; Pirages e Degeest, 2004; Lipschutz, 2004; Elliot, 2004; Dalby, 2002 e 2006; e Wang e Chen, 2007). «O *processo de degradação ambiental*», afirmava Al Gore (1990:60) há já duas décadas, «*ameaça não só a qualidade de vida mas a vida em si mesma. O ambiente global tornou-se, então, um assunto de segurança nacional*». Efectivamente, para cada vez mais observadores, as ameaças ambientais põem em causa «*a forma tradicional de pensar a segurança e o 'realismo' político, que se têm baseado em*

ideias de soberania que fazem uma distinção espacial, territorial entre amigo e inimigo» (Johansen, 1994: 375). Sinal dos tempos, Al Gore e o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas da ONU foram galardoados com o Prémio Nobel da Paz 2007. Outros argumentam, porém, que a relação entre degradação ambiental e segurança não é clara: segundo Paul Painchaud (1997: 170), por exemplo, «*um conflito é ambiental na medida em que põe em causa o modo de gestão de um recurso*», sendo a questão central saber se há ou não mudanças no ambiente que atentem contra a segurança dos Estados. Nesta perspectiva, as transformações ambientais só entram no campo político quando atentam contra as características essenciais do actor (grupo, sociedade, Estado, comunidade humana) ou são percebidas como tal.

Muitas outras dimensões há que vêm sendo incluídas na agenda da segurança, embora com graus de polémica distintos. Por exemplo, enquanto a inclusão dos direitos humanos, dos desastres naturais e das doenças infecciosas ou mesmo da segurança informática é relativamente controversa, o terrorismo surge virtualmente em toda a literatura contemporânea concernente a segurança, tal como acontece com a pirataria marítima, a criminalidade organizada transnacional, as tecnologias de controlo de átomos (nanotecnologia) e os componentes biológicos, bacteriológicos e radiológicos - daí que mais do que à competição entre grandes potências ou às disputas territoriais, Simon Dalby (2006) se refira à “geopolítica dos perigos globais”, enquanto Hatmann *et al.* (2005) destacam uma nova agenda na “era do terror” e da “bio-ansiedade”.

A realidade é que encontramos cada vez mais frequentemente propostas que invertem a hierarquia entre os assuntos *high* e *low politics*, passando as dimensões “não convencionais” para o topo da agenda de segurança. Por isso, alguns autores salientam a problemática adicional do *risco de militarização das dimensões não-militares da segurança*: ou seja, a *securitização* de certas questões tradicionalmente de *low politics* (isto é, a assumpção discursiva de que certos problemas põem em causa a “segurança nacional” e/ou a segurança internacional, empolando-os e dando-lhes um relevo e uma prioridade que nunca antes gozaram), pode alimentar a tendência para os abordar e resolver pelos meios tradicionais da *high politics* - privilegiando o instrumento militar – fazendo, assim, escalar a (in)segurança para outros níveis (ver Dannreuther, 2007: 42-44). De igual modo, mas ao invés, a *não-securitização* de determinadas ameaças “tradicionais” – atenuando ou minimizando o seu significado - pode levar ao desfasamento entre a realidade e a dimensão dos riscos por via da subestimação de certas situações.

A ampliação da agenda de segurança e a multiplicação das “novas dimensões” acarretam também uma muito maior abrangência em termos de instrumentos de segurança bem para lá dos meios militares, desde a ajuda ao desenvolvimento a novos regimes jurídicos e financeiros, da diplomacia aos muitos e variados sistemas de “alerta precoce”. Envolvem

ainda mais actores além-Estado e que tanto podem ser perturbadores da segurança (p.ex., grupos terroristas ou associações criminosas) como promotores da segurança (desde organizações internacionais que não são especificamente de segurança, como o Banco Mundial ou o FMI, às ONG's ou às empresas privadas de segurança).

Significa tudo isto que a visão realista (*lato sensu*) e a abordagem “tradicional” de segurança têm sido postas em causa nos seus aspectos fundamentais: Estado como actor exclusivo e referência única de segurança; ameaças, essencialmente, externas, intencionais e militares; meios quase exclusivamente militares; e distinção nítida entre as dimensões interna e externa (Brandão, 1999: 173). Por conseguinte, intensificou-se a discussão em torno do *alargamento* e do *aprofundamento* do conceito de segurança, assistindo-se à sua “expansão” em quatro sentidos fundamentais, como sublinha Emma Rothschild (1995: 55): “extensão para baixo”, isto é, da segurança dos Estados para a dos indivíduos e grupos; “extensão para cima”, ou seja, da segurança nacional para segurança em níveis muito mais amplos como o ambiente/biosfera ou a Humanidade; “extensão horizontal”, passando-se da segurança militar para a segurança política, económica, social, ambiental ou humana; e “extensão multi-direccional”, isto é, dos Estados para as instituições internacionais, os governos locais ou regionais, as organizações não-governamentais e também a opinião pública, os media e as forças abstractas da natureza ou do mercado. Daqui vêm resultando abordagens e concepções de segurança mais amplas, de que se destacam as de segurança completa, segurança global/mundial e segurança humana.

A concepção de “segurança completa” (*comprehensive security*) surgiu no final dos anos 1970/início dos anos 1980, inicialmente formulada pelo Japão – no âmbito da reformulação da “Doutrina Yoshida” e da noção de “segurança económica”, como veremos na Segunda Parte – e depois também acolhida por outros países e organizações como o Canadá, os países do Sudeste Asiático, a ASEAN e mesmo a ONU. Sublinhando o carácter multi-dimensional e multi-instrumental da segurança, a “segurança completa” enfatiza não as disputas político-militares mas sim uma miríade de preocupações económicas, sociais e ambientais e, logo, outros instrumentos não-militares como a ajuda ao desenvolvimento, as interdependências económicas ou as instituições internacionais. Além disso, segundo os promotores da “segurança completa”, reconhecer as várias dimensões e desenvolver múltiplos instrumentos de segurança, de forma cooperativa, pode contribuir para minimizar as tensões entre tradicionais antagonistas e aumentar a segurança de uns e de outros. Para G. Evans (1993), contudo, a maior fragilidade desta concepção é ser de tal modo abrangente e ambígua que, por um lado, perde muita da sua capacidade descritiva e, por outro, fica demasiado refém da sobrevalorização da cooperação internacional.

Embora mais recentes, outras noções que acolhem crescentemente adeptos são as de “segurança global” ou “segurança mundial”, significando ambas sensivelmente o mesmo. A *Commission on Global Governance*, no seu relatório “Our Global Neighbourhood”, prefere expressamente o termo “segurança global”: «*Global security must be broadened from its traditional focus on the security of states to include the security of people and the planet*» (1995: Cap.III. Promoting Security). Similarmente, Gwyn Prins (1994: 7) sustenta que se impõe uma abordagem de “segurança global” porque «*lida com a transição de um mundo onde o poder definitivo era incontroversamente interpretado como força militar exercida pelos Estados para um mundo onde, cada vez mais, indivíduos e comunidades enfrentam ameaças sem inimigos, onde muitas destes agentes, forças e ideias políticas habituais nos dois últimos séculos não podem garantir a segurança*» e porque a Humanidade está unida numa nova «*comunidade de vulnerabilidades*». Com base em premissas semelhantes estão outros autores - nomeadamente, neoliberais e construtivistas, como Klare e Thomas, Keohane, Nye, Young, Krasner, Rosenau, Adler, Crawford, Waever, Katzenstein, Morada ou Wendt – que referem antes, todavia, o termo de “segurança mundial”. Na mesma linha, Seymond Brown (1994) invoca a noção de «*world interests*» para reconciliar os interesses nacionais, transnacionais e subnacionais defendendo, por isso, o alargamento do objecto e dos interesses que devem ser seguros.

A abordagem/concepção mais polémica é, contudo, a de “segurança humana”. Esta noção surge frequentemente associada ao *Relatório de Desenvolvimento Humano* do PNUD de 1994, embora a sua ideia-base fosse bastante anterior: em Junho de 1945, já o então Secretário de Estado dos EUA reportava, acerca dos resultados da Conferência de São Francisco, «*The battle of peace has to be fought on two fronts. The first is the security front where victory spells freedom from fear. The second is the economic and social front where victory means freedom from want. Only victory on both fronts can assure the world of an enduring peace.... No Provisions that can be written into the Charter will enable the Security Council to make the world secure from war if men and women have no security in their homes and their jobs*» (cit. in UNDP, 1994: 3). O pressuposto da “segurança humana” é, pois, libertar todos os indivíduos e toda a Humanidade da violência e do medo (*freedom from fear*) e da pobreza e privação (*freedom from want*), pelo que «*Human security is not a concern with weapons – it is a concern with human life and dignity*» (ibid.: 22).

Esta abordagem passou a ser recorrente, mas com diversas caracterizações e definições⁶ e no meio de intensos debates. Os seus próprios defensores divergem acerca de que

⁶ Uma das mais influentes é a da Commission on Human Security (2003: 4): «*Human security means protecting fundamental freedoms — freedoms that are the essence of life. It means protecting people from critical (severe) and pervasive (widespread) threats and situations. It means using processes that build on people’s strengths and*

ameaças ou *ameaças fundamentais* os indivíduos devem ser protegidos: a concepção restrita centra-se na violência interna exercida pelos próprios governos ou grupos politicamente organizados sobre comunidades e indivíduos, enquanto a abordagem mais ampla considera que também se devem incluir a fome, as doenças e os desastres naturais. Por seu turno, os críticos apontam a sua natureza demasiado vaga, a ambiguidade, a incoerência, a arbitrariedade e até a inutilidade prática desta abordagem. Roland Paris (2001: 93-96) é, a este respeito, particularmente mordaz: «se a *segurança humana* significa quase tudo, então, efectivamente, significa nada (...) a ambiguidade do termo serve um propósito particular: ele une uma diversa e, por vezes, fraccionada coligação de Estados e organizações que “procuram uma oportunidade para captar algum interesse político mais substancial e recursos financeiros superiores” (...) A *segurança humana* não parece oferecer um quadro de análise particularmente útil nem para académicos nem para políticos».

Independentemente da controvérsia, países como o Canadá, a Noruega ou o Japão incorporaram esta abordagem na sua política externa e de segurança, tentando operacionalizá-la. Também instituições internacionais como o Banco Mundial ou a ONU a adoptaram como referência das suas actividades. Na realidade, a noção de que o primeiro objectivo da segurança é a protecção dos indivíduos e das comunidades é suficiente para produzir alterações sensíveis, já que o quadro analítico tradicional que explica e procura evitar as guerras ou promover a paz entre Estados é claramente insuficiente e irrelevante para lidar com os novos riscos e preocupações transnacionais, explicar e prevenir os conflitos violentos dentro dos Estados ou proteger indivíduos e grupos de certos atentados ou tragédias (Tomé, 2007c: 18). A segurança humana está, por isso, associada a princípios controversos que emergiram no panorama da segurança internacional nos últimos anos, como a “ingerência humanitária” ou a “*Responsabilidade de Proteger*”, esta adoptada oficialmente na Cimeira Mundial da ONU, em Setembro de 2005, no quadro da reforma da Organização.

Há, efectivamente, a necessidade de redefinir a segurança, mas alguns usam e abusam indiscriminadamente do termo na tentativa de formular concepções alternativas, daí resultando quer uma grande proliferação de adjectivos e neologismos⁷ quer o risco de tornar a segurança numa espécie de “agarra-tudo” operacionalmente ineficaz. A dispersão é tal

aspirations. It means creating political, social, environmental, economic, military and cultural systems that together give people the building blocks of survival, livelihood and dignity». Um bom quadro para visualizar concepções diversificadas de “segurança humana” encontra-se in Sabina Alkire, 2003: 48 - Table 1. Ver também Human Security Report Project website.

⁷ Ver listagem de noções associadas, por exemplo, in M. Alagappa, 1998: 694-695 – *Figure 3: Security with Adjectives: Mapping and Organization*.

que muitos são os autores que procuram cruzar as teorizações das relações internacionais e dos estudos de segurança para sistematizar e distinguir os vários “campos”. É o que faz, por exemplo, Roland Paris (2001: 97-100) distinguindo quatro grandes áreas: segurança nacional, segurança redefinida, segurança intra-estatal e segurança humana. Também Roland Dannreuther constrói a sua grelha de categorização (2007: 34-37), registando duas grandes evoluções na teorização da segurança: a primeira representa uma alteração de popularidade das explanações racionalistas para as construtivistas sobre como a segurança internacional deve ser estudada e entendida; a segunda envolve uma visão mais optimista sobre as possibilidades e a necessidade de mudança – o exemplo referido é precisamente a popularidade e a proeminência da “segurança humana” em contraste com as noções tradicionais de “segurança nacional” e “segurança estatal”.

No meio desta discussão, há quem chame a atenção para o facto do significado dos conceitos evoluir com o tempo e variar consoante o espaço e, portanto, que com a mudança das circunstâncias muda também o conteúdo da “segurança”: insistir que algo é assim hoje e no futuro só porque foi assim no passado pode retirar a um conceito a sua relevância prática (Alagappa, 1998: 50).

I.1.1. Uma concepção operacional de Segurança

A *Segurança* é, manifestamente, uma das mais ambíguas, debatidas e contestadas noções em todo o edifício conceptual das relações internacionais. As concepções “tradicionais” são demasiado restritivas e deslocadas perante a realidade contemporânea por excluírem referências e dimensões cruciais: a segurança tem, assim, de ser conceptualizada de uma forma mais abrangente. Porém, essa maior abrangência não pode ser indiscriminada sob pena de se tornar num “buraco negro” onde tudo cabe, susceptível de todo o tipo de abusos políticos e intelectuais. Por outro lado, uma vez que a natureza dos Estados e a vivência em comunidade são muito diversas e dinâmicas nas suas circunstâncias internas e internacionais, a conceptualização de segurança tem de ser capaz de acomodar e conciliar várias possibilidades nos seus elementos fundamentais. Conceptualizar a segurança acomodando tudo isto sem ser indiscriminado e preservando a sua utilidade analítica e operacional é, portanto, um exercício delicado e complexo. Ainda assim, arriscamos fazê-lo aqui, tendo por base seis pressupostos principais:

- 1) a referência de segurança são as comunidades;
- 2) a sobrevivência política e o bem-estar são os interesses e valores fundamentais associados à referência, tidos por um prisma relativamente amplo mas não indiscriminado;

- 3) as ameaças e preocupações respeitantes à segurança das comunidades não provêm unicamente de outros Estados – elas também podem provir de dentro dos Estados e de outros actores não estatais;
- 4) a competição, a cooperação e a construção de comunidades são igualmente relevantes e podem coexistir em simultâneo;
- 5) a ênfase ou prioridade a cada dimensão e instrumento de segurança pode variar de comunidade para comunidade;
- 6) a concepção genérica de segurança pretende-se abstracta, inclusiva e cautelosa para conciliar complexidade, diversidade e mudança, admitindo diferentes níveis.

Segurança significa, assim, a protecção e a promoção de valores e interesses considerados vitais para a sobrevivência política e o bem-estar da comunidade, estando tanto mais salvaguardada quanto mais perto se estiver da ausência de preocupações militares, políticas e económicas.

Ter como referência a “comunidade” significa que o objecto de segurança tanto pode ser um Estado como um grupo infra-estatal ou transnacional ou ainda uma associação internacional, permitindo acomodar a problemática natureza dos Estados e a existência de outras referências de segurança “dentro” dos Estados e/ou “acima” dos Estados. Por seu lado, assumir como valores e interesses vitais a “sobrevivência política” e o “bem-estar” permite alargar e aprofundar a segurança para lá das dimensões tradicionais de forma suficientemente abrangente e flexível em termos do seu conteúdo, ameaças e instrumentos. As preocupações com a sobrevivência política ou com o bem-estar podem, isoladamente ou em simultâneo, ser os interesses essenciais a garantir pelas comunidades, mas não necessariamente com a mesma prioridade nem da mesma forma nem no mesmo nível nem perante as mesmas preocupações: a Coreia do Norte, os tibetanos, os japoneses, os muçulmanos da província filipina do Mindanao ou a ASEAN pensarão, certamente, quer a sua sobrevivência quer o seu bem-estar de modo muito distinto. Depois, se o Estado pode ser para uns a principal referência de segurança, para outros é antes a principal fonte de insegurança, enquanto para outros a referência principal não é o Estado mas sim a comunidade étnica ou religiosa ou a elite política. Acresce que, a existir uma problemática crucial de sobrevivência política ou de bem-estar, ela pode não ser apenas produto de conflitos de interesses materiais – território, populações, capacidades, recursos, etc. – mas derivar, sobretudo ou paralelamente, de considerações e percepções de identidade, ideológicas ou legados históricos e culturais. Essas problemáticas e percepções ocorrem ainda em contextos de rivalidade, conflito, envolvimento e cooperação muito distintos e que são dinâmicos e evolutivos. Similarmente, a salvaguarda e/ou promoção da sobrevivência

política e do bem-estar pode implicar a instrumentalização da panóplia militar mas, em complemento ou isoladamente, podem privilegiar-se quadros normativos/legais internos e/ou internacionais, a diplomacia, a política, o comércio e a economia ou aspectos sócio-culturais e outros, uma vez mais, dependendo da comunidade e das circunstâncias em concreto. Assim, na formulação que propomos, ao mesmo tempo que a sobrevivência política e o bem-estar limitam o espectro de segurança - para que uma preocupação constitua um problema de segurança tem que, de alguma forma, pôr em causa valores e interesses considerados vitais – também são suficientemente abrangentes e flexíveis para permitir uma grande variedade de situações possíveis.

Da mesma forma, a noção de comunidade que surge no nosso conceito de segurança não só permite abranger vários níveis de actores – infra-estatais, estatais e supranacionais – com seleccionar aquelas que forem mais relevantes e pertinentes em função tanto da agenda de segurança como do sistema ou do complexo de segurança em análise. O mesmo se pode dizer, aliás, em relação às preocupações militares, políticas e económicas, uma vez que elas só se encontram incluídas no nosso conceito operacional de segurança na medida da sua relevância para a protecção e a promoção de valores e interesses considerados vitais para a sobrevivência política e o bem-estar das comunidades em causa - como é evidente, há preocupações de segurança que não colocam em causa níveis essenciais da segurança de populações, Estados ou regiões. Caso contrário, estaríamos a abrir a porta para uma tremenda vastidão de potenciais comunidades e preocupações que, de facto, não são igualitariamente relevantes no complexo de segurança de uma macro-região como a Ásia Oriental.

O conceito de segurança aqui proposto pode, reconhecidamente, ser objecto de várias críticas e objecções: estar exposto a abusos; ser subjectivo e ambíguo; e o problema que coloca em termos de construção teórica e de identidade da agenda de investigação. No entanto, não só qualquer concepção de segurança um pouco mais abrangente está virtualmente exposta a abusos como isso não nos dissuade de avançar um conceito que se pretende operacional. Por outro lado, restringir um conceito por razões de maior simplificação arrisca torná-lo pouco adequado à realidade, dado que teríamos sempre de fazer exclusões *a priori* independentemente das situações concretas. Assim sendo, tendo necessariamente que optar, preferimos uma formulação mais aberta, inclusiva e flexível no plano da construção teórica de maneira a cobrir todas as possibilidades de segurança numa macro-região complexa e dinâmica como a Ásia Oriental.

Além disso, o propósito de uma definição teórica é indicar a sua essência e os seus limites fundamentais, devendo ser medida em função da sua utilidade numa lógica de *problem solving*. Em nosso entender, a formulação aqui proposta alarga e aprofunda a noção de

segurança sem cair no exagero da abrangência, já que fixa importantes parâmetros em termos de referência (comunidade) e valores centrais (sobrevivência política e bem-estar); não restringe *a priori* o leque de possibilidades de inter-relações e a multiplicidade nos seus elementos cruciais; permite envolver/caracterizar diferentes tipos de concepções, divididos em função da referência e da natureza das ameaças, dos instrumentos e das preocupações; e facilita ainda análises comparativas entre as várias hipóteses teóricas e entre estas e a realidade concreta de segurança, permitindo escolher os aspectos mais válidos e estabelecer, se necessário, novas interligações.

I.1.2. Problema de Segurança e Sistemas de Segurança Internacional

Outro dos grandes debates em curso envolve o “problema de segurança”: este resulta, fundamentalmente, de um jogo competitivo de soma-nula e é de natureza distributiva (ganhos absolutos/relativos) ou corresponde a uma insuficiência/inadequação da “estrutura”, mais do que dos actores? E pode ou não o problema de segurança ser atenuado ou mesmo resolvido através de maiores interdependências económicas e desenvolvimento inovador de instituições e/ou da construção de práticas sociais, novas ideias e identidades?

O *realismo* encara o problema de segurança a partir da “imutável anarquia internacional” que pode apenas ser gerida, não alterada nem transformada, pelo que a ambição permanente de poder, a força militar e os jogos diplomáticos são aspectos cruciais. Na estrutura internacional anárquica, o comportamento dos Estados variará «*em função das diferenças de poder mais do que por diferenças de ideologia, da estrutura interna das relações de propriedade ou da forma governamental*» (Waltz, 1986: 329). Consequentemente, não havendo uma autoridade superior que garanta a sobrevivência e desconfiando e temendo das ambições dos outros, cada Estado tem como preocupação central a sua segurança, assumindo a responsabilidade pela auto-defesa, num tradicional problema hobbesiano de ordem e também de “segurança competitiva”. Desta situação resulta um *dilema de segurança* que não pode ser resolvido enquanto persistir a anarquia internacional. Por outro lado, as pressões em torno dos jogos de poder levarão os Estados não conformados a serem “socializados” no sistema internacional, i. é, a entrarem nesses jogos, acabando por ter todos características comportamentais similares: se uma unidade persistir num comportamento diferenciado «*coloca-se a si próprio em perigo, sofrerá*» (Waltz, 1979: 118).

No entanto, como já salientámos, o realismo não é um paradigma monolítico, existindo diferenças sensíveis entre os chamados “realismo ofensivo” e “realismo defensivo” (ver, p.

ex., Brooks, 1997 e Dannreuther, 2007). John Mearsheimer é um dos mais destacados autores da corrente “ofensiva”, argumentando que «os *Estados estão sempre dispostos a pensar ofensivamente na direcção de outros Estados*» (2001: 34). Perspectiva distinta é expressa por Kenneth Waltz, para quem os Estados não são apenas conduzidos pela “maximização do poder” mas também por “manter as suas posições no sistema” (Waltz, 1979). Esta posição representa a corrente dita de “realismo defensivo”, segundo a qual a experiência histórica na consolidação de “balanças de poder” é encarada como uma importante fonte de estabilidade internacional, na lógica de “ganhos relativos”: uma vez a sua sobrevivência básica assegurada, os Estados não procuram necessariamente a acumulação de poder nem se estão continuamente a preparar para a guerra (Buzan, 1991; Waltz, 1979 e 1993). Em consequência, o “realismo defensivo” tende a ter em conta outros factores não-materias como valores, ideias e ideologias, dando também algum relevo ao papel dos factores internos no comportamento externo e distinguindo o padrão comportamental das grandes potências e dos Estados secundários. Roland Dannreuther (2007: 39) coloca, por isso, o “realismo defensivo” - também designado de “realismo neo-clássico” - próximo da abordagem e da metodologia construtivistas, ao passo que Schroeder (1995: 194) sustenta que «*só o comportamento irracional é inconsistente com o neo-realismo*».

É certo que, como salienta João Gomes Cravinho (2006: 222-230), há uma vasta área de concordância entre o neo-realismo e o neo-liberalismo, ao ponto de se poder descrever o segundo como “neo-realismo optimista” (ibid: 223). De qualquer modo, muito mais do que mesmo o “realismo defensivo”, o *liberalismo* considera que a anarquia permite uma grande variedade de interacções entre os Estados e que é possível um elevado grau de cooperação, onde e quando existirem interesses mútuos. Por isso, o liberalismo tenta demonstrar que a cooperação entre os Estados e o progresso internacional (incrementos de paz, cooperação e ajuda mútua para resolver problemas comuns) podem ser gerados por três vias fundamentais: a criação e desenvolvimento de instituições; a expansão da democracia; e o fomento das interdependências económicas. Além disso, enquanto o realismo assume que a segurança predomina nas prioridades do Estado, o liberalismo presume que o progresso económico é frequentemente prioritário. Nesta perspectiva, os percebidos “ganhos mútuos” ou “ganhos comuns absolutos” oriundos da colaboração são determinantes (Keohane, 1993: 275), inclusive na área da segurança e até entre virtuais adversários. Porém, enquanto para uns existe uma diferença entre os campos da segurança e da economia, em virtude do elevado custo da traição, das dificuldades de monitorização e da tendência para encarar a segurança em termos de “soma-nula” (Lipson, 1993), outros

discordam dessa distinção argumentando que não é o sector que determina a propensão para cooperar mas, antes, os efeitos cumulativos antecipados sobre as futuras vantagens e comportamento dos Estados (Mathews, 1996).

Por outro lado, o liberalismo acentua os impactos dos desenvolvimentos internos tanto no comportamento externo dos Estados como no sistema de segurança internacional: por exemplo, muitas análises procuram demonstrar os efeitos positivos decorrentes da expansão da Democracia e do comércio livre (Keohane e Nye, 2000 e 2003; Nye, 2007). O chamado “liberalismo comercial”⁸ salienta os efeitos benignos da interdependência económica e do aumento dos intercâmbios comerciais: não só atenuam a natureza anárquica como transformam gradualmente a natureza da política internacional e das relações inter-estatais na direcção de um “mundo comercial”, afectando a disposição internacional e o comportamento dos Estados. Neste caso, os incentivos para a guerra desaparecerão e a cooperação substitui a competição na resolução do dilema de segurança (Nye, 2007; Beeson, 2007). Já o “liberalismo institucional” (ou “institucionalismo”) considera que as organizações e os regimes internacionais atenuam a base anárquica e alteram o comportamento dos Estados: as instituições são constitutivas (ajudam a definir interesses); através das suas regras e convenções, elas podem regular o comportamento dos Estados; e, ao alterar concepções de interesse próprio, também reduzem a incerteza, estabilizam expectativas e podem facilitar mudanças pacíficas. Premissas semelhantes encontram-se, aliás, noutra tradição teórica, o *funcionalismo/neo-funcionalismo* (ver Cravinho, 2006: 155-160).

Ao debate “neo-neo”, isto é, neorealismo *versus* neoliberalismo (ver Baldwin *et al.*, 1993) junta-se uma outra abordagem relativamente nova das relações internacionais que surgiu com grande vigor nas duas últimas décadas – o *construtivismo*. A falta de bases históricas, culturais e identitárias imputada quer ao neorealismo quer ao neoliberalismo é criticada por esta abordagem oriunda da sociologia histórica que, tanto ao nível interno como internacional, procura explicar o comportamento dos Estados e das comunidades pelo impacto das ideias, os laços sociais, as normas, a cultura, as percepções e a História. A ideia central do construtivismo é a rejeição de uma realidade externa objectiva e imutável e a necessidade de reconhecer que o mundo é uma construção social, mutuamente constituída através da partilha de significados/percepções e entendimentos inter-subjectivos (ver, p. ex., Wendt, 1992 e 1999; Katzenstei, 1996; Katzenstei, Keohane e Krasner, 1999; Morada, 2002; Haas e Haas, 2002; Johnston, 1995 e 2003). Sublinha, por isso, o papel das experiências históricas (como o imperialismo e o colonialismo) e de momentos políticos

⁸ Alguns autores distinguem neo-liberalismo ou liberalismo institucional de liberalismo comercial: ver, por exemplo, Alagappa, 1998.

decisivos (de que são exemplo as libertações nacionais ou processos revolucionários) nas identidades, interesses e comportamentos dos Estados.

Na premissa construtivista, as capacidades materiais, em si mesmas, não têm significado; o seu sentido deriva de práticas e entendimentos partilhados. Daí que, por exemplo, a “cultura estratégica” – definida por Alastair Iain Johnston (1995: ix) como «*as grandes preferências estratégicas derivadas de assumpções paradigmáticas centrais sobre a natureza do conflito e do inimigo e colectivamente partilhadas pelos decisores políticos*» - seja extraordinariamente relevante: o argumento é que as escolhas dos Estados são mais condicionadas pelas experiências e preferências históricas do que determinadas por mudanças objectivas no ambiente estratégico, por qualquer racionalidade em torno da economia e do poder ou de variáveis como a tecnologia, a ideologia, o regime político, o nível de ameaça conjuntural ou as estruturas organizacionais (Johnston, 1995 e 2003). Por outro lado, as instituições, num sentido inter-subjectivo, tal como os Estados e outras comunidades, são uma parte crucial da estrutura e podem ser constitutivas ou reguladoras e alterar as identidades e os interesses sociais, tal como os quadros normativos internacionais, uma vez que estes são socialmente contingentes e não intrínsecas aos Estados (Jepperson, Wendt e Katzenstein, 1996; Johnston, 2001; Wendt, 1999; Haas e Haas, 2002).

Uma questão crucial para o construtivismo é, assim, como construir a mudança. Contestando o problema de segurança derivado da anarquia internacional uma vez que, como sustenta Alexander Wendt (1992), «*Anarchy is what States Make of It*» ou, como refere J.M. Pureza (2002: 5), «*A comunidade internacional não é um dado, é uma tarefa. Ela constrói-se tanto nas instituições como no pensamento*», a ordem e a segurança são socialmente construídas e podem ser transformadas pelas ideias, as acções e as interacções. Similarmente, os construtivistas admitem a possibilidade não só de haver cooperação entre os Estados como também a recriação de comunidades inter-estatais, incluindo no domínio da segurança.

Uma outra perspectiva que vem ganhando relevo no pensamento e nos debates teórico-conceptuais é a chamada *segurança crítica*. Esta tem muito em comum com a visão de “segurança humana”, na medida em que partilha de uma conceptualização de segurança anti-Estatista e anti-realista. Mas mais do que isso, a abordagem crítica revela-se particularmente céptica acerca do impacto do internacionalismo liberal na agenda da segurança humana, presumindo-o mesmo “subversivo” e “instrumentalizador”. Karlos Pérez de Armiño (2009: 8), por exemplo, considera que «*tem vindo a constatar-se uma certa cooptação e distorção do conceito de segurança humana por parte das potências ocidentais, com o propósito de colocá-lo ao serviço das suas políticas externas*», enquanto José Manuel

Pureza (2009) salienta que «a ambição de trazer para as prioridades da segurança o combate ao medo e à privação não se materializou em alterações substantivas das relações de poder internacionais e tem servido fundamentalmente como suporte (mais um) para a disciplina da periferia turbulenta pelo centro inquieto». É neste ponto, aliás, que as raízes intelectuais da tradição neo-Marxista da teoria crítica de segurança se tornam mais evidentes. No fundo, tal como o realismo e o neo-liberalismo económico são vistos como instrumentos para justificar a continuação da subjugação do Sul pelo Norte, segundo os teóricos da segurança crítica, a segurança humana presta-se a perigos similares, sumariamente, por poder ser instrumentalizada pelos “poderosos”, inclusivamente, para justificar o seu “intervencionismo”.

A realidade é que tal como as outras principais correntes, a teoria crítica das Relações Internacionais e da Segurança ou *Critical Security Studies* é um campo muito vasto e heterogéneo, que inclui contributos que vão desde o feminismo ao marxismo-leninismo ou ao anarquismo (para um quadro geral ver, p.ex., Krause e Williams, 1996; e Jones, 1999). O que “une” estas perspectivas tão distintas originariamente é a visão e o compromisso comum «to a “critical” rather than a “problem-solving” approach to IR» (Danneuther, 2007: 49). Ou seja, enquanto o realismo e o liberalismo são encarados como teorias técnicas de resolução de problemas que não questionam nem pretendem alterar as relações políticas e sociais existentes, a “teoria crítica” pretende distinguir-se pela forma como identifica a raiz dos problemas, incluindo de segurança, e como se propõe alterar significativamente a situação que condena. Neste sentido, a abordagem crítica é também construtivista, procurando não só perceber o estado da segurança mas também como é que as percepções, as relações e os conceitos de segurança podem ser transformados. Para este fim, teóricos críticos como Ken Booth, Richard Wyn Jones, Keith Krause, Michael C. Williams ou, entre nós, José Manuel Pureza e General Pezarat Correia, procuram “desconstruir” os discursos convencionais e, em certos casos, “deslegitimá-los” para (re)centrar a atenção na segurança da condição humana e na respectiva emancipação, numa matriz ideológica e intelectual que secundariza os interesses dos Estados, do “centro” e dos “poderosos” a favor dos indivíduos, das “periferias” e dos “fracos” e “desfavorecidos”. É fundamentalmente por esta conjugação de motivações que os teóricos críticos surgem muitas vezes associados ao construtivismo e citados no quadro da segurança humana - embora não sejam apenas construtivistas do ponto de vista da teoria e da acção e nunca se coíbam de denunciar a apropriação e a instrumentalização indevidas da segurança humana. Por outro lado, o carácter distintivo da abordagem crítica na problematização da segurança é sublinhado em dois contributos particularmente significativos no pensamento sobre segurança nas últimas décadas, detectados por estudiosos como R. Dannreuther (2007: 50). Primeiro, actua como um constante *reminder* de que as concepções hegemónicas de

segurança, frequentemente dadas por adquiridas e universais, reflectem muitas vezes tão-só preocupações e visões dos poderes dominantes, perpetuando mecanismos de dominação, mesmo quando ligam a segurança ao desenvolvimento, ao ambiente ou aos direitos humanos. Um segundo grande contributo da segurança crítica, fortemente inspirada pela teoria feminista, é a identificação e desconstrução da lógica e do discurso “masculinos” sobre segurança e que há muito tendem a marginalizar ou ignorar o papel e as experiências do elemento feminino (e igualmente das crianças, como os “meninos-soldados”) na guerra e na paz, na segurança e na violência, seja enquanto agente seja enquanto vítima.

Intimamente associado ao “problema de segurança” temos o debate acerca do “sistema de segurança internacional”. Evidentemente, as discussões entre o realismo, o liberalismo e o construtivismo têm continuidade a este respeito. A realidade é que, independentemente das visões e formulações destas correntes de pensamento, existe uma grande plêiade de caracterizações de sistemas internacionais de segurança que convém, antes, descortinar, não só para compreender os respectivos sentidos mas também para melhor situar cada um daqueles paradigmas teóricos face ao sistema de segurança que lhe é mais familiar.

As categorizações são, de facto, muito variadas. Por exemplo, enquanto Muthiah Alagappa (1998: 54-56) descreve três tipos de sistemas de segurança que considera “puros” – segurança competitiva, segurança colectiva e comunidade de segurança -, Raimo Vayryen (1999) elenca três diferentes “perspectivas” sobre a segurança internacional: comum, cooperativa e colectiva. Patrick Morgan (1997), por seu lado, identifica cinco “tipos ideiais” de sistemas ou formas multilaterais de gestão de conflitos - poder contra-peso de poder (*power restraining power*), concerto de grandes potências, segurança colectiva, comunidade pluralista de segurança e integração -, ao passo que Brian Job (1997) subdivide a primeira em balança de poder e defesa colectiva e Gareth Evans (1993) sustenta que a segurança comum, a segurança colectiva e a segurança completa são diferentes formas de segurança cooperativa. Particular relevância assumem, pois, as concepções em torno de segurança comum, segurança cooperativa, segurança colectiva e comunidade de segurança.

A “segurança comum” ganhou expressão após a publicação do relatório “*Common Security: A Programme for Disarmament*” pela chamada “Comissão Palme” (ou *Independent Commission on Disarmament and Security Issues*), em 1982, num contexto tenso de Guerra Fria: enfatizando os riscos de escalada e as limitações e riscos de opções meramente unilaterais, aquela Comissão apelava para um compromisso comum de sobrevivência e de segurança, acomodando os interesses legítimos “dos outros” com os “nossos”. No fundo, o argumento é de que a segurança deve ser alcançada com, e não contra, os outros: daí as

recomendações como a criação de zonas livres de armas nucleares, o controlo mútuo das defesas estratégicas espaciais, o desarmamento entre as superpotências e respectivos “blocos” de defesa colectiva e o fortalecimento das Nações Unidas e das organizações regionais. Para Gareth Evans (1993), o positivo desta noção tal como definida pela Comissão Palme é que enfatiza a sobrevivência conjunta através da segurança com o “outro lado”, mas nota que grande parte das discussões sobre segurança comum têm sido focalizadas nas dimensões militares da segurança e que ela é apenas uma das formas possíveis de uma muito mais abrangente segurança cooperativa.

A expressão “segurança cooperativa” tornou-se popular, no contexto europeu, com os Acordos de Helsínquia de 1975 e, sobretudo, desde o fim da Guerra Fria. A segurança cooperativa vem, porém, sendo definida e aplicada de diferentes formas, se bem que sempre baseada na premissa de que a segurança não pode ser imposta ou alcançada por uns a outros e que tem de ser baseada em instituições e normas comuns que se espera sejam respeitadas (Morada, 2002: 34). Em regra, a segurança cooperativa é entendida como um regime que previne e gere conflitos num determinado quadro estabelecido de normas e procedimentos. E embora envolva a necessidade de acções conjuntas no estabelecimento de comportamentos aceitáveis não enfatiza, todavia, a comunhão plena de interesses nem a importância da colaboração como faz a comunidade de segurança. Implica, isso sim, a acomodação de interesses e de políticas rivais (ou potencialmente rivais) na manutenção de uma ordem internacional estável sob a liderança das grandes potências (Vayryen, 1999: 57-58).

Muthiah Alagappa (1998: 53-54) acrescenta que a identidade relacional na segurança cooperativa não é negativa, ou que o é minimamente, podendo mesmo ser positiva: os Estados podem até suspeitar ou não confiar uns nos outros, mas não há a percepção de uma ameaça imediata. Por seu lado, Gareth Evans (1993) apresenta uma noção bem ampla de segurança cooperativa, nela cabendo as várias formas de segurança comum, colectiva e completa. Para este autor, a principal virtude da segurança cooperativa é abranger um leque muito variado de respostas às questões de segurança: a essência da segurança cooperativa radica, no fundo, em enfatizar mais a cooperação do que a competição⁹. Com uma visão igualmente ampla de segurança cooperativa, o canadiano David Dewitt (1994) inclui nessa concepção as noções de segurança completa e até de segurança competitiva, bem como a

⁹ A segurança cooperativa é, assim, descrita por G. Evans (1993) como: 1) multidimensional na amplitude e gradualista no temperamento; 2) mais inclusiva do que exclusiva; 3) enfatiza mais a garantia de segurança do que a dissuasão; 4) não é restritiva na participação ou *membership*; 5) favorece o multilateralismo sobre o bilateralismo; 6) não privilegia as soluções militares sobre as não-militares; 7) assume que os Estados são os principais actores no sistema de segurança mas aceita que actores não-estatais possam desempenhar um papel importante; 8) não requer a criação de instituições de segurança formais, embora também não as rejeite, naturalmente; e, acima de tudo 9) sublinha o valor de criar “hábitos de diálogo” numa base multilateral.

de balança de poder e as alianças, na sua tentativa de justificar que é esse o sistema mais adequado para caracterizar a situação na Ásia-Pacífico.

Em relação à “segurança colectiva”, G. Evans define-a como inerentemente focada nos assuntos militares, envolvendo a ideia de que todos os membros do grupo renunciam ao uso da força entre eles e que se comprometem a auxiliar prontamente qualquer membro se este for atacado: a segurança colectiva é, nesta linha, o corolário da segurança comum, isto é, «*a última garantia de que o processo não sairá do rumo pelo comportamento agressivo de qualquer Estado individualmente – ou que se sair, a reacção alterá-la-á*» (Evans, 1993: 15-16). De igual modo, para Vayryen a segurança colectiva destina-se a criar uma coligação internacional putativa que deterá potenciais agressores e puni-los-á, se necessário, pelo uso da força, mas sem definir o agressor ou a vítima previamente. Assenta, acima de tudo, no pressuposto de manter o *status quo* representando e mobilizando a sociedade internacional e fazendo apelo a uma vasta forma representativa e legítima de acção colectiva, pelo que um sistema deste tipo precisa de «*um quadro de instituições, normas e procedimentos estabelecido que ajude a mobilizar a resposta internacional no momento em que for necessário*» (Vayryen, 1999: 59).

Brian Job (1997), por seu turno, sublinha a diferença entre “segurança colectiva” e “comunidade pluralista de segurança”. A primeira refere-se a um compromisso do tipo “todos-por-um” entre os membros para actuarem, automaticamente e em concerto, na assistência a um Estado membro que tenha sido ameaçado ou atacado por outro. Segundo aquele autor, os mecanismos de segurança colectiva, ao contrário da defesa colectiva, não são motivados pela necessidade de planear ou agir contra uma particular percebida ameaça externa, isto é, um Estado excluído do grupo. Neste contexto, o dilema de segurança entre os membros é atenuado, na medida em que não existe uma ameaça imediata ou claramente identificada. Os quadros de segurança colectiva têm, assim, tendência para um largo espectro de participantes pois são desenhados para permitirem acomodar um vasto denominador comum em termos de atitudes e compromissos, sendo que o seu sucesso depende muito do grau de envolvimento e compromisso dos membros mais poderosos do grupo (Job, 1997: 172-173).

Um nível mais elevado de cooperação é, para Brian Job, o da “comunidade pluralista de segurança”. Referenciando Karl Deutch, Job considera que entre os membros de uma comunidade de segurança existe um grau mais profundo e qualitativamente superior de multilateralismo, mas que a pertença ou o *membership* é mais restrito e bastante regulado entre os seus membros. Isto acontece porque a comunidade pluralista de segurança pressupõe a identificação e a criação mútua de identidade entre os participantes, necessário para concretizar e sustentar a longo-prazo o princípio da reciprocidade difusa. Mais importante, o carácter distintivo da comunidade de segurança é «*a transição cognitiva que*

tem lugar entre os Estados, em princípio, não encarando ou temendo a força como modo de interação entre eles próprios» (Job, 1997: 174-175). Também para M. Alagappa a “comunidade de segurança” é bem mais profunda do que a segurança cooperativa, pois mais exigente nos seus pressupostos e com um potencial maior de prevenir a emergência de novas disputas de poder: «*Num sistema de comunidade de segurança, as identidades nacionais e os interesses estatais acabam fundidos com os da mais vasta comunidade de Estados*» (1998: 55). Segundo este autor, não há excepção para o uso da força entre os membros da comunidade e ela torna-se ilegítima como instrumento da política entre os Estados que a compõem: nesta perspectiva, a segurança é colectiva por definição.

Porque radicados em pressupostos acerca do problema de segurança muito distintos, o realismo, o liberalismo e o construtivismo apresentam também apreciações bastante diversas a propósito do sistema de segurança internacional. Efectivamente, embora essas diferenças sejam, por vezes, atenuadas pelo argumentário de certos autores conotados com os respectivos “campos”, é possível estabelecer linhas fundamentais de apreciação de sistemas internacionais de segurança segundo cada um daqueles paradigmas e que demonstram como as diferenças são mais profundas do que as meras formulações semânticas. Assim, de uma maneira geral, podemos associar o realismo, fundamentalmente, à ideia de segurança competitiva; o liberalismo, à noção de segurança cooperativa; e o construtivismo, em particular, à concepção de comunidade de segurança.

Para o realismo, a segurança internacional é competitiva, por natureza, radicada na auto-defesa/segurança em ambiente anárquico e conflitual, como sublinhámos atrás. Tal não inviabiliza, todavia, que haja margem para a cooperação entre os Estados em matéria de segurança e defesa ou até uma relativa “ordem internacional”. É neste quadro que o realismo se conforta com as teorias da defesa colectiva, da balança de poder e da hegemonia. Pela “defesa colectiva”, vários Estados confrontados com uma ameaça comum proveniente de outro Estado ou coligação associam-se para, somando as capacidades respectivas, conjuntamente melhor se defenderem, dissuadirem ou vencerem o inimigo/adversário. A “balança de poder” realça o permanente jogo de pesos, contra-pesos e/ou compensação, essencialmente, entre as principais potências (nomeadamente, nas situações de “vazio de poder” e “declínio” ou “ascensão” de uma ou várias delas) mas que envolve também as outras unidades do sistema, uma vez que a estrutura e a distribuição de poder num dado sistema estão sempre sob a pressão competitiva/conflitual das respectivas ambições de poder. A “teoria da hegemonia” salienta não só as ambições e o comportamento das grandes potências sempre em busca da maximização do poder mas, igualmente, as capacidades (nomeadamente, militares) e virtualidades (essencialmente, político-diplomáticas) da potência que se situa no topo da hierarquia do poder e que, nesse caso, é

considerada o factor determinante para a maior ou menor estabilidade e segurança desse sistema internacional.

Por seu lado, o *liberalismo identifica-se melhor com a segurança cooperativa*, radicada na ideia de interesses mútuos, ganhos relativos e ponderação custos-benefícios: no fundo, ainda que movidos pelos seus interesses, os Estados e outros actores acabam por, racionalmente, ser mais compelidos para a cooperação e o envolvimento do que para a competição e o conflito. Esta visão de segurança cooperativa inclui também várias teorizações. As teorias do institucionalismo e dos regimes consideram que as instituições e as regras internacionais reduzem os obstáculos – como a incerteza e os custos de transacção forçada – e as motivações de conflito, ao mesmo tempo que codificam princípios, normas e procedimentos reguladores das interacções (incluindo o uso da força), tendo isso efeitos directos no comportamento dos actores e no sistema e, logo, promovendo gradualmente a cooperação internacional em virtualmente todos os domínios. Outra é a teoria da “paz democrática”: argumentando que as estruturas democráticas favorecem formas de resolução pacífica dos diferendos, que as “democracias não fazem guerra entre si” e que são mais tolerantes, mais comedidas nas suas reivindicações e estão muito mais abertas ao diálogo e à cooperação internacional, quanto mais alargado for o campo da Democracia tanto em termos do número de países como no seio das organizações internacionais mais serão as oportunidades de cooperação quer entre os “democráticos” quer também entre estes e os “não-democráticos” visando a segurança de todos. Na mesma linha, o liberalismo sugere ainda a teoria da “interdependência económica” como factor de estabilidade e, igualmente, como alavanca da cooperação em matéria de segurança, justificando que os intercâmbios económico-comerciais não só diminuem os incentivos para o conflito como promovem o conhecimento mútuo e a cooperação em nome de interesses comuns, primeiramente, relacionados com o crescimento económico e, depois, por “efeito dominó”, envolvendo igualmente os domínios da segurança.

Já o *construtivismo pode ser associado à ideia de comunidade de segurança* oferecendo, fundamentalmente, as teorizações da construção/transformação social e da institucionalização com base na identidade. Entendendo os interesses e também as comunidades e o sistema internacional como construções e reconstruções sociais constantes que têm por base um determinado contexto histórico-social-cultural e pressupostos identitários, o construtivismo considera que essa construção pode ultrapassar o simples cooperativismo ou colectivismo para dar lugar a uma nova comunidade de Estados/povos/indivíduos mais ampla de identidades recriadas, incluindo no domínio da segurança, onde deixam de se presumir antagonismos cruciais entre “uns” e “outros” para

serem todos “nós” e em que a força e a violência deixam de ser percebidas como possíveis nas interações mútuas. Paralelamente, a institucionalização de princípios, regras e práticas comportamentais no sentido da segurança “de todos, por todos e em nome de todos”, onde a segurança de cada um depende da segurança dos demais membros/participantes, pode regular ou alterar as identidades e os interesses precedentes, “socializando-os” numa comunidade de segurança de base identitária, entretanto, construída.

Em síntese, com as devidas precauções e simplificações resultantes de uma descrição gráfica, o Quadro seguinte relaciona o realismo, o liberalismo e o construtivismo com os sistemas de segurança internacional “puros” com que melhor se identificam.

Quadro 1. Sistemas de Segurança Internacional e Teorias de RI

Teoria de RI	Base relacional	Formulação de interesses	Perspectivas de Segurança	Sistema de Segurança Internacional
Realismo	Anárquica, Negativa, Conflitual	Maximização do Poder, Jogo de Soma-nula, Ganhos Absolutos	Auto-segurança/defesa Defesa Colectiva Balança de Poder Hegemonia	Segurança Competitiva
Liberalismo	Ainda essencialmente Anárquica, é Positiva	Racionalidade, Cálculo Custos-Benefícios, Ganhos Mútuos e Ganhos Relativos	Cooperação Institucionalizada Paz Democrática Interdependência Económica	Segurança Cooperativa
Construtivismo	Social, Positiva, em Construção; Memória Histórica, Percepções e Ideias	Interesses Comuns; Socialização dos Interesses e das Identidades	Construção Social Institucionalização de base identitária Segurança Comum, entre Todos e para Todos	Comunidade de Segurança

I.1.3. A Noção de Complexo de Segurança

Um sistema de segurança é apenas um de vários existentes, inter-actuando com outros sistemas e outras unidades numa rede dinâmica de efeitos directos e indirectos sobre o quadro de relações que se reflectem no ambiente de segurança. O *complexo de segurança* pode então ser entendido, desde logo, como *um sistema de sistemas de segurança*.

A noção de complexo de segurança está associada ao estudo e às teorias da complexidade dos sistemas ou dos sistemas complexos (*complex systems*). Trata-se de um campo científico que atravessa todas as disciplinas científicas e que, sinteticamente, incide «*sobre como as partes de um sistema produzem comportamentos colectivos do sistema e como o sistema interage com o seu ambiente*» (New England Complex Systems Institute – NECSI). Para o entendimento do “complexo de sistemas” concorrem cinco conceitos fundamentais: sistema, padrão, rede, escala e linearidade.

O mais importante é, naturalmente, o conceito de *sistema*, na medida em que começámos por caracterizar o “complexo” como um “sistema de sistemas”. Segundo Yaneer Bar-Yam (s/d) «*um sistema é a parte delineada do universo que é distinta do resto por uma fronteira imaginária... A ideia chave de “sistema” é que, uma vez este identificado, descreve: as propriedades do sistema, as propriedades do universo excluindo o sistema e que afectem o sistema, e as interacções/relações entre eles... uma definição útil de sistema é aquela que estabelece as interacções ou relações com o ambiente*». O sistema não é isolado do ambiente mas inter-actuante com ele. Nalguns casos, pode ser útil começar a pesquisa isolando o sistema; noutros, focam-se primeiro as interacções/relações. Muitas vezes, a identificação de um determinado sistema de segurança decorre da delimitação de um espaço geográfico em concreto e da forma como esse espaço e as interacções nele se caracterizam e mudam com o tempo. Mas também é possível identificar sistemas de uma forma não correspondente à divisão em espaços: por exemplo, podemos considerar um sistema económico face a outros sistemas (cultural, político, institucional, etc.), minimizando os aspectos espaciais.

A noção de *padrão* corresponde, sumariamente, à ideia de repetição: repetição de estruturas, ideias, comportamentos ou, em última análise, de sistemas dentro de uma colecção de sistemas mais vasta. Um tipo simples de padrão é a repetição de comportamentos ou relações num determinado espaço; paralelamente, podemos ter repetições coincidentes no tempo - assim, um padrão existe quando olhamos para diferentes lugares e/ou tempos e constatamos repetições. Mas também podemos pensar os padrões em termos de quantidade e qualidade das repetições: quanto mais vezes e mais coincidentes forem essas repetições, mais sólido ou claro é um determinado padrão.

Evidentemente, os padrões e as relações entre padrões definem um dado sistema que, por sua vez, relacionado com outros sistemas, caracterizam um determinado complexo de sistemas de que todos são parte. Portanto, identificar padrões de segurança, entender como e porque se formam, perceber como se inter-relacionam e observar os seus efeitos no conjunto dos sistemas de segurança ajuda-nos a caracterizar o carácter de um determinado complexo de segurança.

A *rede* é o somatório de conexões que permitem interacções e influências entre partes (unidades e sub-sistemas) do complexo de sistemas. Por vezes, a designação de rede exprime ela própria um sistema no seu conjunto, considerando os efeitos destas conexões. Existem, obviamente, muitos tipos de redes num sistema e num complexo de sistemas, mas um aspecto fundamental a perceber é que elementos estão directa ou indirectamente conectados entre si; depois disto, cada relação da rede pode ser caracterizada por vectores como a sua força, influência, solidez, motivação, capacidade, etc... Potencialmente, todas as redes são influentes sobre as partes interligadas, as outras redes e o sistema/complexo de redes no seu conjunto. As redes de relacionamento entre as partes mais destacadas ou significativas não invalidam que também essas relações e essas partes sejam influenciadas por outras unidades e por outras redes, bem como pelo vasto complexo de redes. O estudo e a explicação de um complexo de segurança numa macro-região passa, então, igualmente, por estabelecer redes entre as redes e os actores, o que implica não só identificar as várias redes e unidades mas também por observar os seus efeitos e que comportamentos e influências são comuns ou diferentes nas múltiplas conexões.

A *escala* referencia tanto o tamanho do complexo que se analisa como o alcance da influência das unidades, das redes, dos padrões e dos sistemas e a influência do próprio complexo de sistemas. Em ambos os casos - tamanho e alcance das influências -, um complexo de segurança interliga a segurança em diferentes escalas, desde os níveis intra-estatais à segurança global em que a região/macro-região se insere. A escala é importante quer para efeitos de definição e delimitação do próprio complexo de segurança quer para medir os impactos mútuos entre os vários níveis: por isso, embora este estudo destaque a escala macro-regional, todas as outras escalas têm de ser contempladas.

Finalmente, a *linearidade* é um aspecto recorrente nas teorias que estabelecem nexos de causa-efeito. O conceito de relação linear sugere que «*duas quantidades são proporcionais entre si: dobrando uma, isso leva a dobrar a outra também*» (Bar-Yam, s/d). As relações lineares são, em muitas ocasiões, a primeira aproximação utilizada para descrever as relações internacionais, ainda que não haja uma forma única de definir o que uma relação linear é em termos de “conteúdo”: por exemplo, uma relação linear de laços históricos e elementos identitários entre a China e Taiwan são necessariamente diferentes de uma relação linear na perspectiva económica ou ainda político-diplomáticos entre os mesmos

actores. A questão é que, mesmo tendo em conta uma grande variedade de relações lineares, isso está muito longe de caracterizar um sistema e menos ainda um complexo de sistemas. Daí que seja fundamental contemplar, igualmente, as *relações não lineares* entendidas, simplesmente, como aquelas que não são lineares e que ampliam enormemente o leque possível de causalidades e dependências. Os problemas são muitas vezes difíceis de entender e de resolver porque as causas e os efeitos não são facilmente relacionáveis: variações num sistema “aqui” tem frequentes efeitos “ali” uma vez que as partes e os sistemas são interdependentes. Ou seja, seguindo o mesmo exemplo, o relacionamento RPChina-Taiwan resulta dos muitos tipos de relações entre ambos mas também é o reflexo e, ao mesmo tempo, ajuda a condicionar, as relações a vários níveis quer da China quer de Taiwan com os EUA e com outros actores. O que significa, em síntese, que o complexo de segurança é igualmente um composto e, até certo ponto, o resultado da soma e da conjugação de relações lineares e relações não lineares com reflexos no domínio da segurança.

Em suma, o complexo de segurança é a rede de relações lineares e não lineares entre múltiplas partes e de interacções entre vários sistemas de segurança, em diferentes escalas e dimensões, de que resultam determinados padrões nas conexões, estruturas e comportamentos que, por sua vez, interagem com os ambientes interno e externo a essa rede de ligações de segurança.

A noção de complexo de segurança sobrepõe-se, por isso, à de sistema de segurança, agrupando vários sistemas. Neste nosso trabalho, a Ásia Oriental delimita o espaço em que parcelas/unidades, sistemas, padrões, redes, escalas e relações lineares e não lineares interactivam, daí resultando uma determinada “ordem” internacional/regional de interacções e também um determinado “complexo de segurança” macro-regional.

I.2. Sobre Geopolítica

O termo “Geopolítica” foi cunhado em 1899 pelo sueco Rudolph Kjellen, para quem «a geopolítica é o estudo do Estado considerado como um organismo geográfico, ou ainda como um fenómeno espacial, isto é, como uma terra, um território, um espaço, ou melhor ainda, um país» (cit. in Defarges, 1994: 39). Mas porque ficou ligada às justificações invocadas pela Alemanha Nazi (nomeadamente, a partir da obra de Karl Haushofer e outros da “Escola Geopolítica de Munique” e bem manifesta na revista *Zeitschrift für Geopolitik*¹⁰) para a sua campanha de expansão que culminou nas tragédias da II Guerra Mundial, a

¹⁰ Ou *Revista de Geopolítica*, criada em 1924.

geopolítica tornou-se uma ciência maldita e uma noção tabu nas décadas posteriores. Hoje, porém, a geopolítica parece estar na moda: jornalistas, diplomatas, líderes políticos, académicos e analistas de relações internacionais, segurança e estratégia empregam o termo frequentemente, revelando um renovado interesse pela geopolítica que é visível também em Portugal¹¹. Para Gearóid Ó Tuathail (2006: 1-2), esta nova popularidade da geopolítica resulta de três factores essenciais: primeiro, o discurso geopolítico lida muitas vezes com as questões de poder e de perigo nos assuntos mundiais, o que atrai sempre mais atenção; segundo, a geopolítica é atractiva porque parece explicar coisas complexas de forma simples, isto é, transforma a opacidade das relações internacionais num quadro aparentemente claro, criando esquemas para interpretação de ocorrências e dando-lhes sentido - justifica, por exemplo, como é que um acontecimento num determinado local pode ser relacionado com um processo muito mais vasto à escala global; terceiro, a geopolítica também é popular porque aponta a evolução mundial numa determinada direcção futura, muitas vezes numa espécie de discurso profético.

Na sua recente dissertação Doutoral, o Presidente do Centro Português de Geopolítica, Freire Nogueira (2009), define a Geopolítica como o «*estudo autónomo que almeja, muito simplesmente, compreender de que forma a geografia influi no comportamento político das sociedades e dos Estados*», distinguindo-a da Geografia Política na medida em que esta «*apresenta uma visão sincrónica da realidade (a fotografia)*», enquanto a geopolítica «*tenta, dessa mesma realidade, apresentar uma visão diacrónica (o filme), fornecendo-lhe, simultaneamente, perspectiva, significado e sentido*». A realidade é que o significado de *geopolítica* é bastante variável, prestando-se a distintas interpretações e confusões: desde logo, são imensas as definições e conceitos de geopolítica (ver, p.ex., Correia, 2008 e 2002: 100-108; e Dias, 2005: 61); depois, são frequentes as “derivações semânticas”, como salienta Pezarat Correia (2008; e 2002: 97 e 101-102); acresce que para sistematizar as muitas abordagens e a interpretação da evolução da geopolítica encontramos inúmeros esquemas diferenciadores¹². Entretanto, com a reemergência e popularidade da geopolítica,

¹¹ Também em Portugal esta “moda” da utilização do termo geopolítica é uma evidência, incluindo na linguagem dos media. O crescente interesse nacional pela geopolítica quer enquanto domínio científico autónomo quer enquanto complemento a outras áreas científicas é visível pela introdução de unidades curriculares de geopolítica nos cursos superiores de muitas Universidade e Institutos, em particular os das áreas de Relações Internacionais, Ciência Política e Geografia, sendo de elementar justiça reconhecer que as Academias Militares há mais tempo lhe debruçam atenção e investigação, se bem que normalmente associando-a à estratégia. Outro exemplo deste novo “apetite” nacional pela geopolítica é a criação, em 2005, do *Centro Português de Geopolítica* e que, entre as suas primeiras realizações, lançou à estampa a *Geopolítica*, primeira revista portuguesa sobre geopolítica. Ainda um outro exemplo é a realização anual, desde 2008, do *Workshop de Geopolítica*, iniciativa conjunta da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), associando estudantes e professores destas Instituições e de outras de Ensino Superior a fim de reflectirem precisamente sobre a realidade geopolítica.

¹² Por exemplo: perspectivas restritas do poder nacional e perspectivas globais do poder mundial; teorias deterministas *versus* teorias possibilistas; a oposição mar-terra e centro-periferia; a extensão e posição/localização geográfica (insular, continental, peninsular, “encravamento”); o papel geopolítico dos

vários são os autores que invocam novos conteúdos e objectos. Das novas abordagens, pelo seu carácter inovador, pertinência e controvérsia destacam-se as de “Anti-Geopolítica”, “Nova Geopolítica” e “Geopolítica Crítica”.

I.2.1. Anti-Geopolítica, Nova Geopolítica e Geopolítica Crítica

A “Anti-Geopolítica” parte das histórias de resistência que podem ser caracterizadas como a “geopolítica a partir da baixo” porque emanam de posições subalternas nas sociedades, isto é, dominadas e que desafiam a hegemonia militar, política, económica e cultural do Estado e suas elites em resultado de determinadas “práticas geopolíticas” (Routledge, 2006: 233). Como notou Foucault (1980: 142) *«não há relações de poder sem resistências... tal como o poder, a resistência é múltipla e pode ser integrada nas estratégias globais»*. A anti-geopolítica engloba, por isso, uma miríade de perspectivas cujo traço comum é partirem das posições de resistência ao exercício do poder por alegada imposição: elas desafiam os poderes dominantes, articulam a resistência à força coerciva dos Estados – interna e externamente – e discutem o consentimento popular regulado/imposto “por cima”. A anti-geopolítica articula ainda duas formas de luta contra-hegemónicas: por um lado, contesta o “poder geopolítico material” (económico e militar) dos Estados e das instituições globais e, por outro, desafia as “representações” impostas pelas elites políticas sobre o mundo e os seus diferentes povos que seriam destinados a servir aqueles interesses geopolíticos (Routledge, 2006: 233).

A anti-geopolítica pode assumir também múltiplas formas de resistência, desde os discursos de oposição por dissidentes intelectuais até à insurreição armada ou terrorismo, passando pela implementação de estratégias e tácticas de agitação de movimentos sociais. Paralelamente, envolve “resistências” que visam objectivos e práticas completamente díspares, desde as lutas anti-coloniais ao não-alinhamento com as grandes potências, passando pela contestação da globalização económica, a reivindicação de direitos sociais ou políticos para certas populações e/ou géneros, a luta contra a expansão de organizações como a NATO, a libertação da Palestina, do Tibete ou da Chechénia, a defesa dos direitos

acidentes geográficos; o núcleo geo-histórico, o núcleo geo-económico, a noção de “ecumene”; o princípio de desafio-resposta, estímulos e tendências; as regiões políticas, geopolíticas, estratégicas, geoestratégicas ou oceânicas; heartlands e “cinturas”; zonas fragmentadas ou instáveis e a noção de “perturbadores”; novo mundo, velho mundo, áreas de hegemonia, áreas de influência, áreas de decisão; isolacionismo, expansionismo, intervencionismo; as teses do poder marítimo, poder terrestre, poder aéreo, poderes conjugados ou poder nuclear; as escolas ou perspectivas geopolíticas alemã, francesa, anglo-saxónica, russa, brasileira, etc.; ou ainda abordagens cronológicas faseadas - percursores da geopolítica, geopolítica imperialista, geopolítica da Grande Guerra, factores geopolíticos entre as duas Guerras Mundiais, geopolítica da Guerra Fria; geopolítica do antagonismo Norte-Sul; geopolítica dos conflitos; geopolítica do Século XXI ou nova ordem geopolítica mundial, etc... A estes esquemas somam-se os epítetos temáticos como geopolítica da fome, geopolítica da paz, geopolítica do ambiente, geopolítica do petróleo, geopolítica da energia, geopolítica das desigualdades, geopolítica dos conflitos ou geopolítica do terror e ainda termos relacionados como geoeconomia, geo-terrorismo ou geo-ameaças, etc.

humanos, o perdão da dívida externa dos países mais pobres, a *jihad* contra os infiéis, etc. Ao abranger todas as formas de resistência, a anti-geopolítica inclui ainda as resistências às várias formas de dominação que ocorrem dentro das próprias organizações de resistência e exercidas pelas hierarquias e mecanismos de controlo, o silenciamento dos “desalinhados”, a chantagem e a extorsão, etc. (ibid.: 234). Por tudo isto, os editores de *The Geopolitics Reader*, por exemplo, colocam no capítulo da “Anti-Geopolítica” textos tão distintos no seu conteúdo e de autores tão distantes no seu pensamento como Edward Said, Frantz Fanon, George Konrad, Sub-Comandante Marcos, Osama Bin Laden, Gilbert Achar, Jennifer Hyndman e Arundhati Roy (ver Ó Tuathail, Dalby e Routledge, 2006: 249-284).

A “Nova Geopolítica” é defendida e divulgada na obra do General Pezarat Correia (2002: Volume I-Título IV; e 2008), com base em três pressupostos essenciais, assumidamente, por oposição ao que denomina “geopolítica clássica”. Primeiro, separa a geopolítica da geoestratégia: *«só a abordagem da geopolítica numa perspectiva da nova geopolítica, separando-a da geoestratégia e retirando-a da análise dos factores espaciais para servir o poder pressupondo a gestão da conflitualidade que a disputa pelo espaço contempla, permite inserir a problemática da paz no campo da geopolítica»* (Correia, 2002: 291), acrescentando mesmo mais tarde não aceitar *«que a promiscuidade absoluta entre geopolítica e geoestratégia conquiste estatuto académico»* (Correia, 2008: 41-42). Em segundo lugar, propõe *«a inversão no relacionamento sujeito-objecto dos dois elementos fundamentais da geopolítica, espaço e poder, ou, se preferirmos, geografia e política»* (2002: 99), ou seja, *«no sentido de uma recolocação do poder, já não como objectivo em si, mas como instrumento da gestão do espaço, para viabilizar uma vida melhor no planeta Terra, corrigindo as distorções que estão na base de muita da conflitualidade»* (ibid.: 291). Consequentemente, e em terceiro lugar, Pezarat Correia avança uma nova agenda para a geopolítica, distinguindo três dimensões: a “ecopolítica”, ligada ao problema ambiental/ecológico, tratando-se *«de uma análise do poder ao serviço da geografia predominantemente física»* (ibid.: 248); a “demopolítica”, que tem como objecto o fenómeno demográfico, nas suas várias vertentes, isto é, *«a área da análise da gestão do poder ao serviço da geografia humana»* (ibid.: 248); e a “geoeconomia”, tendo como principal objecto a economia e que *«deve ser entendida como a política orientada para intervir na resolução de problemas espaciais associados à economia, gestão de recursos, de fluxos, de resposta equilibrada às necessidades humanas»* (ibid.: 281). Assim sendo, como assume o próprio autor, *«esta nova forma de encarar a geopolítica tem correspondência com as preocupações em torno do novo conceito de segurança...e que se preocupa com o aspecto mais geral dos riscos e já não apenas com ameaças. A segurança já não é apenas a segurança estatal, mas a segurança do meio, humano e ambiental»* (ibid.: 249).

Reconhecendo a pertinência do contributo de Pezarat Correia com a sua “Nova Geopolítica” impõem-se, ainda assim, duas reflexões. A primeira é que as dimensões propostas são há muito referenciadas na geopolítica, incluindo por autores da “geopolítica clássica”, praticamente desde a sua emergência como domínio científico autónomo. O próprio “pai” do neologismo “geopolítica”, R. Kjellen, por exemplo, para analisar o “Estado total”, considerava cinco dimensões, «*manifestações desiguais de uma única vida – cinco elementos da mesma força, cinco dedos de uma mão que trabalham na paz e combatem na guerra*» (cit. in Almeida, 1990: 113), sustentando que cada uma delas deveria merecer um estudo próprio e apropriado: assim, Kjellen denominou de *Etnopolítica* ou *Demopolítica* os estudos relacionados com a demografia, população e cultura; de *Sociopolítica* os estudos incidindo sobre os factores sociais, a composição e estrutura social; de *Cratopolítica* os estudos visando o sistema integrador de interesses e as instituições e formas de exercício do poder; de *Ecopolítica* os estudos englobando o património natural e a riqueza disponível ou a produzir e de que a comunidade poderia dispor; e de *Geopolítica* - considerada por Kjellen o centro de gravidade do sistema por ser o elemento integrador de todas as dimensões do Estado – os estudos referentes aos factores geográficos, nomeadamente, o território e à sua relação com a vida e o modo de ser e a evolução do Estado (ver Almeida, 1990: 113; Correia, 2002: 134-135; e Dias, 2005: 78-79). De resto, as preocupações da agenda da “nova geopolítica” são, de uma forma ou de outra, directa ou indirectamente, referências habituais numa série de perspectivas de outros domínios científicos relacionados - da geografia humana e da economia à sociologia e às relações internacionais -, bem como de muitos autores “clássicos”, desde os chamados “precursores” da geopolítica (de Hipócrates a Réclus) até autênticos geopolíticos como Josué de Castro ou Yves Lacoste, entre muitos outros.

A segunda reflexão é que, mais do que uma definição ou caracterização da geopolítica, a “nova geopolítica” aponta, essencialmente, aquilo que *deve ser* uma agenda considerada positiva ou benéfica para a actuação no domínio da segurança e da paz propondo, enfim, aquilo para que se *deve* utilizar o poder, inserindo-se claramente na linha da chamada “cultura da paz”¹³.

Por seu turno, a “Geopolítica Crítica” é uma perspectiva desenvolvida dentro da geografia política e das relações internacionais desde o início dos anos 1980 nos Estados Unidos, em larga medida, como resposta à linha de pensamento predominante que tendia a associar a geopolítica à perspectiva realista das relações internacionais (e à *realpolitik*, em particular) e dos estudos de segurança, nomeadamente, nas teses emanadas por influentes “políticos pensadores” como Dean Acheson, George Kennan, Henry Kissinger ou Zbigniew Brzezinski.

¹³ Sobre a Cultura da Paz, suas visões e propostas ver, por exemplo, José Manuel Pureza (Org.), 2001.

Caracterizando a geopolítica crítica, Ó Tuathail (2006: 5) afirma que «a primeira reflexão destas “movimentações intelectuais” é sobre como a geopolítica funciona, a segunda é sobre aquilo que definimos por geopolítica e a terceira refere-se às estruturas de poder que promovem certos discursos geopolíticos em detrimento de outros».

Três aspectos essenciais e inter-relacionados podem ser associados à geopolítica crítica. Primeiro, pretende ir muito além do discurso realista das relações internacionais e dos estudos de segurança, rejeitando a lógica geopolítica convencional estado-cêntrica e relevando o papel das culturas nas diferentes formas de perceber e construir o mundo, assumindo que o discurso não é um instrumento neutral que descreve objectos que já existem no mundo mas que envolve também o reconhecimento e a constituição desses objectos e imagens, num processo que Spivak apelida de “worlding”. Ou seja, entende que a forma «como as pessoas sabem, categorizam e dão sentido à política mundial é uma prática cultural interpretativa. Entender este processo requer estudar a geopolítica enquanto discurso, bem como o contexto cultural que lhe dá o respectivo significado» (ibid.: 7).

Em segundo lugar, parte do pressuposto de que o estudo da geopolítica deve ser muito mais complexo e profundo do que apenas o levantamento das concepções dos líderes/elites políticos ou as ideias dos “grandes homens”, devendo analisar-se o caldo cultural donde resultam certas percepções e discursos. Por isso, a geopolítica crítica introduz as noções de “cultura geopolítica” - que se interliga com uma série de outros termos e que «*emerge do encontro de um Estado com o mundo. Ela é condicionada por uma série de factores: a localização geográfica do Estado, a formação histórica e a organização burocrática, os discursos de identidade nacional e as tradições de teorização do seu relacionamento com o mundo mais vastas e as redes de poder que operam dentro do Estado*» (ibid.) – e de “interpretação cultural”. Das culturas geopolíticas emergem as “imaginações geopolíticas” (elaboradas sobre como os Estados se comportam culturalmente no mundo) e ainda as “tradições geopolíticas”, isto é, escolas particulares de pensamento sobre a política externa e de segurança de um Estado, com variações também dentro de cada Estado¹⁴. A geopolítica encontra, então, expressão concreta na forma de discursos particulares ou narrativas da política mundial que são produzidos não apenas por *wise man* mas que derivam de múltiplos *inputs* da sociedade. Desta forma, a geopolítica crítica distingue entre três tipos diferentes de discursos geopolíticos: a geopolítica “formal”, respeitante a teorias e

¹⁴ Por exemplo, Graham Smith (1999) argumenta que existem três tradições geopolíticas na Rússia: Ocidentalismo, Eurasianismo e ponte entre Ocidente e Oriente, Europa e Ásia; W. R. Mead (2002) descreve quatro escolas distintas sobre a política externa americana que ele identifica a partir do nome de Presidentes americanos: Wilsoniana, Hamiltoniana, Jeffersoniana e Jacksoniana; e T. G. Ash (2004) identifica quatro diferentes faces do Reino Unido Contemporâneo – ilha mundo (pequena Inglaterra), mundo ilha (Grã-Bretanha cosmopolita), Grã-Bretanha Europeia (membro activo da UE) e Grã Bretanha Americana (relacionamento “especial” com os EUA), sendo que a visão de Tony Blair de colocar a Grã-Bretanha como ponte entre a Europa e a América poderia constituir uma quinta face que Ash chama de “Blair Bridge Project”.

visões elaboradas pelos intelectuais nas Universidades, Academias Militares ou *think tanks*; a geopolítica “prática”, envolvendo narrativas usadas pelos dirigentes políticos no exercício prático da política externa e de segurança; e a geopolítica “popular” ou “informal”, concernente a narrativas da política mundial que encontram expressão na cultura popular do Estado, no seu cinema, revistas e literatura, sendo que esta promove comunhões geopolíticas entre a classe política e o povo. Todos estes géneros de narrativa geopolítica são produtos de culturas, imaginações e tradições prevaletentes.

Em terceiro lugar, a geopolítica crítica procura a contextualização dos discursos geopolíticos nas redes de poder internas do Estado. O pressuposto é que as concepções convencionais de geopolítica, além de se relacionarem com as disputas entre os Estados, também «*são o reflexo das estruturas sociais de poder dentro dos Estados e de como estas afectam o próprio discurso geopolítico. Temos de reconhecer que nem todos os discursos geopolíticos são criados ou tratados da mesma forma*» (Ó Tuathail, 2006: 9). Ou seja, os discursos geopolíticos espelham muitas vezes os interesses e a competição entre estes existentes numa sociedade, pelo que as ideias predominantes podem derivar, essencialmente, da capacidade/habilidade e/ou do financiamento por parte das corporações e redes de interesses mais poderosas.

1.2.2. Uma concepção Operacional de Geopolítica

Independentemente das várias abordagens e concepções, parece relativamente consensual que a geopolítica, *enquanto disciplina* ou domínio científico autónomo, estuda as interacções existentes entre a geografia e a política, espaço e poder, procurando entender o impacto das geografias (física e humana) nas relações e estruturas de poder e nos comportamentos políticos e compreender estes num determinado espaço; enquanto *conceito*, a geopolítica exprime a relação entre o espaço e a política, geografia e poder, bem como a estrutura de poder e as relações de poder ou entre poderes num dado espaço; e enquanto *noção nas Relações Internacionais*, a geopolítica é normalmente empregue para situar um espaço de interacções de poder e o poder num espaço, referenciando o jogo e a estrutura de poder seja em virtualmente todo o espaço planetário seja num espaço delimitado como uma região. Portanto, espaço e poder, geografia e política, constituem a essência da geopolítica, em qualquer caso e sob qualquer perspectiva.

A partir deste pressuposto, operacionalmente, *a geopolítica refere aqui, genericamente, a política e as dinâmicas de poder - isto é, os discursos e as práticas relacionados com a aquisição e o uso do poder, o exercício do poder, as relações de poder e a estrutura de*

poder – em função de e num determinado espaço, aqui delimitado e definido como Ásia Oriental.

Tal como a segurança conceptualizada anteriormente, esta noção de geopolítica pretende ser aberta, inclusiva e suficientemente abrangente para ter sentido e utilidade operacional, tanto mais que o conceito de geopolítica tem de ser ligado aos de segurança e de ordem internacional/regional e que o domínio específico da geopolítica tem de ser complementar ao das relações internacionais e dos estudos de segurança. É importante salientar, todavia, que rejeitamos qualquer determinismo ou de linearidade causa-efeito entre geografia e política.

O *Poder* é aqui definido, genericamente, como a capacidade para impor/influenciar ideias, condutas e comportamentos e também a capacidade para resistir à imposição ou até à influência. Efectivamente, embora se reconheça que *poder* é distinto de *influência* (o primeiro deve ser associado à imposição e à possibilidade de coacção enquanto a segunda está mais ligada à atracção e à persuasão), a operacionalidade da *geopolítica* inclui a capacidade de influência ou de resistência à influência na noção genérica de *poder*. Além disso, o *poder* é também aqui assumido nas suas várias formas e manifestações, do *poder político* ao *ideológico*, passando pelo *económico*, o *militar*, o *cultural* ou o *científico-tecnológico*, enfim, do *hard power* ao *soft power* e *smart power*. Esta abordagem do poder é útil porque não é uni-dimensional (inclui múltiplas fontes, formas e manifestações de poder) nem monocausal, ou seja, pode servir múltiplos e distintos objectivos. Mais: as várias fontes e formas de poder interagem entre si tal como interagem os vários actores e agentes de poder, relacionando-se numa intrincada e complexa rede de poderes e contra-poderes, noção básica que é indispensável ter para a compreensão e a teorização geopolítica de uma macro-região como a Ásia Oriental.

A nossa análise geopolítica envolve *dois níveis*: o dos actores (estatais, infra-estatais, transnacionais e supranacionais) e o sistémico, regional ou macro-regional (Nordeste/Sudeste Asiáticos e Ásia Oriental). Da soma das características geopolíticas de cada actor/unidade e das respectivas interacções, bem como das características geopolíticas e interacções regionais, resulta um determinado panorama geopolítico sistémico que, por sua vez, também influencia e se reflecte no comportamento geopolítico dos actores, significando isto que a análise geopolítica cruza também dois tipos de movimentos dinâmicos: horizontalmente, entre actores e, verticalmente, no sentido actores-sistema regional e vice-versa. É precisamente a toda esta teia de relações e influências mútuas, essencialmente, na óptica do poder e no espaço macro-regional, que chamamos “geopolítica da Ásia Oriental” ou “complexo geopolítico regional”.

Por outro lado, a concepção formulada de geopolítica, por ser propositadamente ampla, abrangente e inclusiva, subsume as noções de geoestratégia” e de geoeconomia. A *geoestratégia* relaciona, fundamentalmente, geografia e estratégia, referindo-se às modalidades de estabelecimento, hierarquização e prossecução de objectivos, gerando e utilizando recursos e capacidades, num ambiente admitido como competitivo e conflitual, em função de e num determinado espaço com actores interactuantes. Por seu lado, a *geoeconomia*, relacionando geografia e economia, referencia os mecanismos, preferências e modalidades de produção, trocas e intercâmbios e as capacidades, vulnerabilidades e dinâmicas económico-comerciais, bem como as dependências e interdependências, positivas ou negativas, em função de e num determinado espaço com actores interactuantes. Parafraseando Philippe Moreau Defarges (1994: 155), se a geopolítica incide sobre as relações entre o *homo politicus* e o espaço, a geoestratégia envolve as relações entre o *homo strategicus* e o espaço enquanto a geoeconomia contempla as relações entre o *homo economicus* e o espaço. E à semelhança da geopolítica, tanto a perspectiva geoestratégica como a geoeconómica contemplam os dois níveis - actores e região - e os dois movimentos interactuantes, horizontal e vertical.

I.3. Sobre a Ásia Oriental

Os autores e as correntes teóricas das Relações Internacionais, dos Estudos de Segurança e da Geopolítica citam abundantemente a Ásia Oriental para ilustrar as suas visões, tanto mais que esta macro-região contempla uma tal abundância e ambivalência de factores que permite aos vários paradigmas encontrarem sempre aspectos compatíveis com as suas expectativas naturais básicas. Mas antes de fazermos o levantamento sumário das principais teorizações que vêm sendo avançadas e debatidas para explicar a situação na Ásia Oriental, torna-se imprescindível delimitá-la e defini-la enquanto macro-região.

I.3.1. Delimitando e Definindo a Ásia Oriental enquanto Macro-Região

Em larga medida, a noção de *Ásia* é uma criação forjada a partir da *Europa*¹⁵, «o Oriente criado pelo Ocidente», na conhecida expressão de Edward Saïd (1985). A realidade é que,

¹⁵ O termo *Ásia* terá tido origem na palavra grega antiga "Ἀσία", atribuído a Heródoto (por volta do ano 440 a.C.) em referência à Anatólia ou, com o propósito de descrever as Guerras Persas, ao Império Persa, em contraste com a Grécia e o Egipto. Outra explicação para a etimologia refere-se a Homero, que menciona na *Ilíada* um certo *Asios*, aliado dos troianos e filho de Hírtaco: o nome "Asios" proviria de *Assuwa*, uma confederação de Estados do século XIV a.C. localizada na parte Oeste da Anatólia e cujo nome teria origem no hitita *assu*, que significa "bom". Mais tarde, a geografia e a cartografia europeias haveriam, progressivamente, de designar por *Ásia* todas os territórios a Leste dos Urais na enorme massa continental Eurasiática. Apesar da sua origem grega e de uma delimitação acidental, o conceito de *Ásia* acabou por ser assumido quer na Europa quer pelos povos asiáticos.

ao longo de Séculos, os europeus habituaram-se a designar todos os territórios situados para lá do Próximo/Médio Oriente e dos Montes Urais por “Extremo-Oriente” ou, simplesmente, “Oriente”. Por ter origem numa visão eurocêntrica e na expansão colonial europeia, esta designação e a respectiva delimitação geográfica permaneceu sempre bastante ambígua, na medida em que apontava mais uma direcção cardinal do que um espaço determinado: «*Que pour un Français, un Portugais ou un Néerlandais, la Chine ou le Japon soient en Extrême-Orient relevait de l'évidence. (...) Elle résulte donc plus de l'Histoire de l'Europe que de la situation géographique des pays de l'Asie*» (Jouyaux, 1991: 15-16)¹⁶. Nestas condições, aquela designação não podia escapar à marcha da História, à libertação e crítica anti-colonialistas, à emergência dos Estados Unidos como superpotência mundial - para quem o Pacífico e a Ásia não se situam a Oriente mas sim a Ocidente - e ainda à revalorização e crescimento em importância dos países e das regiões asiáticas *per se* (Tomé, 2001b: 18-19).

Porém, mesmo deixando cair termos ultrapassados ou desadequados, resta toda uma plêiade de definições das grandes regiões da Ásia que, constantemente, geram confusões e controvérsia. É relativamente comum o Continente Asiático ser dividido em cinco regiões: Ásia Ocidental, Ásia Central, Ásia Meridional, Nordeste Asiático e Sudeste Asiático. São, igualmente, frequentes outras referências como Médio Oriente, Ásia Menor, Ásia Setentrional, Sub-Continente Indiano, Indochina, Insulíndia, Australásia, Ásia-Pacífico, etc. As “fronteiras” destas regiões variam, contudo, consoante os critérios (geográficos/geológicos, culturais/civilizacionais, étnicos, linguísticos, religiosos, políticos, económicos ou outros) e as arrumações respectivas dos países e territórios asiáticos.

Do mesmo modo, também as referências à *Ásia Oriental* variam consoante a fronte e a respectiva arrumação: nuns casos, o termo é empregue para abarcar apenas os países do Nordeste Asiático, como faz a ONU na sua divisão regional do globo quando refere a *Asie Orientale / Eastern Asia*¹⁷; noutros, confunde-se com a mais abrangente Ásia-Pacífico, como acontece no caso da *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC) que conecta economias ribeirinhas do maior Oceano do planeta, o Pacífico, e oriundas de três Continentes - Ásia, América e Oceania; enfim, as próprias *Cimeiras da Ásia Oriental* (EAS)¹⁸ contribuem para uma certa confusão já que nelas também participam países da “Ásia Meridional” (Índia) e da “Oceania” (Austrália e a Nova Zelândia). A isto acresce o facto de alguns Estados

¹⁶ É curioso notar que, embora reconheça e exprima estas constatações, François Jouyaux preferiu manter a designação *Extremo-Oriente* no título da sua obra *Géopolitique de l'Extrême-Orient*. Ver Jouyaux, 1991 e 1993.

¹⁷ Aqui incluindo somente a China, as Regiões Administrativas Especiais (RAE) de Hong Kong e Macau, a Coreia do Norte, a Coreia do Sul, o Japão e a Mongólia. Ver United Nations [Em linha] - *Composition of macro geographical (continental) regions, geographical sub-regions, and selected economic and other groupings*. New York: United Nations [Consult 12 Jun 2008]. Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm>

¹⁸ *East Asia Summit*.

Se a delimitação espacial da Ásia Oriental não é fácil de definir, encontrar elementos de “unidade” regional aqui é ainda mais complexo. Desde logo, certos autores como Björn Hettne (2005:2) argumentam que *«there are no “natural” regions: definitions of a “region” vary according to the particular problem or question under investigation»*, pelo que qualquer definição da Ásia Oriental enquanto macro-região pode ser sempre contestada. Outro problema resulta do facto da Ásia Oriental ser frequentemente confundida e/ou enquadrada na mais vasta Ásia-Pacífico, dificultando a definição regional. Depois, não pode deixar de se salientar a importância de “actores externos” na geopolítica, geoestratégia e geoeconomia da Ásia Oriental, em particular, os EUA mas também, crescentemente, a Índia e a Austrália; o aumento das interdependências entre a Ásia Oriental e outras regiões Asiáticas e do resto do globo; e ainda o impacto de factores “extra-regionais”, na medida da inserção regional em redes pan-regionais e globais de produção e distribuição, regimes, instituições ou de segurança - tudo contribuindo para tornar bastante ambivalentes e fluidas as “fronteiras” da Ásia Oriental e das suas sub-regiões componentes e, portanto, das respectivas matrizes de “unidade” e “identificação” regional.

O “Animismo” – mosaico de crenças e de cultos de seres defuntos, dos deuses caseiros e dos espíritos da natureza – está, genericamente, espalhado pelas áreas rurais Asiáticas e impregnou fortemente o Taoísmo popular que praticam igualmente as populações urbanas modernas. Aí encontramos a invocação dos espíritos e os *shamans* que permitem comunicar com “o outro lado”, ocupando também a astrologia e a geomância (o *fengshui* chinês que influencia, por exemplo, a arquitectura das casas) um lugar destacado nas mentes asiáticas modernas. Além disso, *«a característica essencial da prática religiosa na Ásia é a sobreposição de crenças diferentes sobre os mesmos indivíduos. É o resultado de estratos sucessivos de influências religiosas, do Budismo hindu nas suas diferentes acepções às escolas sucessivas do Confucionismo, ao Islão e ao Cristianismo mais recentes»* (Godement, 1996: 35). Pode, assim, a “moral metafísica” ser o tal vector “unificador” da Ásia Oriental? Claramente, não: ali encontramos países e comunidades fortemente marcadas, distintamente, por todas as grandes religiões como o Budismo, o Confucionismo, o Islamismo, o Hinduísmo e o Cristianismo, tanto Ortodoxo como Católico e ainda variantes religiosas importantes como o Taoísmo ou o Xintoísmo.

De facto, o que é fácil de demonstrar na Ásia Oriental é a sua heterogeneidade, pelas influências cruzadas da Geografia, da História, da Política, da Cultura ou da Economia: ali encontram-se Estados gigantescos e outros quase exíguos, uns marítimos e/ou insulares e outros continentais e/ou mesmo “encravados”, bem como uma grande diversidade de confissões religiosas e agrupamentos étnicos, regimes políticos de todos os géneros e tremendas disparidades no nível de desenvolvimento (ver Quadro da página seguinte).

Quadro 2. A diversidade na Ásia Oriental: dados comparativos

	Área total (km ²)	População (milhões, 2009)	Regime Político	PIB <i>per capita</i> baseado em PPP (USD correntes, 2010)	Religião Principal
Japão	377,915	127,078	Democracia (Monarquia Constitucional)	33,910	Xintoísmo e Budismo
Coreia do Sul	99,720	48,508	Democracia (República Presidencialista)	29,159	Budismo e Cristianismo
Coreia do Norte	120,538	22,665	Comunista (República Socialista)	--	Suprimida – tradicionalmente Budismo e Confucionismo
Mongólia	1.564,116	3,041	Democracia (República Parlamentar)	3,674	Budismo Lamaísta
Rússia	17.098,242	140,041	Semi-Democracia (República Semi- Presidencialista Federal)	15,616	Cristianismo Ortodoxo
China, RP	9.596,961	1.339,000	Comunista (República Socialista)	7,210	Ateísmo – maioritariamente Taoísmo
Taiwan	35,980	22,974	Democracia (República Presidencialista)	31,119	Budismo e Taoísmo
Hong Kong	1,104	7,055	Região Administrativa Especial (da RPChina)	44,379	Budismo e Taoísmo
Singapura	697	4,657	Semi-Democracia (República Parlamentar)	51,352	Budismo
Brunei	5,765	0,388	Sultanato (Monarquia Absoluta)	50,168	Islão
Camboja	181,035	14,494	Semi-Democracia (Monarquia Constitucional)	2,094	Budismo
Filipinas	300,000	97,976	Democracia (Monarquia Constitucional)	3,635	Cristianismo Católico
Indonésia	1.904,569	240,271	Democracia (República Presidencialista)	4,356	Islão
Laos	236,800	6,834	Comunista (República Socialista)	2,329	Budismo
Malásia	329,847	25,715	Semi-Democracia (Monarquia Constitucional Federal)	13,869	Islão
Myanmar	676,578	48,137	Junta Militar	1,254	Budismo
Tailândia	513,120	65,998	Democracia (Monarquia Constitucional)	8,338	Budismo
Timor-Leste	14,874	1,131	Democracia (República Semi-Presidencialista)	2,712	Cristianismo Católico
Vietname	331,210	88,576	Comunista (República Socialista)	3,098	Budismo
EXTRA-REGIONAIS					
Estados Unidos	9.826,675	307,212	Democracia (República Presidencialista)	47,400	Cristianismo Protestante
Índia	3.287,263	1.156,897	Democracia (República Semi-Presidencialista)	1,097	Hindu
Austrália	7.741,220	21,262	Democracia Parlamentar Federal	44,294	Cristianismo Católico

Fontes: CIA *World FactBook* [Em linha]. CIA [Consulta 25 Jan. 2010]. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>; International Monetary Fund (IMF), *World Economic Outlook Database, October 2009* [Em linha]. IMF [consulta 25 Jan. 2010]. Disponível em <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/02/weodata/index.aspx>>

Então, que “unidade regional” subtrair de tal diversidade e que elementos distinguem a Ásia Oriental das restantes regiões do globo? A resposta passa pelas noções de “região” e de “regionalismo” e envolve múltiplos aspectos.

Por *região* podemos assumir uma área confinada do globo onde um conjunto de actores reside e interage mais entre si, positiva ou negativamente, existindo uma determinada consciencialização de pertença à região e do que é “extra-regional”. Uma região é, assim, um “teatro de operações”, de interacções e de comportamentos ou aquilo que Simon Herbert (1999: Cap. 4) qualifica de “ambiente externo próximo”, isto é, o factor estrutural mais imediato percebido pelos decisores políticos e que mais directamente afecta as suas decisões, visões e condutas. Esta noção de região aplica-se também à *macro-região* que, no essencial, engloba duas ou mais regiões pré-estabelecidas e reconhecidas - como a Ásia Oriental, “teatro de operações” que agrega duas regiões cada vez mais conectadas entre si, o Nordeste e o Sudeste Asiáticos.

A partir daqui, a identificação de uma região/macro-região pode ser feita à luz de certos elementos e particularidades nos permitem distingui-la das demais regiões.

Um desses elementos é, naturalmente, a Geografia: situando-se as várias comunidades e países numa determinada área do globo, as interacções (positivas e negativas) com os vizinhos próximos são genericamente mais intensas por não existirem os constrangimentos da “tirania da distância”. A geografia não determina nem identidades nem o nível de interacções, mas sendo o Homem um ser no espaço e no tempo - estando estas duas dimensões em interacção constante - a consciência de pertença a um local comum acaba por fazer distinções entre aqueles que *são/estão* e os que *não são/não estão*. Dito de outro modo, um caminho possível para definir a Ásia Oriental (bem como nas Ásias do Nordeste e do Sudeste) é a destriça entre quem é e quem não é “residente” na região.

A História é outro elemento crucial: da convivência ao longo do tempo resultam memórias e experiências comuns e partilhadas e um lastro de interacções num dado espaço regional, novamente, positivas ou negativas. Como detalharemos na Segunda Parte, o longo período sino-cêntrico, o colonialismo, o imperialismo nipónico e as ingerências das superpotências durante a Guerra Fria, se contribuíram para diferenciar o Nordeste e o Sudeste da Ásia também deixaram um legado de experiências comuns e partilhadas e contribuíram para forjar uma certa “consciência Asiática Oriental” – desde logo, a partir do “sino-centrismo”, da luta anti-colonial e anti-imperialista e da primeira personificação do ideal macro-regional com a “Esfera de Co-Prosperidade da Ásia Oriental” japonesa.

A geografia e a história providenciam, por sua vez, as bases para uma região ou uma macro-região se construírem socialmente (Wendt, 1999: 389), a partir do momento em que as comunidades se olham mutuamente como co-habitantes de uma dada área onde partilham um legado histórico e um futuro, promovendo essa consciencialização e as

respectivas interacções. Num certo sentido, uma região ou macro-região já o era antes de o ser, mas só o é verdadeiramente em termos de política internacional quando representa conscientemente uma área mais ou menos delimitada para a acção conjunta e inter-actuante dos seus actores.

Depois, há certos aspectos e particularidades que, sendo percebidos como caracterizadores da Ásia Oriental, contribuem para defini-la enquanto macro-região. Um desses aspectos é o *developmental State* – em que o Estado assume papel determinante no impulso e na condução dos negócios e onde, consequentemente, as ligações entre o governo e os negócios são muito profundas -, apontado como um dos “segredos” da expansão económica da região e também uma das marcas mais diferenciadoras da Ásia Oriental num contexto em que se salientam os distintos modelos regionais de desenvolvimento e de resposta aos complexos desafios e oportunidades associados à globalização (Besson, 2007: 141-183). Outros aspectos “caracterizadores” são o peso e papel histórico do Estado, o apego à noção tradicional de soberania, o autoritarismo político, a prioridade à estabilidade e ao desenvolvimento económico, o pragmatismo nos seus relacionamentos e o crescente nível das interdependências intra-regionais, em todos os domínios. É da soma de todos estes elementos, e não de apenas um individualmente, que resulta uma certa “imagem” regional.

Uma região/macro-região pode, assim, ser também definida pela percepção: se se pensa que existe e se actua como se existisse, então existe num certo sentido. Do mesmo modo, a contínua referência a uma ideia de região pode ser um passo numa estratégia política para que ela, efectivamente, o seja (Buzan, 1998: 73). É precisamente o acontece, crescentemente, na Ásia Oriental. Com efeito, certos discursos invocando o “nós” (Asiáticos) face aos “outros” (nomeadamente, Ocidentais) constituem e reforçam uma determinada definição macro-regional ainda que, por vezes, com conexões negativas. Além disso, os sucessivos e constantes apelos aos “valores asiáticos” e ao “Século Asiático” ou, mais ainda, a ideia de edificar uma “Comunidade da Ásia Oriental”, reforçam a identificação macro-regional. Neste sentido, a auto-consciência regional e a sua promoção são componentes definidoras do “regionalismo” na Ásia Oriental, ao mesmo tempo que outros países e actores internacionais são levados a perceber cada vez mais a Ásia Oriental como uma das regiões do globo.

O “regionalismo” é outra noção útil para identificarmos e definirmos a Ásia Oriental enquanto macro-região. Não sendo um fenómeno propriamente novo, nem sequer na Ásia Oriental (por exemplo, a ASEAN foi criada em 1967), só nas décadas mais recentes é que o regionalismo se tornou num dos temas mais importantes do estudo das relações internacionais, sendo inclusivamente argumentado que vivemos num “mundo de regiões” e

que o sistema internacional é cada vez mais organizado pelas interações entre regiões e poderes regionais (Buzan e Waever, 2003; Katzenstein e Shiraiishi, 2006). Por outro lado, “regionalismo” é um conceito contestado, desde logo, porque se manifesta de diferentes formas em diferentes partes do mundo (vide, p.ex., Europa, América Latina e Ásia Oriental). Por isso, operacionalmente, acolhemos a noção de “regionalismo” de Christopher M. Dent no seu “East Asian Regionalism”, ou seja, «*the structures, processes and arrangements that are working towards greater coherence within a specific international region in terms of economic, political, security, sócio-cultural and other kinds of linkages*» (2008: 7), distinguindo-o de “regionalização” na medida em que «*regionalism is more a policy-driven, top-down process while regionalization is more of a societal-driven, bottom-up process*» (ibid.).

Por exemplo, Barry Buzan (1998: 70-72) identifica a região e o processo de regionalismo na Ásia-Pacífico salientando as interações entre as suas partes componentes em quatro vertentes fundamentais: o tipo de interação envolvida, as atitudes em relação a essa interação, a sua intensidade e o seu conteúdo (ou o que a define). Hettne e Söderbaum (2002) sugerem que na Ásia Oriental se verificam cada vez mais certas qualidades necessárias para que uma “região” o seja de forma efectiva, qualidades essas que constituem também medidas para aferir o estágio do que denominam *regioness*: delimitações geográficas básicas; um “sistema social” que transcende o nível local; cooperação organizada e institucionalizada nos domínios cultural, político e económico; “valores comuns”; e, por fim, capacidade da região para agir enquanto sujeito internacional com uma identidade distinta e uma estrutura de decisão e legitimidade próprias (neste caso, apenas no Sudeste Asiático com a ASEAN). Christopher Dent (2008: 272-293), por seu turno, sublinha o termo “coerência” para demonstrar como o regionalismo na Ásia Oriental assenta, essencialmente, na associação de diferentes elementos constituintes da região de um modo holístico e coerente, registando três formas distintas de “coerência regional” - a associativa, a integracional e a organizacional.

É também nosso entendimento que está em curso um processo de “regionalismo” na Ásia Oriental que, embora de forma bastante ambivalente, ambígua e ainda numa fase intermédia, contribui para defini-la enquanto macro-região. Este regionalismo Asiático Oriental conheceu forte impulso num contexto em que, depois de desmanteladas as barreiras inerentes à “dupla guerra fria”, se revalorizaram e autonomizaram as interações regionais, naquilo que pode ser descrito como “desenvolvimento auto-reflexivo de regionalismo” e a inevitável conexão com um processo mais vasto fruto da aceleração do processo de globalização (Beeson, 2007: 10). Efectivamente, como demonstraremos na Terceira Parte, as interações entre as comunidades, os Estados e as sub-regiões do Nordeste e do Sudeste Asiáticos aumentaram substancialmente nas últimas duas décadas,

acompanhadas por imagens e atitudes dos actores “residentes” crescentemente favoráveis ao “regionalismo” na Ásia Oriental. Reflexos disto são o aprofundamento das interdependências económicas e comerciais regionais; a expansão e a proliferação dos quadros institucionais e de outros mecanismos cooperativos regionais, inclusive no domínio da segurança; e os discursos cada vez mais recorrentes, acompanhados de certas práticas, favoráveis à construção de uma “Comunidade da Ásia Oriental”.

Há, de facto, uma predisposição intra e extra região para perceber a Ásia Oriental como um “teatro de operações” onde decorrem interações num grau relevante entre as unidades e as regiões que a compõem. E são, sobretudo, as forças endógenas que promovem essa consciencialização e identificação macro-regional, parecendo estar mesmo em curso um movimento não só de “regionalismo” mas também de construção identitária Asiática Oriental (ver, p. ex., Acharya, 2009; Green e Gill, 2009; Frost, 2008; e Dent, 2008). Manifestamente, mesmo na muito diversa e heterogénea Ásia Oriental, a definição regional reflecte hoje muito mais do que a simples localização geográfica.

1.3.2. Entre a “Balcanização” e “o Século” da Ásia Oriental

Questão bem distinta é o debate acerca da situação e das dinâmicas em curso na Ásia Oriental. Essa discussão envolve todos os elementos do vasto espectro de análise das relações internacionais, dos estudos de segurança e da geopolítica.

Assim acontece, por exemplo, a propósito da agenda de segurança regional: o rol de preocupações, ameaças e riscos ali é tão vasto e variado que se presta a todo o tipo de hierarquizações e formulações. Parte significativa dos observadores, a começar, naturalmente, pelos do “campo” realista, centra-se quase exclusivamente nos problemas da *high politics* discutindo, fundamentalmente, os impactos da ressurgência da China e dos relacionamentos de Pequim com os EUA e o Japão mas também com a Rússia, a Península Coreana e os países do Sudeste Asiático; os *hot spots* Taiwan e Coreia; e as muitas disputas territoriais, fronteiriças e de soberania que permanecem por resolver, em particular, as que envolvem directamente as “grandes potências” - como a Rússia e o Japão em torno das Curilhas do Sul/Territórios do Norte; a China e o Japão a propósito das Ilhas Senkaku/Diaoyutai; ou a China e vários países do Sudeste Asiático no Mar da China Meridional.

Outros, porém, advogam que a agenda de segurança regional se tem vindo a recentrar mais nas “novas dimensões” e que, portanto, preocupações como o terrorismo, a pirataria ou a insegurança económica, energética, ambiental e societal têm hoje mais relevo (Beeson, 2007: 92-99). No seu *East Asia Imperilled: Transnational Challenges to Security*, Alan

Dupont (2001) é dos que mais exaustivamente tenta explicar as conexões entre uma vasta série de inquietações transnacionais e a segurança na Ásia Oriental. Demonstra, por exemplo, como o crescimento populacional e o fenómeno da urbanização desencadeiam uma série de problemas ambientais - erosão dos solos, desflorestação, decréscimo da qualidade do ar e da água, etc. - que, por sua vez, se repercutem na instabilidade sócio-económica, alimentando confrontações políticas dentro dos, e entre os, países Asiáticos. Salienta, igualmente, as nefastas consequências para a segurança regional resultantes dos movimentos desregulados de populações e de refugiados, da criminalidade transnacional, do tráfico de armas e de drogas, da pirataria marítima nos Estreitos do Sudeste Asiático ou de pandemias como o SIDA. Dupont acrescenta ainda os efeitos desses desafios transnacionais no sistema de segurança regional: *«as ameaças transnacionais são primeiramente não-militares na sua natureza e representam uma vasta rede de considerações de segurança relacionadas com a sobrevivência, a alocação de recursos e a saúde do planeta. Elas não podem ser resolvidas nem pela força militar nem pelas abordagens tradicionais de segurança»* (2001: 32).

Um dos aspectos mais impressionantes envolvendo as análises que se produzem sobre a Ásia Oriental é, todavia, a disparidade na percepção acerca da situação e dos destinos da macro-região, variando desde cenarizações de grande pessimismo a perspectivas extraordinariamente optimistas.

Para uns, a Ásia Oriental reúne todos os ingredientes para descambar numa enorme instabilidade e em conflitos de larga escala, sublinhando nas suas visões a rivalidade, a competição e o confronto. Na perspectiva realista, as mudanças sistémicas provocadas, nomeadamente, pelo fim das bipolarização política mundial e pela ressurgência da China exponenciam todos os perigos da “anarquia” e conduzem as “grandes potências” a uma luta pelo poder na região que, conseqüentemente, originará um ambiente mais instável, tenso e conflitual. É aqui que se incluem, por exemplo, as inúmeras as perspectivas sobre a inevitável confrontação entre os EUA, “potência hegemónica” e a China, “potência revisionista”: com efeito, se muitos questionam *«A ascensão da China: Acomodação Pacífica ou Grande Guerra?»* (Vasconcelos, 2009) ou *«The Future of U.S.-China Relations: Is Conflict Inevitable?»* (Friedberg, 2005), outros não hesitam em antecipar uma *«nova guerra fria»* (Achcar, 1999). *«Será o passado da Europa o futuro da Ásia?»* Aaron Friedberg (2000a) tem levantado esta questão e, essencialmente, responde pela afirmativa, sugerindo que a Ásia actual apresenta similitudes com a Europa do final do Século XIX - primeira metade do Século XX pelo que, tal como aconteceu no “Velho Continente”, poderá a Ásia ser *«rasgada pela rivalidade»* e emergir como o *«cockpit of great power conflict»* (Friedberg, 1993-94: 7).

Ao pessimismo de índole realista junta-se o argumentário de pendor mais construtivista, com o peso da História e da memória a influenciar quer os diferendos e disputas territoriais actuais quer as percepções negativas e as desconfianças regionais, com destaque para as apreensões em torno de uma eventual remilitarização do Japão ou da possibilidade da gigantesca e “sino-cêntrica” China ter um comportamento agressivo. Neste sentido, as experiências históricas dão um contributo decisivo para um certo pessimismo: «*A primeira fonte das tensões que perturbam a região asiática actualmente não é o seu ambiente geoestratégico nem o seu nível de desenvolvimento político-económico nem o carácter das instituições regionais. Acima de tudo, elas (as tensões) são o produto de profundas animosidades e suspeições baseadas na História, nacionalismo frustrado e concepções distintas de identidade nacional e diferentes entendimentos da missão nacional nos assuntos internacionais*» (Berger, 2003: 388).

Os pessimistas neoliberais, por seu turno, acentuam a falta de hábitos de cooperação entre os países asiáticos, as incipientes instituições regionais e a virtual ausência de mecanismos de segurança multilateral na Ásia Oriental para justificar a sua visão, bem como a persistência generalizada de autoritarismo político que impede a região de tirar partido do que seriam os impactos benignos da democratização nas relações entre os actores. Também a maior exposição dos Estados e das populações aos efeitos da globalização é referida por, putativamente, agravar as desigualdades, as incertezas e o hiato entre as políticas estatais e as expectativas populares, a que se soma a tendência para conflitos comerciais tanto entre os EUA e os seus aliados tradicionais como entre as economias asiáticas.

Outros elementos frequentemente invocados para justificar cenários pessimistas são o a enorme heterogeneidade étnico-religiosa e o legado histórico de múltiplas “presenças” dominantes (à semelhança de outras regiões instáveis como os Balcãs, o Médio Oriente ou o Cáucaso), o aumento generalizado dos orçamentos de defesa e das capacidades militares na Ásia Oriental ou a crescente dependência de mercados externos e de recursos energéticos por parte dos principais actores regionais.

Em nítido contraste, circulam visões e previsões francamente optimistas acerca da evolução da Ásia Oriental. Se na década de 1990 eram mais frequentes as referências ao *renascimento* ou à *emergência* da Ásia/Pacífico/Ásia Oriental¹⁹, vem-se intensificando nos últimos anos a invocação do “Século XXI como o Século Asiático”, presente em muitas

¹⁹ Ver, por exemplo, Elegant, 1990: *Pacific Destiny: The Rise of the East*; Winchester, 1991: *Pacific Rising: The Emergence of a New World Culture*; Rohwer, 1995: *Asia Rising: How History's Biggest Middle Class Will Change the World*; Howell, 1995: *Easternisation: The Rise of Asian Power and its impact on the West and our own society*; Fallows, 1995: *Looking at the Sun: The Rise of the New East Asian Economic and Political System*; Ibrahim, 1996: *The Asian Renaissance*; e Godement, 1996: *La Renaissance de L'Asie*.

análises, discursos e documentos, tanto Asiáticos como Ocidentais. Por exemplo, Fareed Zakaria (2005: 18) não hesita em considerar que «*A emergência da China, acompanhada da Índia e do persistente poderio do Japão, representa a terceira grande mudança no poder global – a emergência da Ásia*», sendo esse o principal argumento do seu «*The Post-American World*» (2008). Na mesma linha, Jeffrey D. Sachs (2004), num artigo significativamente intitulado “Welcome To The Asian Century...” afirma que «*à medida que o centro de gravidade da economia mundial se mover para a Ásia, a proeminência dos Estados Unidos diminuirá*», enquanto Kishore Mahbubani (2008) intitula significativamente o seu novo livro «*The New Asian Hemisphere. The Irresistible Shift of Global Power to the East*».

Também os mais altos dirigentes asiáticos vêm expressando esta ideia: por exemplo, num encontro com o homólogo indiano, o Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao afirmou que «*strong bilateral ties will usher in a true Asian century (...) It is when China and India are really strong enough and fully bring out their vitality that it will usher in a new true Asian century*» (cit. in Xinhua webpage, 14 de Março de 2003); de igual modo, o Primeiro-Ministro indiano, Atal Behari Vajpayee (2003), dirigindo-se à *ASEAN Business and Investment Summit*, num discurso significativamente intitulado “The Asian Century” assume que «*There is an emerging perception that this will be the century of Asia's pre-eminence... The growing economic weight of Asia is strengthened by favourable demographic trends, and is no longer constrained by Cold War divisions (...) energise this process to move us closer to our shared goal of making this truly the Asian century*». Na realidade, esta retórica vem sendo utilizada por quase todos os dirigentes e fóruns asiáticos nos últimos anos.

No essencial, os argumentos para este optimismo envolvem os impactos da emergência da China e da Índia e da “normalização” estratégica do Japão, a par de um alegado declínio dos EUA e da Europa; o elevado ritmo de crescimento económico dos “grandes” Asiáticos e o aumento súbito da importância da macro-região para a economia e a geopolítica mundiais; o enorme potencial dos países asiáticos por via da sua vasta população, bem como dos seus mercado e modelo de desenvolvimento; e o aumento significativo das interações intra-asiáticas e do multilateralismo na região.

I.3.3. Explicações para a relativa paz e estabilidade na Ásia Oriental

Duas décadas volvidas desde o fim da bipolaridade, o que se verifica é que os cenários negativos não se confirmaram ou, pelo menos, ainda não, vivendo a Ásia Oriental uma fase de “excepcional” paz e estabilidade - definida pela ausência de conflitos militares, económicos e políticos graves entre os principais actores. O falhanço do realismo quer na antecipação do fim da Guerra Fria quer nas previsões pessimistas sobre os destinos da

macro-região são alvo de severas críticas oriundas, inclusive, de autores desse “campo”: para David Kang (2003), por exemplo, o realismo tradicionalista/estruturalista parece ter «*Getting Asia Wrong*». A realidade é que esse falhanço envolve, igualmente, o liberalismo/idealismo e o construtivismo. Do mesmo modo, todos os “paradigmas” apresentam as “suas” explicações para justificar a relativa paz e estabilidade na Ásia Oriental, inevitavelmente, em função das respectivas estruturas cognitivas ali aplicadas.

Uma das explicações de teor realista assenta na teoria da hegemonia. Esta procura explicar o papel da liderança hegemónica no pressuposto de que uma potência nessa situação tem as capacidades e os incentivos necessários para criar e gerir uma ordem internacional estável que, no limite, assegure a sua supremacia. Assume, por outro lado, que as características inerentes à própria potência hegemónica – instituições políticas, cultura estratégica, interesses, valores e capacidades conjunturais – afectam decisivamente o seu comportamento e, portanto, o sistema internacional.

Nesta linha, a argumentação mais comum envolve os Estados Unidos e a denominada *pax americana* na região. Para certos observadores, a hegemonia americana pode ser caracterizada como relutante, aberta e altamente institucionalizada, assemelhando-se a uma espécie de “império por convite” que «*cria possibilidades de acesso político, incentivos para a reciprocidade e significa que, potencialmente, os Estados parceiros podem influenciar a forma como o poder hegemónico é exercido*» (Ikenberry e Mastanduno, 2003a: 7) tornando, assim, a ordem hegemónica mais legítima e estável. Além disso, os EUA vão funcionando como o “equilibrador regional” (*regional balancer*), gerindo as rivalidades existentes entre Asiáticos e também controlando/acomodando a ascensão de certas potências Asiáticas. Por exemplo, apesar de considerar que o papel dos EUA se está a alterar e que a hegemonia americana entrou em declínio, Michael Yahuda (2004: 343) sustenta que as rivalidades e desconfianças entre a China e o Japão «*têm o efeito de tornar os dois mais dependentes da segurança que os Estados Unidos garantem, nomeadamente pela sua aliança com o Japão, do que ambos desejariam. O Japão encara os EUA como forma de manter a China controlada e a China vê os EUA como mecanismo que previne que o Japão adquira uma política externa e de segurança independente*». Ideia similar é expressa por Robert Sutter (2003: 202): «*A maioria dos Estados da região apoiará, genericamente, uma presença de segurança dos EUA activa na área. Eles continuarão a reconhecer que a guerra dificilmente poderá ocorrer como instrumento da política na região e apoiam-se no poder militar dos EUA para garantir isso. A retirada americana provocaria uma ordem regional instável, sendo que a China e o Japão disputariam a balança como poderes dominantes... Os Estados da região dependem e continuarão a procurar aceder ao mercado, aos investimentos e à tecnologia dos EUA. A ligação aos EUA continuará a ser valorizada pelo seu próprio peso,*

bem como pela sua influência sobre as instituições financeiras internacionais ou investidores estrangeiros privados e outros interessados nos intercâmbios económicos». Certos observadores vão mais longe, sugerindo que é do interesse dos EUA manter acesas as divergências entre as potências asiáticas: *«uma vez que os Estados Unidos pretendem evitar uma coligação contra a sua posição dominante, não é claro que tenha algum interesse estratégico na plena resolução das divergências entre, digamos, o Japão e a China ou a Rússia e a China. Algum nível de tensão entre estes Estados reforça a sua necessidade individual de um relacionamento especial com os Estados Unidos»* (Mastanduno, 2002: 200).

Alguns encaram a sustentação da hegemonia americana como problemática e, por isso, antecipam cenários em que outras potências emergem como poderes hegemónicos na Ásia Oriental: o Japão e, sobretudo, invariavelmente, a China. No caso da hegemonia nipónica, se alguns consideram essa possibilidade impensável – o argumento é que o Japão se afastou tanto nas últimas décadas de uma orientação de grande potência que permanece relativamente satisfeito se equilibrar a emergência da China e se se mantiver com um papel de relevo no sistema americano regional e internacional (Tamamoto, 2003) – outros equacionam essa perspectiva, ainda que de forma bastante mitigada (Soeya, 1998; Gordon, 2003; Berger, 2003; Gilpin, 2003). Já no que respeita à hegemonia chinesa, se uns a descrevem como potencialmente benigna (Kang, 2003; Ni Feng, 2004; Lampton, 2005), outros antecipam-na como naturalmente coerciva e guiada pelas noções convencionais de *power politics* (Goldstein, 2003; Christensen, 2003; Tkacik, 2004; Pollack, 2005).

Outra teorização realista para explicar a relativa paz e estabilidade na Ásia Oriental baseia-se no equilíbrio da balança de poder promovido por um mecanismo de compensações competitivas. O argumento é que o poder e a ambição de um Estado são contidos/equilibrados pelo poder e as acções de outros num jogo de pesos e contra-pesos, sobretudo, entre a China, os EUA e o Japão: *«Apesar da crescente interdependência económica (da China) com o Japão, as suspeições mútuas continuam profundas e levam continuamente a uma série de incidentes que requer dos líderes dos dois lados esforço para limitarem os danos (...) A emergência da China representa o maior desafio à corrente distribuição de poder na região e, portanto, assume-se como o maior desafio potencial aos Estados Unidos. (...) A forma como (os EUA e a China) balancearem as dimensões cooperativa e conflitual das suas relações será o factor mais importante a afectar a evolução da região no seu todo»* (Yahuda, 2004: 343-344).

De qualquer forma, para muitos realistas, a estabilidade na Ásia Oriental é extraordinariamente volátil e transitória. A incerteza sobre a balança de poder gera insegurança e a “paz” poder ser temporária, uma vez que as “grandes potências” estarão a acumular capacidades para se confrontarem no futuro (Friedberg, 2005 e 2002). Muitos

suspeitam, por exemplo, que a *peaceful rise* da China é, no fundo, uma estratégia destinada a ganhar tempo e a fortalecer o seu “poder nacional abrangente” para, numa fase posterior, tentar impor o seu domínio e alterar definitivamente a balança de poder em seu favor (Mearsheimer, 2001; Tkacik, 2004; Shambaugh, 2005a; Tellis, 2006).

Para o liberalismo, a estabilidade da Ásia Oriental tem outras explicações. Refere, desde logo, a expansão das interdependências económicas, invocando o seu impacto nas prioridades, nos cálculos e nos comportamentos regionais: diminuindo o ímpeto dos actores para o conflito e motivando-os a cooperarem, cria um quadro regional de estabilidade, desenvolvimento e segurança de que todos beneficiam (Scalapino, 1997; Alagappa, 1998 e 2003; Morada, 2002; Beeson e Berger, 2003; Keohane e Nye, 2003; Kang, 2006; Nye, 2007; Beeson, 2007). É isso que motivará, por exemplo, a moderação da China ou o comportamento acomodatório e “envolvente” dos outros actores face à ressurgência chinesa. A ideia é, como sintetiza Kent E. Calder (2004), «*Securing Security through Prosperity*».

Outra justificação encontra o liberalismo nos progressos da cooperação multilateral e das instituições internacionais na Ásia Oriental nos últimos anos (Johnston, 1999; Morada, 2002 e 2004; Keohane e Nye, 2000 e 2003; Nye, 2007; Beeson, 2007; Dent, 2008; Acharya, 2009). Como sempre, o argumento é que as instituições e os regimes internacionais atenuam rivalidades, maximizam os benefícios da cooperação, abrem espaço para a diplomacia preventiva e para o diálogo construtivo, potenciam processos de decisão partilhados e criam mecanismos, regras e normas que não só regulam as interações dos actores como influenciam positivamente os seus comportamentos e fomentam ainda o “regionalismo” (Frost, 2008; Dent, 2008). Nesta linha, por exemplo, alguns procuram demonstrar como o “*ASEAN way*” produz efeitos directos no relacionamento entre os países do Sudeste Asiático ou mesmo na construção de uma «*Security Community in South East Asia*» (Acharya, 2009a), enquanto outros descortinam também impactos no comportamento de grandes potências como a China, os Estados Unidos ou o Japão (Morada, 2002 e 2004; Green e Gill, 2009). Enfatizando esse efeito de “socialização”, por exemplo, Alastair Iain Johnston (2003a) argumenta que o *ASEAN Regional Forum* (ARF) não só favorece o envolvimento com a China como promove um comportamento chinês no sentido que os países ASEAN e outros desejam.

O construtivismo também procura radicar no institucionalismo parte das suas explicações mas salienta, acima de tudo, a influência da História, dos factores sócio-culturais e das ideias, pois são estes aspectos que, fundamentalmente, determinam as percepções e o comportamento dos actores e a sua utilização das capacidades materiais, quer no sentido

positivo quer negativo. Assim, uma linha de abordagem tipicamente construtivista envolve a análise das diferentes culturas estratégicas existentes na Ásia Oriental (Booth e Trood, 1999) para explicar o comportamento e o contributo estabilizador de certos actores-chave: «a China tem exibido [historicamente] uma tendência politicamente controlada, defensiva e minimalista sobre o uso da força que é fortemente radicada nos seus antigos estrategistas e numa mundivisão de relativamente superioridade complacente» (Johnston, 1995: 1).

Outra explicação construtivista para justificar a “excepcional” paz e estabilidade na Ásia Oriental assenta na teorização da reconstrução social e identitária: naturalmente, transformadas as imagens mútuas, também se altera o quadro das respectivas interacções. As reconstruções sociais, impulsionadas por determinadas memórias históricas, certas ideias e novas percepções, vêm promovendo a “socialização” das relações internacionais na macro-região e impulsionado uma base identitária emergente (Okawara e Katzenstein, 2001; Hemmer e Katzenstein, 2002; Morada, 2002 e 2004; Berger, 2003; Katzenstein e Shiraishi, 2006). Por exemplo, sobrevalorizando o “poder das ideias”, Amitav Acharya vem questionando «*How Ideas spread: whose norms matter?*» (2004) ou «*Whose Ideas Matter*» (2009b) para o progresso do “regionalismo Asiático”. O desenrolar deste processo reforça a ideia de “comunidade”, preferindo os participantes, de um modo geral, regular as disputas pacificamente, afirmarem a impossibilidade de recurso à força entre si e procurarem soluções articuladas para os problemas comuns. Isso explicará, por exemplo, o sucesso do modelo ASEAN/ARF (Haas e Haas, 2002; Johnston, 2003a; Morada, 2002), o constante apelo à ideia de “Comunidade” na Ásia Oriental (Acharya, 2009b; Green e Gill, 2009) ou porque é que a estabilidade regional no pós-Guerra Fria não carece de uma “NATO Asiática” (Hemmer e Katzenstein, 2002; Acharya, 2009a).

CAPÍTULO II. A ALTERNATIVA ABORDAGEM ECLÉTICA

«Because no existing theory can capture and explain every aspect of the practice of security in Asia...argues for the acceptance of multiple theories – in the fields of both international relations and comparative politics - and their selective deployment to address the puzzle in question» (Alagappa, 1998: 612).

«What seems incommensurable is in fact interrelated» (Carlson e Suh, 2004: 215).

Do retrato do “estado da arte” e dos principais debates elaborado no Capítulo anterior constata-se que, na base das várias concepções e explicações, há estruturas cognitivas diversas que levam as correntes teóricas e os pensadores a perceber e a salientar diferentes aspectos.

Seguindo as teses de Thomas Kuhn (1962), muitos observadores e cientistas referem-se a essas estruturas como “*paradigmas*”, entendendo-os como esforços intelectuais concertados para darem sentido à realidade. Os paradigmas Kuhnianos são assumidos como incomensuráveis, em que os parâmetros e métodos empregues pelos apoiantes de um paradigma são considerados inaceitáveis pelos apoiantes de outro. Kuhn interpreta ainda o progresso científico como uma sequência de períodos de “ciência normal” (*normal science*) intersectados por fases curtas de “ciência revolucionária” (*revolutionary science*): a primeira é marcada pela ascensão de um único paradigma que determina as questões de pesquisa centrais, especifica a metodologia e estabelece critérios para definir quão bem as questões são respondidas; a *ciência revolucionária* ocorre nos curtos períodos em que comunidades científicas, frustradas por um crescente número de “anomalias”, começam a focar-se em novos problemas e a desenvolver novas teorias para ultrapassar essas deficiências. Logo que um novo *cluster* de questões, suposições e métodos chegar a um elevado número de apoiantes, assiste-se à emergência de um novo paradigma que pode, então, tornar-se dominante.

Instatísfeitos com a visão Kuhniana de ciência normal/revolucionária e a ausência de critérios para comparar supostos paradigmas incomensuráveis, outros investigadores preferem o conceito de “programa de pesquisa” (*research program*) de Imre Lakatos. Segundo Lakatos (1970), o conhecimento científico é marcado por múltiplos programas de pesquisa, alguns em fases “progressivas”, outros em fases “degenerativas”, dependendo da capacidade de produzirem novas teorias que possam explicar novos fenómenos ou ultrapassar a utilidade explicativa de outras teorias. A noção de “programas de pesquisa” permite ter em conta uma maior variedade de comunidades científicas ou “escolas” e

aumenta a possibilidade de comparação entre teorias geradas a partir da competição. Por isso, alguns consideram os programas de pesquisa de Lakatos «*intuitivamente apelativos e atractivos*» (Elman e Elman, 2002: 253) para o estudo das Relações Internacionais, na medida em que as teorias individuais se sedimentaram em torno de assumpções centrais competitivas e também porque os aderentes a “programas de pesquisa” concorrentes discutem constantemente entre si quais são as teorias “progressivas” ou “degenerativas”. Embora Kuhn e Lakatos representem perspectivas epistemológicas distintas, as respectivas noções de *paradigma* e de *programa de pesquisa* são limitadas para a organização e sistematização das teorias das Relações Internacionais. Com efeito, os persistentes debates divisionistas entre os proponentes de diferentes abordagens torna muito difícil adequar às RI a lógica Kuhniana de “ciência normal” e de “paradigma” dominante ou de descortinar, pela lógica Lakatiana, qual o “programa de pesquisa” prevalecente e quais são os “degenerativos” ou “progressivos”. Acima de tudo, tanto as concepções de Kuhn como as de Lakatos acentuam a competição entre diferentes estruturas cognitivas e abordagens, assumindo-as sempre como concorrentes e mutuamente exclusivas.

A noção de “tradição de pesquisa” (*research tradition*) de Larry Laudan é, a este respeito, mais atractiva. Tipicamente, as “tradições de pesquisa” consistem em «1) *um conjunto de crenças sobre que tipo de entidades e processos consituem o domínio de pesquisa*; 2) *um conjunto de normas epistémicas e metodológicas sobre como o domínio deve ser investigado, como é que as teorias são testadas, que dados são recolhidos*» (Laudan, 1996: 83). Tal como os paradigmas Kuhnianos ou os programas de pesquisa Lakatianos, a concepção de Laudan sobre as tradições de pesquisa sugere profundos compromissos intelectuais que motivam e distinguem diferentes *clusters* de estudo científico. Ao contrário daqueles, porém, Laudan não pretende criar um modelo único sobre como uma disciplina científica no seu conjunto evolui ou como medir o seu progresso, argumentando que nos devemos focar nas tradições de pesquisa como *clusters* intrinsecamente diversos de pensamento que podem englobar diversas teorias, algumas mais úteis do que outras, na resolução de problemas particulares (ibid.). Por outro lado, e novamente ao invés de Kuhn e Lakatos, Laudan encara as tradições de pesquisa como potencialmente capazes de incluir produtos muito diferentes envolvendo proposições distintas, quando não mesmo contraditórias - o que permite que hipóteses oriundas de diferentes tradições de pesquisa se complementem entre si na solução de problemas empíricos comuns, apesar das assumpções fundacionais diversas.

A noção “tradição de pesquisa” Laudaniana é, assim, mais sugestiva e operacional do que os incomensuráveis e estanques “paradigmas” Kuhnianos ou “programas de pesquisa” Lakatianos por ser mais flexível e abrangente, por prever mais a cooperação entre os proponentes de diferentes escolas de pensamento (Walker, 2003) e por «*captar como é que*

os académicos optam por identificar, colocar e resolver questões na pesquisa de relações internacionais» (Katzenstein e Sil, 2004: 7).

Mas independentemente da noção preferida - paradigma, programa de pesquisa, tradição de pesquisa ou ainda teoria, escola ou perspectiva -, alguma abordagem teórica convencional fornece quadros cognitivos e analíticos que resolvam todos os problemas e expliquem toda a complexidade da política e da segurança internacionais, concretamente, na Ásia Oriental? E as teorizações com base no poder, na interdependência económica, nas instituições ou na reconstrução social e identitária excluem-se mutuamente? O nosso argumento, como sublinhámos desde a Introdução, é que a negativa se impõe nestas questões. Daí o imperativo de desenvolver uma abordagem alternativa, a que chamamos “Eclética”.

II.1. Limites e Dilemas das “Tradições de Pesquisa” convencionais

Num esforço para entender e explicar o sentido das relações internacionais e da segurança, as tradições de pesquisa invocam um vocabulário particular, aderem a concepções específicas, adoptam um determinado quadro analítico e desenvolvem um conjunto próprio de hipóteses explicativas. Os credos teóricos cristalizam-se, portanto, em torno de determinadas ideias e assumpções básicas, adaptadas a todo e qualquer contexto: *«Diferentes lentes de análise requerem diferentes formas de simplificação sobre como as questões são colocadas, os factos interpretados e as explicações desenvolvidas»* (Katzenstein e Sil, 2004: 3). As suas teorias são, por conseguinte, desenhadas para problematizar e enfatizar apenas os aspectos da vivência internacional que se coadunam com as respectivas “expectativas naturais”. Significa isto que cada tradição de pesquisa secundariza ou simplesmente não envolve aspectos que podem ser absolutamente cruciais para compreender e explicar toda a realidade internacional.

Por outro lado, os conjuntos de formulações corporizados numa determinada tradição de pesquisa, uma vez institucionalizados, tendem a fazer com que as suas fragilidades e incoerências deixem de ser reconhecidas pelos respectivos proponentes, as suas assumpções fundacionais deixem de ser questionadas e as suas “anomalias” consistentemente escamoteadas ou consideradas pouco relevantes. Há, assim, em muitos casos, uma certa tendência para a simplificação ou a superficialidade de análises, tentando escapar à resolução de determinados problemas. Similarmente, na medida em que as tradições de pesquisa se revelam, em regra, bastante inflexíveis nos seus postulados, transpõem para as novas realidades e os novos contextos concepções que, entretanto, podem já estar ultrapassadas e/ou a precisar de reformulação: algumas teorizações podem,

portanto, perder validade quando confrontadas com novos desenvolvimentos mas sem que isso seja reconhecido ou assumido pelos defensores mais acérrimos de um determinado paradigma.

Depois, as questões e práticas dos autores levam-nos a identificarem-se e comunicarem entre “grupos” mais ou menos fechados e competidores, o que agrava o fosso entre “campos” teóricos e acentua diferenças. Acresce que essas diferenças são, muitas vezes, artificiais, porque motivadas e sublinhadas na tentativa de garantir a perpetuação de certas teorias, expandir a influência de uma determinada perspectiva ou estabelecer um “paradigma” como dominante.

As fracturas inter-paradigmas reflectem-se também na ligação das RI com outras disciplinas. Interdisciplinar por excelência, o domínio científico das RI congrega conhecimentos de áreas tão diversificadas como a geografia, a história, a geopolítica, a economia, a sociologia, a ciência política, a estratégia, o direito, a polemologia, a filosofia, a psicologia, a demografia, etc. No entanto, ao acantonarem-se em determinados modelos analíticos, as várias tradições de pesquisa em RI tendem a recolher apenas os aspectos das disciplinas auxiliares que são coincidentes com as suas estruturas cognitivas ou que são úteis em função das suas expectativas naturais. Da mesma forma, os contributos dos analistas provenientes originariamente de outras áreas científicas tendem a enquadrar-se ou ser enquadrados num ou noutro paradigma teórico de RI.

Estes limites e dilemas, alimentados pela lógica competitiva e “incomensurável” das várias tradições de pesquisa, potenciam o distanciamento entre a a abstracção teórica e a realidade, tanto mais quando se pretende analisar e explicar factos e comportamentos não-Ocidentais. Além das formulações teóricas serem necessariamente abstractas - o que significa que não podem ser facilmente transpostas para uma determinada realidade concreta -, não é óbvio, e não deve ser tomado como garantido, que as construções radicadas no pensamento de Hobbes, Rousseau, Maquiavel, Kant, Clausewitz, Locke, Marx ou Wilson sejam relevantes para entender e explicar as percepções e as interacções, por exemplo, de chineses, japoneses, coreanos, mongóis, indonésios ou vietnamitas. Se a esta inquietude somarmos ainda o facto das várias tradições de pesquisa se mostrarem demasiado inflexíveis para permitirem que realidades diferentes afectem ou alterem as suas visões básicas, percebe-se melhor o distanciamento entre a teorização e as relações internacionais na Ásia: *«os debates sobre as políticas e estabilidade das relações na Ásia-Pacífico tendem a ser sub-teorizados, enquanto os argumentos teóricos sobre a região são frequentemente elaborados sem os benefícios da perspectiva histórica ou comparativa»* (Ikenberry e Mastanduno, 2003a: 1).

A realidade dos factos e dos comportamentos internacionais pode, portanto, ser insuficientemente apreendida, não reconhecida, mal interpretada ou mesmo distorcida pelo

prisma de uma única tradição de pesquisa, na medida em que as respectivas questões de pesquisa, a análise e as explicações estão, logo à partida, manietados por suposições de base bastante inflexíveis e, por outro lado, transportam uma espécie de “visão clubística”, naturalmente, parcial e oponente. Consequentemente, apesar de o reivindicarem e disputarem entre si, nenhuma das tradições de pesquisa, individualmente, capta a totalidade das relações internacionais, responde eficazmente a todas as questões, em todos os locais e em todos os contextos, nem é capaz de justificar os comportamentos dos actores em todas as suas dimensões ou de explicar todas as relações e dinâmicas regionais. O próprio Kenneth Waltz, um dos expoentes do (neo)realismo – frequentemente apontado como a tradição de pesquisa dominante em RI -, reconhece que «*a teoria realista pode por si mesma resolver alguns, mas não todos, os problemas*» (Waltz, 1986: 331).

II.2. Apelos ao Ecletismo

A existência de fragilidades e riscos associados à compreensão da realidade internacional pela óptica exclusiva de uma tradição de pesquisa não escamoteia a validade de muitas teorizações avançadas, a riqueza e diversidade dos estudos e das análises produzidas ou ainda o progresso científico. Os próprios debates inter-paradigmas vêm produzido, inquestionavelmente, o aprofundamento e a especialização do estudo das RI e reforçando o seu quadro conceptual e teórico, beneficiando o conhecimento e a afirmação das RI enquanto domínio científico – para o qual contribuem todas as tradições de pesquisa e não apenas uma.

Por outro lado, embora os vários paradigmas sejam vistos como estruturas mais ou menos monolíticas, inflexíveis e inconciliáveis, desenvolvem-se no seu seio posições bastante diversificadas que, por vezes, os coloca próximos uns dos outros. Se triangularmos o realismo, o liberalismo e o construtivismo, por exemplo, verificamos que existem variações no seio de cada um deles que os fazem convergir nos “vértices do triângulo” (Katzenstein e Sil, 2004: 7-17), esbatendo certos preconceitos de exclusividade, de monismo e de incompatibilidade das diversas teorias.

As várias tradições de pesquisa tendem a encorajar mais a competição e a rivalidade do que a promover a cooperação e a complementaridade. Mas «*Are Dialogue and Synthesis Possible in International Relations?*» Gunther Hellman (2003) coloca esta questão e responde-lhe afirmativamente, tal como muitos outros: manifestamente, vem ganhando adeptos a ideia de que, para benefício do conhecimento, é necessário ultrapassar clivagens inter-paradigmas e desenvolver abordagens mais pluralistas ou ecléticas. Um dos aspectos mais interessantes que vem acompanhando o progresso científico no domínio das RI é, de

facto, o reconhecimento da existência ou a possibilidade de se desenvolverem complementaridades entre as várias tradições de pesquisa e respectivas hipóteses explicativas. Aliás, até certo ponto, pode dizer-se que os pressupostos do “ecletismo” são tão antigos como o estudo das relações internacionais, na medida em que muitos se têm mostrado genuinamente preocupados em entender as interacções complexas entre, pelo menos, duas das dimensões relacionadas com o poder, as interdependências económicas, as ideias, as personalidades, as instituições, as identidades e as experiências históricas nas suas tentativas de explicar a guerra, a paz, a segurança, a rivalidade, a cooperação e a ordem internacional.

A preferência crescente por abordagens mais plurais justifica-se porque muitos identificam questões e procuram respostas que nenhuma tradição de pesquisa está equipada, por si só, para fornecer, começando a transpor as fronteiras entre o realismo, o liberalismo e o construtivismo a fim de desenvolverem perspectivas mais inclusivas. Embora os defensores dos vários paradigmas não vejam o seu relacionamento nestes termos e as complementaridades possam não ser aceitáveis para os teóricos que apresentam as tradições de pesquisa como incompatíveis, vislumbram-se maiores articulações entre «*as posições realistas e liberais que tentam integrar a cultura e a identidade nas suas análises*» (Katzenstein, 1996a: 500-505). Por exemplo, invocando a necessidade de “prudência” na análise da política internacional, Hall e Paul (1999) afirmam procurar, explicitamente, «*uma síntese sociológica do realismo e do liberalismo*», tal como John L. Campbell e Ove K. Pedersen (2001: 249) que pretendem «*estimular o diálogo entre paradigmas de modo a explorar as possibilidades de trans-fertilização teórica, aproximação e integração*». Já Francis Fukuyama (2006), perante os desenvolvimentos do movimento político neoconservador durante a primeira Administração W. Bush, propõe uma nova política externa para os EUA desligada de qualquer das “escolas” existentes, designando-a de “wilsonianismo realista”. Por seu turno, Frieden, Lake e Schultz (2009) assumem a «*World Politics*» como a conjugação de «*Interests, Interactions, Institutions*».

II.2.1. Ecletismo nos estudos sobre a Ásia Oriental

Inevitavelmente, apelos no sentido do pluralismo e do ecletismo vêm sendo feitos também a propósito do estudo da política internacional e da segurança na Ásia Oriental, traduzindo a necessidade e a utilidade de uma abordagem alternativa. Não é de estranhar, por isso, que alguns autores apareçam referidos e citados no quadro de diferentes tradições de pesquisa, como aconteceu no capítulo anterior quando fizemos o levantamento dos debates sobre a Ásia Oriental, na medida em que as suas análises combinam várias hipóteses explicativas.

A fim de ultrapassarem os dilemas inerentes à adaptação das tradições de pesquisa, tipicamente Ocidentais, na teorização sobre a Ásia, o “neorealista” Barry Buzan e o “neoliberal construtivista” Amitav Acharya preferiram associar-se para escalpelizar o que intitulam de *“Non-Western International Relations Theory: Perspectives On and Beyond Asia”* (2009). Outros, na tentativa de formular novos quadros analíticos e explicativos, recriam perspectivas inovadoras: Alistair Iain Johnston (1995), por exemplo, apela ao «*Cultural Realism*» para compreender e explicar o significado actual da “cultura estratégica” e da “grande estratégia” radicadas na História Chinesa; Kai He (2007), na sua tese doutoral, afirma pretender «*casar o neorealismo e neoliberalismo*» por intermédio do que denomina de «*realismo institucional*» para explicar em que condições os Estados Asiáticos estão mais dispostos a acolher os regimes e as instituições internacionais nas suas estratégias.

Mas mais do que isso há, efectivamente, esforços conscientes no sentido do ecletismo, assumindo que as várias tradições de pesquisa são válidas mas que a segurança e as relações internacionais na Ásia Oriental são o produto de uma rede complexa de factores e influências. O espírito eclético é bem evidenciado numa série de recentes publicações cujos argumentos e abordagens, embora bastante distintos entre si, são genuinamente inclusivos. Por exemplo, em “The many faces of Asian Security”, Simon W. Sheldon (2001: 2) considera que «*utilizando a linguagem das teorias das relações internacionais, os líderes asiáticos estão cada vez mais interessados na segurança comum e cooperativa em suplemento à auto-segurança realista*». Ikenberry e Mastanduno indicam, na Introdução de “International Relations Theory and the Asia-Pacific”, que «*os autores contribuintes para este volume utilizam um vasto manancial de teorias de relações internacionais para sugerir que as causas de estabilidade e instabilidade na Ásia-Pacífico se encontram nas relações de segurança, nas relações económicas e na inter-ligação das duas*» (2003: 3), concluindo que «*é uma multiplicidade de variáveis que esclarece as dinâmicas regionais da Ásia-Pacífico*» (ibid.: 422).

A série de publicações editadas por Muthiah Alagappa sobre segurança na Ásia vai no mesmo sentido. No volume inaugural, “Asian Security Practice. Material and Ideational Influences”, Alagappa salienta que «*cada um dos paradigmas de relações internacionais tem o poder de explicar certos aspectos da prática de segurança asiática. Mas nenhum deles – nem os que se focam na estrutura nem os que se fundamentam nos atributos das unidades – conseguem explicar todos os aspectos*» (1998: 674), acrescentando que «*quando apropriado, temos de combinar as hipóteses de vários paradigmas e teorias*» (ibid.: 675). Em “Asian Security Order. Instrumental and Normative Features”, Alagappa (2003: xii) refere-se directamente à necessidade de utilizar «*uma teorização eclética para entender e explicar o comportamento de segurança na Ásia*». Também a obra editada por Suh, Katzenstein e Carlson (2004) pretende expressamente «*repensar a segurança na Ásia*

Oriental» segundo o que denominam por «*analytical eclecticism*», isto é, reconciliando as dimensões de «*identidade, poder e eficiência*» provenientes de quadros teóricos tradicionalmente competitivos como o construtivismo, o realismo e o liberalismo.

Estes e outros projectos primam pela ideia da insuficiência das tradições de pesquisa isoladas e pela validade das complementaridades para compreender e explicar a Ásia Oriental. É certo que para o fazerem e fundamentarem, a maior parte dessas obras congrega um rol de autores que apresentam as respectivas visões diferenciadas: é da sua soma e da síntese que acaba por resultar uma determinada forma de ecletismo. Mas o que importa salientar é que estes estudos conjugam, sintetizam e harmonizam uma multiplicidade de visões e hipóteses explicativas ultrapassando, assim, as fronteiras tradicionais dos vários paradigmas para teorizar sobre as ocorrências, comportamentos e interacções. Esse é o espírito do ecletismo, que também preside ao nosso trabalho.

II.3. Significado e Potencial da Abordagem Eclética

Do enunciado nos pontos anteriores resulta claro que o pressuposto essencial da “abordagem eclética” é que a realidade das relações internacionais é mais complexa do que qualquer uma das tradições de pesquisa permite perceber e explicar. A abordagem eclética visa, por conseguinte, estabelecer novos quadros analíticos que promovem sínteses e complementaridades entre as hipóteses explicativas dos diversos paradigmas normalmente tidos por inconciliáveis. Isto não significa que todos os aspectos interessem nem que todas as teorias sejam tão pertinentes umas como as outras, limitando-nos a enunciá-las e a somá-las. Significa, antes, atravessar as fronteiras dos diversos paradigmas para seleccionar os aspectos e fazer as combinações que surjam como mais adequadas e relevantes de acordo com o que a realidade sugerir em toda a sua globalidade e complexidade.

O pragmatismo e a prudência são dois aspectos essenciais associados à abordagem eclética (Carlson e Suh, 2004: 230). O *pragmatismo* está presente tanto na identificação e resolução dos problemas como na construção das explicações. A motivação principal é explicar a realidade internacional pelo que, mesmo correndo o risco de alguma incoerência teórico-conceptual, a abordagem eclética pondera todas as formulações disponíveis usando ou conjugando aquelas que, circunstancialmente, pareçam mais adequadas. A *prudência* é reflectida no cuidado de evitar simplificar a realidade complexa das dinâmicas comportamentais, internas e externas, regionais e internacionais, não se confinando às expectativas naturais ligadas a qualquer paradigma e aguardando que seja a observação da realidade a determinar os quadros explicativos – por isso, prudentemente, não se alienam *a priori* nenhuns aspectos, teorias ou hipóteses explicativas.

II.3.1. “Desnaturalização de expectativas” e combinação de “hipóteses explicativas”

A abordagem eclética implica saltar as fronteiras das “expectativas naturais” das várias perspectivas, correspondendo aquelas ao que cada tradição de pesquisa espera analisar e explicar por inerência aos seus fundamentos de base. Por exemplo, as distintas justificações avançadas pelo realismo, pelo liberalismo e pelo construtivismo sobre a relativa estabilidade na Ásia Oriental, como vimos anteriormente, correspondem às expectativas naturais de cada um dos paradigmas baseadas em determinadas presunções acerca da anarquia internacional e do jogo de poder, da interdependência económica e do papel das instituições ou da influência da memória histórica e das reconstruções sociais que, inevitavelmente, as norteiam e condicionam. A fim de evitar este tipo de condicionalismos intelectuais, a abordagem eclética requer um multilinguismo teórico assente na “desnaturalização” de aspectos, relações, conceitos e também de expectativas tal como emanam das tradições de pesquisa (Katzenstein e Sil, 2004: 23).

A desnaturalização das construções que dominam as análises derivadas das diferentes tradições de pesquisa constitui, contudo, apenas um primeiro passo. Outro é abrir a possibilidade para, definidos novos problemas e causalidades, promover interações entre variáveis normalmente priverligiadas como parte de distintas narrativas. Neste sentido, a abordagem eclética implica, igualmente, cortar os laços de exclusividade entre as tradições de pesquisa e as hipóteses explicativas geradas no seu seio, entendendo-se por “hipótese explicativa” a interpretação de um conjunto de observações destinada a fornecer um determinado significado sobre ocorrências e evoluções empíricas específicas. As tradições de pesquisa não podem ser avaliadas umas contra as outras nem tão pouco ser, pura e simplesmente, sintetizadas num modelo unificado de pesquisa científica: o realismo, o liberalismo e o construtivismo assentam em estruturas cognitivas e concepções fundacionais que, de facto, não podem ser amalgamadas num modelo único. Mas o que pode ser testado, comparado e parcialmente re combinado são as hipóteses explicativas que elas geram, no pressuposto de que estas não são “reféns” de uma visão nem incompatíveis umas com as outras.

Ou seja, para perceber e explicar a ordem internacional, a geopolítica e o complexo de segurança na Ásia Oriental, podemos e devemos recriar e/ou combinar as hipóteses explicativas formuladas por cada perspectiva, desconectando-as das várias tradições de pesquisa e desnaturalizando expectativas sobre o produto final. Para a abordagem eclética, é a observação da realidade que sugere as explicações, não os postulados básicos de qualquer paradigma.

II.3.2. Resolução de Problemas

As várias perspectivas diferenciam-se não só pelos seus pressupostos fundacionais e hipóteses explicativas mas também pela forma como identificam e abordam os problemas. Reconhecer e resolver problemas é crucial para o progresso científico: com efeito, este depende menos da evolução, coerência e estatuto das diferentes tradições de pesquisa e mais do seu contributo para a resolução de problemas. Problemas resolvidos constituem progresso científico; problemas anómalos são aqueles dificilmente explicáveis pelas teorias existentes; e problemas por resolver exigem mais exploração e inovação (Laudan, 1996: 79-81).

Em princípio, todas as tradições de pesquisa podem contribuir para a resolução de problemas, na medida em que têm «*a capacidade para fazer novas observações do mundo e até gerar novas fenomenologias descritivas*» (Jepperson, 1998: 4). Porém, revelam-se todas demasiado limitadas e inflexíveis nos seus credos para reconhecerem “todos” os problemas e muito menos resolvê-los. Os problemas anómalos e os problemas por resolver requerem, então, novas teorias e/ou a conjugação das existentes para se obter progresso científico.

A abordagem eclética dá-nos capacidades acrescidas de resolver problemas pelo pragmatismo de evitar que compromissos intelectuais rígidos nos levem a trabalhar e reflectir apenas num quadro de análise - o que significa, portanto, mais progresso científico. O ecletismo não procura resolver completamente as tensões entre as diferentes teorias, mas ao tentar analisar os problemas com múltiplas visões fica-se em melhor posição para compreender a realidade no seu todo e reconhecer outros problemas que, eventualmente, estejam ocultos quando essa análise é feita pelas lentes de uma única perspectiva. O potencial da abordagem eclética não depende, por isso, apenas da sua maior habilidade para resolver novos problemas, problemas específicos ou problemas anómalos já identificados por um ou outro paradigma: oferece, além disso, a possibilidade de expansão do campo dos problemas de pesquisa para lá dos que emanam de cada perspectiva individual. De facto, «*a melhor base para o progresso no entendimento da vida social reside em... expandir o fundo de contribuições e explicações derivadas de um vasto leque de inspirações teóricas*» (Rule, 1997: 18).

II.3.3. Aproveitar as Complementaridades

Encarando as tradições de pesquisa e teorias existentes de uma forma fluida e flexível, a análise eclética está aberta e disponível para colher selectivamente aqueles elementos que lhe permitam construir explicações aproveitando o potencial das complementaridades que vagueiam entre elas consoante ditar a observação da realidade e dos fenómenos.

Ronald Jepperson (1998) alerta para o potencial que advém de diferentes tipos de complementaridade: simples, aditiva, modular e no reconhecimento do problema. A “complementaridade simples”, sugere Jepperson, assenta na especialização de distintas perspectivas em domínios empíricos variados. A “complementaridade aditiva” foca-se nos diversos tipos de efeitos, também chamados mecanismos, como a agregação, a selecção, a hierarquização ou a síntese. A “complementaridade modular” utiliza quer diferentes abordagens em diferentes graus e/ou fases do processo quer distintos argumentos nos níveis mais restritos de uma argumentação mais vasta num nível também mais amplo. A “complementaridade no reconhecimento do problema” combina várias hipóteses que atribuem relevâncias e significados variados aos fenómenos.

Na mesma linha, Carlson e Suh (2004) argumentam que a justaposição e a combinação favorecem, pelo menos, dois tipos diferentes de complementaridade entre tradições de pesquisa: a complementaridade no reconhecimento e resolução de problemas e a complementaridade modular. A primeira permite-nos observar e explicar os desenvolvimentos sistémicos e o comportamento das unidades como partes e parcelas de um mesmo problema, interligando-as. A complementaridade modular é útil por duas razões essenciais: por um lado, como cada uma das tradições de pesquisa fornece explicações sobre variáveis e mecanismos causais, podemos usar isso em diferentes e sucessivas fases particulares da questão em análise consoante a respectiva adequação ou utilidade concreta - por exemplo, no momento X de criação de uma organização internacional recorreremos à explicação de pendor realista e no estágio Y de desenvolvimento e aprofundamento dessa organização utilizamos antes a teorização liberal ou a construtivista; por outro, a complementaridade modular permite enquadrar as hipóteses explicativas de uma ou de várias tradições de pesquisa no quadro analítico e explicativo mais amplo de outra tradição de pesquisa – por exemplo, analisando e descrevendo o jogo de poder entre as potências no contexto de recriação de normas e instituições ou justificando a intensificação e o significado das interdependências económicas no quadro de alterações estruturais na balança de poder.

O ecletismo não privilegia nenhuma fórmula combinatória em especial. Assume, simplesmente, o potencial de todo o tipo de complementaridades e distingue-se pela

articulação de problemáticas mais complexas que enfatizam conexões entre os *inputs* estipulados nos puzzles investigados em diferentes tradições de pesquisa e pela construção de hipóteses explicativas que incorporam dados, interpretações e lógicas causais de, pelo menos, duas tradições distintas (Katzenstein e Sil, 2004: 16-17). Uma vez mais, são os fenómenos, as dinâmicas, os comportamentos, as ideias e as relações que determinam as necessárias complementaridades que, por sua vez, ditam as explicações e a teorização.

A abordagem eclética é, portanto, uma nova lente, um processo de análise inovador mais prudente, pragmático, flexível e inclusivo que liberta a teorização de constrangimentos cognitivos ou narrativos previamente estabelecidos e inflexíveis; permite “desnaturalizar” as expectativas naturais das várias tradições de pesquisa e seleccionar, sintetizar ou combinar diferentes hipóteses explicativas; favorece a resolução de problemas; e estabelece as necessárias complementaridades entre as diferentes perspectivas e pontes mais sólidas e fecundas entre o universo teórico e a realidade. Este é o significado e também o potencial da abordagem eclética, útil e necessária para entender, explicar e teorizar sobre a geopolítica e o complexo de segurança na Ásia Oriental.

Luís Tomé

SEGUNDA PARTE

O PESO DA HISTÓRIA

«[East Asian] development is grounded in the region's long, highly distinctive and often bloody history...Many of the most striking characteristics of East Asia – the preoccupation with sovereignty and security, the close ties between business and government, and the frequently fractious nature of its internal relations – have their origins in the region's unique formative experiences; they help to explain the course of national and regional development to this day. In short, history matters.»

(Beeson, 2007: xiv).

Todas as regiões e comunidades são produto das suas circunstâncias e evoluções históricas particulares. Assim acontece com a Ásia Oriental, onde a História pesa por influenciar as percepções e as interações regionais e com o resto do mundo. As ideias, as visões, as condutas e as relações das comunidades e das lideranças actuais são, em grande medida, baseadas na sua leitura da História. Consequentemente, se queremos melhor compreender e explicar a geopolítica e o complexo de segurança da Ásia Oriental na actualidade, não podemos deixar de situar a macro-região e os seus actores à luz do “peso da História”.

Como é evidente, não é possível descrever e analisar aqui, exaustivamente, a extraordinária História da Ásia Oriental. Mas também não é esse o nosso propósito aqui: o que nos interessa é situar a região no seu contexto histórico, salientando e explicando os períodos e os acontecimentos mais significativos e os desenvolvimentos considerados essenciais para entender as condutas e as interações regionais. A narrativa histórica está organizada, assim, segundo as grandes fases de transição e as transformações regionais mais relevantes, donde retiraremos o respectivo significado. A História não termina, naturalmente, onde culmina esta Segunda Parte, isto é, no final da Guerra Fria, mas deixamos propositadamente para a Terceira Parte a “evolução histórica” das duas últimas décadas por ser na “nova ordem regional” que analisamos mais detalhadamente as mutações que influenciam a geopolítica e o complexo de segurança regional na actualidade.

CAPÍTULO III. DO SISTEMA SINO-CÊNTRICO À

II GUERRA MUNDIAL

A China goza de um estatuto e de uma posição particular na História Universal, pela sua longevidade e continuidade. Na realidade, a História da China confunde-se com a História da Ásia Oriental na medida em que, ao longo de mais de dois milénios, o sistema regional foi, em sucessivas épocas, dominado pela “centralidade” e proeminência da China. No entanto, a longa era sino-cêntrica terminaria, subitamente, na segunda metade do Século XIX, entrando a Ásia Oriental numa fase de sucessivas e profundas transformações até à II Guerra Mundial.

III.1. A Longa Era Sino-Cêntrica

Subsistindo algumas dúvidas sobre o momento a que remonta a civilização chinesa, a História começa, segundo a tradição confucionista, com os reinos de três soberanos, Yao, Chun e Yu, príncipes honestos e virtuosos, personagens lendárias e exemplares. Yu

transmitiu o poder ao seu filho que funda a primeira dinastia, a dos Xia (2205-1776 a.C.), a que se seguiria a dos Shang (Séculos XV-XI a. C.) e, depois, a dos Zhou (a partir do Século XI a.C.). Trata-se das lendárias Três Dinastias que terão governado a Antiga China durante parte substancial dos mais de 2500 anos de História chinesa antes do nascimento de Cristo. Numa época de transição e fértil em lutas e rivalidades, surgiu um processo de integração entre pequenos reinos chineses ameaçados por povos das periferias, com destaque para os chamados períodos “Primavera-Outono” (722-481 a.C.) e “Reinos Combatentes” ou “Senhores da Guerra” (a partir de 403 a.C.).

A Grande Muralha da China²⁰ começou, entretanto, a ser construída, nos Séculos IV e III a.C., por sucessivos “Reinos Combatentes” (Wei, Zhao, Qin e Yan) a fim de se defenderem das invasões nómadas a Norte e Noroeste e salvaguardarem os agricultores chineses e as rotas comerciais. A Muralha, construída, fortificada e expandida ao longo de mais de 2000 anos (as últimas grandes obras terão sido edificadas no Séc. XVII, pela dinastia Ming) tornou-se num mito de resguardo da continuidade, da antiguidade e da grandiosidade da China; similarmente, é o reflexo de uma obsessão defensiva face aos “bárbaros” estrangeiros por parte de uma China marcada por um complexo de superioridade e fechada sobre si mesma, bem como do despotismo e sofrimento dos povos no seu seio.

Muitas das instituições imperiais e culturais chinesas e das grandes linhas de ordenamento e convivência social que perduraram foram estabelecidas também naquela época. Por exemplo, Confúcius (551-479 a.C.), que viveu durante a dinastia Zhou, desenvolveu um código social, moral e político que continua a ser influente na actualidade e que precedeu largamente os Gregos Antigos e o nascimento da civilização Ocidental. Segundo o Confucionismo, *«existe uma ordem natural predeterminada, na qual o céu é a fonte de toda a autoridade e todos os homens são objecto da vontade do céu»* (Alagappa, 1998: 67). Escola de sabedoria em torno da esfera familiar antes de tudo (Godement, 1996: 37), o Confucionismo sublinha três ideias fundamentais: a importância dos letrados numa sociedade e da instrução para todos os homens; os interesses colectivos estão claramente acima dos individuais, devendo os indivíduos comportar-se conforme a sua situação social a fim de assegurar e manter a ordem; e o governo deve ser assegurado pelas elites (o “bom governo”), devendo estas ser constituídas por homens virtuosos e íntegros (Jan, Chaliand e Rageau, 1997 : 44). Por influência do Confucionismo, *«ainda hoje, em todo o mundo chinês, o “governo dos homens” sobrepõe-se ao da lei, com uma persistência que desespera os ocidentalistas e os partidários da democracia»* (Godement, 1996: 37).

²⁰ A Grande Muralha, ou melhor, o conjunto de fortificações e muralhas que denominamos por Muralha da China, foi construída, estendida, reforçada e reconstruída ao longo de mais de 2000 anos, desde os “Reinos Combatentes” no Séc. IV a.C. à dinastia Ming no Séc. XVII.

Assumindo a ordem natural como hierárquica, a desigualdade entre os homens e, consequentemente, entre os povos é um aspecto basilar na estrutura social e internacional Confucionista, com o Imperador e a China no topo das respectivas pirâmides. Em teoria, o Imperador, que recebe a sua autoridade do céu e é o executivo supremo, tem poder absoluto; na prática, o seu poder deve ser exercido com sabedoria e virtuosismo. A paz e a ordem são fins cruciais a serem prosseguidos, nomeadamente, pelo bom exemplo e pela instrução, não pelas leis ou coerção. O uso da força é incompatível com a doutrina Confucionista que pretende a “conquista” do(s) povo(s) através da cultura cívica e da virtude (Alagappa, 1998: 67). Porém, tanto interna como externamente, a China nem sempre foi assim.

III.1.1. Da Unificação Chinesa aos Yuan Mongóis

Um longo período de lutas sangrentas culminou com a unificação chinesa sob a autoridade do chamado “Primeiro Imperador”, da dinastia Qin (ou Ts’in), Qin Shi Huangdi, que dominou no curto período compreendido entre 221 e 206 a.C.. Governando com «*os adeptos da escola dos legalistas, realistas e brutais, ao serviço do absolutismo*» (Jan, Chaliand e Rageau, 1997: 26), a unificação chinesa implicou uma tirania que impôs a autoridade do Imperador e um gigantesco programa de modernização que se estendeu a todos os domínios (administração, calendário, escrita, infra-estruturas, etc.). Os “funcionários letrados”, ainda que tenham sido perseguidos, acabariam por herdar da China Qin uma organização burocrática que lhes iria permitir ter uma posição privilegiada e dirigente durante mais de vinte Séculos (ver Huang, 1997).

Foi com a dinastia Han (206 a.C – 220 d.C.) que a China viu estabelecer-se o “Confucionismo Imperial” (Fairbank, 1994), incorporando a ideia de “Mandato do Céu” e harmonia cosmológica que se estendeu, depois, a outras partes da Ásia. No espaço de um Século, sensivelmente, a China Han expandiu-se consideravelmente: a Norte e Ocidente chegou à Bacia do Tarim e Ferghara, estabelecendo um protectorado na Ásia Central (101 a.C.); a Nordeste, anexou o Reino de Luolang (Coreia) (108 a.C.); para Sul e Sudoeste, conquistou as regiões de Minuye (110 a.C.) e Nanyue (111 a.C.), incluindo o actual Vietname e a ilha de Hainão. Tentou ainda outras incursões ao Norte, donde provinham ameaças dos povos Xiongnu e Xianbei, sofrendo igualmente pressão dos povos Qiang a Ocidente (Tibete). A Coreia e o Vietname começaram a adoptar a escrita e as práticas chinesas nesta altura e, mais tarde, a partir dos Séculos V e VI, sobretudo, seguiu-se-lhes também o Japão.

Os princípios confucionistas foram, naturalmente, aplicados na esfera externa. O mundo era visto como uma só unidade, sendo a China o *Chung-kuo* ou “país central” (Império do Meio)

e com o Imperador a exercer autoridade sobre todos os povos debaixo do mesmo céu (Alagappa, 1998: 67). A crença na superioridade cultural e moral chinesa criou, assim, as bases para um sistema internacional sino-cêntrico: os que viviam fora da área chinesa e/ou não se queriam submeter à autoridade do Imperador (tornando-se seus súbditos ou pagando tributo) eram considerados “bárbaros”, o que significa que as relações do tipo intergovernamentais não poderiam existir porque a China nada queria deles ou com eles. À medida que os bárbaros se tornavam “civilizados”, porém, o sistema confucionista e chinês estendia-se-lhes, formando uma vasta família confucionista de nações. A China apresentava-se a si própria como uma civilização superior, sendo que os reinos e povos não-chineses deveriam aceitar, no mínimo, o estatuto de tributários (ver, p.ex., Fairbank, 1994 e Huang, 1997).

A conjugação de pressões externas, disputas dinásticas, formação de clientelas, desordem social, calamidades naturais e a revolta popular dos “Turbantes Amarelos” (184) enfraqueceram, contudo, a dinastia Han, que seria deposta no ano 220 da nossa era. Dividida em três reinos, a China entra num período de convulsões internas que, por um lado, atrai ameaças do exterior, sobretudo, oriundas das zonas da Índia e da Ásia Central e, por outro, favorece a expansão do budismo, originário da Índia. Só no final do Século VI, com a dinastia dos Sui (581-619), a China seria novamente reunificada. Mas foi com a dinastia Tang que a China recuperou o seu estatuto imperial na Ásia Oriental.

A dinastia dos Tang (618-907) é considerada uma das mais importantes para a civilização chinesa e para a instauração de uma ordem sino-cêntrica na Ásia Oriental. Reinando num período longo de unidade e prosperidade, os Tang instauraram uma administração centralizada recrutada por concurso (mandarins), recriaram um exército poderoso, realizaram grandes obras de hidráulica. Fomentaram também o comércio com o exterior, da Índia ao Médio Oriente, comércio esse que prosperou graças, de novo, ao controlo da Ásia Central. As ideias também proliferam: peregrinos chineses deslocam-se à Índia em busca de ensinamentos, enquanto missionários budistas indianos e tibetanos expandem na China a sua crença - no final do Século VII (690), a imperatriz Wu Tsi-tian favorece mesmo o budismo que conhece, assim, forte implantação na China. Nos Séculos VIII e IX, o cristianismo e, sobretudo, o islamismo penetram na China, com destaque para este último que se expande rapidamente pelas áreas a Norte do Império por intermédio dos comerciantes árabes e persas e por influência dos povos súbditos Uigures, Turcos Ocidentais e Turcos Orientais.

Os Tang também recriaram o império e uma ordem asiática em torno de uma China hegemónica. A sua expansão processou-se ao jeito de contra-ofensiva, nomeadamente, na direcção da Ásia Central donde vinham ameaças permanentes. Em poucas décadas (627-

649, reinado de Tai-Tsong), depois de ter vencido os Uígures e os Turcos Ocidentais, a China recupera a bacia do Tarim e Ferghara - passando a controlar a rota da seda e estabelecendo novo protectorado na Ásia Central (650-780) – e expande-se até à região da Zungária, sendo apenas travada pelos árabes na batalha de Talas (751), perto de Taskhent, actual capital do Uzbequistão. Anexa também a Manchúria (666), torna seus domínios as províncias setentrionais do actual Vietname e faz seus tributários os reinos Coreanos, chegando a sua influência ao Japão e às ilhas dos Mares da China. Embora com dificuldades para sustentar o avanço árabe na Ásia Central (Séculos VIII e IX) e para repelir as ofensivas dos Tibetanos (Séculos VII-IX), os Tang impõem o seu domínio aos Uígures, Turcos Orientais e Quitãs (VIII-IX). No seu apogeu, a China dos Tang estendia-se do Sudeste Asiático à Coreia, dos Mares da China aos confins das Índias e às vastas estepes da Ásia Central e Oriental.

No último quartel do Século IX, a conjugação de revoltas internas - em particular, a dos camponeses liderados por Huang Chau (880-884) que chegou a proclamar-se imperador - e de ofensivas externas (em várias frentes, a Norte e Noroeste, nomeadamente, dos Árabes, dos Tibetanos e dos Uígures) enfraquece definitivamente os Tang. Em reacção, estes tentam banir o budismo e as religiões estrangeiras, procurando com particular afincamento erradicar o islamismo: os letrados são confucionistas, mas a população já é maioritariamente taoísta e budista, existindo ainda grandes áreas islâmicas (Challand e Rageau, 1995: 30). A dinastia seria deposta no início do Século seguinte (907) e o Império desmantelado em dez reinos.

Depois de mais um período de convulsões, a dinastia Song (960-1279) impôs-se numa China que se distinguia pelo seu alto nível de civilização. O mandarinato afirmou o seu poder mais do que nunca. Sob a dinastia Song, o Confucionismo evoluiu para um “neo-confucionismo” (Godement, 1996: 37-38) cuja influência seria decisiva não só na China mas também na Coreia, no Vietname e no Japão²¹ sendo, igualmente, um instrumento ao serviço dos governantes chineses, dando-lhes uma áurea de legitimidade que, contudo, não tinha correspondência moral nem prática, pelo que se sucederam as revoltas camponesas.

Repentinamente, a Eurásia ficou sob controlo Mongol. As invasões mongóis na China iniciam-se por volta do ano 1127 e, no Século e meio seguinte, sucessivas partes da China e também o Tibete (1239) e a Coreia (1241) vão sendo submetidas, naquilo que Mark

²¹ Filosoficamente mais rigoroso e refundado na pesquisa como método de conhecimento, colocando os princípios no topo do conhecimento, mais racionalista e preocupado com os assuntos cívicos e sociais, o neo-confucionismo dominaria a Ásia do Nordeste e o Vietname do Século XI ao Século XIX. O confucionismo como religião e moral do Estado seria a espinha dorsal das burocracias chinesa, coreana e vietnamita, sobretudo, mas com acentuações diversas: a virtude cardinal do confucionismo chinês ou vietnamita era a humanidade (*ren* em chinês), enquanto que na Coreia e no Japão evoluiria para a lealdade (*chu* em japonês) (Godement, 1996: 38).

Beeson (2007:28) descreve como «o mais traumático exemplo de intervenção externa na China». Em 1260, Kublai Khan impõe definitivamente a dinastia Yuan mongol na China, transferindo a capital do império mongol de Caracorum para Pequim (1264). Os Yuan expandem-se depois para Sul, conquistando o que resta da China dos Song (1276-1279) e para Sudeste, dominando o Vietname e a Birmânia (1287-88). Os Yuan tentariam ainda desembarcar no Japão, entre 1276 e 1281: contudo, a sua esmagadora superioridade naval e militar não resistiu aos famosos tufões que, assim, seriam baptizados pelos japoneses de *ventos divinos* ou *kamikaze*.

A dinastia Yuan reina na China de 1260 a 1368, mas “sinifica-se” e converte-se ao budismo, num dos mais paradigmáticos fenómenos de absorção de uma força militar por uma civilização superior. A China passa a ser novamente o centro de um extenso império e da ordem internacional asiática, se bem que governada por uma dinastia vinda do exterior. As disputas intra-mongóis enfraquecem, todavia, o Império que no início do Século XIV já se encontra dividido em vários Khanatos e Estados rivais. Revoltas camponesas agitam, mais uma vez, a China levando ao enfraquecimento e à queda dos Yuan.

III.1.2. Ming e Qing, as últimas Dinastias

Sucede aos Mongóis Yuan no governo da China a dinastia Ming (1368-1644) que iria deslocar a capital de Nanquin para Pequim, em 1421. Os Ming visam, sobretudo, o restabelecimento da ordem e da prosperidade, através do repovoamento, da reestruturação da administração e da colheita de impostos e tributos para reforçar o poder imperial, bem como de uma ampla reforma agrícola dividindo, a favor dos pequenos camponeses, as grandes propriedades rurais. A introdução de novas culturas como o algodão e um comércio florescente garantem prosperidade à China. As artes, a cultura e as ciências também se desenvolvem (Fairbank, 1994). A construção naval e o conhecimento náutico contribuíram para fazer da China a maior potência económica da Ásia Oriental: foram, então, organizadas expedições marítimas, como as do Grande Zheng He, que levaram os chineses a cruzar o Índico e as costas da Índia até África, nas primeiras décadas do Século XV. Ao nível externo, os Ming procuraram retomar a ofensiva: atacam a Coreia - colocada sob tributo imperial com facilidade - e o Vietname, incursão que se revelou mais complicada, ficando o Vietname sob controlo chinês apenas durante um par de décadas (1406-1428); lançam também sucessivos ataques nas estepes a Norte da Grande Muralha, chegando a impor o pagamento de tributos aos Manchus, Mongóis, Tangutes e Uigures e outros povos turcófonos, nos Séculos XV e XVI. No final do Século XVI, a China Ming ajudaria os coreanos a opor-se a uma invasão japonesa.

A partir do início do Século XVI, o aparecimento dos navegadores portugueses, espanhóis e holandeses começou a retirar o domínio marítimo aos chineses e suscitou reacções xenófobas: apesar disso, os Ming permitiriam que os portugueses se estabelecessem em Macau²², praticamente o único entreposto comercial marítimo entre o Ocidente e a China até ao Século XIX. Nessa altura, já a China iniciara uma fase de isolamento, reduzindo ao mínimo as ligações ao exterior quer por via terrestre quer por via marítima (Huang, 1997). A tendência de auto-isolamento acentua-se à medida que os letrados confucionistas se mostram cada vez mais críticos das actividades comerciais e das relações com os “bárbaros” e que a situação imperial se degrada: há muito perdido o controlo do Vietname, os Ming vêem os coreanos ameaçar deixar de pagar tributo; o comércio marítimo começou a estar nas mãos dos europeus que também representam um novo desafio ao sistema sino-cêntrico; os navios e portos chineses são alvo de constantes e bem sucedidos ataques, em particular, da pirataria japonesa; os mongóis, ameaça sempre presente, lançam consecutivas ofensivas. Entretanto, revoltas camponesas espalham a anarquia pela China, enquanto os Manchus transpõem a Grande Muralha. Os Ming revelam-se incapazes de sustentar os ataques ao seu poder e, em 1644, o último imperador Ming suicida-se no meio do caos reinante.

Os Qing, Manchus, assumiram o poder na China sem grandes dificuldades: perante o declínio dos Ming, os generais chineses pedem auxílio aos Manchus para sufocar as revoltas camponesas e repor a ordem, aproveitando estes para atacar Pequim e tomar o poder (R. Smith, 1994). A dinastia Qing reina na China, assim, de 1644 até 1911, altura em que estala a Revolução que iria levar à proclamação da República por Sun Yat-sen. O longo reinado da dinastia Qing manchu, última dinastia que, à semelhança da dinastia Yuan mongol, rapidamente se “sinizou”, divide-se em duas fases completamente distintas: a primeira, até ao final do Século XVIII, é de grande vitalidade, prosperidade e expansão, com a China hegemónica a dominar completamente a Ásia Central e Oriental; a segunda, durante o Século XIX e início do Século XX, corresponde ao penoso “Século das Humilhações” que marca não só o declínio dos Qing e da China mas, igualmente, uma transformação radical do sistema internacional na Ásia Oriental.

A expansão imperial da China Qing fez-se, novamente, em todas as direcções, chegando nalguns casos mais longe do que em épocas anteriores. Na segunda metade do Século

²² O navegador Jorge Álvares chegou ao Sudeste da China em 1513 e, depois de persistirem no comércio com os chineses no Porto da deusa Amã (que estará na origem da designação de Macau) e de ajudarem a combater a pirataria que assolava as costas chinesas (e que, obviamente, também prejudicava gravemente o comércio marítimo português naquelas paragens), os portugueses obtiveram do Imperador Chi-Tsung, em 1557, autorização para se estabelecerem em Macau, mediante o pagamento de um imposto, o “Foro do Chão”, que se manteve até meados do Século XIX.

XVII, ou seja, logo após os Qing terem tomado o poder, a China confirmou o estatuto tributário da Coreia, estendeu o seu domínio à Mongólia Exterior (1691-1697), impôs tributos na Indochina, aos actuais Myanmar ao Vietname, pelo menos, e anexou Taiwan (1665-1683), dominando, eventualmente, também o arquipélago das Ryukyu; pelo tratado de Nertchinsk (1689), os Qing param ainda a expansão russa, fazendo chinesas as regiões de Amur e Ussuri. Já no Século XVIII, o Império chinês alargou-se para incluir o Tibete e parte do actual Nepal (1720), o Qinghai (1724), o Turquestão Chinês (Xinjiang) dos Uigures muçulmanos (1724) e a bacia do Tarim e da Zungária (1747). O Império Chinês atingia, assim, a sua configuração máxima, subsistindo ainda hoje dúvidas entre os historiadores sobre os verdadeiros limites da China, tal como não certas as datas precisas de determinadas conquistas: com efeito, alguns atlas e descrições históricas incluem na China também, nomeadamente, como tributários, territórios dos actuais Kazaquistão, Uzbequistão, Tajiquistão, Afeganistão, Paquistão, Índia e Butão, as Ilhas Andaman, no Índico, a totalidade da Indochina (Sião/Tailândia, Laos, Camboja, Vietname, Malásia, Singapura e ainda um território na Ilha do Bornéu), atribuindo-lhe ainda o domínio da globalidade do Mar da China do Sul - onde se situam os arquipélagos das Paracels e das Spratlys - e das ilhas Sulu e Palawan, situadas entre a Indonésia e as Filipinas (ver a seguir Mapa 2, linha verde). O facto é que, no final do Século XVIII, a China Qing dominava praticamente toda a Ásia Central e Oriental. Num mundo então mais interdependente e globalizado por via das navegações e conquistas europeias, a China estava ao centro e no topo de um sistema internacional da Ásia Oriental autónomo do sistema global, dominando imperialmente os seus vizinhos e determinando o essencial das interacções regionais.

Mapa 2. O Império da China Qing no seu apogeu, final do Século XVIII



Legenda: — Limites do Império sob controlo directo dos Qing segundo o atlas chinês *Zhouguo Zonghe Dituji*, Pequim, 1990; — Limites da suzerania Qing segundo o atlas *Benguo Lishi Jiaoke Tu*, Taipei, 1959; --- Fronteiras dos Estados actuais.

Fonte: Jan, Chaliand e Rageau, 1997: 31 – Fig. 16.

III.1.3. O Significado do Sistema Sino-cêntrico

Durante mais de dois mil anos, a China esteve no centro da ordem internacional na Ásia Oriental, dominando e/ou influenciando política, económica e culturalmente os povos vizinhos e os destinos da macro-região. Baseada num complexo de superioridade e numa visão confucionista de relações entre “desiguais”, a China via-se a si mesma no centro e no topo do mundo, em torno da qual as unidades não-chinesas eram agrupadas em três zonas concêntricas (ver Figura 4): a *Zona Sínica*, compreendendo a Coreia, Annam (Vietname), as Ilhas Ryukyu (Okinawa) e, durante um curto período, o Japão; a *Zona Próxima*, compreendendo o Tibet e algumas unidades constituídas pelos povos nómadas e semi-nómadas da Ásia Central; e a *Zona Distante*, compreendendo as unidades mais distantes do Sudeste Asiático, da Ásia do Sul, do Médio Oriente, África, eventualmente, o próprio Japão

e, mais tarde, a Europa (Alagappa, 1998: 68). Genericamente, a noção de “bárbaros” referia todos os povos não sinizados que estavam para lá do círculo sínico - ironicamente, apesar de um certo desdém chinês, por várias vezes os “bárbaros” abalaram o sistema chinês ao longo da História.

Figura 1. O Sistema Sino-cêntrico



Em virtude das “desigualdades naturais”, não havia margem para a cooperação internacional ou para a lei na ordem sino-cêntrica, baseando-se as relações da China com as outras unidades numa premissa de «*majestade e poder*» (Alagappa, 1998: 68-69) processadas, essencialmente, através de um sistema tributário complexo que não assentava em tratados formais mas num entendimento pessoal implícito de obrigação. Os tributários reconheciam a superioridade da China e, em contrapartida, a China reconhecia a sua independência, não interferindo nos seus assuntos internos e dando-lhes assistência quando necessário. A China retinha, contudo, o direito de intervir, na premissa de que o céu separava os territórios mas não os povos e que o Imperador tinha e exercia autoridade sobre todos.

Embora a ideia da guerra fosse encarada por todas as escolas de pensamento chinesas como suplemento ao bom governo e numa lógica, essencialmente, defensiva, na prática, «*o princípio da guerra justa serviu como desculpa moral para actos claros de agressão*»

(Bozeman, 1993: lvii). A guerra foi crucial para fazer a unificação da China, defender o império, expandi-lo e manter a ordem, pelo que a dimensão militar da gestão imperial esteve sempre nas prioridades e foi sendo aperfeiçoada ao longo dos séculos (ibid.). A partir da análise de textos clássicos militares²³, Alastair Iain Johnston conclui pela existência de duas culturas estratégicas chinesas:

- uma, largamente simbólica ou idealizada, a que chama «*Confucionista-Menciana*, assume, essencialmente, que o conflito é aberrante ou, pelo menos, a evitar através da promoção do bom governo e da aculturação das ameaças externas. Quando a força é aplicada, deve sê-lo defensivamente, mínima, apenas sob certas condições e em nome da justa restauração da ordem político-moral. Estas assumpções traduzem-se numa grande estratégia preferencial que coloca as estratégias acomodatórias primeiro, seguidas das estratégias defensivas e, só então, ofensivas. É este paradigma que parece dominar, explícita ou implicitamente, a abordagem Ocidental e Chinesa sobre o pensamento estratégico chinês, dando sentido às ideias de especificidade ou diferenciação chinesa neste domínio» (Johnston, 1995: 249);

- a outra é, segundo o autor, o «*paradigma parabellum*» que «assume que o conflito é uma constante nos assuntos humanos devido, em larga medida, à natureza ameaçadora do adversário e que num contexto de soma-nula a aplicação da violência é altamente eficaz para lidar com o inimigo. Estas assumpções traduzem-se, genericamente, pela preferência por estratégias ofensivas seguidas por outras progressivamente cada vez menos ofensivas, em que a acomodação vem em último lugar. Este “ranking” é também mediado pelo conceito de absoluta flexibilidade (“*quan bian*”) que sugere que a aplicação da violência ofensiva só terá êxito se as condições estratégicas forem adequadas... este paradigma assume que a destruição militar do adversário é essencial para a segurança do Estado. Este paradigma aproxima-se das noções ocidentais de “*hard realpolitik*” ou da tradição de que “se queres a paz, então, prepara-te para a guerra”» (ibid.).

Na análise de Johnston, paradoxalmente, «os dois paradigmas têm igual estatuto no pensamento estratégico tradicional chinês», embora «o paradigma parabellum seja, na maior parte, dominante» (ibid.: 249-250).

O sistema sino-cêntrico era, em grande medida, virtual e flexível, com a conduta das relações externas chinesas, na prática, a variar bastante: quando as dinastias eram unidas e fortes, a China era expansiva, insistindo na hierarquia de relações com os seus vizinhos, recompensando bons comportamentos e castigando as unidades “marginais”; noutras fases,

²³ São eles: *Sun Zi Bing Fa*, *Wu Zi Bing Fa*, *Si Ma Fa*, *Wei Liao Zi*, *Tai Gong Liu Tao*, *Huang Shi Gong San Lue* e *Tang Tai Zong Li Wei Gong Wen Dui*. A apresentação, autoria, datação e contexto resumido de cada um destes textos clássicos é feita por Alastair Iain Johnston (1995) no Chap. II. *Some Questions of Methodology*: 32-60.

quando as dinastias estavam enfraquecidas ou em declínio, tornavam-se mais pragmáticas, aceitando estabelecer relações numa base de maior igualdade. No fundo, este sistema pode ser caracterizado como um misto de império clássico e de anarquia, na medida em que cada unidade tinha o seu próprio território e governo e os tributários não estavam sob controlo directo da China. Essa anarquia, porém, não inviabilizava relações hierárquicas entre o centro imperial e as unidades, baseadas nas ideias de reinado universal e civilização superior (Fairbank, 1994). Por outro lado, porque o domínio imperial foi muito mais ténue e/ou disputado nuns locais do que noutros, o relacionamento histórico da China com os seus vizinhos é muito variável, como é notório nos casos da Coreia, do Vietname e do Japão.

A Coreia, cujas origens para-estatais remontam ao Século II a.C., foi objecto de diversas invasões da China e, muito mais tarde, também do Japão, desenvolvendo um nacionalismo forte e uma grande desconfiança em relação aos estrangeiros e à dependência de potências externas. Apesar disso, teve uma orientação genericamente positiva em relação à China, sendo as relações tributárias durante as dinastias Ming e Qing descritas como o modelo preferencial para a China (R. Smith, 1994; Fairbank, 1994; Huang, 1997). Esta relação foi, em larga medida, benéfica para a Coreia, uma vez que assegurava que a China não interferia nos seus assuntos internos e que ajudava os governantes coreanos a preservar o seu estatuto e poder, como aconteceu, por exemplo, quando a China auxiliou a Coreia a repelir a invasão japonesa no final do Século XVI. Igualmente significativo é a adopção e o respeito coreano pelo Confucionismo. Ou seja, basicamente, «*a relação tributária serviu os interesses dos governantes tanto da China como da Coreia*» (Alagappa, 1998: 70).

O caso do Vietname, cujas origens políticas remontam ao Século III a.C., é muito diferente. Primeiro, ao invés da Coreia - que foi directamente ocupada pela China durante um período relativamente curto (108 a.C.-313 d.C.) sendo, a partir de então, a relação normalmente tributária -, o Vietname foi anexado e tornado parte do Império chinês durante cerca de mil anos (111 a.C.-939 d.C.), emergindo como unidade independente após uma luta duradoura (Schweyer, 2005), se bem que a China foi sempre tentando repor o seu domínio. Em segundo lugar, enquanto a Coreia está situada numa Península e a sua língua pertence à família Altaica, o Vietname é menos distinto da China em termos de geografia e de língua, sentindo sempre mais dificuldades em estabelecer, e maior necessidade de afirmar, uma identidade separada e a sua independência. Terceiro, e novamente ao contrário da Coreia cujas capitais estavam relativamente próximas das dinastias chinesas e sem espaço para a expansão territorial, o Vietname estava consideravelmente distante da sede das dinastias chinesas, às vezes sob pressão dos impérios indianos, outras vezes em expansão para Sul e Ocidente, contactando com outros povos e impérios no Sudeste Asiático (ver Nguyen, 2000 e Schweyer, 2005). Finalmente, apesar de alguns governantes vietnamitas aceitarem a relação tributária, muitos viam-se a si mesmo como “grandes” e instalaram as suas próprias

dinastias, numa base de igualdade com as dinastias chinesas (Nguyen, 2000). Assim, a constante luta vietnamita para conquistar ou manter a independência face às persistentes tentativas de domínio chinesas e, por seu lado, a percepção chinesa do Vietname como uma unidade marginal, um Estado tributário rebelde (R. Smith, 1994), contribuíram significativamente para tornar a relação da China com o Vietname sempre muito mais atribulada do que o relacionamento China-Coreia.

O Japão só pertenceu à “Zona Sínica” por um período relativamente breve e, essencialmente, por via cultural, em particular, entre os Séculos VI e IX, contribuindo para explicar porque é que os sistemas políticos e sociais que o Japão desenvolveu são muito diferentes dos da China (Henshall, 2004). Alguns governantes japoneses enviaram tributo à China; contudo, separado da China pelo mar, o Japão nunca esteve sob controlo político directo das dinastias chinesas e, em regra, os governantes nipónicos viam-se como “iguais” aos governantes chineses. Comparativamente a outros países na região, as interacções históricas China-Japão foram muito mais limitadas, em grande parte, devido à geografia e aos longos períodos de isolamento auto-imposto por ambos os lados. Até ao Século XIX, do ponto de vista político, merece registo a tentativa dos sino-mongóis Yuan invadirem o Japão, no último quartel do Século XIII, ao passo que os japoneses só incomodaram verdadeiramente os chineses quando tentaram uma ofensiva contra a Coreia e promoveram actos de pirataria nas costas chinesas, na segunda metade do Século XVI, durante a dinastia Ming. Do ponto de vista cultural, no entanto, a influência chinesa no Japão é assinalável, pelo que os chineses tendem a ver o Japão como um membro júnior do arco cultural da China (Mason e Caiger, 1997).

A posição da China no centro do sistema/ordem da Ásia Oriental desapareceria com o advento do “período das humilhações”. Mas é importante ter uma noção do legado da centralidade chinesa na Ásia Oriental, até porque alguns pensam que a China pode estar a tentar recuperar esse estatuto na actualidade ou, então, que a velha ordem sino-cêntrica pode estar a reemergir e a fornecer uma base para um mais bem definido regionalismo na Ásia Oriental. Ainda que estas hipóteses provem não se confirmar, é indiscutível que as imagens da China e sobre a China no quadro actual da Ásia Oriental não podem ser plenamente compreendidas e explicadas sem colocar as respectivas relações bilaterais, multilaterais e regionais na contextualização do antigo mas duradouro sistema sino-cêntrico.

III.2. As Grandes Transformações do Século XIX à Guerra do Pacífico

Depois de uma longa era sino-cêntrica, o sistema internacional da Ásia Oriental entrou num Século de profundas e sucessivas transformações. As forças motrizes foram, entre meados do Século XIX e a II Guerra Mundial, o declínio da China, a colonização europeia, as chegadas da Rússia e dos EUA e a emergência e o expansionismo do Japão.

III.2.1. Declínio da China

Ao entrar no Século XIX, a China não começava apenas num novo Século, entrava num período de enorme declínio, graves perturbações internas e agressões externas. Compreensivelmente, esta fase, a segunda da dinastia Qing, corresponde ao “Século das Humilhações” e dos “Tratados Desiguais”.

No início do Século XIX, as potências europeias - presentes na região desde o Século XVI e, então, em acelerada expansão económica e estratégica fruto da industrialização - estavam às portas de uma China ultrapassada. Os Qing revelaram-se incapazes de achar respostas para o novo desafio, a começar pela crise em que, perversamente, os europeus mergulharam a China com a introdução do comércio do ópio²⁴ a fim de equilibrarem a balança comercial e acederem às riquezas chinesas. Em 1839-1842 teve lugar a Primeira Guerra do Ópio entre a China e a Grã-Bretanha, na sequência da qual os britânicos impuseram à China Qing o primeiro de vários “tratados desiguais”, o Tratado de Nanquin, em 1842: a China era obrigada a ceder à Inglaterra a ilha de Hong Kong e a abrir cinco outros portos aos Ocidentais onde rapidamente se estabeleceram concessões das quais os europeus eram verdadeiramente soberanos. Uma cláusula engenhosa imposta pelos ingleses foi a da “nação mais favorecida”, garantindo-lhes automaticamente o benefício de toda a concessão ou privilégio ulteriormente consentido a outros (Godement, 1996: 41). O impacto da Primeira Guerra do Ópio seria tremendo: *«Os Chineses não perderam apenas a sua batalha para excluir a droga ou a sua guerra com a marinha britânica; eles perderam as suas tarifas autónomas, uma larga indemnização, o direito de submeter os residentes estrangeiros à lei chinesa e o território do que seria Hong Kong. Mas o pior ainda estava para vir: exposta a sua fragilidade militar, a China entrava definitivamente num Século*

²⁴ O comércio do ópio era dominado por mercadores privados e pela Companhia Britânica das Índias Orientais, que encorajaram o governo britânico a impor os seus interesses comerciais pela força dos canhões e dos navios quando as autoridades chinesas ameaçaram a sua liberdade de acção económica. A Europa importava há muito da China grandes quantidades de seda, especiarias e, particularmente, chá, mas exportava muito pouco para a China até ao comércio do ópio que permitiria não só resolver o problema do défice comercial com a China como aceder às riquezas chinesas e fazer a fortuna dos comerciantes e dos governos europeus.

calamitoso de agressão externa, desordem interna e guerra civil» (Pomeranz e Topik, 1999: 103).

Os portugueses, estabelecidos pacificamente em Macau desde meados do Século XVI, aproveitam e deixam de pagar o “Foro do Chão” às autoridades chinesas (1841); ocupam a zona a norte de Macau e estabelecem uma fronteira (Portas do Cerco); expulsam os representantes do Mandarim de Cantão e afirmam a soberania portuguesa sobre o território de Macau (1849), expandindo-se ainda para as ilhas da Taipa (1851) e Coloane (1864). Em 1887, Lisboa obteve a assinatura de um “Tratado de Amizade e Comércio Luso-Chinês” que reconhece e legitima a ocupação perpétua de Macau e suas novas dependências por Portugal.

Entretanto, as condições económicas agravavam-se na China: uma população que ao longo dos séculos oscilava entre os 50 e os 100 milhões de habitantes passa, em duzentos anos apenas, entre 1650 e 1850, de 100 milhões para mais de 400 milhões (Chaliand e Rageau, 1995: 66), aumentando a pressão sobre as terras. Várias revoltas estalam na China nesta época, com destaque para a Revolta dos Taiping (1850-1866) que lança o país numa autêntica guerra civil. Ao mesmo tempo, desencadeia-se uma Segunda Guerra do Ópio (1857-1860), lançada por forças franco-britânicas e na sequência da qual é imposto à China um novo par de tratados desiguais (o Tratado de Tianjin, em 1858 e o Tratado de Pequim, em 1860), sendo a China obrigada a abrir aos Ocidentais mais onze portos e a ceder aos britânicos a Península de Kowloon, junto a Hong Kong.

Paralelamente, a Rússia czarista aproveita a fragilidade chinesa e começa as suas incursões sobre o Turquestão e a região da Zungária (Ásia Central) que a China já não consegue sustentar, anexando esses territórios por volta de 1870. Os russos impõem também à China dois “tratados desiguais” - o de Aygun, em 1858 e o de Pequim, em 1860 - pelos quais aquela lhes cede as províncias, respectivamente, do Amur e do Ussuri. Pouco depois, rebenta no Turquestão Chinês um movimento Uigur Muçulmano independentista anti-Manchu, com os russos a intervirem para repor a ordem (1871) perante a incapacidade chinesa: porém, desta vez, a Rússia czarista devolveu o controlo da região aos Qing, em 1881, pelo Tratado de São Petersburgo – no Turquestão Chinês a China estabeleceria, em 1884, a província “Nova Fronteira” (Xinjiang). Os problemas acumulavam-se e a delapidação da China prosseguiu imparável: em 1879, a China viu o Japão ocupar as ilhas Ryukyu; logo a seguir, em 1883-85, a França venceu a China e conquistou aquilo que chamaria de sua *Indochine* (actuais Vietname, Laos e Camboja), pondo aí termo a mais de duzentos anos de domínio chinês Qing.

Particularmente traumática para a China foi a derrota ante o Japão na guerra de 1894-95 e na sequência da qual, em mais um “tratado desigual” (de Shimonoseki, em 1895), foi obrigada a abdicar definitivamente das Ilhas Ryukyu e a ceder ao Japão as ilhas de Taiwan,

Pescadores e outras “ilhas adjacentes”, bem como a Península de Kwantung na Manchúria (de que o Japão desistiria depois por pressão russa, britânica e francesa). A China teve ainda de reconhecer a independência da Coreia, ficando esta à mercê dos intentos japoneses e russos. A Guerra sino-japonesa de 1894-95 também inauguraria meio século de sucessivas agressões do Japão contra a China, confirmando ainda o declínio do “Império do Meio” e a emergência de uma nova potência asiática cuja expansão política e territorial só iria parar meio Século mais tarde.

Em 1898, a China arrendou à Grã-Bretanha os chamados “Novos Territórios” (integrados no conjunto Hong Kong), por 99 anos, e à Rússia a Península de Kwantung na Manchúria, por 25 anos. No mesmo ano, os Qing tentam ensaiar uma tentativa de reformas (os “Cem Dias”), mas estas desencadeiam a reacção dos conservadores e foram abortadas perante a eclosão da Revolta dos Boxers, motivada por fortes sentimentos anti-Ocidentais e anti-Manchus, só sufocada com o auxílio das forças estrangeiras. Tirando partido da situação, a Rússia, já na posse da Península de Kwantung, ocupou militarmente o resto da Manchúria, em 1900, e apoiou o movimento independentista que emergia na Mongólia.

A última década da dinastia Qing foi marcada, ironicamente, por significativas tentativas de reforma institucional e social²⁵. A modernização era fundamental na China do início do Século XX, mas esse impulso era sinónimo de nacionalismo. Precisamente na altura em que rebentava a Revolução Republicana na China e os Qing eram depostos, a Mongólia declarava-se independente, em 1911, colocando-se de imediato sob a protecção russa. Com a China imersa no caos revolucionário, o Tibete aproveita para declarar também a sua independência, ficando durante décadas numa situação ambígua: independente *de facto*, sob influência britânica, mas sem ser reconhecido oficialmente e sem que os chineses jamais renunciassem formalmente à soberania sobre o Tibete.

A hecatombe chinesa muito deveu, portanto, à intromissão Ocidental e japonesa, mas também foi consequência da degeneração interna: *«a agressão foi tornada possível pela fragilidade e ineficácia da dinastia dominante... com uma liderança mais competente, vigorosa e responsável no Século XIX, a história regional (para não dizer mundial) talvez tivesse sido muito diferente»* (Beeson, 2007: 31). É certo que não foi formalmente colonizada, mas com um governo incapaz, envolvida em constantes lutas internas, invadida e espoliada, a China, o que restava dela, ficou reduzida a uma situação neo-colonial, *«retalhada como um melão»* (Godement, 1996: 42) em “esferas de influência” estrangeiras.

²⁵ Conforme argumenta Yongjin Zhang (1991: 10) *«As reformas Imperiais na primeira década do Século instituíram mudanças fundamentais em quase todas as esferas da vida chinesa. As mudanças no sistema de valores e nas instituições tradicionais chinesas introduzidas pelas reformas criaram uma Nova China, similar ao resto do mundo em termos dos seus valores e atitudes políticas e nas suas instituições legais. Tenha sido intencional ou não, isto não foi só a transformação do império, mas também da civilização»*.

This map illustrates the various spheres of influence and territorial concessions in China during the late 19th century. The regions are color-coded according to the legend:

- Britânica (British):** Includes Tibet, Nepal, and parts of the Indian subcontinent (Indes Britanniques).
- Francesa (French):** Includes Indochina (Indochine Française) and parts of the Indes Britanniques.
- Russa (Russian):** Includes the Russian Empire (Empire Russe), Outer Mongolia (Mongolie-Extérieure), and Inner Mongolia (Mongolie-Intérieure).
- Alemã (German):** Includes the Jiaozhou Bay area (Qingdao).
- Japonesa (Japanese):** Includes Korea (Coreia) and Formosa (Taiwan).
- Ocupação militar russa (Russian military occupation):** Includes Manchuria (Mandchúria).
- Território cedido (Ceded territory):** Includes Hong Kong and Macao.

The map also shows major cities and ports, including Peking, Shanghai, Canton, and others. The legend on the right side of the map provides the key for the color-coding and symbols used.

Da República à Guerra Civil KMT-PCC e desta à Segunda Guerra Sino-Japonesa

A Revolução foi singularmente pouco violenta, em grande medida, porque a “velha ordem” tinha sido totalmente desacreditada: pertencendo os Qing à minoria Manchu, a maioria Han tinha aqui uma oportunidade para restabelecer a sua proeminência e o orgulho da “incomparável China”, bem como para introduzir a democracia e reformas institucionais de acordo com os padrões dos países mais poderosos e desenvolvidos (Fung, 1995: 182). Por outro lado, a Revolução Republicana foi uma consequência da integração forçada do país no mais amplo sistema internacional global que, por sua vez, teve como efeito fazer da

China mais um Estado-nação do que uma civilização imperial, tornando o nacionalismo um elemento chave da China moderna, em parte por questões de identidade e unidade, em parte para fazer face às pressões e aos desafios externos.

Sun Yat-sen proclamou a República da China e tornou-se o seu primeiro Presidente, em Janeiro de 1912. Do seu legado ideológico ressaltam, fundamentalmente, os chamados “*Três Princípios do Povo*”:

- o *Princípio de Minzú*, intimamente associado ao *poder em nome do povo*, à *união do povo* e ao *nacionalismo*. Pretendendo significar uma China livre da dominação imperialista, deveria desenvolver-se um “nacionalismo cívico” por oposição ao “nacionalismo étnico”, unindo todas as diferentes etnias chinesas, nomeadamente os cinco maiores grupos – Han, Mongóis, Tibetanos, Manchus e Uígyres Muçulmanos – que estão simbolizados na Bandeira das Cinco Cores da Primeira República (1911-1928);
- o *Princípio de Minchuán*, associado ao *poder do povo* e à *democracia*, representando uma adaptação do modelo Ocidental à China e dividindo-se em dois “poderes”: o *poder da participação política*, pelo qual os cidadãos expressam a sua vontade, similar às ideias de cidadania, direitos civis ou de parlamentarismo, representado institucionalmente pela Assembleia Nacional com competências de representação, eleição e legislação; e o *poder da governação*, fundindo Sun Yat-sen o modelo emanado da filosofia política Ocidental de separação e equilíbrio de poderes com a tradição administrativa chinesa imperial centralizada e baseada em três principais pilares (ou *Yuan*) e que originaria, na República Chinesa, institucionalmente, um forte Presidencialismo e os Yuan Legislativo, Executivo e Judicial;
- e o *Princípio de Minsheng*, associado ao *poder para o povo*, significando a *prosperidade* e o *bem-estar de todos os chineses*, por vezes, sinónimo de socialismo, equilíbrio social ou Estado social.

Estes princípios estariam depois na base das ideologias do Kuomintang (KMT), do Partido Comunista Chinês (PCC) ou ainda da “República de Nanquin” tutelada pelo Japão (1940-45): o KMT e o PCC estão basicamente de acordo nos princípios de *Minzú* (unidade) e de *Minsheng* (prosperidade), mas com interpretações completamente díspares do princípio de *Minchuán* (democracia) e também na forma de alcançar os Três Princípios do Povo de Sun Yat-sen.

A proclamação da República não impediu, contudo, que a China continuasse imersa em graves turbulências. O compromisso pós-revolucionário que levou Sun Yat-sen a sacrificar a sua liderança (Abril de 1912) a favor do General Yuan Shih-kai (1912-1916) em nome da unidade nacional e da estabilidade, não resistiu à rápida ascensão dos “Senhores da

Guerra” que retalharam a China e a lançaram, de novo, na anarquia e na desordem. Já depois de ter fundado, em Agosto de 1912, o *Kuomintang* (Partido Nacionalista), Sun Yat-sen regressaria à liderança da China a partir de 1917²⁶, mas num contexto de grande instabilidade e agravado por uma enorme disputa ideológico-intelectual de que são exemplo o chamado “Movimento do Quatro de Maio”²⁷ de 1919 e as divergências entre nacionalistas e comunistas. Inicialmente, o Kuomintang (KMT) - que corporizava o impulso nacionalista e assumia o poder na China - e o Partido Comunista Chinês (PCC, criado em 1921 e inspirado no Marxismo-Leninismo e na Revolução Bolchevique) até cooperaram no combate aos “Senhores da Guerra”. Após a morte de Sun Yat-sen, em 1925, o KMT passou a ser liderado por Chiang Kai-shek (1887-1975) que explorou o sentimento nacionalista para estabelecer um governo reformista em Nanquim. Em breve, a partir de 1927, começaria uma nova guerra civil, desta feita entre o KMT e o PCC.

Sem o apoio da União Soviética estalinista nem do Komintern²⁸, o PCC perderia sucessivos confrontos para os nacionalistas. Estabelecidos na região de Kiangsi, os comunistas chineses suportaram as ofensivas ordenadas pelo “Generalíssimo” Chiang Kai-shek e, aproveitando a hesitação do KMT já mais preocupado com a perda da Manchúria e com as incursões japonesas, Mao Zedong, juntamente com seu comandante militar Chu Teh, resolveram-se por uma retirada. Começava, então, a famosa “Longa Marcha” (1934-36)²⁹, o grande épico do movimento comunista chinês e da afirmação de Mao enquanto líder do PCC que transcendeu em importância o feito militar, provocando consequências políticas de longo-prazo nos destinos futuros do país e da região: assegurou a sobrevivência do movimento comunista na China; contribuiu para dar ao PCChinês uma doutrina e uma legitimidade distintivas face ao Comunismo Soviético; e forjou uma ampla autonomia comunista chinesa em relação a Moscovo, projectando Mao Zedong como o “grande

²⁶ Entre 1917 e 1918, enquanto “Generalíssimo” do Governo Militar; entre 1921 e 1922, como “Presidente Extraordinário”; e entre 1923 e 1925, novamente como “Generalíssimo” do Governo Nacional.

²⁷ O “Movimento do Quatro de Maio” refere-se, especificamente, à massiva demonstração estudantil em Pequim, em 1919, em resposta às “Vinte e Uma Exigências” do Japão na Conferência de Versalhes após a Primeira Guerra Mundial. A longo-prazo, este Movimento teria grande impacto na revolução intelectual na China.

²⁸ Internacional Comunista criada em 1919 por Lenine para fomentar a Revolução Comunista mundial.

²⁹ Combatendo ao mesmo tempo que se retirava, o Exército Vermelho conseguiu romper as linhas de cerco nacionalistas. No total, estima-se que o Exército Vermelho - que nesta retirada chegou a roçar nas fronteiras do Tibete - tenha percorrido 10 mil km pelo interior da China em busca de um refúgio permanente. No trajecto, dizimados pela fome, pela doença - na travessia do monte Grande Neve, de 5 mil metros de altitude, o próprio Mao Zedong, muito doente com malária, teve que ser transportado em maca -, pelos combates e escaramuças que enfrentaram, apenas uns 8 ou 9 mil guerrilheiros, dos 80 mil que partiram de Kiangsi, sobreviveram, alcançando Yenan, a capital da província de Shensi, no remoto Noroeste do país, meio mortos-vivos. A região semi-deserta, confinando com a Mongólia interior e protegida pela Muralha da China, serviu como um santuário ideal, distanciada o bastante para manter os comunistas a salvo dos ataques do Kuomintang. Posteriormente, Yenan tornou-se centro de uma infindável romaria de camponeses, intelectuais e estudantes, bem como de soldados e oficiais desiludidos com o falhanço do Governo de Chiang Kai-shek face aos japoneses.

timoneiro” e não como um peão da URSS, além de envolver o PCC numa aura de invencibilidade e indestrutibilidade aos olhos da população rural.

Simultaneamente, a China era novamente alvo da cobiça e da agressão do Japão, então potência hegemónica do Nordeste Asiático. Desde 1931, a pretexto de um incidente forjado num caminho-de-ferro, os nipónicos transformaram a Manchúria num seu “protectorado”: se bem que fosse proclamada, em 1932, a independência do Manchukuo, governado formalmente pelo último imperador Manchu Qing, Puyi (deposto ainda menino, em 1911), o Manchukuo não passava de um Estado-satélite do Japão. No mesmo ano, Shangai seria bombardeada pelos japoneses que depois invadiram também as regiões do Jehol (1933) e de Chahar e Pequim (1935).

Em 1937, o Japão avança para Sul e para Ocidente, onde sustenta os governos fantoches Municipal Dadao de Xangai e Federal Mongol do Príncipe Te. Iniciava-se, assim, uma nova guerra aberta entre a China e o Japão que, pouco tempo depois, se ligaria à mais ampla II Guerra Mundial com outro epicentro na Europa. Face à agressão e à política de terror impostas pelo Japão, nomeadamente, no decurso da brutal ocupação da capital Nanquin, em 1937, nacionalistas e comunistas chineses cessaram a luta entre si e passaram a combater juntos o invasor estrangeiro, numa típica aliança de sobrevivência que não duraria muito para lá da libertação da China e da derrota japonesa.

O Japão criou, entretanto, entre 1940 e 1945, um Governo colaboracionista conhecido por “República de Nanquin”³⁰ que agregava e tinha nominalmente responsabilidade sobre as várias entidades que Tóquio estabelecera na China³¹ e era liderado por Wang Jingwei, um dissidente do KMT e rival de Chiang Kai-shek. Enquanto isso, durante a ocupação japonesa, o Governo Nacional da República da China de Chiang Kai-shek instalou-se em Chongqing, no interior do país, nova capital provisória da “China livre” (1937-1945) (ver, p.ex., Barret e Shyu, 2001; e Hsiung e Levine, 1992).

O significado do declínio Chinês

Incapaz de resistir aos desafios e desígnios imperialistas europeus, russos e japoneses, e confrontada com problemas internos, a China Qing colapsou, sendo irremediavelmente incluída no sistema internacional dominado pelas potências Ocidentais. A China foi, então, compelida a comportar-se internacionalmente como “um entre iguais” (Alagappa, 1998: 81),

³⁰ Também referido como “Governo Nacionalista de Nanquin”, “Regime de Nanquin” ou “Governo de Wang Jingwei”. A República de Nanquin usava a mesma bandeira e o mesmo emblema que o Governo chinês do KMT.

³¹ Incluindo o “Governo Reformado da República da China” na zona Oriental do país (Nanjing e Shangai), o “Governo Provisório da República da China” (Pequim) e o “Governo Mengjiang” na Mongólia Interior (também chamado *Mengkukuo* ou *Mongokuo*).

trauma agravado pelas agressões que sofreu e pela emergência e adesão do Japão ao clube restrito das grandes potências mundiais.

As muitas humilhações impostas à China desde meados do Século XIX até à II Guerra Mundial deixaram uma marca profunda no país, tornando os dirigentes e povo chineses muito sensíveis à ingerência externa e às normas e acções que possam interferir com a integridade territorial e a completa autonomia política da China. Esse período contribuiu ainda para uma enorme sensibilidade chinesa em relação ao que considera tratar-se de “imperialismo” e para a emergência do nacionalismo enquanto força poderosa e agregadora na China. Coincidindo com o declínio chinês, a ascensão do Japão significa que a China já não podia esperar ser a potência hegemónica incontestada da Ásia Oriental nem o pivot de uma ordem hierárquica regional com um único centro. A China e o Japão haveriam de coabitar, mas a verdade é que não há hábitos de coexistência pacífica dos dois enquanto grandes potências em simultâneo, situação que se complica pela memória da campanha expansionista nipónica às custas da China.

As graves turbulências por que passou a China naquela época também deixaram sequelas políticas internas, na medida em que o regime comunista vindouro assentaria muita da sua legitimidade na ideia de pôr cobro a “Século e meio de humilhações”, na libertação da China e na restauração de uma China poderosa. Sujeição e humilhação, associadas à fraqueza interna e à desunião entre chineses, que prevaleceram nesse período, legitimam a ênfase de Pequim num país forte e uno. A coesão nacional e a capacidade estatal são factores decisivos para que os países sejam capazes de gerir e acomodar-se às mutações internas e externas - no caso chinês, o processo de encerramento do ciclo imperial e de nascimento de um outro sob os auspícios comunistas foi particularmente traumático. Para muitos, a começar, naturalmente, pelos dirigentes comunistas chineses, a manutenção do monopólio do poder político no PCC e a estabilidade política daí decorrente é condição indispensável para que a China actual prossiga, coesa, na rota do desenvolvimento e da afirmação externa. A questão agora é saber até que ponto as estruturas da China contemporânea são adequadas para enfrentar as pressões e os desafios que a nova ordem encerra.

Por outro lado, é incerto até que ponto quer a imagem imperial quer a memória das humilhações influenciam o comportamento actual e futuro da ressurgente China. É possível que a visão de uma ordem mundial sino-cêntrica persista no pensamento e no imaginário de muitos chineses, mas parece que a China contemporânea aceitou um sistema internacional igualitário formal do qual ela é parte e pretende ser um dos grandes pólos.

III.2.2. Penetração Ocidental e período Colonial

A penetração europeia na Ásia Oriental começou verdadeiramente no início do Século XVI: a chegada dos portugueses às costas da Península Malaia, às ilhas de Sumatra, Java, Timor, Celebes, Molucas, China e Japão anunciou uma nova era. Com os navegadores seguiam missionários e mercadores, expandindo o cristianismo e introduzindo mutações profundas nas relações comerciais na região e desta com o mundo (Tarling, 2001). Aos portugueses seguiram-se os espanhóis, os holandeses, os britânicos e os franceses, com implantações pontuais, limitadas e toleradas pelos poderes locais: Macau e Timor-Leste e Filipinas constituam as principais exceções, com presenças euro-ibéricas marcantes mais precoces³² na Ásia Oriental. Porém, ao longo do Século XIX e no início do Século XX, o colonialismo europeu expandiu-se na região, juntando-se-lhe a chegada dos russos e dos americanos. Estas presenças e o domínio Ocidental transformariam por completo o sistema internacional da Ásia Oriental.

A Colonização Europeia

Progressiva durante cerca de três séculos, a penetração europeia acelerou a partir do início do Século XIX ao ritmo das ambições e dos meios de conquista das potências coloniais. A Espanha terminou a conquista das ilhas do Sul das Filipinas controladas pelos muçulmanos *Moros*, dominando todo o arquipélago até o ceder aos EUA, em 1898. A Holanda, com possessões ali desde o Século XVI e dominando o comércio das especiarias através da poderosa Companhia das Índias Holandesas (1602-1799), estende, a partir de 1825, o seu controlo ao *hinterland* de Java e às outras ilhas do arquipélago, agrupando um fabuloso grupo insular nas “Índias Holandesas”. Com dificuldade, os holandeses venceriam os últimos sultanatos muçulmanos independentes da Indonésia, em particular o do Aceh, no Norte de Sumatra, após uma longa resistência (1873-1907) e prolongam a sua autoridade ao interior das Ilhas do Bornéu e da Nova Guiné, ambas repartidas com os britânicos. A

³² Os portugueses chegaram à ilha de Timor por volta de 1512, trazendo comerciantes mas também missionários católicos. Durante o século XVI, vários reis cristianizados colocaram-se sob o protectorado português, resultando na colonização da parte Oriental da ilha (Timor-Leste ou Timor Português) por mais de 450 anos, que se viria a consolidar com a chegada, no início do século XVIII, do primeiro Governador português. Depois de uma série de conflitos entre Portugal e a Holanda, tratados celebrados em 1859 e 1904 e, finalmente, a “Sentença Arbitral”, em 1915, assinados entre portugueses e holandeses, puseram termo aos diferendos fronteiriços e fixaram as fronteiras entre as partes Leste e Ocidental de Timor, a primeira sob soberania portuguesa e a segunda sob a holandesa.

Por seu turno, as ilhas Filipinas começaram a ser tomadas pelos espanhóis, vindos do Pacífico, em 1564. Após terem derrotado, em 1570, os sultões muçulmanos estabelecidos na baía de Manila, os espanhóis criaram aí, no ano seguinte, a capital da sua nova conquista. O povoamento espanhol foi bastante modesto e desde a sua chegada até à sua retirada, no final do Século XIX, as autoridades espanholas confrontaram-se com sucessivas revoltas, em particular provenientes das populações islâmicas e dos mercadores chineses implantados no arquipélago, severamente reprimidas.

Holanda partilha ainda a pequena ilha de Timor com os portugueses, estabelecidos em Timor-Leste desde 1520.

Na Península Indochinesa, a Grã-Bretanha e a França disputam possessões coloniais a partir do Ocidente, do Sul e do Leste. As guerras napoleónicas foram pretexto para os britânicos administrarem provisoriamente as colónias holandesas (Godement, 1996: 6), guardando para si a Península Malaia. Estabelecem-se em Penang (1786), Singapura (1819) e Malaca (1824), no que baptizariam de *Straits Settlements*, cobrindo as suas possessões indianas, o comércio pelos Estreitos e o acesso à China. Entre 1824 e 1852, os ingleses, senhores das Índias, apoderam-se do delta em torno de Rangoon, região vital para a Birmânia. Por negociações e imposições militares sucessivas, dominariam o conjunto da Birmânia, anexada em 1886.

A França, por seu lado, procura bastiões coloniais na Indochina e acesso à China do Sul. No Vietname, a dinastia dos Ngyuen, fundada em 1802, tinha unificado o país com a ajuda dos soldados franceses, ali presentes desde o Século XVII. A perseguição aos cristãos serviria, entretanto, de pretexto à França para se estabelecer no Sul do país, a Cochinchina, em 1862. Esta base permitiria aos franceses possuir uma nova via de acesso ao sul da China pelo rio Mékong (1863) e de impor a sua suzerania ao rei Norodom do Camboja, durante décadas submetido à rivalidade vietnamito-tailandesa. As sucessivas expedições francesas provocariam uma guerra com a China (1883-1885), após a qual a França anexaria finalmente o conjunto da sua *Indochine*, fragmentada doravante em três entidades – Tonkin, Annam e Cochinchina (Godement, 1996: 48). Mais tarde, em 1893, a França ocuparia e anexaria ainda o território dos Laos.

Assim, no final do Século XIX, todo o Sudeste Asiático – exceptuando o Sião, que permaneceu formalmente independente - era colonizado pelos europeus. Estes dominam ainda o comércio no Índico e na Ásia Oriental e dispõem de possessões na imensa China (Macau e Hong Kong), gozam de privilégios numa série de portos e entrepostos chineses e exercem grande influência em vastas áreas chinesas.

A Primeira Grande Guerra (1914-18), no essencial, intra-europeia, teria impactos na Ásia Oriental. No Nordeste Asiático, a China escapou de uma mais intensa pressão predatória; o Japão, posicionado ao lado dos Aliados durante a guerra, viu confirmado o seu estatuto de grande potência (foi-lhe atribuído um lugar como Membro Permanente do Conselho da Sociedade das Nações e herdou as ilhas alemãs do Pacífico); e a Rússia tornou-se comunista, na sequência da “Revolução de Outubro” de 1917, sendo internacionalmente marginalizada e pondo, mais tarde, sob sua influência, a Mongólia independente e o Turquestão Chinês (Xinjiang). Esta Guerra também confirmou a ascensão dos Estados Unidos à categoria de grande potência mundial, ao mesmo tempo que subverteu a ideia de

uma civilização europeia superior e unida e revelou a potencial vulnerabilidade dos impérios europeus, ajudando à emergência do anti-colonialismo no processo (Christie, 1996: 10-12), até pelo “princípio das nacionalidades” consagrado no pós- I Guerra.

Por outro lado, os virtuais perigos da integração económica regional no mais vasto sistema internacional global – um tema recorrente no relacionamento da Ásia com o Ocidente – ficaram expostos pela “economia de guerra”, tal como aconteceria, mais tarde, durante a “Grande Depressão” (Beeson, 2007: 56). O Sudeste Asiático, nomeadamente, sob domínio colonial, ficou claramente exposto a essas vicissitudes, aumentando a instabilidade social e política por toda a região. Quem primeiro percebeu e instrumentalizou tudo isto em seu favor foi o Japão, na sua campanha imperialista.

A chegada da Rússia e dos EUA

Após dois séculos e meio de dominação mongol na Eurásia e do declínio da chamada “Horda Dourada”, a Rússia iniciou, no Século XV, um longo período de expansão surgindo, no Século XIX, em toda a frente eurasiática, dos Dardanelos ao Tibete³³, como grande adversária da Inglaterra no famoso “Grande Jogo”. Sem grande oposição, a Rússia também se expandiu para a vasta e inóspita região siberiana ao longo do Século XVII, atingindo o Mar de Okhotsk e o Pacífico, apoiando-se em fortificações que foi criando para assegurar o domínio político e das rotas comerciais³⁴. Nos Séculos XVIII e XIX, a expansão russa para Oriente continuou, da ilha Sacalina ao Alasca, passando pela Península do Kamchatka e pelos Mar e Estreito de Bering: sem interesse em mais “terra gelada”, a Rússia acabaria por vender o Alasca aos Estados Unidos, em 1867.

Aproveitando a debilidade e o declínio da China Qing, a Rússia obteve, por intermédio dos Tratados “desiguais” de Aygun e de Pequim, em 1858 e 1860, respectivamente, as províncias do Amur e do Ussuri, anexando mais dois milhões e meio de km² de território onde se inclui, por exemplo, Vladivostok, tendo a Manchúria e a Coreia na mira. Entretanto, em virtude da situação de desordem que se vivia no Turquestão Chinês (Xinjiang) e que arriscava incendiar também o Turquestão Russo, as forças czaristas intervieram, a partir de 1871, devolvendo o controlo daquele território aos Qing uma década depois. Em 1898, a Rússia obteve da China o aluguer, por um período de 25 anos, da Península de Kwantung

³³ Numa expansão considerável com quatro frentes ao mesmo tempo: “Ocidente” ou Leste Europeu, com a anexação de uma parte da Polónia (partilhada com a Prússia, em 1792 e 1796), da Finlândia (1809) e da Bessarábia (1812); Cáucaso, onde os russos se apoderaram, com dificuldade, da Geórgia (1801) e dos territórios em parte dominados pelos otomanos e pelos persas, Arménia e Azerbaijão (1828); Ásia Central, atacando o Cazaquistão (1846-1854) e, depois, o Turquestão, onde a penetração se revelou mais difícil (1854-1873)³³; e, por fim, Oriente.

³⁴ Por exemplo, a Rússia fundou, em 1649, Okhotsk (junto ao Mar com o mesmo nome) e Anadyrsk (no Extremo Nordeste da Sibéria) e, em 1654, Nertchinsk, próximo da Mongólia e da Manchúria chinesas, cidade onde viria a assinar depois com a China Qing o Tratado com o mesmo nome, em 1689.

(ou Liaodong) para, dois anos depois, ocupar toda a Manchúria. Na passagem do Século XIX para o Século XX, a Rússia dispunha, assim, de uma vastíssima “área de influência” na China que incluía o Xinjiang, a Mongólia e a Manchúria.

Com a China prostrada, os russos preparavam-se para disputar com o Japão o domínio do Nordeste Asiático. Em 1855 (Tratado de Shimoda) e 1875 (Tratado de Portsmouth), russos e japoneses regularam entre si os limites comuns na Ilha Sacalina e no Arquipélago das Curilhas. Porém, ambos tinham ambições sobre a Manchúria e a Coreia, começando a disputar os despojos da decadente China. Não demoraria para que a Rússia e o Japão se envolvessem numa guerra, em 1904-1905: em terra (Manchúria) e no mar (Estreito de Tsushima), a vitória japonesa foi retumbante, a primeira de uma nação asiática sobre uma potência Ocidental desde a era mongol. A Rússia viu goradas as suas ambições e ainda perdeu a parte Sul da Ilha Sacalina e a totalidade das Ilhas Curilhas, ocupadas pelos nipônicos. Depois de ter vencido a China (1894-95), esta vitória sobre a Rússia fez do Japão a potência hegemónica no Nordeste Asiático. Os conflitos entre russos e japoneses até 1945 não se ficariam, no entanto, por esta guerra: entre 1918 e 1921 (após a Revolução Bolchevique e durante a Guerra Civil Russa) e, mais tarde, entre 1937 e 1939, os russos/soviéticos tiveram que enfrentar ingerências e provocações nipónicas nos seus territórios e fronteiras orientais.

Derrotados pelos japoneses, os russos concentraram-se noutras áreas dominadas ainda pela China Qing, em particular, a Mongólia Exterior: apoiando e incentivando os mongóis, a Rússia patrocinou a independência da Mongólia (1911-1913), colocando-a de imediato sob sua protecção - a Mongólia Interior permaneceu, todavia, integrada na China. Depois da Revolução Russa e dos Bolcheviques terem declarado nulos os acordos celebrados pelo regime Czarista, a Mongólia parecia ficar à mercê da China e também do Japão, mas a criação do “Partido Popular Mongol” (1921) e o apoio da nova URSS haveriam não só de assegurar a independência da Mongólia como a instauração no país de um verdadeiro regime comunista com a proclamação da República Popular da Mongólia, em 1924. No período entre-Guerras, além da própria URSS, a Mongólia seria o único país comunista, prolongando-se este regime e o alinhamento com Moscovo até 1990.

Os Estados Unidos também se fizeram sentir na Ásia Oriental na segunda metade do Século XIX, embora com uma penetração e uma presença distintas dos europeus e dos russos. Conquistando a independência apenas no final do Século XVIII³⁵, os EUA, potência industrial e militar em acelerada ascensão, deixaram a sua primeira grande marca nesta região em 1853-54, concretamente, no Japão: a demonstração de força da esquadra

³⁵ 1796: Declaração da Independência; 1796-1783: Guerra da Independência; 1783: reconhecimento da sua independência pelo Tratado de Versalhes.

americana do Comodoro Perry na Baía de Edo (Tóquio), com os seus poderosos navios a vapor fortemente armados, convenceu as autoridades nipónicas a tratar com os americanos a abertura dos seus portos. Era o início do fim do isolamento japonês, embarcando depois o Japão num gigantesco programa de reformas modernizadoras - a “Revolução Meiji”, que trataremos mais adiante.

A Guerra Civil de 1861-1865 atrasou a expansão americana, se bem que por pouco tempo: em 1867, os EUA compraram o Alasca à Rússia e, similarmente, iniciaram uma política de expansão marítima, particularmente activa no Pacífico, anexando as ilhas Midway (1867), Samoa (1878-1899), Hawai (1898) e Wake e Guam (1898-99). Em 1898, por via da guerra vitoriosa contra a Espanha, última potência a ter possessões no espaço considerado vital para a segurança dos EUA, nas Caraíbas, os Americanos apoderaram-se de Porto Rico, passaram a dominar as ilhas e o Mar das Caraíbas e obtiveram também as Filipinas no outro lado do planeta, na Ásia Oriental. Em 1904, os EUA assumiram a construção do Canal do Panamá (empreendimento abandonado por franceses e britânicos), aberto em 1914, passando a controlar esta vital ligação marítima entre o Atlântico e o Pacífico.

Comprando as Filipinas após a vitória sobre a Espanha nas Caraíbas, coube aos EUA suprimir o movimento independentista filipino que se iniciara ainda sob domínio espanhol, numa guerra surpreendentemente desgastante e onerosa (Boot, 2002). Nesta aventura colonial, os americanos procuraram desenvolver um modelo de colaboração entre colonizador e colonizado, com grande autonomia política e económica (*self government*), no qual os EUA garantiam a ordem e impunham a governação geral apoiando-se nas elites autóctones, a caminho de uma eventual independência prometida (Tarling, 2001). O favorecimento americano de um pequeno grupo de intermediários locais ajudou, todavia, a criar uma estrutura social duradoura que «*está no centro de muitas dificuldades económicas e políticas subsequentes*» nas Filipinas (Beeson, 2007: 59), na medida em que consolidou a posição de uma oligarquia autóctone que pôde, oportunistamente, enriquecer e usar o Estado como veículo para manter a sua própria posição, em vez de promover o desenvolvimento de uma economia de base nacional.

No que respeita à China, o primeiro contacto entre os Americanos pós-revolucionários e os Chineses terá ocorrido durante a chegada a Cantão do navio *Empress of China*, em 1784, iniciando um muito lucrativo relacionamento sino-americano. Ainda assim, só em 3 de Julho de 1844 é que seria assinado o primeiro acordo diplomático entre a China e os EUA, com o chamado Tratado de Wangxia, em Macau, garantindo os americanos direitos comerciais na China semelhantes aos da Inglaterra e também o direito de extraterritorialidade, isto é, que os americanos estavam isentos da lei chinesa, submetendo-se apenas à jurisdição americana (através das representações consulares). Depois, perante a crescente “pilhagem” europeia que punha em causa também os interesses comerciais americanos no Império

Qing, os EUA desenvolveram, no final do Século XIX, a chamada *Open Door Policy*, segundo a qual todos os países deveriam preservar a integridade da China e ter iguais direitos comerciais e industriais na China³⁶.

A crescente influência dos Estados Unidos na Ásia Oriental e a vontade de preservar os seus interesses na China seriam novamente manifestam na Conferência Naval de Washington, em 1921-1922, de iniciativa americana e que produziu acordos importantes por três aspectos essenciais. Primeiro, estabeleceu limiares de armamento naval para os EUA, a Grã-Bretanha e o Japão, com o Império nipónico a comprometer-se a dispor de uma frota com apenas três quintos da dimensão da frota dos EUA: esta determinação confirmou o novo papel dos EUA como potência dominante do Pacífico, a par do Japão, tornando secundário o papel da Inglaterra. Segundo, foi assinado o chamado “Tratado das Quatro Potências” entre o Japão, os EUA, a França e a Inglaterra, onde todos se comprometeram a respeitar «a soberania, a independência e a integridade territorial e administrativa da China» (cit. in Alagappa, 1998: 85 e 707, nota 2) e promover a resolução pacífica dos conflitos, substituindo a Aliança Anglo-Nipónica de 1902 e conduzindo a uma era de cooperação na Ásia-Pacífico. O terceiro aspecto a sublinhar dos acordos da Conferência Naval de Washington é que, na eventualidade de um dos signatários não respeitar as condições acordadas, não havia nenhuma obrigação dos outros reagirem³⁷: como a História comprovaria, só quando o seu próprio território foi agredido, em 1941, é que os EUA se dispuseram a responder à agressão japonesa que durava há já uma década contra a China.

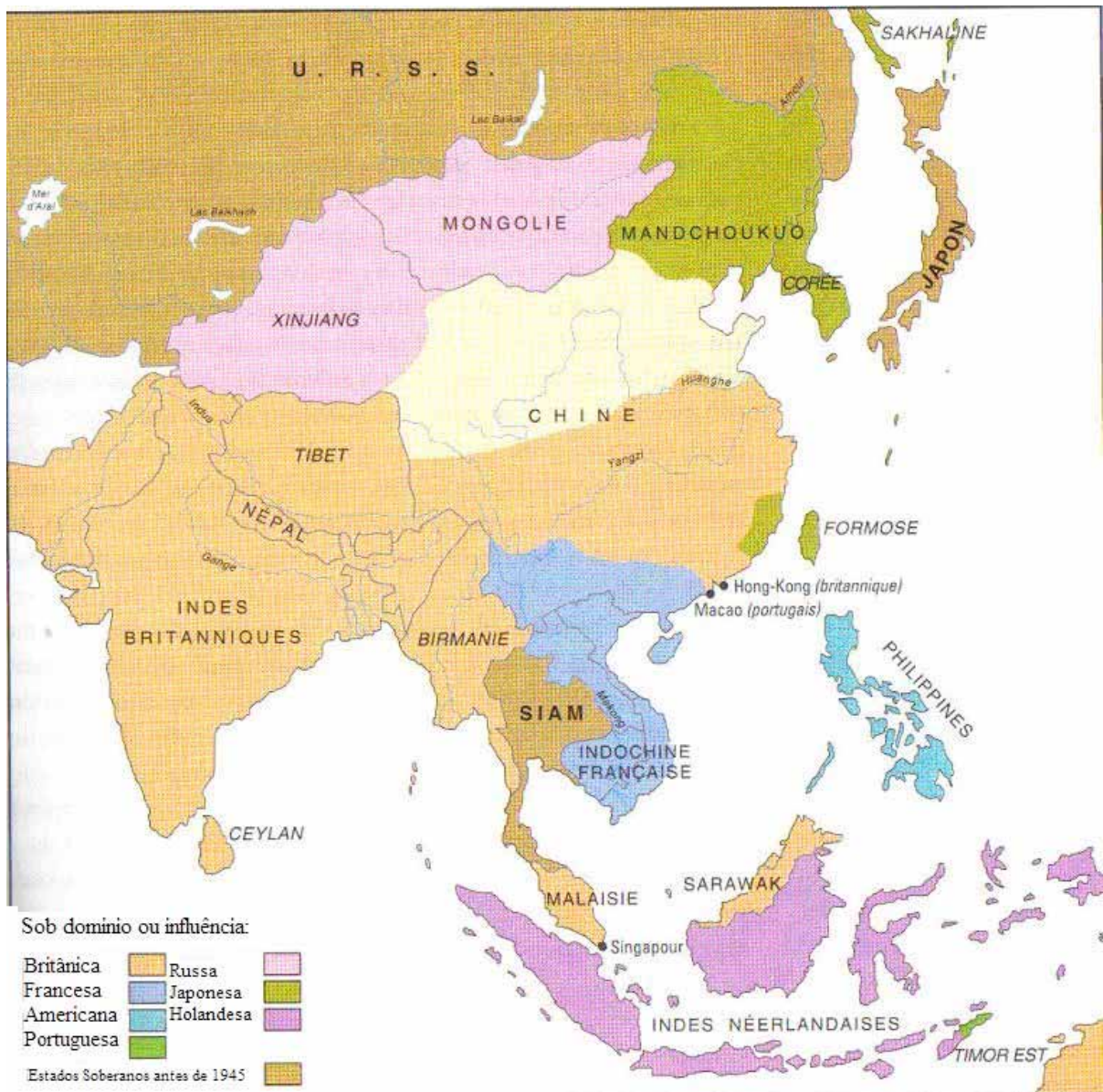
O significado do domínio Ocidental na Ásia Oriental

Fruto do declínio chinês e dos imperialismos europeus, russo, americano e japonês (este, trataremos no ponto seguinte), a Ásia, genericamente e a Ásia Oriental, em particular, encontrava-se sob dominação ou influência estrangeira, como ilustra o Mapa seguinte.

³⁶ Em 1899, o Secretário de Estado John Hay enviou notas às maiores potências europeias (França, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e Rússia) onde lhes pedia que declarassem que iriam preservar a integridade territorial e administrativa da China e que não interfeririam no uso livre dos portos chineses nas suas respectivas esferas de influência na China. Em resposta, todas estas se evadiram a uma resposta concreta – a sua posição era de que aguardariam que os outros se comprometessem primeiro –, mas os Estados Unidos assumiram que todos concordavam com o princípio. Na realidade, todos os tratados pós-1900 faziam menção à *Open Door Policy*, mas a competição entre as várias potências por concessões especiais na China continuou.

³⁷ Como, de resto, esclareceria o Presidente Harding perante o Senado Americano: «*O Tratado das Quatro Potências não impõe qualquer compromisso de ordem militar, nenhuma aliança, nenhuma obrigação escrita ou moral de união defensiva*» (cit. in Kissinger, 1996: 324). Aliás, na ratificação do Tratado das Quatro Potências, o Senado acrescentou ressalvas que estipulavam a não obrigação dos EUA fazer uso da força militar para resistir a uma eventual agressão. Assim, «*o acordo sobrevivia por mérito próprio; desrespeitar a sua observância não traria quaisquer consequências. A América iria resolver cada problema à medida que este fosse aparecendo, como se não existisse qualquer tratado*» (ibid.: 324-325).

Mapa 4. A Ásia sob dominação ou influência estrangeira, na primeira parte do Século XX



Fonte: Jan, Chaliand e Rageau, 1997: p. 23 - Fig. 12.

Os efeitos concretos do domínio colonial variaram bastante consoante o estilo e a natureza do colonizador e do colonizado, mas importa salientar aqui o significado geral dessa presença e desse domínio Ocidental na Ásia Oriental. Desde logo, *criou e/ou transformou as próprias unidades políticas regionais e o seu curso, em particular, no Sudeste Asiático*. Por influência Ocidental, o Estado-nação tornou-se na *unidade do sistema* internacional na Ásia Oriental e os princípios de soberania e de igualitarismo nas relações internacionais chegaram à região, fulcrais para a identidade nacional e a delimitação territorial do Estado

que não existiam antes no Sudeste Asiático³⁸: Malásia, Filipinas, Singapura ou Indonésia não existiam enquanto entidades políticas separadas, devendo igualmente a sua individualidade o Vietname, o Camboja, o Laos, o Brunei, ou Timor-Leste ao domínio colonial (Alagappa, 1998: 87). As fronteiras destes Estados são, no essencial, produto do colonialismo: impondo arbitrariamente fronteiras nas suas colónias, as potências coloniais contribuíram para a reformulação étnico-racial-cultural e para a artificialidade dos limites políticos de muitos Estados. O domínio colonial encorajou ainda novos movimentos migratórios e novas coexistências sociais e alterou as relações dos reinos com os seus povos. Consequentemente, vários reinos e povos (os Pattani no Sul da Tailândia, os Moros nas Filipinas, os reinos de várias ilhas na Indonésia ou as muitas minorias no Myanmar e na Malásia) ficaram “permanentemente” como partes integrantes de certos Estados. Ou seja, «*o domínio colonial desenha numa carta os contornos futuros, até aí fluidos, dos Estados-nação modernos da Ásia do Sudeste*» (Godement, 1996: 53).

A presença Ocidental foi decisiva também para transformar radicalmente o percurso histórico de países que não foram colonizados pelas potências Ocidentais: China, Mongólia, Coreia, Sião/Tailândia e Japão. No caso da China, o domínio, o desgaste induzido e as ideias dos europeus foram cruciais para a decadência dos Qing e para o advento da República chinesa, bem como para o aparecimento e desenvolvimento do Partido Nacionalista (Kuomintang) e do Partido Comunista chineses. A Mongólia deve a sua independência ao desmantelamento da China fomentado pelas potências estrangeiras e, muito particularmente, ao patrocínio e protecção da Rússia. Fruto do mesmo “empurrão” Ocidental anti-China, a Coreia deixou de ser parte do “Império do Meio”, sendo depois anexada pelo Japão; entretanto, alguns dos dirigentes dos movimentos coreanos de resistência contra a ocupação nipónica acabaram por se refugiar na URSS e nos EUA, com consequências profundas após a retirada do Japão. O Sião/Tailândia, embora excepcionalmente independente numa Ásia do Sudeste totalmente colonizada, teve que pactuar política e economicamente com franceses e ingleses, sendo as suas fronteiras delineadas por acordo das potências coloniais. Quanto ao Japão, o desafio e a pressão Ocidental contribuiriam decisivamente para a “Restauração Meiji” e o salto modernizador,

³⁸ Antes da colonização europeia, a demarcação do espaço político era praticamente inexistente no Sudeste Asiático, sendo a extensão do domínio e a natureza da autoridade largamente imprecisas e eminentemente pessoais: «*o que interessava ao governante era o povo, não o lugar ... o conceito de fronteira era pouco comum, senão mesmo desconhecido, no Sudeste Asiático. A ideia de um âmbito geográfico fixo do Estado era escassamente aceite. O que contava no Sudeste Asiático, entre a população, era o respeito e a lealdade. Então, acima de tudo, o que é que o Estado incluía? Os Estados podiam avançar ou recuar, ascender ou declinar, mas em termos de aderentes e seguidores, numa rede de relações familiares e supra-familiares*» (Tarling, 2001: 17-18), numa modalidade que M. Beeson (2007: 51) considera como «*prevalência dos laços patrão-cliente*» e M. Alagappa (1998: 86) descreve «*as relações inter-estatais eram relações entre governantes individuais*» sem fronteiras nacionais claramente demarcadas.

depois transformado em empreendimento expansionista e hegemónico, também acolhido pelas potências Ocidentais até elas próprias serem vítimas do imperialismo nipónico.

Em segundo lugar, o impacto da presença Ocidental *transformou o próprio sistema internacional da Ásia Oriental e integrou-o no sistema mundial*. Por um lado, essa presença pôs fim ao sistema regional sino-cêntrico, subvertendo a noção de superioridade da China e contribuindo, ao mesmo tempo, para a emergência do Japão enquanto grande potência, o que tornou o sistema internacional da Ásia Oriental difuso, com vários centros importantes de poder: Grã-Bretanha, França, Holanda, Rússia, Estados Unidos, Japão e a própria China. Por outro, acabou com as autonomias relativas dos sistemas sub-regionais internacionais asiáticos orientais e integrou-os no sistema internacional global, nos termos Ocidentais. Quer do ponto de vista político quer na perspectiva do comércio e do mercado, uma das consequências importantes do domínio Ocidental foi a integração da Ásia Oriental, e das suas sub-regiões do Nordeste e do Sudeste da Ásia, até aí relativamente isoladas do resto do mundo, no mais amplo sistema mundial nacionais, precisamente, dominado pelas potências Ocidentais. Mesmo os países que escaparam ao domínio Ocidental directo seriam envolvidos numa realidade política internacional nova e numa actividade comercial também nova.

Por outro lado, o domínio Ocidental *deu uma experiência histórica comum aos asiáticos e criou as bases para o desenvolvimento de uma auto-conciençialização regional*. A questão é que apesar de toda a sua diversidade, os países da região foram forçados a assumir os termos do imperialismo Ocidental. Consequentemente, «*há pelo menos uma experiência histórica comum que todos partilham, o que pode ser uma base para uma certa forma relativa de visão colectiva regional, senão mesmo de identidade*» (Beeson, 2007: 62). Por outras palavras, embora não tivesse emergido um sistema especificamente asiático sob o domínio colonial, este e as lutas nacionalistas contribuíram para o desenvolvimento de um conceito de identidade asiática, o que é especialmente válido para o Sudeste Asiático. Ironicamente, o sistema de educação Ocidental e, acima de tudo, as ideias políticas importadas do “Ocidente” como nacionalismo, liberdade, justiça, democracia e, mais tarde, comunismo, iriam ser cruciais para a contestação ao colonialismo. As experiências do período colonial contribuíram ainda para o forte apego asiático aos princípios da soberania, integridade territorial e não interferência nos assuntos internos, ainda hoje aspectos cruciais da política regional.

Por tudo isto, até certo ponto, como refere François Godement (1996: 53), o domínio Ocidental «*assina a acta de nascimento da Ásia contemporânea*».

III.2.3. Emergência e Expansão do Japão

A resposta do Japão ao desafio Ocidental não podia ser mais distinta da China e das comunidades do Sudeste Asiático: inicialmente, os nipónicos também se isolaram e fecharam quando confrontados com o potencial destabilizador da presença, das práticas e das ideias Ocidentais; no entanto, quando as elites japonesas decidiram aprender com o Ocidente, o Japão embarcou num processo que o transformaria numa das maiores economias do mundo e num formidável poder militar. Nas primeiras décadas, as preocupações nipónicas com a intrusão Ocidental englobavam a própria integridade e identidade do país, o seu desenvolvimento e a sua aceitação pelas potências Ocidentais do Japão como um igual. O imperialismo e a expansão vieram depois, vistos como essenciais para assegurar o estatuto de grande potência e a segurança do Japão, cedo definida também pelo prisma económico.

A “Revolução Meiji”

Desde que Ieyasu, fundador da casa Tokugawa, estabeleceu o domínio nacional e o Shogunato de Tokugawa³⁹, em 1603, o Japão vivera em relativa paz mas relativamente isolado do resto do mundo, repelindo as ideias, o comércio e o cristianismo trazidos pelos europeus que, em boa verdade, também nunca foram muito persistentes na tentativa de abrir o Japão, considerado pouco interessante comparativamente à Índia e à China. O isolamento nipónico não era, porém, sinónimo de sub-desenvolvimento: na primeira metade do Século XIX, o Japão apresentava índices de literacia semelhantes aos da Europa, um sistema económico e monetário evoluído e uma actividade comercial relativamente moderna baseada no exemplo holandês, o denominado *Dutch learning* (Beeson, 2007: 38).

A chegada e a pressão do Comodoro Matthew Perry americano ao que agora se chama Baía de Tóquio, no final de 1853, pôs fim ao isolacionismo nipónico e fez com que os japoneses tomassem definitivamente consciência do arcaísmo das suas instituições, da sua economia e dos seus meios militares. Mas mais do que isso: esse momento é visto como decisivo quer para a História do Japão - incitando a sua abertura e modernização - quer para a História da Ásia Oriental, trazendo o Império nipónico para o sistema internacional e marcando o início da presença significativa dos EUA na região, bem como o ponto de

³⁹ O Japão tinha um sistema imperial, mas a partir de 1603 com o *Shogun* a ser autenticamente o Chefe de Governo: na prática, o Imperador era meramente simbólico, com o poder a residir no *Shogun* e na sua administração central ou *bakufu* (Henshall, 2004). O poder fora da capital (Kyoto) era assegurado por vários senhores feudais ou *daimyo*, cujas posições eram normalmente hereditárias e dependiam das relações pessoais com o Shogun e da distribuição das terras efectuadas pela casa Tokugawa. Além dos *daimyo*, a sociedade estava estratificada entre, por um lado, os *samurai* e, por outro, o povo que vivia nas terras e dependentes dos *daimyo*. Os samurais eram originariamente uma classe de extraordinários guerreiros dependentes de certos senhores, mas à medida que o Japão se pacificou, muitos tornaram-se comerciantes ou quadros da administração.

partida de um relacionamento entre americanos e japoneses que, em diferentes fases históricas, se revelaria determinante para toda a Ásia-Pacífico. O Tratado Comercial Japão-Estados Unidos de 1858, a que se seguiram “tratados desiguais” semelhantes com as potências europeias e pelos quais o Japão teve que abrir os seus portos ao comércio com o Ocidente, assinala a abertura definitiva da economia nipónica. A pressão americana e europeia também acelerou a crise política interna, emergindo no Japão uma complexa luta de poder em que uma série de senhores (*daimyos*) e *samurais* se aliaram contra a administração central (*bakufu*) e o Shogunato de Tokugawa, acusados de capitular perante os Ocidentais.

Em 1868, os revoltosos depõem o último Tokugawa e restauraram a autoridade do Imperador, símbolo da unidade e do poder nacional, mudando também a capital de Kyoto para Edo, renomeada de Tóquio. O jovem Imperador Mutsu-Hito e a sua *entourage* percebem imediatamente que a única forma de resistir ao Ocidente seria fazer do Japão um país moderno, rico e fortemente armado, lançando um gigantesco programa de reformas. Começou, assim, a chamada “Restauração/Revolução Meiji” significando não a implantação de uma nova dinastia reinante mas sim “Revolução das Luzes” ou “Governo Iluminado”, numa clara analogia com o Movimento Iluminista europeu do Século XVIII.

Efectivamente, o Japão dispunha-se a aprender com a “escola Ocidental” e a buscar o que de mais válido esta tinha para oferecer, enviando à Europa e aos EUA emissários para obter informações e conhecimentos: copiou, assim, instituições, adoptou códigos e regras, imitou o exército prussiano, a marinha britânica, a administração francesa ou as armas americanas. Promoveu também o desenvolvimento económico, por um vasto conjunto de medidas e de iniciativas ousadas e eficazes: reorganização financeira, criação de uma extensa rede ferroviária e de uma poderosa frota marinha mercante, importação e cópia de tecnologia Ocidental, em particular nos sectores do armamento e das comunicações, restituição ao sector privado, mais dinâmico, das empresas detidas pelo Estado, etc. Desconfiando dos capitais estrangeiros, Tóquio preferiu assegurar os investimentos nacionais através de incentivos internos e de uma fiscalidade pesada que recaem quer sobre os investidores Ocidentais quer sobre os camponeses.

Em alguns anos, a descolagem e o desenvolvimento económico foi espectacular: o Japão fazia a sua revolução industrial sem os mesmos prolongados choques sociais e políticos que tal processo desencadeara na Europa (Henshall, 2004). Instaurou-se também a circunscrição militar obrigatória e criou-se um Exército Imperial, cuja primeira missão foi eliminar a revolta dos nobres e dos samurais que resistiam às mudanças, em 1876-77, estabelecendo-se depois escolas para o Exército (1884) e para a Marinha (1888). O Japão adoptou ainda uma Constituição, em 1889, inspirada na Constituição alemã e na qual o poder do Imperador era expressa, além do poder executivo, na promulgação das leis, na

nomeação dos funcionários e na escolha dos Ministros - o Parlamento ou Dieta, criado nesta altura, tinha uma fraca acção sobre o Governo (Jan, Chaliand e Rageau, 1997: 38; ver também Jansen, 1989 e Beasley, 1993).

Estas transformações não se podiam operar, todavia, sem atacar as rotinas do tradicionalismo e quebrar as estruturas feudais que existiam desde há séculos no Japão: por exemplo, a partir de 1871, a lógica distributiva das terras e dos poderes pelos *daimyos* foi suprimida; a divisão da sociedade em castas foi abolida e os japoneses ficaram iguais perante a lei, em 1873; os *samurais* perderam os seus privilégios incluindo, entre outros, o simbólico direito de transportar o sabre, em 1876. De qualquer modo, depois de um intenso fulgor anti-tradicionista, as autoridades nipónicas acabaram por procurar justapor a modernização com o respeito por certas tradições, o que permitiu que a modernização nipónica se completasse em coexistência com tradições seculares nipónicas, como a crença na divindade do Imperador e certas distinções entre “senhores” e populares. No fundo, com a Restauração Meiji, o Japão ascendia à condição de grande potência salvaguardando a alma da sua civilização (Henshall, 2004).

A rápida industrialização e o crescente poderio económico e militar foram colocados ao serviço de uma grande ambição nipónica: atingir o nível das maiores potências Ocidentais e obter a supremacia na Ásia Oriental, cuja concretização passava por uma dupla expansão, a económica e a política. No domínio económico, o Japão seria a fábrica, o entreposto comercial e o banqueiro da Ásia, conquistando mercados e batendo os concorrentes Ocidentais, comprando matérias-primas e revendendo produtos manufacturados: ou seja, seria uma espécie de “Inglaterra da Ásia”. No domínio político, o Japão precisava de integrar novos territórios que lhe garantissem a penetração e o acesso ao Continente Asiático, bem como recursos que não possuía e de que necessitava e ainda novas populações, indispensáveis como mão-de-obra, num modelo que sintetizava o colonialismo europeu e a expansão da Prússia de Bismark. O possível dilema que se colocava era saber em que direcção esta expansão se faria: para Norte, estavam as Ilhas Curilhas, a ilha Sacalina e a Sibéria, sendo necessário confrontar a Rússia; para Oeste, estavam as muito ambicionadas Coreia e Manchúria, o que implicaria confrontar a China e, uma vez mais, a Rússia que tinha as mesmas ambições; para Sul e Sudoeste, estavam as Ilhas Ryukyu e Taiwan, novamente arriscando o confronto com a China, bem como ilhas e territórios na posse de potências Ocidentais... O Japão optaria por uma expansão estratégica gradual em todas as direcções, impondo-se sucessivamente a cada um dos adversários.

Imperialismo Nipónico e “Segurança Económica”

Em plena fase de acelerada modernização e desenvolvimento, o novo Japão começou por procurar definir as suas ambíguas fronteiras para, logo depois, as expandir: a Norte, com a Rússia, abdicou do Sul da Ilha Sacalina e, em contrapartida, ficou com as Ilhas Curilhas, pelo Tratado de São Petersburgo de 1875; a Sul, ocupou as Ilhas Ryukyu (1874-79) que estavam numa situação ambígua face à China e que para Tóquio eram “terra de ninguém”. Similarmente, o Japão estreitou os seus laços com a Coreia, a Manchúria e Taiwan, em particular através de investimentos e negócios que ali começou a fazer notar. As pretensões japonesas sobre estas áreas levaram à guerra com a China, em 1894-95, momento que confirmou a humilhação chinesa, demonstrou o alcance da transformação do Japão que a China não tinha conseguido promover e marcou o início da expansão militarista nipónica. Vencendo a China, o Japão ocupou a Coreia e a Manchúria (donde retiraria por pressão russa, europeia e americana) e, pelo Tratado de Shimonoseki de 1895, impunha que a China Qing lhe cedesse as ilhas de Taiwan, Pescadores e outras “ilhas adjacentes” impondo reconhecesse a independência da Coreia.

A partir daqui, somente a Rússia poderia travar o domínio nipónico de todo o Nordeste Asiático. Antevendo o confronto os japoneses assinaram com a Inglaterra, em 1902, uma aliança claramente dirigida contra os russos e o que também simbolizava o fim dos “tratados desiguais” de 1858 e a confirmação do estatuto do Japão como grande potência. Pouco depois, rebentava a guerra russo-japonesa de 1904-1905, iniciada com um ataque nipónico sem declaração formal de guerra e que resultou na tão esmagadora quanto surpreendente vitória do Japão em terra (Manchúria) e no mar (Tsushima). Trata-se da primeira vitória de um país asiático sobre uma potência “branca” na era moderna, ilustrando bem o nível de modernização alcançado pelos nipónicos na sequência da “Revolução Meiji”. Pelo subsequente Tratado de Portsmouth, em 1905, o Japão viu reconhecida pela Rússia a sua soberania sobre o conjunto das Curilhas e a Sacalina Meridional (Karafuto), bem como a restauração da administração chinesa sobre a Manchúria, região onde os japoneses ficam com a anterior posição russa em Porto Artur, na Península de Kwantung.

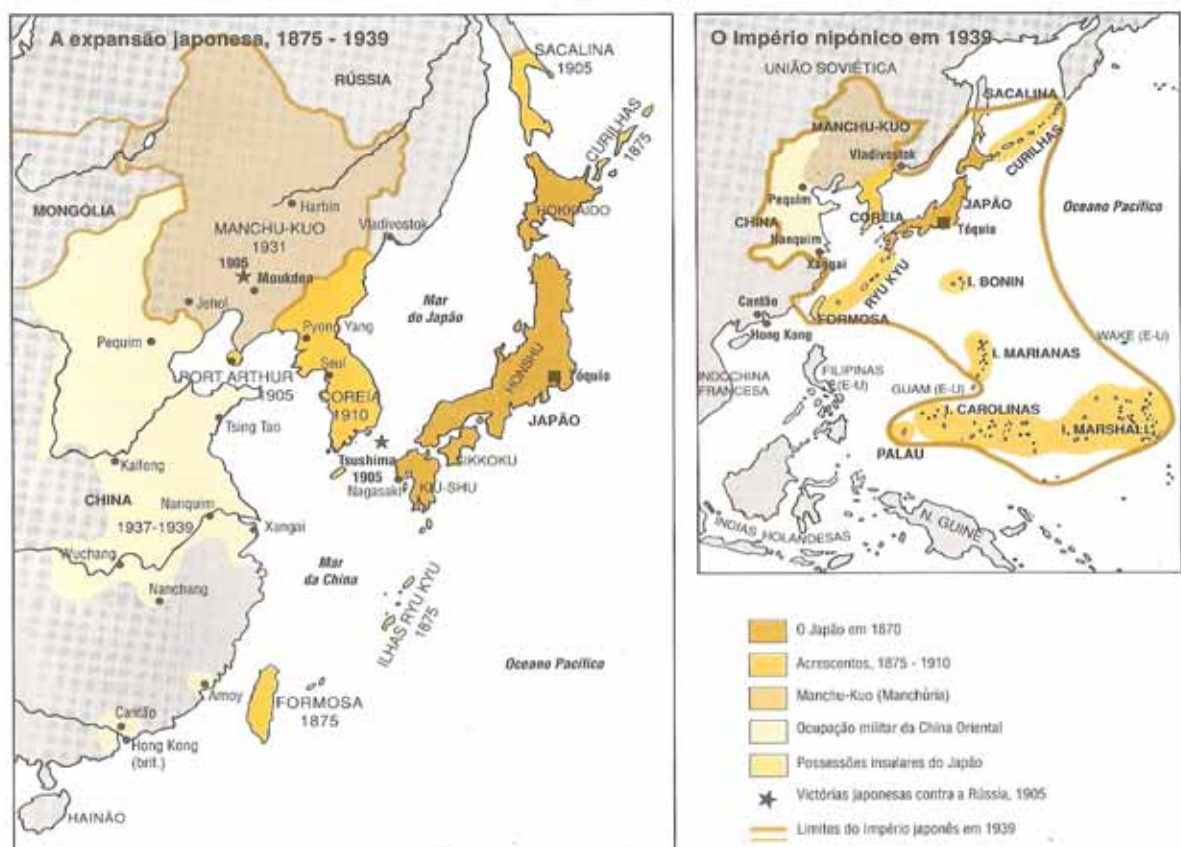
Vencendo a China e a Rússia, o Japão faz da Coreia um protectorado para a anexar depois formalmente, em 1910, convertida em colónia japonesa até 1945. Apesar dos colonizadores nipónicos terem iniciado um processo de modernização que introduziu transformações nas estruturas económica, industrial e institucional coreanas, também decapitou a elite política, subverteu a ordem social e explorou e subalternizou por completo os coreanos, no que seria uma terrível experiência para a Coreia.

Dominando a Coreia, uma parte da Manchúria, Taiwan e um vasto leque de ilhas ao Norte e ao Sul do seu território original, o Japão era, nas vésperas da I Guerra Mundial, um império

colonial importante. As vitórias sobre a China e a Rússia aumentaram o prestígio japonês entre as potências Ocidentais. Posicionado ao lado dos britânicos e seus aliados durante a Grande Guerra de 1914-1918 (incluindo a Rússia e os EUA), o Japão viu ser-lhe atribuído o lugar de membro permanente do Conselho da Sociedade das Nações e o mandato de tutela sobre antigas possessões alemãs no Pacífico (Bonim, Marianas, Carolinas e Marshall). Entretanto, a Revolução Bolchevique (Outubro/Novembro de 1917) e a Guerra Civil Russa (1918-1920) levaram o Japão a intervir na Rússia Soviética efectuando expedições punitivas ao lado de forças Ocidentais e dos “Brancos” anti-bolcheviques, chegando a ocupar e controlar temporariamente (1918-1922) certas regiões no Extremo-Oriente Russo.

O Japão atingia o triplo objectivo de desenvolvimento económico, segurança e igualdade com as grandes potências, sendo claramente a potência hegemónica no Nordeste Asiático. Inquietos com o apetite expansionista nipónico e com o intuito de prevenir um maior desmembramento da China, os EUA promovem a Conferência Naval de Washington de 1921-1922, onde o Japão se comprometeu a respeitar a integridade da China e a dispor de uma frota numericamente inferior à dos Estados Unidos, como vimos no sub-Capítulo anterior.

Mapa 5. A Expansão Japonesa, 1875-1939



Fonte: Chaliand e Rageau, 1995: p. 83.

Durante os anos 1920, o Japão conheceu um período de relativo liberalismo, internacionalismo e coexistência pacífica, praticando a chamada “diplomacia Shidehara” focada numa actividade comercial produtiva que o ajudaria a modernizar-se e consolidar-se como grande potência (Copeland, 2003: 329). O ritmo de crescimento económico era elevado alicerçado, nomeadamente, na produção e exportação de têxteis e nos grandes conglomerados industriais (*zaibatsu*) surgidos durante a “Revolução Meiji” e apoiados pelo Governo nipónico. Neste período, estabeleceram-se os Partidos Políticos, o sufrágio tornou-se universal, cresceram novas cidades, a burguesia expandiu-se e melhoraram-se os níveis de educação e de saúde. Porém, este liberalismo criou clivagens políticas profundas entre os partidários de mais reformas políticas democráticas e os defensores de uma visão mais autoritária e militarista. No final dos “liberais anos 1920”, ocorreram uma série de assassinatos políticos e Tóquio começou a introduzir mecanismos autoritários para controlo dos opositores.

Entretanto, o Japão confrontava-se com os dilemas da interdependência económica. Desde o início da sua modernização que o Japão enfrentava uma forte limitação: o país necessitava de recursos críticos para ser um potentado industrial, mas eles situavam-se noutros territórios, fora das suas fronteiras. As aquisições coloniais de Taiwan e da Coreia tinham ajudado a reduzir a dependência de produtos agrícolas, mas eram de relativo pouco valor como fontes de matérias-primas. Para obter esses recursos, o Japão estava quase totalmente dependente do comércio com os EUA e as potências e colónias europeias: os EUA para petróleo, carvão, ferro e aço; a Malásia Britânica, a Indochina Francesa e Ilhas Holandesas para borracha, petróleo, estanho, ferro e vários minerais. A Grande Depressão americana de 1929 e a subsequente crise económica expunham o lado negativo da integração da economia japonesa no sistema económico internacional, sobretudo, face à sua dependência dos mercados externos e às políticas proteccionistas de outros: um documento da época do próprio Governo Imperial do Japão demonstra *«receio de que os países industrialmente avançados deixem futuramente de fornecer as matérias-primas para as nossas indústrias que competem com as deles próprios... se as políticas económicas dos países avançados industrialmente se direccionarem no sentido da proibição ou restrição da exportação de matérias-primas para este país, a consequência para nós seria tremenda»* (ibid.: 330). O Japão coloca, assim, no topo das suas preocupações a “segurança económica”, ao mesmo tempo que as expectativas negativas sobre o comércio tornam a expansão mais atractiva, favorecendo os sectores autoritários e belicistas japoneses e conduzindo o Japão a entrar numa nova fase de militarismo e imperialismo.

Na mira nipónica como primeiro alvo estava, novamente, a Manchúria: segundo uma publicação do Governo japonês da altura, *«cortes em bens de primeira necessidade do Japão e a instabilidade no seu abastecimento tornam a Manchúria essencial para a*

segurança nacional» (ibid.). Instalados nesta região chinesa (nomeadamente, em Moukden), em 1931, a pretexto de um incidente menor em torno de um caminho-de-ferro, os japoneses incentivaram, no ano seguinte, a proclamação de independência do designado *Manchukuo*, governado pelo último imperador Manchú e que se tornou num verdadeiro Estado fantoche do Japão. A subsequente ocupação e exploração da Manchúria serviu de modelo para o colonialismo de estilo militar que Louise Young (1998) descreve como «*guarda avançada do capitalismo industrial japonês*», com mais de 300.000 colonos japoneses a emigrarem para a Manchúria durante os anos 1930. Por outro lado, o avanço para a Manchúria foi, igualmente, uma forma de reforçar o apoio ao Exército e o ímpeto militarista no interior do próprio Império japonês: «*a agressão externa acarretou a militarização da política interna. A onda de entusiasmo provocada pela ocupação da Manchúria alterou a balança do poder burocrático a favor do Exército que, a seguir, assegurou a perpetuação da nova política de expansionismo militarista*» (ibid.: 129). A ocupação da Manchúria configura uma primeira violação japonesa grave dos acordos da Conferência Naval de Washington de 1921: porém, isso seria apenas o início de uma muito mais vasta campanha de agressão contra a China, primeiro, e contra as possessões coloniais europeias e os próprios territórios americanos no Pacífico, mais tarde.

A partir de 1932, Tóquio pretende dominar toda a Ásia Oriental – por meios pacíficos, se possível, usando a força, se necessário – a fim de assegurar o controlo de matérias-primas e mercados considerados indispensáveis à sobrevivência, ao desenvolvimento e à segurança do Japão. Criticado pela generalidade das potências ocidentais, o Japão retira-se da Sociedade das Nações, em Março de 1933, enquanto as vozes civis e militares nipónicas defensoras da “guerra total” crescem em número e em influência. Ao mesmo tempo que ocupa a Manchúria, o Japão bombardeia Xangai e outras cidades chinesas; a seguir, invadiu as regiões do Jehol (1933), Chahar e Pequim (1935).

Em 1936, as tensões internas no Japão culminam numa insurreição e numa crise política séria cuja principal consequência foi colocar o país definitivamente no trilho do autoritarismo, com uma parte da classe política intimidada, outra mais autoritária e nacionalista e com o Exército a aumentar drasticamente a sua influência política, apresentado-se como a força da unidade e do poder nacional. Havia nesta altura um relativo consenso sobre a necessidade do Japão aumentar a sua segurança económica na Ásia, começando a ser implementados os planos para a criação de uma esfera económica com hegemonia japonesa na Ásia Oriental: se a guerra se tornasse inevitável, as Forças Armadas japonesas teriam de estar preparadas para agir. Em Agosto de 1936, o consenso entre o Governo e os militares produziu um documento intitulado “*Fundamentos da Nossa Política Nacional*” onde se aprovou o desenvolvimento da Marinha e do Exército para assegurar a posição do Japão na Ásia Oriental, mais concretamente na Coreia, Taiwan, Manchúria e outras partes da China e

«ao mesmo tempo, avançar e desenvolver-se nas áreas a Sul» (cit. in Copeland, 2003: 331); contudo, esta expansão para Sul deveria ser «gradual e por meios pacíficos», se possível, para evitar a reacção das potências Ocidentais (ibid).

Assim, antes de se virar para Sul, o Japão expandiu o seu domínio no Nordeste Asiático, designadamente, na China mas também na União Soviética: após ter celebrado com a Alemanha Nazi e a Itália Fascista um Pacto Anti-Komintern, em 1936, o Japão provocou uma série de incidentes com a URSS, entre 1937 e 1939, numa autêntica “guerra não declarada”. A pretensão nipónica sobre territórios e recursos do Extremo-Oriente Soviético seria, no entanto, sustida pela celebração do Pacto Germano-Soviético de 23 de Agosto de 1939⁴⁰ e pelo início da II Guerra Mundial na Europa, uma semana depois, em que os soviéticos, embora formalmente “neutrais”, apoiam inicialmente a Alemanha Nazi, aliada do Japão. Entretanto, na China, em 1937, o Japão ajudou a criar um Governo Federal Mongol e avançou para Sul de Pequim, ocupando toda a área até Xangai, incluindo a capital Nanquin; no ano seguinte, ocupou também Cantão. A invasão japonesa provocou a guerra aberta com a China, somando os nipónicos sucessivas vitórias e praticando uma política de terror e de ocupação brutal, de que são exemplos o morticínio e as violações em massa perpetradas na capital onde, aliás, os japoneses instalariam a fantoche “República de Nanquin”, entre 1940 e 1945.

A “Esfera de Co-Prosperidade da Ásia Oriental” e a Guerra do Pacífico

A “Segunda Guerra Sino-Japonesa” fez aumentar o auxílio americano-britânico à China. É certo que uma série de “Actos de Neutralidade” tinham sido aprovados nos EUA pelos “isolacionistas” americanos, proibindo a ajuda a países em guerra; porém, uma vez que a Guerra não tinha sido formalmente declarada (a China apenas o faria, oficialmente, em Dezembro de 1941, após a declaração de guerra americana subsequente ao ataque japonês a Pearl Harbor), o Presidente Roosevelt pode argumentar que não existia um verdadeiro estado de guerra na China, mantendo as “normais” relações comerciais com os chineses e, naturalmente, apoiando também o seu esforço de guerra contra o Japão. Assim, acompanhados pelo Reino Unido, os EUA iniciam uma série de sanções comerciais contra o Japão envolvendo, sobretudo, equipamento militar e matérias-primas cruciais como o

⁴⁰ O Tratado Germano-Soviético, ou Ribbentrop-Molotov como também ficou conhecido em virtude do nomes dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Alemanha Nazi e da URSS estalinista, celebrado em 23 de Agosto de 1939 foi anunciado publicamente como um Pacto de Não Agressão por 10 anos, embora contivesse um acordo secreto sobre a ocupação e a partilha entre ambos da Polónia. Sem ser beligerante, a URSS ocupou a parte Oriental da Polónia e celebrou vários acordos comerciais com a Alemanha Nazi. Em 28 de Setembro de 1939, Ribbentrop deslocou-se a Moscovo onde celebrou com Molotov um verdadeiro tratado de cooperação e amizade, coroado pelo famoso comunicado conjunto em que os Governos do Reich e da URSS responsabilizavam a França e a Inglaterra pela continuação da guerra. Ficava, portanto, claro que a Alemanha Nazi combateria o Ocidente com a neutralidade colaborante da URSS Estalinista - até ao volte-face provocado pela invasão Alemã da União Soviética, em Junho de 1941.

petróleo. Estas sanções baixaram ainda mais as expectativas japonesas quanto ao comércio externo (oitenta por cento do petróleo importado pelo Japão provinha dos Estados Unidos) e acentuaram a necessidade nipónica de expansão para o Sudeste Asiático. Em Abril de 1939, a Marinha nipónica fez publicar a sua “Política para o Sul”, começando depois a preparar uma missão nas Índias Orientais Holandesas a fim de garantir abastecimentos petrolíferos adicionais.

É neste quadro que os estrategos e ideólogos japoneses desenvolvem e promovem as ideias de pan-Asiatismo - expressa no slogan “Ásia para os Asiáticos” - e de uma “Esfera de Co-Prosperidade na Grande Ásia Oriental”, evidentemente, liderada pelo Japão. A subsequente expansão para o Sudeste Asiático assume, portanto, um carácter distinto não só da tese do “espaço vital” Nazi na Europa como das anteriores ocupações nipónicas no Nordeste Asiático. A retórica do pan-Asiatismo e da *Esfera de Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental* pretendia ser uma justificação para a nova Ásia Oriental que o Japão estava a criar, um mecanismo para unificar a macro-região sob a sua hegemonia, com a economia e a força militar nipónicas a actuarem como principais alavancas. Desde a sua implementação prática, essa “Esfera de co-prosperidade” foi tomada pela burocracia, pelo empresariado e pelos militares nipónicos e pró-nipónicos, defrontando grande hostilidade quer na China quer por todo o Sudeste Asiático, o que tornou a presença japonesa particularmente agressiva (Young, 1998; Godement, 1996).

Por outro lado, as exigências da economia de guerra fariam com que o Império nipónico não fosse capaz de substituir os mercados e o abastecimento de bens de consumo Ocidentais, tornando a sua ocupação meramente predatória dos recursos ali existentes. Consequentemente, os níveis de vida por toda a região declinaram em virtude do seu isolamento económico, falta de investimento e dependência económica do Japão, pelo que a tal “co-prosperidade” asiática nunca se materializou (Beeson, 2007: 47). Ou seja, estratégica e economicamente, a *Esfera de Co-Prosperidade da Ásia Oriental* foi mal concebida e um enorme insucesso: em vez de significar um acréscimo de prestígio, de capacidades e de poder para o Japão, arrastou-o para uma ocupação trágica que, na China e no Sudeste Asiático, consumiria recursos económicos e militares que seriam indispensáveis para combater o inimigo Ocidental, além de perpetuar um legado de grande animosidade regional anti-Japão.

O início da guerra na Europa alterava a situação na Ásia Oriental, com Tóquio a perceber que esta situação tornava ainda mais delicado o abastecimento de matérias-primas mas também que o Japão tinha agora uma oportunidade soberana para se expandir, dado que as forças europeias regressavam ao teatro europeu enquanto a frota americana era dividida entre os teatros do Pacífico e do Atlântico, com predomínio para o segundo. No

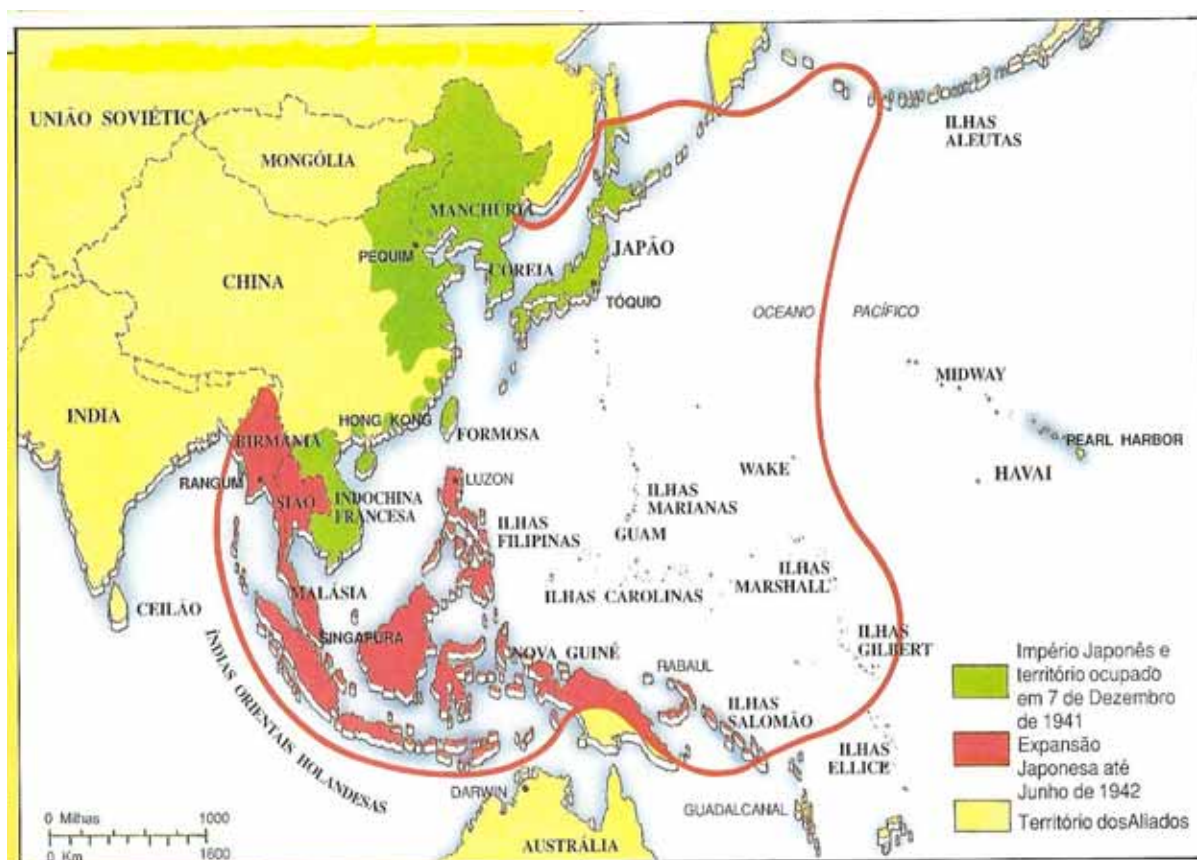
início de 1940, Tóquio começou a propor que certos territórios e ilhas do Sudeste Asiático fossem incorporadas nas sua “Esfera de Co-Prosperidade”, o que não só foi recusado pelos colonizadores Ocidentais como fez aumentar as restrições contra o Japão. A situação tornava-se crítica e o dilema para Tóquio era tremendo: se nada fizesse, as dificuldades de abastecimento acentuar-se-iam, provocando o declínio japonês; se se expandisse para o Sudeste Asiático, entraria em guerra com os colonizadores europeus e, acima de tudo, com os Estados Unidos e perderia por completo o acesso ao comércio e ao mercado destes. Depois de um novo Pacto Tripartido com a Alemanha e a Itália, em Setembro de 1940 e de um Tratado de Neutralidade com a URSS, em Abril de 1941, o Japão decidiu-se pela agressão, com os militares japoneses a ocuparem facilmente a desprotegia Indochina (Julho de 1941) de uma França subordinada ao Governo de Vichy, colaboracionista com os Nazis⁴¹, o que levou os EUA e o Reino Unido a congelarem os fundos japoneses e a suspenderem toda a actividade comercial com o Japão. Em Junho de 1941, a Alemanha invadia a União Soviética, levando esta a tornar-se beligerante na Europa sem que, contudo, o Japão, aliado da Alemanha, tenha rompido a sua neutralidade em relação à URSS – não só porque queria continuar a aceder aos recursos soviéticos como a sua prioridade era a “conquista do Sul”, não querendo arriscar também uma frente Norte.

Incapazes de, por via diplomática, persuadirem os Estados Unidos a levantarem o embargo e a reconhecerem a autoridade japonesa no Sudeste Asiático, o Governo e os militares nipónicos decidiram-se por atacar as posições americanas no Pacífico para, assim, eliminarem o potencial grande opositor e controlarem toda a região da Ásia-Pacífico. Ou seja, pela força, o Japão procuraria alcançar o seu duplo objectivo de aceder a recursos vitais de que tanto necessitava e criar a sua Esfera de Co-Prosperidade da Ásia Oriental. Em 7 de Dezembro de 1941, num raid surpresa que repetia outros ataques sem declaração de guerra (contra a Rússia, em 1904 e contra a China, em 1894 e novamente nos anos 1930), a armada japonesa atacou a base naval americana de Pearl Harbour, no Hawaii, e outras posições americanas nas ilhas de Midway e Wake. As forças japonesas atacaram também as colónias britânicas de Hong Kong, Malásia e Singapura e a base aérea americana de Clark Field, nas Filipinas. Consequentemente, os Estados Unidos, o Reino Unido e a República da China de Chiang Kai-shek declararam guerra ao Japão (logo a seguir, em 11 de Dezembro, a Alemanha, aliada do Japão, declarou guerra aos EUA, trazendo estes também para o teatro europeu como parte beligerante); ao invés, a URSS manteve a sua neutralidade em relação ao Japão até bem perto da capitulação nipónica. Começava, assim, a Guerra do Pacífico, inexoravelmente ligada à guerra no teatro europeu (e africano, por inerência) desencadeada desde 1939 e também à guerra sino-japonesa, em

⁴¹ A França havia capitulado, em Junho de 1940, instalando-se no país um “governo autónomo” liderado pelo Marechal Philippe Pétain, sediado na cidade de Vichy e, evidentemente, manietado pela Alemanha Nazi.

curso desde 1937. A Guerra assumia um carácter verdadeiramente Mundial, com dois grandes teatros de operações - Europa e Ásia-Pacífico. Neste último, o Japão começou por obter sucessivas vitórias, fazendo rapidamente uma gigantesca progressão para toda a Ásia do Sudeste: entre Dezembro de 1941 e Junho de 1942, conquistou Singapura, as Índias Holandesas, a Malásia, as Filipinas e a Birmânia, permitindo apenas que o Sião (não colonizado) conservasse uma independência mais formal do que real⁴² (Godement, 1996: 104-115). No Verão de 1942, a Armada Imperial levava o Japão a atingir o seu apogeu expansionista, chegando ao Noroeste marítimo da Austrália, à Costa Norte da Nova-Guiné e a Guadalcanal (Ilhas Salomão) e outras ilhas americanas no Pacífico.

Mapa 6. O Japão no seu apogeu durante a Guerra do Pacífico, Verão de 1942



Fonte: Messenger, Charles (1990)- *A Segunda Guerra Mundial*. Porto: Edinter - colecção “Conflitos do Século XX”: p. 14.

As batalhas do Mar de Coral e de Midway (Verão-Outono de 1942) puseram, no entanto, termo à sucessão de vitórias japonesas e à sua expansão. O Japão tinha ido para lá das suas reais capacidades e, em breve, iria pagar caro pelo seu belicismo: na China, nacionalistas e comunistas aliam-se e reorganizam-se para combater o invasor japonês,

⁴² A “independência” do Sião foi garantida a troco de uma declaração de guerra (igualmente, mais formal que real) contra os Aliados Ocidentais e da abertura à passagem das tropas japonesas pelo seu território, ficando sem grandes problemas na órbita nipónica.

contando com o apoio Ocidental e, embora mais discreto, também soviético; no Sudeste Asiático e nas suas colónias da Coreia, Manchúria e Taiwan os japoneses desgastam-se com diversos focos de resistência e insurreição; no Pacífico, os Estados Unidos recuperam e reiniciam a contra-ofensiva, avançando ilha após ilha. Apesar da *Esfera de Co-Prosperidade da Ásia Oriental* chegar a ser celebrada numa reunião em Tóquio, em Novembro de 1943 (Godement, 1996: 114), progressivamente, o Império nipónico foi recuando até à sua dimensão original, com as suas cidades a ser duramente bombardeadas. Em Maio de 1945, a sua aliada Alemanha capitulava. O “Império do Sol Nascente” resiste encarniçadamente e os Estados Unidos efectuem, então, os dois primeiros e únicos bombardeamentos atómicos da História, em 6 e 9 de Agosto de 1945, sobre as cidades japonesas de Hiroshima (75 000 mortos) e Nagasaki (45 000 mortos) (Chaliand e Rageau, 1995: 82), respectivamente, naquela que foi uma das mais traumáticas experiências históricas do Japão, senão mesmo a mais dura, ao mesmo tempo que, pressionada pelos americanos, a URSS acaba por se tornar também beligerante contra o Japão.

Quando, finalmente, capitulou, em 14 de Agosto de 1945, o Japão encontrava-se destruído, sem soberania e ocupado pelos EUA, potência que domina toda a Ásia Oriental e o Oceano Pacífico. Os territórios que o Japão ocupara regressam à posse dos seus antigos donos (Manchúria, Mongólia Interior e Taiwan para a China; Curilhas e Sacalina Meridional para a URSS; países do Sudeste Asiático para os colonos Ocidentais) ou recuperam a independência (Coreia). Dos escombros da II Guerra Mundial emergiria uma nova ordem mundial e também na Ásia-Pacífico, mas é inequívoco que a expansão japonesa deixou um legado profundo na memória histórica de todos os povos da região e no sistema internacional da Ásia Oriental.

O Significado da Ascensão e do Imperialismo do Japão

A reacção distintiva do Japão à presença e dominação Ocidental com a “Revolução Meiji” não foi apenas importante no contexto da História do Japão e região: ela demonstra também como não há nada de inevitável no impacto das forças externas ou na forma como Estados individuais respondem a desafios similares. Com efeito, a experiência japonesa representa um grande obstáculo às teorias que consideram que a Ásia, em determinada altura, foi incapaz de se desenvolver por causa de valores culturais inadequados ou porque o domínio estrutural do Ocidente tornava impossível o desenvolvimento da “periferia” na economia global (Beeson, 2007: 37).

A emergência do Japão e a sua posterior tentativa de criar uma Esfera de Co-Prosperidade desafiou a histórica centralidade da China na Ásia Oriental, representando para os chineses

um desafio muito distinto dos Ocidentais: com efeito, ao contrário dos europeus, russos ou americanos, o Japão era indígena da região e encarado na tradicional perspectiva chinesa como um Estado subordinado; ora, o Japão não só obteve um estatuto de igualdade com as potências ocidentais como substituiu a China enquanto potência asiática proeminente. Apesar de vir a falhar nos seus propósitos, a ascensão do Japão e a sua expansão significam que a noção de “domínio natural” chinesa da Ásia Oriental passou a ser contestada directamente por outra potência asiática. Paradoxalmente, à semelhança da China (embora por razões bem diferentes), o Japão teve dificuldade em conduzir relações com outros países asiáticos numa base de igualdade. Na prática, a “igualdade” para os dirigentes nipónicos respeitava somente às potências ocidentais, reservando para os seus vizinhos asiáticos as premissas da hierarquia nacional que quando transferidas, horizontalmente, para a esfera internacional, significaram conquistar e dominar. Como referido anteriormente, a crença chinesa na sua superioridade baseava-se nas ideias de reinado universal e cultura/civilização superior, apoiada no seu poder material; a ordem sino-cêntrica, quando existira era, em grande medida, moral e civilizacional. O Japão, por seu lado, ansioso por se tornar na potência hegemónica da Ásia Oriental, baseou a sua superioridade no poder económico e na força militar. A falta de matérias-primas no seu território foi um factor chave para a deriva imperialista nipónica, explorando duramente aqueles que dominou.

O impacto do imperialismo japonês produziu vários efeitos que têm relevância na actual geopolítica e complexo de segurança da Ásia Oriental. Primeiro, deixou um legado de profundos ressentimentos anti-nipónicos por toda a macro-região, concretamente, na Península Coreana, na China e no Sudeste Asiático que ainda hoje condicionam as atitudes destes povos e destes países em relação ao Japão e que representam um sério obstáculo à aceitação do Japão como um “país normal” e como uma grande potência “independente”: afinal, o “asiático” Japão teve um comportamento imperialista semelhante aos ocidentais na Ásia e, em larga medida, mais brutal. Segundo, a retórica e a ocupação japonesa acirraram, decisivamente, o nacionalismo e o independentismo dos países asiáticos. É verdade que o nacionalismo asiático começara a emergir antes da ocupação japonesa, que a experiência da ocupação japonesa variou de país para país e que o colaboracionismo dos locais com os nipónicos existiu, aspecto que se tornou assunto tabu desde 1945. Porém, sobretudo no Sudeste Asiático, o discurso anti-colonial e a destruição das estruturas coloniais encorajariam as lutas de libertação quando os colonizadores regressaram e a ênfase destes países nos princípios de respeito absoluto pela soberania e de não ingerência nos assuntos internos. Por outro lado, a dominação e a ocupação japonesa representa uma memória histórica colectiva comum importante para os países do Sudeste Asiático, a par da

colonização Ocidental, o que contribui para o a reconstrução identitária à escala regional no Sudeste Asiático.

Em terceiro lugar, a competição entre o Japão, a China e a Rússia pela Península Coreana evidenciou os riscos e os dilemas associados à localização perigosa da Coreia - precisamente, situada na confluência estratégica dos seus poderosos e rivais vizinhos -, reforçando o nacionalismo coreano e a ligação, mais tarde, a uma outra “potência externa”, os EUA. Quarto, a rivalidade russo-japonesa pelo poder e influência no Nordeste Asiático que se sucedeu ao declínio chinês, bem como as disputas territoriais entre a Rússia e o Japão, contribuiriam decisivamente para agravar as percepções negativas mútuas e as limitadas relações bilaterais quer em tempo de Guerra Fria quer na actualidade. Quinto, as sucessivas agressões nipónicas contra a China e a política de terror implementada durante a ocupação criaram uma memória histórica de profunda animosidade chinesa anti-Japão que, a par das sensibilidades mútuas sobre a Coreia, a Manchúria e Taiwan e da disputa sobre as ilhas Senkaku/Diaoyutai, torna ainda mais complexa a coabitação da China e do Japão enquanto grandes potências. Por outro lado, a luta pela libertação contra o invasor japonês ajudou, inquestionavelmente, à posterior ascensão do Partido Comunista Chinês ao poder, colhendo os frutos da vitória para efeitos de auto-legitimação, legado que ainda hoje o regime de Pequim instrumentaliza quer em termos internos quer na sua política asiática.

Sexto, a derrota do Japão e o severo sofrimento infligido ao povo nipónico, incluindo a ocupação estrangeira e a experiência aterradora de bombardeamentos atómicos, marcaram significativamente a sociedade japonesa, contribuindo para o desenvolvimento do seu pacifismo institucionalizado, a não-nuclearização e um enorme complexo acerca do estatuto político-estratégico japonês e da ressurgência do Japão como uma potência normal e independente.

Finalmente, a Esfera de Co-Prosperidade japonesa representou a primeira tentativa de pensar explicitamente a “Ásia Oriental” como uma região distinta nos seus próprios termos. Embora tenha sido desenvolvido em função de propósitos imperialistas “pegando mal” no regionalismo asiático, o pan-asiatismo nipónico teve um duplo efeito: por um lado, trazer à tona a noção de “Asiatização” em oposição à “Occidentalização”; por outro, demolir a ideia da superioridade Ocidental e da sua invencibilidade – ou seja, dando fundamento à ideia de foi «o militarismo japonês quem personificou a primeira identidade da Ásia» (Godement, 1996:14). A partir daqui, seria apenas uma questão de tempo para que os colonizadores Ocidentais se retirassem e, depois, um certo regionalismo começasse a emergir na região. Isto ocorreria, no entanto, em conjugação com a plena aplicação da Guerra Fria na Ásia Oriental.

CAPÍTULO IV. O PERÍODO DE GUERRA FRIA NA ÁSIA ORIENTAL

No final da II Guerra Mundial, os Estados Unidos eram a potência hegemónica cabendo-lhes, por isso, o papel principal na reorganização do sistema internacional para onde transpuseram os seus valores⁴³. Vencida a Guerra, reduzem drasticamente o seu orçamento de defesa e iniciam uma rápida e extensa desmobilização militar⁴⁴ sem todavia, retirarem completamente nem da Europa nem da Ásia-Pacífico. Por esta altura, aquele que parecia vir a ser o principal factor de fricção na política internacional e também na Ásia era o direito de autodeterminação, colocando lado a lado Washington e Moscovo face às potências coloniais europeias. No entanto, as profundas divergências e a competição entre americanos e soviéticos rapidamente transformaram o espírito cooperativo em confrontação.

À semelhança do resto do globo, a confrontação entre os EUA e a URSS também se abateu sobre a Ásia Oriental, promovendo novas inter-ligações entre os níveis global, regional e local. A aplicação da bipolaridade entrecruzou-se, todavia, com outros processos e circunstâncias específicos desta macro-região, pelo que a Guerra Fria se desenrolou na Ásia Oriental de forma bem distinta daquela que ocorreu, por exemplo, na Europa.

IV.1. Aplicação da Bipolaridade e Lutas pela Independência

Essas diferenças têm as suas raízes na forma como terminou a II Guerra Mundial. No teatro europeu, a Guerra culminou com o avanço simultâneo dos exércitos Aliados a partir do Ocidente e do Leste, que funcionara como uma autêntica tenaz sobre a Alemanha mas que também deixava a Europa automaticamente dividida por uma “cortina de ferro”. Assim, as manobras de Estaline destinadas a “sovietizar” toda a Europa Central e Oriental levaram os EUA, em 1947, a enunciar a chamada “Doutrina Truman”, a propor aos países europeus o “Plano Marshall” e a avançar com a política de *Containment*, isto é, «uma política de firme

⁴³ Os EUA tinham a posse exclusiva da bomba atómica (os soviéticos só a conseguiram em 1949) e o seu território não fora alvo da destruição que atingiu todas as outras potências no decurso da Guerra, exibindo uma economia vigorosa, uma produção industrial pujante e dominando o essencial da actividade económica, comercial e política mundial. A visão americana sobre a “nova ordem mundial” assentava em sete postulados essenciais: 1) negação da expansão territorial; 2) garantia do direito de autodeterminação para todas as nações; 3) proliferação da democracia; 4) criação de um sistema económico internacional liberal baseado no comércio livre; 5) liberdade de circulação nos mares; 6) desarmamento dos “Estados agressores” (Alemanha, Japão e Itália); e 7) institucionalização da cooperação internacional, em particular entre as *peace loving nations*, a fim de preservar a paz e a segurança no mundo. Estes princípios foram sendo reafirmando nas Conferências da Carta do Atlântico (1941-1942), de Casablanca (1943), de Quebec (1943), de Cairo-Teerão (1943), de Yalta e de Potsdam (1945) e seriam incorporados nos Acordos de Bretton Woods assinados em New Hampshire-EUA, em Julho de 1944 e na Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco-EUA, em 26 de Junho de 1945.

⁴⁴ De cerca de 12 milhões no fim da guerra, o número de efectivos militares americanos baixa para os 3 milhões, em Julho de 1946, voltando a baixar para 1 milhão e 600 mil, um ano depois. O seu orçamento de Defesa segue a mesma trajectória: em 1945, último ano de guerra, esse orçamento cifrava-se em 81,6 mil milhões USD; no ano de 1946, baixou para os 44,7 mil milhões USD e, em 1947, já era de 13,1 mil milhões USD. (Gaddis, 1982: 23).

contenção, delineada para confrontar os Russos com um constante contra-poder em todos os pontos em que dão sinais de invasão dos interesses do Mundo Livre» (Kennan, 1947: 575) criando, em 1949, a Aliança Atlântica. A isto responderam os soviéticos com a “Doutrina Jdanov”, a recusa do Plano Marshall e a criação do Kominform (1947), a aceleração da criação das “Democracias Populares”, a criação do COMECON (1949) e depois do Pacto de Varsóvia (1955). A Guerra Fria começava, assim, na Europa, epicentro da disputa entre as duas superpotências.

Na Ásia Oriental, por seu lado, a Guerra foi ganha, essencialmente, pelo poder aéreo e naval dos Estados Unidos. No Japão que ocupam, os americanos começam a encorajar a reconstrução e procuram eliminar os vestígios do passado militarista nipónico ao proclamarem o seu pacifismo na nova Constituição de 3 Maio de 1947, nomeadamente, no pendular Artigo 9º do «*Capítulo II. Renúncia à Guerra*»: o Japão abdicava a todo e qualquer direito de recorrer à força ou sequer manter forças armadas. Em relação à sua colónia das Filipinas, os EUA rapidamente cedem a independência, em 4 de Julho de 1946, se bem que garantindo quer os seus interesses económicos quer a manutenção de uma substancial presença militar em território filipino - o que foi obtido por uma série de acordos celebrados, em 1946-47, com uma autoritária e corrupta elite filipina que devia aos americanos o controlo do país, grande parte dela colaboracionista com os japoneses durante a ocupação, em detrimento do principal movimento de resistência anti-nipónica, o comunista *Hukbalahap* (ou simplesmente, *Huk*, Exército Popular Anti-Japonês) que, a partir de 1949, iniciava uma luta armada contra o regime de Manila.

A realidade é que, no imediato pós-Guerra, a situação era não só extraordinariamente complexa como existiam duas agendas de segurança distintas, uma no Nordeste e outra no Sudeste da Ásia. O Nordeste Asiático estava dividido em “zonas de influência” em virtude, por um lado, das contrapartidas que Estaline obteve para tornar a URSS beligerante contra os nipónicos⁴⁵ – permitindo-lhe reconquistar a Sakalina Meridional e as Ilhas Curilhas, obter direitos na Manchúria e consolidar a “tutela” da Mongólia, enquanto os EUA ocupavam o Japão - e, por outro, do acordo entre americanos e soviéticos para desarmarem conjuntamente os japoneses na Península Coreana, dividindo entre si essa tarefa, respectivamente, ao Sul e ao Norte do Paralelo 38º. A agenda no Nordeste Asiático centrava-se, assim, nas relações entre os EUA e a URSS e dispersava-se pelas situações do Japão, da Mongólia, da Coreia e ainda da China, onde à retirada nipónica correspondia o regresso da disputa PCC-KMT. Enquanto isto, no Sudeste Asiático, a agenda focalizava-se nas lutas pela independência: com efeito, as potências coloniais retornavam após a Guerra,

⁴⁵ Embora estas contrapartidas tenham sido negociadas, sobretudo, na Conferência de Ialta, reunindo naquela estância balnear da Crimeia Soviética os líderes da URSS, dos EUA e da Grã-Bretanha, isto é, Estaline, Roosevelt e Churchill, respectivamente, de 4 a 11 de Fevereiro de 1945, a URSS só declarou guerra ao Japão em 8 de Agosto de 1945, quase três meses depois da capitulação alemã e seis dias antes da capitulação nipónica.

mas numa ordem substancialmente alterada e em que «os líderes nacionalistas encontraram o momento oportuno para desencadear as suas acções com vista à independência dos seus países» (Mendes, 1997: 67). O que significa que enquanto os EUA e a URSS procuravam aliados e parceiros na Ásia Oriental, alinhando-os nos respectivos “campos”, os países, líderes e movimentos asiáticos procuravam patrocínios externos nas superpotências.

IV.1.1. Os Conflitos na China, na Coreia e na Indochina

A reorganização pós-II GM passava por uma “China unida e democrática” sendo-lhe, por isso, atribuído um lugar entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, por pressão de Washington, ao lado dos EUA, da URSS, do Reino Unido e da França. No entanto, pouco depois da derrota e da retirada nipónica, reemergia a guerra civil entre os comunistas do PCC e os nacionalistas do KMT: os EUA ainda tentaram uma missão de bons ofícios, mas rapidamente se desligaram do imbróglio chinês, enquanto os soviéticos foram intensificando o seu apoio ao PCC à medida que a vitória comunista se aproximava. Impondo-se na guerra civil, Mao proclama, em 1 de Outubro de 1949, a *República Popular da China*, transferindo a capital de Nanquin para Pequim e estendendo logo a seguir o seu domínio ao Xinjiang, à ilha de Hainão e ao Tibete⁴⁶. As forças do KMT de Chiang Kai-shek refugiaram-se, então, em Taiwan e algumas ilhas próximas conseguindo, ainda assim, preservar na ONU a representação da China com a mesma designação de *República da China* - apoiada pelos EUA e contra a oposição da URSS que reivindicava que esse lugar devia caber agora à RPC. A nova China Popular formalizou, logo depois, em Fevereiro de 1950, uma aliança com a URSS; começou a apoiar ostensivamente os vários movimentos comunistas no Sudeste Asiático; e envolveu-se na Guerra da Coreia, a partir do Outono de 1950. A vitória do PCC tinha, portanto, um significado que ia muito para lá da mera mudança de regime na China: «Doravante, a China era uma ameaça constante à estabilidade na Ásia e os Estados Unidos prosseguiram a sua intenção de a isolar na Comunidade Internacional, e nos vinte anos que se seguiram fizeram da contenção do expansionismo regional da China o objectivo central da sua política de segurança na Ásia» (Mendes, 1997: 77).

Paradoxalmente, tendo em conta a sua retórica e comportamentos revolucionários, no início dos anos 1950, a RPChina articulava aqueles que seriam, alegadamente, os principais

⁴⁶ A “libertação” do Xinjiang, que se proclamara independente em 1944, operou-se no final de 1949, sem grandes dificuldades já que a China contou com o consentimento e apoio soviético e a quase ausência de resistência Uigur; Hainão foi tomada aos nacionalistas, na Primavera de 1950; e a invasão do Tibete ocorreu em Outubro de 1950, sendo ocupado e anexado de imediato.

pilares da sua política externa, os chamados *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica* expostos publicamente, pela primeira vez, pelo Primeiro-Ministro Zhu Enlai, em Pequim, em Dezembro de 1953, perante uma delegação do Governo indiano⁴⁷: respeito mútuo da soberania e integridade territorial; não agressão mútua; não intervenção de um país nos assuntos internos de outros; igualdade e benefícios recíprocos; e coexistência pacífica entre todos os Estados e povos. A realidade é que a retórica em torno destes *Princípios* não coibiu Pequim de ter uma postura hostil face à Índia, à Birmânia, ao “imperialismo Ocidental” e, depois, também frente à URSS e ao Vietname, como veremos adiante, nem de tentar conquistar pela força as ilhas sob controlo do KMT, desencadeando “Crises no Estreito de Taiwan” apesar da presença próxima da 7ª Esquadra Americana: entre o Verão de 1954 e Abril de 1955, as forças da RPChina atacaram as posições do KMT nas ilhas Pescadores (Penghu), Quemoy, Matsu, Nanchi (Yijiangshan) e Tachen, junto à costa continental, conseguido conquistar as duas últimas; entre Agosto e Outubro de 1958 e, de novo, em Junho de 1960, Pequim voltou bombardear as posições do KMT nas ilhas de Quemoy e Matsu sem, todavia, obter mais ganhos territoriais.

Mapa 7. As Crises no Estreito de Taiwan: 1954-55 e 1958/1960



Fonte: Lee, Nigel de (1990), *As Grandes Potências Asiáticas depois de 1945*. Porto: Edinter e Âmbar (Colecção Conflitos no Século XX): 15.

⁴⁷ A RPChina e a União Indiana tinham estabelecido relações diplomáticas em 1950 e negociavam, nesta ocasião, aspectos relativos ao Tibete e às fronteiras mútuas, tendo aqueles princípios sido transpostos para a Declaração Conjunta Sino-Indiana.

À semelhança do caso chinês, também o movimento nacionalista coreano se encontrava profundamente dividido no fim da Guerra do Pacífico, apresentando ainda a dupla particularidade dos líderes e facções mais activos estarem exilados há muitos anos e fortemente enfeudados a distintas forças estrangeiras igualmente rivais⁴⁸. Evidentemente, atrás das forças soviéticas e americanas regressaram ao Norte e ao Sul da Península as facções patrocinadas por Moscovo e por Washington, isto é, a de Kim Il Sung e a de Syngman Rhee, respectivamente. Desde então, a Coreia ficava como uma espécie de “Alemanha da Ásia”: ao Sul do Paralelo 38º, o autoritário anti-comunista Syngman Rhee proclamava, em Agosto de 1948, a *República da Coreia*, com capital em Seul; a Norte, o comunista Kim Il Sung proclamava, no mês seguinte, a *República Popular Democrática da Coreia*, com capital em Pyongyang.

Ao contrário da Alemanha, contudo, três anos após a “libertação” e coincidindo com a proclamação das duas Coreias, os soviéticos e americanos retiravam da Península Coreana os seus dispositivos militares. Dois anos depois, em 25 de Junho de 1950, a Coreia do Norte invadia a do Sul, ultrapassando a linha internacionalmente reconhecida do Paralelo 38º. Kim Il Sung tinha razões para acreditar na não intervenção dos EUA: afinal, porque é que se iriam opor à ocupação comunista da metade Sul da Península depois de terem consentido, meses antes, a vitória comunista na muito mais importante China? Só que os americanos dispuseram-se a reagir, entrando na Guerra da Coreia sob mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas o que foi, inadvertidamente, propiciado pela política de “cadeira vazia” da URSS⁴⁹. Confrontados com o dilema estratégico, sobretudo, a partir do envolvimento da RPChina, de conciliar uma guerra limitada nos seus propósitos (repor o *status quo ante*) e mostrar que havia um castigo para a agressão⁵⁰, os EUA estiveram empenhados na Guerra da Coreia até 27 de Julho de 1953, data em que foi assinado o

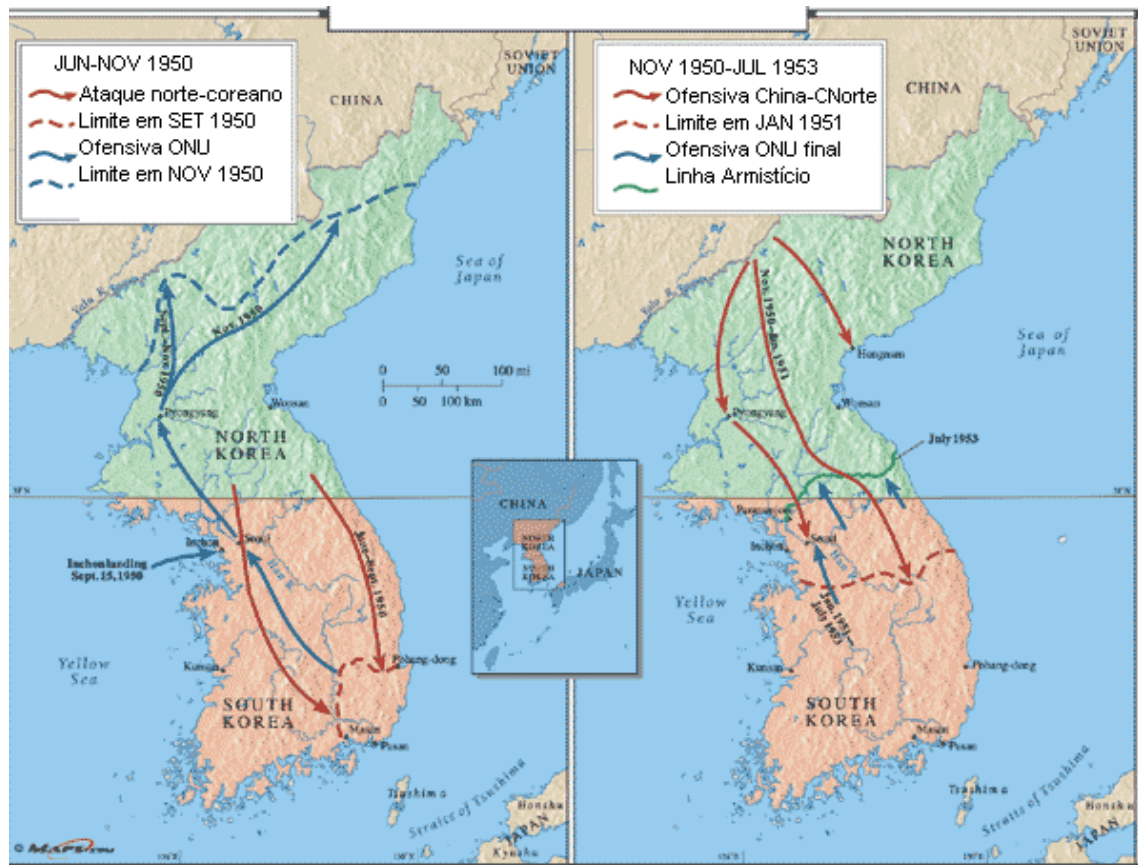
⁴⁸ O movimento “de direita” era representado, no final da Guerra, por duas tendências principais: a facção de Syngman Rhee, Presidente de um “Governo Coreano Provisório” e que se encontrava nos Estados Unidos; e a facção liderada por Kim Koo fundador, em 1935, do Partido Nacional Coreano e que se encontrava na China, em Chungking, com apoio do Kuomintang. A estas somam-se as facções “esquerdistas”: a facção de Kim Tu-bong, líder da Liga para a Independência da Coreia organizada, desde 1941, no Norte da China e que se apoiava no PCChinês; e a facção de Kim Il-Sung, constituída pelos elementos pró-soviéticos da Sibéria e da Manchúria em torno da “Associação para a Restauração da Pátria”, criada em 1936.

⁴⁹ Efectivamente, ao ausentar-se do CSNU - em protesto pela recusa de se atribuir o lugar da China a Pequim - e, portanto, não ter exercido o veto para impedir a aprovação da resolução proposta pelos Estados Unidos em que se exigia que a Coreia do Norte cessasse a agressão e regressasse ao *statu quo ante*, o Embaixador soviético deu aos americanos a possibilidade de organizar o contra-ataque como expressão da vontade da “comunidade internacional”.

⁵⁰ O problema mais delicado surgiu, de facto, com o envolvimento de “voluntários” da RPChina a partir do Outono de 1950: mais do nunca, os EUA estavam pressionados a optar entre o impasse - opção defendida pelo Presidente Truman, controlando o emprego da força na nova era nuclear - e a generalização da guerra à China e, porventura, à sua aliada URSS - como defendia o Comandante das Forças Aliadas, General MacArthur, argumentando com o objectivo de alcançar a vitória absoluta. Perante tão profundas e públicas divergências, o Presidente Truman destituiu MacArthur, em 11 de Abril de 1951.

Armistício de Panmunjon: três anos de uma guerra terrivelmente mortífera⁵¹ continuaram a deixar a Coreia dividida; o seu impacto político e estratégico seria, todavia, enorme.

Mapa 8. A Guerra da Coreia, 1950-1953



Fonte: *World Maps Online* [Em linha] [Consult. 10 Out. 2007]. Disponível em < worldmapsonline.com/UnivHist/30461_6.gif > Editado por nós.

Coincidindo com os conflitos na China e na Coreia, ganhavam vigor as muitas guerrilhas comunistas e independentistas no Sudeste Asiático, em particular, na Indochina Francesa. Ainda antes da chegada do *Corps Expéditionnaire Français en Extrême-Orient*, o comunista Ho Chi Minh declarara a independência da *República Democrática do Vietname*, em 2 de Setembro de 1945. A reconquista francesa iniciou-se pouco depois, mas sem conseguir eliminar as resistências lideradas pelos comunistas Partido Popular Revolucionário do Kampuchea (PPRK), Pathet Lao e Viet Minh fortemente implantados nas zonas rurais. Nesta altura, os EUA mostravam-se críticos da postura neocolonial francesa, chegando o próprio Ho Chi Minh (1946) a solicitar a intervenção do Presidente Truman no sentido da independência vietnamita. Pressionados, os franceses instituíram Monarquias

⁵¹ 33.600 soldados americanos mortos, aos quais se acrescentam mais 3.140 de outras forças internacionais; 520.000 mortos sul-coreanos, dos quais 2/3 eram civis; sendo muito mais imprecisos os números dos países comunistas, as perdas sino-coreanas ter-se-ão situado, globalmente, acima do milhão de mortos (Droz e Rowley, 1991: 169).

Constitucionais no Laos e no Camboja, em 1947 e criaram também um contra-peso à República Democrática do Vietname com a proclamação de um *Estado do Vietname*⁵², com capital em Saigão e chefiado pelo Imperador Bao Dai a quem os franceses recorreram fazendo regressar do exílio forçado. Beneficiando da vitória comunista na China, o Viet Minh e os outros movimentos comunistas passaram a ter uma importante “retaguarda de apoio”. A situação deteriorava-se, subitamente, para a França que procurou transformar a sua guerra de reconquista colonial em cruzada anti-comunista obtendo, finalmente, auxílio dos EUA. Com o afluxo de meios a chegarem aos dois lados, os combates intensificaram-se. Em grandes dificuldades, a França reconheceu, em Novembro de 1953, as independências do Camboja e do Laos, governados pelas monarquias constitucionais de 1947 mas que continuaram a enfrentar as persistentes guerrilhas comunistas. No quadro de uma Guerra cada vez mais impopular e impossível de vencer, a França partiu para as negociações de paz em nítida posição de fraqueza.

A Conferência de Genebra (Abril-Julho de 1954) terminou oficialmente com a “Primeira Guerra da Indochina” e a presença francesa no Sudeste Asiático: reconheceram-se as independências do Laos e do Camboja; o Vietname ficava “temporariamente” dividido pelo Paralelo 17º - a Norte, a *República Democrática do Vietname* com capital em Hanói e sob o domínio do Viet Minh comunista e a Sul, com capital em Saigão, o *Estado do Vietname*, com um inseguro regime anti-comunista -, devendo a unificação ocorrer pacificamente no prazo de dois anos; e acordou-se que toda a antiga Indochina Francesa seria neutral.

IV.1.2. Os Sistemas de Alianças

Enquanto na Europa os EUA e a URSS montaram sistemas de alianças baseados em organizações multilaterais de defesa colectiva, respectivamente, NATO e Pacto de Varsóvia, na Ásia Oriental o sistema de alianças predominante era de tipo bilateral, tipicamente, entre uma superpotência e um parceiro regional, numa rede de pactos bilaterais ligados aos respectivos sistemas regionais e globais.

O alinhamento da *Mongólia* no “campo” soviético operou-se com naturalidade e sem qualquer dificuldade já que tinha, desde os anos 1920, um regime comunista liderado por Khorloogiyn Choybalsan e era, há décadas, um Estado satélite/protegido de Moscovo, situação alicerçada durante a II Guerra Mundial⁵³. No plebiscito de Outubro de 1945

⁵² Este novo Vietname tinha, formalmente, independência diplomática e também um “Exército Nacional”, criado e comandado pelos franceses e que actuava como força supletiva da França na Indochina.

⁵³ A Mongólia fora invadida na Primavera-Verão de 1939 pelas forças japonesas estabelecidas na Manchúria, tendo um exército soviético-mongol chefiado pelo General soviético Georgi Zhukov resistido à invasão e derrotado os japoneses. As hostilidades terminaram, em Setembro de 1939: a URSS e o Japão assinaram uma trégua e estabeleceu-se uma comissão para definir a fronteira Mongol-Manchuriana. Depois, por ocasião da assinatura do Pacto de Neutralidade URSS-Japão, em 13 de Abril de 1941, Moscovo obteve de Tóquio o

patrocinado pelos soviéticos, a Mongólia confirmou a opção pela independência face à China e, em Fevereiro de 1946, já a República Popular da Mongólia e a União Soviética assinavam um Tratado de Amizade e Assistência Mútua e um primeiro Acordo de Cooperação Económica e Cultural, tendo os mongóis adoptado nesta altura o alfabeto cirílico. Choybalsan morreria, em Janeiro de 1952, mas o novo Secretário-Geral do PC Mongol que lhe sucedeu, Tsedenbal, continuou fielmente aliado de Moscovo: em 1962, a Mongólia tornou-se o primeiro país não europeu a aderir ao COMECON e, em 1966, os dois países formalizaram um Tratado de Segurança ao abrigo do qual as forças soviéticas estacionariam na Mongólia, então já muito num espírito anti-China.

A Coreia do Norte também foi facilmente integrada no sistema soviético. Desde que ocupou o território a Norte do Paralelo 38º como “força libertadora”, em Agosto de 1945, a URSS sempre patrocinou o regime comunista de Kim Il Sung, ainda que tenha temporariamente retirado dali o seu dispositivo militar, em 1948, e se tenha mantido equidistante durante a Guerra da Coreia. A aliança URSS-RPDCoreia seria formalizada pelo Tratado de Segurança Mútua, em Junho de 1961 –no mês seguinte, o regime de Pyongyang celebrava um Tratado idêntico com a RPChina.

Mesmo desconfiando de Mao e dos comunistas chineses e de não querer confrontar os EUA por causa da China, Estaline acabou por aceitar estabelecer, em Fevereiro de 1950, uma Aliança formal com a recentemente proclamada *RPChina*, mercê da pressão de Mao que se deslocou propositadamente a Moscovo para conduzir as negociações e convencer o líder soviético. Prevista com um prazo de 25 anos, a aliança URSS-RPC não impediria, contudo, a ruptura e conflitualidade entre as duas grandes potências comunistas menos de uma década depois.

O *Vietname* foi outra unidade do sistema de segurança soviético na Ásia Oriental, permitindo à URSS projectar poder e influência no Sudeste Asiático. Embora os soviéticos cedo tenham apoiado o Viet Minh contra a França, o apoio a Hanói seria particularmente relevante na Guerra do Vietname contra os EUA (através do território chinês) e, sobretudo, na “Terceira Guerra da Indochina” que oporia o Vietname ao Kampuchea dos Khmers Vermelhos e à RPChina. Efectivamente, Moscovo aproveitaria a retirada americana da Indochina para reforçar os laços com a *República Socialista do Vietname* unificado (por via deste, colocando também sob sua influência o Laos e, depois o Camboja), consolidando o “cerco” à RPChina: em 1978, o Vietname aderiu ao COMECON e celebrou com a URSS um

compromisso de respeitar a integridade territorial da Mongólia. Dois dias depois da declaração de guerra soviética ao Japão, a Mongólia fez o mesmo, em 10 de Agosto de 1945, juntando-se o Exército Mongol ao Soviético na progressão para a Mongólia Interior e a Manchúria. A 14 de Agosto de 1945, no Tratado de Aliança e Amizade Sino-Soviético, a China acordou reconhecer a independência da Mongólia com as suas “fronteiras existentes”, ficando previsto um plebiscito para aferir da vontade do povo mongol.

Tratado de Amizade e Cooperação, oficializando a presença militar soviética em território vietnamita.

Quanto aos EUA, nos primeiros anos pós-Guerra do Pacífico, pareciam não contemplar no seu perímetro de segurança nem a China nem a Coreia nem tão pouco o Sudeste Asiático (exceptuando as Filipinas) o que era, aliás, expressamente assumido pelos responsáveis americanos da altura⁵⁴. Tratava-se, no fundo, de uma política que François Joyaux (1993: 176-180) qualifica de «*marítima e defensiva*», prolongamento directo da Guerra do Pacífico: limitar o controlo estratégico dos EUA ao Pacífico Norte e aos territórios puramente insulares (Japão e Filipinas) que seriam estritamente necessários para a segurança do Oceano e as ligações entre a América e a Ásia Oriental (Tomé, 2001b: 31). Só com a vitória comunista na China, a Guerra da Coreia e o agravar da Primeira Guerra da Indochina é que o perímetro de segurança americano se começou a expandir: em 1950, os EUA disponibilizavam ajuda significativa aos franceses na Indochina, assinavam um Tratado de Assistência Mútua com a Tailândia⁵⁵ e, dois dias após a invasão norte-coreana, o Presidente Truman levava os EUA a entrarem na Guerra da Coreia, ao mesmo tempo que dava ordens para a 7ª Esquadra Americana proteger Taiwan da China comunista.

A pressão comunista tornava imprescindível e urgente substituir a política de ocupação do Japão pela sua ancoragem à segurança da “área livre” na Ásia-Pacífico. Por isso, os EUA promoveram o *Tratado de Paz* entre as “Potências Aliadas” e o Japão, assinado em São Francisco, em 8 de Setembro de 1951: a lista dos ausentes ilustra a realidade da política internacional da época, já que entre os 49 países signatários não figuraram nem a URSS nem nenhuma das duas Chinas ou das duas Coreias. O “Tratado de São Francisco”, como também ficou conhecido, punha oficialmente fim à Guerra do Pacífico e estipulava um Japão de novo soberano e de cujo território todas as forças de ocupação se retirariam no prazo de noventa dias. O alcance no tempo deste Tratado deriva ainda de outros três aspectos essenciais: primeiro, colocava sob administração dos EUA uma série de territórios

⁵⁴ Por exemplo, em Março de 1949, numa entrevista ao *The New York Times*, o General MacArthur, Comandante Supremo das forças americanas no Pacífico, afirmava que «*a nossa linha de defesa percorre a cadeia das ilhas que acompanham a costa da Ásia. Começa nas Filipinas e continua através do arquipélago das Ryukyu, que inclui Okinawa, o seu principal baluarte. Depois, dirige-se através do Japão e da cadeia das ilhas Aleutas para o Alasca*» (cit. in Kissinger, 1996: 414).

⁵⁵ Este Tratado dos EUA com a Tailândia, antigo Sião, formalizava, no fundo, o alinhamento que vinha desde o final da Guerra do Pacífico. A Tailândia não fora colonizada mas teve de se ajustar à nova ordem por ter sido aliada do Japão durante a Guerra, fazendo-o junto do novo poder dominante: o novo Governo Tailandês, liderado por membros da resistência anti-japonesa no quadro da mesma Monarquia Constitucional instituída no golpe de 1932 anulou, de imediato, os acordos estabelecidos com o Japão e conseguiu que a Tailândia fosse admitida na ONU, no final de 1946; neste mesmo ano, surgiu no país uma guerrilha comunista, o que favoreceu ainda mais a aproximação Banguécoque-Washington.

japoneses, devolvidos posteriormente⁵⁶; segundo, o Japão renunciava, formalmente, a tudo o que havia conquistado pela força durante a sua expansão; terceiro, o Tratado não define nem as fronteiras do território nipónico nem das áreas a que Tóquio renunciava, provocando uma profunda ambiguidade nos limites fronteiriços do Japão e disputas com os seus vizinhos que perduram até à actualidade.

No mesmo dia, e também em São Francisco, o Japão e os Estados Unidos assinaram um *Tratado de Segurança*, justificado porque o primeiro estava desprovido de meios próprios para a sua auto-defesa: ou seja, os americanos encarregavam-se da defesa do Japão, podendo dispor no território nipónico de forças terrestres, aéreas e navais que visavam também a segurança de toda a Ásia-Pacífico. Este Pacto americano-japonês de 1951 seria renovado, posteriormente, com os Tratados de Cooperação Mútua e de Segurança, em 1960⁵⁷, e, novamente, em 1972. A aliança com o Japão significava que o perímetro de segurança americano na região dilatava e mudava de natureza: começava a ser implementado o chamado “Sistema de São Francisco”, conjunto de alianças dos EUA na Ásia-Pacífico para conter o comunismo e no qual o Japão era a “pedra angular”.

Com efeito, cerca de uma semana antes da assinatura dos Tratados de Paz e de Segurança com o Japão, os EUA firmaram com as *Filipinas* um Tratado de Defesa Mútua, em 30 de Agosto de 1951 e com a *Austrália e a Nova Zelândia* um Tratado de Segurança tripartido (*ANZUS*), em 1 de Setembro: se o primeiro não oferecia particular novidade, já o ANZUS estendia o perímetro de segurança americano ao Pacífico Sul.

Dois anos mais tarde, e já depois da assinatura do Armistício de Panmunjon, os EUA celebraram com a Coreia do Sul um *Tratado de Defesa Mútua*, em 1 de Outubro de 1953 – para o ratificar, todavia, o Congresso Americano sublinhou que a garantia de defesa americana serviria apenas no caso da Coreia do Sul sofrer uma agressão, temendo que Seul fosse tentada a desencadear a reunificação pela força e arrastasse nisso os EUA. A seguir, após os Acordos de Genebra sobre a Indochina e no terceiro aniversário dos Tratados de São Francisco, em 8 de Setembro de 1954, os Estados Unidos assinaram o *Tratado de Defesa Colectiva para o Sudeste Asiático ou Pacto de Manila* com a Austrália, a Nova Zelândia, o Reino Unido, a França, as Filipinas, a Tailândia e o Paquistão: a

⁵⁶ Os EUA devolveriam ao Japão a administração das Ilhas Amami, em Dezembro de 1953 e das Ilhas Bonin (ou Ogasawara), em 1968; a devolução da globalidade das “Ilhas Ryukyu” - nestas estando incluídas as Ilhas Senkaku/Diaoyutai, reivindicadas por Taipé e por Pequim - só ocorreria em 1972.

⁵⁷ Confirmando a Aliança de 1951 e a garantia de defesa americana, o novo Tratado abolia o direito que os Estados Unidos tinham de intervir em casos de perturbações internas e a obrigação do Japão consultar Washington antes de qualquer concessão de facilidades militares (bases, armamentos ou direitos de passagem) a outros Estados.

conferência de Bangucoque, em 1955, conferiria ao Pacto de Manila uma estrutura político-militar com a criação da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE/SEATO)⁵⁸.

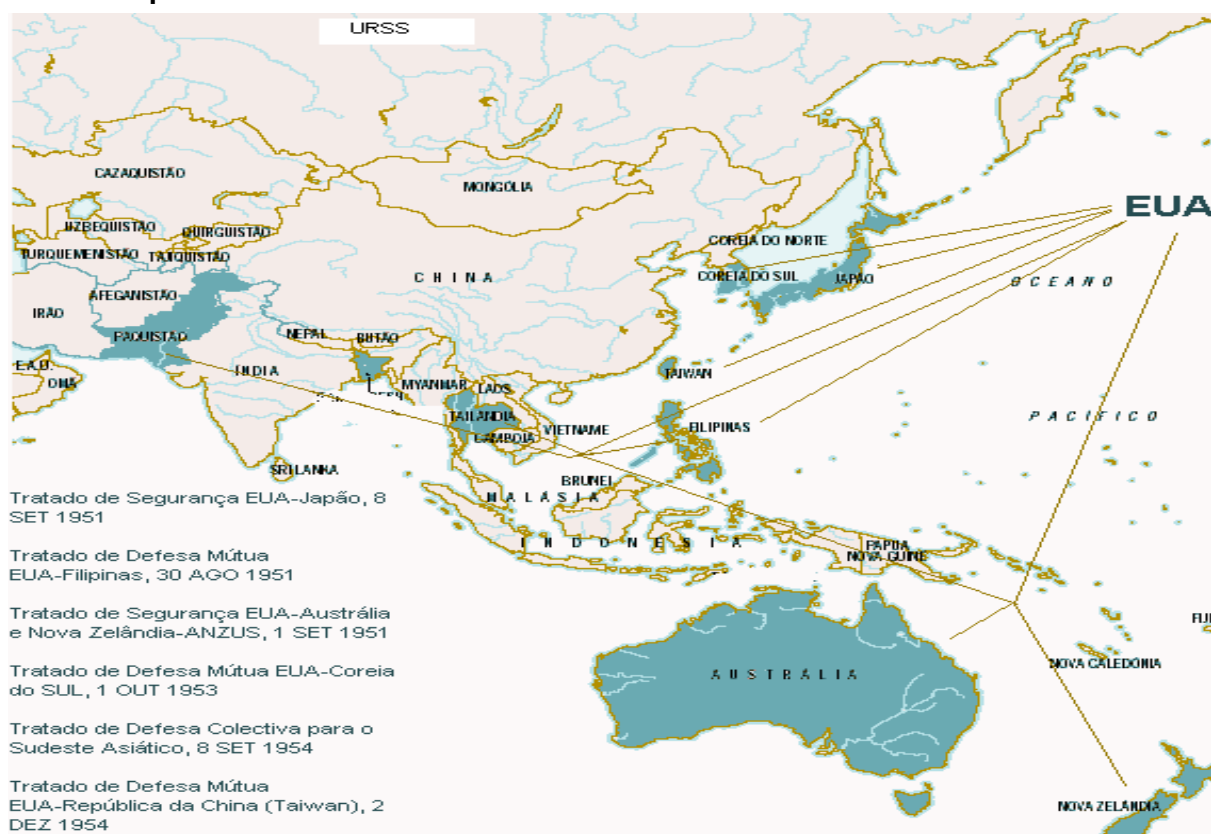
A última unidade a integrar esta rede de alianças foi a República da China/Taiwan, com quem os EUA assinaram um Tratado de Defesa Mútua, em 2 de Dezembro de 1954, em plena Crise no Estreito de Taiwan. A redacção deste Tratado garantia expressamente que a defesa americana cobria Taiwan e as Pescadores mas deixava as outras ilhas numa situação ambígua, o que acabou por facilitar a eclosão de novas “Crises no Estreito de Taiwan”, em 1958 e 1960, quando a RPC bombardeou as posições do KMT nas ilhas de Quemoy e Matsu. Além disto, tal como no caso da aliança com a Coreia do Sul, a garantia americana só teria validade no caso de uma agressão contra Taiwan dissuadindo, assim, a RPC de atacar mas também evitando que Taipé fosse tentada a reconquistar a China Continental e arrastar os EUA. Ou seja, o perímetro de segurança americano expandia-se e o *containment* aplicava-se verdadeiramente na Ásia Oriental, mas a política dos EUA em relação à Península Coreana e ao Estreito de Taiwan definia-se pela manutenção do *status quo* – ou seja, na prática, duas Coreias e duas Chinas.

Evidentemente, todos estes pactos do “Sistema de São Francisco” estavam ligados entre si e ao sistema global de *Containment* montado pelos EUA que incluía também a NATO e o Pacto de Bagdade⁵⁹.

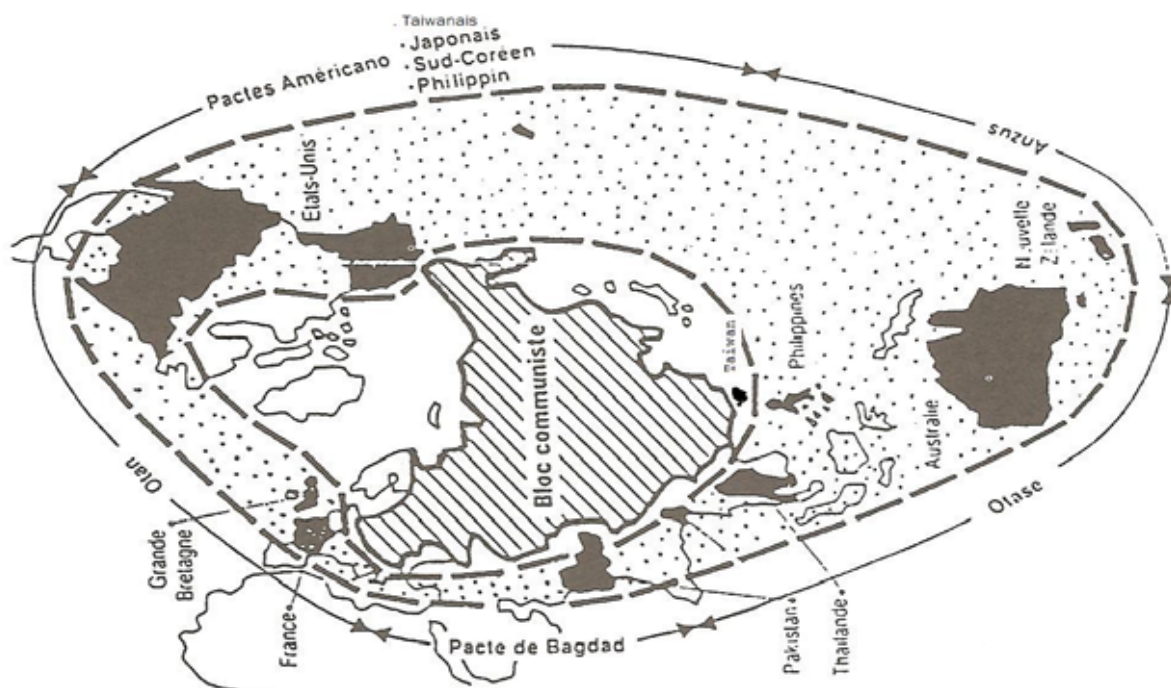
⁵⁸ *South East Asia Treaty Organization*. Na verdade, o Pacto de Manila/SEATO foi um relativo fracasso da diplomacia americana: por um lado, tendo sido consultadas e convidadas a Índia, a Indonésia e a Birmânia recusaram aderir, afirmando a sua opção neutralista; por outro, o Vietname, o Laos e o Camboja não podiam ser incluídos em qualquer Pacto ou Aliança militar, uma vez que os Acordos de Genebra tinham estipulado a sua neutralidade. Além disso, os Estados Unidos, a Austrália e a Nova Zelândia já estavam aliados no ANZUS; o Reino Unido já era Aliado dos EUA na NATO, desde 1949, vindo também a integrar o Pacto de Bagdade, em 1955; a França era, igualmente, um dos membros fundadores da NATO; as Filipinas já tinham uma aliança formal com os EUA, desde 1951; a Tailândia tinha firmado com os americanos um Tratado de Assistência Mútua, em 1950; e o Paquistão concluíra com os EUA, em Maio de 1954, um Acordo de Defesa Mútua, integrando depois também o Pacto de Bagdade. Ou seja, como reconhece H. Kissinger (1996: 554), «*os países que recusaram participar na SEATO eram mais importantes do que os seus membros.... Quanto aos aliados europeus da América, a França e a Grã-Bretanha, não era provável que viessem a correr riscos em defesa de uma área da qual tão recentemente tinham sido expulsos*».

⁵⁹ Baseado no modelo da Aliança Atlântica/NATO, o Pacto de Bagdade foi firmado, em 1955, entre o Iraque, o Irão, a Turquia, o Paquistão e o Reino Unido a fim de promover a cooperação mútua e conter a influência soviética no Médio Oriente e na Ásia Meridional. Apesar de a instigarem, promoverem e financiarem, os EUA somente aderiram ao Comité Militar desta aliança, em Julho de 1958. Inicialmente designada *Middle East Treaty Organization* (METO), a organização renomeou-se *Central Treaty Organization* (CENTO), em 1959, por ocasião da retirada da aliança do Iraque operada pelo novo regime republicano iraquiano. Verdadeira aliança fracassada, foi dissolvida, em 1979, após a Revolução Islâmica no Irão e a consequente saída da CENTO.

Mapa 9. O “Sistema de São Francisco” Americano na Ásia-Pacífico



Mapa 10. O Sistema Global de Containment



Fonte: Joyaux, 1993: 184, editado por nós.

Foi neste contexto que se desenvolveu a mais importante concepção que orientaria a política externa e de segurança do Japão durante todo o período de Guerra Fria - a *Doutrina Yoshida*. Hostilizado pelos vizinhos, constitucionalmente pacifista e sem forças armadas, o Japão corria o risco de se tornar num mero peão dos EUA no novo jogo bipolar: urgia, por isso, desenvolver uma estratégia adequada à situação, traçada por Shigeru Yoshida, Primeiro-Ministro nipónico em 1946-47 e 1948-54. Segundo a *Doutrina Yoshida*, o Japão empregaria todas as suas energias no desenvolvimento económico, mantendo um *low profile* nos assuntos político-estratégicos e entregando a segurança e defesa do país aos EUA. Fazendo, no fundo, uma extraordinária mistura conceptual entre pacifismo (abdicar de investir na defesa e de resolver qualquer questão por via da força), liberalismo (interdependência económica) e realismo (ligar a segurança e integridade do país a um aliado poderoso para capitalizar, internacionalmente, o seu poder económico), a doutrina Yoshida acabou por se institucionalizar no Japão, sempre escudado na Constituição pacifista.

Apesar dos “incentivos” americanos, foi renitentemente que o Japão acabou por ir desenvolvendo as suas Forças: no início da Guerra da Coreia, foi criada no Japão uma “reserva nacional de polícia” com 75.000 homens, depois reforçada e qualificada de “Força de Manutenção da Segurança” por ocasião dos Tratados de São Francisco de 1951; as mesmas passariam a designar-se de “Forças de Autodefesa” (FAD) a partir de 1954, embora desprovidas de autonomia e subordinadas à Agência de Defesa civil. É verdade que, dos anos 1950 para os anos 1960, o Japão evoluiu de uma “dependência total” para uma espécie de “dependência parcial” dos EUA, mas sem beliscar a validade da doutrina Yoshida nem gastar mais de 1% do seu PIB na Defesa, “limite psicológico” que se mantém até à actualidade.

Ou seja, tal como em tempos com a “Revolução Meiji” (ver atrás Cap. III.2.3.), através da “Doutrina Yoshida” o Japão trilhava uma resposta própria e distintiva para os desafios e constrangimentos inerentes à sua situação no pós-Guerra do Pacífico e no contexto da expansão da Guerra Fria podendo, assim, concentrar os seus recursos e esforços nas políticas de “nacionalismo económico” que permitiram ao país reemergir como grande potência económica e recuperar estatuto e respeito internacional. Contudo, o lado político das suas relações externas ficou seriamente comprometido pela dependência dos EUA, numa “deformidade nacional” que seria mais tarde reconhecida pelo próprio Yoshida⁶⁰.

⁶⁰ Em 1963, menos de uma década depois de ter abandonado a chefia do Governo nipónico, Yoshida afirmou: «Para um Japão independente, que está no topo do ranking dos países em termos de economia, tecnologia e educação, continuar a depender de outro país é uma deformidade do Estado... Eu próprio não posso escamotear a responsabilidade de ter usado a Constituição como pretexto para esta forma de conduzir a política nacional» (cit. in Pyle, 1992: 27-28).

IV.1.3. Sudeste Asiático: a impossível neutralidade

Em virtude do passado colonial e imperialista, o neutralismo teve um peso acrescido na Ásia Oriental, designadamente, no Sudeste Asiático onde, com excepção da Tailândia e das Filipinas nas circunstâncias quer relatámos atrás, essa orientação foi afirmada pelos restantes países logo que alcançaram a independência: a *União da Birmânia*, saída do Império Britânico e proclamada em 4 de Janeiro de 1948, optou logo pela estrita neutralidade e não aceitou sequer tornar-se membro da Commonwealth, apesar da eclosão imediata da revolta comunista; também na Indonésia, após a conquista da independência aos holandeses, em 1949⁶¹, o Presidente Sukarno impôs uma orientação neutralista.

A opção regional pela neutralidade em tempo de Guerra Fria foi reafirmada, por exemplo, em 1954, quando a Indonésia e a Birmânia, a par da Índia, recusaram o convite para aderir ao Pacto de Manila e quando os Acordos de Genebra reconheceram a neutralidade dos novos países da antiga Indochina Francesa. Marco particularmente importante na história do não-alinhamento foi a *Conferência Ásia-África* realizada na cidade indonésia de Bandung, em Abril de 1955: nesta ocasião, os líderes de vinte e nove países, nove dos quais da Ásia Oriental⁶², reuniram-se com o objectivo de promover a cooperação afro-asiática e desenvolver políticas conjuntas, proclamando aí os *Dez Princípios de Promoção da Paz e da Cooperação Internacional*⁶³. Fundamentalmente, a Conferência de Bandung destacar-se-ia pela afirmação da oposição ao colonialismo e ao imperialismo e a ênfase no neutralismo, predisposição que iniciava um movimento internacional que, em 1961, em Belgrado, se iria formalmente denominar de *Movimento dos Não-Alinhados*.

Contudo, os constrangimentos cruzados da competição bipolar e dos interesses e rivalidades dos dirigentes locais tornariam virtuais os Princípios de Bandung e as aspirações de neutralidade dos novos países do Sudeste Asiático, acabando estes por ficar

⁶¹ A independência da Indonésia foi inicialmente declarada, em 17 de Agosto de 1945, por Sukarno e Mohammad Hatta, quadros nacionalistas que tinham colaborado com os japoneses. Com o regresso dos colonizadores holandeses, seguiu-se a guerra até que, em Dezembro de 1949, a chamada “Conferência da Mesa-Redonda” sob os auspícios das Nações Unidas reconheceu a soberania da, então, República dos Estados Unidos da Indonésia com uma estrutura federal e sob a Presidência de Sukarno, no quadro de uma *União Holando-Indonésia*. No ano seguinte, contudo, Sukarno punha fim à estrutura federal e, em 1954, acabava com a União Holando-Indonésia. Mais tarde, em 1963, a Indonésia de Sukarno iria anexar o Irian Jaya na Ilha da Nova-Guiné e que permanecera sob controlo holandês.

⁶² Indonésia, Birmânia, Camboja, Laos, Filipinas, Japão, RD Vietname, Vietname do Sul e RPChina.

⁶³ 1) Respeito dos direitos fundamentais, de acordo com a Carta das Nações Unidas; 2) Respeito da soberania e integridade territorial de todas as nações; 3) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas; 4) Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos de outro país - Autodeterminação dos povos; 5) Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e colectivamente, em conformidade com a Carta da ONU; 6) a) Abstenção de usar os compromissos de defesa colectiva para servir quaisquer interesses particulares das grandes potências e b) Abstenção de qualquer país de exercer pressões sobre outros países; 7) Abstenção de actos ou ameaças de agressão ou do emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de outro país; 8) Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitragens por tribunais internacionais), de acordo com a Carta da ONU; 9) Promoção dos interesses mútuos e da cooperação; e 10) Respeito pela lei e obrigações internacionais.

verdadeiramente alinhados. A *Birmânia* foi, de facto, a única verdadeira excepção nesta tendência: mesmo enfrentando a guerrilha do Partido Comunista da Birmânia (PCB) e da confrontação com a China Popular⁶⁴, tanto o inicial Governo democrático como depois o regime socialista militar do General Ne Win⁶⁵ mantiveram sempre uma política de firme neutralidade. Já nos casos da *Tailândia* e das *Filipinas*, o alinhamento com os EUA nunca esteve em causa. A Tailândia assinou com os EUA o famoso *Comunicado Thanat-Rusk*, em Março de 1962, acordando ambos os países interpretar a SEATO como um Pacto tanto multilateral como bilateral: pouco depois, tropas americanas estacionaram no território tailandês, lançando dali algumas operações militares durante a Guerra do Vietname, enquanto a Tailândia enviava milhares de militares seus para combaterem ao lado dos americanos nesse conflito. Por seu lado, a elite filipina foi descrita durante toda a Guerra Fria como “bi-nacional” em virtude da sua proximidade e dependência dos EUA, com estes a sustentarem os sucessivos corruptos e autoritários dirigentes filipinos garantindo, assim, o alinhamento anti-comunista das Filipinas e a manutenção ali das suas bases militares. Embora distintamente, os novos países resultantes da descolonização britânica também cedo alinharam no “campo” Ocidental. A *Federação da Malásia*, proclamada em 31 de Agosto de 1957⁶⁶, manteve-se sob a influência da antiga potência colonial dados os parcos equilíbrios internos entre as comunidades malaia, chinesa e indiana (arbitrados pelos britânicos) e os problemas quer com a guerrilha comunista quer com a política de confrontação da Indonésia de Sukarno: logo no ano da emancipação, a Malásia assinou com a antiga potência colonial o *Anglo-Malayan Defense Agreement*, acordo bilateral que se alargou, em 1965, à Austrália, à Nova Zelândia e a Singapura e que, em 1971, deu lugar ao *Five Power Defence Agreements* (FPDA) entre os mesmos cinco parceiros. O mesmo sucedeu com Singapura, que obteve a independência depois de se separar da Federação da Malásia, em 9 de Agosto de 1965, tomando logo parte na extensão do Acordo de Defesa Malaio-Britânico e depois no FPDA, mantendo-se os militares britânicos em Singapura até

⁶⁴ Esta confrontação resultou da conjugação do auxílio chinês ao PCB, de disputas fronteiriças, do apoio birmanês à causa tibetana e do relacionamento próximo da Birmânia com a Índia, chegando a RPChina a fazer uma incursão militar no Norte da Birmânia, em 1956. Apesar de ter sido estabelecido um acordo sobre a fronteira comum, em 1960, a tensão sino-birmanesa manteve-se até meados dos anos 1980.

⁶⁵ Ne Win subiu ao poder através de um golpe de Estado, em 1962, instalado um regime socialista e a desastrosa “via Birmanesa para o Socialismo”, fazendo ainda adoptar pelo país a designação oficial de *República Socialista da União da Birmânia*. Um dos principais artífices da neutralidade birmanesa, ainda na vigência do Governo democrático, foi o Representante Permanente da Birmânia nas Nações Unidas, U Thant, que se tornaria Secretário-Geral da ONU, em 1961, tendo sido o primeiro não-Ocidental a ocupar aquele cargo que desempenhou durante uma década.

⁶⁶ Na Península Malaia, apesar das rivalidades étnicas, um acordo entre chineses, indianos e malaios arbitrado pelos britânicos permitiu, finalmente, a ascensão da *Federação Malaia* à independência, em 1957. Seis anos depois, a nova *Federação da Malásia* incorporava Singapura e ainda os sultanatos de Sabah e Sarawak sitos no Norte da ilha do Bornéu. Singapura abandonaria a Federação para se tornar num Estado soberano, em 1965, mas Sabah e Sarawak mantiveram-se integradas na Malásia apesar da veemente oposição da Indonésia de Sukarno.

aos anos 1970⁶⁷. O caso do Brunei ainda é mais expressivo já que o pequeno sultanato, rico em petróleo, temendo as ambições das vizinhas Malásia e Indonésia, preferiu manter-se integrado no Império Britânico e adiar a sua independência até 1 de Janeiro de 1984⁶⁸.

Também na Indonésia, o espírito de Bandung iria claudicar. O Presidente Sukarno suprimira o sistema parlamentar original do país e impusera o seu modelo presidencialista de “Democracia Conduzida”, no que seria um autêntico regime socialista autoritário apoiado no Partido Comunista Indonésio (PCI) e em alguns sectores do Exército. No plano externo, o regime de Sukarno não só adoptou uma posição neutralista (ainda que “avermelhada”) como liderou os esforços internacionais de não-alinhamento, desencadeando também uma campanha de *Konfrontasi* da Malásia por causa da integração nesta dos territórios de Sabah e Sarawak - e que incluiu a retirada indonésia das Nações Unidas, em Janeiro de 1965, em reacção à entrada da Malásia para o CSNU como membro não-permanente. O volte-face indonésio deu-se, porém, em consequência do Golpe de Estado desencadeado, em Setembro de 1965, por uma facção anti-comunista do Exército liderada pelo General Suharto. Ainda que só tenha assumido, oficialmente, a Presidência em 1967, Suharto implementou, de imediato, o que apelidou de “Nova Ordem”. Internamente, banuiu com grande violência o Partido Comunista, impôs um modelo autoritário personalizado baseado no apoio incondicional do Exército e, no plano económico, expandiu a modalidade de “militares empresários”, renegociou a dívida externa indonésia e obteve ajuda de um grupo intergovernamental de doadores e investidores Ocidentais, satisfeitos com a postura anti-comunista do seu novo amigo. Em matéria de política externa e de segurança, Suharto pôs imediatamente termo à política de confrontação da Malásia e fez regressar a Indonésia ONU, logo em 1966; avançou com uma nova doutrina de segurança indonésia – *Ketahan nasional* -, considerando que a segurança é composta por elementos políticos, económicos,

⁶⁷ Por ocasião da independência, instituiu-se em Singapura uma República Parlamentar com uma Democracia Representativa - meramente formal já que o *People's Action Party* (PAP) dominou sempre a política singapurense e Lee Kuan Yew, pai da independência e autoritário dirigente máximo do país, só deixou a chefia do Governo em 1990. Do ponto de vista económico, Singapura tornou-se, porém, num caso de extraordinário sucesso através de um modelo de “paternalismo desenvolvimentista estatal” orientado para as exportações. Do ponto de vista geopolítico, havia, efectivamente, uma conjugação de interesses entre Singapura e Washington e Londres: a posição estratégica de Singapura era valiosa para os EUA e o Reino Unido, enquanto o pequeno Estado-ilha queria garantir a sua soberania e a sua segurança, sobretudo, face às vizinhas Malásia e Indonésia, além de que dependia do patrocínio das potências comerciais e marítimas para o seu desenvolvimento baseado na internacionalização.

⁶⁸ Protectorado britânico desde 1888, o *Brunei* conservou sempre o regime de sultanato. Com a independência da Malásia e à semelhança de Singapura, os britânicos instituíram no Brunei um modelo de *self-government*, em 1959, salvaguardando a posição do Sultão. Recusando integrar a Federação da Malásia, o Brunei relegou também a plena independência para mais tarde: o pequeno sultanato, rico em petróleo, explorado desde 1929, receava o seu destino, em particular, face à Malásia e à Indonésia, poderosos vizinhos que possuíam territórios na Ilha do Bornéu que o cercavam, preferindo manter-se, assim, no seio do Império britânico. Além disso, sob a protecção britânica, a situação do Sultão era confortável, dominado verdadeiramente quer a política quer os negócios do país que, entretanto, se tornou num dos Estados mais ricos do mundo, numa base *per capita*, graças ao seu petróleo. Só em 1 de Janeiro de 1984 é que o Brunei se tornou independente, proclamando um Sultanato Islâmico.

sócio-culturais e também militares, que as ameaças à segurança podem advir tanto de “dentro” como de “fora”, estando ambos os níveis frequentemente inter-conectados e que a abordagem da segurança tem de ser multidimensional (ver Anwar, 1998), numa inovadora noção de “segurança completa” que depois seria transposta também para o quadro ASEAN; e, fundamentalmente, passou a fazer alinhar a Indonésia com o “bloco” Ocidental e os EUA, ao mesmo tempo que liderava o processo de regionalismo anti-comunista no Sudeste Asiático por intermédio da ASEAN. Alguns anos mais tarde, já a Indonésia de Suharto invadia Timor-Leste com o apoio dos EUA e da Austrália e a passividade colaborante da generalidade do “Mundo Livre”.

O regionalismo no Sudeste Asiático tinha tido uma primeira expressão com a formação da Associação do Sudeste Asiático (AAS/ASA), em 1961, entre a Tailândia, as Filipinas e a Federação Malaia e, depois, com a tentativa de criação, em 1963, da MAPHILINDO juntando a Malásia, as Filipinas e a Indonésia de Sukarno. Porém, foi com a criação da *Associação das Nações do Sudeste Asiático* (ASEAN), em 8 de Agosto de 1967, agrupando a “nova” Indonésia de Suharto, as Filipinas, a Tailândia, a Malásia e Singapura independente que o processo de regionalismo aqui se desenvolveu. Criada com o objectivo de «*acelerar o crescimento económico, o progresso social e o desenvolvimento cultural... promover a paz e a estabilidade regional...e promover a colaboração activa e a assistência mútua*»⁶⁹, a ASEAN apontava virtualmente no sentido de uma maior “independência” e da “neutralidade” do Sudeste Asiático como reafirmam, por exemplo, a *Declaração de Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade* (ZOPFAN) assinada em Kuala Lumpur, em Novembro de 1971 ou o *Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático* de Fevereiro de 1976 que institucionaliza os princípios orientadores da ASEAN⁷⁰ baseados na Carta das Nações Unidas e nos Princípios de Bandung.

A realidade é que a ASEAN, liderada pela Indonésia de Suharto, tinha também uma clara orientação anti-comunista visando, tal como as Comunidades Europeias na Europa, a cooperação regional entre os países anti-comunistas do Sudeste Asiático. Apesar da retórica de neutralidade, todos eles mantiveram esse alinhamento: por um lado, porque os EUA e o “Ocidente” eram preciosos para garantir quer a sustentação dos seus regimes autoritários com base no anti-comunismo quer auxílio económico quer ainda acesso aos prósperos mercados Ocidentais para onde estes países escoavam a sua produção numa

⁶⁹ ASEAN (1967)- *ASEAN Declaration (Bankok Declaration)*, 8 de Agosto de 1967.

⁷⁰ «- *Respeito mútuo pela independência, soberania, igualdade, integridade territorial e identidade nacional de todas as nações*; - *O direito de cada Estado prosseguir a sua existência nacional livre de interferência, subversão ou coerção externa*; - *Não interferência nos assuntos internos uns dos outros*; - *Resolução das diferenças ou disputas por meios pacíficos*; - *Renúncia à ameaça ou uso da força*; e - *Efectiva cooperação entre os próprios*». Ver ASEAN (1976)-*Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia*, Bali-Indonésia, 24 de Fevereiro de 1976).

base de “não reciprocidade”; por outro, porque isso lhes dava mais segurança perante a crescente pressão da RPChina, da URSS e do próprio Vietname na Indochina e da permanente instabilidade nessa sub-região vizinha - quando, por exemplo, o Kampuchea ameaçou a Tailândia reivindicando territórios, em 1975-76, a Malásia, a Indonésia e os EUA prometeram auxiliar Bangucoque em caso de agressão. Ou seja, o desenvolvimento da cooperação regional intra-ASEAN fez-se, de facto, largamente numa lógica anti-comunista e debaixo do “chapéu americano”.

Exemplo cabal do “peso” da bipolaridade, do “esquecimento” dos Princípios de Bandung e do “conluio” entre a Indonésia de Suharto e os EUA foi a invasão e ocupação de Timor-Leste, desencadeada em 7 de Dezembro de 1975. Após meses de convulsões políticas no “Timor Português”⁷¹, tinha rebentado uma guerra civil entre as várias facções timorenses⁷², ganha pela Força Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) de base comunista e que declarou a independência de Timor-Leste, em 28 de Novembro de 1975. Dez dias depois, instrumentalizando a “crueldade da situação humanitária” e um suposto “apelo” timorense, Suharto ordenava ao Exército indonésio a invasão do território, anexando Timor-Leste como 27ª Província da Indonésia (designada “Timor Timur”) e impondo aí uma política de ocupação genocida⁷³.

O verdadeiro pretexto que permitiu ao regime de Suharto colher o apoio e/ou a passividade dos governos do auto-denominado “Mundo Livre” foi travar o rastilho comunista que emergia em Timor-Leste pela mão da FRETILIN. Efectivamente, coincidindo com a derrota e saída americana da Indochina e a conseqüente queda do Vietname do Sul, do Laos e do Camboja para o domínio comunista (como veremos adiante), a localização estratégica e o estatuto regional da Indonésia tornavam-na «o principal baluarte susceptível de travar este avanço

⁷¹ Portugal era, desde o início do Século XVI, a potência colonial de Timor-Leste (ver Capítulo III.2.2.), pertencendo agora a parte Ocidental da ilha de Timor à Indonésia - província de Nusa Tenggara Timur - desde a independência arrancada à Holanda. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, Portugal deu início aos processos de descolonização, incluindo Timor-Leste: em Julho de 1975, Lisboa adoptou legislação (Lei 7/75) prevendo um plano que passava pela realização de eleições gerais para um Governo de transição e uma consulta popular contemplando três hipóteses - independência, manutenção da ligação a Portugal ou associação livre a um terceiro Estado. Contudo, com Portugal enredado na transição democrática, o novo e recém-chegado Governador português Lemos Pires não só não recebia indicações precisas de Lisboa como não dispunha no território de forças suficientes para garantir a ordem perante a tensão política e social crescente entre os vários movimentos políticos timorenses que tinham surgido no território com objectivos completamente antagónicos.

⁷² A União Democrática Timorense (UDT), que advogava a manutenção da ligação a Portugal; a Associação Social Democrata Timorense (ASDT) que, posteriormente, se passou a designar Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), de base marxista-leninista, apologista da independência imediata e principal núcleo das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL); e a Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), favorável à integração na Indonésia.

⁷³ A tentativa indonésia de eliminar, definitivamente, a resistência, bem como a reestruturação forçada da sociedade timorense, levou os militares e as milícias indonésias a recorrer a campanhas brutais de “cerco e extermínio” – estimando-se que cerca de 200 mil timorenses tenham sido mortos até 1980, o que correspondia a quase um terço da população de Timor-Leste na altura da invasão -, a implementar uma vasta política de transmigração de colonos javaneses e à mais completa apropriação dos recursos timorenses.

em catadupa do comunismo internacional na Ásia e de defender, assim, o “mundo livre”» (Magalhães, 1999: 118). A isto juntavam-se outros interesses como o trânsito de submarinos nucleares entre o Pacífico e o Índico, as reservas petrolíferas do Mar de Timor, a defesa da minoria católica no maior país muçulmano do mundo ou as relações comerciais com a Indonésia e o grupo ASEAN (Pureza, 2003a: 7). Por isso, em nome da *realpolitik* e do *containment*, a agressão indonésia contou com o efectivo apoio dos EUA - como confirmam documentos, entretanto, desclassificados⁷⁴ - e da vizinha Austrália, interessada nos despojos do Mar de Timor⁷⁵, bem como com a “passividade colaborante” do resto do alegado “mundo livre” assistindo-se, durante décadas, à mais pura arte hipócrita de “não decidir”⁷⁶.

O povo timorense ficou, assim, praticamente isolado, mas sem que a resistência esmorecesse nem claudicasse. Xanana Gusmão reagrupou a FRETILIN e as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) e reiniciou uma longa luta armada contra os ocupantes indonésios, com o apoio da população e da Igreja Católica

⁷⁴ Na véspera da invasão, o Presidente Ford e o Secretário de Estado Kissinger visitaram Jacarta, dando cobertura à acção indonésia, apesar de o terem sucessivamente negado. A *Commission for Reception, Truth and Reconciliation* ou Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) de Timor-Leste foi criada, em 2001, pelas Nações Unidas e por Dili para fazer o levantamento de todas as atrocidades cometidas durante a ocupação indonésia. Em Janeiro de 2006, o então Presidente timorense, Xanana Gusmão, entregou ao então Secretário-Geral da ONU, Koffi Annan, o Relatório onde aquela Comissão afirma «*The Commission finds that the United States of America...its political and military support were fundamental to the Indonesian invasion and occupation (...) The support of the United States was given out of a strategically-motivated desire to maintain a good relationship with Indonesia, whose anti-communist regime was seen as an essential bastion against the spread of communism*». De acordo com um dos documentos citados, o Presidente Ford terá assegurado a Suharto, em Jacarta, em 6 de Dezembro de 1975, i.é, no dia anterior à invasão, que «*we will understand and will not press you on the issue*», enquanto Kissinger terá pedido para que os indonésios atrasassem a invasão até ao regresso de Ford aos EUA e expressado que «*It is important that whatever you do succeeds quickly*». (Ver Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação [CAVR]). Entretanto, o US National Security Archive lançou, desde 2002, o *The Indonesia /East Timor Documentation Project* onde se compilam e disponibilizam publicamente online uma série de documentos desclassificados. O mesmo National Security Archive já disponibilizara anteriormente documentos alusivos a esse período, continuando hoje a fornecer novos dados à medida que os documentos vão sendo desclassificados. Ver USA, The National Security Archive - *The Indonesia /East Timor Documentation Project*; ver também, incluso, Burr e Evans (2001) - *East Timor Revisited. Ford, Kissinger and the Indonesian Invasion, 1975-76. December 6, 2001. National Security Archive Electronic Briefing Book No. 62.*

⁷⁵ A Austrália seria mesmo o único país a reconhecer, oficialmente, a anexação de Timor-Leste pela Indonésia. Após conversações exploratórias realizadas em Camberra, em Dezembro de 1978, as negociações entre a Austrália e a Indonésia visando delimitar fronteiras no Mar de Timor iniciaram-se em Março de 1979, vindo a culminar uma década mais tarde num tratado bilateral que instituiu uma zona de cooperação entre ambas na plataforma continental de Timor-Leste.

⁷⁶ Efectivamente, embora várias resoluções quer do CS quer da AG da ONU tenham, expressamente, condenado a invasão indonésia e exigido a sua retirada do território, reconhecido Portugal como a potência administrante de Timor-Leste e apelado ao respeito pelo direito do povo timorense, a Comunidade Internacional, muito pela acção dos países ditos do “Mundo Livre”, foi incapaz de decidir e agir em conformidade, relegando a questão de Timor para a prateleira das questões sensíveis que envergonham e se tentam fazer esquecer, apenas com Portugal a manter-se como a voz diplomática dos direitos de Timor-Leste, coadjuvado, diga-se, pelos países africanos de expressão portuguesa, pela diáspora timorense e por alguns “movimentos peregrinos”. Sobre o percurso do alheamento internacional da questão de Timor até 1999 ver, p.ex., Magalhães, 1999; Monteiro, 2001; e Pureza, 2003a.

timorenses, para desespero de Jacarta que pretendia dar por encerrada a ocupação por via do facto consumado.

Caso distinto mas, igualmente, paradigmático da impossível neutralidade no Sudeste Asiático é o da antiga Indochina Francesa, onde as coisas se passaram muito longe do previsto pelos Acordos de Genebra: no Norte do Vietname, Ho Chim Minh eliminou rapidamente o que restava das “classes sociais” que se opunham à plena “colectivização”, cristalizando o regime comunista; no Sul, o Primeiro-Ministro Ngo Dinh Diem promoveu um golpe de Estado, em Outubro de 1955, obrigando o Imperador Bao Dai a abdicar, proclamando a *República do Vietname* e recusando-se a fazer o referendo previsto em Genebra, cristalizando um regime autoritário anti-comunista com o apoio financeiro e militar dos Estados Unidos, o que instigou a criação da Frente Nacional para a Libertação do Vietname (FNLV) que iniciou uma luta de guerrilha com o apoio de Hanói. Em 2 de Novembro de 1963, Diem foi assassinado, em Saigão, por um vietnamita; três semanas depois, o Presidente Kennedy era assassinado em Dallas: dois actores-chave desaparecem, portanto, num momento crítico. O novo Presidente Lyndon Johnson opta por manter o apoio dos EUA a Saigão⁷⁷, promovendo uma rápida escalada no conflito. A razão para isto tinha sido há muito antecipada em Washington: o próprio Presidente Kennedy declarara numa das suas últimas conferências de imprensa que «*abdicarmos do nosso esforço significaria o colapso não somente do Vietname do Sul mas de todo o Sudeste Asiático. Por isso, vamos manter-nos lá*» (cit. in Ambrose, 1991: 208-209). Num espírito de “cruzada” anti-comunista iniciava-se, assim, a Segunda Guerra da Indochina ou Guerra do Vietname.

O saldo desta guerra seria, contudo, um tremendo fracasso para os EUA: o seu extraordinário poderio militar e a destruição e a mortandade infligidas⁷⁸ não chegaram para vergar os vietnamitas. Incapazes de vencer e de suster a crescente contestação da opinião pública interna e internacional, os americanos acabaram por ter de retirar da Indochina sob o trauma da derrota, em Abril de 1975. O Vietname ficava, assim, unificado sob o domínio comunista assumindo, no ano seguinte, a designação oficial de *República Socialista do Vietname*. Mas não foi só, pois no mesmo ano os outros países da Indochina também caíam sob domínio comunista: no Camboja, em Abril, as forças do Partido Comunista do Kampuchea (ditos *Khmers Vermelhos*) de Pol Pot conseguiram a rendição do Governo

⁷⁷ Confirmado pelo célebre “Memorando 273” do *National Security Council* (NSC) de 26 de Novembro de 1963. Ver USA. NSC, 1963.

⁷⁸ Os EUA chegaram a dispor na Indochina de mais de meio milhão de soldados ao lado do Exército sul-vietnamita e de forças residuais de outros países (Tailândia, Austrália, Nova Zelândia e Coreia do Sul), submetendo o Vietname à maior campanha de bombardeamentos da História Militar (inclusive, com bombas *napalm*), além de outras operações efectuadas no Camboja e no Laos. Em onze anos de Guerra (1964-1975), perderam a vida cerca de 55.000 soldados americanos, 4400 sul-coreanos, 500 australianos, 350 tailandeses e 55 neo-zelandeses, enquanto o Vietname ficou completamente arrasado e contando mais de dois milhões de mortos, entre combatentes e não-combatentes.

liderado por Lon Nol – que, cinco anos antes, tinha deposto o Príncipe Norodom Sihanouk e proclamado a República Khmer, com apoio americano – e instauraram o chamado *Kampuchea Democrático*, fortemente apoiado por Pequim; no Laos, o Pathet Lao liderado por Kaysone Phomvihane e apoiado por Hanói forçou a abdicação do Rei Souvanna Phouma e do Governo Constitucional, em Dezembro de 1975, instituindo a *República Popular Democrática do Laos* enfeudada ao Vietname. Parecia, portanto, o “efeito dominó” contra o qual os EUA se opunham desde o início da Guerra Fria.

IV.2. A “dupla Guerra Fria” e o eixo Washington-Moscovo-Pequim

Ao mesmo tempo que os americanos se enterravam no “pântano” do Vietname e se desenrolava a disputa bipolar EUA-URSS, um novo grande confronto internacional emergia entre a China Popular e a União Soviética - pelo que do início dos 1960 até ao final dos anos 1980, a Ásia Oriental conviveu com uma autêntica “dupla Guerra Fria”. Aproveitando a cisão entre as grandes potências comunistas, a Administração Nixon jogou a sua “cartada chinesa”, o que introduziu no xadrez asiático e internacional um novo figurino triangular. Embora a ideia de que as relações internacionais na Ásia-Pacífico entraram num «*período de tripolaridade*» (Yahuda, 1996 e 2004) seja algo exagerada, a nova dimensão do eixo Washington-Moscovo-Pequim produziu, de facto, impactos sensíveis em todo o ordenamento internacional, em particular, na Ásia-Pacífico.

IV.2.1. Conflito Sino-Soviético e “Cartada Chinesa”

Tanto antes como depois da proclamação da RPC e da aliança sino-soviética, Mao conduziu sempre o PCC e a China Popular de forma independente da URSS: afinal, não só o próprio Mao disputava a Estaline o estatuto de grande líder do movimento comunista mundial como a China era demasiado vasta e orgulhosa para ser um parceiro submisso da política soviética. Isto dava à relação entre Moscovo e Pequim um grande potencial de desunião, a que a destalinização à moda de Krushev forneceu a ocasião. De facto, as rivalidades pessoais e, depois, ideológicas e nacionais, ganharam proeminência com a subida de Krushev ao poder no PCUS e na URSS⁷⁹, com o maoísmo a transformar-se numa espécie de “estalinismo anti-soviético”. A disputa ideológica brotou das origens e experiências dos dois Partidos e dos dois Estados Comunistas mas foi, sobretudo, a partir do XX Congresso do PCUS, em Fevereiro de 1956, que as divergências vieram ao de cima:

⁷⁹ Depois da morte de Estaline, em Março de 1953, a União Soviética viveu um curto período de “direcção colegial”, com o poder repartido entre as estruturas do PCUS e do Estado e personalidades como Beria, Malenkov, Kaganovitch, Molotov, Bulganine e Krushev. Porém, tirando partido do cargo de Primeiro Secretário do PCUS (1953-1964), Krushev impôs-se aos demais camaradas como grande sucessor de Estaline na liderança da URSS.

enquanto Krushev implementava o seu “Novo Rumo”, Mao condenava a destalinização e apresentava-se como o guia avançado da revolução comunista mundial. A seguir, apesar de ter apoiado a intervenção soviética na Hungria (Novembro de 1956), Pequim abandonava os Planos Quinquenais e lançava a China no trágico “Grande Salto em Frente” (1958-1961)⁸⁰. Nos anos que se seguem, os comunistas chineses e soviéticos trocam acusações de “revisionismo”.

Às questões pessoais e ideológicas juntaram-se os assuntos de Estado. Pequim temia que a “doutrina da Coexistência Pacífica” de Krushev sacrificasse os interesses da China Popular, o que começou a ser severamente testado. Primeiro, a URSS não apoiou a RPC nas crises do Estreito de Taiwan de 1954 e 1958/1960, o que significava para Mao que os soviéticos “pactuavam” com os EUA na manutenção da divisão da China. A seguir, em 1959-60, Pequim viu os soviéticos renegarem, além de toda a ajuda económica e técnica, também o anterior compromisso de auxiliarem a RPChina no desenvolvimento de armas nucleares para, logo depois, a mesma liderança soviética recuar na “Crise dos Mísseis de Cuba”, em Outubro de 1962: Mao criticou duramente Krushev, alargou à URSS a sua célebre expressão de *tigres com garras de papel* e acusou Moscovo de abandonar a estratégia revolucionária mundial, procurando a paz com os americanos a qualquer preço num “movimento revisionista e contra-revolucionário”. Em Outubro de 1964, a China Popular experimentaria com sucesso a sua bomba atómica, mas obtida pelos seus próprios meios. A cisão sino-soviética interligou-se depois à conflitualidade sino-indiana⁸¹ e indiano-paquistanesa, com o relacionamento entre a Índia e a URSS a fortalecer-se numa lógica anti-RPChina (em 1971, Moscovo e Nova Deli assinariam mesmo um Tratado de Amizade e Cooperação), enquanto a RPChina e o Paquistão se aliavam perante a mesma inimiga Índia⁸² - o que significa também que, desde o início dos anos 1960, a RPChina e os EUA passavam a ter no Paquistão um aliado comum, se bem que com motivações muito distintas. Entretanto, os dirigentes chineses tinham começado a apresentar reivindicações territoriais baseadas na denúncia dos tratados “desiguais” e a acusar os soviéticos de ambições imperialistas e de ingerência subversiva nalgumas áreas chinesas como o Xinjiang, a Mongólia Interior e a Manchúria.

⁸⁰ Imposta com enorme brutalidade, esta iniciativa foi um desastre económico, resultando no que os autores do “Livro Negro do Comunismo” descrevem como «a maior fome da História», provocando entre 20 milhões e 43 milhões de mortes. Ver Courtois *et al.*, 1998: 552-561.

⁸¹ Depois da Índia acolher no seu território o Dalai Lama e dezenas de milhares de tibetanos fugidos da repressão chinesa de 1958-59, intensificando as disputas fronteiriças e a tensão mútua, as relações entre a China Popular e a Índia deterioraram-se a tal ponto que, em Outubro-Novembro de 1962, ocorreu mesmo uma breve guerra entre elas, tendo a URSS acabado por se encontrar virtualmente ao lado dos indianos: escassos meses antes, tinha fornecido à Índia caças-bombardeiros *Mig 21*.

⁸² Em 1963, Pequim e Islamabad efectuaram uma “troca” de territórios na região da Caxemira reivindicada pela Índia e, em 1965 e 1971, por ocasião das Segunda e Terceira Guerras Indiano-Paquistanesas, a RPChina apoiou material e diplomaticamente o Paquistão, ameaçando abrir uma nova frente na guerra contra a Índia.

É neste quadro que os dirigentes chineses articulam, desde o início dos anos 1960, a sua “Teoria dos Três Mundos”, particularmente bem sintetizada mais tarde por Deng Xiaoping em nome de Mao: «*Em resultado da emergência do Social-Imperialismo, o campo Socialista que existiu durante algum tempo após a Segunda Guerra Mundial já não existe.... o mundo actual comporta três partes, ou três mundos... Os Estados Unidos e a União Soviética formam o Primeiro Mundo. Os países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina e outras regiões formam o Terceiro Mundo. Os países desenvolvidos entre estes dois formam o Segundo Mundo (...) A China pertence ao Terceiro Mundo (...) Estamos convencidos de que se os países e povos do Terceiro Mundo fortalecerem a sua unidade... ficarão aptos a arrancar incessantemente novas vitórias*»⁸³. Pequim hostilizava, simultaneamente, os EUA e a URSS e lançava um repto revolucionário contra as duas superpotências, mas era a última que representava, agora, a principal ameaça para a RPChina.

Com a destituição de Krushev por alegadas “razões de saúde”, em Outubro de 1964, a hostilidade sino-soviética parecia poder abrandar⁸⁴: a ruptura era, porém, demasiado profunda. O sucessor L. Brejnev impôs o “comunismo de *nomenklatura*” e repôs os mecanismos de centralização económica e política mas, na análise chinesa, desenvolveu-se dentro da URSS uma “nova burguesia”. Foi, em grande medida, para evitar um desvio semelhante que Mao lançou a *Grande Revolução Cultural Proletária* (1966-1976), alegada expressão da vontade das massas populares contra a superestrutura aburguesada e que colocou a China à beira da anarquia, naturalmente, muito criticada por Moscovo. As relações diplomáticas nunca foram oficialmente suspensas, mas a RPC e a URSS reforçaram os respectivos dispositivos militares junto à vasta fronteira comum, com os soviéticos a deslocarem também forças para a Mongólia ao abrigo do Tratado de Segurança mútuo celebrado em 1966. Em 1967, os “Guardas Vermelhos” maoístas chegaram a atacar a Embaixada Soviética em Pequim, no mesmo ano em que a China Popular fazia explodir a sua bomba H, enquanto a URSS e os EUA criavam o Tratado de Não Proliferação Nuclear. No ano seguinte, o alarme anti-soviético passou a soar mais alto na RPChina, em virtude da intervenção do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia e da proclamação da *Doutrina Brejnev*, apelidada por Mao, tal como por Tito, de “Doutrina da Soberania Limitada”.

As tensões junto à fronteira comum escalariam mesmo para o conflito militar directo: entre Março e Setembro de 1969, forças soviéticas e chinesas envolveram-se em confrontos – nomeadamente, em torno de uma ilha apelidada de Zhenbao pelos chineses e de

⁸³ Deng Xiaoping, 1974. Embora enunciada por Mao desde o início dos anos 1960, o texto mais conhecido sobre a “Teoria dos Três Mundos” chinesa é, de facto, este discurso de Deng Xiaoping perante a Assembleia-Geral da ONU, em 10 de Abril de 1974, enquanto Chefe da Delegação da RPChina.

⁸⁴ Por exemplo, logo no mês seguinte, Zhou Enlai (Primeiro-Ministro chinês) deslocou-se a Moscovo e, em Fevereiro de 1965, foi Kossyguine (Primeiro-Ministro soviético) a Pequim.

Damansky pelos soviéticos, disputada no Rio Ussuri - que terão provocado dezenas de mortos dos dois lados. A China Popular e a União Soviética encontram-se, então, à beira de uma verdadeira guerra e Moscovo elaborou mesmo planos para levar a cabo ataques nucleares táticos (Yahuda, 1996: 62; Alagappa, 1998: 93). A crise militar só terminou após a passagem do PM Soviético Kossyguine por Pequim, em Setembro desse ano, no regresso do funeral de Ho Chi Minh: o clima de confrontação manteve-se, porém.

O conflito sino-soviético fragmentou o “mundo comunista”, disputando Moscovo e Pequim “clientelas” tanto de governos como das várias guerrilhas e partidos comunistas: a “dissidência” aberta da RPChina seria, por exemplo, encarnada na Europa pela minúscula e estalinista Albânia de Enver Hodja ou na Indochina pelos Khmers Vermelhos de Pol Pol, bem como por uma série de pequenos partidos e associações de intelectuais e estudantes espalhados por todo o mundo.

A confrontação sino-soviética não podia deixar de interessar aos Estados Unidos. Contudo, as Administrações Eisenhower, Kennedy e Johnston não a exploraram e só com o advento da Administração Nixon é que os EUA tiraram partido do conflito entre as duas potências comunistas, conectando a aproximação à RPChina à disputa bipolar e também à situação na Indochina.

A tarefa de libertar os EUA do “pântano do Vietname” foi assumida como prioritária pela Administração Nixon⁸⁵, eleita em 1968: a Guerra Fria e a política de *Containment* tinham empurrado os Estados Unidos para um envolvimento universal em nome do anti-comunismo e era esta estratégia que precisava de ser reconsiderada à luz do trauma do Vietname. Por isso, o novo Presidente Americano apressou-se a enunciar, em Julho de 1969, na base naval de Guam, no Pacífico, os novos critérios que pautariam o envolvimento americano, naquilo que ficaria conhecido por “Doutrina Nixon”⁸⁶. Sem abandonar o *Containment* mas

⁸⁵ De facto, esta Administração Americana procurou, incessantemente, uma saída menos humilhante do Vietname através de um compromisso político. Em Julho de 1969, o próprio Presidente Nixon enviou uma carta a Ho Chi Minh apelando à resolução do conflito sem, todavia, obter uma resposta positiva do líder norte-vietnamita que, entretanto, morreria no mês de Setembro seguinte. Os esforços da Administração Americana conduziram mesmo aos Acordos de Paz de Paris, em Janeiro de 1973 (negociados desde 1969 e que valeriam, inclusivamente, o Prémio Nobel da Paz a Kissinger e Le Duc Tho, negociador e membro do Politburo vietnamita que, todavia, se recusaria a receber o Prémio), se bem que a guerra ainda se tenha prolongado por mais dois anos.

⁸⁶ Reflectindo sobre os envolvimento militares dos EUA desde o fim da II Guerra Mundial e a situação no Vietname, Nixon (1969) estipulou «*três princípios orientadores para a futura política americana na Ásia*:
- Primeiro, os EUA manteriam todos os compromissos assumidos;
- Segundo, providenciaremos um escudo se uma potência nuclear ameaçar a liberdade de uma nação nossa aliada ou de uma nação cuja sobrevivência considerarmos vital para a nossa segurança;
- Terceiro, nos casos envolvendo outros tipos de agressão, nós forneceremos a assistência militar e económica quando solicitada de acordo com os nossos compromissos nos tratados. Mas esperamos que seja a nação directamente ameaçada a assumir a responsabilidade primordial de dar os meios humanos para a sua defesa». Evidentemente, à luz deste terceiro critério, a ideia de substituir no Vietname os militares americanos pelos muito frágeis “meios humanos” vietnamitas, ficando os EUA na “retaguarda”, só poderia conduzir à retirada

recusando o espírito de cruzada anti-comunista e baseada na mais pura *realpolitik*, esta Administração assumiu o “interesse nacional” como preceito orientador da política externa e de segurança dos EUA e também como principal critério para julgar os adversários desenvolvendo, conseqüentemente, a política de “Articulação” (*Linkage*) na direcção da URSS: «A ideia era enfatizar as áreas em que a cooperação era possível e usar essa cooperação como alavanca para modificar o comportamento soviético em áreas em que os dois países se encontrassem em conflito» (Kissinger, 1996: 622). Na visão Nixon-Kissinger seria crucial, então, arranjar um incentivo forte para a moderação soviética, sob pena da “articulação”, baseada nos respectivos interesses, conduzir apenas à expansão da URSS. Esse extraordinário incentivo encontrou a Administração Nixon na aproximação à RPChina: «Excluir das opções diplomáticas da América um país com a dimensão da China significava que a América estava a agir internacionalmente com uma mão presa atrás das costas. Estávamos convencidos de que o aumento das opções da política externa da América abrandaria, em vez de endurecer, a posição de Moscovo» (ibid.: 629). O desanuviamento com Moscovo e a abertura a Pequim eram, portanto, as duas faces da mesma moeda, fazendo Washington explicitamente um convite a cada uma das grandes potências comunistas para se moderarem e melhorarem as suas relações com os Estados Unidos⁸⁷. A Administração Nixon toma, então, uma série de iniciativas unilaterais para demonstrar a mudança de atitude dos EUA em relação à China Popular: por exemplo, abandonando a retórica hostil anti-Pequim, levantando a proibição dos americanos viajarem para a RPC e uma série de restrições comerciais e iniciando contactos bilaterais “oficiosos”. Em Julho de 1971, o então *National Security Advisor* e depois Secretário de Estado H. Kissinger deslocou-se, secretamente, a Pequim – “desaparecendo” durante uma visita oficial ao Paquistão - para promover as relações bilaterais e negociar a “substituição” de Taipé por Pequim nas Nações Unidas. A aproximação à RPC implicava, necessariamente, começar a abrir mão de Taiwan e, em 25 de Outubro de 1971, a AGNU aprovava a Resolução 2758 pela qual a RPChina se tornava na “única representante legal da China na ONU”⁸⁸. O

americana da Indochina e, conseqüentemente, à queda do Vietname do Sul, do Laos e do Camboja para o “campo” comunista.

⁸⁷ «Na medida em que tanto a China como a União Soviética pensavam necessitar da boa vontade da América ou temiam uma jogada americana a favor do adversário, ambas tinham um incentivo para melhorarem as suas relações com Washington. E a ambas tinha sido afirmado o mais claramente possível que o requisito prévio para o estabelecimento de laços mais profundos com Washington era evitar ameaçar interesses vitais americanos» (Kissinger, 1996: 632-633).

⁸⁸ Dado que a questão foi considerada como de credenciais sobre a representação da China, membro fundador desde 1945, e não de adesão de um novo país à Organização foi possível, assim, ultrapassar o Conselho de Segurança onde, obviamente, Taipé usaria o seu veto e os EUA teriam dificuldades em justificar se não o fizessem também. Quanto à URSS, apesar da hostilidade face a Pequim, não poderia deixar de apoiar a entrada da China comunista, apresentando isto como uma grande vitória de Moscovo. Oficialmente, a Casa Branca tentou fazer admitir a tese das “duas Chinas” e o Governo de Taipé foi convidado a manter na ONU uma representação própria, embora já não como representante da China, o que Chang Kai-Shek recusou. Embora a ONU afirme orgulhar-se de nunca ter “expulso” nenhum Estado membro, na prática, Taiwan acabava “expulso”

epílogo desta aproximação ocorreu com a viagem que o próprio Presidente Nixon efectuou à *Mainland China*, de 21 a 27 de Fevereiro de 1972, no que se pode considerar como o reconhecimento *de facto* da RPC pelos EUA: no final desta visita histórica, a primeira de um Presidente Americano à China, Mao e Nixon assinaram o famoso “Comunicado de Shangai” que se destinava a orientar as relações sino-americanas no futuro (USA-PRChina, 1972). Ou seja, no curto espaço de três anos, as relações entre Washington e Pequim evoluíram da hostilidade para uma frente comum na contenção da ameaça soviética: «o que os dirigentes chineses pretendiam era que a América lhes assegurasse que não cooperaria com o Kremlin na concretização da doutrina Brejnev; o que Nixon precisava de saber era se a China estaria disposta a cooperar com a América para afastar a ofensiva geopolítica soviética» (Kissinger, 1996: 634).

A “doutrina Nixon” conduziria a um relativo “recuo” dos EUA na Ásia Oriental: ao longo dos anos 1970, as sucessivas Administrações Americanas (Nixon, Ford e Carter) iriam retirar da Indochina, pôr fim ao relacionamento oficial e à aliança com Taiwan, dissolver a SEATO (em 30 de Junho de 1977), retirar o dispositivo nuclear estratégico da Coreia do Sul e reduzir os seus contingentes militares na Coreia, no Japão, nas Filipinas e na Tailândia. Porém, confortados pelo sucesso da “cartada chinesa”, Washington sabia que ao retirar do Vietname a Indochina não ficaria simplesmente à mercê do domínio soviético, uma vez que a China Popular tinha todo o interesse e estava mais do que nunca empenhada em conter a URSS naquela região, como se veria logo a seguir na Terceira Guerra da Indochina.

IV.2.2. A “aliança às avessas” Sino-Americana

De facto, logo após a saída americana da Indochina, a região entrou de novo em convulsão, desta vez, por via da rede de hostilidades entre a URSS e a RPChina, os Vietnamitas e os Khmers Vermelhos - que, entre 1975 e 1979, dizimou uma parte significativa, talvez 1/4 da população do *Kampuchea*, no chamado “genocídio cambojano”⁸⁹, incluindo a minoria vietnamita – e ainda a RPChina e o Vietname unificado⁹⁰.

das Nações Unidas (com Chang Kai-Shek, a facilitar, é certo) sendo o lugar da China entregue a Pequim que, então, não só se tornou membro da Organização e de todos os seus organismos e agências como, significativamente, assumiu a posição de Membro-Permanente do seu Conselho de Segurança. Os representantes comunistas da China tomaram os seus lugares na ONU, pela primeira vez, em 23 de Novembro de 1971.

⁸⁹ No período em que dominou o designado *Kampuchea Democrático* (1975-1979), o regime dos Khmers Vermelhos foi, de facto, de uma brutalidade ímpar. Impondo um sistema de “comunas”, subjugou a população cambojana a de todo o tipo de atrocidades, incluindo deslocações massivas e execuções sumárias por falar uma língua estrangeira, ser de uma etnia não-khmer, usar óculos ou ainda chorar os seus entes queridos “reaccionários”. Antigos empresários, proprietários ou funcionários foram eliminados com todos os seus familiares, tal como numerosos lealistas khmers vermelhos por não serem suficientemente “revolucionários”. Não existem dados absolutamente fidedignos sobre a real dimensão da tragédia e o número de vítimas que pereceram entre 1975 e 1979 no *Kampuchea*, mas as muitas estimativas – normalmente resultantes de cálculos

O Laos, também comum comunista desde 1975, já estava na esfera de Hanói, tendo estabelecido um Tratado de Amizade e Cooperação com o Vietname, em 1977, que oficializou a presença dos militares vietnamitas no seu território. Se o Camboja “trocasse de lado”, consumir-se-ia a ascensão do Vietname como grande potência na Indochina, auxiliando a URSS no *vis a vis* com os EUA no Sudeste Asiático e no “cerco” à RPChina. Procurando dissuadir represálias de Pequim, Moscovo fortaleceu, então, a aliança com Hanói: em 1978, o Vietname aderiu ao COMECOM e assinou com a URSS um Tratado de Amizade e Cooperação, oficializando a presença militar soviética em território vietnamita, concretamente, nas antigas bases americanas de Danang e Cam Ranh. Em 25 de Dezembro desse ano, o Vietname invadia o Kampuchea junto com as forças da *Kampuchean National United Front for National Salvation* (KNUFNS), criada por Hanói meses antes, rapidamente destituindo os Khmers Vermelhos e instalando em Phnom Phen um novo regime comunista mas agora pró-vietnamita e liderado por Heng Samrin que, em Janeiro de 1979, proclamou a nova *República Popular do Camboja* e celebrou com o Vietname um Tratado de Paz, Amizade e Cooperação.

A RPChina retaliou e, entre Fevereiro e Março de 1979, levou a cabo uma “lição punitiva” contra o Vietname (ver Carriço, 2006: 296-332) que pode ser descrita como um fracasso militar mas um sucesso estratégico: fracasso militar porque morreram cerca de 26.000 chineses - para 30.000 vietnamitas (ibid.: 328) – e não conseguiu levar o Vietname a retirar do Camboja; porém, ao atacar directamente o Vietname, mostrava ao mundo a disposição de confrontar a União Soviética e seus aliados, o que era particularmente importante para a nova liderança de Deng Xiaoping que, assim, reforçou a sua autoridade interna e externamente. A realidade é que Deng estava bastante confiante na não escalada soviética: em Janeiro de 1979, durante a visita que efectuou aos EUA por ocasião do estabelecimento

sobre as diferenças demográficas entre 1975 e 1979 - apontam sempre valores na ordem das largas centenas de milhares de mortos, variando entre o milhão e os três milhões de mortos. Ver, p. ex., CIA, 1980.

⁹⁰ Embora tanto Moscovo como Pequim tivessem apoiado os vietnamitas comunistas contra os americanos, a vitória e unificação do Vietname tinha significados diferentes: para a URSS, significava expulsar os EUA da Indochina e consolidar o “cerco” à China; para a RPChina, significava que tinha de impedir o domínio da Indochina pelo Vietname a fim de limitar o “cerco” soviético pelo seu flanco Sul/Sudoeste. Paralelamente, depois de também terem cooperado durante a Segunda Guerra da Indochina, o relacionamento entre os comunistas vietnamitas e cambojanos deteriorou-se logo que o Vietname se unificou e os Khmers Vermelhos tomaram o poder no Camboja: Pol Pot declarou não reconhecer as fronteiras “colonialistas” existentes e reivindicou a devolução de alguns territórios agora na posse de Hanói; perante a recusa do Vietname, o regime dos Khmers Vermelhos massacrou a minoria vietnamita existente no *Kampuchea* e efectuou limitadas incursões militares no território vietnamita. Ao mesmo tempo, a tensão entre o Vietname e a China agravou-se em função do apoio de Pequim ao Kampuchea, da suspensão chinesa de toda a ajuda económica ao Vietname (1976-1977), da perseguição de Hanói aos sino-vietnamitas da comunidade Hoa há Séculos presentes no Vietname e maioritariamente concentrados na área da antiga Saigão, nova HoChiMihn City; das desconfianças acrescidas de Hanói e de Moscovo perante a intensificação da cooperação entre Pequim e Washington e a subida ao poder de Deng Xiaoping na RPChina; e da disputa sino-vietnamita de territórios e áreas de soberania no Mar da China Meridional - nomeadamente, de ilhas dos arquipélagos Paracel e Spratleys anteriormente na posse do regime de Saigão -, contando-se por milhares os incidentes fronteiriços entre o Vietname e a RPC nesta época (ver Carriço, 2006: 308).

de relações diplomáticas oficiais entre Washington e Pequim, Deng disse ao Presidente Carter que «*Nós consideramos que é necessário pôr fim às vastas ambições dos Vietnamitas e dar-lhes uma lição apropriada ... Estimamos que a União Soviética não fará nenhuma grande acção. Penso que a nossa acção é limitada e não dará lugar a algo muito mais vasto*» (cit. in Xinhui, s/d). E, de facto, a URSS reagiu à represália chinesa ameaçando com as obrigações do Tratado soviético com o Vietname e exigindo à China para “parar antes que fosse tarde demais”, deslocando contingentes navais para a costa vietnamita e concentrando forças junto da fronteira chinesa – porém, não assumiu nenhuma acção militar directa contra a China, tal como Deng calculara.

Entretanto, os Khmers Vermelhos reagruparam e enveredaram por uma estratégia de guerrilha contra o ocupante vietnamita e o novo regime de Phnom Phen, a que se juntaram outros movimentos cambojanos não comunistas⁹¹. O Camboja mergulhou, assim, numa guerra que era, ao mesmo tempo, “civil”, de libertação e “por procuração” sino-soviética, situação que perduraria até ao fim da “dupla guerra fria”. No que respeita ao relacionamento sino-vietnamita, as tensões mantiveram-se também até final da década de 1980, chegando mesmo a registar-se novas escaramuças militares⁹².

A Terceira Guerra da Indochina espelhava o confronto RPChina-URSS mas também sinalizava que depois da visita de Nixon à RPChina, o que Pequim e Washington verdadeiramente procuravam era não apenas a normalização das suas relações mas a formação de uma «*aliança às avessas*» anti-soviética (Zorgbibe, 1990: 104-107). Em plena crise na Indochina, em Janeiro de 1979, os EUA e a RPChina oficializaram relações diplomáticas; antes disso, já Pequim fizera o mesmo com a Malásia (1974), as Filipinas e a Tailândia (1975) e o Japão (1972) com quem também celebrou o Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês (1978). A prática diplomática chinesa transformou-se, portanto, numa “frente unida” contra o “social-imperialismo” soviético: no início de Março de 1979, isto é, quando a

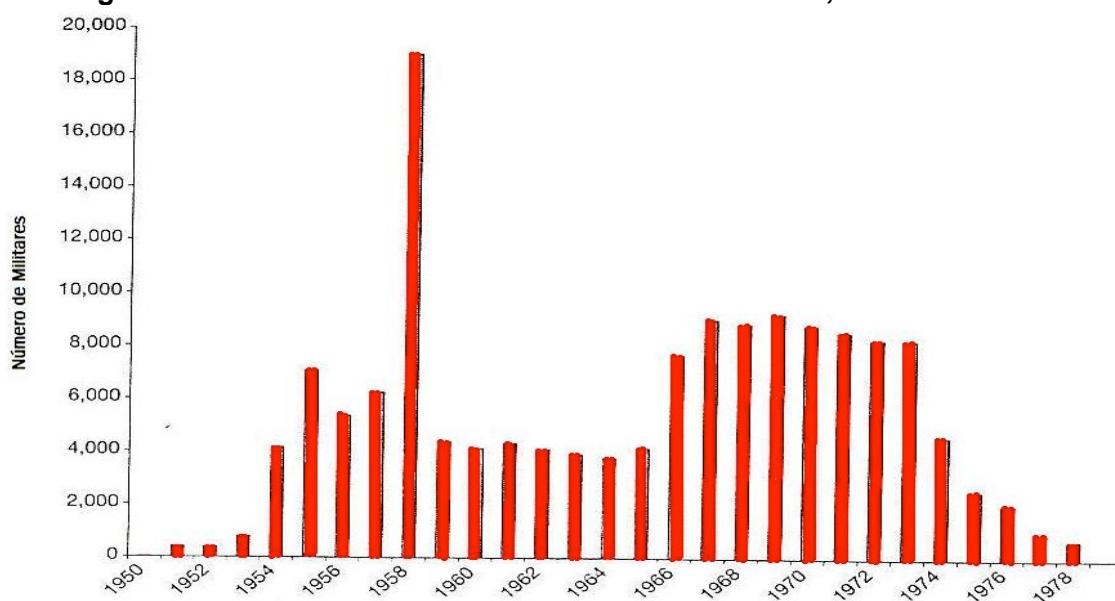
⁹¹ Com a criação da *Khmer People's National Liberation Front* (KPNLF), liderada por Son Sann (antigo Primeiro-Ministro cambojano no final dos anos 1960) e da FUNCINPEC (Front Uni National pour un Cambodge Indépendant, Neutre, Pacifique et Coopératif), formada pelo Príncipe Sihanouk (monarca deposto em 1970), ambas apoiadas pelos Estados Unidos, países ASEAN, Japão e restantes parceiros Ocidentais. O auxílio mais destacado à resistência cambojana era o chinês, secundado pelo tailandês, sendo a ajuda americana muito mais discreta: é que a principal força de resistência armada no interior do Camboja continuava a ser a dos khmers vermelhos, do genocida Pol Pot que só morreria em 1985. Mas a cooperação sino-americana-tailandesa, envolvendo ainda os restantes países ASEAN, era um facto, levando a uma conjugação de esforços que promoveria, em 1982, a Coligação Governamental do Kampuchea Democrático (CGDK), no exílio, resultado da aliança entre os movimentos “democráticos” KPNLF e FUNCINPEC e o comunista Partido Democrático do Kampuchea (PDK ou Khmers Vermelhos). Esta colaboração China-EUA-ASEAN seria essencial também para atribuir a este Governo no exílio a representação do Camboja nas Nações Unidas, em vez do governo pró-vietnamita da República Popular do Camboja, bem como para mobilizar o apoio da Comunidade Internacional às centenas de milhares de refugiados cambojanos que fugiram para a Tailândia.

⁹² Por exemplo, em Abril de 1984, quando a RPC bombardeou posições vietnamitas junto à fronteira terrestre comum ou, em 1988, quando navios chineses afundaram embarcações do Vietname matando mais de 70 marinheiros no *Johnson Reef*, Ilhas Spratleys.

RPChina “dava uma lição” ao Vietname, Deng não podia ser mais explícito ao afirmar que «*Não existe outro meio contra o expansionismo soviético que não seja uma união entre a China, o Japão, os Estados Unidos e a Europa... Realizemos, pois, esta união... Graças a isto, poderemos minar as actividades e todas as intenções da União Soviética*» (ibid.: 103-104).

Taiwan foi, evidentemente, vítima directa desta “aliança às avessas”. Em 1971, como referimos atrás, Taipé perdeu o lugar de representante da China na ONU para Pequim e, no ano seguinte, assistiu impotente à visita do Presidente Nixon à RPChina e ao “Comunicado de Xangai” onde os EUA não só afirmam que «*there is but one China and that Taiwan is a part of China*» como «*the ultimate objective of the withdrawal of all U.S. forces and military installations from Taiwan*» (USA-PRChina, 1972). E, de facto, a seguir Taiwan viu reduzir gradualmente a presença americana no seu território até à retirada completa ainda antes de, finalmente, ter de se conformar, alarmado, com o duplo fim da aliança e das relações oficiais com os EUA quando estes assinaram com a RPChina o “Comunicado Conjunto para o Estabelecimento de Relações Diplomáticas”, em 1 de Janeiro de 1979, então já pela mão de Deng Xiaoping e Jimmy Carter. Similarmente, Taiwan via o Japão e muito outros parceiros seguirem os americanos, transferindo o reconhecimento e as relações diplomáticas oficiais para Pequim.

Figura 2. Número de soldados Americanos em Taiwan, 1950-1979



Fonte: Fravel, 2007/08: p. 61 - Figura 3.

Ainda assim, Taiwan acabou por beneficiar da ambivalência americana em torno da política “uma China, formalmente, mas duas, na prática”, continuando protegido pelo “chapéu” americano: é que no mesmo dia em que formalizava relações diplomáticas com Pequim, a

Administração Carter submetia ao Congresso o *Taiwan Relations Act (TRA)* que seria aprovado em 10 de Abril de 1979. Neste documento interno, os EUA renunciavam, unilateralmente, ao Tratado de Defesa de 1954 com a República da China/Taiwan mas assumem «*considerar qualquer esforço para determinar o futuro de Taiwan por outra forma que não os meios pacíficos, incluindo boicotes ou embargos, uma ameaça à paz e à segurança da área do Pacífico Ocidental e uma grave preocupação para os Estados Unidos; fornecer Taiwan com armas de carácter defensivo, e manter a capacidade dos Estados Unidos resistirem a qualquer recurso à força ou outras formas de coerção que possam por em causa a segurança, ou o sistema económico e social, do povo em Taiwan*»⁹³. Ao abrigo do *Taiwan Relations Act*, os EUA continuaram a fornecer armamentos “defensivos” a Taiwan e a manter *de facto* a situação de “duas Chinas”. E tal como o *United States Liaison Office (USLO)* em Pequim servira para colmatar a ausência de representação americana diplomática na China Popular entre 1973 e 1978, o *American Institute in Taiwan* passou a funcionar, doravante, como a representação dos EUA em Taipé.

Entretanto, no meio deste processo, em 1975, o “pai” e “re-fundador” da República da China em Taiwan, o Generalíssimo Chang Kai-shek, faleceu, sucedendo-lhe o filho Chiang Ching-kuo⁹⁴.

IV.2.3. Entre a “Détente” e a “Guerra Fresca”

Se os EUA e a URSS continuavam inimigos irreductíveis, um conflito militar directo devia estar excluído em função da “destruição mútua garantida”, pelo que tinha de se ir além da simples confrontação e construir uma ordem mundial que, na medida do possível, estipulasse regras acordadas entre as superpotências e impostas a todos os outros. Esta é, sem dúvida, uma das grandes motivações para que Moscovo e Washington se empenhassem numa nova fase de desanuviamento, embora cada uma das superpotências tivesse outras motivações suplementares para a *détente* e o *condominium*⁹⁵. Por outro lado,

⁹³ USA (1979, 1 Janeiro)- *Taiwan Relations Act*: Secção 2, alínea b), pontos 4, 5 e 6.

⁹⁴ Chiang Ching-kuo assumiu, de imediato, a liderança do KMT e depois também a Presidência de Taiwan após um curto período (1975-1978) em que o cargo presidencial foi ocupado pelo antigo Vice-Presidente Yen Chia-kan.

⁹⁵ Os EUA precisavam de espaço para respirar, a fim de se libertarem do trauma do Vietname e construírem uma nova política externa e de segurança, a que se somavam outros problemas: a crise política interna na sequência do escândalo de *Watergate* que levaria à resignação do Presidente Nixon, em 1974; a subida vertiginosa dos défices orçamental e comercial americanos; e a primeira grande crise económica internacional pós-II Guerra Mundial, despoletada pela conjugação da desvalorização do dólar e a suspensão da sua convertibilidade em ouro, fazendo ruir o edifício das paridades fixas que vinha desde os Acordos de Bretton Woods e o “choque petrolífero” na sequência da guerra Israelo-Árabe do *Yom Kippour*, em Outubro de 1973 e da subida vertiginosa do preço do petróleo. Por seu lado, a URSS tinha também motivos fortes para procurar uma trégua devido ao conflito sino-soviético e às tensões e “dissidências” no seio do seu “bloco”, mas também porque a sua economia se revelava cada vez menos eficiente comparativamente às “economias capitalistas”, efeito agravado pela

embora seja sempre complexo estabelecer uma relação causal, parece inquestionável que a aproximação de Washington a Pequim fez acelerar o processo de *détente* Leste-Oeste.

Depois da visita à RPChina, o Presidente Nixon deslocou-se a Moscovo assinando com Brejnev uma série de acordos vitais sobre controlo de armamentos e também o *Basic Principles of Mutual Relations* entre os EUA e a URSS, sendo a Declaração Conjunta de 29 de Maio de 1972 considerada a «*carta da Détente*» (Boniface, 1996: 33). Na realidade, do final dos anos 1960 a 1979 regista-se uma vaga de desanuviamento nas relações Leste-Oeste que abria a porta a toda uma série de iniciativas da maior importância: a implementação da *ostpolitik* pela RFAlemanha (a partir de 1969), o fim da Guerra do Vietname (1973-75), o início do processo de paz israelo-árabe (1973 e 1978), o lançamento da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) e os Acordos de Helsínquia (1975) ou ainda os múltiplos e fundamentais acordos e convenções sobre “controlo de armamentos” - do TNP (1968/70) aos chamados SALT 1 (1972) e SALT 2 (1979), passando pelo Tratado ABM (1972), a BTWC/BWC (1972), as MBFR (1973) ou o Acordo Sovieto-Americano Sobre a Prevenção da Guerra Nuclear (1973).

Também na Ásia Oriental a *détente* Leste-Oeste e a “aliança às avessas” sino-americana começaram por se reflectir positivamente, embora de forma ambivalente, por exemplo, como vimos atrás, na persistente conflitualidade na Indochina ou na invasão de Timor-Leste pela Indonésia. Esta ambivalência foi, igualmente, visível na Península Coreana. Com efeito, no Verão de 1971, Seul e Pyongyang concordaram em estabelecer conversações através da Cruz Vermelha no sentido de possibilitar a reunião de famílias separadas desde a Guerra da Coreia; no ano seguinte, assinaram mesmo uma Declaração de Princípios Conjunta afirmando a abertura para porem fim ao ambiente de hostilidade e tentarem uma reunificação pacífica. Estes contactos foram suspensos, contudo, em 1973, depois do Presidente sul-coreano Park Chung Hee (no poder desde o golpe de 1961) ter acusado os norte-coreanos de práticas subversivas e anunciado que procuraria uma entrada separada na ONU; em Agosto de 1974, as tensões agravaram-se na sequência da tentativa de assassinato do Presidente sul-coreano por um agente de Pyongyang e que provocou a morte da esposa de Park. A verdade é que, nesta época, a principal preocupação das duas Coreias era evitar efeitos nefastos para si que pudessem resultar da nova triangulação Washington-Moscovo-Pequim⁹⁶.

persistente “corrida aos armamentos”. No fundo, ambas as superpotências pareciam querer “recuperar fôlego” para uma decisiva etapa de confrontação.

⁹⁶ Entre o final dos anos 1960 e o final dos anos 1970, o regime de Pyongyang foi ficando gradualmente mais distante de Moscovo e mais próximo de Pequim (com quem celebrou, p.ex., um Tratado de Assistência Técnica e Económica, em 1970), embora preservando os preciosos Tratados de Aliança que tinha concluído em 1961 quer com a RPC quer também com a URSS; e se é certo que não conseguiu obstar à normalização das relações da China com os EUA e com o Japão, a acção de Kim Il Sung foi importante para impedir a aproximação entre Pequim e Seul: numa altura em que, a RPChina e a Coreia do Sul começavam a dar sinais de possível

Ou seja, tal como a Guerra Fria não era um conflito normal, a *Détente* também não era uma paz verdadeira: o risco nuclear condenou as superpotências a procurar o *condominium*, mas sem que alguma delas abandonasse os respectivos objectivos geopolíticos globais, continuando a competir e a confrontar-se “por procuração”, da América Latina (Chile, por exemplo) a África (incluindo as ex-colónias portuguesas), passando pela Europa ou pela Ásia Oriental, com a pressão soviética a acentuar-se⁹⁷. Ironizando sobre a *détente*, tinha razão o PM chinês Zhou Enlai ao afirmar que «as duas superpotências dormem na mesma cama, mas fazem-no com sonhos diferentes» (cit. in Boniface, 1996: 33).

Estes “sonhos diferentes” conduziram a um novo período de grande tensão EUA-URSS. Em 1979, três acontecimentos são particularmente decisivos para o fim da *détente*: a invasão vietnamita do Camboja (que vimos anteriormente), a invasão soviética do Afeganistão⁹⁸ e a “crise dos Euromísseis”⁹⁹. Entrava-se, assim, na fase de “guerra fresca” Leste-Oeste¹⁰⁰.

aproximação, Kim visitou Pequim, em Abril de 1975, conseguindo que o Governo Chinês ignorasse as propostas sul-coreanas com vista a um acordo de pesca, bem como as “mensagens de paz” que lhe eram enviadas a partir de Seul por intermédio de países como a Nova Zelândia, o Japão ou os EUA. Por seu lado, o regime de Park Chung Hee foi efectuando reformas que permitiriam modernizar o país, cavar um crescente fosso económico comparativamente ao Norte e tornar a Coreia do Sul um dos chamados *Novos Países Industrializados* da “primeira vaga” - para o que muito contribuíram os apoios e investimentos dos EUA e também do Japão, com quem Seul normalizara as relações diplomáticas, em 1965 - mas, na entrada da década de 1970, acentuou também o seu autoritarismo e a repressão interna: por exemplo, em 1971, depois de ter vencido Kim Dae-Jung - futuro Presidente sul-coreano (1998-2003) e Prémio Nobel da Paz (2000) - nas eleições, Park declarou o estado de emergência no país, alegando as perigosas realidades da situação internacional; em Outubro de 1972, dissolveu o Parlamento e suspendeu a Constituição para, no final desse ano, fazer aprovar uma nova chamada “Constituição Yusin”, aumentando drasticamente as suas competências enquanto Presidente; em Agosto de 1973, Kim Dae-Jung foi raptado de um hotel, em Tóquio, pelos serviços secretos sul-coreanos, acabando por ficar preso em Seul. Ainda assim, tirando partido do seu carácter fortemente anti-comunista, Park conseguiu que as sucessivas Administrações em Washington não só mantivessem a garantia de defesa e da presença militar americanas em solo sul-coreano como também o continuassem a apoiar - até Outubro de 1979, momento em que foi assassinado por Kim Jae-kyu, Director da *Korean Central Intelligence Agency* (KCIA) que o próprio Park havia fundado em 1963.

⁹⁷ No final dos anos 1970, as boas notícias para os americanos eram a ascensão do reformista Deng Xiaoping ao poder em Pequim e o desenvolvimento da parceria anti-soviética com a RPChina, a escolha pela Santa Sé do “Papa Polaco” Karol Wojtyła/João Paulo II e o progresso da pacificação Israelo-Árabe. Sucederam-se, porém, os acontecimentos favoráveis aos soviéticos e desfavoráveis aos EUA: a proeminência dos movimentos comunistas nas ex-colónias africanas portuguesas, a Revolução Islâmica no Irão ou a tomada do poder pelos sandinistas “socialistas” na Nicarágua.

⁹⁸ A invasão soviética do Afeganistão foi desencadeada, em Dezembro de 1979, em apoio do Partido Comunista Afegão que estava no poder em Cabul desde o golpe do ano anterior. Os soviéticos mostravam-se, portanto, novamente empenhados em expadir o comunismo à custa de uma agressão armada própria e directa, ocupando um país vizinho com quem partilhavam um fronteira de cerca de 2500 km mas que até aí não fazia parte do seu “bloco”.

⁹⁹ A chamada “crise dos Euromísseis” resultou da instalação, na Europa de Leste, dos mísseis nucleares soviéticos SS 20 de curto e médio alcance e a que a NATO respondeu, em Dezembro de 1979, com a famosa “dupla decisão”: a instalação de mísseis americanos idênticos (os *Pershing*) na Europa Ocidental se, entretanto, os soviéticos não desmantelassem todos os seus.

¹⁰⁰ Os Acordos SALT II não são ratificados; as negociações sobre controlo e redução de armamentos na Europa são suspensas; os americanos colocam os seus Pershing na Europa Aliada no meio de uma vasta contestação pacifista; a tensão volta ao Médio Oriente (ataque cirúrgico israelita ao reactor nuclear de Osirak iraquiano, em 1981; invasão israelita do Sul do Líbano atrás da OLP, em 1982; conflito iminente entre Israel e a Síria; Guerra Irão-Iraque, a partir de 1980...); a conflitualidade cresce em África (por exemplo, na Etiópia/Eritreia e Iémen, mas também com o agravar das Guerra Civas em Moçambique e Angola, aqui com a participação de

O novo clima de confrontação foi decisivo para a eleição Presidencial de Ronald Reagan nos EUA, em 1980, com uma retórica invulgarmente agressiva contra a União Soviética que apelidou de “Império do Mal”. No essencial, a “*Doutrina Reagan*” recuperou a estratégia de *roll-back* de Foster Dulles e segundo a qual os EUA deviam activamente forçar o recuo soviético de onde já estava instalado, admitindo todo o tipo de acções e em apoio de todo o tipo de “forças da liberdade” anti-comunistas, do *Solidariedade* na Polónia aos *Contras* anti-Sandinistas na Nicarágua ou aos *mujahadeen* no Afeganistão: afinal, «*Support for freedom fighters is self-defense*»¹⁰¹ (Reagan, 1985). Além disso, Reagan lançou um espectacular desafio aos soviéticos com a sua Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), vulgo “guerra das estrelas”: a URSS bem invoca o Tratado ABM de 1972, mas vê-se confrontada com a iminência de uma nova competição tecnológica e militar que, de facto, já não tem condições para acompanhar.

Evidentemente, as despesas militares mundiais dispararam desde o fim da *détente*, incluindo na Ásia Oriental, atingindo o seu auge em 1985. Embora arrastassem nessa competição os respectivos “campos”, as duas superpotências eram, naturalmente, as grandes responsáveis por esse aumento. No mesmo ano, só a URSS, a RPChina e os EUA, os três maiores Exércitos do mundo, somavam perto de 11 milhões e meio de soldados, num total de mais de 15 milhões e meio na Ásia Oriental e quase 28 milhões a nível mundial.

“conselheiros” soviéticos e militares cubanos, de um lado e “conselheiros” americanos e militares sul-africanos, do outro); no Leste Europeu, na Polónia, os soviéticos ponderam nova intervenção militar, mas optam por promover um autêntico golpe de Estado, por intermédio do General Jaruzelski, declarando o Estado de emergência (1981) e pondo fim a um ano de existência legal do sindicato *Solidariedade*; etc. Sintomaticamente, os EUA e o Ocidente boicotam os Jogos Olímpicos de Moscovo de 1980, tal como os soviéticos boicotam os de Los Angeles, em 1984.

¹⁰¹ «*We must stand by all our democratic allies. And we must not break faith with those who are risking their lives—on every continent, from Afghanistan to Nicaragua—to defy Soviet-supported aggression and secure rights which have been ours from birth... Support for freedom fighters is self-defense*» (Reagan, 1985). Seguindo o velho princípio realista “inimigo do meu inimigo meu amigo é”, a estratégia de Reagan era bem expressa na Decisão-Directiva 75 do National Security Council de 1983: «*The U.S. must rebuild the credibility of its commitment to resist Soviet encroachment on U.S. interests and those of its Allies and friends, and to support effectively those Third World states that are willing to resist Soviet pressures or oppose Soviet initiatives hostile to the United States, or are special targets of Soviet policy*». (cit. in USA. State Department– *Reagan Doctrine*).

Quadro 3. Despesas e Efectivos Militares na Ásia Oriental, em 1985

País	Orçamentos de Defesa			Efectivos Militares (000)
	Milhões USD	USD <i>per capita</i>	% do PIB	
Estados Unidos	380,899	1,592	6.1	2.151,6
União Soviética	368,327	1,321	16.1	5.300,0
SUPERPOTÊNCIAS	749,226	1,465	11.1	7.451,6
Mongólia	71	37	8.0	33,0
Coreia do Norte	7,761	381	20.0	838,0
Coreia do Sul	6,861	167	5.0	598,0
Japão	20,139	167	1.0	243,0
RPChina	21,616	21	4.9	3.900,0
Taiwan	9,295	479	7.0	444,0
Birmânia	1,475	40	5.0	186,0
Brunei	390	1,739	8.0	4,1
Camboja	n.a.	n.a.	n.a.	35,0
Indonésia	3,674	23	2.8	278,1
Laos	196	54	7.1	53,7
Malásia	1,748	112	3.8	110,0
Filipinas	633	12	1.4	114,8
Singapura	1,567	613	6.0	55,0
Tailândia	2,296	44	4.0	235,3
Vietname	2,079	34	19.4	1.027,0
ÁSIA ORIENTAL (incl. EUA e URSS)	829,027	402	7.3	15.606,6
MUNDO	1.171,196	243	6.2	27.953,5

Fonte: IISS, *The Military Balance 2003-2004*: 335-340.

Nesta época, a tensão entre Washington e Tóquio e a Coreia do Norte também aumentou em consequência da continuada prática norte-coreana que tinha começado na década anterior de raptos de cidadãos japoneses, ao mesmo tempo que os laços entre Moscovo e Pyongyang conhecem um novo incremento¹⁰². Nas relações inter-coreanas verifica-se um curioso *dejá vu*. Apesar do ambiente de “guerra fresca” foram retomadas, em 1980, as negociações entre Pyongyang e Seul, com Kim Il-Sung a lançar apelos para que o Armistício desse lugar a um Tratado de Paz. Estes contactos ocorreram, todavia, no meio de uma profunda crise política na Coreia do Sul¹⁰³ e, no ano de 1983, as tensões inter-coreanas voltaram a agravar-se: em 9 de Outubro, agentes norte-coreanos tentaram assassinar o novo Presidente sul-coreano durante uma visita à Birmânia – embora Chun Doo-hwan

¹⁰² Os soviéticos ganham acesso aos portos norte-coreanos para a sua Frota do Pacífico, estabelecem direitos de voo sobre o território coreano e obtêm melhores sistemas de vigilância e informações sobre o Mar do Japão e a Manchúria; por seu lado, os norte-coreanos viram aumentar o auxílio económico soviético e passaram a ter acesso a sistemas e armamentos militares soviéticos mais avançados. O epílogo desta reaproximação URSS-Coreia do Norte em plena “guerra fresca” foi simbolizado com a primeira visita oficial de Kim Il Sung a Moscovo em mais de vinte anos, em Maio de 1984: uma vez mais, a habilidade esteve em fazer isto sem beliscar as suas relações com Pequim, de onde continuou a receber ajuda económica e armamentos.

¹⁰³ Esta crise foi despoletada pelo assassinato do Presidente Park a que se seguiu o golpe de Estado de Novembro de 1979, a subsequente declaração de Estado de Emergência e, em Maio de 1980, a “sublevação de Gwangju”¹⁰³ - província sul-coreana onde as manifestações de estudantes e trabalhadores provocaram uma sangrenta repressão, cifrada em cerca de 200 mortos e largas centenas de presos e feridos - que resultaria numa brutal repressão liderada pelo General Chun Doo-hwan, novo homem forte do país.

escapasse ileso, morreram 21 pessoas, levando ao rompimento das relações diplomáticas entre a Birmânia e a Coreia do Norte; logo a seguir, em 1 de Novembro, o abate do avião comercial sul-coreano pela força aérea soviética, alegadamente, por ter violado o espaço aéreo soviético, matando 269 pessoas, deteriorou ainda mais o ambiente na Península e internacional. Paradoxalmente, regista-se nesta época uma autêntica competição pública de manifestações e propostas de unificação vindas dos dois lados da Coreia, embora as suas posições permanecessem inconciliáveis¹⁰⁴.

Em pleno quadro de *détente*, desenvolveu-se o processo ASEAN. Quase uma década depois de ter sido criada, reunia em Bali, em 1976, a Primeira Cimeira ASEAN, onde os líderes dos cinco países membros assinaram a Declaração de Concórdia ASEAN, o Acordo Estabelecendo o Secretariado ASEAN e o Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático. Logo no ano seguinte tinha lugar a Segunda Cimeira ASEAN de Chefes de Estado e de Governo donde resultou uma *Declaração Conjunta* sublinhando o empenho dos países membros no reforço da cooperação intra-ASEAN e também com outros parceiros externos. E, de facto, a partir de 1977-78, a ASEAN começou a institucionalizar relações com os chamados “Parceiros de Diálogo”: Austrália, Nova Zelândia, Japão, Canadá, Estados Unidos, Comunidade Europeia e Nações Unidas. Ainda nesta época, embora o grupo ASEAN não tenha formalizado um Diálogo com a RPChina, vários países membros seguiram a aproximação Washington/Tóquio-Pequim estabelecendo relações diplomáticas com Pequim: a Malásia fê-lo, em 1974 e no ano seguinte, foi a vez das Filipinas e da Tailândia; somente a Indonésia e Singapura não seguiram logo esta tendência.

O progresso da cooperação institucionalizada na ASEAN fez intensificar todo o tipo de interações entre os seus membros o que permitiu, por exemplo, consolidar a independência de Singapura, melhorar e tornar profícuas as relações, antes tensas, entre a Malásia e a Indonésia ou aumentar muito a relevância política e económica da Associação para os seus membros e para terceiros. De facto, nos anos 1970 e 1980, o processo ASEAN foi-se acentuando na rotina das reuniões ministeriais e pós-ministeriais e na

¹⁰⁴ Por exemplo, logo em Outubro de 1980, no decurso do VI Congresso do Partido Coreano dos Trabalhadores, Kim Il Sung formula uma proposta em 10 pontos defendendo a unificação coreana no seio de um “Estado Federal” denominado *República Federal Democrática de Koryô*, mas com condições inaceitáveis para Seul já que implicava, previamente, a mudança de regime em Seul, a abolição da lei de segurança nacional sul-coreana ou o fim da aliança Coreia do Sul-EUA. Pelo seu lado, o novo Presidente sul-coreano, Chun Doo-hwan fez, em 12 de Janeiro de 1981, um convite público ao seu homólogo norte-coreano para visitar Seul «*sem nenhuma condição e livre de todo o compromisso*» manifestando-se, igualmente, disponível para ele próprio se deslocar à Coreia do Norte. No ano seguinte, para contrabalançar a o projecto de República de Koryio norte-coreano, Chun propõe, uma vez mais, publicamente, o tradicional projecto sul-coreano de “reconciliação nacional e de reunificação democrática”, assente em três princípios base: livre determinação nacional, democraticamente e por via pacífica. Em Julho de 1985, parlamentares das duas Coreias voltam a encontrar-se para evocar uma eventual reunificação, com os norte-coreanos a proporem-se participar na organização dos Jogos Olímpicos de Seul de 1988, o que foi prontamente rejeitado pelos sul-coreanos.

celebração de consecutivos acordos bilaterais e multilaterais visando a cooperação regional nos mais variados domínios, do económico ao cultural, da defesa aos transportes e comunicações. Incorporando o Brunei logo que este se tornou independente do Reino Unido, em 1984, a ASEAN afirmou-se também como um agrupamento regional crescentemente relevante para a multiplicação e a diversificação dos “canais de segurança” no Sudeste Asiático, juntando aos unilaterais e bilaterais os multilaterais, como se percebe no quadro seguinte.

Quadro 4. Canais de Segurança no Sudeste Asiático no período de Guerra Fria

Arrangements	Number of Actors					
	Unilateral	Bilateral		Multilateral		Multilateral
		Geographically concentrated	Geographically dispersed	Geographically concentrated	Geographically dispersed	
Singapore's Poison-shrimp Strategy		Vietnam-Laos Treaty of Friendship and Cooperation (1977)	US-Philippines Mutual Defence Treaty (1951)	Association of Southeast Asia (ASA) (1961)	Southeast Asia Treaty Organization (SEATO) (1954)	UN (1945)
Singapore's Total Defence Approach to National Security (1984)		Vietnam-Cambodia Treaty of Peace, Friendship, and Cooperation (1979)	Thanat-Rusk communiqué (Thai-US) (1962)	Maphilindo (1963)	Anglo-Malayan Defence Agreement (1965)	Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT) (1968)
Singapore Armed Forces 2000 Plan (1988)		MOU of Defence Cooperation between Thailand and Malaysia (1977)	Thai-US Joint Military exercise (Exercise Cobra Gold) (1982)	ASEAN (1967)	Five Power Defence Arrangements (1971)	Biological Weapons Convention (BWC) (1972)
Indonesia's equipment purchases: F-5 (1978), A-4 (1981), F16 aircraft (1988)		MOU of Defence Cooperation between Indonesia and Malaysia (1984)	Agreement between Malaysia/Canada for the training of Personnel of the Armed Forces of Malaysia (1969)	Declaration on Zone of Peace, Freedom, and Neutrality (ZOPFAN) (1971)	ASEAN-Australia Forum (1974)	
Indonesia's Armed Forces and the Total People's Defense Doctrine.			Soviet Union-Vietnamese Treaty of Friendship and Cooperation (1978)	Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia (TAC) (1976)	ASEAN Post-Ministerial Conference (ASEAN PMC) (1977)	
			Agreement between Malaysia/Germany concerning Training and Assistance for the Royal Malaysian Navy (1983)	Declaration of ASEAN Concord (1976)	ASEAN-EU Ministerial Meeting (1978)	
				ASEAN-ISIS (1984)	Western Pacific Naval Symposium (WPNS) (1988)	

Fonte: Emmers, 2005: 3, Table 1.

O novo contexto do final dos anos 1960-início dos anos 1970 também levou a um ajustamento por parte do Japão, incerto dos efeitos da triangulação Washington-Moscovo-Pequim e hesitante no rumo internacional a possegir. Os EUA procuraram equilibrar e atenuar as apreensões de Tóquio fazendo coincidir a abertura a Pequim e a *détente* com Moscovo com a devolução ao Japão da administração das ilhas Bonin, em 1968 e de todo o arquipélago das Ruykyu (incluindo as ilhas Senkaku/Diaoyutai reivindicadas pelos chineses), em 1972, validando, simultaneamente, a Aliança nipo-americana. De qualquer modo, o relacionamento entre os americanos e japoneses entrava numa nova fase: desde meados dos anos 1960 que o Japão (a segunda maior economia do “mundo livre”) invertera a seu favor a balança comercial com os EUA, o que começava a provocar fricções comerciais

entre os dois aliados; além disso, por pressão de Washington, Tóquio começou a ter de partilhar custos de manutenção das bases militares americanas no território nipónico desde os anos 1970, numa parcela que nunca mais deixou de aumentar.

Por outro lado, embora a posse de armas nucleares não fosse explicitamente proibida na sua Constituição, o Japão, único país que experimentara a devastação de bombardeamentos atómicos, cedo expressou a sua renúncia a estas armas: concretamente, desde a *Lei Básica de Energia Nuclear* de 1956 que Tóquio limitava a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização da energia nuclear a fins pacíficos, iniciando uma política nacional que se consolidaria em torno dos chamados “Três Princípios Não-Nucleares”, isto é, não posse, não fabrico e não-aceitação que se introduzissem no seu território armas nucleares, princípios estes confirmados por ocasião da renovação da Aliança com os Estados Unidos, em 1960 e 1972 e da ratificação nipónica do Tratado de Não Proliferação Nuclear, em 1976.

Paralelamente, e secundarizando os EUA, o Japão iniciou uma política de aproximação à RPChina: em Setembro de 1972, foram estabelecidas as relações diplomáticas mútuas e, em Agosto de 1978, as duas potências firmavam, finalmente, um Tratado de Paz e Amizade - em plena crise na Indochina e apesar das ameaças soviéticas de que tal afectaria negativamente as relações entre Moscovo e Tóquio (Hara, 1998: 113-150). O salto qualitativo no relacionamento sino-nipónico ficou manifesto quando, por exemplo, em 1983, durante a visita ao Japão do Secretário-Geral do PCC, Hu Yaobang, Tóquio e Pequim anunciaram que a “confiança mútua” constituiria um quarto princípio das suas relações bilaterais, a somar aos da “paz e amizade”, “igualdade” e “benefício mútuo”, acordando o estabelecimento do “Comité Japão-China para o Século XXI”.

O desenvolvimento das relações do Japão com a RPChina deve-se tanto à aproximação Washington-Pequim como à implementação prática de duas noções avançadas, entretanto, pelos dirigentes nipónicos: a “Doutrina Fukuda” e a concepção de “segurança completa”. A *Doutrina Fukuda* foi inicialmente exposta pelo Primeiro-Ministro japonês Takeo Fukuda, em Agosto de 1977, durante a Primeira Cimeira ASEAN-Japão, tendo depois um alcance mais global, baseando-se na separação entre a economia e a política e numa visão do Japão como um actor neutral ideologicamente, a fim de poder promover a cooperação económica com todo o tipo de regimes e até alavancar o estatuto nipónico como “ponte” nas relações entre regimes antagonistas na Ásia (ver Fukuda, 1977).

A concepção japonesa de “Segurança Completa” (*Comprehensive Security*) foi avançada pouco depois: embora radicada na Doutrina Yoshida e já praticada antes, a primeira utilização concreta desta noção só terá ocorrido no final dos anos 1970 pelo então PM Masayoshi Ohira (Dez.1978-Jun.1980), considerando que segurança implica não apenas capacidades militares mas também «*political power, dynamic economic strenght, creative*

culture, and thoroughgoing diplomacy» (cit. in Akao, 1983: 10) - em Dezembro de 1980, seria mesmo estabelecido no seio do Governo nipónico o *Comprehensive National Security Ministerial Council* e concretizada aquela concepção¹⁰⁵.

Foi precisamente no âmbito de uma concepção de segurança mais abrangente que o Japão foi cultivando também o relacionamento com a URSS, com quem tinha restabelecido relações diplomáticas desde a Declaração Conjunta de 1956¹⁰⁶: mesmo sem a concretização de um Tratado de Paz, desde o final da década de 1970 que o Japão se tornou no segundo maior parceiro comercial não-comunista da URSS, logo a seguir à RFA, rumo que prosseguiria mesmo em clima de “guerra fresca”¹⁰⁷, ao mesmo tempo que incrementou as suas relações com os países da Europa de Leste¹⁰⁸.

A diplomacia económica japonesa manifestou-se, igualmente, na Europa Ocidental¹⁰⁹ e revelou-se particularmente activa no Médio Oriente- região extraordinariamente importante para a “segurança económica” do Japão já que representava mais de 70% do total das importações de petróleo japonesas e onde Tóquio procurava anular as actividades do grupo terrorista *Exército Vermelho Japonês* (EVJ) que mantinha estreitas ligações à Frente

¹⁰⁵ A “comprehensive security” japonesa seria então definida nos seguintes termos: «*to secure our national survival or protect our social order from various kinds of external threats which will or may have serious effects on the foundation of our nation's existence, by preventing the arising of such threats, or by properly coping with them in the case of their emergence, through the combination of diplomacy, national defense, economic and other policy measures*» (cit. in Japan, MOFA-Diplomatic Bluebook 1981: Chapter Two). No ano seguinte, o Governo japonês acrescentava que «*In other words, along with greater efforts in the defense field, we need to implement energy, food and other economic policy measures in a consistent manner in terms of comprehensive national security, as well as economic rationality. The most important thing for our comprehensive national security policy however, is to always keep our external environment as peaceful and stable as possible, thereby preventing crises from arising*» (ibid.).

¹⁰⁶ De Junho de 1955 a Outubro de 1956, a URSS e o Japão mantiveram negociações com vista à conclusão de um Tratado de Paz. Contudo, na ausência de acordo sobre a disputa em torno das quatro ilhas Curilhas do Sul/Territórios do Norte reivindicadas pelos nipónicos aos soviéticos, foi assinada, em 19 de Outubro de 1956, a Declaração Conjunta em vez de um tratado de paz, estipulando o fim formal do estado de guerra e o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países. Nessa Declaração, a URSS comprometeu-se a devolver ao Japão as ilhas Habomai e Shikotan (mas não as de Etorofu e Shikotan) após a conclusão do Tratado de Paz.

¹⁰⁷ Uma década depois do estabelecimento das relações diplomáticas celebraram-se dois acordos, um comercial e outro sobre a aviação civil; em Janeiro de 1972, o MNE Soviético Andrei Gromyko visitou Tóquio, reabrindo as conversações ao nível ministerial após um hiato de seis anos; nos anos seguintes, os encontros entre dirigentes soviéticos e japoneses sucederam-se, incluindo uma Cimeira entre o Primeiro-Ministro japonês, Tanaka Kakuei e o Secretário-Geral do PCUS, Leonid Brejnev, em Moscovo, em Outubro de 1973. No início dos anos 1980, nipónicos e soviéticos acordaram vários “projectos cooperativos” para o desenvolvimento da Sibéria, alargando o total de créditos nipónicos à URSS que, no final de 1984, rondava os 2.5 mil milhões USD (Japan, MOFA-Diplomatic Bluebook 1985: Chapter Three-Section 3).

¹⁰⁸ O Japão estabeleceu relações com a Albânia (1981), para onde começou a canalizar algum auxílio económico; reforçou os intercâmbios comerciais com a Jugoslávia; e, acima de tudo, desenvolveu o relacionamento económico com os “satélites” soviéticos do Pacto de Varsóvia e do COMECON. Nesta altura, as trocas comerciais entre os países do Leste Europeu e o Japão cresceram muito e rapidamente, passando de 7.5 milhões USD, em 1958 para os 915 milhões USD, em 1984 (ibid.).

¹⁰⁹ Centrando-se os esforços euro-nipónicos, ao longo dos anos 1970 e 1980, na limitação da tensão resultante de uma balança comercial desequilibrada favorável aos japoneses e das discussões no âmbito do GATT, bem como no desenvolvimento das relações económicas mútuas: em meados dos anos 1980, teria lugar o Primeiro Encontro Ministerial Japão-CE, tendo sido estabelecido o Comité Japão-CE para a Expansão do Comércio que reuniu, pela primeira vez, em Fevereiro de 1985.

Popular de Libertação da Palestina¹¹⁰. Paralelamente, o Japão tornou-se num dos maiores contribuintes financeiros e apoiantes políticos das Nações Unidas, um dos principais impulsionadores da cooperação económica internacional, bilateral e multilateral e um dos mais influentes membros do GATT, do FMI e da OCDE. Diversificou ainda os seus quadros e programas de apoio aos países do Terceiro Mundo e aumentou muito a sua contribuição na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), distribuindo quase tanto em APD como os EUA, o maior doador mas com uma economia que representava mais do dobro da do Japão nesta época. Evidentemente, a diplomacia económica japonesa foi intensamente exercitada na região da Ásia Oriental - para onde Tóquio foi canalizando cerca de 60% da sua APD na década de 1980 -, em particular, além da RPChina, na direcção dos países ASEAN e da Coreia do Sul¹¹¹.

Ou seja, através das inovadoras “doutrina Fukuda” e *comprehensive security*, o Japão demonstrava que a Aliança com os EUA não o inibia nem de desenvolver uma abordagem distintiva de segurança nem relações externas autónomas baseadas, fundamentalmente, na interdependência económica, encontrando aí um novo desígnio para a sua política externa e de segurança, algo que parecia ansiosamente procurar no início dos anos 1970.

¹¹⁰ O *Japanese Red Army* (JRA) - também conhecido por *Anti-Imperialist International Brigade* (AIIB), *Nippon Sekigun*, *Nihon Sekigun*, *Holy War Brigade* ou *Anti-War Democratic Front* - ou Exército Vermelho Japonês (EVJ) tinha sido formado no Japão, em 1970, era um grupo radical da extrema-esquerda que reunia algumas dezenas de elementos com o objectivo confesso de “revolucionar o Japão” e subordinar o país e o resto do mundo ao comunismo. Desde a sua criação, muitos dos seus membros, perseguidos internamente, fugiram advogando um “Plano para Contruir Bases Internacionais”, fixando-se no Médio Oriente, onde encontraram apoio da Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP). Nos anos 1970 e 1980, desencadearam uma série de operações e atentados contra interesses e delegações japoneses, sobretudo, mas também americanos e israelitas, no Japão, no Sudeste Asiático e, muito particularmente, em vários locais do Médio Oriente. Desde o início dos anos 1980, o EVJ deixou de ser activo no Japão, embora se mantivesse operacional no Médio Oriente e no Sudeste Asiático, dependendo quase integralmente da FPLP para treino, financiamento e armamento. Não é de estranhar, por isso, que desde os anos 1980 o Japão se referisse, nos seus documentos, abundantemente, ao «*problema do terrorismo internacional*» (ver, por exemplo, Japan, MOFA- *Diplomatic Bluebooks* 1985 e 1989). Sobre a história e as actividades do Exército Vermelho Japonês ver, por exemplo: Gallagher, Aileen (2003) - *The Japanese Red Army. Inside the World's Most Infamous Terrorist Organizations*. Rosen Publishing Group: Library Binding edition; Farrell, William R. (1990) - *Blood and Rage. The Story of the Japanese Red Army*. Lexington Books; e Japan National Police Agency (2003) - *Movements of the Japanese Red Army and the "Yodo-go" Group*. [Em linha]. Tokyo: Japan National Police Agency [Consulta 5 Jan. 2008]. Disponível em < www.npa.go.jp/keibi/kokutero1/english/pdf/sec03.pdf >

¹¹¹ As relações entre o Japão e a Coreia do Sul frutificaram desde o restabelecimento das relações diplomáticas, aumentando o comércio bilateral drasticamente para um valor que, em 1984, atingiu os 11,44 mil milhões USD, aproximadamente, 52 vezes mais do que o valor de 1965 (Japan, MOFA- *Diplomatic Bluebook* 1985: Chapter Three, Section 3). Nesta nova era, são de assinalar as históricas visitas do Primeiro-Ministro japonês Nakasone à Coreia do Sul, em Janeiro de 1983 e do Presidente sul-coreano Chun Doo Hwan ao Japão, em 1984, tornando-se o primeiro Chefe de Estado coreano a visitar o Japão e simbolizando bem o salto qualitativo no relacionamento entre os dois países, apesar das rivalidades históricas e de permanecer por resolver o diferendo sobre as Ilhas Takeshima/Tokdo. Em relação à ASEAN, depois da Primeira Cimeira ASEAN-Japão, em 1977 e do Japão se tornar num “Parceiro de Diálogo” ASEAN, as relações mútuas expandiram-se consideravelmente, em particular no âmbito de mecanismos como o *Fórum Japão-ASEAN*, o Diálogo ASEAN-Japão e as Cimeiras Ministeriais Japão-ASEAN, sendo assinados sucessivos acordos de cooperação e tornando-se o Japão num dos principais parceiros económicos, comerciais e também políticos da Associação.

A morte do “Grande Timoneiro” e fundador da RPChina, Mao Zedong, em Setembro de 1976 (em Fevereiro desse ano tinha também falecido Zhou Enlai), traria profundas repercussões para a evolução da RPChina. Depois de dois anos de luta pelo poder¹¹², Deng Xiaoping impôs-se graças ao apoio dos membros do PCC mais “liberais” e do EPL que passara a chefiar desde o ano anterior. O novo líder da RPChina lançou, de imediato, as bases de uma impressionante e muito pragmática reconversão do país com o objectivo enunciado de prosseguir as famosas «*Quatro Modernizações*»: ciência e tecnologia, indústria, agricultura e defesa. Partindo da noção de «*primeiro estádio do socialismo*», Deng iniciou também uma política de “porta aberta” aos capitais e tecnologia Ocidentais a fim de “fortalecer o socialismo com os meios do capitalismo” e introduziu um vasto e profundo conjunto de reformas “capitalistas”, em particular, nas chamadas *Zonas Económicas Especiais* (ZEE’s) criadas junto a Hong Kong e Macau e nas restantes províncias costeiras, verdadeiro laboratório experimental onde se aplicam regras distintivas do resto da RPChina. Ou seja, a prioridade da China seria o seu crescimento e modernização e, doravante, seria esse objectivo – e não a ideologia – a orientar a política do país (ver Deng, 1978 e 1979). A determinação reformista de Deng seria transposta para a nova Constituição de 1982 e cujo Preâmbulo afirma que «*a tarefa básica da nação nos próximos anos é concentrar o seu esforço na modernização socialista*» (PRChina-Constitution).

Paralelamente, contudo, Deng enunciava os chamados «*Quatro Princípios Cardeais*» - ou seja, i) o princípio de manter o rumo e o quadro comunista; ii) o princípio de reforçar a ditadura do proletariado (mais tarde revisto para “ditadura democrática do Povo”); iii) o princípio do “centralismo democrático” e do “papel dirigente” do PCC; e iv) o princípio de orientação segundo o Marxismo-Leninismo e o Pensamento de Mao Zedong - que, no fundo, não poderiam ser questionados na RPChina como seriam outras ideias, princípios esses reafirmados na nova Constituição onde continuou a ser expressamente «*proibida a sabotagem do sistema socialista por qualquer organização ou indivíduo*» (ibid.). As reformas *Denguistas* abrangeram igualmente o sistema legal e judicial, mas apenas atenuando a faceta autocrática do regime¹¹³.

¹¹² Em que os protagonistas foram o chamado “Bando dos Quatro” (Jiang Qing, a viúva de Mao e seus associados Zhang Chunqiao, Yao Wenyuan e Wang Hongwen), Hua Guofeng (sucessor designado de Mao) e o reformista Deng Xiaoping.

¹¹³ Em 1979, tinha sido promulgado o primeiro Código Penal da história da RPChina; em 1983, o Ministério da Segurança viu as suas competências drasticamente reduzidas, tendo que ceder ao da Justiça a administração do *laogai*, isto é, a vasta rede de prisões e “campos de correcção” pelo trabalho forçado; no início de 1987, a China Popular adoptou um rudimentar Código Civil. As reformas foram apontando no sentido da limitação da arbitrariedade no exercício do poder, pelo que ao longo da década de 1980 se multiplicaram as libertações e as reabilitações massivas: em 1986, os efectivos prisionais tinham caído para cerca de 5 milhões, ou seja, menos de metade do que em 1976. Introduziram-se ainda as noções de redução de pena, liberdade condicional ou saída precária. No entanto, a presunção da inocência continuou a não ser admitida; o crime de “contra-revolucionário” não foi retirado dos códigos; a corrupta *nomemklatura*, cada vez mais envolvida nos negócios de uma economia em crescimento e metamorfose permaneceu quase sempre inatingível; as prisões continuaram a ser morada para

Indispensável ao controlo da China pelo PCC, o EPL continuou sob a alçada do Partido, formalmente subordinado à Comissão Militar Central (CMC) estatal¹¹⁴ desde a Constituição de 1982: por isso, bastou a Deng ser o Presidente da CMC estatal para dirigir a RPChina. No início da década de 1980, a CMC lançou a “modernização de acordo com características chinesas” seguindo, em termos doutrinários, o que chamaria de “Guerra Popular sob Modernas Condições”. Em 1983, era criada a nova Polícia Armada Popular (PAP)¹¹⁵ e, em 1985, a CMC declarava que a maior contingência militar que a China enfrentava já não era uma «*guerra grande, vasta e nuclear*» mas sim «*guerras locais e limitadas*» (cit. in Blasko, 2006: 5), acelerando um vasto programa que inclui redução drástica de efectivos, profissionalização, revisão do pensamento militar, modificação da estrutura de comando, reorganização do dispositivo de forças e reequipamento (ver Carriço, 2006: 332-344).

Coincidindo com as “quatro modernizações” e a política de abertura, Deng avançou com uma outra concepção inovadora almejando a “reunificação chinesa”. Em 1982, Pequim e Londres iniciavam conversações sobre o futuro de Hong Kong¹¹⁶ e foi então que Deng levantou o véu sobre o princípio “Um País, Dois Sistemas”: «*Os actuais sistemas político e económico de Hong Kong e ainda a maioria das suas leis podem manter-se... Hong Kong continuará sob o capitalismo, e muitos sistemas correntemente em uso que são eficazes serão mantidos*» (Deng, 1982b; ver também Deng, 1984). Dois anos depois era assinada, em Pequim, a *Declaração Conjunta Sino-Britânica sobre a questão de Hong Kong*,

muitos “dissidentes” políticos, étnicos ou religiosos; e a pena de morte continuou a ser aplicada frequentemente: com vários milhares de execuções todos os anos, a China era responsável por mais de metade das que ocorriam em todo o mundo no final dos anos 1980. Por outro lado, o regime comunista continuou extraordinariamente vigilante e repressivo, em particular, no Tibete, no Xinjiang, na Mongólia Interior ou noutras “províncias étnicas”, tal como continuou a violar gravemente os direitos humanos (por exemplo, com a sua política de controlo da natalidade), individuais e políticos da sua população e a restringir seriamente a liberdade de expressão, de associação, de imprensa ou religiosa.

¹¹⁴ Em termos organizacionais, a Comissão Militar Central do CC do PCC e a Comissão Militar Central da RPChina pertencem a sistemas distintos, o do Partido e o do Estado; na prática, as duas CMC’s constituem um só grupo e uma só organização, numa liderança conjunta que faz do Exército uma extensão do PCC que, por seu turno, se justapõe a toda a estrutura do Estado (ver Blasko, 2006; Carriço, 2006; e Romana, 2005).

¹¹⁵ A PAP foi criada a partir de elementos da Guarda Fronteiriça, das Brigadas de Combate a Incêndios e militares de unidades desactivadas, estabelecendo-se como corpo paramilitar autónomo de segurança interna sob a alçada do Ministério da Segurança Pública, embora possa actuar, em situação de conflito, como infantaria ligeira ao lado do Exército regular.

¹¹⁶ Na realidade, apesar da vitória do Reino Unido sobre a Argentina na “Guerra das Malvinas” e do prestígio internacional da PM Margaret Thatcher, Deng Xiaoping foi muito claro e veemente perante a “Dama de Ferro” britânica acerca do retorno de todo o conjunto Hong Kong à soberania chinesa: «*Em matéria de soberania, a China não tem espaço de manobra. Para ser franco, a questão nem sequer está aberta a discussão. É tempo de tornar inequivocamente claro que a China recuperará Hong Kong em 1997. Ou seja, a China recuperará não só os Novos Territórios mas também a Ilha de Hong Kong e Kowloon. Tem de ser neste entendimento que a China e o Reino Unido prosseguem conversações sobre a forma de resolver a questão de Hong Kong... A China anunciará oficialmente a sua decisão de recuperar Hong Kong. Podemos esperar mais um ou dois anos mas, definitivamente, não mais do que isso (...)* De uma maneira geral, o anúncio da China desta decisão política será benéfica também para a Grã-Bretanha, pois significará que 1997 marcará o fim da era de domínio colonial Britânico e isso será apreciado pela opinião pública mundial (...)» Deng, 1982b - *Our Basic Position on the Question of Hong Kong*. Ver também Deng Xiaoping (1984) - *One Country, Two Systems*.

acordando a transferência da soberania da totalidade de Hong Kong para a RPChina no termo do *leasing* de 99 anos sobre os “Novos Territórios”, em 1997, tendo a partir de então o estatuto de *Região Administrativa Especial da RPChina* e respeitando Pequim o seu modelo político e económico distintivo durante um período de cinquenta anos. Processo idêntico seria seguido em relação a Macau, «*território chinês sob administração portuguesa*»¹¹⁷: em 1987, foi assinada a *Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau*, prevendo que a China voltaria a ter a administração e, portanto, exercer a plena soberania sobre aquele território a partir de 1999, altura em que Macau passaria a gozar do estatuto de *Região Administrativa Especial da China* nas mesmas bases de Hong Kong. O princípio “um país, dois sistemas” visava também, obviamente, Taiwan: contudo, Taipé recusou sempre negociar qualquer integração na China Popular, exigindo negociações directas e oficiais numa base de “partes iguais” o que, por seu lado, Pequim nunca aceitou. A “resposta” de Taiwan e do KMT de Chiang Ching-kuo a “um país, dois sistemas” de Deng viria com o início da transição democrática, a partir de 1986, como mecanismo suplementar de diferenciação face à China comunista.

O desenvolvimento económico e a modernização são, repetidamente, a prioridade da “Nova China”, pelo que a Pequim interessa estabilizar as suas relações e o ambiente externo, não os jogos políticos mundiais¹¹⁸. Isto ajuda a explicar que, mesmo em ambiente de “guerra fresca”, o relacionamento entre a China Popular e a URSS se tenha começado a desanuiar, ao mesmo tempo que se registou um certo distanciamento RPChina-EUA¹¹⁹ - apesar da assinatura de um novo acordo sino-americano sobre Taiwan, o *Joint Communiqué on Gradually Reducing and Finally Resolving the Issue of U.S. Arms Sales to*

¹¹⁷ A seguir à “Revolução dos Cravos” portuguesa de 1974, Lisboa e Pequim restabelecem relações diplomáticas e Portugal tenta “devolver” a administração de Macau à RPChina, optando esta por aguardar até resolver, primeiro, a “humilhação” de Hong Kong. Macau ficou então, expressamente, com o estatuto que sempre tivera para a China – o de “território chinês sob administração portuguesa”.

¹¹⁸ «*Nós não jogamos jogos políticos, nem nos envolvemos no jogo dos mundos (...) A primeira tarefa que fixámos como objectivo inicial é criar uma prosperidade comparativa no fim deste Século... Nos 30 a 50 anos seguintes, devemos aproximar-nos do nível dos países desenvolvidos... A nossa política externa coincide com este objectivo magnífico. Embora este objectivo possa parecer modesto para alguns, nós encaramo-lo como uma meta extraordinária*» (Deng Xiaoping, 1982a - “China’s Foreign Policy”).

¹¹⁹ Com a RPChina concentrada nas suas “quatro modernizações” e a URSS a procurar “limitar os danos” da tensão com o Ocidente tentando travar uma verdadeira coligação EUA-RPChina, a retórica entre Moscovo e Pequim tornou-se bem menos agressiva, abandonando ambos as acusações ideológicas: os soviéticos voltam a referir-se à RPChina como um “país socialista”, pela primeira vez em mais de duas décadas, enquanto os chineses voltam a colocar a URSS ao nível dos EUA em termos de “hegemonismo”, acenando com aquilo que o XII Congresso do PCC (Setembro de 1982) designa por “política externa independente” de acordo com a qual a China pretendia «*nunca se amarrar a si própria a uma grande potência ou grupo de potências*» (cit. in Yahuda, 1996: 140). O relacionamento sino-soviético acabaria por se tornar cordial, ocorrendo sucessivos encontros entre altos quadros e sendo mesmo assinados acordos de cooperação económica e cultural, em 1984 e 1985. Quanto ao relativo distanciamento RPChina-EUA, ele decorre, por um lado, do facto da Administração Reagan ofender Pequim por continuar a vender armamentos a Taiwan, apesar da assinatura do novo *Comunicado Conjunto* de 1982; e, por outro, das duras críticas de Pequim à “doutrina Reagan” e ao comportamento americano, sobretudo, no Médio Oriente e na América Central, o que desagradou a Washington.

Taiwan, em 17 de Agosto de 1982. Efectivamente, no início da década de 1980, Pequim retorna à retórica dos “Três Mundos” e ao aparente distanciamento igualitário face às duas superpotências¹²⁰, mas a verdade é que manteve com os EUA a sua “aliança às avessas” anti-soviética até ao fim da “dupla Guerra Fria” evidenciada, por exemplo, na articulação sobre o Camboja e o Afeganistão ou na cooperação militar¹²¹. Paralelamente, interessando a Pequim aceder ao mercado, à tecnologia e ao capital dos EUA e seus aliados a fim de alcançar as “quatro modernizações”, a cooperação económica sino-americana foi-se acentuando à medida que as reformas chinesas progrediam.

IV.3. A Ásia Oriental ao findar a Ordem Bipolar

Com a escolha de Mikhail Gorbatchov para Secretário-Geral do PCUS, em Março de 1985¹²², os hierarcas soviéticos optavam por uma mudança urgente, corporizada num amplo programa de Restruturação ou *Perestroika*¹²³. No estado calamitoso em que se encontrava a URSS depois de um “longo período de estagnação”, como lhe chamou Gorbatchov, o objectivo da *Perestroika* era tentar reverter a situação por uma mobilização intensiva dos recursos materiais e científico-tecnológicos (*aceleração*), a “democratização” e renovação do sistema político soviético (dentro do marxismo-leninismo, entenda-se)¹²⁴ e pela

¹²⁰ Retórica essa expressa por Deng Xiaoping, por exemplo, num encontro com o novo Secretário-Geral da ONU, Perez de Cuellar: «A Política externa da China é consistente e pode ser resumida em três ideias. Primeiro, opomo-nos ao hegemonismo. Segundo, salvaguardamos a paz mundial. Terceiro, estamos a fortalecer a “união e cooperação” com o Terceiro Mundo... São os Estados Unidos e a União Soviética que praticam o hegemonismo e, portanto, eles não são as vítimas... Por esta razão, o Terceiro Mundo é que é a força primeira e genuína para salvaguardar a paz mundial e contrariar o hegemonismo» (Deng, 1982a).

¹²¹ Por exemplo, os EUA avançaram com um programa de cooperação com Pequim (o *Chestnut*) ao abrigo do qual a CIA instalaria, nas montanhas do Xinjiang chinês, algumas instalações de interceptação contínua das comunicações soviéticas e treinaria militares chineses nestas missões, com o objectivo de captar todas as comunicações e sinais de radar soviéticos desde Cam Ranh, no Vietname às Ilhas Curilhas, passando pela Ásia Central, compensando a perda das estações americanas na Indochina e no Irão (Carriço, 2006: 331).

¹²² Gorbatchov sucedeu a Konstantin Chernenko (Fevereiro de 1984-Março de 1985), modelo de *apparatchik* conservador “brejneviano” que, por sua vez, tinha assumido o poder com o desaparecimento de Iuri Andropov (Novembro de 1982-Fevereiro de 1984), antigo Chefe do KGB mas com espírito reformista e que tinha sucedido a Brejnev depois da morte deste, em Novembro de 1982.

¹²³ O programa de *Perestroika* foi aprovado na reunião plenária do CC do PCUS, em Abril de 1985 e aclamado pelo XVII Congresso do PCUS, em Fevereiro de 1986 tendo por base, sumariamente, três causas principais: i) as tremendas dificuldades económicas e sociais, justificando Gorbatchov esta penosa situação com o anterior «*período de estagnação*» que conduziu a um efeito de «*mecanismo de travagem*» (Gorbatchov, 1991: 15-18); ii) a crise ideológica acompanhada da esclerose e paralisia do Partido-Estado, bem como o enorme desfasamento entre este e a sociedade (ibid.: 15-21); e iii) a situação internacional da União Soviética, estranhamente, de relativo isolamento (ibid.: 180-185).

¹²⁴ «Para pôr termo a todos os boatos e especulações que proliferam acerca desta questão no Ocidente, gostaria de mais uma vez frisar que estamos a levar a cabo todas as nossas reformas em conformidade com a nossa opção socialista. Estamos a procurar dentro do socialismo e não fora dele as repostas a todas as perguntas... Quaisquer esperanças de que começaremos a contruir uma sociedade diferente, uma sociedade não-socialista, passando-nos para outro campo, são irrealistas e vãs. Aqueles que no Ocidente esperam que abandonemos o socialismo terão uma decepção» (ibid.: 36-37). Gorby lança, inclusivamente, um desafio: «quando as nossas

aproximação do Partido-Estado à sociedade por uma política de “abertura” e “transparência” (*glasnost*). Ou seja, tal como Deng Xiaoping fizera uns anos antes na RPChina, Gorbatchov dava agora prioridade na URSS ao pragmatismo económico, não às questões ideológicas. Contudo, era demasiado tarde para o regime soviético, acabando a *Perestroika* por precipitar uma série de transformações sistémicas.

A *Perestroika* implicava uma total reestruturação interna mas também a reestruturação da política externa soviética, a fim de pacificar o sistema internacional e permitir a Moscovo, por um lado, reduzir drasticamente o fardo da competição armamentista e do apoio a uma vasta parada de “clientelas” espalhada por todo o mundo e, por outro, captar investimentos e tecnologia Ocidentais. É neste pressuposto que o líder soviético avança, como epicentro do seu “Novo Pensamento em Política Externa”, com uma nova e surpreendente abordagem de segurança: *«a segurança é indivisível. Ou é segurança igual para todos ou não é nenhuma... A segurança já não pode ser mantida por meios militares... Ao desviar vastos recursos de outras prioridades, a corrida aos armamentos baixa o nível de segurança, pondo esta em perigo.»* (Gorbatchov, 1991: 158-159). Reedição da “doutrina da coexistência pacífica” ou nova *détente*? É mais do que isso, pois trata-se de uma verdadeira noção de *segurança comum, cooperativa e global*.

IV.3.1. O fim da “dupla Guerra Fria” e da URSS

A retórica conciliatória de Gorbatchov e a “ofensiva da paz” soviética¹²⁵ põe termo à tensão Leste-Oeste. As cimeiras entre *Gorby* e os líderes Ocidentais sucedem-se a um ritmo sem precedentes, nomeadamente, com os Presidentes Americanos Ronald Reagan e George Bush (eleito no final de 1988), sendo uma das mais significativas a de Malta, em Dezembro de 1989, onde Gorbatchov e Bush declararam solenemente o “fim da Guerra Fria”. As transformações operam-se de forma alucinante, a começar pelo teatro europeu¹²⁶: em Novembro de 1989, o Muro de Berlim era desfeito por uma população eufórica, abrindo

reformas produzirem os resultados esperados, então os críticos do socialismo terão também de se submeter a uma “perestroika”» (ibid.: 142).

¹²⁵ A União Soviética reduz, drasticamente, o seu orçamento e panóplia militar; recua no Terceiro Mundo, fardo impossível de suportar, suprimindo ou reduzindo sensivelmente o auxílio aos movimentos e regimes aliados, por exemplo, em Angola, Moçambique, Etiópia, Nicarágua, Coreia do Norte, Síria, Cuba ou Vietname; retira os seus militares do Afeganistão e leva o Vietname a retirar do Camboja; estabelece, significativamente, relações diplomáticas com o Vaticano (1990) e Israel (1991)...

¹²⁶ Encerra-se a “crise dos Euromísseis” (Tratado de Washington, em Dezembro de 1987); o Pacto de Varsóvia admitiu, em Maio de 1987, que existiam desequilíbrios a seu favor, desbloqueando as *Mutual and Balanced Forces Reduction* (MBFR) e dando origem a conversações sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa (FACE) que culminariam com a assinatura, em Novembro de 1990, do Tratado *CFE* (*Conventional Forces in Europe*); nesta mesma altura, todos os países europeus (com excepção da Albânia) mais os EUA e o Canadá, participantes na CSCE, assinam, solenemente, a *Carta de Paris*, proclamando a nova ordem europeia, ao mesmo tempo que soviéticos e americanos assinam o significativo *Strategic Arms Reductions Talks* (START I).

caminho à reunificação alemã concretizada menos de um ano depois; num curtíssimo espaço de tempo, depois de *Gorby* decretar o fim da “doutrina Brejnev”, os regimes comunistas desaparecem na Europa; em 1991, o COMECOM e o Pacto de Varsóvia eram oficialmente desmantelados. O império soviético desagrega-se e a Guerra Fria chegava ao seu termo. A ONU ganha, então, “novo fôlego” e, em 1991, a Guerra do Golfo confirmava a emergência de uma “Nova Ordem Mundial” em que soviéticos e americanos, finalmente, “desbloqueavam” o Conselho de Segurança permitindo aos EUA liderar a comunidade internacional na punição do Iraque agressor¹²⁷.

A Ásia Oriental também não passou imune à política soviética de apaziguamento, lançando Gorbatchov apelos para a cooperação entre todos os países da macro-região e propondo a implementação de um processo similar ao da CSCE: o Japão e os “Novos Países Industrializados” salientam, contudo, as diferenças nas condições geopolíticas e no ambiente estratégico entre a Ásia-Pacífico e a Europa, considerando que «*seria mais importante para assegurar a estabilidade regional utilizar e expandir os mecanismos de cooperação existentes, centrados na cooperação económica*» (Japan Diplomatic Bluebook 1991: Chapter 1, Section 1-4.). De qualquer forma, Moscovo empenhou-se em reduzir os receios dos países ASEAN e normalizar as relações com todos eles, para o que muito contribuiu o início da retirada dos militares soviéticos estacionados no Vietname, a pressão para que os vietnamitas retirassem do Camboja e o apoio ao processo de paz cambojano: em Julho de 1991, a URSS participou, pela primeira vez, como convidada especial, na cerimónia de abertura da Reunião Ministerial da ASEAN. Entretanto, Moscovo iniciou também a retirada das suas forças da Mongólia e reduziu os dispositivos militares e o número de soldados no Extremo-Oriente soviético (cerca de 200.000, só entre 1989 e 1991). A “ofensiva da paz” Gorbatchoviana levou, igualmente, a URSS a reduzir drasticamente o apoio à Coreia do Norte e a melhorar as relações com os vizinhos antagonistas do Nordeste Asiático: com a Coreia do Sul, esse processo culminaria no estabelecimento de relações diplomáticas, em Setembro de 1990; com Tóquio, acordou em prosseguir uma série de programas cooperativos no espírito do que ficou conhecido por *expanding equilibrium*, tendo o casal Gorbatchov efectuado uma vista histórica ao Japão, em Abril de 1991 - a ausência

¹²⁷ A “Guerra do Golfo” de 1991 foi desencadeada pelos EUA contra o Iraque de Saddam, a fim de libertar o pequeno Kuwait da invasão iraquiana do ano anterior. Liderando uma ampla coligação internacional sob mandado das Nações Unidas, os EUA deslocaram mais de meio milhão de soldados para a região do Golfo Pérsico, mostrando uma América triunfante e toda poderosa a liderar a Comunidade Internacional. Os assuntos mundiais pareciam precisar da liderança americana e os EUA pareciam querer gozar do “poder da legitimidade” por via das Nações Unidas e a necessitar do contributo financeiro de outras potências suportando, assim, parte do “fardo”. Por outro lado, a Guerra do Golfo reforçou a ideia de que os EUA teriam de continuar a estar preparados para intervir militarmente num mundo longe de estar seguro: a estratégia e o planeamento militar americanos continuaram, assim, a basear-se na premissa de que os EUA poderiam ter de travar e ganhar duas guerras em diferentes regiões do mundo, com a Península Coreana e o Golfo Pérsico a servirem de cenários principais para este padrão das duas guerras.

de consenso sobre a disputa das Curilhas do Sul/Territórios do Norte impediram, contudo, que se alcançasse um Tratado de Paz.

O líder soviético procurou ainda, incessantemente, ultrapassar a clivagem com a RPChina conseguindo, finalmente, depois de promover desenvolvimentos decisivos nas três questões consideradas cruciais pelos implacáveis negociadores chineses para a melhoria definitiva das relações mútuas - retirada soviética do Afeganistão, retirada vietnamita do Camboja e redução drástica da panóplia militar soviética junto à fronteira com a China - que Pequim o convidasse a efectuar uma visita oficial, em Maio de 1989, selando a normalização das relações URSS-RPChina¹²⁸. Terminava, assim, a “outra guerra fria”.

Com o súbito apaziguamento nas relações internacionais, a natureza das preocupações respeitantes à União Soviética alterava-se: auxiliar Moscovo nas suas reformas e impedir o perigoso caos passava a ser o mais importante objectivo do Ocidente¹²⁹. A URSS, contudo, não resistiria muito mais, implodindo nas semanas seguintes à tentativa do Golpe de Estado de 19-21 de Agosto de 1991, liderado por alguns dos mais destacados dirigentes do Partido-Estado¹³⁰ que procuravam fazer reverter o processo de reformas: embora este golpe tenha fracassado, Gorbatchov (preso temporariamente pelos *putschistas* que ele próprio ajudara a subir no aparelho) sai completamente desacreditado, enquanto Boris Ieltsine, recém-eleito Presidente da República Socialista Soviética da Rússia e principal rosto da resistência popular pacífica aos golpistas, passa a encarnar a vontade irremediável de “seguir em

¹²⁸ A normalização das relações entre Moscovo e Pequim seria confirmada depois pela visitas à URSS do Primeiro-Ministro chinês Li Peng, em Abril de 1990 e do novo Secretário-Geral do PCC, Jiang Zemin, em Maio de 1991, tornando-se este o primeiro dirigente de topo chinês a visitar a URSS desde a última visita de Mao, em 1957.

¹²⁹ Por exemplo, os EUA atribuem à URSS o estatuto de “Nação Mais Favorecida”, enquanto o auxílio à moribunda URSS foi também o tema central das Cimeiras do G7 em Houston (Julho de 1990) e, nomeadamente, Londres (Julho de 1991), tendo nesta última os líderes do G7 reunido com Gorbatchov e acordado um programa que visava a assistência técnica e económica à URSS: 1) Apoio a uma associação especial do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) com a URSS; 2) quatro instituições internacionais – o FMI, o BM, a OCDE e o BERD – auxiliariam com o seu *know-how* as reformas económicas soviéticas; 3) intensificar a assistência técnica em cinco áreas específicas – energia, reconversão da Defesa, distribuição alimentar, segurança nuclear e transportes; 4) facilitar o acesso comercial aos produtos e serviços soviéticos; 5) promover o relacionamento e os contactos entre Moscovo e o G7; e 6) discutir toda a variedade de assuntos com os homólogos do Governo Soviético, nomeadamente, ao nível ministerial e nos domínios das finanças, economia e comércio.

¹³⁰ O *Comité de Estado de Emergência* - como se autoproclamava o “Grupo dos Oito” golpistas que, entre 19 e 21 de Agosto, pretendeu dar um golpe de Estado na URSS e que depôs, temporariamente, Gorbatchov “por incapacidade para o exercício de funções por razões de saúde” (ficando em prisão domiciliária na sua casa de férias na Crimeia) - incluía alguns dos mais altos dirigentes do aparelho soviético: Gennady Yanayev, Vice-Presidente da URSS e que assinou o decreto em que ele próprio substituiu Gorbatchov no lugar de Presidente da União Soviética; Valentin Pavlov, Primeiro-Ministro; Vladimir Kryuchkov, Chefe do KGB; Dmitiy Yazov, Ministro da Defesa; Boris Pugo, Ministro do Interior; Oleg Baklanov, Chefe do Conselho de Defesa e, portanto, do complexo militar-industrial; Vasily Starodubtsev, líder da União dos Camponeses Soviéticos; e Alexander Tizyakov, Presidente da Associação das Empresas do Estado e Conglomerados da Indústria, Transporte e Comunicações. Alegadamente, B. Pugo suicidou-se no seu apartamento, em 21 de Agosto de 1991; todos os outros sete, juntamente com mais quatro apoiantes – incluindo o Presidente do Soviete Supremo, Anatoliy Lukianov -foram presos e condenados por conspiração e traição, sendo amnistiados em 1994.

frente”. Em completa agonia, a União Soviética desfez-se, dando as suas Repúblicas origem a quinze Novos Estados Independentes, doze dos quais ingressariam na substituta Comunidade de Estados Independentes (CEI) ¹³¹, criada em Dezembro de 1991. Era o fim da “pátria do socialismo” e da superpotência soviética, bem ao invés dos propósitos da *Perestroika*.

IV.3.2. O início das Ambivalentes Transformações

Tal como a *détente* se tinha reflectido de forma ambivalente na Ásia Oriental, também as mudanças introduzidas pelo fim da “dupla guerra fria” se revelam extraordinariamente ambivalentes.

A República Popular da Mongólia não podia deixar de sofrer as consequências da nova política soviética, sobretudo, após acolher a visita de Gorbatchov, no Outono de 1985, apelando este apelou a uma espécie de *Perestroika* mongol: logo no ano seguinte, a Mongólia restabelecia relações diplomáticas com a RPChina e, em 1987, fazia o mesmo com os EUA pela primeira vez na história dos dois países; três anos depois, a Mongólia seguia o mesmo rumo das congéneres “Democracias Populares” europeias, ou seja, a “transição democrática” (ver adiante Cap. V.1.). Outro dos reflexos benignos do novo ambiente internacional foi o fim da ocupação vietnamita do Camboja, o processo de paz cambojano e a pacificação das relações sino-vietnamitas, como detalharemos no Cap. V.3.

Na Península Coreana, conjugado com o apaziguamento soviético-americano e sino-soviético, assiste-se a um aumento da “desigualdade” Norte-Sul quer economicamente quer em termos de estatuto internacional. Na Coreia do Sul, os sucessivos regimes autoritários tinham conseguido fazer prosseguir o “milagre económico” caracterizado pelo proteccionismo aos *chaebols* e forte internacionalização, tornando o país num dos “tigres asiáticos” com uma economia pujante apoiada nas exportações e que registava, desde meados dos anos 1980, um saldo positivo na sua balança comercial, enquanto a Coreia do Norte enfrentava uma difícil situação económica agravada agora quer pelo fim do auxílio soviético quer pela insistência num modelo económico completamente ineficaz e na manutenção de uma vasta panóplia militar¹³²: consequentemente, ao findar a Guerra Fria, o PIB da Coreia do Sul era cerca de dez vezes maior e o PIB *per capita* cinco vezes e meia mais elevado do que na Coreia do Norte. Entretanto, Seul inciou um processo de

¹³¹ Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Moldávia, Geórgia, Arménia, Azerbaijão, Cazaquistão, Turquemenistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão. Onze destas quinze ex-Repúblicas soviéticas, integraram logo em Dezembro de 1991 a CEI; a Geórgia ingressaria no ano seguinte; os Países Bálticos Estónia, Letónia, Lituânia, nunca aceitaram aderir à CEI.

¹³² Apesar de ser uma das mais pobres economias da região, o Exército Popular da Coreia do Norte dispunha, no final dos anos 1980, de mais de 1.250.000 efectivos, o que fazia dele o quarto maior do mundo.

democratização (Cap. V.1) e desenvolveu a *Nordpolitik* destinada a melhorar as relações com Pequim e Moscovo e também com Pyongyang. Apesar de o tentar contrariar, a Coreia do Norte assistiu, impotente, à aproximação entre as suas aliadas e a Coreia do Sul, participando ambas nos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988 (os segundos a serem realizados num país asiático depois do Japão, em 1964) e normalizando ambas as relações diplomáticas com Seul - em 1990, a URSS e, em 1992, a RPChina. O novo contexto criava condições mais favoráveis, igualmente, para o apaziguamento entre Pyongyang e Seul: ambas as partes renunciaram, então, à posição tradicional segundo a qual a Coreia não podia ter senão uma única representação nas instâncias internacionais e, em 17 de Setembro de 1991, mesmo sem o estabelecimento de um verdadeiro Tratado de Paz, as duas Coreias ingressaram em simultâneo na ONU (ver mais no Cap. V.3).

Também na Birmânia se registam transformações. O regime militar socialista de Ne Win, conseguiu operar, desde meados da década de 1980, uma aproximação à velha rival RPChina¹³³. Contudo, não conseguiu sobreviver no poder, sendo deposto e substituído por uma nova Junta Militar que substituiria o “nome colonial” do país pela designação não reconhecida internacionalmente de *União do Myanmar*, em 1989 (ver adiante Cap. V.1.). Ostracizada e sancionada pela Comunidade Internacional, a nova Junta Militar do Myanmar ficava quase exclusivamente limitada ao apoio da RPChina- a realidade é que também o regime comunista chinês estava sob acesas críticas internacionais na sequência do “massacre de Tiannanmen”.

O ano de 1989 parecia começar de feição para a *RPChina*: vinha de uma década de elevado crescimento económico; via apaziguar-se a sua vasta periferia; acolhia, em Fevereiro, a visita oficial do novo Presidente Americano, apenas um mês depois de George Bush ter tomado posse; e preparava-se para receber a visita oficial de Gorbatchov, em Maio, normalizando as relações sino-soviéticas. Contudo, a China entrava num período de graves convulsões internas: a par das discretas disputas no seio do Partido-Estado quer tendo em vista a sucessão de Deng Xiaoping quer entre as facções “reformista” e “conservadora”¹³⁴, eclodiam gigantescos protestos estudantis e populares que culminariam com a intervenção violenta do EPL que fez irromper os seus soldados e carros de combate

¹³³ Em 1986, depois de mais um fracasso nas “negociações de paz” entre o Partido Birmanês do Programa Socialista (PBPS) de Ne Win no poder e o Partido Comunista Birmanês (PCB), retorna a insurgência do PCB, como sempre, severamente reprimida pelo regime militar birmanês; contudo, ao contrário do que tinha feito até então, a RPChina retira o seu tradicional auxílio ao PCB e começa a apoiar o regime de Rangoon, constitucionalmente socialista, enquanto Rangoon abdica de apoiar a causa Tibetana. Esta “mudança de campos” permite incrementar as relações entre a Birmânia e a RPChina, tirando também partido do desanuviamento URSS-RPChina e RPChina-Índia.

¹³⁴ Como revela, por exemplo, um relatório confidencial e entretanto desclassificado da CIA (1989a) - *China: Potential for Political Crisis. February 9, 1989.*

pela Praça de Tiannanmen¹³⁵ (ou “Praça da Paz Celestial”) e ruas circundantes, em Pequim, bem como por outras cidades chinesas, em 4 de Junho de 1989, provocando uma tragédia cuja verdadeira dimensão é ainda hoje objecto de acesa polémica e grandes disparidades¹³⁶.

Estes trágicos acontecimentos tiveram um impacto tremendo. Internamente, aqueles que sonhavam com uma eventual democratização próxima da RPChina viram ruir essas expectativas; nas hostes do Partido-Estado a luta de poder conhecia aqui um epílogo com as consequentes “ascensões” e “purgas”¹³⁷. Além disso, da poeira de Tiannanmen emergia aquele que seria o próximo “timoneiro”, depois de Mao e de Deng, numa típica solução de

¹³⁵ Com epicentro na Praça de Tiannanmen, em Pequim, estes protestos foram despoletados com a morte, por doença, em 15 de Abril de 1989, de Hu Yaobang, antigo Secretário-Geral do PCC (1980-87), exigindo os manifestantes, entre muitas outras reivindicações, reformas democráticas e tendo como principal alvo da contestação o Governo liderado por Li Peng, conhecido como um rival político tanto de Hu Yaobang como de Zhao Ziyang, antigo Primeiro-Ministro (1980-87) e Secretário-Geral do PCC desde 1987. As manifestações nunca mais pararam de crescer, incentivadas, entretanto, pela visita de Gorbachov e pela presença dos *media* internacionais: já depois de proclamada a Lei Marcial (20 de Maio), os estudantes ergueram na Praça Tiannanmen uma simbólica estátua da “Deusa da Democracia” exposta aos olhos de todo o mundo. Os dirigentes chineses estavam, porém, divididos quanto à adequada reacção a empreender, fractura essa protagonizada, principalmente, pelo Primeiro-Ministro Li Peng – favorável a uma resolução imediata, recorrendo à força – e pelo Secretário-Geral do PCC Zhao Ziyang, defensor de uma abordagem pacífica e negociada. A decisão de autorizar Li Peng e o EPL a recorrer à força - depois do regime ter acentuado a campanha contra os manifestantes, nomeadamente com editoriais no *Diário do Povo*, considerando-os, genericamente, partidários do “liberalismo burguês” e traidores ao serviço de “forças externas” - coube, assim, a Deng Xiaoping e à poderosa CMC estatal. Sobre as diferentes posições e cisões entre as autoridades chinesas e o processo de decisão que conduziu ao emprego da força ver: Andrew J. Nathan e Perry Link (Eds) e Zhang Liang (Compilação) (2001), *The Tiananmen Papers. The Chinese Leadership's Decision to Use Force Against their Own People —In their Own Words*. New York: PublicAffairs; os relatórios desclassificados da CIA (1989b e 1989c) - *China's Military: Fragile Unity in the Wake of Crisis [Deleted], August 25, 1989* e *The Road to the Tiananmen Crackdown: An Analytic Chronology of Chinese Leadership Decision Making. September 1989*, respectivamente; e USA. The National Security Archive [em linha]- *The US Tiananmen Papers*.

¹³⁶ A enorme disparidade de números referentes ao “massacre de Tiannanmen” resulta, desde logo, das motivações políticas das respectivas fontes: evidentemente, os dados oficiais de Pequim apontam um número muito reduzido de mortos (cerca de uma dezena, incluindo soldados do EPL), enquanto as organizações pró-direitos humanos e democracia, em particular, algumas constituídas por exilados chineses nos Estados Unidos, sugerem até seis ou sete mil mortos, além de um número incerto de “desaparecidos” e de execuções posteriores. Outras razões que justificam a grande disparidade dos números desta tragédia são a dificuldade de verificação independente ou ainda o facto de alguns dados incluírem as vítimas noutros locais de Pequim e noutras cidades chinesas, não apenas os respeitantes à Praça de Tiannanmen e ruas circundantes. Por exemplo, *O Livro Negro do Comunismo* (Courtois *et al.*, 1998: 617) descreve assim o saldo da tragédia: «um bom milhar de mortos, talvez dez mil feridos em Pequim, centenas de execuções na província, muitas vezes mantidas em segredo ou disfarçadas sob a capa de casos de delito comum; cerca de dez mil prisões em Pequim, trinta mil em toda a China». Ver também Human Rights in China (HRIC) (2004) - *June 4th, 1989 Crackdown in Human Rights in China* (HRIC) [em linha]; e China Support Network (CNS) - *History* - sobre os acontecimentos de Tiannanmen e a origem da CNS [Em linha]. Ao mesmo tempo, as autoridades chinesas ordenaram aos canais estrangeiros que cancelassem as suas emissões, fechando mesmo as ligações por satélite e confinando os jornalistas estrangeiros aos hotéis, expulsando-os depois, numa tentativa de controlar a divulgação dos acontecimentos.

¹³⁷ Por exemplo, Zhao Ziyang, que se opôs à Lei Marcial e à repressão violenta foi obrigado, de imediato, a abandonar o posto de Secretário-Geral do PCC, passando os últimos quinze anos da sua vida em prisão domiciliária, enquanto Li Peng se manteve no cargo de Primeiro-Ministro até 1998, ocupando depois a Presidência da Assembleia Popular Nacional chinesa até 2003 - a influência política de Li Peng perdurou, portanto, mas a responsabilidade que teve na tragédia e os anticorpos que, por isso, criou dentro e fora da China terão pesado para impedir que chegasse ao topo da hierarquia do poder na China. Ver Nathan e Gilley (2002)- *China's New Rulers: The Secret Files*.

equilíbrio entre as diversas sensibilidades: trata-se de Jiang Zemin, cuja ascensão é normalmente interpretada como uma recompensa de Deng e do PCC pela sua habilidade em manter a ordem em Xangai, contrastando com o caos que se instalou na capital - além de Secretário-Geral do PCC (Junho de 1989), Jiang seria “eleito” Presidente da Comissão Militar Central estatal (Março de 1990) e Presidente da República Popular (Março de 1993), sendo o verdadeiro sucessor de Deng e elemento central da chamada “terceira geração” de líderes da RPChina (ver Cap.V.1.1.).

No plano externo, o “massacre de Tiannanmen” prejudicou gravemente a reputação do regime comunista chinês: ao terminar a Guerra Fria, a imagem da RPChina como um país que empreendia reformas e servia de contrapeso à URSS era subitamente substituída pela de um regime altamente repressivo, hostil à democracia e violador dos direitos humanos, contrariando o espírito e as expectativas da “nova ordem mundial”. A reacção dos EUA, pela mão da Administração Bush, foi especialmente dura mas também extraordinariamente ambivalente: por um lado, liderou a campanha internacional contra o regime de Pequim e a imposição imediata de sanções contra a RPChina, apoiou os “dissidentes” chineses, suspendeu a cooperação militar com Pequim, em particular, o programa *Foreign Military Sales (FMS)* e aumentou o volume de armamentos entregues a Taiwan, como que reorientando a política de *containment* contra a RPChina; por outro, promoveu uma imediata “diplomacia secreta” mantendo aberto o diálogo bilateral, preservou os laços económicos (incluindo o estatuto de “Nação Mais Favorecida” à RPChina, não sem um aceso debate no Congresso) fazendo com que o intercâmbio comercial rapidamente voltasse a uma certa normalidade e manteve a RPChina envolvida na cooperação económica regional (incluindo o apoio à adesão chinesa na APEC, em 1991) e na resolução de certos problemas internacionais e regionais¹³⁸ (como a “Guerra do Golfo”). De qualquer forma, no momento

¹³⁸ Logo no final do mês em que ocorrera o “massacre de Tiannanmen”, o *National Security Adviser* Brent Scowcroft e o *Deputy Secretary of State* Laurence Eagleburger deslocaram-se secretamente à China, contactando os dirigentes chineses: um documento do Departamento de Estado descrevendo os “Temas” discutidos nessa ocasião obtido pelo repórter James Mann, está incluído na colecção de documentos desclassificados in USA, The National Security Archive – *The Tiannanmen Papers* – US State Department. June 29, 1989. A visão dúplice dos EUA é bem evidente no teor de uma comunicação do Embaixador americano em Pequim, James Lilley, datada de 11 de Julho de 1989: «*we are not rewarding the murderers of Tiananmen by selling Boeing aircraft for hard cash. Let a thousand points of business decisions work in China based on our own businesses’ realistic assessments of economic and political prospects for China*» (USA Embassy Beijing Cable, 1989). Já depois de ter levantado grande parte das sanções, o Presidente Americano recebeu, em Novembro de 1990, o MNE chinês, obtendo de Pequim, por exemplo, a “responsabilidade” de deixar passar no CSNU as resoluções que permitiriam aos EUA desencadear a Guerra do Golfo no início do ano seguinte. EUA e RPChina continuaram a cooperar também no processo de paz cambojano ou na adesão de Pyongyang e Seul à ONU e na desnuclearização da Península Coreana. Ainda em 1991, Washington apoiou a adesão da RPChina na APEC e a “US National Security Strategy” desse ano afirmava que «*Consultations and contact with China will be central features of our policy, lest we intensify the isolation that shields repression. Change is inevitable in China, and our links with China must endure...One of our goals is to foster an environment in which Taiwan and the Peoples Republic of China can pursue a constructive and peaceful interchange across the Taiwan Strait*» (USA.The White House, 1991).

em que o eixo Washington-Moscovo-Pequim se dissolvia, as relações entre as duas grandes potências vencedoras da “dupla guerra fria” entravam, de facto, numa nova fase. A reacção a Tiannanmen dos países asiáticos vizinhos da RPChina foi bastante mais suave e acomodatória, mostrando que não queriam sair de uma longa era conflitual para entrarem noutra e empenhando-se, por isso, em continuar a envolver a China e a desenvolver os laços bilaterais e multilaterais¹³⁹, ao mesmo tempo que eram também eles os alvos prioritários da intensa campanha diplomática que Pequim promoveu a seguir destinada a reabilitar a imagem internacional da China.

O novo quadro de desanuviamento favorecia claramente as perspectivas da ASEAN, incluindo as tendentes a alargar e aprofundar a cooperação regional, a prioridade ao desenvolvimento económico e a sua noção de “segurança completa”: «*a segurança*», de acordo com o Primeiro-Ministro da Malásia Mahatir Mohamad (1986), «*não é somente uma questão de capacidade militar. A Segurança Nacional é inseparável da estabilidade política, do sucesso económico e da harmonia social. Sem isto, até todas as armas do mundo são insuficientes para prevenir um país de ser tomado pelos seus inimigos, cujas ambições podem por vezes ser satisfeitas sem disparar um único tiro*». Em 1987, tinha lugar a Terceira Cimeira ASEAN, nas Filipinas (dez anos depois da Segunda), produzindo o *Protocolo Emendando o Tratado de Paz e Amizade no Sudeste Asiático* - considerando-o aberto ao acesso de outros Estados do Sudeste Asiático e também a países externos à região - e a *Declaração de Manila* onde os então seis países membros manifestavam os propósitos de «*intensificar os esforços para encontrar uma solução política duradoura para o problema Cambojano... realizar rapidamente a Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade no Sudeste Asiático (ZOPFAN)... estabelecer o Sudeste Asiático como Zona Livre de Armas Nucleares (SEANWFZ)... promover e desenvolver a cooperação com os Estados na região do Pacífico*» (ASEAN, 1987). Assim, ao mesmo tempo que se continuou a aprofundar e a

¹³⁹ As críticas regionais ao regime chinês foram relativamente raras e ténues, com os países da Ásia Oriental, do Japão ao Sudeste Asiático, a mostrarem claramente que não queriam sair de uma longa era conflitual para entrarem noutra empenhando-se, por isso, em continuar a envolver a China e a desenvolver os laços bilaterais e multilaterais. Exemplos disto mesmo constituem a normalização das relações diplomáticas da Indonésia e de Singapura com a China, em 1990; o incremento das relações Seul-Pequim até à completa normalização diplomática, em 1992; o empenho japonês, sul-coreano e da ASEAN no desmantelamento rápido das sanções internacionais à China; a participação do MNE chinês na *Asia-Pacific Foreign Ministerial Meeting*, em Setembro de 1990; o apoio e participação dos países da região nos XI Jogos Asiáticos, organizados pela China, entre Setembro e Outubro de 1990; o convite da ASEAN à RPChina para participar como convidada especial na cerimónia de abertura da Reunião Ministerial da ASEAN, em Julho de 1991; ou o envolvimento e participação da China no processo APEC, a partir de 1991. No que respeita às relações com a Mongólia, Pequim acolheu as visitas do Presidente do Partido Revolucionário Popular Mongol, Gombojavyn Ochirbat, em Janeiro de 1991, e do Ministro da Defesa Jargaliin Jadambaa, em Abril, deslocando-se o Presidente da RPChina, Yang Shangkun à Mongólia, em Agosto desse ano. Pequim continuou, igualmente, a incrementar os laços com Moscovo com quem tinha normalizado relações, tendo o Primeiro-Ministro Li Peng e o novo Secretário-Geral do PCC Jiang Zemin visitado a URSS, respectivamente, em Abril de 1990 e em Maio de 1991.

desenvolver a cooperação com os parceiros do seu “sistema de diálogo” alargado, em 1991, à Coreia do Sul, a ASEAN incrementou também o relacionamento com os restantes países do Sudeste Asiático (Vietname, Laos, Camboja e Birmânia) e ainda com a URSS e a RPChina: em 1990, a Indonésia e Singapura normalizaram as relações diplomáticas com Pequim, o que era particularmente significativo tendo em conta o contexto pós-Tiannanmen; em Julho de 1991, a URSS e a RPChina participaram como convidadas especiais na cerimónia de abertura da Reunião Ministerial da ASEAN. O novo activismo da ASEAN e a sua importância no contexto regional foi bem vincado pelo papel que desempenhou na resolução do conflito cambojano, um dos capítulos mais marcantes na história diplomática da Associação¹⁴⁰. É caso para dizer, portanto, que sendo um produto da Guerra Fria e numa região continuamente instável, a ASEAN provou ser possível fazer progredir um processo de regionalismo (ainda que *soft*) no Sudeste Asiático, dando um contributo valioso para a segurança regional e afirmando-se como interlocutor autónomo e válido quer para os seus “parceiros de diálogo” quer no quadro dos diálogos Norte-Sul e Sul-Sul, iniciando aquilo que seria um profícuo processo de cooperação intra-regional, pan-regional e inter-regional na Ásia Oriental.

Entretanto, desenvolveu-se no seio da ASEAN o conceito de *Pacific Cooperation*, visando a cooperação na Ásia-Pacífico a longo-prazo e segundo o qual essa cooperação: (i) deve centrar-se nos aspectos económicos, culturais e tecnológicos; (ii) deve ser aberta e não-exclusiva; (iii) deve respeitar as iniciativas da ASEAN e de outros países parceiros; e (iv) deve ser promovida em apoio à actividade do sector privado.

Coincidindo esta perspectiva da ASEAN com outras similares dos seus “Parceiros de Diálogo” e com o crescente espírito cooperativo em toda a área da Ásia-Pacífico, estava aberto o caminho para o surgimento da *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC) na reunião que teve lugar, em 6 e 7 de Novembro de 1989, em Camberra-Austrália, entre os ministros de doze países – seis ASEAN (Indonésia, Singapura, Tailândia, Malásia, Brunei e Filipinas), Austrália, Nova Zelândia, Japão, Coreia do Sul, Canadá e Estados Unidos. Embora tenha sido uma reunião informal, marcou o início de um processo cooperativo multilateral inter-regional ligando a Ásia Oriental, a Oceania e o Continente Americano (ver adiante Cap. V.4.).

¹⁴⁰ A ASEAN tomou a iniciativa e fez aprovar Resoluções na Assembleia-Geral da ONU que apelavam à completa e duradoura resolução da situação no Camboja, recebendo apoio consistente da comunidade internacional. A sua acção foi, igualmente, crucial para fazer chegar apoio internacional aos cerca de 500 mil refugiados cambojanos presentes na Tailândia, junto à fronteira com o Camboja. Com a Indonésia como principal interlocutor, a ASEAN manteve ainda o diálogo aberto com todas as partes do conflito, bem como com Washington, Moscovo e Pequim, patrocinando reuniões informais, em Jacarta, onde as várias facções cambojanas discutiram a paz e a reconciliação nacional. Este activismo da ASEAN foi decisivo para os Acordos de Paris (entre 1989 e 1991) que, como vimos atrás, selaram o fim do conflito e colocaram o Camboja num processo de paz supervisionado pelas Nações Unidas. Ver também adiante Cap. V.3.

Os esforços no sentido da cooperação multilateral regional intensificam-se, de facto, nesta época. Em Setembro de 1990, teve lugar, em Nova Iorque, a histórica *Asia-Pacific Foreign Ministerial Meeting*, proposta pelo MNE japonês Nakayama, reunindo Ministros de quinze países (Japão, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Coreia do Sul, RPChina, Mongólia, Vietname, Laos, EUA, Canadá, Austrália e URSS) e onde se discutiram questões como a crise do Golfo, o problema cambojano, as situações na Península Coreana e na URSS ou os problemas económicos internacionais. No final desse mesmo ano, o Primeiro-Ministro da Malásia, Mahatir Mohamed propunha a formação de um grupo de cooperação económica na Ásia Oriental juntando apenas os países asiáticos – conceito *East Asian Economic Group* (EAEG) -, ou seja, sem os países “brancos” ou “Ocidentais” como os EUA e a Austrália – e que acabou por reunir paralelamente mas dentro do quadro APEC. A APEC, por seu turno, continuou a desenvolver-se e, na reunião de 1991, aos representantes dos doze países iniciais juntam-se os da RPChina, Taiwan (com a designação de *Chinese Taipei*) e Hong Kong, o que era bastante significativo¹⁴¹. No seu conjunto, estes desenvolvimentos revelam bem a prioridade devotada à estabilidade das relações regionais e ao crescimento económico na Ásia-Pacífico, bem como a ambição de fazer progredir a cooperação multilateral ao findar a Guerra Fria.

Por outro lado, tirando partido quer da “não reciprocidade” com os EUA quer de hábeis políticas regionais de “nacionalismo económico”, a Ásia Oriental era palco de um extraordinário dinamismo económico, com destaque para os *developmental States* Japão, RPChina e “Novos Países Industrializados”, dinamismo esse demonstrado nas impressionantes taxas de crescimento do PIB e no aumento sensível dos *share* respectivos no PIB mundial na última década de bipolaridade (ver a seguir Quadros 5 e 6) ou na sua expansão comercial: as exportações combinadas dos países residentes da Ásia Oriental cresceram de 15% do total mundial no final da década de 1970 para 25% no final da década de 1980, tendo aumentado abruptamente a seu favor as balanças comerciais com a Europa e os EUA. A ascensão asiática estava em nítido contraste com o relativo declínio económico dos Estados Unidos, patenteado no agravamento dos seus enormes “défices gémeos”: o orçamental (que atingia os 236,3 mil milhões USD, em 1990 e subiu para os 326,9 mil milhões USD, em 1992) e o comercial, nomeadamente, relativamente aos parceiros da Ásia Oriental face aos quais esse défice comercial quadruplicou entre 1980 e 1990. Acresce que o

¹⁴¹ Os aspectos significativos são, fundamentalmente, dois: por um lado, a participação de Taipé ao lado de Pequim confirma uma representação própria e autónoma da “província rebelde” nos fóruns internacionais, embora sob a designação de *Chinese Taipei* aceite pela China Popular já que não implica qualquer reconhecimento oficial nem o estatuto de “parte igual” face à Mãe-Pátria; segundo, a participação da RPChina num quadro ainda profundamente marcado pelo “massacre de Tiannanmen” confirma a vontade dos seus vizinhos e dos EUA englobarem a gigantesca China na cooperação económica pan-regional e inter-regional.

comércio americano com a Ásia-Pacífico ultrapassava, de longe, o comércio com a Europa: em 1991, o valor total do comércio dos EUA com os parceiros daquela macro-região excedia os 310 mil milhões USD, quase mais um terço do total da sua actividade comercial com a Europa, sendo que os americanos até exportavam mais para a Ásia-Pacífico (190 mil milhões USD, em 1991) do que para o Continente Europeu e, por exemplo, mais para a Indonésia do que para toda a Europa de Leste ou mais para Singapura do que para Espanha ou Itália.

Esta situação era particularmente relevante no relacionamento económico entre os EUA e o Japão, fortemente interdependentes: em 1990, o comércio com os EUA representava cerca de 27% do total do comércio japonês, enquanto o comércio com o Japão significava cerca de 16% do total do comércio externo americano; cerca de 24% do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) no Japão era proveniente dos EUA, ao passo que cerca de 47% do IDE nos EUA provinha do Japão (Japan, MOFA-*Diplomatic Bluebook* 1991: Chap. IV, Section 2.1). Simplesmente, as relações económicas bilaterais eram agora também marcadas por profundas divergências, nomeadamente, devido ao enorme défice comercial americano cifrado em 53.6 mil milhões USD, em 1987 e 41.1 mil milhões USD, em 1990 (ibid.). A tensão económica poderia, assim, reflectir-se negativamente na solidez e durabilidade da aliança americano-nipónica e desencadear outros efeitos sobre as economias regional e mundial dada a dimensão e o peso das duas economias.

A realidade é que existia nesta altura uma grande confiança e expectativa quanto à possibilidade da Ásia Oriental, liderada pelo Japão, emergir como o novo grande pólo da economia mundial, surgindo também dúvidas sobre o estatuto e a política dos EUA nesta macro-região a partir daqui. Por outro lado, a aparente emergência da prioridade devotada à geoeconomia em detrimento das questões geoestratégicas podia originar tanto um aumento da competição económica como, ao invés, um acréscimo da cooperação bi e multi-lateral em toda a Ásia Oriental.

Quadro 5. Evolução do PIB dos Países da Ásia Oriental e dos EUA, 1980-1990

	% Variação Anual (preços constantes)		Mil Milhões USD (preços correntes)		Per Capita (preços correntes)		Share (%) no PIB Mundial baseado em PPP*	
	Média 1980-1990	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990
Brunei	n/a	1.1	n/a	3.520	n/a	n/a	n/a	n/a
Camboja	n/a	1.1	n/a	0.899	n/a	105	n/a	0.019
RPCChina	9.2	3.8	309.263	390.279	313	341	2.006	3.566
Hong Kong	6.8	3.9	28.585	76.890	5,649	13,367	0.253	0.360
Indonésia	5.9	7.2	95.375	125.722	644	699	0.867	1.084
Japão	3.9	5.2	1,059.558	3,031.620	9,073	24,559	8.368	9.052
Coreia Sul	7.8	9.1	64.000	263.839	1,678	6,154	0.763	1.295
Coreia Norte	n/a	n/a	14.000	24.500	760	1,100	n/a	n/a
Laos	6.8	6.6	0.957	0.872	301	210	0.009	0.012
Malásia	6.9	9.0	24.938	44.025	1,812	2,431	0.249	0.328
Mongólia	5.5		2.624	2.576	n/a	1,244	0.012	0.015
Birmânia/Myanmar	2.0	2.8	6.255	2.788	186	68	0.044	0.037
Filipinas	2.1	3.0	32.450	44.164	671	718	0.486	0.422
Singapura	7.7	9.2	11.730	36.842	4,859	12,09	0.135	0.203
Taiwan	7.9	5.6	42.290	164.789	2,367	8,077	0.483	0.764
Tailândia	7.6	11.6	32.353	85.640	695.772	1,518	0.408	0.641
Vietname	5.0	5.0	27.847	6.472	513	98	0.131	0.170
Estados Unidos	3.3	1.8	2,789.525	5,803.075	12,255	23,207	22.458	22.741

Nota: * PPP = Paridades de Poder de Compra

Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database, October 2009*.

Quadro 6. Evolução dos PIBs durante a Guerra Fria: Comparativo Principais Actores e Regiões, 1952-1978-1990
(com base nos níveis de paridade de poder de compra/PPP de 1990)

	PIB (Mil Milhões USD)			PIB <i>per capita</i> (USD)		
	1952	1978	1990	1952	1978	1990
Europa Ocidental	1 532	4 609	6 033	4 963	12 621	15 965
Estados Unidos	1 625	4 090	5 803	10 316	18 373	23 201
Outros Offshoots Ocidentais	196	611	862	7 688	14 745	17 902
Japão	202	1 446	2 321	2 336	12 585	18 789
"Os Ricos"	3 556	10 753	15 020	6 149	14 455	18 781
Europa de Leste	198	662	663	2 207	5 749	5 440
Rússia	329	1 018	1 151	3 120	7 420	7 779
Outros URSS	217	697	837	2 696	5 607	5 954
América Latina	453	1 749	2 240	2 588	5 070	5 072
China	306	935	2 124	538	978	1 871
Índia	234	625	1 098	629	966	1 309
Outra Ásia	400	1 865	3 099	978	2 441	3 078
África	221	664	905	928	1 488	1 449
Resto	2 357	8 216	12 117	1 157	2 324	2 718
Mundo	5 913	18 969	27 136	2 260	4 432	5 162

Fonte: Maddison/OECD, 2007: p. 102 - Tables 4.4. e 4.5.

IV.4. O significado regional da Guerra Fria

A Guerra Fria tem um enorme significado para a geopolítica e o complexo de segurança da Ásia Oriental na actualidade, visível pelo prisma dos seus efeitos e do seu legado. Desde logo, *a Guerra Fria estabeleceu novas ligações entre os níveis global, regional e local*, na medida em que os sistemas de alianças e os laços desenvolvidos na região pelos EUA e pela URSS se enquadravam nos respectivos projectos hegemónicos globais, tal como as condutas e os assuntos locais e regionais passaram a estar sempre ligados às circunstâncias geopolíticas e geoestratégicas globais. A pressão e a disputa bipolar fomentou, assim, novas fracturas e interligou-se com os conflitos locais, com duas consequências principais: por um lado, as divisões estratégicas e ideológicas URSS/Comunismo *versus* EUA/Capitalismo acrescentaram, em muitos casos, animosidade às rivalidades históricas anteriores; por outro, essas pressões conduziram a conflitos internacionais (Guerras da Coreia e da Indochina), dividiram povos (coreano, chinês e vietnamita) e alimentaram guerras civis, movimentos de guerrilha e golpes de Estado sucessivos. Do mesmo modo, a disputa bipolar justificou a “aceitação” pelos EUA e restante “Mundo Livre” da invasão e ocupação indonésia de Timor-Leste.

Além disso, *os constrangimentos inerentes à bipolarização impediram que as políticas e estratégias asiáticas de não-alinhamento, neutralidade e zonas de paz* - desde os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” chineses à neutralidade declarada da maioria dos países do Sudeste Asiático aquando das suas independências, passando pelo “Espírito de Bandung” e pelas propostas da ASEAN com vista à criação de uma Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade (ZOPFAN) e de uma Zona Livre de Armas Nucleares no Sudeste Asiático (SEANWFZ) - *tivessem sucesso ou se concretizassem*. O impacto da Guerra Fria na Ásia Oriental é visível, igualmente, pelos *reflexos e conexões regionais que acompanharam as oscilações no relacionamento entre os Estados Unidos e a União Soviética*: as alianças estabelecidas pelas superpotências na região ou as Guerras Civil Chinesa, da Coreia e da Indochina relacionaram-se com a aplicação e expansão dos mecanismos da bipolaridade na região; o Armistício na Coreia e as Conferências de Genebra e de Bandung coincidiram com o desanuviamento Leste-Oeste após o desaparecimento de Estaline; a “détente” entre as superpotências ligou-se à ruptura e ao conflito sino-soviético, à aproximação EUA/Japão-RPChina, à retirada americana da Indochina e ao progresso do regionalismo no Sudeste Asiático; o fim da *détente* coincidiu com a Terceira Guerra da Indochina e a abertura económica chinesa; e o final da Guerra Fria coincidiu com o desanuviamento generalizado do ambiente na Ásia Oriental, incluindo a normalização das relações URSS-China, o processo de paz cambojano, a “vaga de democratização” ou a entrada das duas Coreias na

ONU - todos constituem exemplos dessas conexões entre as alterações na “temperatura” bipolar e os desenvolvimentos regionais.

Estes aspectos revelam uma parte do impacto da Guerra Fria na Ásia Oriental. Contudo, não explicam inteiramente todas as ocorrências deste período nem o funcionamento distintivo da bipolarização na Ásia Oriental. Há, de facto, uma certa tendência entre europeus e americanos para, simplesmente, transpôr o exemplo europeu para as outras regiões, mas é importante sublinhar os aspectos específicos da Ásia Oriental em tempo de bipolaridade já que ajudam a demonstrar as particularidades regionais. No palco europeu a confrontação entre as superpotências surgiu logo no imediato pós-II Guerra Mundial, com as respectivas “zonas de libertação” a dar lugar a “blocos” antagonistas divididos por uma rígida “cortina de ferro” que se perpetuou durante toda a ordem bipolar. Por seu lado, na Ásia Oriental, a expansão da Guerra Fria conjugou-se com a guerra civil na China, a divisão da Coreia, a reconstrução do Japão ocupado e as lutas pela independência no Sudeste Asiático, o que levou os EUA e a URSS a procurarem parceiros regionais e locais entre esses movimentos e países, inserindo-os na disputa bipolar, ao mesmo tempo que os governos, elites e movimentos asiáticos procuravam patrocínios externos numa das superpotências.

Assim, a bipolaridade não só chegou mais tarde à Ásia Oriental (verdadeiramente, depois da vitória comunista na RPC e no decurso da Guerra da Coreia) como se desenvolveu em circunstâncias completamente distintas das da Europa, daí resultando uma muito maior fluidez e flexibilidade no curso da Guerra Fria nesta região. A instabilidade política persistente dentro de muitos países, incluindo guerrilhas internas e “mudanças de campo” ou a existência de várias “guerras quentes” e crises demonstram essa maior flexibilidade da “cortina” divisória na Ásia Oriental: se as guerras que tiveram por palco a Coreia ou o Vietname tivessem ocorrido, por exemplo, na Alemanha, talvez não se tivesse conseguido evitar o confronto militar directo entre as duas superpotências. Por outro lado, as experiências coloniais a que tinham sido submetidos os povos do Sudeste Asiático, bem como o “período das humilhações” imposto anteriormente à China, fariam com que o neutralismo, o não-alinhamento e o anti-imperialismo tivessem muito mais eco e expressão na Ásia do que na Europa. Igualmente distintivo é o sistema de alianças: na Europa, de um lado e do outro da “cortina de ferro” tínhamos organizações de defesa colectiva, ou seja, NATO e Pacto de Varsóvia; na Ásia Oriental, todavia, o sistema de alianças que predominava era de tipo bilateral, tipicamente entre uma superpotência e um parceiro regional, numa rede de pactos bilaterais ligados a cada um dos “campos” e às restantes unidades e sistemas regionais e globais das duas superpotências.

O conflito entre as grandes potências comunistas, China Popular e União Soviética é, igualmente, um aspecto distintivo e também revelador da particularidade regional em tempo

de bipolarização produzindo, naturalmente, efeitos mais sensíveis na Ásia Oriental do que noutras regiões - na realidade, a RPChina nunca coube bem na dicotomia Leste-Oeste. A cisão sino-soviética fracturou tanto o movimento de não-alinhados como o movimento comunista internacional, sobretudo, na Ásia, interligando-se quer com os conflitos sino-indiano e indiano-paquistânês quer com a tradicional Guerra Fria quer ainda com os conflitos e rivalidades sino-vietnamita e cambojano - como revela a Terceira Guerra da Indochina. A cisão sino-soviética é, aliás, o melhor exemplo de uma outra característica distintiva da Ásia Oriental em tempo de Guerra Fria, ou seja, a não coincidência entre os preceitos ideológicos e os alinhamentos estratégicos: na Europa, todos os regimes comunistas (com excepção da “não-alinhada” Jugoslávia e, depois, também a Albânia quando passou a alinhar com a RPChina) eram “satélites” de Moscovo e estavam inseridos no “bloco soviético”, enquanto os aliados dos Estados Unidos eram, na sua esmagadora maioria, regimes democráticos liberais; na Ásia Oriental, contudo, o “campo comunista” era muito mais disperso e acabou fragmentado pelo conflito sino-soviético, ao passo que os aliados regionais dos EUA não eram regimes democráticos mas sim regimes autocráticos que apenas tinham a “virtude” de serem anti-comunistas – a excepção democrática era o Japão, numa situação completamente inversa do caso europeu.

De entre os muitos acontecimentos que tiveram lugar na Ásia Oriental no período bipolar, as Três Guerras da Indochina são particularmente representativas das especificidades regionais: a Primeira está associada às lutas pela independência e à descolonização no Sudeste Asiático; a Segunda é um produto directo da Guerra Fria, concretamente, expansionismo comunista com apoio soviético e *containment* americano; a Terceira é o reflexo da “outra guerra fria” entre as grandes potências comunistas. Nada de semelhante ocorreu na Europa.

Por outro lado, foi num quadro de aproximação aos EUA, ao Japão e ao Ocidente e de articulação anti-soviética que Deng Xiaoping levou a RPChina a abraçar as “quatro modernizações” e uma política de “porta aberta”, abandonando a ortodoxia ideológica e implementando o original modelo de “economia socialista de mercado” sem, contudo, abrir mão do “papel dirigente” do PCC e do autoritarismo político. Foi neste contexto e também sob a liderança de Deng que a RPChina adoptou o princípio “um país, dois sistemas” que lhe permitira recuperar pacificamente Hong Kong e Macau mas não Taiwan.

O que as peculiaridades regionais e o carácter distintivo do funcionamento da bipolaridade na Ásia Oriental revelam é que apesar de estar inserido na, e constrangido pela, estrutura inerente à Guerra Fria, a ordem regional e o seu sistema de segurança eram, até certo ponto, relativamente autónomos do nível global, embora com ele inter-relacionados. M. Alagappa (1998b: 88) considera mesmo que durante a Guerra Fria «*An Asia-wide regional*

security system emerged, for the first time in history». Isto ajuda a explicar que os impactos resultantes do fim da bipolarização política mundial sejam na Ásia Oriental também distintos do teatro europeu e extraordinariamente ambivalentes. De qualquer modo, grande parte dos países, dos regimes políticos, das percepções e das preocupações de segurança, bem como das interacções regionais actuais são, em larga medida, produto e legado da ordem bipolar, conjugando-se com heranças e memórias históricas anteriores e, naturalmente, com desenvolvimentos posteriores. Por exemplo, os regimes comunistas, as muitas disputas territoriais ainda existentes ou os *hotspots* Península Coreana e Taiwan são claramente “estigmas” da Guerra Fria; similarmente, o pacifismo institucionalizado do Japão, as alianças dos EUA na região, o carácter desenvolvimentista de muitos Estados Asiáticos, a implementação do “socialismo com características chinesas” ou a própria ASEAN são outras heranças da Guerra Fria que podemos invocar. Finalmente, pode dizer-se que durante a ordem bipolar o sistema de segurança regional foi, essencialmente, competitivo; porém, desse período trespassou também um legado cooperativo e um misto de bilateralismo e multilateralismo, acentuando-se na “nova ordem” essa tremenda complexidade.

Luís Tomé

TERCEIRA PARTE

NA NOVA ORDEM REGIONAL

«The Asia-Pacific security situation is stable on the whole... However, there still exist many factors of uncertainty in Asia-Pacific security».

(PRChina, 2009: 4-5)

O fim da Guerra Fria inaugurou uma “nova ordem internacional”¹⁴³, tendo em conta o carácter sistémico das alterações: fim do sistema bipolar e realinhamento da balança de poder, expansão do liberalismo económico e vaga de democratização, aceleração do processo de globalização e de todo o tipo de interdependências, autonomização e recomposição dos complexos de segurança regionais, nova tipologia de conflitos, transformação e ampliação das agendas de segurança, proliferação do multilateralismo e dos regimes internacionais, aumento do número de Estados soberanos, nova relevância dos actores não estatais, mutações das políticas e estratégias das principais unidades e alterações na rede de interacções.

Também na Ásia Oriental o termo da “dupla Guerra Fria” contribuiu para que se operassem transformações substanciais nos mais variados domínios que, embora bastante ambivalentes, justificam a ideia de transposição para uma “nova ordem regional”: alterações nos regimes políticos; nova preponderância dos vectores geoeconómicos, findas as prioridades geoestratégicas anteriores, e aumento das interdependências económico-comerciais regionais e inter-regionais; mutação e expansão da agenda de segurança regional; incremento do multilateralismo e do regionalismo; ressurgência das potências Asiáticas e alteração da estrutura de poder regional; revisão adaptativa dos cálculos, interesses, prioridades, políticas e estratégias dos actores; e recriação do padrão de relacionamentos e interacções bilaterais e regionais.

Nesta macro-região registam-se, todavia, três grandes paradoxos. Primeiro, muitos dos mais importantes desenvolvimentos que marcam a “nova ordem regional” tiveram o seu início antes do fim da confrontação bipolar: por exemplo, no caso da RPChina, a grande alteração ocorreu quando abraçou a abertura e a liberalização económica no final dos anos 1970; a

¹⁴³ A terminologia “ordem internacional” é recorrente não existindo, no entanto, uma definição consensual. “Ordem” pode, por exemplo, basear-se em concepções ou crenças sobre como os padrões sociais, políticos, económicos, jurídico-institucionais ou até morais são ou devem ser estruturados. Pode também caracterizar-se uma determinada ordem recorrendo às “três imagens” que João Gomes Cravinho (2002: 31-47) descreve como pressupostos básicos das relações internacionais: “anarquia”, “comunidade” e “sociedade”. No seu influente trabalho *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*, Hedley Bull (1977: 16) define “ordem internacional” como «*the pattern of international activity that sustains those goals of the society of states that elementary, primary, or universal*». Por seu turno, Muthiah Alagappa - que distingue entre *Instrumental order*, *Normative-Contractual order* e *Solidariest order* (2003: 39) - entende por ordem internacional «*a formal or informal arrangement that sustains rule-governed interaction among sovereign states in their pursuit of individual or collective goals*» que faz com que «*a predictable and stable environment in which states can coexist and collaborate in the pursuit of their national, regional, and global goals, differences and disputes can be adjusted in a peaceful manner, and change can occur without resort to violence*» (2003: 41-52). Já T. V. Paul e John Hall (1999: 2) consideram que «*The success of an international order is predicted on the extent to which it can accommodate change without violence*». E também há quem entenda que o oposto de ordem não é a anarquia mas sim a imprevisibilidade (Singer e Wildavsky, 1993: xiii-xiv).

Para nós, operacionalmente, ordem internacional é referente aos canais e padrões prevalecentes nas interacções entre os actores e aos mecanismos de acomodação e de ligação quer entre as unidades quer entre estas e a estrutura internacional/regional, numa sequência de processos que não é nem imutável nem constante, antes dinâmica e variável; também não prescreve necessariamente força, guerra, paz ou segurança; não é uma condição ou um estado ideal, mas mais um grau ou nível de interacções; e não emerge do vazio, sendo a ordem uma construção permanente e contínua dos actores participantes.

vaga de democratização, em que regimes autocráticos dão lugar a sistemas de governo demoliberais, iniciou-se em vários países asiáticos ainda antes do colapso do comunismo na Europa e na URSS; o dinamismo e o crescimento económico acentuado de muitos países desta macro-região eram já uma realidade anterior, tal como o elevado défice comercial dos EUA face aos seus parceiros asiáticos; concepções de segurança mais abrangentes e preocupações com os chamados “novos” domínios da segurança tinham, igualmente, emergido aqui durante o período bipolar; e o regionalismo e a cooperação multilateral institucionalizada, designadamente, no Sudeste Asiático por via da ASEAN, eram também uma realidade anterior.

Em segundo lugar, o fim dos constrangimentos associados à Guerra Fria abriu espaço à autonomização e à emergência da Ásia Oriental enquanto macro-região, favorecendo o fluxo das interações regionais e o progresso do regionalismo. Todavia, também aumentou o nível e o quadro das interdependências destas comunidades com outras regiões e outros actores “não residentes”, tornando aquela autonomia bastante ambivalente e as virtuais “fronteiras” da Ásia Oriental relativamente fluidas.

O terceiro grande paradoxo é que as transformações não coincidem inteiramente na Ásia Oriental com as ocorridas noutras regiões, embora esta macro-região e os seus sistemas e unidades não só não tenham ficado imunes às alterações na estrutura internacional como os desenvolvimentos e actores regionais vêm contribuindo, e de forma significativa, para as mais amplas mutações globais.

CAPÍTULO V. GRANDES E AMBIVALENTES TRANSFORMAÇÕES

Neste Capítulo analisamos essas transformações e ambivalências respeitantes aos regimes políticos, à evolução económica, à agenda de segurança e ao multilateralismo/regionalismo, descortinando o respectivo significado para a geopolítica e o complexo de segurança na Ásia Oriental.

V.1. Regimes Políticos: Democratização e Autoritarismo

Ao findar a Guerra Fria, a Democracia Liberal parecia surgir como modelo político universal sem aparente alternativa, numa lógica de “fim da História” que Francis Fukuyama (1989) se apressou a declarar: «*What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of post-war history, but the end of history as such: that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government*». Essa “vaga de democratização”

apanhou também a Ásia Oriental, operando-se transformações no sentido do liberalismo político quer em vários anteriores regimes autoritários anti-comunistas quer em alguns ex-regimes comunistas.

Na nova Federação Russa, o Presidente Boris Ieltsine (1991-2000) liderou a transição democrática baseando-se numa partilha de competências com a Assembleia Federal bicameral (Duma e Conselho da Federação), num muito difuso multipartidarismo¹⁴⁴ e em eleições federais e regionais verdadeiramente disputadas. Isto processou-se, contudo, a par de uma complexa recomposição político-administrativa-judicial, de uma enorme instabilidade económico-social e de uma corrupção endémica que acompanhou a passagem de uma economia planificada e centralizada para uma economia de mercado - feita largamente à custa da privatização das grandes empresas e propriedades estatais e de avultados empréstimos contraídos junto de credores Ocidentais -, de tudo beneficiando as “máfias vermelhas” e os “oligarcas” russos. A isto acresceram as veleidades autonómicas e independentistas de várias parcelas federadas e, em particular, a guerra relativamente fracassada das forças federais na separatista Chechénia, ameaçando criar um grave precedente e fazer implodir a própria Federação Russa. Foi, pois, num ambiente de caos reinante e de degradação da sua autoridade que, em 1999, Ieltsine nomeou para Primeiro-Ministro Vladimir Putin, oriundo dos serviços secretos ex-soviéticos (KGB) e russos (FSB) e que, no ano seguinte, se tornaria Presidente (2000-2008).

Verdadeiro satélite da URSS, a antiga *República Popular da Mongólia* teve uma evolução similar à das congéneres “Democracias Populares” europeias: em 1990, pressionado interna e externamente, o Secretário-Geral do Partido Revolucionário Popular Mongol (PRPM) e Chefe de Estado, Jambyn Batmonkh¹⁴⁵, resignava, arrastando o Governo e o Politburo Mongóis e abrindo caminho à legalização dos partidos da oposição e à realização das primeiras eleições livres e multipartidárias na Mongólia. A transição para uma Democracia Liberal Semi-Presidencialista seria depois confirmada com a adopção da Constituição da doravante designada *República da Mongólia*, em Janeiro de 1992, eliminando os vestígios remanescentes do sistema comunista e colocando no centro do sistema político o novo Parlamento - o *Grande Hural Estatal* - e o Presidente, ambos eleitos directamente pelo povo. Consumava-se, assim, a “revolução democrática” na Mongólia: primeiro país asiático a adoptar o comunismo, foi também o primeiro a abandoná-lo. Curiosamente, o reconvertido

¹⁴⁴ Nos anos 1990, chegaram a estar registados mais de 700 partidos políticos na Rússia, cobrindo um larguíssimo espectro desde o renovado Partido Comunista Russo aos radicais nacionalistas do Partido Liberal Democrata liderado por Vladimir Jirinovski, passando por inúmeros outros partidos federais, regionais e provinciais.

¹⁴⁵ Batmonkh estava no poder desde 1984, sucedendo ao histórico Tsedenbal que, por sua vez, liderara a RPMongólia desde 1952.

ex-comunista PRPM que dominou a Mongólia desde o início dos anos 1920 manteve-se no poder no quadro democrático e multipartidário¹⁴⁶.

No Camboja, depois de estabelecidos os Acordos de Paz supervisionados pela ONU, em 1991, e apesar dos Khmers Vermelhos não terem desmobilizado e de tentarem boicotar o processo eleitoral, realizaram-se, em Maio de 1993, as primeiras eleições livres nas quais participaram quase 4 milhões de Cambojanos (cerca de 90% dos recenseados). Daqui resultou uma Assembleia Constituinte que aprovou uma nova Constituição, em Setembro do mesmo ano, estabelecendo uma democracia liberal multipartidária no quadro de uma Monarquia Constitucional, sendo elevado a Rei o antigo Príncipe Sihanouk - até abdicar por doença, em 2004, ascendendo então ao trono o Rei Norodom Sihamoni.

Processos de democratização foram, igualmente, abraçados por vários anteriores regimes autocráticos anti-comunistas.

Na Coreia do Sul, em 1987, um novo e vasto movimento de protestos pró-democráticos obrigou o autoritário Chun Doo-hwan a negociar com a oposição, procedendo-se a uma revisão Constitucional aprovada em referendo nacional e a que se seguiram eleições Presidenciais no final desse ano, ganhas por Roh Tae-woo (1988-1993). Embora Roh fosse o candidato oficial do regime e do Partido da Justiça Democrática no poder desde 1963¹⁴⁷, inaugurava-se, assim, a chamada “Sexta República” e a democratização da Coreia do Sul. Entre os momentos mais marcantes da vida democrática sul-coreana podem referir-se a eleição presidencial do candidato do novo *Partido Democrático Liberal*, Kim Young-sam (1993-1997), primeiro civil na Presidência desde Syngman Rhee, em 1960; o julgamento e a condenação, em meados dos anos 1990, dos ex-Presidentes Roh Tae-woo e Chun Doo-hwan por corrupção e também por traição e morticínio¹⁴⁸; a eleição Presidencial (pelo Partido *Millenium Democrático*) do católico Kim Dae-jung (1998-2003)¹⁴⁹, vítima da

¹⁴⁶ Efectivamente, o PRPM ganhou as eleições legislativas em 1990 e 1992 e, depois de ter sido derrotado pela Coligação da União Democrática, em 1996, voltou ao poder conquistando a maioria nas eleições de 2000; após ter perdido alguns lugares parlamentares nas eleições de 2004 que o obrigou a formar uma coligação governamental com outros partidos, o PRPM reconquistou a maioria dos 76 lugares do *Grande Hural Estatal*, no final de Junho de 2008.

¹⁴⁷ Trata-se do antigo Partido Republicano Democrático e rebaptizado Partido da Justiça Democrática, em 1980, por Chun Doo-hwan.

¹⁴⁸ Estas acusações resultavam das responsabilidades de ambos no Golpe de Estado e no “massacre de Gwangju”, em 1980, sendo os dois condenados, em 1996: Chun foi sentenciado à morte (pena depois comutada para prisão perpétua) e Roh a 22 anos e meio de prisão (pena depois reduzida para 17 anos). Ambos acabariam por ser libertados, em 1998, na sequência do perdão do então Presidente Kim Dae-jung que, curiosamente, tinha sido vítima desses seus predecessores nas décadas 1970 e 1980.

¹⁴⁹ Além de todo o simbolismo em torno da sua história de resistência pessoal, a ascensão de Kim Dae-jung representa uma transferência pacífica de poderes entre elites e forças políticas concorrentes na Coreia do Sul: por um lado, era a primeira vez na Coreia que um partido no poder (o “Grande Partido Nacional”) cedia pacificamente esse poder a um outro partido (o “Millenium Democrático”) democraticamente eleito vindo da oposição; por outro, ao contrário de Park Chung-hee, Chun Doo-hwan, Roh Tae-woo e Kim Young-sam, todos

repressão e das perseguições nas décadas de 1970 e 1980; o processo de *impeachment*, em 2004, com que se confrontou o Presidente Roh Moo-hyun (2003-2008), conhecido advogado activista dos direitos humanos e laborais, eleito pelo *Millenium Democrático* com o qual romperia pouco depois para formar o *Partido Yeollin Uri* (“Nosso Partido Aberto”); ou ainda o regresso ao poder do *Partido Hannara Dang* ou “Grande Partido Nacional” (que antes tivera as designações de *Partido Nova Coreia* e *Partido Democrático Liberal*), em 2008, com a vitória de Lee Myung-back nas eleições Presidenciais de Fevereiro e da conquista da maioria dos lugares na Assembleia nas eleições parlamentares de Abril.

Por outro lado, deve salientar-se o facto da democratização sul-coreana não ter posto em causa o ideal de reunificação da Península e de ter favorecido a implementação de uma política de apaziguamento e “envolvimento” com a Coreia do Norte, destacando-se a este propósito a *Nordpolitik* do Presidente Roh Tae-woo, a *Sunshine Policy* do Presidente e Prémio Nobel da Paz Kim Dae-jung, a política de *Peace and Prosperity* do Presidente Roh Moo-hyun ou a política de *Mutual Benefits and Common Prosperity* do actual Presidente Lee Myung-back.

Em Taiwan, o Kuomintang (KMT) levantou, em Outubro de 1986, a Lei Marcial que havia sido proclamada em 1948, bem como a proibição de formação de outros partidos, incluindo do oposicionista Partido Democrático Progressista (DPP) formado a partir do *Movimento Tangwai* que reivindicava os direitos dos *taiwaneses* autóctones, isto é, nascidos em Taiwan e não oriundos da China. Assim, quando Chiang Ching-kuo morreu, em 1988, o processo de democratização de Taiwan estava já em marcha, sucedendo-lhe Lee Teng-hui, primeiro Presidente e também líder do KMT autóctone de Taiwan e que acelerou as reformas democráticas terminando, inclusivamente, com o *Period of National Mobilization for Suppression of the Communist Rebellion*. Em Dezembro de 1991, tinham lugar as primeiras eleições verdadeiramente concorrenciais para o Yuan Legislativo, garantindo o KMT a vitória e uma larga maioria. Em 1991-92, foi revista a Constituição da *República da China* pela primeira vez desde a sua promulgação, em Janeiro de 1947, consagrando, tal como as emendas posteriores, a soberania popular e um sistema Demoliberal Semi-Presidencialista e multipartidário, a plena igualdade entre chineses e taiwaneses autóctones ou os direitos dos “aborígenes de Taiwan”¹⁵⁰, sempre reafirmando que o país se baseia nos “Três Princípios do Povo” de Sun Yat-sen. Em 1996, Lee Teng-hui tornava-se o primeiro

originários da mais desenvolvida região de Gyeongsang, Kim Dae-jung foi o primeiro Presidente proveniente da mais pobre e sub-desenvolvida região de Jeolla, no Sudoeste sul-coreano.

¹⁵⁰ Os Aborígenes de Taiwan, também designados de Povos Indígenas ou Austronésios, serão muito provavelmente provenientes dos agrupamentos Micronésia, Melanésia e Polinésia, no Pacífico Médio e Sul, tendo-se fixado em Taiwan há milhares de anos. Não se conhece muito do passado destes povos antes da presença colonial e da fixação dos chineses Han em Taiwan, mas sabe-se que desde o Século XVII houve uma intensa miscigenação inter-étnica entre os indígenas e os Han, com alguns estudos genéticos recentes a indicarem que cerca de 80% da população de Taiwan tem ADN aborígene.

Presidente eleito democraticamente, sucedendo-lhe o também “taiwanês” e independentista Chen Chui-bian, eleito em 2000 e 2004, então pelo DPP. Depois de oito anos na oposição, o KMT regressaria ao poder, em 2008, por via da vitória com maioria nas eleições para o Yuan Legislativo, em Janeiro e da vitória dos seus candidatos Ma Ying-jeou e Vincent Siew, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente, em Março.

Ao contrário do caso sul-coreano, contudo, o processo de democratização em Taiwan tornou claras as divisões internas acerca do ideal de reunificação com a “Mãe-China” e também da identidade chinesa/taiwanesa. Há bastante tempo que muitos *taiwaneses* consideravam a ditadura dos *chineses* do KMT um domínio de tipo colonial. O novo contexto democrático permitiu, assim, a proclamação aberta de uma “identidade taiwanesa” e do desejo de independência *de jure* face à China, dividindo o sistema político-partidário de Taiwan em duas grandes tendências ou alianças “coloridas” informais¹⁵¹: a “Coligação Pan-Azul”, com o KMT no centro, defensora da “identidade chinesa” e do princípio de “uma única China” advogando, por conseguinte, uma abordagem gradual de envolvimento e interdependência com a RPChina tendo em vista uma reunificação a prazo pacífica e negociada; e a “Coligação Pan-Verde”, em torno do DPP do ex-Presidente Chen Shui-bian e associando também o pequeno Partido da Independência de Taiwan (TAIP) e o novo partido União da Solidariedade de Taiwan (TSU) - criado pelo antigo Presidente Lee Teng-hui, em 2001, depois de ter sido expulso do KMT¹⁵² -, defensora da “identidade taiwanesa” e da independência de Taiwan e considerando perigosa e subversiva a dependência económica face à RPChina. Evidentemente, a tensão com Pequim agravou-se durante os consulados de Lee Teng-hui e, sobretudo, Chen Shui-bian/DPP, amainando desde o regresso ao poder do renovado KMT, em 2008.

Nas Filipinas, o Presidente Ferdinand Marcos foi forçado pela oposição a resignar¹⁵³ e a refugiar-se no Hawaii, em 1986, inaugurando-se a chamada “Quinta República” filipina. Eleita

¹⁵¹ Na verdade, há ainda uma virtual terceira tendência política em Taiwan, a chamada “Coligação Pan-Púrpura” ou *Alliance of Fairness and Justice* (AFJ), juntando nove movimentos cívicos, humanitários e profissionais. Esta acusa as coligações “Pan-Verde” e “Pan-Azul” de pactuarem com a corrupção, “esquecerem” os mais desfavorecidos e promoverem a conflitualidade étnica e social a propósito da questão reunificação/independência recusando, portanto, integrar qualquer das duas tendências principais. A verdade é que a *Aliança* Pan Púrpura não tem tido qualquer peso ou significado eleitoral.

¹⁵² Lee Teng-hui foi expulso do KMT, em 2001, em conjunto com uma série de outros apoiantes seus, acusados de romperem com o ideal histórico do partido visando a unificação da China e de, inclusivamente, terem propositadamente boicotado o KMT para favorecer as vitórias dos “independentistas” Chen Shui-bian e DPP nas eleições presidenciais e parlamentares de 2000.

¹⁵³ O Partido Nacionalista Filipino tinha-se sucedido a si mesmo no poder até 1972, ano em que Ferdinand Marcos, Presidente desde 1965, declarou a Lei Marcial e acentuou a repressão tanto contra os movimentos armados comunistas e independentistas do Mindanao como contra a oposição sindical e política. Em meados dos anos 1980, a contestação contra Marcos por parte do *Movimiento de Reforma de las Fuerzas Armadas*, da influente Igreja Católica, da oposição democrática e também dos aliados Estados Unidos acentuou-se, levando à sua queda depois das fraudes nas eleições Presidenciais, no início de 1986, em que tentou subverter a vitória de Corazon Aquino e, por isso, provocando uma onda de insurgência popular que o obrigou a retirar-se.

democraticamente, Corazon Aquino, viúva de Benigno Aquino¹⁵⁴, assumiu então a Presidência (1986-1992) e, em Fevereiro de 1987, um plebiscito popular aprovava por larga maioria a nova Constituição estipulando um regime Democrático Presidencialista inspirado no modelo dos aliados EUA - sendo eleitos directamente tanto o Presidente e o Vice-Presidente como os deputados das duas câmaras (Senado e Câmara dos Representantes) do Congresso das Filipinas. A Cory Aquino sucederiam como Presidentes eleitos Fidel Ramos (1992-1998), Joseph Estrada (1998-2001) e Gloria Macapagal-Arroyo (desde Janeiro de 2001, reeleita em 2004).

Entretanto, no Reino da Tailândia, na sequência do chamado “*Black May*”¹⁵⁵ em 1992, operou-se uma transição democrática que conduziria, cinco anos depois, à promulgação da “Constituição do Povo” pelo Parlamento democraticamente eleito. Apesar da instabilidade recorrente, a Monarquia Constitucional foi sempre preservada, símbolo da unidade e identidade do país, permanecendo no trono o Rei Bhumibol Adulyadej ou Rama IX, o mais antigo Chefe de Estado do mundo e monarca da História da Tailândia, reinando desde 1946. Na Indonésia, só em 1998 a conjugação da crise económico-financeira e das pressões internacionais (sobretudo, por causa da ocupação ilegal de Timor-Leste e da violação massiva dos direitos humanos naquele território) e internas (cisões nas estruturas militares e manifestações pró-democráticas populares e estudantis) levou à queda do General Suharto e do seu regime “Nova Ordem”, após mais de três décadas no poder: no ano seguinte, tinham lugar as primeiras eleições parlamentares livres. Conduzida inicialmente pelo Presidente Jusuf Habibie (Maio de 1998 a Outubro de 1999) e continuada pelos sucessores Abdurrahman Wahid (Out. 1999-Jul. 2001), Megawati Sukarnoputri¹⁵⁶ (Jul. 2001-Out. 2004) e Susilo Bambang Yudhoyono (desde 2004 e reeleito em Julho de 2009), a democratização indonésia tem procurado também verter-se nas sucessivas revisões à Constituição de 1945¹⁵⁷, embora os militares mantenham forte ascendente na política.

¹⁵⁴ Benigno Aquino, então líder da oposição a Ferdinand Marcos, foi assassinado, em Agosto de 1983, quando descia do avião no momento em que regressava a Manila depois de um prolongado exílio nos EUA, sendo atribuídas as responsabilidades ao Presidente Marcos.

¹⁵⁵ Depois do Primeiro-Ministro Chatichai Choonhavan (primeiro a ser democraticamente eleito, em 1988, em mais de uma década) ter sido deposto por um golpe sangrento, em 1991, um novo período de grande instabilidade política atingiu o auge, em Maio de 1992, quando as demonstrações populares foram brutalmente reprimidas pelos militares, provocando mais de uma centena de mortos. A reacção interna e internacional forçaram o então Primeiro-Ministro Suchinda Kraprayoon, responsável pela violência, a resignar, abrindo caminho a eleições legislativas nesse mesmo ano.

¹⁵⁶ A eleição de M. Sukarnoputri foi particularmente significativa, não só por se tratar de uma mulher na Presidência no maior país islâmico do mundo mas também por ser filha de Sukarno, primeiro Presidente da Indonésia que tinha sido deposto por Suharto na sequência do golpe de 1965 (ver atrás Cap. IV.1.3.). Nas eleições Presidenciais de Julho de 2009 voltou a candidatar-se, ficando em segundo lugar atrás do Presidente reeleito Yudhoyono.

¹⁵⁷ Estipulando um regime Democrático Presidencialista, a Constituição indonésia consagra agora também, por exemplo, a eleição directa por sufrágio universal do Presidente e dos Conselhos dos Representantes do Povo e dos Representantes Regionais que compõem a Assembleia Popular Consultiva; o limite de dois mandatos para o

Foi precisamente no quadro de democratização da ocupante indonésia que os timorenses exerceram, finalmente, o legítimo direito de autodeterminação, em 1999, procurando depois sedimentar a democracia em Timor-Leste desde a independência, em 2002, adoptando um modelo Semi-Presidencialista em que o primeiro Presidente foi o histórico líder da resistência Xanana Gusmão (2002-2007) – assumindo depois o cargo de Primeiro-Ministro - e o segundo o antigo Primeiro-Ministro e Prémio Nobel da Paz Ramos Horta (desde Maio de 2007).

Além disso, a própria “histórica” democracia japonesa, única da região em tempo de Guerra Fria, também já não é o que era. Sempre preservando a peculiaridade da instituição Imperial (o Japão é ainda o único país do mundo onde o monarca detém o título de “Imperador”, no caso Akihito, desde 1989, 125º Imperador sucedendo a Hirohito que reinara desde 1926), o facto é que, desde o início dos anos 1990, o *Partido Liberal Democrata* (LDP) - durante décadas dominador absoluto da cena política japonesa e que governou o país, ininterruptamente, de 1955 a 1993, numa situação que Chalmers Johnson apelidou de “*soft authoritarianism*” - passou a enfrentar mais concorrência de outras forças e partidos políticos. Na realidade, embora tenha mantido quase sempre a proeminência¹⁵⁸, o LDP deixou de dispor da maioria nas duas Câmaras do Dieta e perdeu, inclusivamente, a liderança do Governo, em 1993 - surgindo, pela primeira vez em 38 anos, um governo não LDP fruto de uma ampla coligação de velhos e novos partidos opositores encabeçado por Morihiro Hosokawa (que ano anterior tinha saído do LDP para criar o *Novo Partido do Japão*-JNP) – e 2009, após ter perdido as eleições legislativas e permitir que se tornasse Primeiro-Ministro, desde Setembro desse ano, o líder do *Partido Democrático do Japão* (DPJ), Yukio Hatoyama, por sinal, o segundo Chefe de Governo Japonês nascido após a II Guerra Mundial, depois de Shinzo Abe (Set.2006-Set.2007).

Outro aspecto que vem sendo objecto de transformação na política nipónica respeita ao que Éric Seizelet (2006) apelida de «*patrimonialização dos cargos parlamentares*», ou seja, um modo restrito de reprodução das elites políticas no qual o processo eleitoral sanciona uma tipologia específica de “transmissão hereditária” das funções electivas, fenómeno a que se

exercício dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente; contempla um Tribunal Constitucional e uma Comissão Judicial; e passou a incluir uma série de novos artigos respeitantes aos direitos humanos.

¹⁵⁸ Depois do desaire de 1993, e no meio de sucessivos casos de corrupção e de cisões partidárias, o LDP regressou ao poder em 1996, cabendo-lhe a chefia de todos os Governos desde então até 2009, liderados pelos Primeiros-Ministros Ryutaro Hashimoto (Jan. 1996-Jul. 1998), Keizo Obuchi (Jul. 1998-Abr. 2000), Yoshiro Mori (Abr. 2000-Abr. 2001), Junichiro Koizumi (Abr. 2001-Set. 2006), Shinzo Abe (Set. 2006-Set. 2007, primeiro PM japonês nascido depois da II Guerra Mundial), Yasuo Fukuda (Set. 2007-Set.2008) e Taro Aso (Set. 2008-Set. 2009), se bem que estando muitas vezes em posição minoritária nas duas Câmaras do Dieta, e, por isso, obrigado a formar sucessivas coligações governamentais e parlamentares. Em Agosto de 2009, o LDP perdeu as eleições legislativas, tornado-se Primeiro-Ministro Yukio Hatoyama, líder do Partido Democrático do Japão(DPJ).

soma a existência de várias e poderosas “facções” institucionalizadas e que representam não só certas “famílias políticas” mas também tremendos grupos de pressão e de selecção dos dirigentes. Para contrariar esta situação, o antigo líder do LDP e Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi (2001-2006) operou reformas tão significativas que levaram alguns observadores a considerar mesmo que «*Japanese politics has changed forever*» (Beeson, 2007: 110).

Contudo, vários daqueles processos de democratização continuam longe de estar consolidados. O regime político russo, por exemplo, é frequentemente acusado de ter resvalado para o autoritarismo. Com efeito, a ascensão de Vladimir Putin ao poder, em 1999-2000, confrontado com os problemas que herdou da era Boris Ieltsine e que tornavam muito concreta a ameaça de ingovernabilidade e a unidade da Federação, marca uma viragem - baseada no reforço da autoridade e dos poderes da figura presidencial¹⁵⁹, na ascensão dos chamados *siloviki* oriundos dos serviços de segurança e de *intelligence* no aparelho de Estado, na completa associação entre o Kremlin e os grandes conglomerados russos¹⁶⁰ e na nova concepção de “democracia soberana”¹⁶¹ - que Armando Marques Guedes (2009: 52) retrata como «*uma espiral acelerada de “des-democratização” geral...uma inexorável reversão de um processo ainda incompleto da transição democrática conduzida pelo Kremlin*». Entretanto, Putin efectuou uma verdadeira “troca” de cargos com o seu delfim político e designado sucessor, Dmitri Medvedev, sendo este eleito Presidente e nomeando depois Putin Primeiro-Ministro, desde Maio de 2008. No Inverno 2008-2009, a Assembleia Federal russa aprovou várias propostas do Presidente Medvedev no sentido do “reforço da democracia russa”¹⁶² sem, todavia, atenuar as críticas contra o “autoritarismo” da dupla Putin-Medvedev oriundas da oposição interna e do Ocidente. O próprio Presidente

¹⁵⁹ Efectivamente, embora se mantivessem relativamente normais os procedimentos eleitorais e o Presidente Putin (2000-2008) gozasse, de facto, de um massivo apoio popular, assistiu-se a uma gradual concentração de poderes nas suas mãos que incluiu, por exemplo, a nomeação directa dos governadores das regiões e províncias federadas, o estrito controlo dos *media*, a perseguição aos “oligarcas” e políticos oposicionistas ou o domínio das duas Câmaras da Assembleia Federal pelo Partido “Rússia Unida” criado, em 2005, por Putin.

¹⁶⁰ O caso mais exemplar disto mesmo é o de Dmitri Medvedev que, entre 2005 e 2008 (ou seja, até ser eleito Presidente) ter sido, simultaneamente, Primeiro-Ministro da Federação Russa e Presidente do Conselho de Administração da Gazprom.

¹⁶¹ O conceito de “democracia soberana” foi formulado por Putin tanto enquanto resposta abstracta às críticas internas e externas como racionalização de um programa de acção: «*Vladimir Putin's Russia is not a trivial authoritarian state. It is not “Soviet Union lite”. It is not a liberal democracy either. It is, however, a “managed democracy”. The term captures the logic and the mechanisms of the reproduction of power and the way democratic institutions are used and misused to preserve the monopoly of power*» (Ivan Krastev, cit. in Guedes, 2009: 52).

¹⁶² Incluindo o alargamento dos mandatos do Presidente e do Parlamento de 4 anos em ambos os casos para 6 e 5 anos, respectivamente; a nomeação dos governadores deixar de ser feita directamente pelo Presidente para só ocorrer depois de ouvidos os partidos vencedores nas eleições regionais; ou a redução de 7% para 5% da percentagem mínima para a representação partidária na Duma.

russo assume como um dos problemas do país a «*fragile democracy*», mas também assegura que «*Russian democracy will not merely copy foreign models*» (Medvedev, 2009). Ao mesmo tempo, outros processos de democratização têm-se revelado bastante instáveis, desde o problemático regime “semi-autoritário de coligação nacional” no Camboja à “democracia militarizada” na Indonésia, passando pela débil democracia timorense¹⁶³, a turbulenta democracia tailandesa¹⁶⁴ ou a inconstante semi-democracia nas Filipinas¹⁶⁵, sendo muito frequentes os casos de corrupção envolvendo altos dirigentes políticos, acusações de fraude eleitoral, violentos motins populares, golpes e tentativas de golpe de Estado (na ordem das dezenas só na Tailândia), tentativas de assassinato de dirigentes políticos (em Taiwan e Timor-Leste, por exemplo)¹⁶⁶ e declarações de “Estado de Emergência” (na Tailândia, nas Filipinas ou mesmo na Mongólia¹⁶⁷).

¹⁶³ De facto, o recentemente independente Timor-Leste tem precisado do auxílio internacional para manter a ordem democrática. O caso mais grave ocorreu em 2006 quando, no final do mês de Abril, um grupo de militares timorenses se amotinou e desencadeou actos de violência pondo gravemente em causa a segurança e a ordem em Timor-Leste que ficou, assim, à beira da anarquia ou de uma autêntica guerra civil, riscos só sustidos pela Força de Estabilização Internacional deslocada para o território em Maio de 2006 e pela *Integrated Mission in Timor-Leste* das Nações Unidas (UNMIT) estabelecida pelo CSNU, em Agosto do mesmo ano, restaurando a estabilidade e permitindo que as eleições Presidenciais e Parlamentares em Abril e Junho de 2007 decorressem num ambiente normalizado.

¹⁶⁴ A Tailândia tem vivido em permanente instabilidade política, contando-se por dezenas os golpes ou tentativas de golpes de Estado e tendo o país quase duas dezenas de diferentes Governos entre 1992 e o 2010. A própria “Constituição do Povo” de 1997 foi suspensa - na sequência de mais golpes de Estado e da crise política de 2005-2006 - e, posteriormente, substituída por uma nova Constituição, em 2007 (a 18ª na História da Tailândia), criada por uma Junta Militar provisória e aprovada num polémico referendo nacional e no quadro da qual se realizariam ainda nesse ano novas eleições legislativas. Entretanto, no meio de golpes, contra-golpes e declarações de “estado de emergência”, gigantescas manifestações e rebeliões populares, bem como de acusações de corrupção e prisões e exílios subsequentes de dirigentes políticos, a instabilidade voltou a instalar-se na democracia tailandesa desde 2008, opondo os chamados “camisas vermelhas” - apoiantes do ex-PM no exílio Thaksin Shinawatra, deposto no golpe de Estado de 2006 e condenado, em 2008, a dois anos de prisão por corrupção - ao Governo do PM Abhisit Vejjajiva.

¹⁶⁵ Depois de ter ascendido à Presidência, em Janeiro de 2001, a seguir ao afastamento de Joseph Estrada acusado de corrupção no meio da chamada “Segunda Revolução do Poder Popular”, também Gloria Macapagal-Arroyo tem sido envolvida em múltiplas acusações de corrupção e autoritarismo, sofrendo forte contestação política, militar e popular: por exemplo, logo em Maio de 2001, teve de enfrentar uma rebelião dos apoiantes de Estrada; em Julho de 2003, cerca de 300 militares auto-denominados “Magdalo” amotinaram-se e exigiram a sua renúncia acusando-a de corrupção; nas eleições Presidenciais que venceu, em Maio de 2004, foi acusada de fraude pela oposição, originando mais uma crise política no país; em Fevereiro-Março de 2006, declarou o Estado de Emergência a pretexto de uma alegada tentativa de Golpe de Estado; em Novembro de 2007, militares amotinados e políticos opositores ocuparam o Hotel Península Manila e desfilaram em várias artérias da área metropolitana da capital desafiando a Presidente; em 2005, 2006, 2007 e, novamente, Outubro de 2008, deputados da Casa dos representantes moveram processos de *impeachment* contra a Presidente, acusando Gloria Arroyo de corrupção e de ter ordenado assassinatos, tortura e prisões extra-judiciais de opositores.

¹⁶⁶ Em Taiwan, o Presidente Chen Shui-bian sofreu uma tentativa de assassinato em 19 de Março de 2004, dia anterior às eleições Presidenciais que haveriam de o reeleger (por uma escassa margem de 0,2% sobre o candidato do KMT/Coligação Pan-Azul, Lien Chan, e entre acusações de fraude), com as forças de segurança de Taiwan e também os investigadores americanos convidados a apressarem-se a esclarecer não se tratar de um crime político e que a RPCChina não estava minimamente envolvida. Tentativas de assassinato sofreram, igualmente, em Timor-Leste, os então Presidente Xanana Gusmão e Primeiro-Ministro Ramos Horta, em 10 de Fevereiro de 2008, num ataque perpetrado por um grupo dissidente de militares liderado pelo Major Alfredo Reinado que foi morto durante o ataque à residência do segundo.

¹⁶⁷ A aparente normalidade democrática na Mongólia sofreu um forte abalo na sequência das eleições legislativas de Junho de 2008 e que deram uma nova esmagadora maioria ao ex-comunista PRPM: motins populares

Por outro lado, a descrita “vaga de democratização” foi acompanhada pela sobrevivência de vários e distintos regimes autocráticos, numa das principais peculiaridades da Ásia Oriental em matéria de sistemas políticos.

Na Birmânia/Myanmar, persiste a ditadura militar, tendo apenas mudado a Junta que se sustenta no poder. Efectivamente, o regime militar de Ne Win, constitucionalmente socialista, deposto na sequência da chamada “insurreição 8.8.88” (por ter atingido ao auge em 8 de Agosto de 1988), foi imediatamente substituído - no meio de uma enorme repressão que se terá cifrado em cerca de 3000 mortos - por uma nova Junta Militar liderada pelo General Saw Maung (1988-1992) que, no mês seguinte, impunha a Lei Marcial e subordinava o país a um auto-denominado *State Law and Order Restoration Council* (SLORC). Já depois de ter substituído o “nome colonial” do país pela designação não reconhecida internacionalmente de *União do Myanmar*, em 1989, e de ter organizado uma falsa transição democrática, em 1990, prendendo a Prémio Nobel da Paz Aung San Suu Kyi¹⁶⁸ e demais opositores, a nova Junta Militar birmanesa perpetuou-se no poder através do auto-designado *State Peace and Development Council* (SPDC), liderado desde 1992 pelo General Than Shwe e que vem submentendo a população à repressiva *Discipline Democracy New Constitution*. Em 2008, cada vez mais pressionado interna e externamente, o regime militar birmanês iniciou uma virtual abertura no quadro do que denomina *Discipline-Flourishing Democracy* tendo, em Maio desse ano, depois de um controverso e controlado referendo, feito aprovar uma nova Constituição - reservando um mínimo de 25% dos lugares nas duas câmaras do Parlamento para os militares – e prometendo eleições gerais para 2010.

Se bem que num nível bastante distinto, também os modelos autoritários muito particulares do Brunei, de Singapura ou da Malásia se têm mantido quase inalteráveis. No Brunei subsiste o regime de sultanato, com os poderes concentrados no Sultão Hassanal Bolkiah, no poder desde 1967. Em Singapura, apesar da resignação, em 1990, de Lee Kuan Yew,

associados a acusações de fraude causaram vários mortos e dezenas de feridos, obrigando o Presidente Nambaryn Enkhbayar (também ele oriundo do PRPM e no cargo desde Junho de 2005) a declarar o estado de emergência durante cerca de uma semana.

¹⁶⁸ Reagindo à repressão da nova Junta Militar, em 1988-89, Aung San Suu Kyi (filha do herói birmanês General Aung San), fundou a Liga Nacional para a Democracia (LND), enquanto a comunidade internacional, liderada pelos EUA, implementava sanções contra Rangoon. Pressionado interna e externamente, o SLORC organizou, em 1990, pela primeira vez em mais de 30 anos, eleições livres e multipartidárias, ganhas de forma esmagadora pela LND de Suu Kyi que obteve 82% dos lugares parlamentares. No entanto, a Junta Militar recusou reconhecer os resultados e anulou-os, prendendo os dirigentes do LDN, Aung San Suu Kyi incluída, e levando outros a refugiarem-se no estrangeiro e a formarem, no exílio, o *National Coalition Government of the Union of Burma* (NCGUB) liderado por Sein Win, primo de Suu Kyi. Logo em 1990, Aung San Suu Kyi, foi reconhecida com o Rafto Human Rights Prize e, no ano seguinte, o Prémio Sakharov do Parlamento Europeu e o Prémio Nobel da Paz, dando maior visibilidade internacional à luta pela democracia e direitos humanos no renomeado Myanmar. Em 1995, a Junta Militar do SLORC/SPDC libertou Suu Kyi da prisão domiciliária, embora mantendo muito restritos e sob vigilância os seus movimentos e contactos.

até então único Presidente na História do país independente, e das reformas introduzidas - tornando o cargo Presidencial largamente cerimonial e reforçando o estatuto e as competências quer do Primeiro-Ministro quer do Parlamento (com uns membros eleitos e outros nomeados) -, manteve-se o domínio do *People's Action Party* (PAP) num regime híbrido que podemos caracterizar como “semi-autoritarismo” próspero: em 2004, aliás, o próprio Lee Kuan Yew regressou a um cargo político, agora o de “Ministro Mentor” criado quando o seu filho, Lee Hsien Loong, se tornou no terceiro Primeiro-Ministro do país. Enquanto isto, na original “semi-democracia federativa” da Malásia, a Frente Nacional – coligação das forças políticas mais representativas das comunidades Malaia, Chinesa e Indiana – continuou sempre dominante no quadro de uma Monarquia Constitucional em que o ocupante do trono (cargo designado de *Yang di-Pertuan Agong*) é um dos raros monarcas eleitos do mundo: em Dezembro de 2006, após ter sido eleito pela muito restrita *Conference of Rulers*, o Sultão Mizan Zainal Abidin iniciou o seu reinado.

A isto acresce ainda a peculiar e excepcional sobrevivência dos regimes comunistas na RPChina, na Coreia do Norte, no Vietname e no Laos – isto é, quatro dos ainda cinco regimes comunistas formalmente existentes no mundo (o outro é o cubano). As explicações para esta «*sobrevivência enigmática*» dos comunismos asiáticos incluem a “cultura colectivista” asiática, em que se privilegia o colectivo em vez do individual e se cultiva o respeito pelo poder instituído; a inexistência de tradições democráticas, de liberdades políticas individuais e de participação política e cívica das sociedades asiáticas; a especificidade dos comunismos asiáticos e do seu acesso histórico ao poder; a não estrita dependência ou submissão anterior à URSS; a associação e instrumentalização do nacionalismo; a predisposição para usar toda a panóplia repressiva; e a antecipação com relativo sucesso das reformas económicas capitalistas introduzidas (ver Tomé, 1997a; e Domenach e Godement, 1994).

Destes regimes oficialmente comunistas, todavia, o norte-coreano é o único que mantém a ortodoxia ideológica, uma economia centralizada e planificada e o mesmo perfil estalinista de sempre, permanecendo um dos regimes mais repressivos e isolados do mundo: a principal novidade, entretanto, foi a morte do “pai da pátria” Kim Il Sung, em 1994, sucedendo-lhe o filho Kim Jong Il numa modalidade inovadora de “comunismo dinástico” – especulando-se, aliás, actualmente, sobre qual dos três filhos de Kim Jong Il lhe sucederá na Presidência. Já nos casos da China, sobretudo, mas também do Vietname e do Laos que lhe copiaram o modelo de “socialismo de mercado”, os respectivos PCs têm-se conjugado com o liberalismo económico, enquadrando-se num mais vasto modelo asiático “desenvolvimentista”, paternalista, dirigista e autoritário. A realidade é que o comunismo se tornou aqui nitidamente muito mais um mecanismo de conservação do poder nas mãos de

certas elites do que um preceito político-ideológico orientador das respectivas políticas coexistindo, portanto, com estratégias de desenvolvimento económico e afirmação nacional que os respectivos Partidos-Estado filtram e instrumentalizam como nova fonte de legitimação. Efectivamente, a faceta comunista destes regimes só não morreu formalmente, pois todos eles entraram em metamorfose.

V.1.1. Particularizando o caso Chinês

Depois de um curto período de hesitação que se seguiu à intervenção violenta em Tiannanmen, prosseguiram as reformas “capitalistas”, com o 14º Congresso do PCC, em Outubro de 1992, a assumir como doutrina oficial a «*teoria de Deng Xiaoping sobre a construção do socialismo com características chinesas*». Deng morreria, em 1997, mas a transição de poder estava há anos assegurada e quer a Terceira Geração (com Jiang Zemin no topo) quer a Quarta Geração (com Hu Jintao ao centro) de dirigentes da RPChina não só mantiveram como aprofundaram o rumo anterior: validando e respeitando o princípio “um país, dois sistemas”; alargando os mecanismos de mercado a todos os sectores da economia; apostando prioritariamente no crescimento «*sob todas as formas*» da China; consolidando a ascensão dos tecnocratas e preservando as principais instituições políticas antes existentes (ver Dumbaugh e Martin, 2009); reforçando o pragmatismo e o nacionalismo do regime¹⁶⁹; e inventando novas formas de legitimação do «*papel dirigente*» do PCC numa sociedade chinesa em rápida transformação e numa China em rápida ressurgência.

Sempre sustentado num vasto arsenal repressivo, a realidade é que o regime chinês vem prosseguindo uma lenta e gradual auto-metamorfose perceptível, desde logo, nos contributos ideológicos enunciados pelos dirigentes máximos das 3ª e 4ª Gerações. Jiang Zemin desenvolveu a doutrina das “Três Representações”, segundo a qual o PCC deve representar o desenvolvimento económico, o desenvolvimento cultural e o consenso político¹⁷⁰. Por seu lado, Hu Jintao avançou com o “Conceito Científico de Desenvolvimento”,

¹⁶⁹ O nacionalismo faz parte da estratégia do regime de adaptação à mudança, tornando-se numa espécie de “ideologia útil” ou “ideologia de substituição” do paradigma comunista instrumentalizada pelo PCC, interna e externamente, num duplo sentido: o de “patriotismo”, isto é, apropriação do orgulho chinês; e o de “estatismo”, ou seja, manutenção e fortalecimento do Estado tanto em detrimento do individualismo e das particularidades regionais e étnicas como face a outros actores internacionais. Ver, p.ex., Suisheng Zhao, 2004a e b; e Romana, 2005 e 2008. É este nacionalismo instrumental que permite a Pequim acomodar o que quer que seja no apregoado “socialismo de características chinesas” ou ligar as morais nacional e socialista, sendo disto um bom exemplo a primeira das “Oito Honras e Desgraças” de Hu Jintao, precisamente, «*Amar o País, Não o Prejudicar*».

¹⁷⁰ «*O Partido deve sempre representar os propósitos de desenvolvimento das forças produtivas avançadas da China, a orientação do desenvolvimento da avançada cultura da China e os interesses fundamentais da vasta maioria do povo Chinês*» (Jiang Zemin, 2001: Chap. 1). A doutrina das “Três Representações” foi desenvolvida

nele incluindo a noção de “Sociedade Socialista Harmoniosa”¹⁷¹ que tem por alegadas características a Democracia e o Estado de Direito, a justiça, a integridade e a fraternidade, a vitalidade, a estabilidade e a ordem e a harmonia entre o Homem e a Natureza.

A *Construção do Estado de Direito* na China passa pela reforma legal e judicial no sentido de restringir os abusos e os “excessos revolucionários” das autoridades oficiais, tornar mais justos e transparentes os processos judiciais, modernizar, profissionalizar e tornar mais “independente” o sistema judicial, reforçar o papel e a autonomia dos advogados de defesa ou melhorar as condições do sistema prisional¹⁷², aparentando ser um crescente desígnio da liderança chinesa¹⁷³.

nos anos 1990 e adoptada oficialmente como referência ideológica do PCC no seu 16º Congresso, em Novembro de 2002.

¹⁷¹ «*O Desenvolvimento Científico assume o desenvolvimento como sua essência, coloca primeiro o povo no seu centro, o seu requisito básico é o desenvolvimento completo, equilibrado e sustentável e tem como sua abordagem fundamental considerar toda a situação (...) Para implementar o Desenvolvimento Científico temos de trabalhar energeticamente para construir uma Sociedade Socialista Harmoniosa... é através do desenvolvimento que garantiremos a equidade e a justiça social promovendo continuamente a harmonia social*» (Hu Jintao, 2007a: Introd. e Chap. 3). As concepções de Desenvolvimento Científico e Sociedade Harmoniosa foram avançadas por Hu Jintao desde a Terceira Sessão Plenária do 16º CPCC, em 2003, sendo oficialmente adoptadas como preceitos orientadores do Partido e do Estado no 17º CPCC, em Outubro de 2007, naturalmente somados ao “Pensamento de Mao”, à “Teoria de Deng” e às “Três Representações” de Jiang Zemin.

¹⁷² Um dos mecanismos inovadores é o recurso aos chamados “Comités de Mediação”, grupos informais de cidadãos que resolvem cerca de 90% das disputas civis da RPC e alguns crimes menores sem custos para as partes, contando-se por mais de 800.000 os *comités* espalhados por todo o país, tanto nas zonas rurais como nas áreas urbanas. John L. Thornton (2008: 10-11) refere outros exemplos da evolução do Estado de direito na RPChina: enquanto em 1980 havia apenas cerca de 800.000 casos nos tribunais chineses, em 2006 esse número multiplicara dez vezes; até meados dos anos 1980, a maioria dos juízes e procuradores eram antigos militares sem qualquer formação específica, no final dessa década já era exigido um curso universitário para desempenhar essas funções, a partir de 1995, o recrutamento passou a ser feito por concurso e, desde o fim dos anos 1990, ter um Mestrado em Direito é um requisito não oficial para se ser Juiz sénior. O aumento do número e da qualidade dos juízes e procuradores chineses tem sido acompanhado pela mudança no estatuto dos advogados de defesa: até ao final da década de 1980, havia poucos advogados e eram inevitavelmente empregados do Estado, sem possibilidade de exercício privado e independente da função; em 1988-89 surgiram as primeiras “firmas cooperativas de advogados” e, actualmente, existem mais de 120.000 advogados reconhecidos praticando em 12.000 firmas, embora os “procuradores do Povo” ganhem cerca de 90% dos casos. Entretanto, Pequim adoptou uma série de códigos destinados a garantir os direitos dos cidadãos, como a *Public Servants Law* de 2005, a *State Compensation Law* de 1994 e, talvez ainda mais significativa, a *Administrative Litigation Law*, adoptada em 1989 e que permite aos cidadãos processar o Estado: cerca de 13.000 processos entraram no primeiro ano em que vigorou esta lei; actualmente, contam-se por mais de 150.000 os processos que por ano são movidos contra o Estado na RPC. Similarmente, o quadro legal tem incorporado outros aspectos sensíveis como, por exemplo, condenar o chauvinismo Han e consagrar a plena igualdade entre todas as 56 nacionalidades reconhecidas ou mesmo “favorecer” as minorias étnicas em domínios como controlo demográfico, acesso ao sistema educativo e a empregos públicos ou recrutamento militar; facilitar a obtenção da nacionalidade chinesa; ou promover as autonomias locais, regionais e provinciais e clarificar as competências destes níveis em relação ao poder central. A relevância do assunto “Estado de Direito” vem notoriamente aumentando na RPChina sendo, inclusivamente, transposto para as sucessivas revisões à Constituição de 1982: por exemplo, na de 1999 a China passou a ser oficialmente um «*país governando pelo primado da lei*», enquanto a revisão de Março de 2004 inclui garantias adicionais da propriedade privada e dos direitos humanos.

¹⁷³ «*The rule of law constitutes the essential requirement of socialist democracy... The rule of law will be carried out more thoroughly as a fundamental principle, public awareness of law will be further enhanced, and fresh progress will be made in government administration based on the rule of law*» (Hu Jintao, 2007a: Cap. VI, ponto 3). Ver também PRChina (2008) – China's Efforts and Achievements in Promoting the Rule of Law. *White Papers of the Government*.

Outro importante desígnio afirmado pelos dirigentes chineses é o *reforço da Democracia Política*¹⁷⁴. Certos passos confirmam a percepção de que se o Governo e o Partido continuam a ser intrusivos em muitas áreas, são-no agora menos do que antes e que as liberdades dos cidadãos chineses se vêm expandindo aos poucos, incluindo em termos de circulação e migração interna e externa¹⁷⁵. Por isso, «quando os chineses são questionados sobre a democratização da sua sociedade, eles mencionam tanto este tipo de mudanças como as eleições ou as reformas judiciais. Talvez confundam o conceito de liberdade com o de democracia, mas seria um erro encarar a sua liberdade pessoal como insignificante» (Thornton, 2008: 17-18). No que concerne à escolha de representantes, a situação é ainda bastante embrionária e complexa, uma vez que o sistema chinês prevê a combinação de eleições directas e indirectas, exames, selecção e recomendação dos candidatos pelas instituições, continuando o PCC a ter a última palavra (ver, p.ex., Dumbaugh e Martin, 2009). Ainda assim, iniciadas muito lentamente desde o início dos anos 1980, as experiências eleitorais locais dispararam na década de 1990 e continuam a progredir: actualmente, ocorrem já eleições populares competitivas em 700.000 aldeias, o que não é insignificante já que abarcam cerca de 700 milhões de chineses¹⁷⁶.

¹⁷⁴ «O nosso requisito e objectivo básico a fim de desenvolver e melhorar o centralismo democrático é criar uma situação política em que há centralismo e democracia, disciplina e liberdade, unidade na vontade e facilidade de pensamento pessoal...», afirmou Jiang Zemin (2001: Chap. III) no 80º aniversário do PCC; «A participação dos cidadãos nos assuntos políticos expandir-se-á de forma ordenada... O primeiro nível de democracia será melhorado... A essência e o centro da democracia socialista é que o povo é o dono do país. Precisamos de melhorar as instituições para a democracia, diversificar as suas formas e expandir os seus canais e precisamos de levar a cabo eleições democráticas, processos de decisão, administração e execução de acordo com a lei a fim de garantir os direitos do povo ser informado, participar, ser ouvido e vigiar», afirmou Hu Jintao (2007a: Chap. VI) ao 17º Congresso do PCC.

¹⁷⁵ A fim de controlar eventuais efeitos negativos da mais rápida onda de urbanização da História, o Governo chinês restringia, até há uns anos atrás, a migração interna; hoje, afirma oficialmente esperar que 300 milhões adicionais de camponeses mudem para as cidades nas próximas duas décadas, esperando com isso ajudar a aliviar o hiato urbano-rural. Em tempos, o Estado exigia candidaturas para emprego e habitação a todos os residentes urbanos; agora, já não é assim e os chineses, rurais ou urbanos, gozam até de liberdade para viajar além-fronteiras a fim de estudar, trabalhar ou divertir-se. Há uma década atrás, um cidadão chinês precisava de obter permissão do seu supervisor, do secretário da célula laboral do Partido e da polícia apenas para se candidatar a um passaporte, num processo que durava, em média, meio ano, assumindo que o passaporte era mesmo aprovado; esse processo leva, actualmente, menos de uma semana e a aprovação é relativamente automática. Há menos de duas décadas, todos os estrangeiros eram forçados a viver em locais designados, como hotéis ou condomínios vigiados pela Polícia Popular; hoje em dia, estrangeiros e chineses vivem lado a lado. Outra das experiências que chamou a atenção internacional foi a decisão governamental de permitir que os jornalistas estrangeiros viajassem e reportassem com relativa liberdade por toda a China, exceptuando as regiões do Tibete e do Xinjiang, desde Janeiro de 2007 até às Olimpíadas de Pequim em Agosto de 2008, numa manobra propagandística mas também um claro teste do regime para ver até que ponto a imprensa estrangeira usava a sua nova amplitude de movimentos na China e o impacto que isso teria dentro e fora do país.

¹⁷⁶ Em meados dos anos 1990, só metade dos líderes locais eleitos eram membros do PCC; hoje, curiosamente, a esmagadora maioria é militante do Partido, o que se deve fundamentalmente ao facto de que quando candidatos não-PCC são eleitos, o Partido recruta-os quase sempre assegurando, assim, a sua proeminência e permitindo aos camponeses terem os líderes que estes querem. Nos últimos anos, vêm ocorrendo igualmente eleições para a liderança e as Assembleias Populares de cidades e conselhos urbanos ainda que, por enquanto, isso represente apenas uma ínfima percentagem do total nacional: nestas, os candidatos independentes que conseguem lugares estão em franca ascensão - de menos de 100, em 2003 passaram para mais de 40.000, em 2006-07 -, sendo expectável que esse número aumente nos próximos anos (a menos que de independentes passem a militantes do

Destaque merecem também os esforços do regime no sentido de integrar as «*forças sociais emergentes*» na estrutura do Partido-Estado, desenvolvendo o que apelida de «*participação democrática deliberativa*» e a «*cooperação multipartidária*», nomeadamente, por três vias: i) a inclusão no Governo e na Administração Central de não-militantes do PCC¹⁷⁷; ii) vastas campanhas de recrutamento e renovação de quadros com critérios mais latos¹⁷⁸; e iii) a abertura à participação de «*todos os sectores da sociedade*» e a «*absorção acolhedora*», em particular, na Conferência Política Consultiva Popular Chinesa (CPCPC), organização da denominada «*Frente Unida*» e que agrega também os outros oito ditos «*Partidos Democráticos*»¹⁷⁹ reconhecidos oficialmente e ainda inúmeras outras organizações sindicais, femininas, jovens e populares, representações da Indústria, da Agricultura e do Comércio, de todas as minorias étnicas, dos “compatriotas” das RAE’s de Hong Kong e de Macau, de Taiwan ou da diáspora chinesa.

Fundamentalmente, Pequim parece apostar numa muito gradual “expansão da democracia política”, fazendo experiências e retirando ilações, privilegiando sempre o colectivo chinês, a harmonia social e a meritocracia, reflectindo o princípio comunista de que o PCC representa a “maioria do povo” e a secular crença chinesa de que o Governo deve caber aos mais talentosos e virtuosos. É este gradualismo que, na prática, significa o «*desenvolvimento da democracia socialista com características chinesas*».

É certo que é tudo muito experimental, embrionário e gradual, mas o optimismo quanto à possibilidade de uma certa democratização da China cresce tanto dentro como fora da “Grande Muralha”, incluindo em Washington, como revelou na conversa que teve connosco

PCC). O próprio Partido vem experimentando a selecção competitiva: no ciclo nacional de 2006-07, por exemplo, cerca de 300 cidades em 16 províncias escolheram os líderes locais do Partido através de eleições directas como parte de um projecto-piloto. Embora experimentais, são passos inovadores dentro da lógica de *expansão da democracia política*, o que poderá traduzir-se, futuramente, na competição eleitoral entre “facções” organizadas advogando posições políticas distintas (algo que hoje não é permitido) ou até na própria disputa dos lugares de topo da hierarquia do Partido e do Estado.

¹⁷⁷ De acordo com o Livro Branco *China's Political Party System* (2007), 31.000 membros dos “Partidos Democráticos” e indivíduos sem qualquer filiação partidária ocupavam postos oficiais governamentais «*above the county level*» no final de 2006.

¹⁷⁸ Só o PCC conta, actualmente, com mais de 73 milhões de militantes, 6,5 milhões dos quais aderiram apenas nos 5 anos que mediam entre os 16º Congresso do PCC de 2002 e o 17º CPCC de 2007, sendo que três quartos dos novos membros têm menos de 35 anos (ibid.).

¹⁷⁹ Os oito «*Partidos Democráticos*» (quase todos formados ainda antes de proclamada a República Popular) que existem legalmente na RPChina– reconhecendo, claro, o “papel dirigente” do PCC – são os seguintes, de acordo com a designação oficial chinesa em inglês: *Revolutionary Committee of the Chinese Kuomintang*, *China Democratic League*, *China Democratic National Construction Association*, *China Association for Promoting Democracy*, *China Peasants and Workers' Democratic Party*, *China Zhi Gong Dang*, *Jiu San Society* e *Taiwan Democratic Self-Government League*. Além destes, existem ainda, pelo menos, dois partidos clandestinos: o *China Democracy Party*, formado na sua maioria por estudantes envolvidos nos movimentos contestatários de 1978, 1986 e 1989, com apoios Ocidentais, cuja formação terá ocorrido em meados dos anos 1990 e que foi ilegalizado por Pequim, em 1998; e a *Chinese Pan Blue Association*, com ligações a Taiwan e fundada em Agosto de 2004 por auto-considerados membros espirituais do Kuomintang e seguidores dos “Três Princípios do Povo” de Sun Yat-sen.

o *Special Assistant* do Presidente W. Bush e *Senior Director For East Asian Affairs* do National Security Council, Dennis Wilder (2007): «*Estamos confiantes no rumo político da China. Alguns acham que Pequim só está a fazer operações cosméticas para nos enganar... mas a situação actual é bem melhor do que era há apenas 5 ou 10 anos e a diferença é ainda maior se recuarmos 20 ou 30 anos. Nós não baixaremos a pressão nem devemos fazê-lo porque aquele regime é mau para os chineses e para o mundo. As reivindicações democráticas também estão a aumentar lá, incluindo dentro do Governo e do Partido. Eles sabem que estamos atentos e não há possibilidade de voltar atrás. Não será fácil, mas acredito que é uma questão de tempo. O tempo deles é que é diferente do nosso*». O gradualismo pragmático poderá, portanto, dar frutos que pretensões mais apressadas e eufóricas não deram no passado e que também dificilmente resultariam na China actual, pelo que a mutação no sentido da democratização, a ocorrer, deverá ser muito gradual e “à chinesa”, isto é, não importando directamente modelos externos e garantindo que nem a unidade nem o desenvolvimento da China estarão ameaçados. Nas circunstâncias actuais, é provável que este rumo seja mantido pela “Quinta Geração” de dirigentes que deverá ascender ao poder a partir do 18º Congresso do PCC, em 2012, e sobre a qual já muito se especula¹⁸⁰. Onde conduzirá esta ambivalente auto-metamorfose permanece, todavia, em aberto.

V.1.2. O Significado das Mutações Políticas

As transformações ao nível dos regimes políticos na Ásia Oriental não ocorreram, portanto, como previsto por Fukuyama nem coincidiram com o que se passou na Europa: «*What we can say is that forms of corporatism, characterized by state bureaucracy domination, monopolist political representation, ideologically exclusive executive authorities and anti-liberal, authoritarian or mercantilist states, have been surprisingly prominent across much of East Asia*» (Beeson, 2007: 104). Uma das características desta macro-região é, efectivamente, a extrema diversidade de sistemas políticos, desde a democracia liberal genuína às ditaduras

¹⁸⁰ Na “Quinta Geração” de dirigentes da RPChina contar-se-ão certamente ainda mais tecnocratas engenheiros e gestores, bem como alguns empresários bem sucedidos, sendo muitos deles formados nas melhores Universidades europeias e americanas. É ainda provável que a futura geração de líderes seja dominada pela facção da Liga da Juventude Comunista Chinesa (LJCC) afecta a Hu Jintao. O nome até recentemente mais referido para ser tornar a figura central dessa 5ª Geração era o de Li Keqiang (antigo Secretário-Geral da LJCC, líder do PCC em Liaoning e escolhido como um dos *vice-premier* do Conselho de Estado da China na Primeira Sessão da 11ª Assembleia Popular Nacional, em Março de 2008), mas desde o 17º Congresso do PCC que Xi Jinping (líder do Partido em Xangai e Vice-Presidente da RPChina, precisamente, desde a 1ª Sessão da APN de Março 2008) é apontado como principal candidato à sucessão de Hu Jintao: ambos foram escolhidos para o restrito (apenas 9 membros) Comité Político Permanente do Politburo do CC do PCC no 17º CPCC, em Outubro de 2007. Outros nomes proeminentes sobre quem se especula virem a ser figuras de topo da 5ª geração são Li Yuanchao, Bo Xilai, Wang Qishan, Wang Yang, Zhang Gaoli, Liu Yandong (sucendo a Wu Yi como figura feminina mais importante), Ma Kai e Zhang Qingli.

comunistas e militares, encontrando-se a esmagadora maioria na situação de “democracias imperfeitas” e “regimes híbridos”, para utilizar a terminologia do Quadro seguinte.

Quadro 7. Índice de Democracia e Autoritarismo na Ásia Oriental

	Ranking Global (1-167)	Pontuação Média (1-10)	Processos Eleitorais e Pluralismo	Funcionamento do Governo	Participação Política	Cultura Política	Liberdades Civis
Democracias Consolidadas							
Japão	17	8.25	8.75	8.21	6.11	8.75	9.41
Coreia Sul	28	8.01	9.58	7.50	7.22	7.50	8.24
Democracias Imperfeitas							
Taiwan	33	7.82	9.58	7.50	6.67	5.63	9.71
Timor-Leste	47	7.22	8.67	6.79	5.56	6.88	8.24
Tailândia	54	6.81	7.75	6.79	5.56	6.88	7.06
Mongólia	58	6.60	9.17	6.07	3.89	5.63	8.24
Malásia	68	6.36	6.50	6.07	5.56	7.50	6.18
Indonésia	69	6.34	6.92	6.79	5.00	6.25	6.76
Filipinas	77	6.12	8.33	5.00	5.00	3.13	9.12
Regimes Híbridos							
Singapura	82	5.89	4.33	7.50	2.78	7.50	7.35
Hong Kong	84	5.85	3.50	5.71	5.00	5.63	9.41
Camboja	102	4.87	6.08	6.07	2.78	5.00	4.41
Rússia	107	4.48	5.25	2.86	5.56	3.75	5.00
Regimes Autocráticos							
China, RP	136	3.04	0.00	5.00	2.78	6.25	1.18
Vietname	149	2.53	0.83	4.29	1.67	4.38	1.47
Laos	157	2.10	0.00	3.21	1.11	5.00	1.18
Myanmar	163	1.77	0.00	1.79	0.56	5.63	0.88
Coreia Norte	167	0.86	0.00	2.50	0.56	1.25	0.00

Fonte: Economist Intelligence Unit, *Index of Democracy 2008* [Em linha]. The Economist Group [Consulta 3 Jan. 2010]. Disponível em <http://graphics.eiu.com/PDF/Democracy%20Index%202008.pdf>

A Ásia Oriental continua, assim, suspensa entre a democratização e o autoritarismo. O significado das mutações políticas nas últimas décadas é, efectivamente, bastante ambivalente. Por exemplo, a ideia geral foi sempre no sentido de considerar incompatível, a prazo, o autoritarismo político com o liberalismo económico e com o desenvolvimento: mas se é verdade que vários países enveredaram pelo liberalismo político num determinado patamar de liberalismo económico e de desenvolvimento (Coreia do Sul ou Taiwan, por exemplo), a gigantesca e ressurgente RPChina constitui a maior prova viva e bem sucedida do contrário nos últimos trinta anos, ali coexistindo autoritarismo político e liberalismo/desenvolvimento económicos, o mesmo sucedendo com o Brunei, Singapura, a Malásia, o Vietname ou mesmo o Myanmar, como veremos no ponto seguinte.

É igualmente frequente a expectativa de que a abertura e o desenvolvimento económicos encorajam o surgimento de novas classes sociais que, por sua vez, acabam por subverter os poderes políticos autocráticos. No entanto, na Ásia Oriental isso não vem ocorrendo exactamente assim e tem, inclusivamente, sido argumentado que certas classes médias

emergentes, de quem se poderia esperar reivindicarem mais direitos políticos, poderão estar dispostas a trocar isso em favor do crescimento económico, da segurança e da unidade nacional (Jones, 1998).

Um outro paradoxo regional respeita ao trinómio globalização-Estado-nacionalismo. É argumento habitual que a aceleração do processo de globalização promove a erosão dos Estados soberanos e que, portanto, representa um enorme desafio para os *developmental states* Asiáticos baseados no paternalismo, corporativismo e protecção (Beeson, 2007: 141-183). Existindo este desafio, a realidade é que, de uma maneira geral, a entidade Estado não parece estar mais “frágil” na Ásia Oriental, uma vez que os diferentes regimes políticos vêm mantendo relativamente sólidas as estruturas políticas nacionais e o paternalismo estatal sobre a economia no pressuposto de que isso assegura não só o desenvolvimento económico do país mas também a coesão social e a unidade nacional perante um mundo mais interdependente e penetrante nas dimensões internas.

Com efeito, as muito heterogéneas lideranças políticas regionais têm em comum buscar no crescimento económico e na salvaguarda dos interesses nacionais novas fontes quer de legitimação do sistema político vigente quer de reforço do Estado, procurando que as suas populações se reconheçam como parte da mesma colectividade e assumam os seus regimes como principais garantes da unidade, identidade e prosperidade colectivas. No fundo, o Estado forte é confundido com um sistema político forte e eficaz, numa justaposição que garante virtualmente a salvaguarda dos interesses nacionais e a afirmação externa. É nesta medida que o nacionalismo representa uma força tão poderosa na Ásia Oriental e comum a todos os diversos regimes, tornando mais fácil perceber porque é que tantas elites da região se mostram empenhadas na afirmação dos mitos nacionais e preocupadas com a salvaguarda da soberania numa concepção tradicional, resistindo tanto à “interferência externa” como à partilha de competências ao nível supranacional. Na generalidade, os regimes políticos asiáticos são vincadamente “nacionalistas” e mantêm firmes o seu carácter “desenvolvimentista”.

Por outro lado, as evoluções políticas ocorridas e em curso na Ásia Oriental não só demonstram as ambivalências e particularidades regionais como confirmam a estreita interligação entre as transformações internas e a evolução da estrutura externa. Efectivamente, se os processos de democratização podem ser associados ao fim dos constrangimentos inerentes à Guerra Fria, vários regimes políticos da região não seguiram essa vaga, mantendo os modelos autocráticos anteriores. Ou seja, as explicações para as mutações não se podem limitar às radicadas nas evoluções do sistema internacional, devendo também incluir factores de ordem interna e outros aspectos muito para lá da estrutura internacional e dos “grandes jogos de poder”. O mesmo sucede, aliás, relativamente às

percepções externas e às interacções entre os actores: o comportamento externo da RPChina, por exemplo, decorre e/ou é condicionado quer pela “estrutura externa” quer pelas prioridades e interesses do PCC quer ainda pelos desafios e constrangimentos internos, tal como as políticas e interacções de outros na direcção da China são profundamente influenciados pelas respectivas percepções acerca do regime de Pequim e da situação política, económica e social chinesa.

Regista-se desde o fim da “dupla Guerra Fria” um relativo “apaziguamento ideológico”, não constituindo a enorme diversidade de regimes, em regra, obstáculo maior às relações e interacções regionais ou factor primordial de conflitualidade. Ao mesmo tempo, contudo, o carácter autocrático de certos regimes continua a ser um factor cumulativo de tensão na retórica e na política dos EUA na direcção, sobretudo, da RPChina, da Coreia do Norte e do Myanmar, bem como nas percepções e interacções de Washington, Seul e Tóquio face a Pyongyang ou de Taiwan em relação à RPChina ou ainda no relacionamento Washington-Moscovo desde o alegado “retrocesso autoritário” do Kremlin com a ascensão de Putin. Além disso, o carácter especialmente repressivo de vários destes autoritarismos tornou-se um elemento acrescido de preocupação internacional pela insegurança humana em que vivem as suas populações e determinadas comunidades.

Por outro lado, os impactos internos e externos tanto das transições democráticas como dos autoritarismos subsistentes são muito díspares, variando consoante o caso em concreto. Os efeitos da democratização na Coreia do Sul e em Taiwan são paradigmáticos disto mesmo. Ambos os processos apresentam similitudes, na medida em que os dois países são parte de entidades mais vastas que, quando o clima internacional começou a mudar, rapidamente optaram pela transição democrática como forma de consolidarem as “diferenças” relativamente às “outras partes” comunistas da Coreia do Norte e da RPChina. A sequência de cada um dos processos é, no entanto, muito distinta: a democratização sul-coreana nunca pôs em causa o consenso interno em torno do ideal da reunificação da Península nem sequer o princípio da não-nuclearização, favorecendo inclusivamente a política de apaziguamento e “envolvimento” com a Coreia do Norte; ao invés, em Taiwan, o processo de democratização fez emergir as profundas divisões internas em torno do ideal de reunificação da China e da “identidade chinesa/taiwanesa”, ameaçando o *status quo* no Estreito e fazendo aumentar a tensão com Pequim e as preocupações tanto regionais como em Washington.

V.2. Evolução Económica: Crescimento e Interdependência

O fim das prioridades geoestratégicas e dos constrangimentos inerentes à “dupla Guerra Fria” permitiu que os vectores geoeconómicos ganhassem uma nova preponderância e desmantelou velhas barreiras que impediam maiores intercâmbios intra-Asiáticos e com outras regiões. Paralelamente, saindo vencedores da confrontação bipolar, os EUA e seus aliados e parceiros rapidamente se empenharam em expandir o liberalismo económico e o comércio livre aos antigos adversários e ao resto do globo, acelerando o processo de globalização económica. Por outro lado, alicerçadas numa forte internacionalização, as economias da Ásia Oriental, com a China à cabeça, vêm tirando partido de algumas vantagens comparativas face à concorrência num mercado mais globalizado: baixos salários e baixos custos de produção, elevado patrocínio e “proteccionismo” dos poderes estatais e ainda, em muitos casos, a virtual ausência de determinados pressupostos e regras existentes na Europa ou na América do Norte, por exemplo, em termos de apoio social, direitos laborais ou propriedade intelectual. Conjuntamente, estes factores favoreceram o aumento das exportações asiáticas e o incremento dos fluxos comerciais regionais e inter-regionais; o aumento das trocas e interdependências intra-Asiáticas; e o crescimento económico na Ásia Oriental.

Efectivamente, regista-se um aumento contínuo e acentuado no volume de exportações das economias asiáticas nas últimas décadas, sempre acima da média mundial e ainda mais saliente se comparativamente a outros actores ou a períodos anteriores. O Quadro 8 demonstra, por exemplo, que o *share* da Ásia nas exportações mundiais passou de 14%, em 1948 para 26.1%, em 1993 e 27.7%, em 2008, ao mesmo tempo que a parcela da RPChina saltou de 0,9% para 2,5% e 9.1%, respectivamente; já o *share* dos EUA, por exemplo, baixou de 21,7% para 12,6% e 8.2% nos mesmos anos. O Quadro 10 seguinte mostra que, entre 2000 e 2008, as exportações Asiáticas de bens cresceram em média 13% anualmente (24% no caso da China, 10% nas quatro “Novas Economias Industrializadas” e 11% no grupo 10 ASEAN), período em que as exportações de bens dos EUA cresceram somente 7% ao ano e as da UE 12%. Situação similar regista-se no respeitante às exportações de serviços.

Por conseguinte, as economias asiáticas vêm subindo no *ranking* dos maiores exportadores mundiais: o Quadro 9 mostra que, em 2008, excluindo o comércio intra-UE, a China era já o 2ª maior exportador mundial, atrás da UE27 e à frente dos EUA, encontrando-se também o Japão, a Rússia, a Coreia do Sul, Hong Kong e Singapura no “Top 10” desse *ranking* e ainda Taiwan, a Malásia e a Tailândia entre os 20 maiores exportadores mundiais.

Os mesmo Quadros revelam, todavia, uma outra realidade: as economias da Ásia Oriental também passaram a importar abundantemente. De facto, a parcela da Ásia nas importações

mundiais passou de 13,9% em 1948 para 23,6% em 1993 e 26,4% em 2008 (sendo o *share* da RPCChina de 0,6%, 2.7% e 7.0%, respectivamente); no período 2000-2008, as importações da Ásia cresceram em média, anualmente, 14% no caso dos bens e 11% nos serviços; e tal como no *ranking* dos maiores exportadores, muitas economias desta região ocupam lugares cimeiros entre os maiores importadores mundiais.

Quadro 8. Exportações e Importações Mundiais: *Shares* (%) por Região e Economia seleccionadas, 1948-2008

EXPORTAÇÕES, <i>share</i> (%)								
	1948	1953	1963	1973	1983	1993	2003	2008
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Estados Unidos	21,7	18,8	14,9	12,3	11,2	12,6	9,8	8,2
CE/UE a)	-	-	27,5	38,6	38,6	38,6	42,7	37,5
Ex-URSS e CEI b)	2,2	3,5	4,6	3,7	5,0	1,5	2,6	4,5
Ásia	14,0	13,4	12,5	14,9	19,1	26,1	26,2	27,7
China	0,9	1,2	1,3	1,0	1,2	2,5	5,9	9,1
Japão	0,4	1,5	3,5	6,4	8,0	9,9	6,4	5,0
Índia	2,2	1,3	1,0	0,5	0,5	0,6	0,8	1,1
Seis Exportadores Ásia Oriental c)	3,4	3,0	2,4	3,4	5,8	9,7	9,6	9,0
IMPORTAÇÕES, <i>share</i> (%)								
	1948	1953	1963	1973	1983	1993	2003	2008
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Estados Unidos	13,0	13,9	11,4	12,3	14,3	15,9	16,9	13,5
CE/UE a)	-	-	29,0	39,2	39,2	39,2	41,8	38,8
Ex-URSS e CEI b)	1,9	3,3	4,3	3,5	4,3	1,2	1,7	3,1
Ásia	13,9	15,1	14,1	14,9	18,5	23,6	23,5	26,4
China	0,6	1,6	0,9	0,9	1,1	2,7	5,4	7,0
Japão	1,1	2,8	4,1	6,5	6,7	6,4	5,0	4,7
Índia	2,3	1,4	1,5	0,5	0,7	0,6	0,9	1,8
Seis Importadores Ásia Oriental c)	3,5	3,7	3,1	3,7	6,1	10,3	8,6	8,9

Notas: a) CEE (6) em 1963, CEE (9) em 1973, CEE (10) em 1983, UE (12) em 1993, UE (25) em 2003 e UE (27) em 2008. b) Ex-URSS até 1991 e Comunidade de Estados Independentes (CEI) a partir de 1992. c) Coreia do Sul, Hong Kong, Malásia, Singapura, Taiwan e Tailândia.

Fonte: WTO, 2009a: p. 10-11 - Tables 1.6 e 1.7

Quadro 9. Economias da Ásia Oriental no Ranking dos Principais Exportadores e Importadores Mundiais (excluindo comércio intra-UE), 2008

Exportadores					Importadores				
Ranking		Valor (Mil Milhões USD)	Share (%)	% Variação Anual	Ranking		Valor (Mil Milhões USD)	Share (%)	% Variação Anual
1	UE (27)	1928	15.9	13	1	UE (27)	2283	19.4	16
2	China	1428	11,8	17	2	Estados Unidos	2166	17.4	7
3	Estados Unidos	1301	10.7	12	3	China	1133	9.1	19
4	Japão	782	6.4	10	4	Japão	762	6.1	22
5	Rússia	472	3.9	33	5	Coreia Sul	435	3.5	22
7	Coreia Sul	422	3.5	14	7	Hong Kong	393	3.2	6
8	Hong Kong	370	3.0	6	9	Singapura	320	2.6	22
9	Singapura	338	2.8	13	10	Rússia	292	2.3	31
12	Taiwan	256	2.1	4	12	Taiwan	240	1.9	10
15	Malásia	200	1.6	13	17	Tailândia	179	1.4	28
19	Tailândia	178	1.5	17	19	Malásia	157	1.3	7
21	Indonésia	139	1.1	18	20	Indonésia	126	1.0	36
					25	Vietname	80	0.6	28
					28	Filipinas	59	0.5	2

Fonte: WTO, 2009b: p. 16 -Appendix Table 4.

Quadro 10. Comércio Mundial de Bens e Serviços por Região e Economia seleccionadas, 2000-2008 (% de Variação Anual)

Exportações				Importações		
2000-2008	2007	2008		2000-2008	2007	2008
			BENS			
12	16	15	Mundo	12	15	15
7	12	12	Estados Unidos	7	5	7
12	16	11	União Europeia (27)	12	16	12
21	17	33	Federação Russa	26	36	31
13	16	15	Ásia	14	15	20
24	26	17	China	22	21	19
6	10	10	Japão	9	7	22
10	11	10	Novas Ec. Industrializad. (4)*	10	11	17
11	12	15	ASEAN (10)	12	13	21
			SERVIÇOS			
12	19	11	Mundo	12	18	11
8	16	10	Estados Unidos	7	9	7
13	21	10	União Europeia (27)	12	19	10
23	27	29	Federação Russa	21	32	29
13	20	12	Ásia	11	18	12
--	33	--	China	--	29	--
10	10	13	Japão	6	11	11
11	17	10	Novas Ec. Industrializad. (4)*	10	15	7

* Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul e Singapura

Fonte: WTO, 2009b : p. 13-14, Appendix Tables 1 e 2.

O aumento do volume de exportações e de importações das economias residentes na Ásia Oriental é grandemente responsável pela escalada da Ásia no comércio mundial. O próximo Quadro revela que, em 2008, a Ásia esteve na origem de quase 28% das exportações mundiais (equivalendo a mais de 4.3 mil milhões USD) e foi destino de quase 1/4 do total das exportações mundiais, no valor de sensivelmente 4 mil milhões USD. Revela, igualmente, a enorme relevância que a Ásia assume para a colocação das exportações originárias das outras regiões: em 2008, destinaram-se à Ásia 18.4% do total das exportações da América do Norte, 16.8% da América Central e do Sul, 20.4% das exportações de África e 55.7% do Médio Oriente.

Mas mais significativo ainda é o fluxo comercial Ásia-Ásia, expresso também no Quadro seguinte: mais de metade das exportações asiáticas tem agora por destino a própria Ásia, num valor que, em 2008, se aproximou dos 2200 mil milhões USD e que significou quase 14% do total das exportações mundiais; por comparação, de todas as exportações da Ásia, em 2008, apenas 17,8% se destinou à América do Norte e 18.4% à Europa. Estes dados demonstram bem o elevado nível de interdependência entre as economias asiáticas e evidenciam uma relativa menor dependência dos mercados americano e europeu para escoar a respectiva produção.

Quadro 11. Comércio Intra e Inter-Regional, 2008

ORIGEM	DESTINO							
	América do Norte	América Central e do Sul	Europa	CEI	África	Médio Oriente	Ásia	Mundo
Valor em Mil Milhões USD								
Mundo	2708	583	6736	517	458	618	3903	15717
América do Norte	1015.5	164.9	389.1	16.0	33.6	60.2	375.5	2035.7
América Central e do Sul	169.2	158.6	121.3	9.0	16.8	11.9	100.6	599.7
Europa	475.4	96.4	4695.0	240.0	185.5	188.6	486.5	6446.6
Com. Est. Independentes (CEI)	36.1	10.1	405.6	134.7	10.5	25.0	76.8	702.8
África	121.6	18.5	218.1	1.5	53.4	14.0	113.9	557.8
Médio Oriente	116.5	6.9	125.5	7.2	36.6	122.1	568.9	1021.2
Ásia	775.0	127.3	801.0	108.4	121.3	196.4	2181.4	4353.0
Share (%) dos fluxos comerciais regionais no total das exportações de cada região								
Mundo	17.2	3.7	42.9	3.3	2.9	3.9	24.8	100.0
América do Norte	49.8	8.1	18.1	0.8	1.7	3.0	18.4	100.0
América Central e do Sul	28.2	26.5	20.2	1.5	2.8	2.0	16.8	100.0
Europa	7.4	1.5	72.8	3.7	2.9	2.9	7.5	100.0
Com. Est. Independentes (CEI)	5.1	1.4	57.7	19.2	1.5	3.6	10.9	100.0
África	21.8	3.3	39.1	0.3	9.6	2.5	20.4	100.0
Médio Oriente	11.4	0.7	12.3	0.7	3.6	12.0	55.7	100.0
Ásia	17.8	2.9	18.4	2.5	2.8	4.5	50.1	100.0
Share (%) das exportações regionais nas exportações mundiais								
Mundo	17.2	3.7	42.9	3.3	2.9	3.9	24.8	100.0
América do Norte	6.5	1.0	2.3	0.1	0.2	0.4	2.4	13.0
América Central e do Sul	1.1	1.0	0.8	0.1	0.1	0.1	0.6	3.8
Europa	3.0	0.6	29.9	1.5	1.2	1.2	3.1	41.0
Com. Est. Independentes (CEI)	0.2	0.1	2.6	0.9	0.1	0.2	0.5	4.5
África	0.8	0.1	1.4	0.0	0.3	0.1	0.7	3.5
Médio Oriente	0.7	0.0	0.8	0.0	0.2	0.8	3.6	6.5
Ásia	4.9	0.8	5.1	0.7	0.8	1.2	13.9	27.7
Shares (%) dos fluxos comerciais regionais nas exportações mundiais								
Mundo	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
América do Norte	37.5	28.3	5.5	3.1	7.3	9.7	9.6	13.0
América Central e do Sul	6.2	27.2	1.8	1.7	3.7	1.9	2.6	3.8
Europa	17.6	16.6	69.7	46.4	40.5	30.5	12.5	41.0
Com. Est. Independentes (CEI)	1.3	1.7	6.0	26.1	2.3	4.0	2.0	4.5
África	4.5	3.2	3.2	0.3	11.7	2.3	2.9	3.5
Médio Oriente	4.3	1.2	1.9	1.4	8.0	19.8	14.6	6.5
Ásia	28.6	21.9	11.9	21.0	26.5	31.8	55.9	27.7

Fonte: WTO, 2009a: p. 9 - Table 1.4 e 1.5.

Esta realidade tem, naturalmente, correspondência quando analisamos o significado mútuo entre as principais economias da Ásia Oriental e parceiros seleccionados, como fazemos no Quadro seguinte. Desde logo, confirmam-se as interdependências globais e inter-regionais e o peso crescente das principais economias da Ásia Oriental na actividade comercial dos parceiros de outras regiões, novamente com destaque para a China, a que acresce o facto das economias da Ásia Oriental apresentarem balanças comerciais altamente favoráveis, sobretudo, nas sua trocas com a UE e com os EUA. Por outro lado, o Quadro 12 demonstra também a enorme interdependência entre as principais economias da Ásia Oriental, sendo ainda sintomático que quase 27% do comércio ASEAN tenha sido transaccionado entre parceiros ASEAN – significativo, pois revela a cada vez menor dependência asiática dos mercados europeu e americano e o crescente “regionalismo” neste domínio.

Quadro 12. Interdependência Económica na Ásia Oriental entre Parceiros seleccionados, 2008
Posições nos *Rankings* e *Shares* (%) no total da Actividade Comercial (Importações+Exportações) dos Parceiros

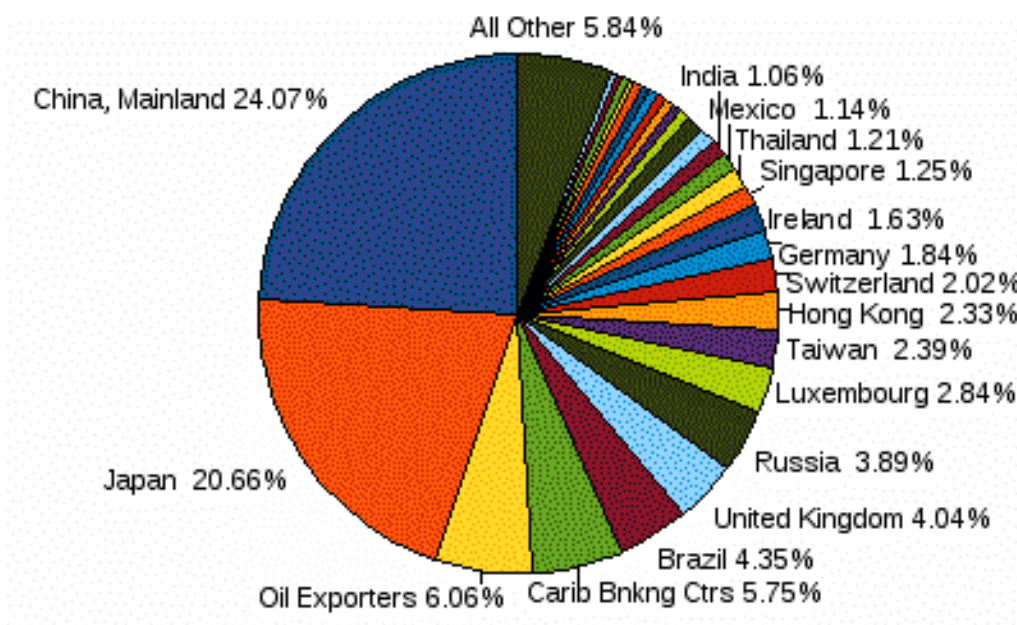
	PARCEIRO								
	RPChina	Japão	ASEAN 10	Coreia do Sul	Rússia	EUA	Índia	Austrália	UE 27
RPChina		3 (10,6%)	5 (9,4%)	6 (7,8%)	8 (2,3%)	2 (13,9%)	11 (1,8%)	7 (2,3%)	1 (17,0%)
Japão	1 (18,2%)		3 (14,3%)	5 (6,0%)	14 (2,0%)	2 (14,8%)	24 (0,9%)	6 (4,4%)	4 (12,3%)
ASEAN 10	2 (11,9%)	3 (11,3%)	1 (26,9%)	9 (4,5%)	22 (0,6%)	5 (10,0%)	13 (2,5%)	12 (3,1%)	4 (10,9%)
Coreia do Sul	1 (23,0%)	3 (11,2%)	4 (10,9%)		11 (2,4%)	5 (10,1%)	14 (1,6%)	8 (2,7%)	2 (11,4%)
Rússia	2 (7,6%)	5 (3,9%)	11 (1,5%)	9 (2,8%)		7 (3,7%)	12 (1,0%)	36 (0,1%)	1 (51,5%)
NÃO-RESIDENTES									
Estados Unidos	3 (17,7%)	5 (6,2%)	6 (5,4%)	7 (2,5%)	16 (1,1%)		11 (1,3%)	19 (1,0%)	1 (19,2%)
Índia	2 (11,6%)	9 (2,8%)	3 (10,4%)	10 (2,7%)	13 (1,6%)	4 (9,3%)		8 (2,9%)	1 (18,7%)
Austrália	4 (15,5%)	3 (15,7%)	2 (16,6%)	6 (5,5%)	24 (0,4%)	5 (9,3%)	10 (3,4%)		1 (16,7%)
UE 27	2 (11,4%)	7 (4,1%)	5 (4,7%)	9 (2,3%)	3 (9,7%)	1 (15,2%)	11 (2,1%)	20 (1,3%)	

Nota: Para efeito destas posições, inclui-se o grupo ASEAN 10 e individualiza-se cada país membro da ASEAN; ao invés, os 27UE aparecem sempre agregados.

Fonte: European Commission - *Trade Relations: Countries and Regions*. [Em linha]. European Commission [Consulta 20 Janeiro 2010]. Disponível em <
http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral-relations/regions/index_en.htm>

A competitividade internacional das economias asiáticas permitiu igualmente, uma progressiva acumulação de divisas, posteriormente aplicadas nos mercados de dívida pública das “economias avançadas”: a este respeito, a posse de *US Treasury Securities* é perfeitamente paradigmática, representando os países da Ásia Oriental mais de metade desses fundos em mãos estrangeiras.

Figura 3. Maiores Detentores Estrangeiros de *US Treasury Securities*, Janeiro de 2009 (em %)



Fonte: Klein, Ezra (2009, June 16) - Should We Worry About The Chinese?. *The Washington Post*. June 16, 2009 [Em linha]. Washington: The Washington Post [Consulta 24 Mar. 2010]. Disponível em <http://voices.washingtonpost.com/ezra-klein/2009/06/should_we_worry_about_the_chin.html>

Manifestamente, muitas das economias da Ásia Oriental, com a China à cabeça, estão entre as grandes “ganhadoras” da globalização. Alicerçadas numa forte internacionalização, o crescimento destas economias nas duas últimas décadas é verdadeiramente impressionante, tornando-se ainda mais revelador quando comparado com outras regiões.

Das quatro economias da Ásia Oriental consideradas “avançadas” - Japão, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan - só o primeiro apresenta um crescimento do PIB inferior à média das economias avançadas do mundo e um declínio do seu *share* no PIB mundial avaliado em paridades de poder de compra (PPP) de sensivelmente 9%, em 1990 para pouco mais de 6%, em 2010. Ainda mais expressiva é a evolução das “economias em desenvolvimento” desta macro-região, exibindo aumentos continuados e significativos dos respectivos PIBs real e *per capita* e, com excepção da Mongólia, dos seus *share* no PIB mundial; a Rússia é

outro caso de relativo sucesso, se bem que somente na última década. O grande destaque vai, evidentemente, para a RPChina, cujo PIB cresceu em média, ao longo das duas últimas décadas, quase 10% ao ano, enquanto os seus PIB real e *per capita* multiplicaram dez vezes e o seu *share* no PIB mundial avaliado em PPP mais do que triplicou, passando de 3.5%, em 1990 para 12.7%, em 2010 (ver Quadro 13).

Evidentemente, este crescimento das economias da Ásia Oriental reflecte-se no aumento do peso da macro-região na economia mundial, passando o seu *share* no PIB mundial baseado em PPP de menos de 20% em 1990 para cerca de 27% na actualidade - o que significa, portanto, que a Ásia Oriental se posicionou como um dos principais motores do crescimento económico mundial.

Quanto aos “não residentes” Estados Unidos, apesar da diminuição do seu *share* entre 1990 e 2010, a sua economia continua a ser a maior do globo e a representar cerca de um quinto do PIB mundial.

Quadro 13. Evolução do PIB das Economias da Ásia Oriental, 1990-2010

	% Variação Anual Média (preços constantes)		Mil Milhões USD (preços correntes)			Per Capita baseado em PPP (Dólar internacional corrente)			Share (%) no PIB Mundial baseado em PPP		
	1990-2000	2000-2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010
Estados Unidos	3.623	1.975	5,800.525	9,951.475	14,704.207	23,197	35,252	47,400	22.658	23.467	19.598
Econ. Avançadas (Mundo)	2.824	1.854	17,695.590	25,663.426	41,226.162	-	-	-	64.019	62.855	52.637
Japão	2.256	1.204	3,058.038	4,667.448	5,187.464	18,851	25,333	33,910	9.018	7.663	6.044
Coreia Sul	6.457	4.705	274.976	533.385	855.384	8,164	16,494	29,159	1.290	1.747	1.855
Singapura	7.780	4.564	36.842	92.717	178.640	17,044	32,864	51,352	0.203	0.316	0.349
Taiwan	6.441	3.210	164.739	321.187	385.165	9,561	20,203	31,119	0.761	1.073	1.065
Hong Kong	3.979	4.399	76.890	169.121	220.828	16,980	26,240	44,379	0.381	0.420	0.442
Ásia Emergente e em Desenvolvimento	7.191	7.908	1,114.963	2,321.332	8,369.576	0,943	1,998	4,786	10.060	15.157	22.860
Brunei	2.659	2.543	3.520	6.001	15.698	n/a	43,299	50,168	0.036	0.034	0.029
Cambodja	6.469	7.715	0.899	3.653	11.748	0,562	0,907	2,094	0.019	0.027	0.044
China, RP	9.851	9.771	390.278	1,198.478	5,263.327	0,796	2,377	7,210	3.553	7.187	12.725
Filipinas	4.327	4.790	44.164	75.912	171.078	1,751	2,320	3,635	0.420	0.426	0.470
Indonésia	4.797	5.053	125.722	165.521	568.589	1,538	2,441	4,356	1.080	1.194	1.363
Laos	6.331	6.374	0.872	1.735	6.053	0,724	1,280	2,329	0.012	0.016	0.022
Malásia	7.378	4.752	44.025	93.790	216.181	4,840	9,083	13,869	0.342	0.509	0.576
Mongólia	0.137	7.131	2.576	1.089	4.355	1,742	1,900	3,674	0.014	0.011	0.015
Myanmar	7.506	10.581	2.788	8.905	27.856	0,231	0,458	1,254	0.037	0.055	0.094
Tailândia	5.228	3.938	85.640	122.725	282.351	2,903	4,962	8,338	0.639	0.738	0.825
Timor-Leste	n/a	5.417	n/a	0.233	0.706	n/a	1,608	2,712	n/a	0.004	0.004
Vietname	7.348	7.011	6.472	31.176	102.906	0,657	1,423	3,098	0.169	0.264	0.364
Rússia	-2.075	5.099	n/a	259.702	1,363.979	n/a	7,645	15,616	n/a	2.679	3.352

Notas: PPP = Paridades de Poder de Compra. Os dados referentes ou que incluem os anos 2009 e 2010 são estimativas.

Fonte: International Monetary Fund (IMF), *World Economic Outlook Database, October 2009* [Em linha]. In IMF [consulta 25 Janeiro 2010]. Disponível em < <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/02/weodata/index.aspx>>

V.2.1. O Reverso da Medalha

O retratado sucesso económico asiático é, contudo, apenas uma das faces da realidade. Com efeito, há um outro “reverso da medalha” donde se destacam três aspectos principais, mesmo sem entrar nos particularismos e dilemas nacionais.

Primeiro, a globalização e a interdependência económica vêm acarretando novos desafios para os *developmental states* asiáticos. Por um lado, reduzem a margem de autonomia dos Estados/Governos perante os regimes económicos internacionais, as “forças do mercado” internacional e a actuação de outros actores não-estatais que escapam ao seu controlo - das empresas multinacionais aos especuladores ou aos grupos de criminalidade transnacionais. Por outro, tornam estas economias mais dependentes dos mercados externos e mais vulneráveis a crises e oscilações externas: a crise asiática de 1997-98¹⁸¹, a dificuldade em controlar a pressão inflacionista em períodos de escalada dos preços do petróleo ou a crise económica mundial (2008-2009) que, tendo tido origem nos EUA, rapidamente “importaram”, são exemplos flagrantes disto mesmo.

Em segundo lugar, o próprio crescimento económico tem acarretado um conjunto de novos problemas como a urbanização e os fluxos migratórios massivos ou o aumento drástico do consumo de energia - provocado pelas rápidas industrialização, motorização e electrificação que lhe estão associadas – e, portanto, a dependência de energia importada e o aumento das emissões poluentes.

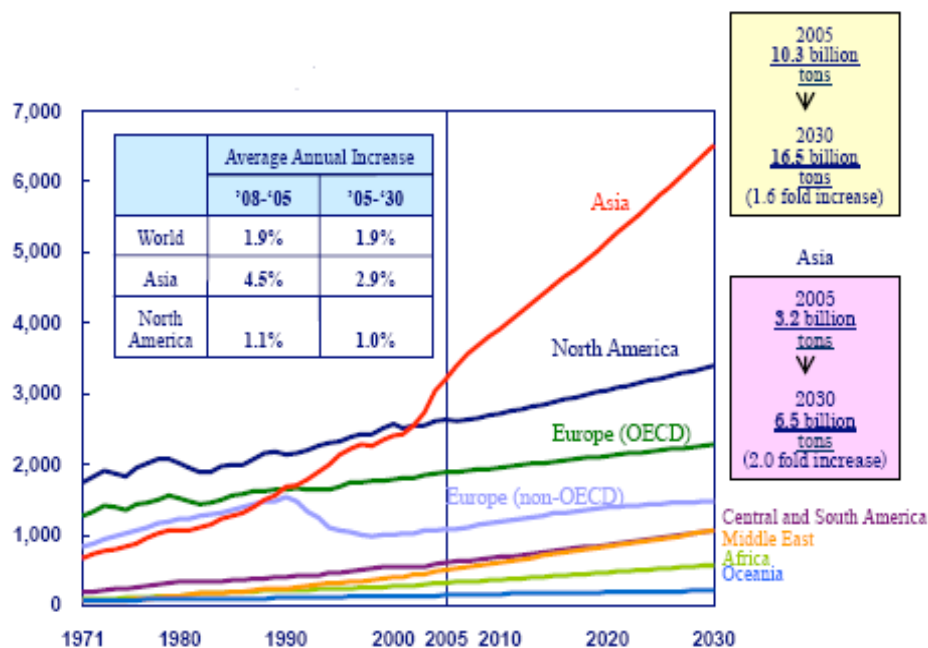
As próximas Figuras mostram que, no quarto de Século compreendido entre 1980 e 2005, o consumo de energia na Ásia cresceu a uma média anual de 4.5%, ultrapassando largamente a média mundial de 1.9%: nos mesmos 25 anos, a RPChina e a Índia excederam a média asiática com aumentos de 5.2% e 5.8% ao ano, respectivamente. Esta tendência deverá manter-se no futuro: a procura mundial de energia primária aumentará 45% até 2030, numa média anual de 1.9%, i.é, passando de 10.3 mil milhões de toneladas equivalentes petróleo, em 2005 para 16.5 mil milhões de toneladas, em 2030; por seu turno, a procura de energia primária da Ásia crescerá a um ritmo anual de 2.9% passando de 320 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, em 2005 para 650 milhões de toneladas, em 2030, ou seja, mais do duplicando e fazendo com que no mesmo período o *share* da Ásia aumente de 33% para 45%. A Índia e, sobretudo, a RPChina são os novos grandes

¹⁸¹ Inicialmente com origem na Tailândia (face às dificuldades que a balança de pagamentos começava a sentir num contexto de um *bath* excessivamente valorizado), esta crise espalhou-se rapidamente a outras economias asiáticas. Em poucos meses, os capitais começaram a debandar e as moedas locais depreciaram-se fortemente: entre 30 de Junho de 1997 e 31 de Dezembro desse ano, o *bath* tailandês perdeu 88%, o peso das Filipinas caiu 51%, o *ringgit* malaio desvalorizou-se 54% e a rupia indonésia perdeu 126% (Moraes, 2008: 86). As consequências económicas não tardaram, com a diminuição da procura (dado o forte acréscimo dos preços dos bens importados) a reflectir-se num abrandamento da produção que, em seguida, induziu a deterioração da situação empresarial, acabando depois igualmente por sucumbir as até então sólidas finanças públicas.

consumidores de energia: presentemente, a RPChina é o segundo maior consumidor, atrás dos EUA, mas dentro em breve será o maior; o seu *share* no consumo mundial de energia primária passou de 5% em 1971 para 8% em 1990 e 14% em 2005, devendo aumentar para os 23% em 2030 (ver IEA *World Energy Outlook 2007* e 2009).

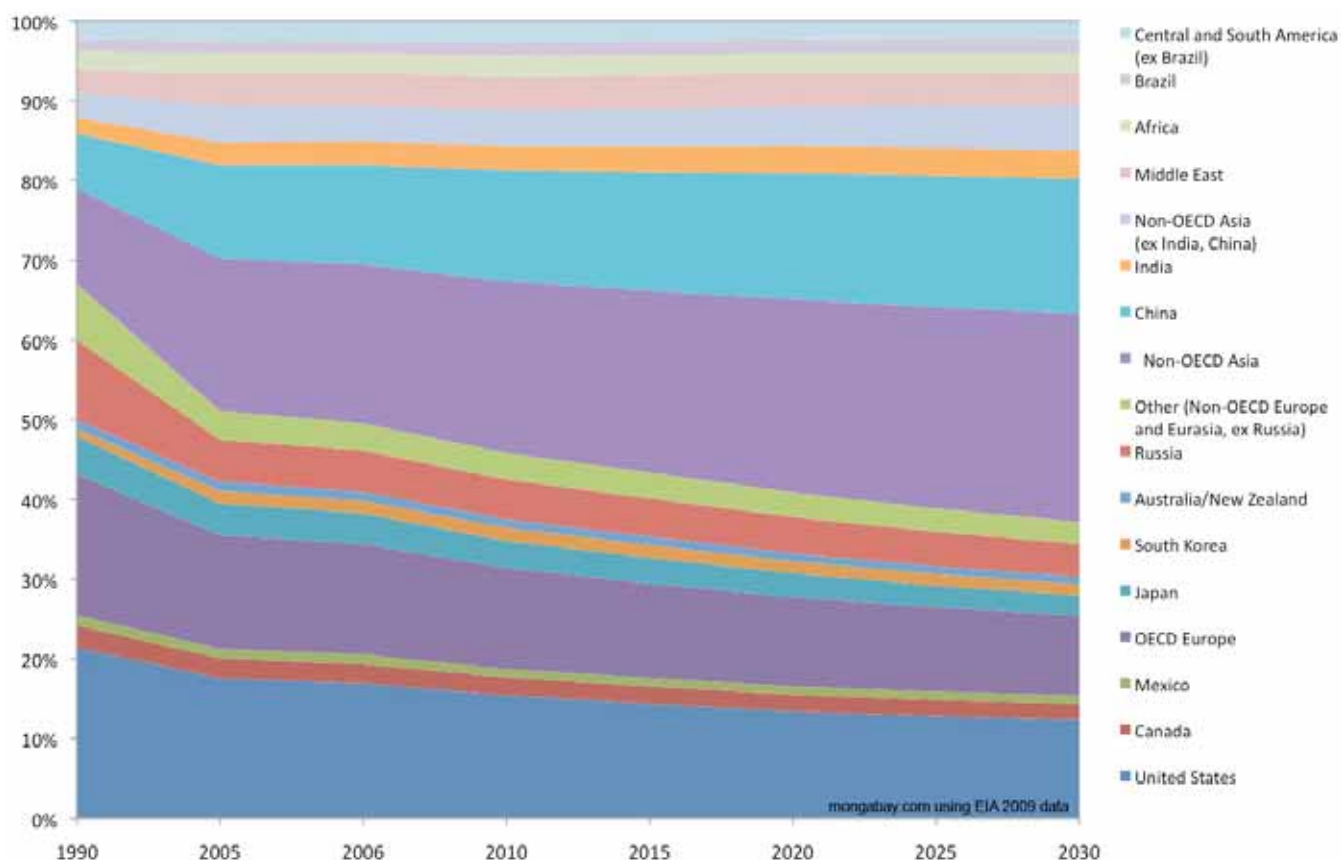
Os recursos fósseis têm sido a principal fonte de energia na Ásia e continuarão a sê-lo no futuro, representando cerca de 90% (29% no caso do petróleo, 34% no carvão e 23% no gás natural) do aumento da procura de energia primária na Ásia entre 2005 e 2030. Só o consumo de petróleo na Ásia aumentará de 1.07 mil milhões toneladas (22 milhões barris por dia), em 2005 para 2.05 mil milhões toneladas (43 milhões barris por dia), em 2030, num aumento médio de 2,6% ao ano: a RPChina representará 50% e a Índia 30% deste aumento (Toichi, 2008; ver também, p. ex., IEA, 2007 e 2009).

Figura 4. Evolução da Procura de Energia Primária por Região, 1971-2030
(Milhões de Toneladas equivalentes de Petróleo)



Fonte: Toichi, 2008: p. 4 – Figs. 2-1 e 2-2.

Figura 5. Share no Consumo Mundial de Energia Primária por País/Região, 1990-2030

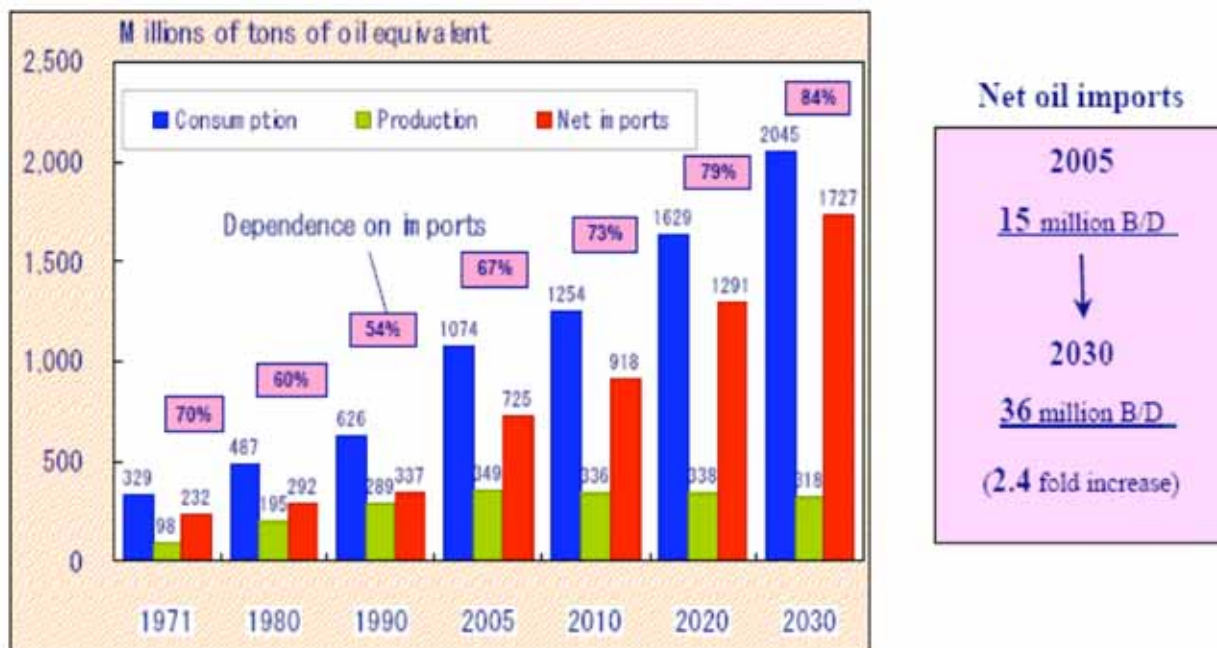


Fonte: Mongabay.com, *Share of World Total Primary Energy Consumption by Region, 1990-2030* (a partir de dados da AIE) [Em linha]. In Rhett A. Butler/Mongabay.com [Consulta 28 Janeiro 2010]. Disponível em <http://photos.mongabay.com/09/forecast_energy_share.jpg>

Uma das consequências é a dependência das importações energéticas, o que se agravará ainda mais ao longo dos próximos anos e décadas: as importações de energia na Ásia crescerão de 730 milhões de toneladas (aproximadamente 15 milhões bd), em 2005 para 1730 milhões de toneladas (cerca de 36 milhões bd), em 2030, fazendo subir a dependência de energia importada de 67%, em 2005 para 84%, em 2030 (ver Figura seguinte). O Japão e a Coreia do Sul há muito que importam a quase totalidade dos fuels fósseis que utilizam, mas agora também a RPChina (importadora de petróleo desde 1993) e a Índia dependem das importações de petróleo em quase 60% e 70%, respectivamente, podendo essa dependência atingir, em 2030, os 85% no caso da RPChina e os 92% no da Índia. A dependência de energia importada é igualmente crescente entre os países ASEAN, incluindo a Indonésia - membro da OPEP que já passou a importar petróleo e que vê também declinar substancialmente a sua capacidade de exportar gás natural - e a Malásia e o Vietname, actualmente exportadores mas que se deverão converter em importadores a médio-prazo à medida que a produção interna for incapaz de fazer face ao aumento da

procura interna (IEA, 2009: Part D). Efectivamente, passaram a ser preocupações de fundo da generalidade dos países da Ásia Oriental os chamados “3S” em termos de objectivos energéticos: Segurança no fornecimento; Sustentabilidade ambiental; e Satisfação da procura.

Figura 6. Dependência de Petróleo Importado na Ásia, 1971-2030



Fonte: Toichi, 2008: p. 6 – Fig. 2-3.

A degradação ambiental é outra consequência da utilização intensiva de energia, em virtude do aumento significativo das emissões de gases poluentes (Quadro seguinte): a Ásia passou a ser a região do mundo que mais emite CO₂ (numa parcela que ronda actualmente os 40%), destacando-se claramente a China que já terá ultrapassado os EUA como maior emissor mundial de gases poluentes, sendo a tendência para que esta situação se agrave no futuro (próxima Figura). Somam-se a pressão demográfica e urbana, a erosão dos campos e dos recursos naturais, a desflorestação, a tremenda produção de lixos urbanos, tóxicos e dejectos industriais, os elevados desperdício e ineficiência e uma situação verdadeiramente caótica na recolha e tratamento dos resíduos na grande maioria dos países asiáticos, tudo contribuindo para a poluição e a degradação ambiental que ameaçam severamente milhares de espécies animais, a flora, o clima, a produtividade das terras, a qualidade da água, a cadeia alimentar, a saúde pública, a limpeza dos rios, deltas e aquíferos, os glaciares dos Himalaias ou o nível das águas do mar – enfim, a qualidade de vida e a segurança ambiental de largas centenas de milhões de asiáticos e não só (ver ADB, 2009b).

Quadro 14. Poluição e Desflorestação na Ásia Oriental

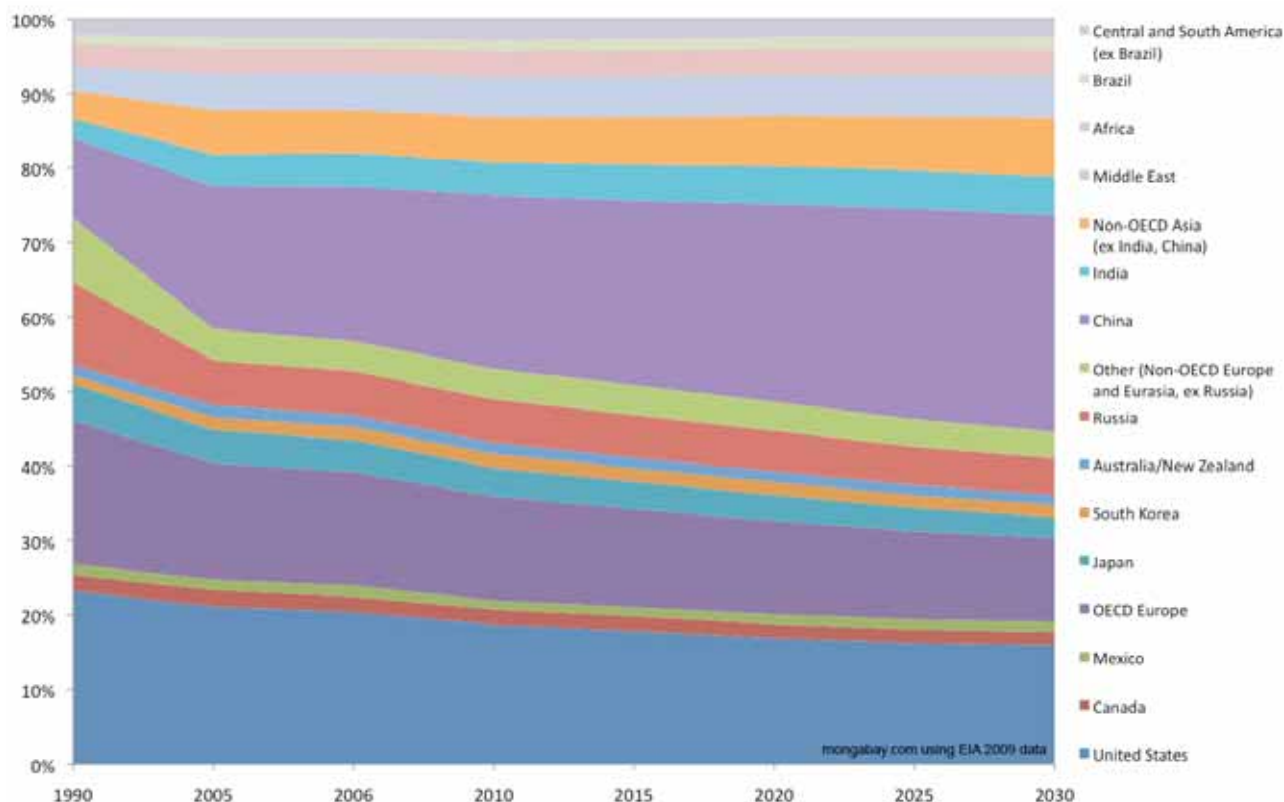
	Taxa de Desflorestação (% variação média) a)		Emissões de Óxido Nitroso (milhares toneladas métricas equivalentes CO ₂)			Emissões de Metano (milhares toneladas métricas equivalentes CO ₂)			Consumo de Ozono- depleção CFCs (toneladas métricas ODP) b)		
	1990-2000	2000-2007	1995	2000	2005	1995	2000	2005	1990	2000	2007
China	-1,2	-2,1	544230	556620	566680	958940	973730	995760	41829	39124	5832
Hong Kong	230	230	200	1300	1030	1090
Coreia Sul	0,1	0,1	13100	16170	22020	27290	29880	31280	19605(1992)	7395	1210
Mongólia	0,7	0,8	12520	16880	22850	8220	9200	4840	7,2 (1989)	11	1
Taiwan	-1,2	—
Brunei	0,8	0,7	70	360	370	2010	2070	2060	58,6 (1992)	47	10
Cambodja	1,1	2,0	4350	3490	3820	12800	13350	14890	94,2 (1995)	94	12
Indonésia	1,7	2,0	66640	69130	69910	214710	223140	224330	5249 (1992)	5411	203
Laos	0,5	0,5	3,6 (1992)	45	6
Malásia	0,4	0,7	12410	9350	9920	24360	25320	25510	3384	1980	234
Myanmar	1,3	1,4	15850	22050	25900	49640	59270	60840	16,4 (1992)	26	—
Filipinas	2,8	2,1	18520	16890	18940	44490	44630	44860	2981	2905	143
Singapura	—	—	1140	5880	7970	1120	1260	1260	3167	22	—
Tailândia	0,7	0,4	23650	26030	27990	73090	77070	78840	6660	3568	322
Vietname	-2,3	-1,9	20500	27110	37470	59130	71560	75080	303,4 (1991)	220	38
Timor-Leste	1,2	1,4
Japão	0,0	0,0	31710	26240	23590	60650	59490	53480	97723	-24	-5

a) Um valor negativo indica que a taxa de desflorestação está a baixar (i.e., reflorestação)

b) CFCs = clorofluorocarbonetos: cloro, flúor e carbono; ODP = potencial de depleção do ozono

Fonte: Asian Development Bank (ADB) (2009), *Key Indicators for Asia and the Pacific 2009 – Energy and Environment: Table 7.5* [Em linha]. In ADB [consulta 28 Janeiro 2010]. Disponível em <http://www.adb.org/Documents/Books/Key_Indicators/2009/Part-III.asp#energy>

Figura 7. Share nas Emissões Mundiais de CO2 por País/Região, 1990-2030



Fonte: Mongabay.com, *Share of Carbon Dioxide Emissions by Country/Region, 1990-2030* (a partir de dados da AIE 2009) [Em linha]. In Rhett A. Butler/Mongabay.com [Consulta 28 Janeiro 2010]. Disponível em <http://photos.mongabay.com/09/forecast_co2_share.jpg>

Finalmente, o subdesenvolvimento, a pobreza e gritantes desigualdades económicas e sociais continuam a persistir na Ásia Oriental: de facto, centenas de milhões de asiáticos permanecem pobres e “excluídos”, sem beneficiarem do crescimento económico que os respectivos Estados exibem. A maioria destes países estão apenas “em desenvolvimento” e apresenta índices de desenvolvimento humano somente “médio” - incluindo a ressurgente China. Por outro lado, não sendo naturalmente um problema exclusivo desta macro-região e de serem típicas em economias em transição para novas fases do ciclo produtivo, as desigualdades atingem aqui, nalguns casos, níveis extremos que podem pôr em risco a coesão social e a unidade geoeconómica do Estado ou interromper o processo de integração no grupo das economias avançadas. Acresce que, num grande número destes países, a actividade económica tem-se desenrolado sem correspondentes mecanismos de apoio social e sem acautelar direitos laborais fundamentais, o que também significa que imperam práticas de autêntico “capitalismo selvagem”, que centenas milhões de asiáticos continuam sujeitos a situações de verdadeira escravatura e que muitos outros vivem na mais absoluta miséria e insegurança económica.

Quadro 15. Índice de Desenvolvimento Humano na Ásia Oriental

Ranking IDH (1-182)	PAÍS	Esperança de vida à nascença (anos) 2007	Taxa de Analfabetismo em Adultos (% 15 anos e mais) 1999-2007	% População Urbana			% População Sem Acesso a Água Potável 2006	% População vivendo Abaixo Linha Nacional de Pobreza 2000-2006	Desigualdades Sociais Índice Gini *	% População que vive com Menos de 1.25 USD por dia 2000-2007
				1975	1990	2010				
MUITO ALTO Desenvolvimento Humano										
10	Japão	82.7	--	56.8	63.1	66.8	--	--	24.9	--
23	Singapura	80.2	5.6	100.0	100.0	100.0	0	--	42.5	--
24	Hong Kong	82.2	--	89.7	99.5	100.0	--	--	43.4	--
26	Coreia Sul	79.2	--	48.0	73.8	81.9	8	--	31.6	--
30	Brunei	77.0	5.1	62.0	65.8	75.7	--	--	..	--
ALTO Desenvolvimento Humano										
66	Malásia	74.1	8.1	37.7	49.8	72.2	1	--	37.9	--
71	Rússia	66.2	0.5	66.9	73.4	72.8	3	19.6	37.5	--
MÉDIO Desenvolvimento Humano										
87	Tailândia	68.7	5.9	23.8	29.4	34.0	2	13.6	42.5	--
92	RPCChina	72.9	6.7	17.4	27.4	44.9	12	2.8	41.5	15.9
105	Filipinas	71.6	6.6	35.6	48.8	66.4	7	25.1	44.0	22.6
111	Indonésia	70.5	8.0	19.3	30.6	53.7	20	16.7	39.4	--
115	Mongólia	66.2	2.7	48.7	57.0	57.5	28	36.1	33.0	22.4
116	Vietname	74.3	9.7	18.8	20.3	28.8	8	28.9	37.8	21.5
133	Laos	64.6	27.3	11.1	15.4	33.2	40	33.0	32.6	44.0
137	Camboja	60.6	23.7	10.3	12.6	22.8	35	35.0	40.7	40.2
138	Myanmar	61.2	10.1	23.9	24.9	33.9	20	--	..	--
BAIXO Desenvolvimento Humano										
162	Timor-Leste	60.7	49.9	14.6	20.8	28.1	38	--	39.5	52.9
Outros membros ONU										
----	Coreia Norte	67.1	--	56.7	58.4	63.4	0	--	..	--

Nota: * O valor 0 representa total igualdade e 100 absoluta desigualdade.

Fonte: PNUD (2009)- *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009*.

V.2.2. Economia, Geopolítica e Segurança

Reconhecendo este “reverso da medalha” e os desafios e preocupações que lhe estão associados (e a que voltaremos no sub-Capítulo seguinte), é um dado inquestionável o crescimento das economias da Ásia Oriental e o aumento significativo das interdependências intra e inter regionais, como retratámos atrás. Do período bipolar para a “nova ordem”, isto não representa propriamente uma novidade, na medida em que eram já tendências anteriores. Há, porém, uma diferença comparativa no nível desse crescimento e, sobretudo, das interdependências e registam-se outros importantes desenvolvimentos nestas duas últimas décadas com implicações na geopolítica e no complexo de segurança regional.

Confrontados com a necessidade de debelar os seus gigantescos défices gêmeos (orçamental e comercial) e estancar o declínio económico que se verificava ao findar a bipolaridade, os EUA passaram a encarar as dinâmicas economias da Ásia Oriental como a principal alavanca para recuperar e sustentar a sua pujança económica, o que contribuiu para aumentar a centralidade desta macro-região na política externa americana. Ao mesmo tempo, contudo, os Americanos deixaram de estar dispostos a suportar o fardo da “não-reciprocidade” perante os “injustos competidores” Asiáticos, enquanto estes, no novo quadro internacional, passaram a estar menos dispostos a aceitar as determinações americanas numa lógica de subalternidade e dependência e a bater-se pelos seus próprios interesses e premissas mais autonomamente. Desta situação resultariam novas tensões económico-comerciais entre os EUA (e europeus) e os seus aliados e parceiros asiáticos, tendo-se desenvolvido, paralelamente, supostos “valores asiáticos” (como o “direito ao desenvolvimento”, com regras suficientemente flexíveis e vantajosas) face à concorrência económica oriunda da Europa e da América do Norte num contexto de maior competição económica global e em que europeus e americanos reclamam maior reciprocidade e regras mais igualitárias. Entretanto, apesar dos problemas económicos com que continuaram e continuam a confrontar-se, os Estados Unidos têm mantido uma posição de relativa superioridade económica - atributo que contribui fortemente para a sua proeminência mundial e também na Ásia Oriental.

Outro desenvolvimento crucial foi a ascensão da RPChina à condição de nova estrela da economia asiática e mundial, em contraste com o Japão que viu declinar o peso e o estatuto económico que gozara nas décadas de 1970 e 1980 - o que representa, evidentemente, uma “transformação” significativa e com impactos no ordenamento regional.

A questão principal para efeitos dos nossos objectivos aqui e há muito debatida entre os teóricos e observadores é, todavia, a relação a estabelecer entre o crescimento e interdependência económicos e os complexos geopolítico e de segurança regionais.

Na típica visão do liberalismo, conforme explicámos na I Parte, a interdependência económica promove o desenvolvimento mas também atenua as rivalidades, reduz a probabilidade dos Estados resolverem os conflitos e diferendos recorrendo à violência armada e incentiva à moderação e à cooperação entre os actores, na tal lógica de “assegurar a segurança pela prosperidade”. Dado que na Ásia Oriental se regista, de facto, como descrevemos anteriormente, um aumento das interdependências regionais, isso justifica, de acordo com o “liberalismo comercial”, a relativa paz e estabilidade na macro-região, a melhoria genérica das relações bilaterais entre tradicionais rivais (em particular, da China com os EUA, o Japão, a Coreia do Sul, o Vietname, o grupo ASEAN, a Mongólia ou a Índia), o progresso sem precedentes da cooperação multilateral em todos os domínios, incluindo a segurança ou ainda o crescente espírito de “comunidade” que se vem desenvolvendo na Ásia Oriental.

Manifestamente, o desenvolvimento e a prosperidade estão entre as prioridades da generalidade dos actores regionais, sejam “economias avançadas” ou “em desenvolvimento”, tendo todos a consciência que isso depende de um ambiente regional estável. Por outro lado, maior interdependência significa que o crescimento de uns depende do, e simultaneamente condiciona o, crescimento de outros, tal como as evoluções internas se reflectem e, paralelamente, são condicionadas pela segurança e estabilidade regionais. Acresce que, como referimos no sub-Capítulo anterior, o crescimento económico tem sido uma fonte crucial de legitimação de muitos governos e regimes asiáticos, tanto autocráticos como democráticos ou em democratização, condicionando as suas políticas internas e externas. Consequentemente, manter a estabilidade interna e regional e evitar crises económicas é um vector comum a todos os actores que contribui positivamente para as interacções e a segurança na Ásia Oriental pelos incentivos adicionais à moderação e à cooperação produzindo, portanto, uma situação de que todos beneficiam.

Embora alicerçados em pressupostos distintos, os autores construtivistas demonstram partilhar do optimismo do liberalismo em relação aos impactos da prioridade atribuída ao crescimento económico e à cooperação económica: *«a estabilidade na região Ásia-Pacífico tem de ser atribuída à emergência de um vasto consenso entre os países chave na região de que o desenvolvimento económico deve ser o grande objectivo nacional. As razões para este consenso – associado à emergência dos chamados “East Asian Developmental State” – variam de país para país e estão intimamente ligados aos factores contingentes históricos. O facto é que o consenso em torno do crescimento tornou-se fortemente institucionalizado nos seus sistemas políticos internos e tem servido como a primeira base de legitimidade governamental. Consequentemente, as nações da Ásia Oriental - com a notável excepção da Coreia do Norte – escolheram pôr de lado as suas rivalidades político-militares*

tradicionais e focar-se num quadro de relações mais cooperativo, pelo menos na esfera económica» (Berger, 2003: 389).

Contudo, esta relação de causalidade cobre somente uma parte da realidade. Primeiro, como reconhece o próprio neoliberal Joseph S. Nye, Jr. (2007: 212), *«mesmo países interdependentes gozando de ganhos mútuos, podem conflitar sobre quem ganha mais ou menos do produto conjunto (...) a interdependência económica também pode ser usada como arma - como testemunhamos pelo recurso às sanções comerciais... a interdependência pode ser mais útil do que o uso da força nalguns casos... e em certas circunstâncias, os Estados estão menos interessados nos seus ganhos absolutos provenientes da interdependência do que em avaliar como é que os ganhos relativos dos seus rivais podem ser usados contra si».*

Depois, a tensão entre o Estado e o mercado é especialmente elevada na Ásia Oriental: a globalização e as forças do mercado contemporâneas ameaçam a autonomia dos *developmental states* asiáticos e expõem fragilidades e desigualdades obrigando, assim, os Governos a implementar reformas que ou subvertem a sua própria capacidade de controlo ou contrariam as expectativas das populações. Por conseguinte, os Governos/regimes asiáticos podem ser tentados a reforçar os seus mecanismos de controlo, enveredar por políticas proteccionistas e/ou promover modelos de concorrência “selvagens” na economia internacional/regional, em qualquer dos casos acentuando a competição com os outros Estados e actores – tentações que são maiores, naturalmente, em caso de crise económica. Acresce que a maior interdependência leva as economias da região a estarem mais dependentes de mercados externos e/ou de recursos energéticos importados o que, além de constituir um desafio para a sustentabilidade do crescimento económico a prazo e de tornar crucial a segurança económica e energética, marítima ou dos estreitos, significa uma maior vulnerabilidade estratégica. Esta situação promove, em parte, maior moderação e cooperativismo. Mas também promove a competição entre os principais actores regionais pelo controlo e/ou acesso a esses mercados, recursos e *chokepoints*, havendo mesmo que antecipe a possibilidade disso provocar guerras futuras (Klare, 2001). Soma-se ainda a degradação/protecção ambiental que se tornou, entretanto, num elemento de crescente instrumentalização por motivos largamente associados à competitividade económica, com alguns a reclamarem dos outros regras mais exigentes em matéria de protecção ambiental e/ou a furtarem-se a tal tendo em vista uma melhor posição concorrencial na economia internacional.

Fonte de competição parecem ser, igualmente, as políticas monetárias e comerciais, especialmente entre a China, os EUA, o Japão, a Rússia e a ASEAN, seja porque são decisivas para o que cada um pode ganhar e acumular numa economia globalizada -

podendo ser utilizadas na competição económica de uns contra os outros (Kirshner, 2003) - ou por via de uma incompatibilidade estrutural dos respectivos “estilos nacionais de capitalismo”, como argumenta Gilpin (2003).

Estes aspectos vão mais ao encontro da visão realista, segundo a qual o crescimento económico e a interdependência económica são, essencialmente, instrumentalizados pelas “potências” como mais uma forma de maximização de poder e estatuto internacional: «*O significado do comércio para a maioria das potências asiáticas deriva mais de impulsos realistas – expandir o produto nacional para assegurar fins políticos específicos – do que de instintos liberais centrados em alcançar “paz na terra” através do “comércio livre entre os homens”. Mesmo naqueles casos em que o comércio é especificamente direccionado para mitigar conflitos – como, por exemplo, os esforços chineses para atrair investimentos japoneses e taiwaneses, os esforços dos países do Sudeste Asiático para estreitarem os laços económicos com a China (...) – o cálculo parece centrar-se em como o comércio e a interdependência podem ser usados “estrategicamente” para alcançar certos objectivos geopolíticos e geoeconómicos*» (Tellis, 2006: 10).

A economia foi sempre considerada componente crucial do poder e da segurança nacional: o desenvolvimento e sustentação do poder militar e as posições relativas dos Estados no sistema internacional sempre dependeram dos respectivos dinamismo e ranking económicos; e o poder económico sempre foi expresso em termos de poderio militar e também na forma de incentivos ou sanções – cedência ou negação de ajuda, recursos, tecnologia ou mercados – ao serviço da política externa e de segurança. Nesta medida, o crescimento de algumas economias da Ásia Oriental está a ter implicações profundas nos equilíbrios geopolíticos regionais e globais. Acarreta ainda um “dilema económico de segurança”, uma vez que a maior disponibilidade financeira permite aos actores aumentarem e fortalecerem as respectivas capacidades militares, algo que vem manifestamente acontecendo nesta macro-região como detalharemos adiante.

A este nível destaca-se, inevitavelmente, a RPChina, cujo potencial estratégico é amplamente favorecido pelo crescimento económico o que, aliás, Pequim assume sem ambiguidades: «*Sticking to the principle of coordinated development of economy and national defense, China makes overall plans for the use of its national resources and strikes a balance between enriching the country and strengthening the military...It makes national defense building an organic part of its social and economic development, endeavors to establish scientific mechanisms for the coordinated development of economy and national defense, and thus provides rich resources and sustainable driving force for the modernization of its national defense and armed forces*» (PRChina, 2009-China’s National Defense in 2008: 9). O dilema para os demais actores é que se promover o crescimento e a interdependência com a RPChina fomenta o cooperativismo e um comportamento

responsável e estabilizador de Pequim, isso também contribui para o fortalecimento do “poder nacional abrangente” chinês que pode vir a ser utilizado contra os seus próprios interesses e valores.

Assim, tal como o liberalismo, também a visão realista sobre esta matéria pode ser ligada à perspectiva construtivista quando esta sugere que não são propriamente os cálculos sobre o uso do poder económico nem a interdependência em si mesma mas, antes, a expectativa sobre os resultados e os benefícios futuros que condicionam os incentivos para o conflito ou a harmonia: como defende Dale Copeland (2003), a propensão para o confronto ou a cooperação dependerá, em última análise, de más ou boas expectativas sobre a evolução das relações económicas mútuas.

Portanto, sendo certo que contribuem para interações bilaterais e multilaterais mais positivas na Ásia Oriental e até para determinadas formas de segurança regional económica comum e cooperativa, o crescimento e a interdependência económicos estão longe de poder explicar, por si só, a relativa “paz regional”, além de levantarem um conjunto de novos dilemas de segurança. Na verdade, se contribuem para a estabilidade na Ásia Oriental, esses crescimento e interdependência também são eles próprios o produto de outros factores e aspectos cruzados que influenciam as percepções, os comportamentos e as interações e, logo, a estabilidade regional.

V.3. Agenda de Segurança Regional

O fim das confrontações inerentes à “dupla guerra fria” contribuiu para a diminuição sensível do risco de guerra entre as grandes potências e desligar os conflitos regionais e locais das considerações geoestratégicas globais, o que favoreceu a resolução de alguns conflitos e diferendos. Estas são, inquestionavelmente, transformações extraordinárias para a macro-região e suas comunidades. Contudo, não só se mantêm por resolver alguns “estigmas” de eras anteriores como na região continuam a ser percebidas reais ameaças “tradicionais”. Entretanto, a agenda de segurança regional expandiu-se para abarcar e dar maior ênfase a um vasto leque de desafios e riscos “não convencionais”.

Exemplos do impacto benigno decorrente da transformação da estrutura internacional/regional constituem o inicial desanuviamento na Península Coreana, o processo de paz Cambojano e a pacificação da Indochina ou a emancipação de Timor-Leste.

Na *Península Coreana*, ainda antes do estabelecimento das respectivas relações diplomáticas com Seul, Moscovo e Pequim foram desenvolvendo os intercâmbios

económicos com a Coreia do Sul: por exemplo, em 1987, já o “comércio indirecto” (via Hong Kong) RPChina-Coreia do Sul era cerca de três vezes superior ao comércio da RPChina com a aliada Coreia do Norte (Yahuda, 1996: 97); em 1988, quer a URSS quer a RPChina participaram nos Jogos Olímpicos de Seul. A realidade é que a conjugação do fim da Guerra Fria com a *Nordpolitik* do Presidente sul-coreano Roh Tae-woo (1988-1993) permitiram um súbito desanuviamento das tensões: em 1990, a URSS e a Coreia do Sul estabeleciam relações diplomáticas, ano em que Pequim e Seul acordavam a abertura mútua de escritórios comerciais antes de, finalmente, normalizarem os laços diplomáticos, em 1992.

Entretanto, os Primeiros-Ministros das Coreias do Norte e do Sul reuniam pela primeira vez desde a divisão da Península, em Setembro de 1990 (tendo mais sete encontros oficiais até 1992) para discutir a implementação de diversos intercâmbios e a cooperação mútua, sendo dados outros passos simbólicos, por exemplo, no domínio do desporto¹⁸². Mesmo sem o estabelecimento de um verdadeiro Tratado de Paz, as duas Coreias ingressavam em simultâneo na ONU, em 17 de Setembro de 1991, assinando em 13 de Dezembro seguinte um *Acordo de Reconciliação, Não-Agressão e Intercâmbios e Cooperação* (ou Acordo Básico).

Houve ainda, nessa época, uma outra evolução significativa: a desnuclearização formal da Península Coreana. Há muito que Seul tinha aderido ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), assinando-o em 1968 e ratificando-o em 1975; em Dezembro de 1985, também a Coreia do Norte aderiu ao TNP¹⁸³ sem, contudo, estabelecer o necessário Acordo com a AIEA¹⁸⁴. Coincidindo com a entrada das duas Coreias na ONU, Washington e Moscovo proclamavam o completo desmantelamento e retirada dos seus sistemas nucleares da Península. Em 20 de Janeiro de 1992, as Coreias do Norte e do Sul assinavam a *Declaração Conjunta para a Desnuclearização da Península Coreana*¹⁸⁵, rapidamente

¹⁸² Jogos de futebol entre as duas selecções ocorreram, em Outubro de 1990, em Pyongyang e Seul; foram também enviadas equipas conjuntas tanto ao 41º Campeonato de Ténis de Mesa, em Chiba, no Japão, em Abril de 1991, como ao 6º Campeonato do Mundo de Futebol Sub-21, que teve lugar em Portugal, em Junho do mesmo ano.

¹⁸³ A adesão da Coreia do Norte ao TNP ocorreu sob pressão soviética, tendo mesmo sido condição da URSS para fornecer reactores energéticos que os norte-coreanos estavam ansiosos por obter como primeiro passo para desenvolver um programa nuclear.

¹⁸⁴ Conforme estabelecido no Artigo III.4 do TNP, Pyongyang disporia de 18 meses para estabelecer os termos do acordo com a Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA). Contudo, isso demorou quase sete anos já que, por um lado, os reactores soviéticos nunca se materializaram e, por outro, o regime norte-coreano exigia a completa retirada dos militares americanos da Península e, sobretudo, o desmantelamento integral das capacidades nucleares americanas no Sul: com efeito, embora o dispositivo nuclear americano na Coreia tenha sido amplamente reduzido nos anos 1970, tanto os EUA como a URSS mantinham na Península sistemas de lançamento de mísseis balísticos nucleares tácticos.

¹⁸⁵ Nesta Declaração, Norte e Sul Coreanos afirmam «*Desejando eliminar o perigo de guerra nuclear através da desnuclearização da Península Coreana e também da criação de um ambiente e condições favoráveis à paz e à unificação pacífica do nosso país, bem como contribuir para a paz e segurança na Ásia e no mundo*», comprometendo-se as duas partes a «*não testar, manufacturar, produzir, receber, possuir, guardar, desenvolver ou usar armas nucleares...usar a energia nuclear apenas para propósitos pacíficos... não possuir métodos de reprocessamento nuclear ou de enriquecimento de urânio... conduzir inspecção dos objectos seleccionados pela*

ratificada por ambas e entrando em vigor um mês depois. Finalmente, em 30 de Janeiro de 1992, Pyongyang concluía os termos do acordo com a AIEA, ratificando-o em 9 de Abril desse ano.

Na mesma época, pressionado pela URSS, o Vietname começou a retirar, as suas forças de ocupação do Camboja, em 1989, ao mesmo tempo que os esforços de paz liderados pela ASEAN conduziam à abertura da Conferência de Paris¹⁸⁶ que, em 23 de Outubro de 1991, estabelecia o *Agreement on a Comprehensive Political Settlement on the Cambodia Conflict*. O chamado Conselho Nacional Supremo (CNS) cambojano ficou, então, encarregue de ser a autoridade do país durante o “período de transição”, sob a supervisão da ONU¹⁸⁷ que também assistiu as partes na manutenção do cessar-fogo e na implementação dos Acordos de Paris, iniciou as operações de repatriamento dos quase 400 mil refugiados cambojanos da Tailândia e de reabilitação da infraestruturas do país e organizou as eleições de 1993. Este processo foi, naturalmente, acompanhado pela normalização das relações do Vietname com antigos antagonistas: Hanói estabeleceu relações diplomáticas e económicas com os países da ASEAN, da Europa Ocidental e também com a rival RPChina, em Novembro de 1991¹⁸⁸; similarmente, o Vietname iniciou um *roadmap* para a normalização faseada do seu relacionamento com os Estados Unidos, estabelecendo relações diplomáticas em Julho de 1995.

Produto, em grande medida, da cisão e disputa sino-soviética, o fim do conflito cambojano e a pacificação e normalização dos relacionamentos Vietname-RPChina e Vietname-EUA estão associados ao termo da confrontação entre Moscovo-Pequim e Moscovo-Washington, o que significa que as mudanças operadas ao nível do sistema internacional tiveram um papel decisivo naquelas evoluções. No entanto, também não pode deixar de se sublinhar o contributo das organizações internacionais (ASEAN e ONU, primeiro, ARF e OMC, depois, entre outras) quer ao longo do processo de paz cambojano quer ainda, a par das

outra parte e acordados pelos dois lados... estabelecer e operacionalizar uma Comissão Conjunta Sul-Norte de Controlo Nuclear no prazo de um mês». Ver Korean South-North Joint Declaration on Denuclearization of the Korean Peninsula, Seul e Pyongyang, 20 de Janeiro de 1992 [Em linha]. Arms Control Association – *Documents* [Consult. 1 Dezembro 2008]. Disponível em <www.armscontrol.org/documents/denuclearization.asp>

¹⁸⁶ A Conferência de Paris reuniu dezanove países mais as quatro Partes cambojanas (KPNLF, FUNCINPEC, Khmers Vermelhos e governo de Phom Pehn pró-vietnamita) e ainda o Secretariado-Geral da ONU criando, logo no momento da sua abertura, no final de Julho de 1989, uma Comissão Internacional de Verificação da retirada vietnamita. No ano seguinte, as várias Partes cambojanas chegaram a um acordo para implementar o processo de paz e foi formado, em Jacarta, o Conselho Nacional Supremo (CNS) cambojano cujo Presidente seria o Príncipe Sihanouk, eleito por unanimidade pelos membros do CNS, em 17 de Julho de 1991, em Pequim.

¹⁸⁷ Primeiro, através da *United Nations Advance Mission in Cambodia* (UNAMIC), entre Outubro de 1991 e Março de 1992 e, depois, da *United Nations Transitional Authority on Cambodia* (UNTAC), entre Fevereiro de 1992 e Setembro de 1993.

¹⁸⁸ Nesta data, restabeleceram-se e normalizaram-se as relações entre os dois Estados e os dois Partidos Comunistas por ocasião da visita do Secretário-Geral do PC Do Muoi e do Primeiro-Ministro Vo Van Kiet vietnamitas a Pequim.

interdependências económicas, na “socialização” e “envolvimento” subsequente do Camboja e do Vietname, pondo termo ao seu relativo isolamento anterior¹⁸⁹.

Outro conflito que conheceu um desfecho positivo, embora mais diferido no tempo, foi o processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste. Em 5 de Maio de 1999, foram assinados os “Acordos de Nova Iorque”¹⁹⁰ que permitiriam a genuína expressão do direito de autodeterminação timorense, em 30 de Agosto desse ano: apesar das ameaças dos militares indonésios e da violência das milícias pró-Indonésia, 98% dos timorenses recenseados foram às urnas, dos quais 80% apoiaram a independência. Menos de três anos depois, em 20 de Maio de 2002, e mais uma vez apesar da violência perpetrada pelas milícias pró-indonésias, proclamava-se a independência de Timor-Leste.

A emancipação timorense, antes julgada praticamente “impossível” foi, em larga medida, resultado da remoção dos constrangimentos associados à confrontação bipolar, uma vez que a aceitação da invasão e ocupação indonésias muito se devera aos interesses americanos e Ocidentais na região e na Indonésia em tempo de Guerra Fria, como vimos anteriormente. Mas também ilustra a influência, por um lado, do Direito Internacional - para todos os efeitos, as regras e normas internacionais, incluindo as resoluções do CS e da AG da ONU, impediram a consumação e o reconhecimento definitivo da ilegal ocupação indonésia, favorecendo ainda a permanente denúncia da situação – e, por outro, do

¹⁸⁹ Entre 1990 e 1992, o Camboja restabeleceu relações diplomáticas com os vizinhos ASEAN, a RPChina ou os EUA, tornando-se depois membro do Banco Mundial, do FMI, do Asian Development Bank (ADB), das Cimeiras Ásia-Europa (ASEM), do ASEAN Regional Forum (ARF) e, nomeadamente, da ASEAN, em 1998 e da OMC, em 2004; em 2007, entre os principais parceiros comerciais do Camboja encontravam-se vários países ASEAN (com destaque para a Tailândia - 2º maior parceiro com um *share* de 17,3% da totalidade do comércio externo cambojano -, Singapura, Vietname – 7º maior parceiro e 4,8% de *share* - e ainda a Malásia, a Indonésia e as Filipinas) mas também os EUA (1º parceiro comercial do Camboja representando uma parcela de 28,3%), a RPChina (2º maior parceiro representando, com Hong Kong, um *share* de 18,6%), o Japão (8º e 2,8% de *share*), ou a Coreia do Sul (10º e 2,1%) (ver CE – *Trade Issues* e OMC).

Quanto ao Vietname, ao longo dos anos 1990, tornou-se membro do Banco Mundial, do FMI, da OMC, do ADB, do ARF ou das ASEM, sendo particularmente significativas as suas adesões à ASEAN, em 1995 e à APEC, em 1998; em Outubro de 2007, o Vietname foi eleito pela primeira vez para o CSNU como membro não-permanente para os anos 2008-2009. Entretanto, as interdependências económicas do Vietname com os antigos adversários fluíram: em 2007, a RPChina e os EUA eram, respectivamente, o primeiro (com um *share* de 15,2%) e o terceiro (representando uma parcela de 1,4%) seus maiores parceiros comerciais, enquanto a UE (15,1% de *share*), o Japão (11,7%) e a Coreia do Sul (5,8%) eram, respectivamente, os seus segundo, quarto e sexto maiores parceiros, estando também muitos parceiros ASEAN no top 20 das trocas comerciais vietnamitas, com destaque para Singapura (5º maior parceiro e 9,1% de *share*), a Tailândia (7º e 5,2%) e a Malásia (9º e 4,2%) (ibid.).

¹⁹⁰ São três os Acordos de Nova Iorque: o principal foi celebrado entre a Indonésia e Portugal (na qualidade de potência administrante reconhecida internacionalmente), tendo o Secretário-Geral da ONU como testemunha, destinando-se a criar um quadro para a realização de um referendo sobre o estatuto de autonomia especial de Timor-Leste através do qual os timorenses exprimiriam livremente a sua autodeterminação; o segundo acordo, também assinado pelas Nações Unidas, regulava o calendário e o processo eleitoral; e o terceiro visava garantir a ordem e a segurança no território antes, durante e após a realização do referendo, nomeadamente, as obrigações da Indonésia - aspecto particularmente controverso na medida em que se atribuía aos indonésios o exclusivo da manutenção da segurança de um território que ocupavam e cobiçavam.

multilateralismo institucional, dado o “volte-face” no activismo das Nações Unidas que acompanharam, supervisionaram e administraram todo o processo¹⁹¹.

Contudo, mesmo combinando as visões em torno das transformações na estrutura e nas políticas de poder ou do papel das instituições e dos regimes internacionais, isto é, as formulações básicas do realismo e do liberalismo, esses aspectos não bastam para explicar a emancipação timorense. São cruciais, mas não exclusivos nem os únicos que a realidade dos factos demonstra, devendo ser conjugados com outros aspectos, como argumenta José Manuel Pureza (2003a: 10): «o caso de Timor veio pôr em causa o modo normalmente muito superficial como se estabelece o contraste entre pragmatismo e idealismo nas relações internacionais. E, nesse sentido, ele veio provar que o cinismo realista... e o legalismo angélico... não são as únicas vias de interpretação do fluir da História». De facto, a persistente resistência timorense (dos guerrilheiros das FALINTIL e da Igreja timorense à generalidade do povo maubere), a adesão de Portugal à CE, em 1986 (usando Lisboa este novo “palco” para dar maior visibilidade à questão timorense e inclui-la na agenda europeia), a visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste, em 1989, a crescente mediatização e denúncia internacional da situação no território, em particular, a partir do “massacre de Santa Cruz”, em 1991, a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Ramos Horta e ao Bispo Ximenes Belo, em 1996, a visita do Presidente Sul-Africano Nelson Mandela ao líder da resistência timorense Xanana Gusmão, em 1997, quando este estava preso (tinha sido capturado pelos indonésios em 1992), a crise económico-financeira no Sudeste Asiático de 1997/98 que abalou profundamente a Indonésia e tornou Jacarta mais sensível às pressões económicas e financeiras internacionais, o processo de democratização indonésia que levou à remoção de Suharto depois de mais de trinta anos no poder e à subsequente ascensão de Habibie, sucessor mais predisposto a negociar ou ainda a “pressão humanitária” da Administração Clinton sobre Jacarta¹⁹² seriam factores decisivos «para a transformação da fatalidade em

¹⁹¹ Efectivamente, depois de décadas de autêntica paralisia e do exercício prático de “olhar para o lado” sobre a situação em Timor-Leste, as Nações Unidas estiveram intimamente associadas a todo o processo de emancipação timorense: por exemplo, os Acordos de Nova Iorque de Maio de 1999 entre Portugal e a Indonésia ocorreram sob a égide e os bons ofícios do Secretário-Geral Kofi Annan, ao passo que o referendo de Agosto do mesmo ano foi patrocinado pela *United Nations Mission in East Timor* (UNAMET); no mês seguinte, em reacção à onda de terror desencadeada pelas milícias pró-indonésias no território, o CSNU mandou uma força multinacional - a *International Force for East Timor* (INTERFET) - para pôr termo à crise humanitária e repor a ordem criando, em Outubro do mesmo ano, a *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET) que receberia da INTERFET o comando das operações militares (a partir de Fevereiro de 2000) e que administrou Timor-Leste até à proclamação da independência, em 20 de Maio de 2002. Nesta data, as forças policiais e militares da ONU foram transferidas para a nova *United Nations Mission of Support to East Timor* (UNMISSET), cujo mandato inicial de um ano se estendeu por três até 20 de Maio de 2005, sendo então substituída pelo simples *United Nations Office in Timor Leste* (UNOTIL).

¹⁹² No Verão-Outono de 1999, Clinton suspendeu a assistência militar à Indonésia e instigou Jacarta a deixar de instigar a violência e aceitar a presença de uma força multinacional das Nações Unidas em Timor-Leste: «*It is now clear that the Indonesian military is aiding and abetting the militia violence. This is simply unacceptable... The Indonesian Government and military must reverse this course to do everything possible to stop the violence and allow an international force to make possible the restoration of security*» (Clinton, 1999b).

liberdade para os timorenses», constituindo « oportunidades históricas únicas, sem as quais nenhum progresso jurídico e político teria ocorrido» (ibid.: 11).

Por outro lado, e continuando a perfilar da argumentação de J. M. Pureza, *«Um primeiro legado crucial da luta de Timor-Leste pela independência é que ela acrescentou algo aos elementos contra-hegemónicos de três tensões fundamentais: à legitimidade contra a efectividade, à legalidade contra a geopolítica, ao multilateralismo contra a eficiência» (ibid.: 6).* Por isso, a questão timorense deve ser percebida como um *«precedente importante de um combate pós-vestefaliano»*: primeiro, porque permaneceu na agenda internacional graças à mobilização dos movimentos de solidariedade, muito mais do que devido às iniciativas diplomáticas dos Estados e das organizações intergovernamentais — neste sentido, a emancipação timorense acaba sendo *«um produto da cidadania peregrina»*; em segundo lugar, o papel desempenhado por Portugal (frágil potência administrante) e a articulação entre a diplomacia portuguesa e esses movimentos de solidariedade não governamentais *«suscitam a questão da aplicabilidade da metáfora do Estado militante a Portugal neste caso concreto» (ibid.: 15-16).*

Evidentemente, em face do processo de paz cambojano e da emancipação timorense, as preocupações e prioridades de segurança respeitantes à Indochina e a Timor-Leste mudaram completamente de carácter, agora menos na linha das “ameaças tradicionais” e mais em termos de Estados Frágeis e da Insegurança Humana, como veremos adiante.

V.3.1. Ameaças “Tradicionais”

Apesar do desanuviamento induzido pelo termo da dupla Guerra Fria, a Península Coreana e a China continuam divididas, ressurgiram velhas animosidades, permanecem por resolver inúmeras disputas territoriais, subsistem vários movimentos separatistas, registam-se aumentos significativos nos gastos militares, os arsenais e dispositivos militares estão em franca modernização e a ameaça de proliferação de ADM permanece muito elevada.

Depois da normalização das relações sino-soviéticas, em 1989, a RPChina e a Federação Russa regularam, entre 1992 e 2005, todos os diferendos territoriais ao longo dos 4.300 km da nova fronteira comum, pondo termo a mais de trezentos anos de disputas fronteiriças. Similarmente, nos anos 1990, Pequim regulou as questões territoriais com os restantes Novos Países Independentes da Ásia Central com quem passou a fazer fronteira, concretamente, o Cazaquistão, o Quirguistão e o Tajiquistão. Embora significativas, estas são, no entanto, excepções, uma vez que na Ásia Oriental permanecem por solucionar praticamente todas as outras anteriores disputas territoriais e fronteiriças, algumas das quais

envolvendo as grandes potências, com as partes a manterem inalteradas as suas reivindicações.

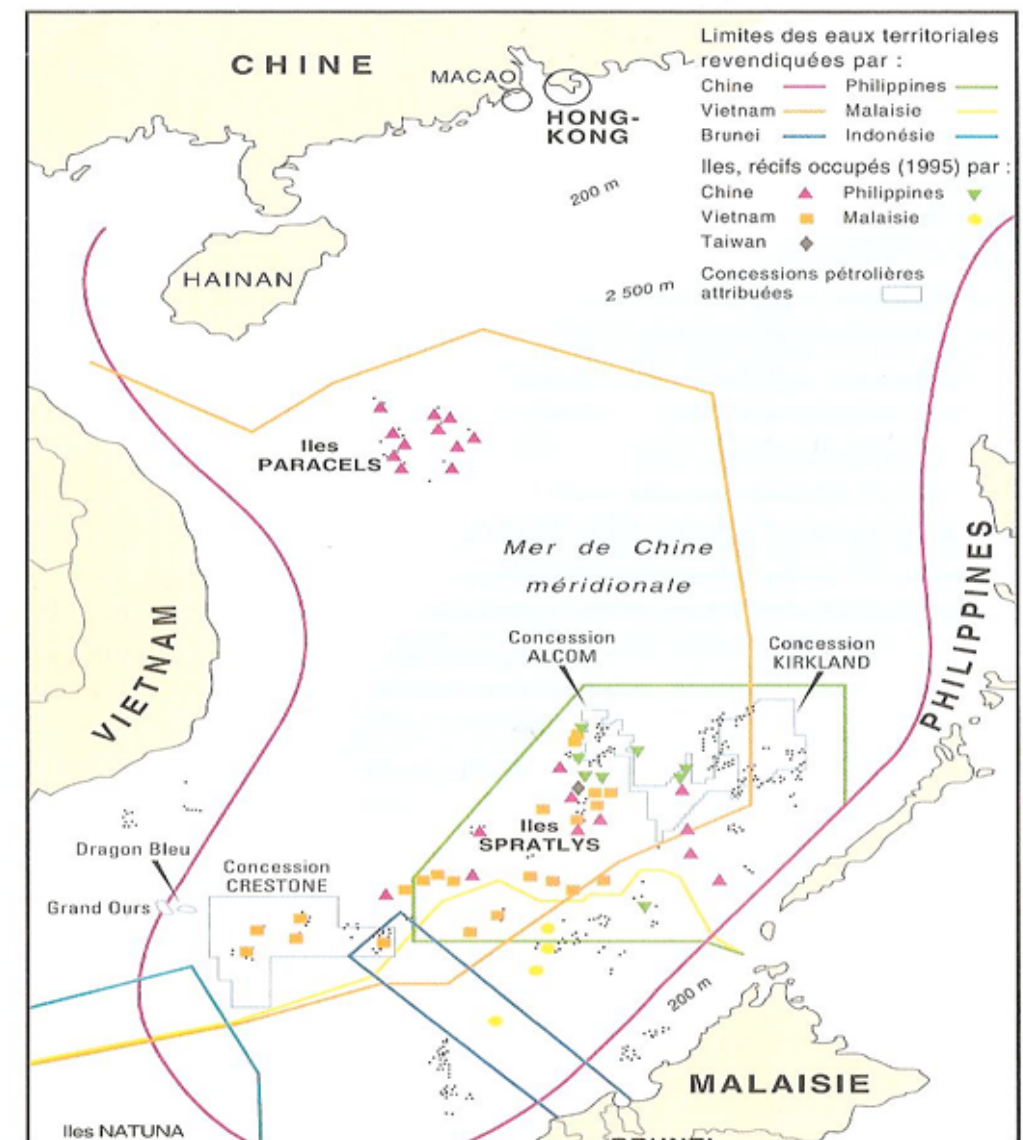
A China, por exemplo, além da questão de Taiwan, mantém disputas com a esmagadora maioria dos países vizinhos e nas áreas suas circundantes: ao Japão, reclama as ilhas Senkaku (designação nipónica)/Diaoyutai (designação chinesa), também conhecidas por Pinnacle Islands; à Coreia do Sul, reivindica as ilhotas Socotra (a que os coreanos se referem como leodo ou Parangdo e o chineses Suyan); entre a Coreia do Norte e a RPC subsiste o diferendo fronteiriço em torno da Montanha Baekdu, nome coreano ou Changbai, nome chinês; o Vietname reclama à RPChina as ilhas Paracel, disputando também os dois países os limites respectivos no Golfo de Tonquim; com as Filipinas, a China disputa os baixios/atóis de Scarborough ou Panatag (cujas designações chinesas são Huangyan Dao) e de Macclesfield Bank (Zhongsha Qundao para os chineses); com o Butão a RPChina disputa áreas fronteiriças ao longo dos 470 km da fronteira comum; e com a Índia mantém disputas sobre os territórios de Arunachal Pradesh (Estado indiano que Pequim reivindica) e Aksin Chin e Trans-Karakoram (que Nova Deli reclama à RPChina como parte da “sua” Caxemira). Também o Japão continua com os seus limites fronteiriços indefinidos por disputas territoriais que mantém com todos os seus vizinhos: a China reivindica-lhe as ilhas Senkaku/Diaoyutai; à Rússia, os nipónicos reivindicam as Curilhas do Sul (visão russa) / Territórios do Norte (designação japonesa) ou, mais concretamente, as ilhas Etorofu, Kunashiri, Shikotan e Habomai; e à Coreia do Sul Tóquio reclama as ilhotas Dokdo, em coreano ou Takeshima, em japonês, também conhecidas por Liancourt Rocks, no Mar do Japão.

Em disputa subsistem, igualmente, as áreas de soberania e de exploração e/ou as ZEEs respectivas no Mar Amarelo (entre a China, a Coreia do Norte, a Coreia do Sul e o Japão), no Mar da China Oriental (China, Japão e Coreia do Sul), no Mar de Timor (Indonésia, Timor-Leste e Austrália) ou no Mar da China Meridional (envolvendo a China e vários países do Sudeste Asiático). Neste último, a RPChina, Taiwan, o Vietname, as Filipinas, a Malásia, o Brunei e a Indonésia disputam entre si as Ilhas Spratly. Por regular mantêm-se ainda o Golfo da Tailândia (disputado entre o Vietname, o Camboja, a Malásia e a Tailândia) e vários diferendos fronteiriços no Sudeste Asiático entre países da ASEAN.

Por outro lado, na Ásia Oriental continuam a subsistir vários movimentos e tendências separatistas, correndo mesmo alguns Estados riscos de fragmentação. A China, além das veleidades independentistas dos “taiwaneses” e da independência *de facto* de Taiwan, confronta-se também com pretensões independentistas/separatistas entre os Tibetanos, os Uigures do Xinjiang e ainda, mais residualmente, na Mongólia Interior. Vários separatismos existem igualmente na Indonésia, em particular, no Aceh (região Norte da ilha de Sumatra),

nas ilhas Molucas do Sul (no Mar de Banda) e no Irian Jaya ou Papua Barat, província indonésia na parte Ocidental da ilha Nova Guiné. Nas Filipinas, muitos Muçulmanos (Moros) da Região Autónoma do Mindanao, no Sul do arquipélago, continuam a lutar pela independência, tal como os Muçulmanos (maioritariamente Malaio) das províncias do Sul da Tailândia, na região de Patani, englobando as províncias tailandesas de Narathiwat, Pattani e Yala, junto à fronteira com a Malásia. E no Myanmar permanecem activos sonhos separatistas entre várias comunidades, fundamentalmente, Karen, Shan, Mon, Chin, Kachin e Arakanesa.

Mapa 11. Disputas no Mar da China Meridional



Fonte: Jan, Chaliand e Rageau, 1997: 94.

Mapa 12. Disputas Territoriais e Separatismos na Ásia Oriental



1. Curilhas do Sul/Territórios do Norte (Rússia-Japão)
2. Montanha Baekdu/Changbai e área fronteiriça RPChina-Coreia do Sul
3. Divisão Norte-Sul da Coreia
4. Ilhas Tokto/Takeshima (Coreia do Sul-Japão)
5. Mar Amarelo (RPChina-Coreia do Norte-Coreia do Sul-Japão)
6. Ilhotas Socotra/Ieodo-Parangdo/Suyan (China-Coreia do Sul)
7. Mar da China Oriental (RPChina-Taiwan-Coreia do Sul-Japão)
8. Ilhas Senkaku/Diaoyutai (Japão-China)
9. Taiwan (RPChina)
10. Golfo de Tonquim (RPChina-Vietname)
11. Ilhas Paracels (RPChina-Vietname)
12. Baixo/Atol de Scarborough/Panatag (Filipinas-China)
13. Ilhotas/Atol Macclesfield Bank/Zhongsha Qundao (Filipinas-China)
14. Mar da China Meridional (RPChina-Taiwan-Vietname-Filipinas-Malásia-Brunei-Indonésia)
15. Ilhas Spratly (RPChina-Taiwan-Vietname-Filipinas-Malásia-Brunei-Indonésia)
16. Mindanao (Filipinas)
17. Região de Sabah (Malásia-Filipinas)
18. Ilhas Ligitan e Sipadan (Indonésia-Malásia)
19. Molucas do Sul (Indonésia)
20. Irian Jaya ou Papua Barat (Indonésia)
21. Mar de Timor (Indonésia-Timor Leste-Austrália)
22. Aceh (Indonésia)
23. Área Fronteiriça Singapura-Malásia
24. Área Fronteiriça Malásia-Tailândia
25. Região de Patani (Tailândia)
26. Golfo da Tailândia (Tailândia-Malásia-Camboja-Vietname)
27. Área Fronteiriça Vietname-Camboja
28. Área Fronteiriça Camboja-Tailândia
29. Área Fronteiriça Tailândia-Laos
30. Área Fronteiriça Tailândia-Myanmar
31. Independentismos e disputas entre Karen, Shan, Mon, Chi Kachin e Arakaneses (Myanmar)
32. Arunachal Pradesh (Índia-RPChina)
33. Áreas Fronteiriças China-Butão
34. Tibete (RPChina)
35. Aksai Chin (RPChina-Índia)
36. Região de Trans-Karakoram (RPChina-Índia)
37. Xinjiang (RPChina)
38. Mongólia Interior (RPChina)

Outra preocupação “tradicional” concerne ao fortalecimento das capacidades militares. Efectivamente, se é certo que tanto no comparativo entre o período bipolar e a “nova ordem” como ao longo das duas últimas décadas o número de efectivos militares e a percentagem do PIB afecta à Defesa até diminuíram, na generalidade dos casos, também é um facto o aumento continuado e significativo dos orçamentos de Defesa em termos reais e absolutos na macro-região, como revelam os Quadros 16 e 18. A isto acresce a falta de transparência em relação às despesas militares por parte de determinados Governos (RPChina, Coreia do Norte, Myanmar, Vietname e Laos) e o desenvolvimento e/ou a aquisição de certo tipo de capacidades particularmente preocupantes como as que envolvem ADM e projecção de forças.

Os gastos militares regionais duplicam, actualmente, os do final da Guerra Fria: no conjunto da Ásia-Pacífico (excluindo aqui a Rússia), as despesas militares saltaram de 103 mil milhões USD, em 1988 para os 206 mil milhões USD, em 2008 (Quadros 17 e 18). Os principais responsáveis por estes aumentos são os países da Ásia Oriental, com muitos a exibirem crescimentos sucessivos na ordem dos dois dígitos, ou seja, acima dos 10% e, por vezes, 20% e 30% ao ano. Sustentadas quer pelos “grandes” (RPChina, Japão e Coreia do Sul) quer pelos “médios” – Taiwan, Indonésia, Singapura, Malásia, Vietname ou Tailândia - gastadores regionais, as despesas militares na Ásia Oriental subiram de 76.8 mil milhões USD, em 1988 para 157 mil milhões USD, em 2008. Evidentemente, em razão da escala e também da falta de transparência, as despesas militares da RPChina concentram as principais preocupações regionais.

Seguindo a tendência global de aumentos ainda mais expressivos depois do 11 de Setembro na sequência da “guerra contra o terror” declarada pela Administração Bush, os gastos militares na Ásia Oriental subiram 56% só na década 1999-2008, contribuindo fortemente para o aumento das despesas militares de 52% no conjunto da Ásia e Oceania e de 45% no total mundial: por comparação, nos mesmos anos de 1999 a 2008, esse aumento foi de 40% em África, 64% nas Américas, 41% na Ásia do Sul, 14% na Europa e 56% no Médio Oriente (Quadro 17).

Quadro 16. Efectivos Militares na Ásia Oriental, 1985-2010
(000)

	1985	1998	2008	2010		
				Efectivos	Reservistas	Paramilitares
Rússia	n.a.	1,159	1,027	1,027	20,000	449
Mongólia	33	10	9	10	137	7
Coreia Norte	838	1,055	1,106	1,106	4,700	189
Coreia do Sul	598	672	687	687	4,500	5
Japão	243	242	240	230	42	12
RPCChina	3,9	2,82	2,105	2,285	510	660
Taiwan	444	376	290	290	1,657	17
Filipinas	115	118	106	120	131	41
Indonésia	278	299	302	302	400	280
Brunei	4	5	7	7	1	2
Singapura	55	73	73	73	313	94
Malásia	110	110	109	109	52	25
Vietname	1,027	484	455	455	5,000	40
Laos	54	29	29	29	0	100
Camboja	35	139	124	124	0	67
Tailândia	235	306	306	306	200	114
Myanmar	186	350	406	406	0	107
Timor-Leste	n.a.	n.a.	1	1	0	0
EXTRA-REGIONAIS						
EUA	2,152	1,401	1,498	1,580	865	0
Índia	1,260	1,175	1,288	1,325	1,155	1,301
Austrália	70	58	51	55	20	0

Fonte: IISS, *The Military Balance 1999-2000, 2002-2003, 2008 e 2010*.

Quadro 17. Comparativo Despesas Militares por Região, 1988-2008 e variação 1999-2008

REGIÃO	Gastos Militares (Mil Milhões USD, preços constantes 2005)			Variação 1999-2008 (%)
	1988	1998	2008	
ÁFRICA	12.1	11.1	20.4	+ 40
Norte de África	2.8	4.3	7.8	+ 94
África Sub-Sahariana	9.3	6.7	12.6	+ 19
AMÉRICAS	525	366	603	+ 64
Norte	499	340	564	+ 66
Central	3.8	3.6	4.5	+ 21
Sul	21.8	22.6	34.1	+ 50
ÁSIA E OCEANIA	103	132	206	+ 52
Ásia Central	--	0.5	--	--
ÁSIA ORIENTAL*	76.8	100	157	+ 56
Ásia Meridional	15	19.5	30.9	+ 41
Oceania	11	11.7	16.6	+ 36
EUROPA	514	276	320	+ 14
Occidental	279	245	258	
Central	16.4	14.9	18.8	
Occidental e Central	295.4	259.9	276.8	+ 5
Oriental	218	15.6	43.6	+ 174
MÉDIO ORIENTE	31.3	48.2	75.6	+ 56
TOTAL MUNDIAL	1195	833	1226	+ 45

Nota: *Ásia Oriental aqui exclui a Federação Russa, que consta na Europa Oriental.

Fonte: SIPRI *Yearbook 2009*

Quadro 18. Despesas Militares na Ásia Oriental, 1990-2008

	Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)								International Institute for Strategic Studies (IISS)								
	Milhões USD (preços 2005)				% do PIB				Milhões USD (preços correntes)			USD <i>per capita</i>			% do PIB		
	1990	1999	2007	2008	1990	1999	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Rússia	171,322	14,042	33,821	38,238	12.3	3.4	3.5	-	24,577	32,215	40,484	173	228	288	2.48	2.48	2.41
Mongólia	48.1	23.5	47.9	-	4.3	1.8	1.7	-	39	43	52	14	15	17	1.22	1.04	1.10
Coreia Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Coreia Sul	12,519	15,689	22,119	23,773	3.7	2.5	2.6	-	24,645	26,588	24,182	505	551	500	2.59	2.53	2.60
Japão	39,515	43,484	43,460	42,751	0.9	1	0.9	-	41,144	41,039	46,044	323	322	362	0.95	0.93	0.93
RPCChina	13,691	21,626	57,861	63,643	2.6	1.8	2	-	35,223	46,174	60,187	27	35	45	1.32	1.36	1.36
Taiwan	9,091	8,412	7,791	9,498	5	2.7	2	-	8,232	9,015	10,495	357	389	458	2.35	2.32	2.76
Filipinas	745	807	1,034	920	1.4	1.1	0.9	-	899	1,130	1,427	10	12	15	0.76	0.78	0.85
Indonésia	2,135	1,710	4,131	3,824	1.8	0.9	1.2	-	3,645	4,320	5,108	16	18	22	1.00	1.00	1.00
Brunei	308	269	268	266	6.4	6.1	3.6	-	324	346	360	854	895	945	2.83	2.81	2.49
Singapura	2,403	4,788	5,806	5,831	4.9	5.4	4.1	-	6,321	7,007	7,662	1,407	1,539	1,663	4.55	4.22	4.20
Malásia	1,241	1,847	3,409	3,479	2.6	2.1	2.1	-	3,206	3,979	4,370	131	160	173	2.15	2.13	1.97
Vietname	--	--	1,274	1,327	--	--	2.1	-	2,054	2,159	2,907	24	25	33	3.37	3.04	3.19
Laos	--	21.1	11.8	--	--	1.1	0.4	-	13	15	17	2	2	3	0.38	0.36	0.32
Camboja	54.5	92.8	85.5	--	2.1	2.5	1.1	-	123	137	255	9	10	18	1.69	1.59	2.30
Tailândia	2,484	2,113	2,569	3,003	2.6	1.6	1.3	-	2,373	3,333	4,294	37	51	65	1.15	1.36	1.57
Myanmar	--	--	--	--	3.4	2	--	-	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Timor-Leste	-	-	-	-	-	-	-	-	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
EXTRA-REGIONAIS																	
EUA	457,641	329,416	524,591	548,531	5.3	3	4	-	617,155	625,850	696,268	2,068	2,077	2,290	4.68	4.53	4.88
Índia	12,036	17,150	23,535	24,716	3.2	3.1	2.5	-	22,428	26,513	31,540	20	24	28	2.46	2.32	2.58
Austrália	9,392	11,057	14,896	15,321	2.1	1.9	1.9	-	17,208	20,216	22,194	849	974	1,056	2.35	2.24	2.24

Fontes: SIPRI, *Military Expenditure Database* [Em linha]. In SIPRI [Consulta 24 Janeiro 2010]. Disponível em <<http://milexdata.sipri.org/>>. IISS, *The Military Balance 2010*.

Os elevados orçamentos de Defesa contribuem para justificar o crescente impacto da Ásia Oriental no mercado mundial de armamentos, aqui residindo dois dos maiores fornecedores - a Rússia e, crescentemente, a RPChina - e, sobretudo, vários dos maiores receptores de armamentos convencionais: China, Coreia do Sul, Taiwan, Indonésia, Singapura e Malásia. Por exemplo, no período 2001-2008, a RPChina celebrou acordos para a aquisição de armamentos no valor de 12,900 milhões USD (4º no ranking mundial) e recebeu armamentos no montante de 16,200 mil milhões USD (2º no respectivo ranking), nomeadamente, a partir da Rússia. Por seu lado, nos mesmo oito anos, Taiwan recebeu perto de 7,700 milhões USD em armamentos (7º nesse ranking), a Coreia do Sul 6,400 milhões USD (8ª) e a Malásia 3,200 milhões USD (10º) (ver Grimmet/CRS, 2009: 46 e 60). Na realidade, a Ásia rivaliza com o Médio Oriente na posição de principal região destinatária de armamentos: em 2005-2008, a Ásia representou 42.4% do valor total dos acordos sobre transferência de armamentos para países em desenvolvimento (33.9 mil milhões USD), só superada pelo Médio Oriente; contudo, no período 2001-2004, a Ásia foi a primeira, sendo destinatária de 49.6% desses acordos (39,7 mil milhões USD) (ibid.: 37-38).

Entre os maiores fornecedores destacam-se os EUA, o conjunto dos 4 grandes UE (Alemanha, França, Reino Unido e Itália) e, sobretudo, a Rússia - primeira tanto em matéria de acordos celebrados como de entregas de armamentos efectuadas -, que tem nesta região um impacto bem mais expressivo do que no mercado global de armamentos. De referir ainda o crescente *share* da RPChina nos fornecimentos de armas aos vizinhos asiáticos.

Quadro 19. Mercado de Armamentos na Ásia em Desenvolvimento*, 2001-2008

	Share (%) da Ásia no total dos Fornecedores		Milhões USD correntes		Share (%) do Fornecedor no total da Ásia	
	2001-2004	2005-2008	2001-2004	2005-2008	2001-2004	2005-2008
Acordos sobre transferência de Armamentos						
EUA	25.96	21.80	7,144	12,008	17.98	22.44
Rússia	79.37	47.60	17,700	16,000	44.54	29.90
China	53.33	52.46	1,600	3,200	4.03	5.98
4 UE a)	44.37	30.73	6,300	11,400	15.85	21.31
Outros	61.19	61.84	4,100	4,700	10.32	8.78
Total	49.61	35.09	39,744	53,508	100.00	100.00
Entregas de Armamentos						
EUA	33.85	31.86	8,531	9,908	23.61	30.67
Rússia	84.97	61.46	14,700	11,800	40.69	36.52
China	61.29	47.83	1,900	2,200	5.26	6.81
4 UE a)	17.71	30.97	5,100	4,800	14.12	14.86
Outros	56.90	54.84	3,300	1,700	9.13	5.26
Total	41.29	41.10	36,131	32,308	100.00	100.00

Notas: *Exclui o Japão e a Rússia. a) Engloba a Alemanha, a França, a Itália e o Reino Unido.

Fonte: Richard Grimmet/US Congressional Research Service, 2009.

Os avultados gastos na Defesa e as aquisições no estrangeiro têm permitido à generalidade dos países asiáticos modernizar e fortalecer as respectivas capacidades militares. Também a este respeito, o destaque e as preocupações incidem nas capacidades de projecção de forças e de “anti-acesso/negação de área” da RPChina, tanto mais que uma eventual guerra com Taiwan e, conseqüentemente, o possível confronto com os EUA, constituem os mais importantes *drivers* para a “revolução dos assuntos militares com características chinesas”, estando o EPL chinês a desenvolver/adquirir capacidades ofensivas e defensivas que poderá usar noutras contingências.

Parece existir na Ásia Oriental, portanto, uma latente “corrida aos armamentos”, continuando os actores regionais a encarar os meios militares como instrumento decisivo de segurança. Tratando-se, evidentemente, de uma realidade multiforme, na medida em que há grande diversidade de casos e de circunstâncias, não deixa de ser significativo que tal aconteça num ambiente regional que os próprios actores envolvidos reconhecem como relativamente estável e desanuviado, sobretudo, comparativamente a eras anteriores. As explicações para este paradoxo variam consoante o caso concreto mas, de um modo geral, inter-relacionam: maior disponibilidade financeira em virtude do crescimento económico e, logo, mais recursos para afectar ao sector militar; a necessidade destes países fazerem face aos muitos e múltiplos problemas e desafios de segurança que os afectam, “tradicionais” e “não convencionais”, internos e externos; a pretensão de reconverterem e modernizarem a sua panóplia militar (muitos deles têm, de facto, arsenais e equipamentos relativamente obsoletos), procurando dotar-se de equipamentos mais evoluídos tecnologicamente e profissionalizarem as respectivas Forças Armadas; as persistentes desconfianças e animosidades regionais e percepções de um ambiente volátil, introduzindo dinâmicas de respostas nacionais ao acréscimo do poderio militar dos países vizinhos (com destaque para a RPChina e a Índia), de balanceamento estratégico-militar e também de auto-fortalecimento como parte das respectivas “estratégias de salvaguarda” para o caso da situação se degradar; e, naturalmente, interesses e ambições na projecção de poder e influência na cena internacional e regional, no âmbito dos tradicionais “jogos de poder”.

No caso dos vários aliados e parceiros estratégicos regionais dos EUA, as explicações passam, igualmente, pelos “incentivos” americanos para a “partilha do fardo” e a assumpção de maiores responsabilidades nos domínios da auto-defesa/segurança e da segurança colectiva.

Ainda outra justificação para os aumentos das despesas e capacidades militares na Ásia Oriental respeitante, sobretudo, aos regimes autocráticos, inclui a vontade de certas elites dirigentes quererem continuar a dispor de vastos arsenais repressivos e da necessidade de

garantirem a fidelidade e o apoio das Forças Armadas a fim de se perpetuarem no poder, destinando para esse fim importantes recursos.

Outra ameaça à segurança regional continua a ser a proliferação de Armas de Destruição Massiva (ADM). Além dos “vizinhos” Índia (potência nuclear desde os anos 1970) e do Paquistão (declaradamente, desde 1998), países nunca signatários do Tratado de Não Proliferação nuclear (TNP), a Coreia do Norte também se transformou numa potência nuclear apesar de signatária do TNP e de outros acordos de não-nuclearização. A estes somam-se ainda as capacidades nucleares da Rússia – que herdou todo o arsenal nuclear da antiga URSS -, dos EUA e da RPChina. O número exacto de armas nucleares na posse de cada uma destas potências continua a ser segredo de Estado, sendo também impossível confirmar se russos e americanos têm verdadeiramente desmantelado o número de ogivas nucleares que se comprometeram desarmar. De qualquer modo, os dados disponíveis permitem constatar que, duas décadas depois da Guerra Fria ter terminado, o número de armas nucleares na Ásia-Pacífico continua a ser muito elevado - perto de 20.000, combinando os arsenais estimados das seis potências. Destas, cerca de metade são consideradas operacionais, das quais aproximadamente um milhar de ogivas russas e americanas estão em alerta elevado, prontas a ser utilizadas. As mesmas seis potências dispõem ainda de mísseis balísticos ofensivos com alcance superior a 1000 km.

Por outro lado, se a Ásia-Pacífico e o mundo contemplam nas prioridades das agendas de segurança o risco de proliferação dos armamentos nucleares, incluem igualmente outras ADM como as biológicas e químicas. A RPChina, a Coreia do Norte, a Rússia, os EUA, a Índia e ainda a Coreia do Sul são possuidores de armas químicas, sendo o Paquistão suspeito de ter um programa de pesquisa ofensivo a fim de delas se dotar também. Quanto às armas biológicas, a Rússia é o único Estado que disporá delas, mas a RPChina e a Coreia do Norte são suspeitas de também as possuírem secretamente, enquanto a Índia e o Paquistão poderão estar a prosseguir programas de pesquisa ofensivos nesse domínio.

Quadro 20. Estados Possuidores de ADM e Programas de Pesquisa Ofensivos na Ásia-Pacífico

	NUCLEARES	BIOLÓGICAS	QUÍMICAS	MÍSSEIS BALÍSTICOS com alcance superior a 1000 Km
RPCHINA	A	A?	A	A
COREIA NORTE	A	A?	A	A
COREIA SUL			A	
RÚSSIA	A	A	A	A
EUA	A		A	A
ÍNDIA	A	P?	A	A
PAQUISTÃO	A	P?	P?	A

Legenda: A = Armas; P = Programa de Pesquisa

Fonte: Carnegie Endowment for International Peace, *The Global Proliferation Status Map 2009 e Proliferation Threat Assessment* [Em linha]. Carnegie Endowment for International Peace, *Issues-Nonproliferation* [Consult. 20 Dezembro 2009]. Disponível em <http://www.carnegieendowment.org/zoomsearch/search.asp?zoom_query=The+Global+Proliferation+Status+Map&zoom_cat%5B%5D=-1&zoom_and=1&zoom_sort=0&zoom_per_page=10>

Quadro 21. Forças Nucleares na Ásia-Pacífico

		EUA	Rússia	RPChina	Índia	Paquistão	Coreia do Norte	TOTAL
Armas	Em Stock	5,400	14,000	~240	~50	~60	<10	~19,755
	Operacionais	4,075	5,192	~193	?	?	?	~9,535
	Estratégicas	3,575	3,083	180	50	60	<10	~6,953
	Não-Estratégicas	500	2,079	?	n.a.	n.a.	?	~2,600
ICBM	Número	488	430	26	-	-	-	~944
	Ogivas	764	1,605	26	-	-	?	~2,395
SRBM, IRBM, MRBM	Número	-	-	~100	<58	<150	-	<300
	Ogivas	-	-	~100	~10	~35	?	~145
SLBM	Número	288	176	(12)	-	-	-	~476
	Ogivas	1,728	624	(12)	-	-	-	~2,364
Bombardeiros Estratégicos	Número	115	79	100	-	-	-	294
	Ogivas	1,083	884	~35	-	-	-	~2,002
Theater Weapons	Número	325	-	?	-	-	-	~325
	Ogivas	500	2,079	~20	~40	~25	?	~2,664

ICBM: *Intercontinental Ballistic Missile*; IRBM: *Intermediate-Range Ballistic Missile*; MRBM: *Medium-Range Ballistic Missile*; SLBM: *Sea-Launched Ballistic Missile*; SRBM: *Short-Range Ballistic Missile*

Fonte: Federation of American Scientists (FAS), *Status of World Nuclear Forces* [em linha]. In FAS [Consulta 20 Janeiro 2010]. Disponível em <<http://www.fas.org/programs/ssp/nukes/nuclearweapons/nukestatus.html>>

Em matéria de proliferação de ADM, o principal foco das apreensões é, naturalmente, a Coreia do Norte que, apesar dos Tratados e Acordos que assinou e das Resoluções da ONU que foram condenando e sancionando o seu comportamento, nunca deixou de desenvolver um programa nuclear militar e outro de mísseis balísticos¹⁹³: com efeito, Pyongyang realizou testes de mísseis de cruzeiro em 1994, 1997, 2003 e 2007 e de mísseis balísticos de curto, médio e longo alcance em 1993, 1998, 2006 e 2009; e fez também dois ensaios nucleares, em 9 de Outubro de 2006 e 25 de Maio de 2009. Esta postura vem, evidentemente, provocando crises cíclicas, como a de 1993-94 (que só culminaria com a assinatura do *Agreed Framework* entre os EUA e a Coreia do Norte)¹⁹⁴, a de 2003-2007 (aparentemente, finda com os dois acordos de 2007 no quadro das “Conversações a Seis”)¹⁹⁵ ou a mais recente desde o início de 2009¹⁹⁶.

¹⁹³ Ver, por exemplo, National Security Archive Electronic Briefing Book No. 87 - *North Korea and Nuclear Weapons: The Declassified U.S. Record* [Em linha]. National Security Archive [Consulta em 22 Julho 2009]. Disponível em <www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB87/>

¹⁹⁴ O *Agreed Framework* foi assinado em Outubro de 1994, prevendo que Pyongyang congelaria e, eventualmente, poria fim ao seu programa nuclear recebendo, em contrapartida, o fim de algumas sanções e ainda energia através da então criada *Korean Energy Development Organization* (KEDO). Coincidindo este acordo com a morte de Kim Il Sung, em Julho do mesmo ano e face ao agravamento da condição económica da Coreia do Norte, podiam esperar-se alterações significativas. Todavia, o designado sucessor e filho daquele, Kim Jong Il, manteve a mesma linha, nunca pondo fim aos programas nuclear e de mísseis norte-coreano e alienando o “engagement” do Presidente Clinton (1994-2000), os bons ofícios da RPChina ou a *Sunshine Policy* do Presidente sul-coreano Kim Dae-jung (1998-2003): por exemplo, em 1998, enquanto mantinha negociações bilaterais com os EUA e com a Coreia do Sul, Pyongyang transaccionava tecnologia míssil e plutónio e urânio enriquecidos com o Laboratório Khan paquistanês e lançou um míssil Taepo Dong 1 de terceira geração - com um alcance de 1500-2000 km - que sobrevoou o Mar do Japão.

¹⁹⁵ Já depois do Presidente Bush ter incluído a Coreia do Norte no que designou “eixo do mal” ao lado do Iraque e do Irão, no início de 2002, a tensão voltou a escalar, eclodindo uma nova crise no início de 2003: acusando os EUA de não terem cumprido os compromissos de fornecimento de energia e de atrasarem a construção de dois reactores para produção de electricidade, Pyongyang admitiu ter um programa nuclear militar, suspendeu a moratória sobre testes de mísseis balísticos, desmontou os equipamentos de selagem e vigilância internacional e expulsou os inspectores da ONU e da AIEA, reactivou a central nuclear de Yongbyon e anunciou a intenção de reabrir uma central de reprocessamento a fim de produzir plutónio para armamento, declarou a sua saída do TNP, renunciou aos acordos celebrados com a AIEA e ameaçou retaliar “com tudo” se os EUA desencadeassem uma qualquer acção contra qualquer as suas instalações e lançou mísseis que sobrevoaram a Coreia do Sul e o Japão. Apesar das críticas, ameaças e sanções internacionais, Pyongyang anunciou já também não reconhecer a validade do Armistício de 1953 e suspendeu os contactos militares com o Comando da ONU encarregue de fiscalizar esse armistício e a Zona Desmilitarizada. Em 2006, experimentou o míssil de longo alcance Taepoong 2 (também conhecido por Paektusan-2) que falhou menos de um minuto após o lançamento e fez ainda um teste nuclear invocando o direito de o fazer dado que tinha anunciado a sua retirada do TNP em Janeiro de 2003.

Aparentemente, esta crise terminara com dois acordos celebrados em 2007, no quadro das chamadas “conversações a seis” (EUA, Coreia do Norte, RPChina, Coreia do Sul, Japão e Rússia) montadas desde 2003: Pyongyang concordou desmantelar o seu programa nuclear e permitir o regresso dos inspectores internacionais (em Julho de 2007, a AIEA confirmou que a central nuclear de Yongbyon tinha sido encerrada e selada) obtendo, em contrapartida, a suspensão de algumas sanções e fornecimentos de energia na ordem de mil milhões de toneladas de *heavy fuel*. Em Junho de 2008, a Coreia do Norte submeteu à AIEA e às Nações Unidas a sua há muito aguardada declaração sobre capacidades nucleares e mísseis; no Outono, os EUA retiravam simbolicamente a Coreia do Norte da sua lista de países patrocinadores de terrorismo.

¹⁹⁶ No início de 2009 deu-se um novo revés, assistindo-se a um autêntico *dejá vu*. Acusando o regime de Pyongyang de atrasar o encerramento das suas centrais nucleares e de continuar a ter programas secretos, os EUA suspenderam o fornecimento energético à Coreia do Norte; por seu lado, esta acusou os EUA e também a Coreia do Sul de “intensões hostis” e, à semelhança do que fizera noutras ocasiões anteriores, afirmou não reconhecer a validade de nenhum acordo nem com Washington nem com Seul e expulsou do seu território os

Quadro 22. Coreia do Norte: situação em regimes seleccionados sobre Não-Proliferação de ADM

REGIME/ORGANIZAÇÃO	SITUAÇÃO
<i>Conferência sobre Desarmamento (CD) da ONU</i>	Membro
Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA)	Membro (1974); anunciou retirada (1993 e 2003)
<i>Organization for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW)</i>	-----
<i>Comprehensive Test Ban Treaty Organization Preparatory Commission (CTBTO)</i>	-----
Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP)	Acedeu (1985); Violou obrigações do Art. II; anunciou retirada (1993 e 2003)
<i>Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty (CTBT)</i>	-----
<i>Partial Test Ban Treaty (PTBT)</i>	Estado Parte
IAEA Safeguards Agreement	Sim (1992); violou (1993 e 2003)
<i>IAEA Additional Protocol</i>	-----
<i>Nuclear Safety Convention</i>	-----
<i>Convention on the Physical Protection of Nuclear Material</i>	-----
<i>Agreed Framework (EUA-Coreia Norte)</i>	Signatária (1994); violou; declarou nulo (2003)
<i>Declaração Conjunta sobre a Desnuclearização da Península Coreana (Coreia do Norte e Coreia do Sul)</i>	Signatária (1991); violou; declarou nulo (2003)
<i>Chemical Weapons Convention (CWC)</i>	-----
<i>Biological and Toxin Weapons Convention (BTWC)</i>	Estado Parte
<i>BTWC Confidence Building Measures (CBMs)</i>	Nunca Submetido
<i>Protocolo de Genebra</i>	Estado Parte
<i>International Code of Conduct against Ballistic Missile (ICOC)</i>	-----
<i>Proliferation Security Initiative (PSI)</i>	-----
<i>Missile Technology Control Regime (MTCR)</i>	-----
<i>Suppression of the Financing of Terrorism</i>	Signatária
<i>Suppression of Terrorist Bombings</i>	-----
<i>Marking of Plastic Explosives for the Purpose of Detection</i>	-----
<i>Against the Taking of Hostages</i>	Estado Parte
<i>Offences and Certain Other Acts Committed on Board Aircraft</i>	Estado Parte
<i>Suppression of Unlawful Seizure of Aircraft</i>	Estado Parte
<i>Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Civil Aviation</i>	Estado Parte
<i>Protocol on the Suppression of Unlawful Acts of Violence at Airports Serving International Civil Aviation</i>	Estado Parte
<i>Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Maritime Navigation</i>	-----
<i>Prevention and Punishment of Crimes against Internationally Protected Persons, including Diplomatic Agents</i>	Estado Parte
<i>Suppression of Acts of Nuclear Terrorism</i>	-----

Fonte: James Martin Center for Nonproliferation Studies (CNS), *Inventory of International Nonproliferation Organizations & Regimes*. [Em linha]. CNS of the Monterey Institute of International Studies [Consulta 21 Janeiro 2010]. Disponível em <<http://cns.miis.edu/inventory/pdfs/dprk.pdf>>

inspetores da AIEA. Em 5 de Abril de 2009, num claro desafio às resoluções da ONU aprovadas depois dos testes missil e atômico de 2006, a Coreia do Norte lançou um *rocket* que afirma ser um satélite de comunicações mas que os vizinhos e a comunidade internacional suspeitam ser um teste de um míssil balístico de longo alcance falhado. Em 24 e 25 de Maio, Pyongyang fez um novo teste nuclear e experimentou mais dois mísseis balísticos de curto-alcance.

O comportamento aparentemente suicidário de Pyongyang radica num profundo sentido de vulnerabilidade e numa estratégia de sobrevivência particular há muito prosseguida pela liderança norte-coreana. Perante a crescente “desigualdade” face à Coreia do Sul e os associados riscos de absorção, e confrontado quer com os custos da marginalização internacional quer com uma gravíssima situação económica que colocam o país à beira do colapso – levando, por exemplo, o Programa Alimentar Mundial (PAM) a criar, em 1995, um apoio de emergência especial para a Coreia do Norte e canalizando para ali, em 2001, o maior auxílio alimentar de sempre a um só país, com 800 mil toneladas de alimentos -, o regime totalitário de Pyongyang pretende, através da “chantagem” nuclear e míssil, no mínimo, garantir a sobrevivência do regime e a subsistência da Coreia do Norte enquanto Estado, obtendo concessões económicas e políticas (fim das sanções, acesso a contas bancárias congeladas no estrangeiro, compensações financeiras, energia e alimentos, reconhecimento diplomático e tratado de não-agressão com os EUA, retirada militar americana do Sul da Península) e, no máximo, tornar-se uma potência nuclear (legítima ou ilegítima tolerada) e deixar de ser um “Estado Pária” na cena internacional (ver Nuno Magalhães, 2008).

V.3.2. Riscos “Não-Convencionais”

Apesar dos inúmeros problemas e ameaças “tradicionais”, salienta-se na “nova ordem” a expansão da noção de segurança regional para abarcar um vasto leque de preocupações e desafios “não convencionais”, isto é, transnacionais e primeiramente não militares na sua natureza: do terrorismo à segurança económica, energética ou ambiental, passando pela criminalidade organizada, a pirataria marítima, as catástrofes naturais e as epidemias, os fluxos migratórios massivos, a fragilidade de certos Estados e, enfim, a segurança humana. Algumas destas preocupações não são verdadeiramente “novas”: concepções de segurança mais abrangentes também já existiam na Ásia Oriental em tempo de Guerra Fria, em particular, no Japão e nos países ASEAN mas também na “nova RPChina”, como vimos anteriormente. Mas é um facto que estas preocupações ganharam, entretanto, muito maior relevo na agenda de segurança regional.

Independentemente das ambiguidades e controvérsias que rodeiam a sua definição e as suas muitas formas e manifestações, o terrorismo¹⁹⁷ passou a ser percepcionado como uma

¹⁹⁷ Embora seja uma tarefa sempre difícil e controversa definir “terrorismo”, uma vez que não existe uma noção universalmente aceite e o que é “terrorista” para uns é “libertador” para outros, podemos aqui recorrer a uma definição operacional outrora por nós proposta: *«o uso da violência, ou ameaça do uso da violência, de forma premeditada, nomeadamente, contra não-combatentes e civis na tentativa de, através do terror, tentar*

das principais ameaças nas agendas de segurança nacionais, regionais e internacional. Na Ásia Oriental, as actividades terroristas e também outras mais típicas de guerrilhas e/ou paramilitares afectam há muito a segurança dos países e comunidades ali residentes, provindo dos mais variados grupos com motivações e objectivos também muito diferenciados, desde os fundamentalismos religiosos e étnicos aos extremismos políticos ou aos separatismos.

Efectivamente, a heterogeneidade de grupos, actividades e causas, terroristas e paramilitares, frequentemente inter-conectados, é um dos aspectos marcantes da agenda de segurança regional: como revela o próximo Quadro, existem actualmente desde grupos terroristas e paramilitares de base *jiadista* (operando nas Filipinas, na Indonésia, na Malásia, na Tailândia, em Singapura, no Brunei e também na Rússia e na RPChina), aos ligados a certos movimentos secessionistas (no Xinjiang Chinês, no Cáucaso Russo, em várias partes da Indonésia, no Sul das Filipinas, na Birmânia/Myanmar ou no Sul da Tailândia), passando pelos associados a movimentos políticos radicais comunistas (no Japão, na Malásia, na Tailândia, na Birmânia/Myanmar e nas Filipinas) e de extrema-direita (na Rússia, no Japão e em Taiwan) ou ainda por outros extremismos religiosos (por exemplo, radicais cristãos na Indonésia e nas Filipinas ou a Seita *Aum Shinrikyo* que opera actualmente no Japão, em Taiwan e na Rússia).

Mas à semelhança do resto do globo ganhou, entretanto, envergadura e perigosidade aquilo que noutros trabalhos temos vindo a caracterizar como “terrorismo de novo tipo” (Tomé, 2004a: 155-224) e que se desenvolveu, essencialmente, desde o final dos anos 1980 pela acção da *Al Qaeda* (“A Base”), criada pelo milionário saudita Ossama Bin Laden no Afeganistão ainda durante a resistência *mujahideen* contra as forças soviéticas. O Sudeste Asiático, sobretudo, é reconhecidamente um dos principais palcos desse terrorismo islâmico *jiadista*, globalizado, indiscriminado e particularmente letal, sendo tanto uma base como um alvo para as actividades quer da própria *Al Qaeda* (em particular, nas Filipinas, na Indonésia e na Tailândia) e suas “células” (como a *Al Qaeda of the Arabian Peninsula*, nas Filipinas) quer, fundamentalmente, dos inúmeros grupos *jiadistas* locais e regionais como o *Abu Sayyaf* (criado no Sul das Filipinas no início dos anos 1990), a *Jemaah Islamiyah* (criada em meados dos anos 1990 na Indonésia e operando, actualmente, também nas Filipinas, na Malásia, na Tailândia e em Singapura) ou o *Tanzim Qaedat-al Jihad* (criado em 2005-2006 e que opera na Malásia, na Indonésia, nas Filipinas e no Brunei). Surgiu, inclusivamente, por exemplo, uma organização terrorista agrupando antigos cristãos que se converteram ao Islão *jiadista*, o *Rajah Solaiman Movement* (cujo nome deriva do líder da comunidade

influenciar, coagir, mobilizar ou intimidar audiências, grupos sociais, sociedades, poderes instituídos, governos e Estados a fim de atingir fins políticos e também religiosos, étnicos, económicos, ideológicos ou outros» (Tomé, 2007d: 54).

muçulmana de Manila que no Séc.XVI combateu os espanhóis Rajah Solaiman III) nas Filipinas, criada em 1991 por Ahmed Santos e com estreitas ligações ao *Abu Sayyaf* e à *Jemaah Islamiah*.

Na realidade, são dezenas os grupos radicais islâmicos que surgiram nas duas últimas décadas no Sudeste Asiático e que ali actuam integrando o movimento e a rede *jihadista* globais, com muitos dos grupos autóctones ligados logística e ideologicamente à Al-Qaeda e a grupos similares de outras regiões e países como o Médio Oriente, a Ásia Central, a Ásia Meridional, o Afeganistão ou o Paquistão. Os atentados à bomba na ilha indonésia de Bali, em 12 de Outubro de 2002 (perpetrados por militantes da *Jemaah Islamiah* no mais mortífero ataque terrorista na História da Indonésia, matando 202 pessoas, dos quais 164 estrangeiros) é apenas um dos muitos ataques evidenciando que o Sudeste Asiático se converteu, de facto, numa das regiões-alvo das actividades do “terrorismo de novo tipo” por parte de grupos internacionais e autóctones, estando ambos estreitamente interligados. A par da proliferação de grupos e do aumento dos ataques na região, a ameaça terrorista ganhou também proeminência desde o 11 de Setembro e da subseqüentemente decretada “guerra contra o terrorismo”, motivando tanto um forte reinvestimento americano e internacional no Sudeste Asiático em termos de *capacity buiding* anti-terrorista como um incremento da cooperação intra-regional e com outros parceiros, na assumpção de todos terem no terrorismo uma grande preocupação comum e que só pela acção colectiva os esforços anti-terroristas podem ser mais eficazes.

A ameaça terrorista na Ásia Oriental não se limita, todavia, nem ao Sudeste Asiático nem ao “terrorismo de novo tipo”. Por exemplo, desde os anos 1990, o Japão, a Rússia e a RPChina vêm-se confrontando com ataques terroristas: no caso nipónico, fundamentalmente, provenientes da seita “Verdade Suprema” (actual *Aum Shinrikyo*, responsável pelo ataque com gás Sarin no metro de Tóquio, em 1995) e nos casos da Federação Russa e da RPChina de grupos Chechenos e Uigures, respectivamente, provenientes de regiões e movimentos, simultaneamente, separatistas e islâmicos. Entretanto, no quadro pós-11/09, Moscovo e Pequim procuraram incluir na “grande coligação internacional anti-terrorista” as suas lutas contra os movimentos separatistas, tendo mesmo ambos obtido reconhecimento internacional de alguns desses grupos como terroristas: no caso russo, com destaque para o *Congress of the Peoples of Ichkeria and Dagestan* e o *Unified Forces of Caucasian Mujahideen*; no caso da RPChina, salientando-se o *East Turkestan Islamic Movement* (ETIM) e o *Eastern Turkistan Liberation Organization* (ETLO).

Quadro 22. Grupos Terroristas e Paramilitares que operam na Ásia Oriental

<p>RÚSSIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ahyaul Turaz al-Islami - Al Haramein Brigades - Aum Shinrikyo (antigo “Aum Verdade Suprema”) - Congress of the Peoples of Ichkeria and Dagestan - Dagestan Liberation Army - Islamic Party of Turkestan - Jamaat al Islah al Ijtimai - Jamaat al Muslimeen (JaM) - Jamaat Shariat - Movimento Neo-Nazi - National Association for the Advancement of White People (NAAWP) - Rebeldes e Terroristas Chechenos - Riyadus-Salikhin Reconnaissance and Sabotage Battalion of Chechen Martyrs (RSRSBCM) - Taliban - Unified Forces of Caucasian Mujahideen - Yarmuk 	<p>INDONÉSIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aceh Security Disturbance Movement (GPK) - Al Qaeda - Dayak Movement - Free Aceh (Aceh Merdeka) - Free Papua Movement ou Organisasi Papua Merdeka (OPM) - Gerakin Aceh Merdeka (GAM) ou Free Aceh Movement - Islamic Defenders Front - Jemaah Islamiya (JI) - Kumpulan Mujahidin Malaysia (KMM) - Maluku Sovereignty Front - Mujahideen Kompak - Tanzim Qaedat al-Jihad 	<p>FILIPINAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Al Harakut Al Islamiyya - Al-Harakatul Islamia - Abu Sayyaf Group (ASG) - Alex Boncayao Brigade - Al Qaeda - Al Qaeda of the Arabian Peninsula - Balik-Islam - Jemaah Islamiya (JI) - Moro Islamic Liberation Front (MILF) - Moro National Liberation Front (MNLF) - Mujahideen Islamic Pattani Group - Mujahideen Pattani Movement (BNP) - New People's Army (NPA) - Rajah Solaiman Movement - Tanzim Qaedat al-Jihad
<p>MALÁSIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abu Sayyaf Group (ASG) - Barisan Revolusi Nasional (BRN) - Barasi Revolusi Nasional (BRN) - Brotherhood of al-Ma'unah - Gerakan Mujahadeen Islam Pattani (GMIP) - Jemaah Islamiya (JI) - Kumpulan Mujahideen Malaysia (KMM) - Tanzim Qaedat al-Jihad 	<p>TAILÂNDIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Al Qaeda - Barisan Revolusi Nasional (BRN) - Barasi Revolusi Nasional (BRN) - Cambodian Freedom Fighters (CFF) - Gerakan Mujahideen Islam Pattani (GMIP) - God's Army - Jemaah Islamiya (JI) - Karen National Union (KNU) - Pattani United Liberation Organization (PULO) - Vigorous Burmese Student Warriors - Yellow-Red Overseas Organization 	<p>MYANMAR</p> <ul style="list-style-type: none"> - All Burma Students Democratic Front (ABSF) - Eastern Shan State Army (ESSA) - God's Army - Kachin Defense Army (KDA) - Kachin Independent Organization (KIO) - Karen National Union (KNU) - Maung Tai Army (MTA) - Mong Tai Army (MTA) - Myanmar National Democratic Alliance Army (MNDAA) - National Socialist Council of Nagaland (NSCN) - United Wa State Army (UWSA)
<p>JAPÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aum Shinrikyo (antigo “Aum Verdade Suprema”) - Chukaku Ha - Japan National Youth Alliance - Japanese Red Army Faction (JRAF)/Anti-Imperialist International Brigade (AIIB) - Kakurokyo - Movimento Neo-Nazi 	<p>RPCHINA</p> <ul style="list-style-type: none"> - East Turkestan Islamic Movement (ETIM) - Eastern Turkistan Liberation Organization (ETLO) - Committee for Eastern Turkistan - Taliban 	<p>CAMBOJA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cambodian Freedom Fighters (CFF) - Khmer Rouge - National Army of Independent Kampuchea
<p>SINGAPURA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Jemaah Islamiya (JI) 	<p>TAIWAN</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aum Shinrikyo (antigo “Aum Verdade Suprema”) - Movimento Neo-Nazi 	<p>BRUNEI</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tanzim Qaedat al-Jihad

Fonte: Total Intelligence Solutions/Terrorism Research Center - *Country Profiles* [Em linha]. Total Intelligence Solutions [Consulta 16 Jan. 2010]. Disponível em <<http://www.totalintel.com/content/country-profiles>>

Igualmente fonte de insegurança regional é a criminalidade organizada transnacional, desenvolvendo actividades desde o branqueamento de capitais e a falsificação de documentos a rapto, extorsão ou tráfico de armas, drogas e seres humanos. Entre as redes criminosas mais poderosas e perturbadoras na Ásia Oriental podem citar-se as famosas “Máfias Vermelhas” russas e, sobretudo, as Tríades chinesas e os Yakuza japoneses ou os grupos e barões narcotraficantes no Sudeste Asiático, em particular, na área do rio Mekong e do chamado “Triângulo Dourado” (territórios do Myanmar, Laos e Tailândia), uma das principais regiões de produção e exportação de ópio do mundo (ver Ganapathy e Broadhurst, 2008; e Finckenauer e Ko-lin, 2007).

Um outro conjunto de preocupações “não-convencionais” envolve os domínios da segurança económica, energética e marítima. O crescimento das economias da Ásia Oriental assenta largamente na sua internacionalização, o que significa uma maior dependência dos mercados externos para quer escoamento da produção quer abastecimento de bens, serviços, tecnologia ou energia. Assim, garantir o acesso a esses mercados e a segurança das respectivas rotas são preocupações prioritárias dos *developmental states* asiáticos. Similarmente, em virtude das crescentes necessidades de energia e dependência da energia importada, passaram a ser cruciais os “3S” em termos de objectivos energéticos a que já fizemos referência - Segurança no fornecimento, Sustentabilidade ambiental e Satisfação da procura. A segurança energética é, portanto, decisiva por ser um factor altamente condicionante do desenvolvimento económico e pelos riscos associados a acidentes, actos de sabotagem, criminalidade, terrorismo ou pirataria que envolvem os oleodutos, gasodutos, barragens, centrais energéticas ou a segurança dos navios petroleiros.

A segurança marítima representa um interesse vital para todos os grandes actores internacionais: 95% do comércio mundial e mais de 60% das exportações/importações mundiais de petróleo realiza-se por mar. Isto é particularmente pertinente na Ásia-Pacífico e no Oceano Pacífico, o mais extenso do mundo¹⁹⁸: para os EUA, o comércio trans-Pacífico é cerca de 30% superior ao comércio trans-Atlântico; mais de 60% das exportações da Austrália seguem por mar para países asiáticos (Sacchetti, 2008: 375 e 377); e mais de 80%

¹⁹⁸ O Oceano Pacífico ocupa uma enorme área de 166.243.000 km², correspondente a 46 % da superfície líquida da terra, sendo quatro vezes maior do que o maior Continente, a Ásia, estendendo-se dos 104° Leste, no Estreito de Malaca, limite do Mar da China Meridional, até aos 67° Oeste do *Cape Horn*, num total de 189°. Com um grande centro vazio e ligado aos Oceanos Índico e Atlântico por outro enorme vazio, o Oceano Antártico, sem qualquer estrangulamento que sirva de separação, o Oceano Pacífico é rodeado por quatro Continentes (América, Ásia, Oceânia e Antártida) e as suas margens são ocupadas por quatro dos sete países mais populosos do mundo (China, EUA, Indonésia e Rússia) e por cinco dos seis países mais extensos (Rússia, Canadá, China, EUA e Austrália), bem como por seis dos sete maiores países insulares – a Austrália (um quase continente com 22.230 km de litoral), a Indonésia e as Filipinas (que com cerca de 13.677 e 7.100 ilhas, respectivamente, são os dois maiores Estados arquipelágicos), a Papua Nova Guiné, o Japão e a Nova Zelândia -, num total de 21 países insulares (incluindo Taiwan) mais a Malásia com parte insular, naturalmente, todos quase totalmente dependentes do comércio marítimo (ver Sacchetti, 2008: 368-376).

do comércio energético na Ásia é efectuado por navios que, no essencial, vêm do Atlântico Sul, do Estreito de Ormuz e do Golfo de Aden e que, depois de cruzarem o Índico, atravessam os Estreitos de Malaca ou do arquipélago indonésio para o disputado Mar da China Meridional.

Na realidade, não há no mundo uma zona costeira com tráfego marítimo tão intenso e, simultaneamente, tão densamente povoada como a Ásia Oriental, nomeadamente, entre a cidade russa de Vladivostok, no Norte e o extenso arquipélago indonésio, no Sul. Muita população, muitos estados insulares, grande desenvolvimento industrial, forte internacionalização económica, grandes desequilíbrios na posse de recursos naturais e dependência de energia são factores que impõem muitas trocas comerciais obrigatoriamente por mar, utilizando linhas de navegação de tráfego intenso e de alto valor, a maior parte circulando em mares fechados – Mar de Okhotsk, Mar do Japão, Mar Amarelo, Mar da China Oriental, Mar das Filipinas e o Mar da China Meridional - já que os grandes países insulares estão ligados por cadeias de pequenas ilhas que bordejam o Continente Asiático e que, por conseguinte, também têm um elevado interesse geopolítico/geoestratégico (Sacchetti, 2008). Além disso, muito deste tráfego tem que passar por 32 estreitos que impõem algumas restrições, o mais valioso dos quais é o de Malaca por onde circulam cerca de 50.000 petroleiros por ano (quase metade dos que circulam por todo o mundo) e mais de 80% do petróleo importado pela RPCChina, o Japão e a Coreia do Sul; outros estreitos importantes são os de Sunda, Lombok, Luzon, Taiwan ou da Coreia (ver Mapa seguinte). Compreende-se, assim, que a segurança marítima, das rotas de navegação (*Sea Lines of Communication* ou *SLOC's*) e dos Estreitos tenha adquirindo uma enorme centralidade na agenda de segurança regional.

As relações por mar aqui são, de facto, intensas e vitais. A segurança das SLOC's é um objectivo comum de todos os actores na Ásia-Pacífico e, até certo ponto, fomentador da cooperação regional; ao mesmo tempo, todavia, também contém um potencial de conflito. De qualquer modo, terá mais validade aqui a célebre máxima do Almirante Britânico “Jackie” Fisher enunciada nas vésperas da I Guerra Mundial: *“It's not invasion we have to fear if our Navy's beaten; its starvation”*. Por isso, em termos de “liberdade dos mares”, às apreensões relacionadas com a “corrida” regional ao fortalecimento das capacidades militares navais e as reivindicações em torno das ilhas e águas territoriais onde existem importantes recursos energéticos - em particular, os arquipélagos das Senkaku/Diaoyutai, Paracels e Spratlys e os limites das soberanias e das ZEE's nos Mares da China Oriental e Meridional (ver atrás Mapa 11) - somam-se as preocupações relativas ao terrorismo marítimo, ao tráfico marítimo de droga, armas ou pessoas, aos acidentes no mar, à poluição marítima ou à pirataria, sobretudo, no Sudeste Asiático - ainda que o número de ataques piratas aqui tenha diminuído substancialmente nos últimos anos e que seja bastante inferior aos incidentes

ocorridos na costa da Somália/Golfo de Aden, a área mais perigosa do mundo nesta matéria (ver Fig. 8). Ou seja, como refere o Almirante Sacchetti (ibid.), a insegurança que o “Ocidente” marítimo e industrializado sentiu no passado em relação à navegação que sustentava o seu desenvolvimento sentem-na agora também os países da Ásia Oriental em franco crescimento.

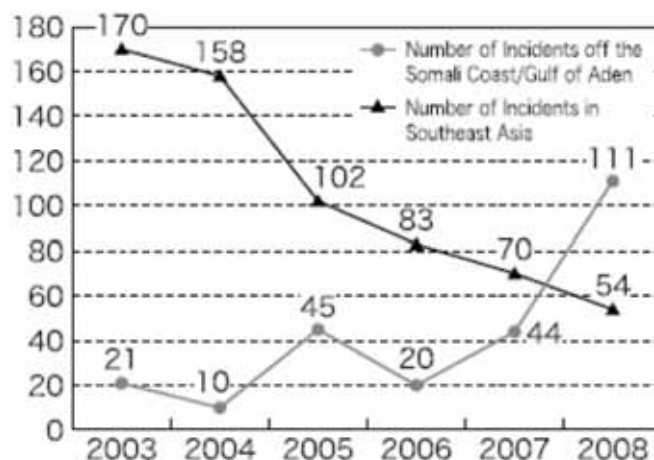
Mapa 13. Principais Rotas Marítimas e Estreitos na Ásia Oriental



- | | | |
|----------------------------|------------------------------|------------------------|
| 1. Estreito de La Perousse | 5. Estreito de Luzon | 9. Estreito de Sunda |
| 2. Estreito de Tsugaru | 6. Estreito de Singapura | 10. Estreito de Lombok |
| 3. Estreito da Coreia | 7. Estreito de Malaca | 11. Estreito de Torres |
| 4. Estreito de Taiwan | 8. Estreito de Makassar | 12. Mar das Molucas |

Fonte: Sacchetti, 2008: 370 e 377 – Map 1 e Map 2.

Figura 8. Incidentes de Pirataria no Sudeste Asiático: comparativo com a costa da Somália/Golfo de Aden, 2003-2008



Fonte: Japan Ministry of Defense (2009), *Defense of Japan 2009*: p. 127 - Fig. II-1-4-1.

Domínio que não conhece fronteiras territoriais nem áreas de soberania e que pode afectar o ritmo de desenvolvimento económico e o rumo das migrações provocando pobreza, tensões sociais, conflitos e catástrofes naturais extremas, a insegurança ambiental tem vindo também a ganhar relevância na agenda de segurança regional (ver ADB, 2009a). Por volta de 2030, 55% dos cerca de 5 mil milhões de Asiáticos viverá em áreas urbanas, 10% dos quais em 12 megacidades de mais de 10 milhões de habitantes e muitos mais em áreas metropolitanas como a de Hong Kong-Shenzen-Guangdong na RPCChina onde residem actualmente cerca de 120 milhões de pessoas. Estas situam-se, essencialmente, nas zonas costeiras que são, evidentemente, mais sensíveis aos riscos associados à subida do nível das águas do mar provocada pelo aquecimento global: as Nações Unidas calculam em milhões as pessoas que, anualmente, serão afectadas por essa subida até 2080 (UNEP).

Em causa estão também os importantíssimos rios e deltas asiáticos como o Mekong (que percorre o Tibete e a província chinesa de Yunnan, o Myanmar, a Tailândia, o Laos, o Camboja e o Vietname); o Ayeyarwady (ou Irrawaddy), no Myanmar; o Chao Phraya na Tailândia; o Song Hong (ou Rio Vermelho, da Província de Yunnan no Sudoeste da RPCChina ao Golfo de Tonquim, atravessando todo o Norte do Vietname e a capital Hanói); o Rio das Pérolas (abarcando as províncias chinesas de Guangdong, Guangxi, Yunnan, Guizhou, Hunan e Jiangxi e ainda as RAE's de Macau e Hong Kong até ao Mar da China Meridional); ou o Rio Amarelo (das Montanhas Bayan Har na parte Ocidental da China até ao Mar de Bohai, percorrendo nove províncias chinesas) e o Rio Yangtze (o maior da China e da Ásia e o terceiro maior do mundo, percorrendo quase 6400 km desde a província de Qinghai no Ocidente chinês até à cidade de Shangai e o Mar da China Oriental) na RPCChina. Mais de metade da população mundial vive na Ásia, e a maior parte da população

asiática reside nas áreas deltaicas; similarmente, mais de 80% do total da área mundial de campos de arroz encontra-se na Ásia, na sua esmagadora maioria nos deltas dos grandes rios. Os deltas são, portanto, cruciais, pelo que as pressões ambientais e demográficas a que estão sujeitos colocam em perigo centenas de milhões de asiáticos que aí vivem e disso dependem para a sua subsistência¹⁹⁹.

Problema associado é o dos chamados “refugiados ambientais” e dos movimentos populacionais massivos, em consequência das condições físicas e climáticas que tornam insustentável a vida de milhões de pessoas e de comunidades inteiras nas suas áreas originárias: de facto, a degradação ambiental e as alterações climáticas estão entre os principais impulsionadores da migração quer forçada quer voluntária (ADB, 2009a). Daqui derivam potencialmente riscos envolvendo o destino destas populações, tumultos sociais ou conflitos intra-estatais e fronteiriços. Estes dilemas são tanto mais preocupantes quando, segundo o Programa Ambiental das Nações Unidas, 40% de todos os conflitos intra-estatais desde 1960 e pelo menos 18 conflitos violentos desde 1990, em todo o mundo, estão ligados à exploração de recursos naturais, sendo que a possibilidade deste tipo de conflitos recrudescerem no prazo de cinco anos duplica comparativamente aos ligados a outras motivações (ver UNEP).

A degradação ambiental está ainda relacionada com um outro tipo de preocupações que passaram a ser incluídas na agenda de segurança regional: os desastres naturais. Segundo o *Asian Development Bank* (2008), a degradação ambiental - por induzir alterações climáticas que, por sua vez, produzem eventos meteorológicos extremos - é um dos três principais factores responsáveis pelos impactos devastadores das catástrofes naturais na Ásia-Pacífico, a par da urbanização desregulada e da complexidade do próprio processo de desenvolvimento que tende a aumentar a vulnerabilidade perante esses desastres, nomeadamente, nas áreas costeiras e nos países em desenvolvimento.

Desde 2000, o mundo assistiu a 35 grandes conflitos militares; mas também assistiu a 2.500 grandes desastres naturais (UNEP), alguns deles com impactos similares a guerras convencionais. Estes fenómenos têm atingido com particular frequência e severidade as populações asiáticas: nos trinta anos entre 1975 e 2005, a Ásia foi fustigada por 37% dos desastres naturais registados em todo o globo, representando 57% dos mortos, 89% das pessoas afectadas e 44% dos danos nas propriedades e infraestruturas; em 2005, 246 (42%) dos 650 eventos naturais mais severos registados globalmente ocorreram na Ásia, matando mais de 97 mil pessoas (90% do total global de 110 mil mortos ao nível mundial) e

¹⁹⁹ Sobre a importância e as ameaças concretas que pendem sobre os deltas asiáticos e populações residentes nessas áreas ver, por exemplo, “Menaces Sur Les Deltas”, edição especial da revista *Hérodote*, N° 121, 2º trimestre 2006; e IGG/Geological Survey of Japan/AIST, *Asian Delta Project* [Em linha]. In IGG/Geological Survey of Japan/AIST – Coastal and Urban Geology Research Group [consulta 4 Dezembro 2009]. Disponível em <http://unit.aist.go.jp/igg/rg/cug-rg/ADP/ADP_E/a_about_en.html>

afectando mais de 150 milhões de pessoas; em 2006, a Ásia-Pacífico contabilizou 85% dos 10.000 mortos ao nível global, sendo afectadas 28 milhões de pessoas em 174 desastres naturais distintos (ver *EM-DAT International Disaster Database*). Paralelamente, o ADB (2008) calcula em 39,5 mil milhões USD ao ano os danos económicos directos provocados por desastres naturais na Ásia, estimando ainda em cerca de 40 mil milhões USD ou 1% do PIB de toda a Ásia-Pacífico o montante necessário para implementar uma muito mais eficaz estrutura de gestão de desastres naturais na região, a que se somam mais 15 mil milhões USD anualmente para restaurar as infraestruturas e perdas económicas de países asiáticos atingidos por catástrofes.

Na Ásia Oriental, entre 1990 e 2008, ocorreram 1654 grandes desastres naturais (na sua maioria cheias e tempestades e ciclones, mas incluindo também tremores de terra e tsunamis, epidemias como o SARS/gripe aviária, a cólera ou o H5N1, movimentos de massas secas e molhadas, erupções vulcânicas, incêndios, temperaturas extremas e infestações de insectos), matando perto de 520 mil pessoas (mais de metade das quais em tremores de terra e tsunamis e outras mais de 200 mil em tempestades/ciclones e cheias), afectando mais de 2.500 milhões de pessoas e com os custos económicos a ultrapassarem os 610 mil milhões USD (ver Quadro 24 a seguir). Entre as muitas catástrofes naturais recentes mais devastadoras incluem-se o grande tsunami no Índico/Sudeste Asiático, em Dezembro de 2004, que só na província indonésia do Aceh, ilha de Sumatra, provocou 165.708 mortos, afectou mais de meio milhão de pessoas e causou danos económicos estimados em 4451.6 milhões USD; o tremor de terra na região de Wenchuan ou Sichuan na RPChina, em Maio de 2008, provocando 87.476 mortos, perto de 46 milhões de pessoas afectadas e 85 mil milhões USD de danos económicos; ou o ciclone Nargis, no Myanmar, igualmente, em Maio de 2008 e que matou 138.366 pessoas, afectou directamente mais 2,5 milhões e provocou danos na ordem dos 4.000 milhões USD (*EM-DAT International Disaster Database*).

Quadro 24. Impactos das Catástrofes Naturais na Ásia Oriental, 1990-2008

Catástrofes	Nº de Catástrofes	Nº de Mortos	Total Afectados	Custo Económico (,000 USD)
Secas	50	2814	352983282	20272288
Tremores de Terra e Tsunamis	179	286428	75016002	258622011
Epidemias	106	8493	1122029	-
Temperaturas Extremas	28	2367	77866773	22129100
Cheias	551	38954	1570161802	173555218
Infestação de Insectos	3	0	200	-
Mov. Massas Secas	9	320	7223	2600
Mov. Massas Molhadas	100	5776	790285	1427797
Tempestades e Ciclones	548	173054	442828090	121956747
Erupções Vulcânicas	35	898	1644409	235282
Incêndios	45	457	3150914	11839136
Total	1654	519561	2525571009	610040179

Fonte: Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED) - *Emergency Events Database (EM-DAT)* - *The International Disaster Database* [Em linha]. In EM-DAT International Disaster Database [Consulta 27 Dez. 2009]. Disponível em < <http://www.emdat.be/database> >

Muitos dos problemas que vimos referindo contribuem quer para a “fragilidade” ou o “falhanço” de certos Estados quer para a “insegurança humana”, dimensões que vêm ganhando igualmente relevo na agenda de segurança regional. As realidades entendidas como Estados frágeis ou falhados não são propriamente fenómenos novos nesta macro-região: basta recordar as dificuldades de muitos destes países nos períodos pós-independência. Porém, desde o fim da Guerra Fria *«tem havido uma crescente preocupação com o impacto dos Estados frágeis ou falhados intimamente ligada com as mudanças nos conceitos de governação e segurança... e de acordo com a noção de que os Estados soberanos devem levar a cabo certas funções mínimas para a segurança e bem-estar dos seus cidadãos»* (Pureza *et al.*, 2005: 3). Esta é uma preocupação também crescente na Ásia Oriental.

A questão é que se alguns Estados não têm capacidade para assegurar suficientemente os seus fins, outros estão subordinados a regimes que cerceiam as mais elementares liberdades dos seus cidadãos existindo, por conseguinte, situações bem distintas: Timor-Leste, no primeiro caso e a Coreia do Norte ou o Myanmar, no segundo, constituem exemplos dessa diferença significativa. Depois, há Estados cuja “fragilidade” em certos indicadores (políticos ou sociais, p.ex.) é compensada por uma melhor performance noutros (económicos, por hipótese) – como acontece no caso da RPChina. Por isso, a condição de Estado frágil e falhado não pode ser directamente associada ao autoritarismo político: daí que, no conjunto de 12 indicadores sociais, económicos e políticos, o “Failed States Index” do *The Fund for Peace* coloque melhor posicionadas Singapura, o Brunei ou a RPChina do que as Filipinas ou Timor-Leste (Quadro 25).

Quadro 25. Índice de Estados Falhados e Frágeis na Ásia Oriental

Ranking Global (1-177)	País	Indicadores Sociais				Indicadores Económicos		Indicadores Políticos						Total	Risco
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
13	Myanmar	9,0	8,8	8,9	6,0	9,5	8,2	9,5	9,0	9,0	8,4	8,7	6,5	101,5	Alerta
17	Coreia do Norte	8,5	6,0	7,2	5,0	8,8	9,6	9,8	9,6	9,5	8,3	7,8	8,2	98,3	
20	Timor-Leste	8,4	9,0	7,3	5,7	6,8	8,4	9,4	8,4	7,0	9,0	8,8	9,0	97,2	
44	Laos	8,2	5,9	7,0	6,6	6,0	7,5	8,2	8,0	8,5	7,6	8,3	7,2	89,0	Preocupante
49	Camboja	7,9	5,2	7,0	8,0	7,2	7,5	8,5	7,9	7,4	6,5	7,5	6,7	87,3	
53	Filipinas	7,2	6,3	7,5	7,2	7,6	6,0	8,5	6,1	7,0	7,7	7,9	6,8	85,8	
57	RPChina	9,0	6,8	7,9	6,1	9,2	4,5	8,5	7,2	8,9	6,0	7,2	3,3	84,6	
61	Indonésia	7,3	6,7	6,3	7,2	8,1	6,9	6,7	6,7	6,7	7,3	7,3	6,9	84,1	
71	Rússia	7,0	5,9	7,5	6,2	8,1	4,6	8,0	5,7	8,3	6,9	8,0	4,6	80,8	
79	Tailândia	6,9	6,5	8,0	4,5	7,7	3,8	8,2	5,4	6,9	7,5	8,0	5,8	79,2	
94	Vietname	6,8	5,3	5,5	6,0	6,5	6,7	7,3	6,3	7,2	6,2	7,1	6,0	76,9	
115	Malásia	6,5	5,2	6,2	3,8	6,9	4,7	6,1	5,2	6,5	6,1	6,1	5,6	68,9	
118	Brunei	5,4	4,4	6,6	4,0	7,8	3,4	7,9	3,6	6,8	6,1	7,4	4,7	68,1	
127	Mongólia	5,8	1,2	4,3	2,3	5,8	5,9	6,7	5,5	6,6	5,0	5,7	7,1	61,9	
153	Coreia do Sul	4,0	3,5	4,1	5,0	2,4	2,1	4,1	2,2	2,7	1,4	3,6	6,5	41,6	Moderado
160	Singapura	3,0	1,1	3,1	2,7	3,0	3,2	4,0	1,5	4,3	1,0	4,1	2,8	33,8	
164	Japão	4,2	1,1	3,8	2,0	2,5	3,1	2,0	1,2	3,4	2,0	2,0	3,9	31,2	

Legenda: **Indicadores Sociais:** 1. Pressões Demográficas Significativas; 2. Movimentos Massivos de Refugiados ou Deslocados Internos criando Emergências Humanitárias Complexas; 3. Legado de Vinganças entre Grupos; 4. Alienação Humana Crónica e Continuada. **Indicadores Económicos:** 5. Grandes Disparidades de Desenvolvimento Económico entre Grupos; 6. Subdesenvolvimento Humano e/ou Severa Degradação da Situação Económica. **Indicadores Políticos:** 7. Criminalização e/ou Deslegitimação do Estado; 8. Deterioração dos Serviços Públicos; 9. Suspensão ou Aplicação Arbitrária da Lei e Generalizada Violação dos Direitos Humanos; 10. Aparato de Segurança actuando como “Estado dentro do Estado”; 11. Elites Facciosas; 12. Intervenção de outros Estados ou Actores Políticos Externos.

Fonte: The Fund for Peace, *Failed States Index 2009* [Em linha]. In The Fund for Peace [Consulta 26 Janeiro 2010]. Disponível em < http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=391&Itemid=549>

Já no caso da insegurança humana, em muitos dos seus aspectos, pode estabelecer-se uma maior ligação com o autoritarismo político. É certo que a segurança humana na Ásia Oriental é ameaçada por outros factores como certas interpretações dos “valores Asiáticos” ou o “modelo chinês”, como afirma Diana Magalhães (2008). Mas também é verdade que o facto de muitos Estados e comunidades da região serem governados por regimes cujas prioridades chocam frequentemente com várias dimensões da segurança humana ajuda a explicar os atentados que cometem contra os seus cidadãos e os direitos humanos. E a realidade insofismável é que residem aqui alguns dos regimes mais repressivos e brutais do mundo: os casos mais graves são os totalitarismos da Coreia do Norte e do Myanmar, mas outros há que cerceiam significativamente as liberdades “de temer” e “de querer” das respectivas populações e de algumas comunidades em particular.

Na RPChina, por exemplo, apesar de alguns progressos nos últimos anos e da auto-metamorfose do regime que retratámos anteriormente e por mais legislação, *Livros Brancos* e campanhas que Pequim promova, a realidade factual continua a ser grave em matéria de direitos humanos e liberdades políticas: advogados, activistas de direitos humanos, jornalistas e religiosos continuam a desaparecer, ser detidos e torturados; milhões de cidadãos são impedidos de demonstrar a sua fé e muitos são sumariamente presos quando suspeitos de professar uma “crença subversiva” - como a *Falung Gong*, embora muitos budistas tibetanos, muçulmanos uigures e católicos sejam igualmente perseguidos; outros milhares são anualmente sentenciados aos *laogai* ou à morte e executados - o Código Penal chinês continua a prescrever a pena capital para 65 crimes, incluindo a ambígua ofensa de “subverter a unidade nacional” -, sendo a RPChina o país recordista na aplicação da pena capital²⁰⁰; verdadeiras políticas de “genocídio cultural” e de “Han-ização” e “sinização” continuam a ser praticadas em prejuízo de certas minorias étnicas, em particular nas regiões do Tibete e do Xinjiang; a discussão pública de “assuntos sensíveis” como o papel dirigente do PCC continua a ser proibida; os direitos laborais dos trabalhadores chineses continuam, na prática, a ser mera retórica, estando aqueles sujeitos a todo o tipo de abusos; a severa política de controlo da natalidade e a brutal política de um filho por casal mantêm-se; subsistem as detenções arbitrárias e muitos julgamentos decorrem sem garantias de defesa ou de imparcialidade dos tribunais; os presos chineses continuam a ser torturados ou mesmo mortos e as condições dos estabelecimentos prisionais são um atentado à elementar dignidade humana, sendo ainda dificultado o contacto com os familiares, o

²⁰⁰ Em 2005, foram oficialmente executadas 1770 pessoas na RPChina, o que representou 81% do total mundial conhecido, num número expressivo e que mesmo assim muitas ONG’s consideram ser bastante inferior ao real. Desde esse ano, o Governo de Pequim não divulgou dados oficiais, mas em relação a 2007, ano em que a Assembleia-Geral da ONU votou precisamente a favor da abolição da pena de morte, a RPChina volta a ser apontada como recordista de execuções: um relatório da Amnistia Internacional (2008) dá como confirmadas 470 execuções e calcula que o número real seja bastante superior, citando uma estimativa da Fundação Dui Hua que aponta 6 000 execuções na China só em 2007.

acesso a advogados de defesa ou a monitorização por parte de organizações humanitárias independentes; a liberdade de imprensa permanece uma miragem e a censura e a restrita vigilância dos media, da internet, dos telefones e de outras formas de comunicação continua a ser altamente intrusiva e abusiva – por exemplo, a China tem cerca de 40 000 “policías” só para controlar a internet; as deslocações forçadas de famílias, grupos e comunidades inteiras são uma constante, sob todo o tipo de pretextos; etc, etc...

É, com efeito, o lado mais tenebroso do regime chinês que mantém à força o domínio do PCC sobre o Estado, um repressivo controlo da população e um império de povos cativos. Ciclicamente, a face brutal do regime torna-se mais visível demonstrando que, afinal, as 3ª e 4ª Gerações de dirigentes estão dispostas a recorrer ao mesmo tipo de meios que as 1ª e 2ª Gerações utilizaram: como evidenciam os graves conflitos e incidentes no Xinjiang, em 1997 e em Julho de 2009 (de que resultaram incertas dezenas de mortos em ambas as ocasiões) ou no Tibete, em Março de 2008 (provocando mais de uma centena de mortos) quando as autoridades centrais puseram violentamente cobro às manifestações/levantamentos uigures e tibetanos. Por outro lado, o regime de Pequim continua a apoiar, a fazer negócios e/ou a vender armas a outros regimes notoriamente repressivos como os do Sudão, Myanmar, Coreia do Norte, Zimbabué, Irão ou Síria, minando a protecção internacional dos direitos humanos e as dimensões da segurança humana co-relacionadas na Ásia e no mundo.

Medir a “liberdade de querer” e a “liberdade de temer” é uma tarefa sempre complexa e sensível. Por isso, optámos por incluir aqui vários e distintos indicadores, fontes e tipologias, desde “índices de liberdade económica” da *The Heritage Foundation/Wall Street Journal* e da *Economic Freedom Network* à “escala de terror político” elaborada a partir da média dos relatórios da *Amnistia Internacional* e do *Departamento de Estado dos EUA*, passando pela “escala de liberdades” da *Freedom House*, o nível de “liberdade de imprensa” dos *Repórteres Sem Fronteiras* ou o “índice de paz” da *Vision of Humanity*, bem como dados relativos às deslocações de pessoas induzidas por conflito e pela insegurança que constam no mais recente *Relatório de Desenvolvimento Humano* do PNUD (Quadros 26-30). Apesar das variações consoante a fonte e os critérios, o cruzamento destes elementos confirma que «*State policies in the region seem to corroborate the assumption that democracies promote broader and more effective policies*» na óptica da segurança humana (Diana Magalhães, 2008: 400).

Quadro 26. Liberdade e Segurança Económica na Ásia Oriental

Ranking Global (1-179)	Ranking Regional (1-18)	Economia	Média (1-100)*	Liberdade Negócios	Liberdade Comercial	Liberdade Fiscal	Tamanho Governo	Liberdade Monetária	Liberdade Investimentos	Liberdade Financeira	Direitos de Propriedade	Liberdade de Corrupção	Liberdade Laboral
1	1	Hong Kong	90,0	92,7	95	93,4	93,1	86,2	90	90	90	83	86,3
2	2	Singapura	87,1	98,3	90	91,1	93,8	86,8	80	50	90	93	98,1
19	3	Japão	72,8	85,8	82	67,5	61,1	93,6	60	50	70	75	82,5
21	4	Macau	72,0	60,0	90	79,3	93,3	80,3	70	70	60	57	60,0
35	5	Taiwan	69,5	69,5	85,2	76,2	89,4	82,1	70	50	70	57	45,7
40	6	Coreia Sul	68,1	90,4	70,2	70,4	72,5	80,0	70	60	70	51	46,4
58	7	Malásia	64,6	70,8	78,2	83,0	81,4	79,9	40	40	50	51	71,5
67	8	Tailândia	63,0	71,1	75,6	74,4	90,6	69	30	60	50	33	76,5
69	9	Mongólia	62,8	71,0	81,2	81,3	69,9	76,7	60	60	30	30	67,7
104	10	Filipinas	56,8	49,3	78,6	75,4	90,8	77,2	40	50	30	25	51,4
106	11	Camboja	56,6	42,7	63,4	91,4	94,5	80,0	50	50	30	20	44,5
131	12	Indonésia	53,4	46,7	76,4	77,5	88,0	71,6	30	40	30	23	50,9
132	13	China, RP	53,2	51,6	71,4	70,6	88,9	72,9	30	30	20	35	61,8
145	14	Vietname	51,0	61,7	63,4	74,3	77,3	67	30	30	10	26	70,0
146	15	Rússia	50,8	54,0	60,8	78,9	70,6	65,5	30	40	25	23	60,0
149	15	Timor-Leste	50,5	47,0	73	64,7	84,0	74,1	30	20	20	26	66,0
150	16	Laos	50,4	59,5	66,4	70,6	89,7	75,4	30	20	10	19	63,5
176	17	Myanmar	37,7	20,0	72,2	81,8	98,5	45,3	10	10	5	14	20,0
179	18	Coreia Norte	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10	0	5	5	0,0

Nota: * 80-100=Livre; 70-79.9=Maioritariamente Livre; 60-69.9=Moderadamente Livre; 50-59.9=Maioritariamente Não Livre; 0-49.9=Repressão.

Fonte: The Heritage Foundation/Wall Street Journal, *The 2009 Index of Economic Freedom* [Em linha]. In The Heritage Foundation [consulta 7 Janeiro 2010]. Disponível em <<http://www.heritage.org/Index/>>

Quadro 27. Escala de Liberdades na Ásia Oriental

	Direitos Políticos (1-7)	Liberdades Cívicas (1-7)	Liberdades Combinadas	Estatuto
Myanmar	7	7	7	Não Livre
Coreia Norte	7	7	7	Não Livre
RPC China	7	6	6.5	Não Livre
Laos	7	6	6.5	Não Livre
Vietname	7	5	6	Não Livre
Camboja	6	5	5.5	Não Livre
Brunei	6	5	5.5	Não Livre
Rússia	6	5	5.5	Não Livre
Tailândia	5	4	4.5	Parcialmente Livre
Singapura	5	4	4.5	Parcialmente Livre
Malásia	4	4	4	Parcialmente Livre
Filipinas	4	3	3.5	Parcialmente Livre
Timor-Leste	3	4	3.5	Parcialmente Livre
Indonésia	2	3	2.5	Livre
Mongólia	2	2	2	Livre
Taiwan	2	1	1.5	Livre
Coreia do Sul	1	2	1.5	Livre
Japão	1	2	1.5	Livre

Fonte: The Freedom House (2009), *Freedom in the World 2009. Worst of the Worst – The World's Most Repressive Societies 2009* [Em linha]. In The Freedom House [Consulta 2 Janeiro 2010]. Disponível em <<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=445>>

Quadro 28. Escala de Terror Político na Ásia Oriental

	2008	2005	2000	1995	1990	1985	1980	1980-2008
Coreia do Norte	5	4	5	-	-	-	-	4,27
Myanmar	4,5	4	4,5	4,5	4	3,5	3	4,08
Rússia	4	4	4	4,5				4,08
Filipinas	4	4	4	3,5	4	4	3,5	3,81
Tailândia	3,5	4	2,5	2	2,5	2,5	3	2,89
China, RP	4	4	4,5	3	4	3	3	3,52
Camboja	3	3	2,5	3,5	3,5	3,5	3	3,27
Indonésia	3	3,5	4	4	3,5	4	3,5	3,65
Timor-Leste	2	2	2					2,46
Vietname	3,5	3	2,5	2	3	3	3	2,71
Laos	1,5	3	3	1,5	2,5	3,5	3	2,65
Malásia	2	2,5	2	2,5	2	2,5	2	2,29
Mongólia	3	2,5	1	1,5				1,85
Coreia do Sul	2	1,5	2	2,5	3	3	3	2,42
Singapura	1	2	1,5	1,5	2	1,5	3	1,71
Taiwan	1	1	1	1,5	2	2	3	1,65
Brunei	1	1	1	2	1,5	2		1,4
Japão	1	1	1	1,5	1	1	1	1,12

Legenda: 5 = Terror sem limites e generalizado a toda a população. 4 = Os direitos cívicos e políticos são negados a uma grande parte da população; assassinatos/execuções, desaparecimentos e tortura são comuns; sendo relativamente generalizado, o terror afecta em particular todos os que manifestem ideias políticas. 3 = Existem imensos encarceramentos políticos ou uma história recente de tais situações; execuções ou outros assassinatos políticos e brutalidade podem ser comuns; a detenção arbitrária por razões políticas, com ou sem julgamento, é vulgar. 2 = Limitado número de prisões por actividade política não violenta, sendo afectados poucos indivíduos; a tortura e o assassinato político são raros. 1 = Ambiente seguro de primado da lei; as pessoas não são presas por delito de opinião e a tortura é excepcional; os assassinatos políticos são extremamente raros.

Fonte: M. Gibney, L. Cornett, L. e R. Wood, *Political Terror Scale* - elaborada a partir da média dos relatórios da Amnistia Internacional e do Dep. Estado dos EUA [Em linha]. In PoliticalTerrorScale.org [Consult. 26 Janeiro 2010]. Disponível em <<http://www.politicalterrorscale.org/ptsdata.php>>

Quadro 29. Outros Índices de Liberdade: de Imprensa, Económica e de Paz

	Liberdade de Imprensa 2009, <i>Repórteres Sem Fronteiras</i> a)		Liberdade Económica 2009, <i>Economic Freedom Network</i> b)		Índice de Paz 2009, <i>Vision of Humanity</i> c)	
	Ranking Global (1-175)	Nota (1-100)	Ranking Global (1-141)	Nota (1-10)	Ranking Global (1-144)	Nota
Camboja	117	35,17	-	-	105	2.179
China	168	84,50	82	6.54	74	1.921
Coreia Norte	174	112,50	-	-	131	2.717
Coreia Sul	69	15,67	32	7.45	33	1.627
Filipinas	122	38,25	69	6.83	114	2.327
Hong Kong	48	11,75	1	8.97	-	-
Indonésia	100	28,50	93	6.35	67	1.853
Japão	17	3,25	28	7.46	7	1.272
Laos	169	92,00	-	-	45	1.701
Malásia	131	44,25	66	6.88	26	1.561
Mongólia	91	23,33	63	6.91	89	2.040
Myanmar	171	102,67	140	3.69	126	2.501
Rússia	153	60,88	83	6.50	136	2.750
Singapura	133	45,00	2	8.66	23	1.533
Tailândia	130	44,00	59	7.04	118	2.353
Taiwan	59	15,08	16	7.62	37	1.652
Timor-Leste	72	16,00	-	-	-	-
Vietname	166	81,67	101	6.22	39	1.664

Notas: a) A Liberdade de Imprensa é tanto maior quanto mais alta a posição no Ranking e mais baixo o valor; b) A Liberdade Económica é tanto maior quanto mais elevada for a posição no Ranking e o valor; c) Ranking mais alto e valor mais baixo significam país mais pacífico.

Fontes: Repórteres Sem Fronteiras, *Press Freedom Index 2009* [Em linha]. In Repórteres Sem Fronteiras [Consulta 27 Jan. 2010]. Disponível em < <http://www.rsf.org/en-classement1003-2009.html> >; GWARTNEY, James; LAWSON, Robert; NORTON, Seth - *Economic Freedom Network (2009)-Economic Freedom of the World: 2009 Annual Report*. [Em linha]. In The Fraser Institute [Consulta 27 Jan. 2009]. Disponível em http://www.freetheworld.com/2009/reports/world/EFW2009_BOOK.pdf >; Vision of Humanity, *Global Peace Index 2009* [Em linha]. Vision of Humanity [Consulta 27 Jan. 2010]. Disponível em <<http://www.visionofhumanity.org/gpi/results/rankings.php>>

Quadro 30. Deslocações de Pessoas induzidas por Conflito e pela Insegurança na Ásia Oriental

	Por País de Origem					Internas	Por País de Asilo				
	Internacionais			Pessoas em situações semelhantes às dos refugiados	Stock de candidatos a asilo (casos pendentes)		Internacionais			Pessoas em situações semelhantes às dos refugiados	Stock de candidatos a asilo (casos pendentes)
	Stock de refugiados						Stock de refugiados				
	Total (milhares) 2007	% do stock de emigrantes internacionais 2007	% de refugiados mundiais 2007				Total (milhares) 2007	Total (milhares) 2007	% do stock de imigrantes internacionais 2007		
					Deslocados internos						
	Total (milhares) 2007	% do stock de emigrantes internacionais 2007	% de refugiados mundiais 2007	Total (milhares) 2007	Total (milhares) 2007	Total (milhares) 2008	Total (milhares) 2007	% do stock de imigrantes internacionais 2007	% de refugiados mundiais 2007	Total (milhares) 2007	Total (milhares) 2007
Japão	0.5	0.1	0.0	0.0	0.0	--	1.8	0.1	0.0	0.0	1.5
Singapura	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	--	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Hong Kong	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	--	0.1	0.0	0.0	0.0	1.9
Coreia Sul	1.2	0.1	0.0	0.0	0.4	--	0.1	0.0	0.0	0.0	1.2
Brunei	0.0	0.0	0.0	0.0	--	--	--	--	--	--	--
Malásia	0.6	0.1	0.0	0.0	0.1	--	32.2	1.6	0.2	0.4	6.9
Rússia	92.9	0.8	0.6	0.0	17.6	18-137	1.7	0.0	0.0	0.0	3.1
Tailândia	2.3	0.3	0.0	0.0	0.4	--	125.6	12.8	0.9	0.0	13.5
RPCChina	149.1	2.6	1.0	0.0	15.5	--	301.1	51.0	2.1	0.0	0.1
Filipinas	1.5	0.0	0.0	0.0	0.8	314	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0
Indonésia	20.2	1.1	0.1	0.3	2.4	150-250	0.3	0.2	0.0	0.0	0.2
Mongólia	1.1	14.5	0.0	0.0	2.0	--	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0
Vietname	327.8	16.3	2.3	0.0	1.8	--	2.4	4.3	0.0	0.0	0.0
Laos	10.0	2.8	0.1	0.0	0.2	--	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Camboja	17.7	5.7	0.1	0.0	0.4	--	0.2	0.1	0.0	0.0	0.2
Myanmar	191.3	60.8	1.3	0.1	19.0	503	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Timor-Leste	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	30	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Coreia Norte	0.6	0.1	0.0	0.0	0.2	--	--	--	--	--	--

Fonte: PNUD (2009)- *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009*: Tabela D.

V.3.3. O Significado da Mutação e Expansão da Agenda de Segurança

Tal como no passado, as prioridades e preocupações de segurança na Ásia Oriental variam, actualmente, consoante as percepções e as condições específicas de cada comunidade e de cada sub-região. Apesar desta diversidade e da persistência de ameaças “tradicionais”, os domínios “não-convencionais”, seguindo a tendência global, vêm ganhando muito mais relevância nas agendas nacionais e regional, considerando mesmo alguns observadores que *«the most likely long-term threats to East Asian Security come not from the threat of traditional inter-state conflict, but from a new array of transnational issues»* (Beeson, 2007: 92). Acentuou-se e generalizou-se também na região a noção de estreita inter-ligação quer entre os níveis de segurança “interno” e “externo” quer entre as ameaças “tradicionais” e “n o-convencionais”: *«global challenges are on the increase, and new security threats keep emerging. (...) Issues of existence security and development security, traditional security threats and non-traditional security threats, and domestic security and international security are interwoven and interactive»* (PRChina, 2009-China’s National Defense in 2008: Chap. 1). A agenda de segurança é, portanto, uma realidade dinâmica, afectando a hierarquia das preocupações, as referências de segurança, as fontes de insegurança, os instrumentos de segurança e a abordagem da segurança. O significado destas alterações  , todavia, extraordinariamente ambivalente.

A expansão da agenda de segurança regional permite acomodar múltiplas e diferenciadas preocupações, ameaças e desafios, evidenciando quão multifacetada é a segurança na Ásia Oriental. Esta situação pode, naturalmente, complicar a resolução de tantos e tão variados problemas aos níveis local, nacional e regional. Mas na medida em que muitos dos “novos” riscos e ameaças transnacionais são mais facilmente percebidos como “comuns”, os actores estão mais disponíveis para implementarem acções colectivas e concertadas para os enfrentarem/resolverem/regularem, mesmo não resolvendo certas questões “tradicionais”: por exemplo, mantendo por regular determinadas disputas territoriais e fronteiriças ou sem ultrapassar certas divergências e interesses nacionais conflituais, os principais actores v o cooperando na luta anti-terrorista ou na segurança económica, energética, marítima e/ou ambiental. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, estes novos domínios passaram a ser incluídos nas competições regionais e a ser instrumentalizados nos “jogos de poder”.

Relevando um conjunto de novas dimensões de segurança ou “securitizando” problemas tradicionalmente não percebidos como ameaças   segurança, os actores regionais também privilegiam uma gama mais vasta de instrumentos de segurança. A própria maior abrangência da noção de segurança decorre da ideia que a sobrevivência e a prosperidade são melhor servidos por um conjunto amplo de instrumentos e capacidades, não pelo poder

militar isoladamente cuja utilidade é relativamente limitada e cada vez mais circunscrita. Assim, a prossecução da auto-segurança, da segurança cooperativa e da segurança colectiva combina crescentemente aspectos políticos, militares, económicos, sócio-culturais e diplomáticos. Paradoxalmente, todavia, os principais actores regionais continuam a encarar os meios militares como instrumento decisivo de segurança, comprovado pelo crescimento das despesas e o fortalecimento das capacidades militares na Ásia Oriental. Por conseguinte, um dos dilemas da agenda de segurança regional alargada é o risco de “militarização” de certas dimensões não-convencionais (tendência já visível na luta anti-terrorista, na segurança marítima e no combate à pirataria ou na resposta a desastres naturais) o que, em vez de resolver e melhorar a situação de segurança pode vir a envenenar o ambiente e as interacções regionais.

Numa agenda de segurança alargada, torna-se mais claro que o Estado não é o único promotor nem perturbador da segurança, ganhando maior visibilidade e expressão outros actores - das Organizações Internacionais e Regionais aos grupos terroristas, paramilitares ou criminosos, das ONG's às comunidades intra-estatais. Ainda assim, o Estado continua a ser a primeira e principal referência de segurança na Ásia Oriental, o que decorre do facto de ser a forma mais valorizada de organização e de comunidade política na macro-região. Mesmo a existência de muitos movimentos secessionistas na Ásia Oriental não significa a desvalorização do Estado mas, antes, a insatisfação de certas comunidades em integrarem politicamente uma determinada unidade estatal, tendo por objectivo cada uma delas criar um outro Estado mais coincidente com a respectiva identidade étnica e/ou religiosa e de ter nele o domínio do poder político e do seu destino. Acresce que, como vimos referindo, muitos regimes da região justapõem a sua própria segurança com a segurança do Estado, isto é, articulando a sobrevivência do regime como vital para a subsistência ou fortalecimento estatal, a coesão política e territorial e o bem-estar das populações. Por isso, e paralelamente, o Estado é também a maior fonte de insegurança para muitas comunidades submetidas a esses regimes.

Acompanhando a mutação e o alargamento da agenda de segurança, a inter-ligação entre as duas sub-regiões da Ásia Oriental - Nordeste e o Sudeste Asiáticos – em termos quer de preocupações quer de respostas “comuns” também se intensificou, contribuindo para a maior identificação/consciencialização macro-regional. Paralelamente, as “fronteiras” da Ásia Oriental em matéria de segurança expandiram-se e tornaram-se mais imprecisas, na medida em que os desenvolvimentos e preocupações no sistema internacional e em regiões vizinhas como a Ásia Central e a Ásia do Sul produzem impactos na Ásia Oriental e vice-versa. Consequentemente, os tradicionais sub-agrupamentos geográficos da Ásia estão mais interconectados em matéria de segurança e o nível regional está intimamente ligado ao nível global (Yahuda, 2004: 338-341).

À luz da nova agenda, pode dizer-se que a segurança na Ásia Oriental vem sendo articulada de forma mais abrangente. As preocupações e interesses centrais em matéria de segurança continuam a ser a sobrevivência política e o bem-estar, se bem que encarados agora em termos holísticos e por um prisma mais político-económico do que militar, ou seja, incluindo não só a independência internacional e a integridade territorial mas também outras componentes como a unidade nacional, a estabilidade política, a harmonia social, a ordem pública, a identidade cultural de certas comunidades, a salvaguarda do sistema político existente e o desenvolvimento económico. Similarmente, as ameaças a estes valores são percepcionadas como advindo não apenas de outros Estados mas igualmente de dentro do Estado e de outros actores transnacionais não-estatais, podendo ser de natureza militar, política, sócio-cultural ou económica. O resultado é que para a grande maioria dos povos e governos da Ásia Oriental os níveis interno e internacional são ambos, e simultaneamente, fonte de insegurança. As duas arenas estão interligadas e a interface entre ambas é crucial para entender as percepções e comportamentos de muitos actores: frequentemente, as preocupações internas de segurança afectam o comportamento internacional dos Estados asiáticos.

V.4. Instituições, Multilateralismo e Regionalismo

Reflectindo sobre o impacto das instituições multilaterais na Ásia Oriental, Ikenberry e Mastanduno (2003: 13) afirmam, de forma provocadora, que «*It is not that regional institutions don't promote stability, but that the region doesn't seem to promote international institutions*». A realidade, porém, é que os canais multilaterais e as instituições regionais se têm vindo a multiplicar e a expandir nesta macro-região, sendo esta uma das evoluções mais significativas na “nova ordem”. Esta proliferação do multilateralismo e das instituições regionais é o reflexo e, simultaneamente, é promotora do “regionalismo” na Ásia Oriental.

A cooperação multilateral institucionalizada tem-se desenvolvido, desde logo, no quadro de organizações internacionais como a ONU (de que todos os países da Ásia Oriental são membros, incluindo as duas Coreias, desde 2001 e Timor-Leste desde a independência, em 2002, exceptuando Taiwan “ausente” desde 1971 quando as credenciais da China foram atribuídas à RPC) ou a Organização Mundial do Comércio (OMC) - que entre os seus actuais 153 membros inclui desde a fundação, em 1 de Janeiro de 1995, o Brunei, Hong Kong, a Indonésia, o Japão, a Coreia do Sul, Macau, a Malásia, o Myanmar, as Filipinas, Singapura e a Tailândia e a que juntaram também, entretanto, a Mongólia (1997), a RPChina (2001), Taiwan/*Chinese Taipei* (2002), o Camboja (2004) e o Vietname (2007), sendo ainda observadores na OMC o Laos e a Rússia –, bem como noutros fóruns internacionais como o G-20 (criado em 1999 e que reuniu, pela primeira vez ao nível dos Chefes de Estado e de Governo e não somente os Ministros das Finanças, em Novembro de 2008), onde participam a RPChina, a Coreia do Sul, a Indonésia, o Japão e a Rússia.

Também ao nível pan-regional o multilateralismo e o institucionalismo são realidades em expansão e proliferação. Por exemplo, no âmbito da Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico (UN-ESCAP), principal “braço” das Nações Unidas para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento económico e social na Ásia-Pacífico, estabelecida em 1947, em Xangai-China e com sede em Bangucoque-Tailândia: envolvendo, actualmente, 62 membros, 58 dos quais da Ásia-Pacífico, a ESCAP é a mais vasta das cinco comissões regionais da ONU com uma abrangência geográfica que vai da Turquia à ilha de Kiribati e da Federação Russa à Nova Zelândia. Reforçando os seus instrumentos institucionais, a UN-ESCAP estabeleceu, por exemplo, o *Asian Development Bank* (ADB, 1966) e, entretanto, outros órgãos subsidiários regionais como o *Asian and Pacific Centre for Transfer of Technology* (APCTT, estabelecido em 1977 e com sede em Nova Deli-Índia), o *Centre for Alleviation of Poverty through Secondary Crops' Development in Asia and the Pacific* (CAPSA, localizado em Bogor-Indonésia, antigo *Regional Coordination Centre for Research and Development of Coarse Grains, Pulses, Roots and Tuber Crops in the Humid Tropics of Asia and the Pacific* estabelecido em 1981), o

Statistical Institute for Asia and the Pacific (SIAP, órgão subsidiário da ESCAP desde 1995, substituindo o antigo *Asian Statistical Institute* que havia sido criado em 1970), o *Asian and Pacific Centre for Agricultural Engineering and Machinery* (APCAEM, 2002, com sede em Pequim-RPChina) e o *Asian and Pacific Training Centre for Information and Communication Technology for Development* (APCICT, 2006, baseado em Incheon-Coreia do Sul).

O *Asian Development Bank* (ADB) conta, actualmente, com 67 membros, dos quais 48 são da Ásia-Pacífico - 17 deles da Ásia Oriental (os 10 países ASEAN, Timor-Leste, RPChina, Taiwan/*Chinese Taipei*, ERA Hong Kong, Japão, Coreia do Sul e Mongólia) – e a que se juntam os Estados Unidos, o Canadá e mais 18 parceiros europeus, incluindo Portugal desde 2002. Tal como a UN-ESCAP, o ADB está vocacionado para apoiar a redução da pobreza e o desenvolvimento económico e social na Ásia-Pacífico empenhado-se, nos últimos anos, na implementação dos “Objectivos do Milénio” para o Desenvolvimento. Paralelamente, o ADB vem aprofundando o seu quadro institucional e incentivando a cooperação e a integração regional: a fim de alcançar a sua visão de «*uma região da Ásia e Pacífico livre da pobreza*», o ADB aprovou, em Abril de 2008, a “Estratégia 2020”, plano de longo-prazo que pretende tornar o Banco numa instituição mais efectiva baseada em resultados e redireccionado a sua agenda para três componentes essenciais - crescimento económico “inclusivo”, desenvolvimento ambientalmente sustentável e integração regional (ver ADB, 2008b). No âmbito desta “Estratégia 2020”, o ADB prevê, até 2012, atribuir 80% dos seus financiamentos e empréstimos a cinco áreas operacionais-chave: infraestruturas, incluindo transportes e comunicações, energia, abastecimento de água potável, saneamento e desenvolvimento urbano; ambiente; desenvolvimento do sector financeiro; educação; e, significativamente, cooperação e integração regional. Enquanto *drivers of change* na sua Estratégia 2020, o ADB identifica o desenvolvimento do sector privado, o encorajamento da boa governação, o apoio à igualdade de géneros, a ajuda ao desenvolvimento e ao conhecimento e a expansão das parcerias com outras instituições privadas e organizações internacionais vocacionadas para o desenvolvimento e a cooperação regional (ibid.).

Outra estrutura é o *Pacific Economic Cooperation Council* (PECC), que tem a particularidade de se basear em representações tripartidas compostas por dirigentes governamentais, empresários e membros do mundo académico e outros sectores intelectuais. O PECC foi estabelecido, em 1980, a partir do então chamado “Pacific Community Seminar”, em Camberra-Austrália, inicialmente com representantes de 11 países, por iniciativa dos Primeiros-Ministros do Japão e da Austrália, Masayoshi Ohira e Malcom Fraser, respectivamente. Tendo por objectivos «*to serve as a regional forum for cooperation and policy coordination to promote economic development in the Asia-Pacific region*» (ver PECC), o PECC conta agora com 26 participantes: 23 países membros (incluindo, da Ásia Oriental, o Brunei, a RPChina, a Coreia do Sul, Hong Kong, a Indonésia, o Japão, a Malásia,

a Mongólia, Filipinas, Singapura, Taiwan/Chinese Taipei, Tailândia e Vietname), um associado (França) e mais dois institucionais - a *Pacific Trade and Development Conference (PAFTAD)* e o *Pacific Basin Economic Council (PBEC)*.

Quadro mais recente é o *Asia Cooperation Dialogue (ACD)*. Inaugurado, em 2002, em Cha-Am, Tailândia, com a presença de 18 MNEs Asiáticos fundadores e actualmente integrando 30 países - entre eles, o Brunei, a RPChina, o Camboja, a Indonésia, o Japão, o Laos, a Malásia, o Myanmar, as Filipinas, Singapura e o Vietname desde a fundação e ainda a Mongólia (2004) e a Rússia (2005) -, o ACD tem como valores «*positive thinking; informality; voluntarism; non-institutionalization; openness; respect for diversity; the comfort level of member countries; and the evolving nature of the ACD process*» e por objectivos centrais «*incorporating every Asian country and building an Asian Community*» (ACD-About). O ACD tem desenvolvido três dimensões: o diálogo regional, designadamente, através de reuniões Ministeriais anuais; o incremento de projectos regionais – muitos países propuseram-se ser os *movers* de 19 áreas de cooperação, da energia ao turismo, erradicação da pobreza ou investigação e tecnologia; e a dimensão da “community building”- desde 2004 que se vêm realizando simpósios no quadro de uma *ACD Think Tank Network*, agrupando instituições académicas e *think tanks* dos EMs, promovendo a “comunidade ACD” pela consciencialização de problemas e soluções comuns e apoiando os esforços Governamentais no desenvolvimento dos projectos (ibid.).

O multilateralismo e o institucionalismo têm vindo a proliferar, igualmente, ao nível inter-regional. Alguns dos quadros inter-regionais criados entretanto e que cumulativamente envolvem e ligam a Ásia Oriental a outras regiões do globo são a *Asia-Europe Meeting (ASEM)*, reunindo bi-anualmente desde 1996; o *Asia-Middle East Dialogue (AMED)*, desde 2005; o *Forum for East Asia-Latin America Cooperation (FEALAC)*, desde 1999; a *Asian-African Sub-Regional Organisations Conference (AASROC)*, desde 2003 e a *New Asian-African Strategic Partnership (NAASP)*, desde o 50º Aniversário da Conferência de Bandung, em 2005. Paralelamente, os países da Ásia Oriental estão também a expandir os seus laços bilaterais e multilaterais com outras organizações intergovernamentais como a União Europeia, a OCDE, o FMI, a Organização de Cooperação de Shangai (SCO), a *Economic Cooperation Organization (ECO)*, a *EurAsian Economic Community (EurAsEC)*, o *Gulf Cooperation Council (GCC)*, o *Rio Group*, o *Mercosur*, a *Asian Clearing Union (ACU)*, a *South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC)* e a nova *South Asian Economic Union (SAEU)*, o *Pacific Islands Forum (PIF)* ou a *Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation (IORARC)*, entre outros.

Ao nível pan-regional e inter-regional, destaca-se a *Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC)*, «*the premier forum for facilitating economic growth, cooperation, trade and investment in the Asia-Pacific region. APEC is the only inter governmental grouping in the*

world operating on the basis of non-binding commitments, open dialogue and equal respect for the views of all participants» (APEC–About-Mission Statement). A APEC teve início em 1989 com um diálogo informal entre 12 países ribeirinhos do Oceano Pacífico de três Continentes distintos - Ásia, Oceania e América -, tornando-se numa instituição formal a partir de 1993 quando ocorreu a primeira *APEC Economic Leader's Meeting* e se estabeleceu um Secretariado APEC. A APEC alargou-se, entretanto, até aos actuais 21 membros, salientando-se as adesões simultâneas da RPChina, de Hong Kong e de Taiwan (com a designação de *Chinese Taipei*), em 1991 e da Rússia e do Vietname, últimos aderentes até ao momento, em 1998²⁰¹ - outros países APEC da Ásia Oriental são o Brunei, a Coreia do Sul, a Indonésia, o Japão, a Malásia, as Filipinas, Singapura e a Tailândia, todos desde 1989. No seu conjunto, as 21 Economias Membros da APEC representam cerca de 43% da população mundial, 55% do PIB mundial e 50% do comércio global.

O pressuposto da APEC é «*Increasing Asia-Pacific prosperity, stability and security through partnership and cooperation*», enquanto o seu grande objectivo é «*further enhance economic growth and prosperity for the region and to strengthen the Asia-Pacific community*» (ibid.), pelo que tem concentrado esforços no sentido de alcançar os chamados “Bogor Goals”, acordados em 1994, visando investimento e comércio livre até 2010 para as economias desenvolvidas e até 2020 para as economias em desenvolvimento. Assim, a APEC vem incrementando um quadro operacional em torno de três áreas cooperativas também conhecidas como os “Três Pilares APEC”, ou seja, Liberalização do Investimento e do Comércio, Facilitação dos Negócios e Cooperação Económica e Técnica, com a ambição de concretizar uma *Free Trade Area of the Asia-Pacific* (FTAAP).

A cooperação intergovernamental regional passou, entretanto, a ser direccionada para “novos” domínios e mais específicos, como o desenvolvimento sustentável e o ambiente. Um desses quadros multilaterais é a *Mekong River Commission* (MRC), formada em 1995 na sequência da assinatura do “Agreement on the Cooperation for the Sustainable Development of the Mekong River Basin” entre os Governos do Camboja, Laos, Tailândia e Vietname, prevendo a protecção e gestão conjunta da área deltaica e dos recursos e o desenvolvimento comum do potencial económico do rio Mekong. Um ano depois, a RPChina e o Myanmar tornaram-se “Parceiros de Diálogo” da *Mekong River Commission* e, em Abril de 2010, teve lugar a Primeira Cimeira e Conferência Internacional MRC, em Hua Hin – Tailândia.

Outro quadro é a *Asian-Pacific Partnership on Clean Development and Climate* (APP), criada para promover e acelerar, numa base voluntária e em complementaridade com outras iniciativas internacionais, a protecção ambiental e o desenvolvimento de tecnologias

²⁰¹ Apesar de não acolher novos membros desde 1998, a adesão na APEC é virtualmente a ambição de uma dúzia de países incluindo a Índia, o Paquistão, a Mongólia, o Laos ou Guam (este, citando o caso de Hong Kong).

“limpas”. Lançada em Janeiro de 2006, a APP associa sete países - Austrália, Canadá, RPChina, Índia, Japão, Coreia do Sul e EUA – que, conjuntamente, representam cerca metade da economia, da população e do uso de energia mundiais e 65% do carvão, 48% do aço, 37% do alumínio e 61% do cimento produzidos globalmente.

Exemplo paradigmático de multilateralismo, institucionalismo e regionalismo nesta macro-região é a *Association of SouthEast Asian Nations (ASEAN)* estabelecida, em 1967, nas condições retratadas atrás no Cap. IV.1.3. e que, nas duas últimas décadas, progrediu significativamente em termos quer de alargamento quer de aprofundamento. Depois de aos cinco países fundadores (Indonésia, Malásia, Singapura, Filipinas e Tailândia) já se ter juntado o Brunei logo que se tornou independente, em 1984, a ASEAN alargou-se ao Vietname (1995), ao Laos e ao Myanmar (1997) e ao Camboja (1999) englobando, portanto, praticamente todos os países do Sudeste Asiático – a única excepção é Timor-Leste que, em 2006, assinou um Acordo visando precisamente a adesão na ASEAN no prazo de cinco anos, ou seja, em 2011. Paralelamente, a Associação vem institucionalizando políticas, mecanismos e quadros funcionais em virtualmente todas as áreas, promovendo a integração regional e a *community building*: como exemplificam a *ASEAN Free Trade Area (AFTA)*, operacional para a maior parte dos EMs desde 2003 e estando previsto alargar-se aos restantes (Vietname, Laos, Camboja e Myanmar) até 2012; o lançamento, em 2003, da “Comunidade ASEAN” com os três pilares de Segurança, Economia e Sócio-Cultural, prevista para constituir até 2015; ou a entrada em vigor da *ASEAN Charter*, em Dezembro de 2008 - detalharemos mais adiante estes desenvolvimentos, quando abordarmos a ASEAN no quadro dos “principais actores” (Cap. VI.4.).

Para além da cooperação intra-ASEAN e do desenvolvimento do seu “Sistema de Diálogo” com um número crescente de parceiros, a ASEAN está na origem e no centro de outros quadros regionais como o *ASEAN Regional Forum (ARF)*, o *ASEAN + 3* ou a *East Asia Summit (EAS)*.

O processo ASEAN+3 (RPChina, Japão e Coreia do Sul), largamente motivado pelos problemas decorrentes da crise económico-financeira no Sudeste Asiático de 1997-1998, teve início, precisamente, em 1997 e institucionalizou-se, em 1999, quando os respectivos Líderes assinaram a Declaração Conjunta sobre a Cooperação na Ásia Oriental durante a terceira Cimeira ASEAN+3, em Manila. Desde então, vários documentos e instrumentos chave foram adoptados, expandindo o cooperativismo entre os países e as duas sub-regiões da Ásia Oriental, Sudeste e Nordeste Asiáticos, em cerca de 20 áreas, cobrindo política e segurança, criminalidade transnacional, economia e finanças, agricultura e florestas, energia,minerais, turismo, saúde, trabalho, cultura e arte, ambiente, ciência e tecnologia, informação e comunicação, desenvolvimento rural, erradicação da pobreza ou prevenção e gestão de catástrofes, estando igualmente a ser projectada a criação a prazo

de uma *East Asian Free Trade Area* (EAFTA). Presentemente, a cooperação ASEAN+3 é coordenada por quase 60 mecanismos, anualmente, incluindo 1 Cimeira, 14 reuniões ao nível ministerial, 19 entre “Senior Officials”, 2 ao nível de Directores-Gerais e cerca de outras 20 ao nível técnico.

Um dos produtos da cooperação ASEAN+3 e revelador do regionalismo em curso na Ásia Oriental é a *Chiang Mai Initiative* (CMI), quadro que visa fortalecer a capacidade da região perante os riscos e desafios da economia global, em particular, os movimentos especulativos e flutuações financeiras e cambiais, como que corporizando os ideais de “Fundo Monetário Asiático” e “União Monetária Asiática”. Lançada pelos Ministros das Finanças ASEAN+3, em 2000, na 33ª Reunião do Board of Governors do *Asian Development Bank* (ADB), em Chiang Mai -Tailândia, a CMI começou pelo estabelecimento de acordos bilaterais e multilateralizou-se depois: em 24 de Março de 2010, entrou em vigor o *Acordo Chiang Mai Initiative Multilateralization* (CMIM), assinado pelos Ministros das Finanças e os Governadores dos Bancos Centrais dos países ASEAN+3 mais a Autoridade Monetária de Hong Kong em Maio do ano anterior.

Entretanto, coincidindo com a institucionalização do processo ASEAN+3, em 1999, foram instituídos encontros paralelos China-Japão-Coreia do Sul para a articulação de posições e fomento da cooperação mútua. Estes encontros evoluíram depois para “Cimeiras Trilaterais” independentes de outros mecanismos e ao nível de Chefes de Estado e de Governo: a primeira teve lugar em Fukuoka-Japão, em Dezembro de 2008 e a segunda em Pequim-RPChina, em Outubro de 2009, delas resultando, por exemplo, o lançamento de uma “Parceria Tripartida”, um Plano de Acção para a Promoção da Cooperação Trilateral e o estabelecimento de parcerias específicas sobre gestão de desastres, economia e finanças e desenvolvimento sustentável.

A *East Asia Summit* (EAS) reúne, desde 2005, numa base mais ou menos anual, os líderes de dezasseis países da Ásia Oriental e regiões vizinhas: os treze ASEAN + 3 mais a Índia, a Austrália e a Nova Zelândia. Além do significado destes encontros de alto nível e das declarações políticas sobre uma grande variedade de temas, da economia aos conflitos regionais ou à redução da pobreza, os participantes na EAS assinaram já alguns documentos no sentido de intensificarem a cooperação mútua em áreas como economia e comércio, segurança energética e protecção ambiental. Também concordaram implementar e apoiar a *EAS Energy Cooperation Task Force*, lançar a *Comprehensive Economic Partnership in East Asia* (CEPEA) e estabelecer o *Economic Research Institute of ASEAN and East Asia* (ERIA).

A par das organizações e mecanismos intergovernamentais, complementando-os, têm-se expandido os chamados “Track 1.5” e “Track 2”. Do primeiro constituem exemplos fora inter-

parlamentares como a *ASEAN Inter-Parliamentary Assembly (AIPA)*, assim designada desde 2007 a antiga *ASEAN Inter-Parliamentary Organization (AIPO)*, criada em meados dos anos 1970 e que associa parlamentares dos países ASEAN e dos seus Parceiros de Diálogo; o *Asia Pacific Parliamentary Forum (APPF)* criado, em 1991, por iniciativa do PM japonês Yasuhiro Nakasone e que reúne, actualmente, parlamentares de 27 países da Ásia-Pacífico - incluindo a Austrália, o Camboja, a RPChina, a Coreia do Sul, os EUA, a Indonésia, o Japão, o Laos, a Malásia, a Mongólia, as Filipinas, a Rússia, Singapura, a Tailândia e o Vietname -, a fim de fomentar a cooperação e a integração regional pela partilha e incremento de áreas de interesse comuns como política e segurança, direitos humanos, economia, ambiente e educação e cultura; ou a *Asian Parliamentary Assembly (APA)*, resultante da *Association of Asian Parliaments for Peace (AAPP, 1999)*, em Novembro de 2006, associando presentemente parlamentares de 41 Estados membros, incluindo o Camboja, a RPChina, a Coreia do Norte, a Coreia do Sul, a Índia, a Indonésia, o Irão, o Laos, a Malásia, a Mongólia, as Filipinas, a Rússia, Singapura, a Tailândia e o Vietname, bem como dos “observadores APA” Japão e Timor-Leste.

Processo distinto e em grande proliferação nos últimos anos é o “Track 2”, isto é, não-governamental e informal, juntando representações empresariais e académicas, *think tanks* e outros comités de vários países da Ásia Oriental e de outras regiões da Ásia-Pacífico, em particular, incidindo nas áreas da economia, comércio e investimento, como o *Pacific Basin Economic Council (PBEC)*, o *Council for Asia-Europe Cooperation (CAEC)*, a *ASEAN-ISIS Network*, a *Pacific Trade and Development Conference (PAFTAD)*, o *Boao Forum For Asia (BFA)*, o *East Asian Bureau of Economic Research (EABER)* e os *East Asia Study Group (EASG)* e *East Asia Forum (EAF)*, ambos no quadro ASEAN+3 ou o *Trilateral Coordination and Oversight Group (TCOG)*, criado para estreitar as relações entre as sociedades dos EUA, do Japão e da Coreia do Sul. O *Track 2* complementa os esforços oficiais no sentido do regionalismo e da cooperação multilateral facilitando e contribuindo, através dos canais não-governamentais, para a *confidence building*, a segurança e a prosperidade na região através de diálogo, consultas, programas cooperativos e maior conhecimento mútuo entre as sociedades (ver, p.ex., Job, 2003; Cossa e Tanaka, 2007; Dent, 2008; e Acharya, 2009).

V.4.1. No domínio da Segurança

Embora de forma menos intensa e menos institucionalizada do que na área da economia, os países da Ásia Oriental têm vindo a aumentar a sua participação na segurança colectiva e, mais do que isso, a expandir a cooperação multilateral e regional nos domínios da segurança.

O maior activismo e empenho na segurança colectiva pode ser comprovado pela adesão dos Estados da região a um crescente número de regimes, tratados e convenções multilaterais relacionados com a segurança internacional, cobrindo desde a luta anti-terrorista à não-proliferação de ADM, passando pelo combate à pirataria, desarmamento e desminagem, segurança energética, direitos humanos e segurança humana; pelos múltiplos “contactos” cooperativos destes países com outras organizações ou, em alguns casos, mesmo participação, como a Organização de Cooperação de Xangai (SCO), a Organização do Tratado de Segurança Colectiva (OTSC), a OSCE, a UE ou a NATO; e, muito concretamente, pelo seu envolvimento nas operações de paz da ONU: de facto, tanto a RPCChina como o Japão e os países do Sudeste Asiático, que há pouco mais de duas décadas não contribuíam com qualquer efectivo, passaram a fornecer “capacetes azuis” notando-se, nos últimos anos, um aumento de militares, polícias e observadores seus nas missões dirigidas pelo Departamento de *Peacekeeping* das Nações Unidas (Quadro 31) – seguindo a tendência mundial mas em sentido inverso ao dos EUA e de muitos países europeus.

Quadro 31. Participação dos Países da Ásia Oriental em Operações de Paz da ONU, 2001-2010

	2010, Janeiro		2001, Janeiro	
	Ranking	Nº	Ranking	Nº
RPCChina	14	2,131	42	103
Indonésia	17	1,665	51	49
Malásia	22	1,098	35	216
Filipinas	23	1,062	18	786
Mongólia	32	523	-	-
Coreia do Sul	34	509	29	472
Rússia	41	367	32	292
Cambodja	65	95	-	-
Tailândia	81	47	19	765
Japão	84	39	58	31
Singapura	91	23	47	70
Brunei	101	7	-	-
TOTAL ÁSIA ORIENTAL	12 Países contribuintes	7,566	9 Países contribuintes	2,784
OUTROS ACTORES				
Índia	3	8,759	4	2,500
Estados Unidos	70	80	14	888
TOTAL MUNDIAL	115 Países contribuintes	99,943	90 Países contribuintes	39,061

Fonte: United Nations Peacekeeping – *Troop and Police Contributors* [Em linha]. New York: United Nations [Consulta 15 Mar. 2010]. Disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/>>

Paralelamente, os países da Ásia Oriental têm-se associado a outros esforços e iniciativas em prol da segurança colectiva internacional. É o caso, por exemplo, da *Global Initiative To*

Combat Nuclear Terrorism (GI), lançada conjuntamente pelos Presidentes Bush e Putin, em Julho de 2006 e onde participam, actualmente, 75 países incluindo, além dos EUA e da Rússia, a Austrália, a RPChina, o Camboja, a Índia, o Japão e a Coreia do Sul. Outro exemplo é a participação da RPChina, da Índia, do Japão, da Malásia, de Singapura e da Rússia na autêntica “armada internacional” ao lado dos EUA, da NATO e da UE no combate à pirataria marítima no Golfo de Aden/Costa da Somália.

Entretanto, vários Estados da região vêm também tomando parte em algumas das coligações “flutuantes” ou “de vontade” lideradas pelos EUA, por exemplo:

- na *estabilização do Afeganistão*, no quadro da coligação internacional liderada pelos EUA ou no âmbito da *International Security Assistance Force* (ISAF) liderada pela NATO desde 2003 e onde participaram ou participam militarmente mais de 40 países, incluindo a Austrália, a Coreia do Sul e Singapura. Por seu lado, o Japão estabeleceu com a NATO, desde 2007, acordos para a cooperação mútua na reconstrução do Afeganistão, comprometendo-se a disponibilizar auxílio financeiro para projectos humanitários em apoio às chamadas *Provincial Reconstruction Teams* (PRTs), enquanto a Rússia acedeu, na Primavera de 2009, deixar as aeronaves americanas com destino/origem no Afeganistão cruzar o seu espaço aéreo e sem cobrar taxas;

- na *estabilização do Iraque*, no âmbito da coligação internacional liderada pelos EUA ou da Missão das Nações Unidas (UNAMI) e onde contribuíram ou contribuem com forças militares também mais de 40 países, incluindo a Austrália, o Japão, a Coreia do Sul, a Mongólia, as Filipinas, a Tailândia e Singapura;

- na *Proliferation Security Initiative* (PSI), iniciativa lançada pelo Presidente Bush, em Maio de 2003, a fim de inspeccionar e conter o tráfico marítimo de ADM e materiais relacionados e onde, entre os cerca de 100 países participantes actualmente, se incluem a Austrália, Singapura, o Brunei, o Camboja, o Japão, a Mongólia, as Filipinas e a Rússia;

- ou na *Container Security Initiative* (CSI), lançada em 2002 pelo *Bureau of Customs and Border Protection*, agência do Departamento de *Homeland Security* dos Estados Unidos, com o propósito de aumentar a segurança e a vigilância dos contentores embarcados e que entre os cerca de 60 portos aderentes de 35 países se incluem portos de Singapura, Japão, Coreia do Sul, Malásia, Tailândia, Taiwan, Hong Kong e RPChina.

Mais significativa é a proliferação e expansão, na Ásia Oriental, do multilateralismo, do institucionalismo e do regionalismo no domínio de segurança.

Uma vez mais, destaca-se a ASEAN por iniciativas como o Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) no Sudeste Asiático; as *Concord Declarations*; a *ASEAN Declaration on the South China Sea*; a *Zone of Peace, Freedom and Neutrality* (ZOPFAN); o *SouthEast Asian Nuclear-Weapon-Free Zone Treaty* (SEANWFZ); ou a projecção da “Comunidade ASEAN de Segurança” (ver adiante Cap. VI.4). Por outro lado, enfatizando as dimensões

económica, ambiental, social e humana da segurança, a ASEAN vem desenvolvendo um vasto leque de actividades cooperativas intra-ASEAN e com os seus “parceiros de diálogo” na gestão de, fundamentalmente, desafios e ameaças transnacionais, do terrorismo às catástrofes naturais, da pirataria à criminalidade transnacional.

Precisamente sob impulso da ASEAN surgiu o primeiro quadro intergovernamental pan-regional especificamente vocacionado para a segurança, o *ASEAN Regional Forum* (ARF). Estabelecido, em Julho de 1993, por ocasião da 26ª ASEAN Ministerial Meeting e Post Ministerial Conference, em Singapura, e reunindo pela primeira vez, em Banguetcoque, em Julho de 1994, o ARF tem por objectivos «1. *to foster constructive dialogue and consultation on political and security issues of common interest and concern; and 2. to make significant contributions to efforts towards confidence-building and preventive diplomacy in the Asia-Pacific region*» (ARF webpage - First ARF Chairman's Statement) e congrega, actualmente, 27 participantes: Austrália, Bangladesh, Brunei, Camboja, Canadá, China, EUA, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Laos, Malásia, Myanmar, Mongólia, Nova Zelândia, Paquistão, Papua-Nova Guiné, Rússia, Singapura, Tailândia, Timor-Leste, União Europeia e Vietname.

Desde 2002, o ARF passou a promover encontros separados entre representantes dos Ministérios Defesa e das academias/instituições militares dos EMs a fim de aumentar o nível de confiança entre os participantes. Visando estruturar o trabalho do ARF e desenvolver a “memória institucional” foi criada, em Junho de 2004, a *ARF Unit* para apoiar a Presidência na interacção com outras organizações regionais e internacionais e com outros organismos do “Track 2” e ainda funcionar como depositária dos documentos ARF, gerir os dados e o acervo e fornecer apoio administrativo. Além disso, os objectivos e a coerência do ARF são agora melhor apoiados pelo mecanismo “Friends of the ARF Chair” (FoC), constituído pela troika dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países imediatamente anteriores e posteriores na Presidência rotativa do ARF e ainda de um outro país não-ASEAN.

«*Despite the great diversity of its membership*», declararam os Ministros ARF reunidos em Phnom Penh, em Junho de 2003, por ocasião da celebração do décimo aniversário do ARF, «*the Forum had attained a record of achievements that have contributed to the maintenance of peace, security and cooperation in the region*», citando como exemplos: «*the usefulness of the ARF as a venue for multilateral and bilateral dialogue and consultations, and the establishment of effective principles for dialogue and cooperation, featuring decision-making by consensus, non-interference, incremental progress and moving at a pace which is comfortable to all; the willingness among ARF participants to discuss a wide range of security issues in a multilateral setting; the mutual confidence gradually built by cooperative activities; the promotion of dialogue and consultation on political and security issues; the transparency promoted by such ARF measures as the exchange of information relating to*

defense policy and the publication of defense white papers; and the networking developed among national security, defense and military officials of ARF participants» (ibid. – About Us - Achievements).

Desde o seu lançamento, o ARF tem assumido uma abordagem gradual procurando avançar em três grandes fases: medidas de *confidence-building*, diplomacia preventiva e resolução de conflitos. Presentemente, o ARF está a incrementar a segunda fase, ou seja, o desenvolvimento da diplomacia preventiva, estendendo-se das “ameaças tradicionais” para os riscos “não-convencionais”, incluindo o contra-terrorismo, a não-proliferação de ADM, o combate ao tráfico de armamentos, a segurança marítima, a resposta a catástrofes naturais, a segurança energética e a ciber-segurança.

Outro fórum intergovernamental sobre segurança é a *Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia* (CICA), lançada em 1992 pelo Presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev - a primeira Cimeira CICA só se realizaria, porém, em 2002, e a segunda em 2006. Actualmente, a CICA inclui 20 Estados membros (Afeganistão, Azerbaijão, Cazaquistão, RPChina, Coreia do Sul, Egipto, Emiratos Árabes Unidos, Índia, Irão, Israel, Jordânia, Mongólia, Palestina, Paquistão, Rússia, Tailândia, Tajiquistão e Turquia, e Uzbequistão) e 10 observadores - Indonésia, Japão, Malásia, Qatar, Vietname, Ucrânia, EUA, ONU, OSCE e Liga dos Estados Árabes.

O diálogo e a cooperação em matéria de segurança são, igualmente, componentes cada vez mais relevantes nos quadros *ASEAN+3*, *EAS* e mesmo *APEC*, designadamente, nos domínios “não convencionais”. Os treze países *ASEAN+3* (China, Japão e Coreia do Sul) adoptaram, em 2004, um *Concept Plan* e um *Action Plan* para fazer face a crimes transnacionais em oito áreas: terrorismo, narcotráfico, tráfico de seres humanos, pirataria marítima, transação ilegal de armas, lavagem de dinheiro, crime económico internacional e *cyber crime*. Por seu lado, o processo *East Asia Summit* (EAS) tem integrado na sua agenda, fundamentalmente, a segurança energética e a segurança ambiental, evidenciado pela *Cebu Declaration on East Asian Energy Security*, de Janeiro de 2007 ou a *Singapore Declaration on Climate Change, Energy and the Environment*, em Novembro do mesmo ano. No caso da APEC, os países asiáticos foram sempre resistindo às cíclicas propostas Americanas tentando expandir a cooperação para lá do domínio económico - como a do Presidente George W. Bush, em Setembro de 2007, durante a Cimeira da APEC em Sydney, quando apelou à criação de uma *Asia Pacific Democracy Partnership* a fim de fortalecer a rede de parceiras na promoção da democracia, da prosperidade, da liberdade e da luta anti-terrorista. Ainda assim, pressionada pelos desenvolvimentos e preocupações regionais e reconhecendo a inter-ligação entre desenvolvimento e segurança, a APEC vem alargando a sua agenda para incluir questões eminentemente políticas e de segurança, como a luta anti-terrorista (*Shanghai Statement on Counter-Terrorism*, no final de 2001,

Statement on Fighting Terrorism and Promoting Growth, em 2002 ou criação da *APEC Counter-Terrorism Task Force*, em 2003); a segurança humana (*APEC Health Working Group*, *APEC Food System*, *Gender Focal Point Network*); a resposta a situações de emergência (*Task Force for Emergency Preparedness*); a segurança energética e ambiental (*Sydney Declaration*, em 2007); e a segurança económica e financeira (destacando-se as *Lima* e *Singapore Statements*, em 2008 e 2009, respectivamente) (ver APEC webpage).

Entretanto, foram sendo criadas outras estruturas intergovernamentais dirigidas para a gestão de problemas “tradicionais” mais concretos, em particular, o programa nuclear e míssil da Coreia do Norte. Na sequência do *Agreement Framework* assinado entre os EUA e a Coreia do Norte, em Outubro de 1994, foi estabelecida a *Korean Energy Development Organization* (KEDO), em Março de 1995, a fim de apoiar a implementação daquele Acordo, designadamente, pelo fornecimento energético à Coreia do Norte e a construção de dois *light-water reactors* (LWR Project) no território norte-coreano como contrapartida do congelamento e desmantelamento do programa nuclear por parte de Pyongyang. Aos fundadores e *Executive Board Members* EUA, Japão e Coreia do Sul foram-se associando à KEDO outros países – Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Indonésia, Argentina, Chile, UE, Polónia, República Checa e Uzbequistão –, num total de 13 membros. Em virtude do comportamento de Pyongyang, não cumprindo o estabelecido no *Agreement Framework* e persistindo no desenvolvimento do seu programa nuclear, o Executive Board da KEDO decidiu, em Maio de 2006, cancelar o LWR Project, embora a organização continue formalmente a existir.

A realidade é que a gestão do dossiê norte-coreano passou, essencialmente, para o quadro das chamadas “Conversações a Seis” (6PT) que, desde 2003, juntam os EUA, a RPChina, a Coreia do Sul, o Japão, a Rússia e a Coreia do Norte a fim de encontrar uma solução diplomática e pacífica para o programa militar nuclear e de mísseis norte-coreano e que foram precedidas pelas ainda mais informais “Conversações a 4” (envolvendo as duas Coreias, os EUA e a RPChina) de 1997-1999. Depois de anos de crise e tensão, as “Conversações a 6” pareciam ter produzido resultados quando, finalmente, os dois Acordos estabelecidos no início de 2007 levaram Pyongyang a virtualmente suspender o seu programa nuclear e aceitar a inspecção da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) e da ONU, dando lugar a expectativas não só de resolução definitiva da questão mas também de que as 6PT pudessem evoluir e converter-se numa verdadeira organização de segurança multilateral no Nordeste Asiático. Contudo, como vimos anteriormente (Cap. V.3.2), um novo volte-face no início de 2009 despoletou uma nova crise, tendo mesmo a Coreia do Norte feito, entretanto, um segundo teste atómico e mais lançamentos de mísseis balísticos, pelo que as “Conversações a 6” continuam a ter como principal objectivo a

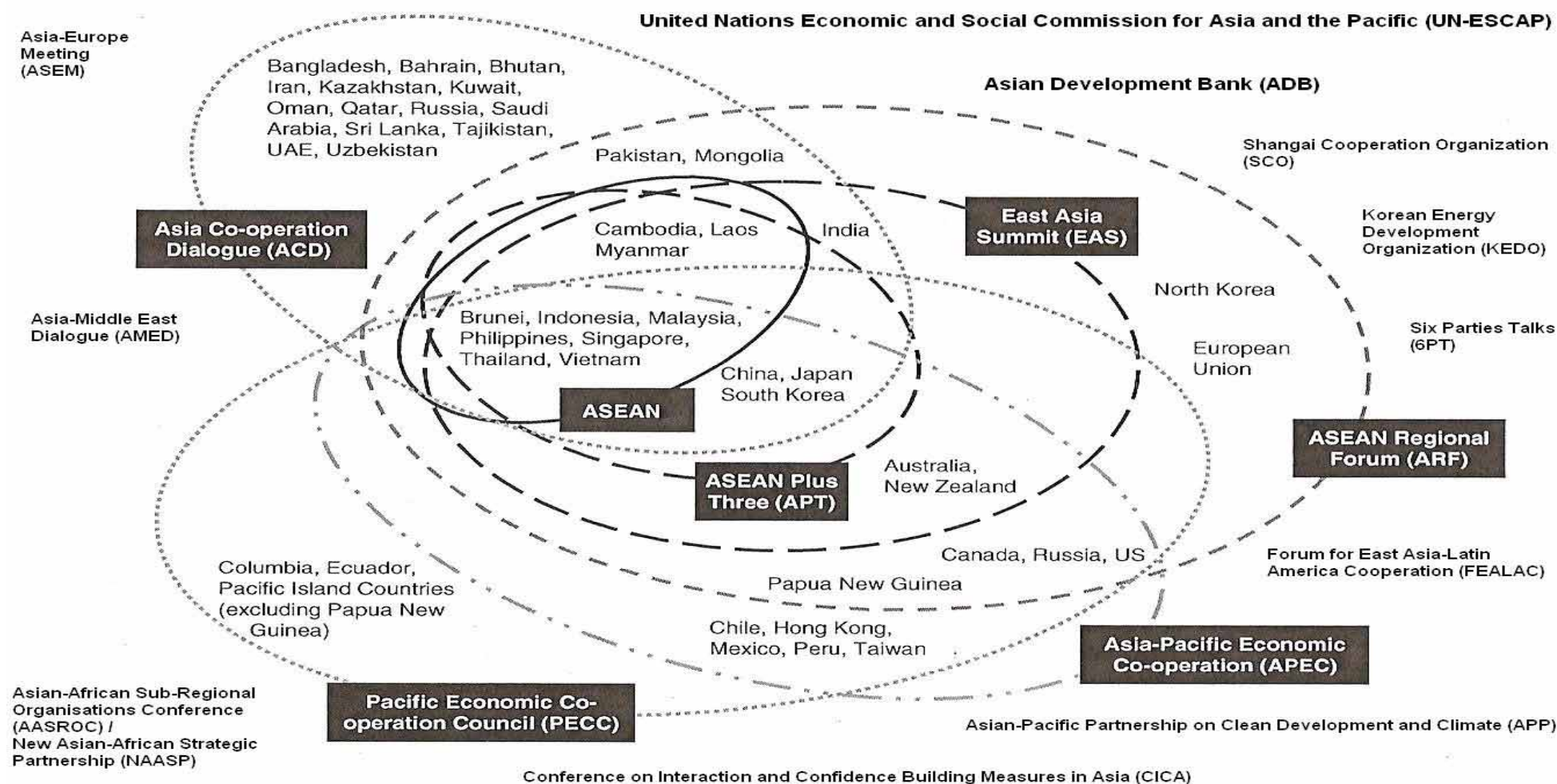
suspensão e o completo desmantelamento e verificação internacional do programa nuclear norte-coreano.

Outro dos aspectos mais salientes nos últimos anos em matéria de diálogo e cooperação regional sobre segurança é a emergência do trilateralismo. São disso exemplo os encontros/cimeiras trilaterais RPChina-Japão-Coreia do Sul (cujas conversações envolvem também preocupações de segurança comuns, nomeadamente, a proliferação de ADM e riscos “não-convencionais” como o terrorismo, a segurança energética e marítima e a criminalidade transnacional, numa lógica de “segurança cooperativa”) e EUA-Japão-Coreia do Sul – mecanismo trilateral com uma agenda mais vasta de segurança colectiva e que também não pode deixar de ser interpretado como mecanismo de balanceamento da ascensão da China. Além destes, os EUA, o Japão e a Austrália lançaram, em 2002, o *Trilateral Strategic Dialogue*, fortalecendo a cooperação e a articulação entre os três países na promoção da segurança na Ásia-Pacífico. Em 2005, materializava-se o “Triângulo Estratégico” Rússia-China-Índia, numa rotina de cimeiras trilaterais que passou a ser anual visando o desenvolvimento das relações mútuas, a segurança e a estabilidade do Continente Asiático, fazer do “Século XXI o Século da Ásia” e alcançar a efectiva “multipolaridade global”. Em Maio de 2007, a “*Iniciativa Quadrilateral*” (QI) passou a agrupar os EUA, o Japão, a Austrália e a Índia com o objectivo de reforçar a cooperação prática e a eficácia na resposta a catástrofes, a segurança dos estreitos do Índico e do Sudeste Asiático, a segurança energética e o combate ao terrorismo, à pirataria, à imigração ilegal, à proliferação de ADM e à criminalidade organizada, embora não possa deixar de ser entendido como mais um mecanismo para “envolver” a Índia e controlar a ressurgência da China.

Por outro lado, e tal como no domínio económico, proliferam na região os processos não-governamentais em matéria de segurança, complementando os esforços oficiais. Ao nível do “Track 1.5”, pode destacar-se o *Inter-Parliamentary Forum on Security Sector Governance* (IPF-SSG) no Sudeste Asiático, onde participam parlamentares e também académicos e outros representantes da “sociedade civil” do Camboja, da Indonésia, da Malásia, das Filipinas, de Singapura e da Tailândia, bem como do Secretariado ASEAN, com o objectivo de aumentar a “visão” civil, o acompanhamento público e o envolvimento dos Parlamentos nacionais na governança do sector de segurança regional. Do chamado “Track 2” salientam-se, entre outros, o *Northeast Asia Security Cooperation Dialogue* (NEASCD), o *Shangri-la Dialogue* ou o *Committee on Security Cooperation in the Asia-Pacific* (CSCAP).

A próxima Figura sintetiza a rede das principais organizações e estruturas regionais intergovernamentais envolvendo a Ásia Oriental.

Figura 9. Principais Organizações e Estruturas Regionais envolvendo a Ásia Oriental



Fonte: Dent, 2008: p. 23, Fig. 1.3. Editado e complementado por nós.

V.4.3. O Significado do Multilateralismo na Ásia Oriental

Comparativamente à Europa, o multilateralismo, o institucionalismo e o regionalismo na Ásia Oriental parecem relativamente incipientes. Contudo, se a medida de comparação forem anteriores períodos históricos na região, critério que nos parece mais adequado, a evidência é que nunca a cooperação multilateral e o número de instituições internacionais foram tão expressivos na Ásia Oriental como na actualidade, em todos os níveis e em todos os domínios: efectivamente, tem-se assistido à multiplicação de um muito variado mosaico de instituições e canais multilaterais regionais quer inter-governamentais quer não-governamentais e visando tanto a dimensão económica como a da segurança. Já sobre o impacto deste multilateralismo/institucionalismo proliferante, a realidade regional sugere algumas ambivalências.

O regionalismo e a cooperação multilateral institucionalizada são muito mais densos no Sudeste Asiático do que no Nordeste Asiático, em virtude do aprofundamento da ASEAN. O progresso da ASEAN, aliás, parece dar razão aos paradigmas liberal e construtivista que, como referimos na I Parte, pressupõem que as instituições e os regimes internacionais afectam o comportamento e as interacções dos actores e contribuem decisivamente para um ambiente seguro e estável: de facto, a ASEAN tem contribuído para o incremento das relações, da cooperação, do desenvolvimento económico e da segurança tanto entre os seus membros como em toda a Ásia Oriental/Pacífico, promovendo e institucionalizando ainda a ideia de “comunidade”, primeiro no Sudeste Asiático e, entretanto, também na Ásia Oriental - expresso no ARF, nas EAS ou no mecanismo ASEAN + 3 - num “activismo regionalista” que muito vem favorecendo a afirmação da ASEAN enquanto actor internacional (ver adiante Cap. VI.4).

Por outro lado, o alcance do multilateralismo e do regionalismo é particularmente notório no domínio económico e comercial, como expressa o caso da APEC. Um estudo da *APEC Policy Support Unit* (2009) revela que os membros APEC comercializam mais entre si do que com outros parceiros e ainda mais com aqueles que são, simultaneamente, membros da OMC. Analisando os factores habituais que influenciam a actividade comercial – como o tamanho da economia, a distância geográfica entre economias, as diferenças entre as respectivas estruturas económico-sociais, o *membership* na OMC ou o envolvimento numa zona de comércio livre –, aquele relatório demonstra que as 21 economias membros APEC, em média, exportam três vezes mais para outros membros APEC e importam duas vezes mais destes do que para/de outros parceiros não-membros. A conclusão de que a APEC tem um impacto real e significativo nas interdependências e na integração regional, mesmo sem estar instituída a *Free Trade Area in the Asia-Pacific* (FTAAP) e de operar «on the basis

of non-binding commitments», é ainda suportada pelo facto do comércio intra-APEC ter aumentado cinco vezes desde o seu estabelecimento, em 1989 (crescendo a uma média de 8,5% ao ano) e do comércio intra-regional representar 67% do total da actividade comercial da APEC, isto é, um *share* maior do que o comércio intra-UE27, muito contribuindo também para que o PIB real da APEC tenha triplicado no espaço de duas décadas (ibid.). Entretanto, foram concluídos mais de 30 Acordos de Comércio Livre (FTAs) bilaterais entre membros APEC, continuando os esforços tendentes à concretização de uma Zona de Comércio Livre (ibid.; ver também APEC– About-Achievements and Benefits).

Embora de forma menos intensa e menos institucionalizada, os mecanismos multilaterais também envolvem, crescentemente, os domínios da segurança, notando-se progressos mais fecundos em torno dos problemas “não-convencionais”, desde logo, por ser mais fácil identificar “denominadores comuns” em torno de matérias como anti-terrorismo, segurança energética, económica e marítima, contra-pirataria ou combate à criminalidade transnacional do que, por exemplo, na resolução de questões como os *hotspots* Taiwan e Península Coreana ou as inúmeras disputas territoriais e fronteiriças.

A confirmar o impacto da cooperação multilateral, incluindo no domínio da segurança, está a maior importância que lhe vem sendo atribuída pelos principais actores nas suas políticas e interacções mútuas (ver Capítulo VI), a multiplicação de instituições e iniciativas regionais, o envolvimento muito mais activo e empenhado da RPChina nos fora multilaterais, a crescente adesão dos EUA à ideia de edificação de uma estrutura de segurança multilateral ou ainda o nítido incremento das relações bilaterais e regionais Nordeste-Sudeste Asiáticos, como claramente acontece entre os participantes ASEAN+3 e EAS.

Daí o impacto positivo atribuído ao modelo “*ASEAN way*”, inclusivamente, no comportamento de grandes potências como a China ou os Estados Unidos. Em larga medida, o crescente interesse da RPChina na cooperação multilateral institucionalizada ou a aceitação pelos EUA dos padrões ASEAN e ASEAN Regional Forum (ARF) de segurança cooperativa ilustram como iniciativas de países muito menos poderosos podem afectar a postura das grandes potências regionais (ver, p.ex., Acharya, 2009a e 2009b). Similarmente, a abordagem da ASEAN nas relações com a China - incluindo os processos ASEAN + 1, ASEAN + 3 e ARF - têm sido vitais para Pequim dar largas à sua *peaceful rise* e para os países do Sudeste Asiático se descomplexarem no seu “envolvimento” com uma potência que tradicionalmente temem, como que “socializando”, inclusivamente, o comportamento chinês: «*China’s involvement in the ARF and related processes seems to have led to the emergence of a small group of policy-makers with an emerging, if tension-ridden, normative commitment to multilateralism because it is “good” for Chinese and regional security (...) Even Chinese ARF specialists have noted that the institutional culture of the ARF requires*

them to adjust the tone and tenor of their discourse» (Johnston, 2003a: 132). Por isso, tem alguma razão Johnston ao considerar o ARF uma «*counter-realpolitik institution*» (ibid.: 123).

Até certo ponto, portanto, os efeitos do multilateralismo na Ásia Oriental podem ser associados às relativas paz e estabilidade regionais, ao progresso do “regionalismo” e à ideia “Comunidade da Ásia Oriental”.

Se é verdade que o impacto dos mecanismos multilaterais regionais/internacionais é limitado na resolução de alguns problemas “tradicionais”, também parece claro que esses quadros vêm contribuído para: a) uma crescente abordagem conjunta e cooperativa de certos assuntos, inclusive de segurança, sendo um canal suplementar aos laços e interações bilaterais; b) evitar que certas disputas e rivalidades se agravem ou entrem em escalada; c) gerar confiança mútua e um ambiente regional mais desanuviado e estável; e d) criar gradualmente hábitos de cooperação e articulação regional.

Por outro lado, as estruturas mais ou menos institucionalizadas de cooperação multilateral vêm favorecendo as “coerências” associativa, integracional e organizacional na Ásia Oriental referidas por Christopher Dent (2008: 272-293; ver também Cap. I.3.1.), na medida em cumprem importantes funções ao nível regional: tornam regulares os encontros entre os dirigentes políticos e empresariais e de outros grupos da sociedade civil; fomentam actividades e programas cooperativos e integradores; socializam os agentes participantes; e aumentam a consciencialização de problemas comuns que requerem soluções regionais.

Finalmente, o multilateralismo e o institucionalismo vêm ajudando a construir uma putativa “comunidade” na Ásia Oriental. Esta ideia tem uma longa história, começando na *Esfera de Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental* promovida pelo imperialismo japonês nos anos 1930 (ver atrás Cap. III.2.3.) e passando pela proposta do Primeiro Ministro da Malásia, Mahathir bin Mohamad, em 1990, para a constituição de uma *East Asia Economic Caucus* pretendendo uma união comercial apenas entre países Asiáticos, i. é, excluindo os países “brancos”. Presentemente, a perspectiva de estabelecimento de uma “comunidade” ao nível macro-regional parece ter melhores possibilidades para se materializar, eventualmente, em torno dos processos APEC, ASEAN+3 ou EAS e, aparentemente, com a ASEAN no centro e actuando como a *driving force*.

Todavia, apesar dos progressos e dos incontestáveis efeitos benignos do multilateralismo na Ásia Oriental, a esmagadora maioria dos Governos e comunidades regionais mantém uma concepção tradicional de soberania, resistindo em ceder competências ao nível supra-nacional, estabelecer compromissos e submeter-se a regras e regimes externos muito rígidos que reduzam a sua margem de manobra ou aceitar a “intromissão” de instituições internacionais nos seus “assuntos internos”. As nações asiáticas estão a abraçar o

multilateralismo e a cooperação institucionalizada mas fazem-no no espírito de “regionalismo aberto”, o que é particularmente notório no domínio da segurança onde os compromissos são bastante superficiais e, essencialmente, declarativos. Por isso, não deixam de ter alguma razão os observadores, nomeadamente, do campo realista, que salientam os limites do modelo *ASEAN way*, na medida em que os formatos típicos de decisão por consenso baseados no “mínimo” denominador comum, a salvaguarda absoluta do princípio da não-ingerência, a opção pela abordagem informal e flexível, a abrangência e superficialidade no tratamento dos assuntos e sem lidar com os problemas mais difíceis, embora “confortável” para os Governos da região, torna as instituições multilaterais na Ásia Oriental menos efectivas e com influência limitada no comportamento dos Estados ou na segurança regional.

Isso justifica, em larga medida, os falhanços ou o relativo alheamento da própria ASEAN em múltiplas e diversas situações, conforme veremos no Cap. VI.4. De igual modo, processos como o ARF, o ASEAN+ 3 ou a EAS são de tal modo abrangentes nos seus participantes e tão flexíveis e superficiais na abordagem dos assuntos que persistem grandes disparidades na agenda de prioridades e profundas divergências entre os participantes, limitando ao “mínimo” o denominador comum e o impacto desses mecanismos na resolução de certas questões concretas, designadamente, os problemas “tradicionais” de segurança e a segurança humana.

Frequentemente, os diálogos e mecanismos de cooperação multilateral sobre segurança na Ásia Oriental parecem mais *talking shops* onde os líderes se cumprimentam e discursam mas evitando a todo o custo abordar as questões que consideram politicamente demasiado árdus ou sensíveis. O que sugere que os principais actores estão a aumentar o seu nível de participação e de envolvimento nos processos multilaterais, em grande medida, para prevenir que se tomem decisões ou evoluções contrárias aos seus interesses, evitar que essas estruturas se transformem em instrumentos geopolíticos ao serviço de virtuais “rivals” regionais e/ou promover os seus próprios interesses e influência, numa posição de teor tipicamente realista.

Significa tudo isto que o multilateralismo prolifera mas não substitui o peso, a importância e a centralidade que certas relações bilaterais têm, efectivamente, na ordem e no complexo de segurança regionais – a principal novidade dos últimos anos é que o tradicional bilateralismo é agora acompanhado por uma vasta rede de instituições e canais multilaterais que os dirigentes e as comunidades passaram a ter mais em conta nos seus cálculos, opções e comportamentos. Por outro lado, as instituições e mecanismos multilaterais regionais são mais formas de segurança cooperativa do que de segurança colectiva. O que vem emergindo na Ásia Oriental é o adensamento da rede de relacionamentos regionais

num esforço partilhado e cooperativo, até onde for possível, a fim de sustentar e/ou promover a segurança e a estabilidade regional - na medida em que há verdadeiramente “ganhos mútuos”, económica e politicamente, as interacções regionais tornaram-se bem menos tensas do que no passado e o impulso cooperativo acentua-se. Na realidade, e à semelhança das políticas e estratégias dos principais actores, o “pragmatismo” e o “gradualismo” parecem ser as noções-chave nas abordagens de multilateralismo, institucionalismo e “regionalismo aberto” na Ásia Oriental.

CAPÍTULO VI – PRINCIPAIS ACTORES E INTERACÇÕES

Outra das transformações provocadas pelo fim do sistema bipolar e a implosão da União Soviética foi a recomposição das estruturas de poder regionais e mundial. Na Ásia Oriental, múltiplas hipóteses eram então antecipadas: uma estrutura unipolar, baseada na completa hegemonia da única superpotência restante, os Estados Unidos; uma nova bipolarização entre os EUA e a China ou, no caso de declínio ou recuo significativo americano, entre a China e o Japão; uma estrutura tripolar assente, precisamente, nos EUA, na China e no Japão; ou uma estrutura multipolar que, além destes três, poderia envolver outros pólos, designadamente, a Rússia, a Coreia, a ASEAN e ainda a Índia. A estrutura de poder regional transformou-se, de facto, e continua em mutação mas, paradoxalmente, conjugando aspectos de várias daquelas hipóteses. O significado da estrutura de poder para a segurança e as interações regionais implica, porém, como alerta Avery Goldstein (2003: 171), muito mais do que o simples inventário e a comparação das capacidades materiais dos actores.

Por outro lado, as alterações sistémicas induzidas pelo fim da “dupla guerra fria” também desencadearam a redefinição das políticas e estratégicas dos actores regionais que, por seu turno, vêm contribuindo para a redefinição e adaptando-se à recomposição da “nova ordem regional”, na típica situação de impactos mútuos entre a estrutura internacional e as suas unidades. Salientam-se neste processo os actores cujo significado é mais relevante para a reorganização regional e as respectivas geopolítica e complexo de segurança, ou seja, os EUA, a RPChina, o Japão, a ASEAN, a Coreia do Sul e a Rússia. Estes actores principais são muito distintos entre si quanto às respectivas capacidades, natureza e políticas e também ao nível dos seus impactos regionais e globais. Nos casos da China, do Japão e da Rússia (tal como da Índia) preferimos a noção de potências “ressurgentes”, dado que se tratam de potências historicamente proeminentes que estão a reaparecer enquanto grandes potências nos palcos asiático e internacional.

VI.1. Estados Unidos

Enquanto os outros actores se focalizam primeiramente nas regiões onde “residem”, os Estados Unidos, única superpotência desde o fim da Guerra Fria, continuam a encarar a Ásia Oriental à luz das suas aspirações mundiais e mantêm os seus objectivos “de sempre”, conforme referiu em conversa connosco o então *Special Assistant* do Presidente George W. Bush e *Senior Director For East Asian Affairs* do *National Security Council*, Dennis Wilder (2007): «os nossos objectivos são os mesmos de sempre, ou seja, liderar um mundo mais seguro e mais pacífico, mais próspero e mais democrático. As nossas políticas na Ásia

Oriental baseiam-se nestes objectivos globais e o nosso envolvimento na região visa fazer progredir e consolidar estes objectivos fundamentais». Conceber e implementar uma estratégia coerente e consistente na promoção destes objectivos tem demonstrado ser, porém, um exercício complexo e delicado para os EUA na “nova ordem”, reajustando constantemente as suas políticas na direcção da Ásia Oriental, macro-região que foi ganhando crescente centralidade na política externa e de segurança americana ao mesmo tempo que a ressurgente China se transformava na unidade em torno da qual se vem recriando a política asiática dos EUA.

VI.1.1. As perspectivas das sucessivas Administrações

Coube à Administração George Bush (1989-1993) a tarefa de começar a reinventar a política externa e de segurança dos EUA no fim da Guerra Fria. Em 1990, na Assembleia-Geral da ONU, o Presidente Americano expunha a sua visão sobre a «*Nova Ordem Mundial*», baseada numa «*nova parceria de nações*»²⁰². No ano seguinte, novamente perante a AGNU, Bush (1991) assegurava que «*the United States has no intention of striving for a Pax Americana... we seek a Pax Universalis built upon shared responsibilities and aspirations*». Um documento do Pentágono enunciava, contudo, outra ambição: «*Our first objective is to prevent the re-emergence of a new rival (...) Our strategy must now refocus on precluding the emergence of any potential future global competitor*» (The New York Times, 1992), naquilo que passaria a ser conhecido por “Doutrina Cheney-Wolfowitz”²⁰³. Paralelamente, ganhava ênfase o impulso americano para usar o seu enorme *hard power* em missões de *soft power*²⁰⁴ e para o intervencionismo humanitário: em Dezembro de 1992, o Presidente Bush autorizou as forças americanas a darem início à *Operation Restore Hope* na Somália, liderando a missão das Nações Unidas (UNITAF).

Num contexto em profunda transformação, a Administração Bush definia o papel dos EUA na Ásia-Pacífico como «*regional balancer, honest broker, and ultimate security guarantor*», descrevendo os interesses e objectivos americanos na região como «*similar to those we*

²⁰² «*We have a vision of a new partnership of nations that transcends the Cold War: a partnership based on consultation, cooperation, and collective action, especially through international and regional organizations; a partnership united by principle and the rule of law and supported by an equitable sharing of both cost and commitment; a partnership whose goals are to increase democracy, increase prosperity, increase the peace, and reduce arms... I see a world of open borders, open trade and, most importantly, open minds.... the United Nations has a new and vital role in building towards that partnership*» (Bush, 1990).

²⁰³ Concebido pelos Secretário da Defesa Dick Cheney e Sub-Secretário Paul Wolfowitz, o documento em causa era um *draft* interno do Pentágono de Fevereiro de 1992 preparatório do *Defense Planning Guidance 1994-1999*. Perante a polémica e as duras críticas do Congresso, a versão definitiva acabaria por ser revista e “suavizada”.

²⁰⁴ Por exemplo, na *Operation Sea Angel*, em 1991, soldados americanos assistiram os esforços internacionais no Bangladesh na recuperação de um desastroso ciclone; no mesmo ano, durante a *Operation Provide Comfort*, soldados das forças especiais americanas salvaram cerca de 400.000 curdos da fome iminente nas montanhas do Norte do Iraque e do Sudeste da Turquia.

have pursued in the past», ou seja, «protecting the United States from attack; supporting our global deterrence policy; preserving our political and economic access; maintaining the balance of power to prevent the rise of any regional hegemony; strengthening the Western orientation of the Asian nations; fostering the growth of democracy and human rights; deterring nuclear proliferation; and ensuring freedom of navigation» (USA-DoD, 1990), acrescentando depois que «the stability of, and our access to, the fastest growing economic region in the world is a matter of national interest affecting the well-being of all Americans» (USA-DoD, 1992).

O Secretário de Estado James Baker realçava, assim, os três vectores da política americana para o que apelidou de “Emerging Architecture for a Pacific Community”: *«First, we need a framework for economic integration that will support an open global trading system... Second, we must foster the trend towards democratization so as to deepen the shared values that will reinforce a sense of community... Third, we need to define a renewed defense structure for the Asia-Pacific theater that reflects the region's diverse security concerns and mitigates intra-regional fears and suspicions» (Baker, 1991-1992: 4).* Nesta “arquitetura” regional, a aliança com o Japão continua a ser considerada *«of enormous strategic importance»*, desejando a Administração Bush que essa aliança se expanda na segurança colectiva global (USA-The White House, NSS 1991). Quanto à RPChina, num ambiente muito marcado pela tragédia de Tiannanmen e por uma grande ambivalência desta Administração na sua sequência (ver atrás Cp. IV.3.2), *«Consultations and contact will be central features of our policy, lest we intensify the isolation that shields repression. Change is inevitable in China, and our links with China must endure» (ibid.).*

Esta Administração incentivou o multilateralismo e o institucionalismo no domínio económico, em particular, no âmbito da novíssima APEC que ajudou a criar (1989) e a alargar-se à RPChina, a Taiwan e a Hong Kong, em 1991. No domínio de segurança, porém, *«At this stage of a new era we should be attentive to the possibilities for such multilateral action without locking ourselves in to an overly structured approach. In the Asia-Pacific community, form should follow function» (Baker, 1991-92: 5-6).* Efectivamente, a segurança multilateral não constava dos “seis princípios” orientadores da política de segurança americana na Ásia-Pacífico enunciados pelo Secretário da Defesa Dick Cheney: *«Assurance of American engagement in Asia and the Pacific; A strong system of bilateral security arrangements; Maintenance of modest but capable forward-deployed US forces; Sufficient overseas base structure to support those forces; Our Asian allies should assume greater responsibility for their own defense; Complementary defense cooperation.» (cit. in USA-DoD, 1992).* A sustentação desta estrutura não inviabilizava, porém, o redimensionamento do dispositivo militar americano: assim, a Administração Bush estipulou reduções faseadas das forças americanas estacionadas no Japão, na Coreia do Sul e nas

Filipinas²⁰⁵, prevendo que os cerca de 135 mil soldados americanos ali presentes em 1990 passariam para cerca de 102 mil até 1995; paralelamente, pressionou os aliados regionais para aumentarem as respectivas responsabilidades em matéria de auto-defesa e também na segurança colectiva, bem como os custos financeiros relacionados com a presença militar americana nos seus territórios, negociando isso, em particular, com o Japão e a Coreia do Sul²⁰⁶.

Criticando a Administração Bush por ter uma “mentalidade de Guerra Fria”, o Presidente Bill Clinton (1993-2001) procurou desenvolver uma política mais adequada ao que chamou “*New World*”, articulando uma nova «*National Security Strategy of Engagement and Enlargement*» (USA-The White House, 1996) e promovendo o internacionalismo dos EUA enquanto “nação indispensável” e *peacemaker*²⁰⁷. A realidade é que tendo por objectivos estratégicos «*To enhance our security with military forces that are ready to fight and with effective representation abroad; To bolster America’s economic revitalization; To promote democracy abroad*» (ibid.: Preface), a estratégia Clintoniana, revelou-se extraordinariamente ambivalente, contemplando aspectos similares à anterior Administração Republicana: a aspiração de «*First and foremost, we must exercise global leadership*» (ibid.: Chap. II); o “envolvimento selectivo” «*focusing on the threats and opportunities most relevant to our*

²⁰⁵ Num momento em que os EUA já começavam a retrain o seu dispositivo militar na Ásia Oriental, a base aérea de Clark, nas Filipinas, sofreu sérios danos em virtude da erupção vulcânica do Monte Pinatubo, em Junho de 1991, o que obrigou os americanos a abandonarem aquelas instalações antes de concluídas as negociações com o governo filipino tendo em vista um novo acordo, devolvendo essa base a Manila em Novembro desse ano. Além disso, o Parlamento filipino recusou o novo acordo negociado entre Manila e Washington, levando o governo do Presidente Fidel Ramos a notificar o de Bush, em Dezembro de 1991, de que as forças americanas teriam de abandonar também as bases de Subic Bay e Cubi Point até ao fim de 1992. Evidentemente, isso implicou a recolocação das forças americanas das Filipinas para outros locais da região – nomeadamente, com Singapura para onde foi transferida grande parte da Força de Apoio Logístico da 7ª Frota Americana –, mas era o preço a pagar para deixar prosseguir o processo de democratização naquele país. De qualquer forma, o *Mutual Defense Treaty* de 1951 continuou válido para ambas as partes e os EUA continuariam a ter acesso a bases filipinas em caso de necessidade.

²⁰⁶ De 1990 para 1991, o “fardo” financeiro da Coreia do Sul aumentou 115%, passando de 70 milhões para 150 milhões USD, respectivamente, montante que ascendeu, em 1992, aos 180 milhões USD (o que significa um aumento de 20% relativamente ao ano anterior), ficando ainda acordados aumentos sucessivos até 1995, altura em que Seul deveria custear um terço dos custos relacionados com a presença militar americana no território sul-coreano. Quanto ao Japão, no quadro do *Special Measures Agreement for Host Nation Support* assinado entre o Secretário de Estado James Baker e o MNE Taro Nakayama, em 14 de Janeiro de 1991, Tóquio aceitou continuar a aumentar a sua já substancial parcela de custos, estimando-se que o seu *costsharing* atingisse um total de 74% em meados da década de 1990. Ver USA-DoD, 1992.

²⁰⁷ Daí, por exemplo, a liderança na elaboração do *Comprehensive Test Ban Treaty* (CTBT), tendo sido os EUA o primeiro país a assiná-lo, em Setembro de 1996; o activismo do Vice-Presidente Al Gore na segurança ambiental e em prol do Protocolo de Quioto de 1997 que o Presidente Clinton assinou nesse mesmo ano – e que, tal como o CTBT, o Congresso, então maioritariamente Republicano, se recusou ratificar; o apoio americano aos Objectivos do Milénio adoptados pela ONU, em 2000, reconhecendo a íntima associação entre Segurança e Desenvolvimento; ou o desenvolvimento da ideia de “soberania limitada/ingerência humanitária” quando em causa estão violações massivas dos direitos humanos e/ou valores universais, retórica que ser exercitada na Somália (onde os EUA se mantiveram até retirarem sob o manto do fiasco, em 1994) e, sobretudo, no Haiti (1994), na Bósnia (1995) e no Kosovo (1999) – as duas últimas com a NATO se bem que no Kosovo sem o consentimento do CSNU – mas não, por exemplo, aquando do genocídio no Ruanda, em 1994-95.

interests and applying our resources where we can make the greatest difference» (ibid.); a noção de que muitos dos interesses dos EUA *«are best achieved as a leader of an ad hoc coalition formed around a specific objective... by building coalitions of like-minded nations»* (ibid.); ou ainda a predisposição *«to act alone when that is our most advantageous course, or when we have no alternative»* (ibid.).

Por outro lado, mesmo devotando *«increased attention to terrorism, environmental degradation, emerging infectious diseases, drug trafficking and other transnational challenges as critical elements of “comprehensive security”»* (USA-DoD, 1998), Clinton assumiria que *«the more likely future threat to our existence is ...the use of weapons of mass destruction by an outlaw nation or a terrorist group»* (1999a).

Para uma Administração eleita pela ênfase no vector económico, a Ásia Oriental assumia uma importância acrescida - só os défices comerciais face ao Japão e à RPChina representavam mais de dois terços do total do défice comercial dos EUA no ano em que Clinton tomou posse - e, por isso, reconhecidamente *«of growing importance for U.S. security and prosperity... Now more than ever, security, open markets and democracy go hand in hand in our approach to this dynamic region»* (USA-The White House, NSS 1996: III). Baseada na visão de *“New Pacific Community”* e no papel dos EUA aqui como *«a stabilizing force in a more integrated Asia-Pacific region»* (USA-The White House, NSS 1999: III), esta Administração Democrata implementou uma estratégia regional que apelidou *«deep engagement»* (USA-DoD, 1995) e depois *«comprehensive engagement»* (USA-DoD, 1998), donde se destacam três vectores fundamentais.

Primeiro, a confirmação que *«The bedrock of America's security role in the Asian Pacific must be a continued military presence»* (Clinton, 1993) mantendo, assim, os cerca de 100.000 militares americanos na região e as alianças bilaterais como pilares fundamentais e salientando, a este respeito, que a aliança EUA-Japão *«remains the cornerstone for achieving common security objectives and for maintaining a peaceful and prosperous environment for the Asia Pacific region»* (USA-The White House, NSS 1999: III). Esta presença militar era, todavia, englobada numa abordagem mais abrangente e, por isso, apelidada de *«Presence Plus»* (ver USA-DoD, 1998).

Segundo, o envolvimento nas organizações regionais e o desenvolvimento de novos quadros multilaterais. A APEC era considerada essencial, empenhando-se esta Administração quer no seu alargamento (entre 1993 e 1998, a APEC passou de 15 para 21 economias-membros) quer no seu aprofundamento - evidenciado pelos “Acordos de Bogor” e os passos para a criação de uma zona de comércio livre. A principal “novidade” foi, todavia, o contributo para o multilateralismo em matéria de segurança, acompanhando os esforços asiáticos nesse sentido: criação do *ASEAN Regional Forum* (ARF), implementação das “Conversações a Quatro” e da KEDO a fim de tentar resolver o problema do programa

nuclear e míssil da Coreia do Norte, o desenvolvimento do *Trilateral Coordination and Oversight Group* (TCOG) EUA-Japão-Coreia do Sul, o lançamento de vários programas criados pelas Forças Armadas americanas e pelo Comando do Pacífico²⁰⁸ ou ainda o incentivo e financiamento a organismos não-governamentais ou “Track 2”²⁰⁹. De qualquer modo, o empenho Clintoniano na segurança multilateral institucionalizada acabou por se revelar reticente invocando que, conforme esclarecia o Under Secretary of Defense for Policy, Walter Slocombe (1998), «*the United States will not support efforts that intentionally or otherwise constrain our military posture or operational flexibility efforts that would only undermine, rather than contribute, to the region's security*».

O terceiro vector foi a procura de *engagement* com todos os actores regionais, incluindo o Vietname ou mesmo a Coreia do Norte²¹⁰ e grandes potências como a Rússia, a Índia e a China, consideradas “*constructive partners*” e sendo objectivo envolvê-las «*into the international system as open, prosperous, stable nations*.» (Clinton, 1999a). Foi neste quadro que Clinton fez, em 1998, uma longa e sem precedentes visita de 9 dias à RPChina - sem passar antes pelo Japão ou pela Coreia do Sul -, manifestando o desejo de desenvolver com Pequim uma “parceria estratégia construtiva” mas provocando reservas regionais e muitas críticas internas nos EUA, nomeadamente, dos grupos pró-direitos humanos e do campo Republicano (ver Rice, 2000). A realidade é que a ressurgente China continuou a ser encarada pelo Congresso e pelos americanos em geral mais como um *strategic rival* do que um *constructive partner*: em Janeiro de 1999, o Congresso fez publicar

²⁰⁸ Em plena Guerra Fria, os militares americanos tinham iniciado dois programas multilaterais nesta região, o *Pacific Armies Senior Officer Logistics Seminar* (PASOLS) e o *Pacific Armies Management Seminar* (PAMS). Durante o período da Administração Clinton, o Comando do Pacífico (USPACOM) iniciou mais três: a *Pacific Air-force Chief-of-staff Conference* (PACC), a *Asia-Pacific Conference of Defense Chiefs* (APCDC) e a *Pacific Armies Chief-of-staff Conference* (PACC).

²⁰⁹ Como o *Council for Security Cooperation in the Asia-Pacific* (CSCAP), criado em 1993; o *Northeast Asia Cooperation Dialogue* (NEACD), lançado também em 1993 pelo Institute on Global Conflict and Cooperation (IGCC) da Universidade da Califórnia; ou o *Asia-Pacific Center for Security Studies* (APCSS) fundado, em 1995, no Havai, subordinado ao Departamento de Defesa e com ligações próximas ao Comando do Pacífico e ao Departamento de Estado seguindo, no fundo, o modelo do European Center for Security Studies (Marsahll Center).

²¹⁰ Durante a Administração Clinton, os EUA normalizaram relações com o Vietname, em 1995, apoiando a também a adesão vietnamita à ASEAN, nesse ano e à APEC, em 1998, enquanto à Mongólia atribuíram um estatuto comercial especial, em 1999, procurando consolidar a sua ancoragem democrática. O *engagement* Clintoniano com a Coreia do Norte foi cultivado quer no âmbito das Nações Unidas, da AIEA, das “Conversações Quadripartidas” (EUA, China, Coreia do Sul e Coreia do Norte) e da *Korean Energy Development Organization* (KEDO) quer através de uma diplomacia mais bilateral e pessoal, sobretudo, nos últimos meses da Presidência Clinton: em Outubro de 2000, o número dois das Forças Armadas norte-coreanas, Jo Myong Rok, foi recebido na Sala Oval onde entregou uma carta de Kim Jong-Il ao Presidente Americano; poucos dias depois, a Secretária de Estado Madeleine Albright deslocou-se a Pyongyang, sendo a mais alta Autoridade americana a visitar a Coreia comunista e tendo uma reunião com o Presidente Kim Jong-Il; o próprio Clinton estava disposto a visitar a Coreia do Norte se se tivesse obtido um acordo sobre o programa de mísseis norte-coreano antes de terminar o seu mandato. Embora para esta Administração as suas movimentações fossem complementares à *sunshine policy* sul-coreana, talvez a tenha acabado por fragilizar na medida em que incentivou os norte-coreanos a alienar Seul procurando o diálogo directo com os EUA: no final, o empenho de última hora de Clinton acabou por não obter os resultados pretendidos na Península Coreana.

a versão não classificada do polémico «*U.S. National Security and Military/Commercial Concerns with the People's Republic of China*»²¹¹; no ano seguinte, o Congresso solicitava em forma de lei que o Pentágono passasse a elaborar e a submeter-lhe um relatório anual sobre o “Poder Militar da China”²¹²; e, numa vasta sondagem realizada em 2000, 77% dos americanos disseram encarar a China como um adversário ou rival, para apenas 12% que a encaravam como amigável ou parceira estratégica (Yahuda, 2004: 264).

Em contraposição à política Clintoniana, a Administração George W. Bush (2001-2009) surgiu sobrevalorizando o “interesse nacional” e a “liderança mundial” dos Estados Unidos como princípios orientadores, muito influenciada por “políticos pensadores” que reapareceram em postos destacados²¹³ e *think tanks* “inspiradores” como o *Project for the New American Century* (PNAC)²¹⁴. Relativamente à Ásia Oriental, a Administração W. Bush começou por cultivar mais as relações com os aliados regionais dos EUA e menos o *engagement* com virtuais adversários. O novo *Assistant Secretary of State for East Asian and Pacific Affairs*, James Kelly (2001), descrevia a Aliança EUA-Japão como «*the linchpin*

²¹¹ Este documento, também conhecido por *Cox Report*, descreve as actividades chinesas em busca de tecnologia de ponta e acusa Pequim de se envolver em actividades proliferantes e espionagem industrial. Ver The U.S. House of Representatives Select Committee (1999) - *U.S. National Security and Military/Commercial Concerns with the Peoples Republic of China* (Cox Report). January 3, 1999.

²¹² Com efeito, o FY2000 National Defense Authorization Act (Section 1202) encarrega o Secretário da Defesa de submeter um relatório ao Congresso «...on the current and future military strategy of the People's Republic of China. The report shall address the current and probable future course of military-technological development on the People's Liberation Army and the tenets and probable development of Chinese grand strategy, security strategy, and military strategy, and of the military organizations and operational concepts, through the next 20 years.» (cit. na abertura de todos os USA-DoD, “Military Power of the People's Republic of China. Annual Report to Congress” 2002-2009).

²¹³ De que se destacam, entre outros, o Vice-Presidente Dick Cheney, o Secretário da Defesa Donald Rumsfeld, o Secretário de Estado Collin Powell, o Deputy Defense Secretary Paul Wolfowitz, o Deputy Secretary of State Richard Armitage, a National Security Advisor e depois Secretária de Estado Condoleezza Rice, o Assistant Secretary of State for East Asia James Kelly ou o US Trade Representative Robert Zoellick.

²¹⁴ Criado, em 1997, por William Kristol e Robert Kagan, o PNAC era um *think tank* neo-conservador «*whose goal is to promote American global leadership*», com fortes ligações ao American Enterprise Institute e a outras instituições conservadoras como a Bradley Foundation, a John M. Olin Foundation e as Scaife Foundations. O pressuposto do PNAC era a crença de que «*American leadership is both good for America and good for the world*» apoiando, por isso, «*a Reaganite policy of military strength and moral clarity*». Trata-se, na verdade, de um movimento intelectual especificamente fundado para influenciar a política externa e de segurança dos Estados Unidos, com uma visão que aponta no sentido da consolidação da hegemonia, da *pax americana* global e até do “império” americano, em particular, pelo reforço do dispositivo militar, a punição dos “Estados pária” e a contenção de eventuais rivais estratégicos. Inicialmente dirigido para criticar e levar a Administração Clinton a adoptar uma postura mais firme nas relações externas e alegadamente mais condizente com o interesse nacional dos EUA, teria grande influência com a ascensão do Presidente W. Bush, até porque ocuparam postos relevantes nesta Administração muitos dos membros PNAC, autores de relatórios e signatários de “cartas abertas” incluindo, entre outros, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Robert Zoellick, Bruce P. Jackson, John Ellis “Jeb” Bush, Steve Forbes, Aaron Friedberg, Francis Fukuyama, Eliot A. Cohen, Stephen P. Rosen, Donald Kagan, Richard L. Armitage, John R. Bolton, Paula Dobriansky, Thomas Donnelly, Charles Hill, Jeane Kirkpatrick, Charles Krauthammer, Richard Perle, Daniel Pipes, Richard H. Shultz, R. James Woolsey, Elliott Abrams ou Zalmay Khalilzad.

No Verão de 2007, o PNAC deixou de estar online, aparecendo somente a mensagem “*This Account has been Suspended*”. As citações referidas foram retiradas antes de PNAC website [em linha; consulta entre Dez. 1998 e Jul. 2007]. Disponível em <www.newamericancenter.org>

of U.S. security strategy in Asia» e a RPChina «as a partner on some issues and a competitor for influence in the region» e em relação à qual era intenção desta Administração «to persuade it to move in more constructive directions». Quanto ao papel dos EUA na Ásia Oriental, era definido nesta altura como «a regional balancer and security guarantor to allies», acrescentando Kelly que «The United States is committed to continuing this role indefinitely» (ibid.).

Entretanto, os atentados terroristas do 11 de Setembro, ocorridos menos de oito meses depois de W. Bush ter tomado posse, levaram esta Administração Republicana a declarar a “Global War on Terror” (GWOT)²¹⁵ e a aprovar uma nova estratégia de segurança que, embora fosse abrangente, multidimensional e multi-instrumental²¹⁶, incluía aspectos particularmente controversos: a possibilidade dos EUA efectuarem acções preemptivas (actos militares antecipatórios) «even if uncertainty remains as to the time and place of the enemy’s attack» (USA-The White House, 2002: Chap. V) consagrando, assim, a inovadora doutrina que muitos consideram de “guerra preventiva” ou que Ron Suskind (2006) apelida

²¹⁵ Ataques terroristas coordenados, utilizando aviões de passageiros contra alvos simbólicos em Washington e Nova Iorque, mataram cerca de 3000 cidadãos de 80 países diferentes, acontecimento acompanhado em directo por todo o globo. Os Estados Unidos, a maior potência militar da História, eram agredidos no seu próprio território por um actor não-estatal, a rede terrorista fundamentalista islâmica Al-Qaeda, liderada por Ossama Bin Laden que em tempos os americanos apoiaram na luta contra os soviéticos no Afeganistão. Não era a primeira vez que o solo americano era atacado de surpresa nem que os EUA eram vítimas de atentados terroristas perpetrados por grupos radicais islâmicos ou sequer por jihadistas ligados à Al-Qaeda, inclusivamente, no próprio território americano: em 1983, morreram 241 soldados americanos (e 61 franceses) na sequência de um ataque terrorista suicida em Beirute, no Líbano, quando estavam ao serviço da Força Multinacional sob mandato das Nações Unidas para pôr cobro à guerra civil naquele país, atentado atribuído ao Hezbollah com alegado apoio do Irão e reivindicado pelo *Movimento da Revolução Islâmica Livre*, depois *Jihad Islâmica*; em 1993, uma “célula” da Al Qaeda atacou o *World Trade Center*, em Nova Iorque, através de um carro-bomba colocado no parque de estacionamento da Torre 1, matando 7 pessoas e ferindo mais de 1000; em 1996, um ataque à bomba contra o Quartel-General de *Khobar Towers*, na Arábia Saudita, matou 19 soldados americanos; em 1998, ataques sincronizados da Al Qaeda às Embaixadas Americanas na Tanzânia e no Quênia provocaram a morte a 224 pessoas, incluindo 12 americanos; em 2000, outro atentado contra o navio *destroyer* USS Cole, no Iémen, matou 17 americanos. No 11/09, porém, tudo seria diferente, pela dimensão da tragédia e pelos seus tremendos efeitos: a América era não só um alvo como também percebia ser vulnerável, deixando de ser uma espécie de ilha sempre protegida pelos Oceanos Atlântico e Pacífico; a Comunidade Internacional solidarizou-se com a superpotência, assumindo o terrorismo e também a possibilidade dos grupos terroristas se dotarem de ADM como o maior pesadelo para a segurança internacional; os americanos sentem-se agredidos e exigem respostas e retaliação. O Presidente Bush declara, de imediato, a «guerra contra o terrorismo», avisando que «Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists. From this day forward, any nation that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime.» (Bush, 2001), propondo-se empregar todos os elementos do poder nacional americano e liderar a comunidade internacional numa *long war* que é tanto de armas como de ideias (ver também USA-The White House, NSS 2002 e 2006 e NSS for Combating Terrorism 2003 e 2006).

²¹⁶ «The aim of this strategy is to help make the world not just safer but better. Our goals on the path to progress are clear: political and economic freedom, peaceful relations with other states, and respect for human dignity... To achieve these goals, the United States will: • champion aspirations for human dignity; • strengthen alliances to defeat global terrorism and work to prevent attacks against us and our friends; • work with others to defuse regional conflicts; • prevent our enemies from threatening us, our allies, and our friends, with weapons of mass destruction; • ignite a new era of global economic growth through free markets and free trade; • expand the circle of development by opening societies and building the infrastructure of democracy; • develop agendas for cooperative action with other main centers of global power; and • transform America’s national security institutions to meet the challenges and opportunities of the twenty-first century.» (USA-The White House: NSS 2002: I).

de «*doutrina 1%*»²¹⁷; a intenção de montar coligações “*de vontade*” ou “flutuantes”, em que a missão determina a coligação; e a predisposição para, se necessário, os EUA actuarem sozinhos (ver USA-The White House, NSS 2002 e *National Security for Combating Terrorism* 2003).

Em nome da GWOT, a Administração Bush remilitarizou a política externa americana, como demonstram o aumento das despesas militares dos EUA, ultrapassando os 4% do PIB; as intervenções militares no Afeganistão (Outubro de 2001) e no Iraque (Abril de 2003); o abandono do Tratado ABM; a pressão coerciva contra os considerados “Estados pária” e “regimes tiranos”; a intensificação da cooperação militar, anti-terrorista e contra-proliferação ADM com aliados e parceiros; criação de novos diálogos e parcerias estratégicas; etc. Paralelamente, todavia, também montou uma vasta série de novas “coligações de vontade”²¹⁸; expandiu os laços económicos e comerciais bilaterais dos EUA através da celebração de múltiplas *Trade and Investment Framework Agreements* (TIFAs), *Bilateral Investment Treaties* (BITs), *Free Trade Agreements* (FTAs) e *Generalized System of Preferences* (GSP) para países considerados elegíveis; instigou “revoluções coloridas” pró-democráticas; estabeleceu *climate partnerships* bilaterais (com 15 países e organizações, entre 2001 e 2008); e aumentou significativamente a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) dos EUA de menos de 10 mil milhões USD, em 2000 para quase 27 mil milhões USD, em 2008, voltando a colocar os EUA na posição de maior doador mundial de APD desde 2001 - embora numa percentagem do PIB inferior a outros doadores e muito abaixo dos compromissos para os Objectivos do Milénio de 0.7% do PIB (ver OECD-Aid Statistics).

Neste contexto pós-11/09, a Ásia assumia uma nova centralidade estratégica, encarada como «*a region of great opportunities and lingering tensions*» que requer o «*sustained engagement*» dos EUA, propondo-se a Administração Bush manter «*robust partnerships*

²¹⁷ Suskind baseia-se numa expressão que o Vice-Presidente Dick Cheney terá proferido, em Novembro de 2001, segundo a qual «*If there's a 1% chance that Pakistani scientists are helping al-Qaeda build or develop a nuclear weapon, we have to treat it as a certainty in terms of our response. It's not about our analysis... It's about our response.*» (cit. in Suskind, 2006). A “Doutrina Bush”, como também ficou conhecida foi, em larga medida, aplicada na intervenção contra o Iraque de Saddam Hussein, em Abril de 2003, não-sancionada pelo CSNU. O Secretário de Estado Colin Powell (2004: 24-25) esclareceria que «*o âmbito da preempção aplica-se apenas contra ameaças indetectáveis que venham de actores não estatais, como os grupos terroristas*», mas a realidade é que este “esclarecimento” surgiria depois da ocupação do Iraque e da deposição de Saddam Hussein e pela mão do responsável americano que, nas Nações Unidas, tinha apresentado alegadas “provas” da existência de ADM no Iraque, justificando assim o “perigo” que isso representava para a segurança internacional e a “necessidade” da intervenção militar.

²¹⁸ De que constituem exemplos as coligações montadas para as intervenções no Afeganistão e no Iraque e outras, muito mais amplas, para as subseqüentes fases de estabilização; o “Quarteto” para o Médio Oriente (EUA, Rússia, UE e ONU), estabelecido em 2002; a *Container Security Initiative* (CSI), lançada em 2002; a *Middle East Partnership Initiative* (MEPI), no final de 2002; a *Proliferation Security Initiative* (PSI), em 2003; as “Conversações a 6” sobre a Coreia, em 2003; a *Global Initiative To Combat Nuclear Terrorism*, em Julho de 2006; a *Merida Initiative*, em 2007, juntando EUA, México e países da América Central com vista a combater o narcotráfico, o crime transnacional e o terrorismo; outra “coligação” para resolver a crise em torno do programa nuclear do Irão envolvendo, fundamentalmente, os EUA, o G3/UE (Reino Unido, França e Alemanha), a Rússia, a AIEA e a ONU (CS e Secretário-Geral); etc.

supported by a forward defense posture supporting economic integration through expanded trade and investment and promoting democracy and human rights.» (USA-The White House, NSS 2006: Chap. VIII). Essa centralidade é visível, por exemplo, na reforma que a Administração iniciou no sentido de aumentar a coordenação na política asiática entre os Departamentos de Estado e da Defesa ou de reforçar as respectivas unidades asiáticas²¹⁹ ou, e sobretudo, no apreciável “reinvestimento americano” na Ásia: além do reforço da presença militar dos EUA em virtude das intervenções no Afeganistão e no Iraque, de envolver os aliados regionais nas suas iniciativas e “coligações de vontade” ou de tornar o Japão, a Coreia do Sul, as Filipinas, a Tailândia e a Austrália “parceiros de contacto” da NATO, desenvolveu novas parcerias estratégicas, por exemplo, com a Mongólia (que contribuiu com mais de 1000 militares para as coligações no Iraque e no Afeganistão) ou com a Indonésia (maior país muçulmano do mundo e a quem Bush levantou totalmente as restrições à venda de armamentos, em 2005); aumentou a pressão contra os “regimes tiranos” da Coreia do Norte e do Myanmar; firmou novas *Free Trade Areas* com Singapura e a Coreia do Sul - iniciando negociações para o mesmo fim com a Tailândia e a Malásia – e *Trade and Investment Framework Agreements (TIFAs)* com o Brunei, a Tailândia, a Malásia, o Camboja, a ASEAN e o Vietname; estabeleceu *climate partnerships* com o Japão, a Austrália, a China, a Coreia do Sul e a Índia e a Rússia; e reorientou o sentido da APD americana, fazendo da Ásia a principal região destinatária - acolhendo mais de metade do total - em vez de África (ver adiante Fig. 10).

Por outro lado, mesmo preservando como objectivos dos EUA «*keep military strengths beyond challenge*» e «*shaping the choices of countries at strategic crossroads*» (Bush, 2002), a Administração W. Bush mostrou-se particularmente empenhada em «*develop agendas for cooperative action with other main centers of global power*» com o propósito declarado de «*to promote a balance of power that favors freedom*» (USA-The White House, NSS 2002: Chaps. I e VIII), incluindo a Rússia, a Índia e sobretudo a RPChina em relação à qual abandonou a retórica inicial de «*strategic rival*» para a incentivar a ser um «*responsible*

²¹⁹ Por exemplo, no quadro da *Diplomacia Transformacional* lançada pela Secretária de estado Condoleezza Rice, em 2006, o Departamento de Estado começou a corrigir os *personnel imbalances* nos *stafs* nas suas estruturas quer nos EUA quer nas representações espalhadas pelo mundo, procurando estabelecer uma nova e maior correspondência entre a dimensão e a importância dos países e regiões e o pessoal afecto o que, na prática, tem implicado a deslocalização e recolocação de grande parte dos quadros de Washington e da Europa para os países asiáticos, numa vasta reforma do aparelho diplomático dos EUA prevista para efectuar ao longo de uma década - o que, de resto, foi confirmado por nós junto da Embaixada Americana em Lisboa e no próprio Departamento de Estado, em Washington, D.C, em 2007. O Pentágono lançou uma reorganização similar, em Outubro de 2006, tornando independente o gabinete *Asian and Pacific Security Affairs* separando-o do *International Security Affairs* e subdividindo-o em três áreas: *East Asia*, *Central Asia* e *South and Southeast Asia* – como também pudemos confirmar *in loco* no Departamento de Defesa, durante a nossa visita, em 2007. Naturalmente, reorganizações no mesmo sentido vêm ocorrendo noutros Departamentos e Agências dos Estados Unidos.

stakeholder» nos assuntos mundiais²²⁰. Paralelamente, esta Administração procurou «*to develop a mix of regional and bilateral strategies to manage change in this dynamic region*» (ibid.: Chap. VIII), embora considerando «*This institutional framework, however, must be built upon a foundation of sound bilateral relations with key states in the region*» (ibid.). Por isso, mais do que a segurança multilateral institucionalizada, o que a Administração Bush, efectivamente, fomentou foi a articulação cooperativa com todos os grandes actores asiáticos, quadros regionais multilaterais mais informais (como as “Conversações a Seis” ou a *Asian-Pacific Partnership on Clean Development*) e o trilateralismo (EUA-Japão-Coreia do Sul e EUA-Japão-Austrália ou ainda a “Iniciativa Quadrilateral” EUA-Japão-Austrália-Índia).

Eleito numa lógica de ruptura com a política de W. Bush e num contexto profundamente marcado pela crise económica, as “guerras assimétricas” no Afeganistão e no Iraque e uma imagem desgastada dos EUA internacionalmente, o Presidente Barak Obama (desde Janeiro de 2009) já fez História ao tornar-se o primeiro negro a desempenhar o cargo e ao provocar uma onda de empatia e expectativas no mundo sem precedentes nos recém-empossados Presidentes dos EUA, juntando no seu Gabinete “transpartidário” o que pode ser descrito como uma “*dream team*” mas também uma “*team of rivals*”²²¹.

Os objectivos gerais dos EUA com a Administração Obama são os mesmos “de sempre”, conforme afirmou a Secretária de Estado Hillary Clinton (2009) na sua audição de confirmação perante o Congresso: «*Our overriding duty is to protect and advance America’s security, interests, and values. First, we must keep our people, our nation, and our allies secure. Second, we must promote economic growth and shared prosperity at home and abroad. Finally, we must strengthen America’s position of global leadership – ensuring that we remain a positive force in the world, whether in working to preserve the health of our planet or expanding dignity and opportunity for people on the margins whose progress and prosperity will add to our own*». Porém, a fim de se demarcar da Administração predecessora, e fortemente influenciada por outros “políticos pensadores” como Joseph Nye ou Richard Armitage, esta Administração proclama pautar-se pela conjugação de todos os instrumentos do poder americano, não só *hard* mas também *soft*, alegando assim usar o chamado “*smart power*”: «*America cannot solve the most pressing problems on our own,*

²²⁰ Esta noção foi, inicialmente, exposta pelo então *Deputy Secretary of State* Robert Zoellick num discurso no National Committee on U.S.-China Relations, em Setembro de 2005 (ver Zoellick, 2005). No ano seguinte, a NSS (2006: VIII) reafirmaria que «*as China becomes a global player, it must act as a responsible stakeholder*».

²²¹ Efectivamente, o Executivo Obama inclui personalidades reputadas e influentes como Joe Biden, Vice-Presidente e seu antigo concorrente político; Hillary Clinton, Secretária de Estado e sua principal rival nas primárias do Partido Democrata; Robert Gates, que transitou da Administração Bush como Secretário da Defesa; Timothy F. Geithner, Secretário do Tesouro e antigo Presidente do Federal Reserve Bank of New York; ou Steven Chu, Secretário da Energia e galardoado Nobel da Física.

and the world cannot solve them without America... We must use what has been called “smart power”, the full range of tools at our disposal» (ibid.).

Paralelamente, baseado na convicção de que «*the world shares a common security and a common humanity*», na recusa «*the false division between our values and our security*» e na predisposição «*to listen to and talk with our adversaries in order to advance our interests*» (Obama/The White House-Foreign Policy), o Presidente Obama proclama “*A New Strategy for a New World*” em que os EUA devem renovar a liderança mundial «*by deed and by example*»: a ordem para encerrar a prisão de Guantanamo Bay e a proibição de qualquer prática de tortura nos interrogatórios, o início da retirada gradual do Iraque, a abertura para dialogar e estabelecer entendimentos com tradicionais adversários como Cuba, Venezuela ou Irão, a pretensão de colocar os EUA na liderança global da protecção ambiental e das energias renováveis, o empenho na concretização dos Objectivos do Milénio ou a surpreendente predisposição para levar os EUA a desmantelarem todo o seu arsenal nuclear liderando um processo conducente a um “mundo livre de armas nucleares” (objectivo que muito contribuiu para que Obama fosse galardoado com o Prémio Nobel da Paz 2009) demonstram, na prática, essa tentativa de liderar “pelo exemplo”, bem como a aposta na renovação do *soft power*, o emprego do *smart power* e a ruptura face à Administração americana anterior.

Em relação à Ásia Oriental, todavia, parece haver mais continuidade do que ruptura. Desde logo, a Administração Obama confirma a percepção de crescente centralidade da região para os EUA: o primeiro líder estrangeiro recebido por Obama na Casa Branca foi o Primeiro-Ministro do Japão, Taro Aso; pela primeira vez em quase 50 anos, a primeira viagem oficial ao estrangeiro de um/a Secretário/a de Estado Americano, Hillary Clinton, foi à Ásia Oriental, começando no Japão; e autodenominando-se «*America’s first Pacific President*» – recordando o facto de ter nascido no Hawai e de ter vivido na Indonésia quando criança -, Obama enfatizou na sua primeira visita oficial à região que os EUA são uma «*nação do Pacífico*» e que «*we have a stake in the future of this region, because what happens here has a direct effect on our lives at home (...) We seek this deeper and broader engagement because we know our collective future depends on it*» (Obama, 2009b). Depois, invocando precisamente aquela condição, Obama reafirma os objectivos Americanos “de sempre”: «*strengthen and sustain our leadership in this vitally important part of the world*» e «*to improve prosperity, security, and human dignity in the Asia Pacific*» (ibid.).

Partindo das reformas que a sua Administração começou a implementar desde que chegou à Casa Branca, Obama sustenta a necessidade de uma mudança de paradigma económico na Ásia-Pacífico em prol de um desenvolvimento ambientalmente sustentável e onde «*Developing countries will need to take substantial actions to curb their emissions*» (ibid.). Acima de tudo, reafirma a pretensão antiga dos EUA de maior balanceamento e

reciprocidade nas trocas comerciais com as economias Asiáticas e apela ao não-proteccionismo: «*we must strengthen our economic recovery and pursue growth that is both balanced and sustained... One of the important lessons this recession has taught us is the limits of depending primarily on American consumers and Asian exports to drive growth*» (ibid.). Estas foram, aliás, as principais linhas das mensagens que Obama transmitiu durante a sua primeira visita oficial à região, em Tóquio, Seul, Pequim e, em particular, na primeira reunião da APEC em que participou, em 15 de Novembro de 2009, em Singapura, em nome do comércio livre regional e de uma “parceria Trans-Pacífico”.

Por outro lado, ainda que expressando uma concepção de segurança abrangente e completa e dizendo «*we will stand with all of our Asian partners in combating the transnational threats of the 21st century*»²²², Obama sublinha que a presença militar dos EUA na Ásia-Pacífico e as alianças bilaterais «*continue to provide the bedrock of security and stability*», permanecendo o Japão «*a centerpiece of our efforts in the region (...) our commitment to Japan's security and to Asia's security is unshakeable*» (ibid.).

Coerente com a sua retórica global, também na direcção da Ásia Oriental o Presidente Obama mostra abertura para dialogar e estabelecer entendimentos com tradicionais adversários. Em relação ao Myanmar, afirma um «*new approach*» em que «*we are now communicating directly with the leadership*», oferecendo «*a better relationship with the United States is possible*» (ibid.), o que permitiu que Obama fosse o primeiro Presidente Americano a reunir com todos os 10 líderes da ASEAN, em 15 de Novembro de 2009. Ainda assim, Obama continua a exigir à Junta Militar Birmanesa «*concrete steps toward democratic reform...the unconditional release of all political prisoners, including Aung San Suu Kyi; an end to conflicts with minority groups; and a genuine dialog between the Government, the democratic opposition, and minority groups*» (ibid.).

Similarmente, reassumindo no seu périplo Asiático a intenção de liderar a desnuclearização global e completa, Obama “estende a mão” à Coreia do Norte: «*the United States is prepared to offer North Korea a different future*» (ibid.). Contudo, também acrescenta «*let me be clear: So long as these weapons exist, the United States will maintain a strong and effective nuclear deterrent that guarantees the defense of our allies, including South Korea and Japan*», rematando com uma ameaça e num wording mais típicos do seu predecessor na Casa Branca: «*we will continue to send a clear message through our actions and not just our words: North Korea's refusal to meet its international obligations will lead only to less security, not more*» (ibid.). Quanto à divisão da Península Coreana, Obama joga com a

²²² «*by rooting out the extremists who slaughter the innocent and stopping the piracy that threatens our sea lanes, by enhancing our efforts to stop infectious disease and working to end extreme poverty in our time, and by shutting down the traffickers who exploit women, children, and migrants and putting a stop to this scourge of modern-day slavery once and for all. Indeed, the final area in which we must work together is in upholding the fundamental rights and dignity of all human beings*» (Obama, 2009b).

ambiguidade da segurança humana dizendo «*the people of South can be free from fear and those in the North can live free from want*» (ibid.).

No que concerne à RPChina, esta Administração dá mostras de a continuar a encarar como central na política internacional e asiática dos EUA: o papel atribuído à China na recuperação da crise económica global ou na protecção ambiental faz as reuniões do G-20 parecerem antes um “G2+18”; na sua primeira viagem oficial à Ásia Oriental, Obama passou três dias na RPChina para apenas um no Japão, um na Coreia do Sul e outro em Singapura (na Cimeira da APEC). Aliás, mais claro não podia ter sido o Presidente Americano quando, na abertura da primeira *U.S.-China Strategic and Economic Dialogue*, em 27 de Julho de 2009, se referiu à relação EUA-China como «*as important as any bilateral relationship in the world*» (Obama, 2009a).

Por outro lado, Obama parece validar a noção anterior de “responsible stakeholder”, por exemplo, afirmando ao lado do Presidente Chinês que «*I do not believe that one country's success must come at the expense of another...the United States welcomes China's efforts in playing a greater role on the world stage, a role in which a growing economy is joined by growing responsibilities*» (Hu Jintao e Obama, 2009). Além disso, mantém a tradicional prática americana de ambivalência em relação às questões de Taiwan e do Tibete: poucos meses depois de reafirmar, em Pequim, que «*the United States respects the sovereignty and territorial integrity of China. And once again, we have reaffirmed our strong commitment to a "one China" policy*» (ibid.), Obama anunciou, no final de Janeiro de 2010, a venda de armamentos a Taiwan no valor de 6 mil milhões USD e, no mês seguinte, recebeu o Dalai Lama na Casa Branca, satisfazendo pressões internas mas irritando Pequim.

Na realidade, para além do tom menos agreste e da disponibilidade expressa para dialogar com os adversários, a outra principal “novidade” da política asiática de Obama é a predisposição para um maior envolvimento dos EUA nas organizações regionais «*In addition to our bilateral relations, we also believe that the growth of multilateral organizations can advance the security and prosperity of this region. As a Asia Pacific nation, the United States expects to be involved in the discussions that shape the future of this region and to participate fully in appropriate organizations as they are established and evolve*», concretamente, no processo «*East Asia Summit more formally as it plays a role in addressing the challenges of our time*» (Obama, 2009b). A questão fundamental, todavia, é saber se a Administração Obama se mostrará verdadeiramente mais activa e empenhada do que as anteriores em fazer progredir a segurança multilateral institucionalizada na Ásia Oriental/Pacífico.

VI.1.2. A Posição e o Papel dos EUA na Ásia Oriental

À semelhança do resto do globo, a posição dos EUA na Ásia Oriental assenta, fundamentalmente, na sua supremacia (incompleta) e na crescente (inter)dependência com a região.

O declínio dos EUA enquanto potência proeminente na Ásia-Pacífico tem sido ciclicamente invocado desde o fim da II Guerra Mundial. Por ocasião, nomeadamente, da aliança sino-soviética seguida da agressão armada da Coreia do Norte à Coreia do Sul, em 1950, do “pântano do Vietname” e da humilhante retirada americana da Indochina, nos anos 1970 ou da ascensão económica do Japão e dos “tigres” e “dragões” asiáticos, na década de 1980, vários observadores descreveram cenários em que os EUA perderiam a sua supremacia a favor de potências asiáticas emergentes. Contudo, estas análises demonstraram estar erradas porque se focalizaram sempre nas forças e potencialidades da URSS, da China ou do Japão e acentuaram as debilidades dos EUA.

Apesar de novamente muito se discutir a sua posição desde o fim da Guerra Fria, a realidade é que os EUA se tornaram naquilo que o antigo Primeiro-Ministro francês Hubert Védrine apelidou de *hyperpuissance* ou que muitos consideram ser um novo *Império* (Moita, 2005): omnipresentes em todas as regiões do mundo e dividindo mesmo o globo em *Areas Of Responsibility* de Comandos regionais (ver Mapa seguinte), incontornáveis em todas as grandes questões internacionais e regionais e gozando de proeminência em todos os parâmetros e domínios mensuráveis de poder, conjugando um impressionante *hard power* a um vasto *soft power*. Naturalmente, esta posição “invejável” acarreta responsabilidades ímpares no sistema internacional, contribuindo para o crescimento do anti-americanismo no mundo enquanto os americanos encaram o seu país na perspectiva do “*Empire of Liberty*” em tempos cunhado pelo Presidente Thomas Jefferson, assumindo o papel e a obrigação moral de uma América defensora das liberdades por todo o globo.

Similarmente, persistindo a discussão sobre se «*the United States is in relative decline*» na Ásia-Pacífico (Shaplen and Laney, 2007: 82) ou «*Winning Asia*» (Cha, 2007), a realidade é que permanecem isolados no topo da estrutura de poder regional, baseados na sua superioridade militar (representando, sozinhos, quase metade das despesas militares mundiais; ver atrás Quadros 17 e 18); na sua vasta presença estratégica na Ásia-Pacífico (Quadro 32) - do Alasca ao Afeganistão, incluindo dezenas de milhares de soldados que permanecem nos territórios do Japão e da Coreia do Sul e nos Oceanos Pacífico e Índico - a que acresce, entretanto, o desdobramento *out of area* da NATO na Ásia; no antigo e renovado sistema de alianças regionais (com o Japão, a Coreia do Sul, a Tailândia e as Filipinas e ainda o Paquistão e a Austrália), bem como a “quase-aliança” com Singapura e a “protecção” de Taiwan; em novos diálogos e parcerias estratégicos (com a RPChina, a

Mongólia, a Indonésia, a Rússia, a ASEAN ou a Índia, a que se somam os vários mecanismos trilaterais ou a “Iniciativa Quadrilateral”); na sua enorme influência política-diplomática (quer junto dos Governos quer junto das instituições internacionais e regionais); e na sua avançada ciência e tecnologia, em todos os domínios – civil, militar e espacial.

Mapa 14. Comandos dos EUA por Áreas de Responsabilidade Regionais



Fonte: US DoD, *The World with Commanders' Areas of Responsibility* [Em linha]. In US DoD [consulta 14 Janeiro 2010]. Disponível em < <http://www.defense.gov/pubs/pdfs/MAP12-08.pdf> >

Quadro 32. EUA: Presença Militar na Ásia Oriental e Pacífico, 1990-2009
(número de militares)

	1990	1995	2000	2005	2009
Territórios no Pacífico					
Alasca	21,517	17,009	15,829	18,980	20,807
Hawai	41,887	38,172	33,387	33,816	38,757
Guam	7,033	5,509	3,230	2,931	3,145
Outros *	158	83	277	24	20
Ásia Oriental e Pacífico					
Austrália	713	314	167	140	138
Camboja	-	2	4	11	11
China, RP + Hong Kong	64	58	55	71	74
Coreia do Sul	41,344	36,016	36,171	29,982	24,655
Fiji	2	2	2	1	1
Filipinas	13,863	126	83	44	190
Indonésia +Timor-Leste	32	46	51	24	27
Japão	46,593	39,134	40,025	35,050	34,554
Laos	-	3	2	3	7
Malásia	14	35	17	14	17
Mongólia	-	-	-	2	2
Myanmar	10	9	9	9	11
Nova Zelândia	53	51	6	6	10
Rússia	58	60	107	44	53
Singapura	50	166	151	159	124
Tailândia	213	99	104	116	122
Vietname	-	4	16	14	15

Embarcados	16,167	13,241	33,832	11,508	9,064
Forças Destacadas no Teatro do Pacífico	119,118	89,366	114,897	81,118	72,555
Total	189,878	150,401	167,620	136,869	131,804
Total Mundial	2,046,144	1,518,224	1,372,352	1,378,014	1,412,529

* Antigos Territórios sob Tutela Americana das Ilhas do Pacífico (*Trust Territory of the Pacific Islands* ou *TTP*) sob mandato das Nações Unidas - compreendendo os actuais Estados Federados da Micronésia, Palau, Ilhas Marshall e Ilhas Marianas do Norte – e ainda a Samoa Americana e o Atol Johnston.

Fonte: US DoD Statistical Information Analysis Division (SIAD) - *Military Personnel Records and Statistics* [Em linha]. In US DoD SIAD [Consulta 30 Novembro 2009]. Disponível em <<http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/MILITARY/miltop.htm>>

Quadro 33. EUA: Acordos 123* sobre cooperação no domínio da energia nuclear com parceiros da Ásia-Pacífico

PARCEIRO	ANO	PARCEIRO	ANO
Taiwan	1955	Indonésia	1981
Tailândia	1956	China	assinado em 1985, implementado em 1998
Coreia do Sul	1956	Cazaquistão	1997
Japão	1968	Índia	assinado em Julho de 2007
Austrália	1981	Rússia	assinado em Maio de 2008
Bangladesh	1981		

Nota: *São designados “Acordos 123” todos os protocolos e convenções realizados pelos EUA com países estrangeiros visando a cooperação sobre energia nuclear em virtude da *Section 123* do *US Atomic Energy Act* de 1954, intitulada “Cooperation With Other Nations”.

Fonte: US National Nuclear Security Administration (NNSA), *Nuclear Nonproliferation - Treaties, Agreements and Arrangements* [Em linha]. In NNSA [Consulta 20 Janeiro 2010]. Disponível em <http://nnsa.energy.gov/nuclear_nonproliferation/123_agreements_peaceful_cooperation.htm>

A dimensão económica é aquela em que a posição dos EUA é mais questionável, o que acontecia, aliás, ainda antes de findar a Guerra Fria: de facto, sendo certo que as trocas comerciais com os parceiros da Ásia-Pacífico aumentaram exponencialmente, os EUA vêm acumulando gigantescos défices comerciais (ver Quadro 34 a seguir) e perdendo posições e parcelas relativas junto dos *developmental states* asiáticos (em favor, fundamentalmente, da China), enquanto estes sobem no *ranking* e aumentam o seu *share* na globalidade da actividade comercial dos EUA (Quadro 35). Mas mesmo não gozando da supremacia económica de outras eras, os EUA continuam a dispor da maior e mais influente economia do mundo (significando cerca de um quinto do PIB mundial; ver atrás Quadro 13), a liderar o processo de globalização económica e a ser parceiros vitais das dinâmicas economias asiáticas. A crise económica 2008-2010 demonstra esta dupla realidade: por um lado, tendo origem no mercado imobiliário e financeiro americano, alastrou-se rapidamente e arrastou as economias asiáticas e mundial, tornando verídico o aforismo “quando os EUA espirram, o mundo constipa-se”; por outro, os EUA e o mundo encaram as “economias em desenvolvimento” Asiáticas como os grandes “amortecedores” desta crise global e principais alavancas para a recuperação económica.

Quadro 34. EUA: Trocas Comerciais com Parceiros da Ásia Oriental, 1990-2008 (em milhares USD)

	Exportações			Importações			Balança Comercial		
	1990	2000	2008	1990	2000	2008	1990	2000	2008
Mundo	392,975,794	781,917,667	1,287,441,997	495,259,644	1,218,022,033	2,103,640,711	-102,283,850	-436,104,366	-816,198,714
RPChina	4,807,332	16,185,276	69,732,838	15,223,887	100,018,429	337,772,628	-10,416,555	-83,833,153	-268,039,790
Taiwan	11,482,403	24,405,942	24,926,276	22,666,672	40,502,769	36,326,075	-11,184,269	-16,096,826	-11,399,799
Hong Kong	6,840,413	14,581,982	21,498,619	9,488,032	11,448,989	6,483,377	-2,647,619	3,132,994	15,015,242
Macau	7,554	70,541	306,743	735,74	1,266,317	915,398	-728,185	-1,195,776	-608,655
Japão	48,584,647	64,924,414	65,141,753	89,655,194	146,479,404	139,262,197	-41,070,547	-81,554,990	-74,120,444
Rússia	2,112,361*	2,092,380	9,334,582	481,294*	7,658,737	26,782,985	1,631,066*	-5,566,357	-17,448,404
Mongólia	97	17,688	57,248	1,986	116,676	52,783	-1,889	-98,988	4,465
Coreia Sul	14,398,720	27,829,961	34,668,671	18,493,163	40,307,676	48,069,079	-4,094,443	-12,477,715	-13,400,408
Coreia Norte	32	2,737	52,151	0	154	0	32	2,583	52,151
Singapura	8,019,122	17,806,301	27,853,610	9,839,485	19,178,293	15,884,931	-1,820,363	-1,371,992	11,968,679
Malásia	3,424,700	10,937,481	12,949,454	5,272,333	25,568,195	30,736,075	-1,847,633	-14,630,714	-17,786,621
Tailândia	2,991,479	6,617,493	9,066,557	5,293,824	16,385,318	23,538,275	-2,302,345	-9,767,825	-14,471,719
Filipinas	2,471,574	8,799,173	8,294,867	3,382,598	13,934,716	8,713,327	-911,024	-5,135,543	-418,46
Indonésia	1,896,735	2,401,890	5,644,478	3,343,108	10,367,037	15,799,138	-1,446,373	-7,965,147	-10,154,659
Brunei	142,677	156,262	111,515	95,65	383,753	114,253	47,027	-227,491	-2,738
Myanmar	20,067	17,144	10,756	22,71	470,657	0	-2,643	-453,513	10,756
Vietname	7,445	367,615	2,789,449	0	821,437	12,901,098	7,445	-453,822	-10,111,649
Laos	771	4,038	18,347	365	9,682	42,447	406	-5,643	-24,1
Cambodja	34	31,718	154,175	63	825,616	2,411,519	-29	-793,898	-2,257,344
Timor-Leste	-	87	5,042	-	0	24	-	87	5,019
Índia	2,486,222	3,667,155	17,682,085	3,191,212	10,686,629	25,704,383	-704,989	-7,019,475	-8,022,298
Austrália	8,534,726	12,482,319	22,218,649	4,432,728	6,438,082	10,588,813	4,101,998	6,044,237	11,629,836

* Dados referentes a 1992.

Fonte: U.S. Department of Commerce, Foreign Trade Division - *TradeStats Express – National Trade Data* [Em linha]. In U.S. Department of Commerce [consulta 2 Janeiro 2010]. Disponível em < <http://tse.export.gov/NTDMap.aspx?UniqueURL=m5ka4kbr2chgzi55ivmren3v-2009-8-6-5-53-20>>

Quadro 35. EUA: Significado Comercial Mútuo com Parceiros da Ásia-Pacífico, 2008 (Exportações + Importações)

Maiores Parceiros Comerciais dos EUA			Posição e Parcela dos EUA na Actividade Comercial dos Parceiros		
Ranking	Parceiro	%	Parceiro	Rank EUA	%
1	UE 27	19,2	Japão	2	14,8
2	Canadá	17,7	RPCChina	2	13,9
3	RPCChina	12,6	Hong Kong	3	9,1
4	México	10,2	Macao	2	15,3
5	Japão	6,2	Taiwan Exp	3	12,1
6	ASEAN 10	5,4	Taiwan Imp	3	11,0
7	Coreia Sul	2,5	Coreia Sul	4	10,1
8	Arábia Saudita	2,0	Coreia Norte	16	0,9
9	Venezuela	1,9	Mongólia	7	2,2
10	Brasil	1,9	Rússia	7	3,7
11	Índia	1,3	ASEAN 10	5	10,0
12	Singapura	1,3	Indonésia	5	8,1
13	Malásia	1,3	Filipinas	3	12,9
14	Nigéria	1,3	Tailândia	4	9,1
15	Suíça	1,2	Singapura	4	9,8
16	Rússia	1,1	Malásia	3	11,1
17	Israel	1,1	Vietname	4	11,8
18	Tailândia	1,0	Laos	7	1,4
19	Austrália	1,0	Camboja	1	21,0
20	Hong Kong	0,8	Brunei	10	1,9
21	Colômbia	0,7	Myanmar	23	0,1
22	Iraque	0,7	Índia	3	9,3
23	Indonésia	0,7	Paquistão	5	8,5
27	Filipinas	0,5	Austrália	4	9,3
30	Vietname	0,5	Canadá	1	65,6
43	Nova Zelândia	0,2	APEC	2	14,3
44	Paquistão	0,2	SAARC*	3	9,1
49	Bangladesh	0,1	UE27	1	15,2

*SAARC = *South Asian Association for Regional Cooperation*: Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

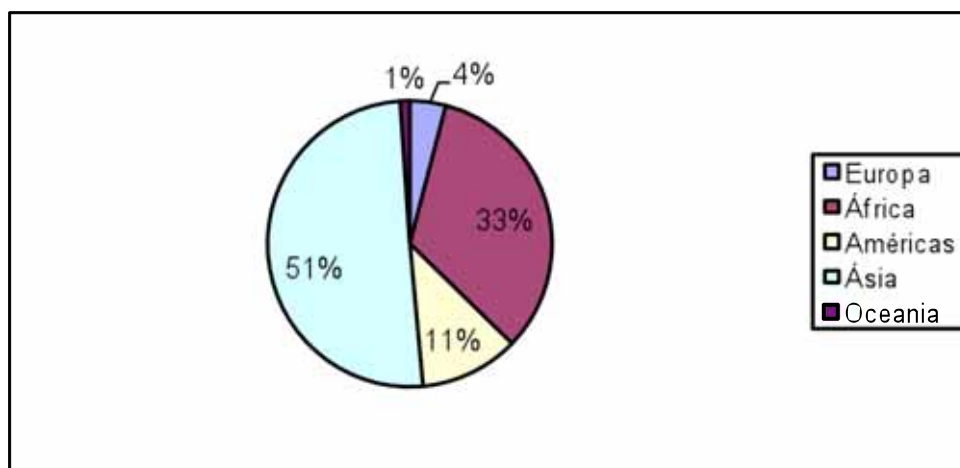
Fontes: European Commission - *Trade Relations, Countries and Regions*. [Em linha]. Brussels: European Commission [Consulta 20 Janeiro 2010]. Disponível em <http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral-relations/regions/index_en.htm>. Apenas no caso de Taiwan: World Trade Organization (WTO) - *Statistics Database – Trade Profiles – Taipei, Chinese, October 2009* [Em linha]. Geneva: WTO [Consulta 20 Janeiro 2010]. Disponível em <<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=E&Country=TW>>

Em benefício da sua posição na Ásia-Pacífico, entretanto, os EUA passaram a utilizar com maior frequência o seu vasto *hard power* em missões de *soft power*, concretamente, empregando a sua panóplia militar na ajuda humanitária e no socorro de emergência às populações e Estados vítimas de catástrofes naturais, como aconteceu na resposta ao devastador Tsunami de 26 de Dezembro de 2004: no curto espaço de 48 horas, os EUA organizaram a maior operação de emergência até então, mobilizando para a região do Índico/Sudeste Asiático cerca de 16 mil militares seus, cerca de 25 navios de guerra e 100 aeronaves para auxiliar as populações e as autoridades locais e distribuir a ajuda que chegava de todo o mundo, disponibilizando de imediato um pacote financeiro de 346

milhões USD num total que viria a atingir os 841 milhões USD doados pelo Governo Americano e a que se somaram mais 1800 milhões USD de donativos privados americanos; enviaram também o navio-hospital *USNS Mercy* que, equipado com 12 salas de operações e 1000 camas, tratou cerca de 10 000 pacientes e realizou mais de 1000 cirurgias naquela ocasião, disponibilizando ainda cruciais imagens de satélite para ajudar nas operações de busca e salvamento ao mesmo tempo que equipas da *US Naval Construction Force* e dos *Marines* procediam à reconstrução urgente de infra-estruturas básicas como centros médicos, estradas, pontes, pistas de aterragem e aeroportos ou portos. De facto, «*no other nation, and no international organization, could have coordinated such a response*» (Cha, 2007: 100). Respostas similares deram os EUA noutras catástrofes, por exemplo, por ocasião do ciclone Nargis no Myanmar ou do tremor de terra na província chinesa de Sinchuan, em 2008²²³.

Paralelamente, e reflexo quer de uma concepção de “segurança completa” quer de uma estratégia multi-dimensional e multi-instrumental quer ainda do forte reinvestimento americano na Ásia nos últimos anos, os EUA não só aumentaram substancialmente a sua Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) (desde 2001, os EUA voltaram a liderar o *ranking* dos maiores doadores) como redireccionaram para a Ásia mais de metade da sua APD.

Figura 10. EUA: Ajuda Pública ao Desenvolvimento por Regiões, % média 2005-2008



Fonte: *OECD-Aid Statistics*.

²²³ Respondendo de imediato à tragédia provocada pelo ciclone Nargis no Myanmar, em 2 de Maio de 2008, apesar das más relações com a Junta Militar birmanesa e a controvérsia em torno da distribuição da ajuda humanitária pelas fortes limitações impostas por aquele regime, a *United States Agency for International Development* (USAID) montou uma *Disaster Assistance Response Team* (DART) baseada na Tailândia e o Departamento de Defesa mobilizou 36 aviões C-30 para transporte de todo o tipo de ajuda humanitária de emergência, ultrapassando a assistência financeira americana os 45 milhões USD canalizada através da ONU e de ONG's como a Cruz Vermelha. Do mesmo modo, na sequência do tremor de terra na província chinesa de Sinchuan, em 12 de Maio de 2008, os EUA (Dep. Defesa + USAID) disponibilizaram assistência à China no valor de 5 milhões USD e forneceram a Pequim preciosas imagens de satélite para auxiliar as operações de socorro e de reconstrução.

Quanto ao papel dos EUA na Ásia Oriental, as sucessivas Administrações Americanas têm-no descrito como equilibrador, garante da segurança e factor de estabilidade e desenvolvimento. Os Governos Asiáticos, por seu turno, continuam a mostrar diferenças acerca da forte presença estratégica dos EUA na região, com a China e a Rússia, nomeadamente, e também numa outra escala a Coreia do Norte e o Myanmar, a encorajarem a diminuição do “hegemonismo” americano, enquanto a maior parte dos restantes países asiáticos continuam a apoiar uma poderosa presença estratégica americana por considerarem tratar-se mais de uma salvaguarda de segurança e estabilidade do que fonte de ameaça.

Não existindo um “equilíbrio natural” entre os Estados Asiáticos, os EUA são cruciais para garantir a segurança e a estabilidade geopolítica regional, contribuindo a sua presença para atenuar animosidades entre outros actores, acomodar a ressurgência das grandes potências asiáticas e favorecer as interacções intra-asiáticas e inter-regionais que, até certo ponto, se desenvolvem de forma mais descomplexada no quadro da *pax americana*. Os EUA promovem, evidentemente, os seus próprios interesses e valores, mas não têm certas ambições territoriais das grandes potências asiáticas. Por muitas discordâncias que os governos asiáticos tenham em relação a certas políticas e iniciativas de Washington, não confiam suficientemente nos vizinhos regionais, sentindo-se a generalidade deles mais seguros nos seus relacionamentos e na gestão dos muitos e variados problemas de segurança sabendo que os EUA “estão por ali”. Com efeito, no Nordeste Asiático, a Coreia do Sul, Taiwan ou a Mongólia poderiam ser tratadas de maneira diferente pela China, pelo Japão e/ou pela Rússia sem a presença dos EUA, tal como as situações na Península Coreana ou no Estreito de Taiwan que se poderiam tornar mais perigosas; similarmente, no Sudeste Asiático, a estabilidade regional, as disputas sobre o Mar da China Meridional ou o relacionamento da generalidade dos países ASEAN com a China poderia ter uma natureza bem diferente sem a presença americana.

Por outro lado, sem o apoio e/ou a pressão dos EUA, países como a Rússia, a Mongólia, a Coreia do Sul, Taiwan, as Filipinas, a Tailândia ou a Indonésia seriam certamente mais resistentes à democratização, se é que a abraçariam de todo. Mesmo nos casos dos regimes autocráticos e semi-autoritários da região, sem a pressão americana, os atentados contra as minorias étnicas e religiosas, os direitos humanos ou a segurança humana seriam ainda mais graves do que já são. A omnipresença americana é ainda fundamental para a segurança económica, energética e marítima, a luta anti-terrorista, a gestão de crises e conflitos, a contra-proliferação de ADM e outros riscos e ameaças da vasta agenda de segurança regional.

Ou seja, os EUA servem de fiel da balança regional e são um factor de segurança, estabilidade e crescimento económico, fornecendo também ajuda ao desenvolvimento,

assistência humanitária e socorro de emergência: «*No other power (including rising China) or any regional organization is even remotely able, much less willing, to undertake these commitments*» (Sutter, 2008a: 10).

No entanto, há uma outra faceta da mesma realidade. Primeiro, a prosperidade e a segurança dos Estados Unidos estão cada vez mais dependentes da Ásia Oriental e das interacções com as principais unidades asiáticas, pelo que a Ásia Oriental vem assumindo, de facto, uma crescente centralidade na política externa e de segurança dos EUA reconhecida, aliás, pelo regime chinês: «*the US has increased its strategic attention to and input in the Asia-Pacific region*» (PRChina, 2009: 5). Depois, a supremacia dos EUA é claramente limitada e insuficiente, por si só, para determinar a ordem regional, o comportamento dos outros actores ou o rumo das transformações e das interacções regionais. Acresce ainda a ascensão económica, militar e política de outros grandes actores, destacando-se destes a China. O que significa, portanto, que os EUA dispõem de uma «*Incomplete Hegemony*», para utilizar o qualificativo de Michael Mastanduno (2003), numa estrutura de poder híbrida e em mutação.

VI.1.3. A Estratégia *Cocktail* Americana

É famosa a observação atribuída a Lord Salisbury²²⁴ segundo a qual «*the most common political error is sticking to the carcasses of dead policies*». Esta tendência parece evidenciar-se na estratégia Asiática dos Estados Unidos na “nova ordem” uma vez que, apesar das diferenças entre as sucessivas Administrações, todas preservaram a robusta presença militar e o antigo “Sistema de São Francisco” como primeiras fontes da proeminência americana e da segurança e estabilidade na Ásia-Pacífico e, por outro lado, reorientaram até certo ponto a política de *containment* para a China. Em larga medida, isso é reflexo da convicção que «*American hegemony is the reliable defense against a breakdown of peace and international order*» (Krisol e Kagan, 1996: 23) e que continuou a orientar grandemente a postura internacional de Washington na “nova ordem”. Neste sentido, os EUA comportam-se como uma potência *status quo*.

Estes vectores representam, contudo, apenas parte de uma estratégia global americana muito mais vasta e diversificada. Efectivamente, a fim de promoverem os seus objectivos e de maneira a ultrapassarem os seus dilemas, internos e externos, os EUA vêm implementando uma autêntica “estratégia *cocktail*” que consiste, genericamente, numa amálgama de várias políticas e estratégias:

²²⁴ Primeiro-Ministro do Reino Unido durante 13 anos, no final do Sec.XIX-início do Sec. XX, terceiro Marquês de Salisbury e também conhecido por Lord Robert Cecil ou Viscount Cranborne.

- *hub and spokes* - posicionando-se no centro do sistema coordenando as actividades e interações dos outros actores e surgindo como a “nação indispensável” e “líder” na gestão dos assuntos locais, regionais e globais;
- *primacy* - empregando todos os instrumentos do seu poder, *hard* e *soft*, no sentido de garantir a hegemonia e a liderança global e também na Ásia-Pacífico;
- *containment* - contendo a ascensão, o poder e a influência de outras potências para um nível que possa representar uma ameaça à supremacia americana e, sobretudo, opondo-se à reemergência de uma potência virtualmente rival (em particular, a China) e/ou à criação de um eixo estratégico asiático hostil (eventualmente, envolvendo a China, a Rússia e a Índia mais o Irão, o Myanmar e a Coreia do Norte);
- *engagement* - mantendo-se sempre envolvidos na generalidade dos assuntos e organismos regionais e cultivando os laços quer com os aliados e parceiros quer com virtuais rivais, além da afirmação dos EUA como “nação do Pacífico”;
- variantes desta como o *selective engagement* (seguindo uma ordem de prioridades estabelecida com base nos interesses nacionais americanos e nos desafios e oportunidades mais relevantes) e o *comprehensive engagement* - pretendendo que esse envolvimento seja abrangente, completo, multi-instrumental e multi-dimensional;
- *balancing* – procurando manter os equilíbrios geopolíticos regionais balanceando, em particular, a rápida e poderosa ressurgência da RPChina, com base nas parcerias e capacidades tanto americanas como dos seus aliados e parceiros e promovendo o estatuto e o papel de certos actores “contra-pesos” como o Japão, a ASEAN, a Coreia do Sul, a Índia e a Austrália;
- ciclicamente, praticando a variante *off-shore balancing* - aceitando a ascensão de outras potências e mantendo um relativo distanciamento menos “desgastante” que torne possível limitar a sua intervenção apenas nas situações em que os interesses vitais americanos estejam directamente postos em causa;
- *enlargement* – promovendo a expansão do liberalismo económico, da Democracia e do Estado de Direito, do comércio livre, dos Direitos Humanos, das liberdades “de temer” e “de querer”, enfim, dos valores universais confundidos, frequentemente, com os valores americanos;
- *carrot and stick* - recompensando ou punindo determinadas condutas dos Governos Asiáticos, pela prática de “incentivos” e “prémios” às boas práticas com reconhecimento político e ajuda económica segundo critérios prévios de “elegibilidade” ou impondo/ameaçando impôr sanções e medidas restritivas e até dispondo-se à intervenção militar; e

- *grand facilitator* - arbitrando e mediando as relações regionais mais sensíveis, gerindo disputas, crises e conflitos e promovendo interdependências e cooperações regionais e inter-regionais.

No âmbito desta “estratégia cocktail”, os EUA recorrem a todos os elementos dos seus *hard power* e *soft power*, combinando o que a Administração Obama proclama como *smart power*, desde as capacidades e omnipresença militares à ajuda ao desenvolvimento, passando pela influência política, diplomática e económica, o “exemplo moral” ou ainda utilizando o seu dispositivo militar em missões de *soft power* – auxílio humanitário e ajuda de emergência em resposta a catástrofes naturais, por exemplo. Utilizam também todos os canais possíveis, procurando que se complementem o unilateralismo, o bilateralismo, o trilateralismo e o multilateralismo, tanto institucionalizado como *ad hoc* e quer intergovernamental quer não-governamental ou “track 2”, apoiando ainda os esforços tendentes à construção de uma “Comunidade do Pacífico” que, naturalmente, englobe os próprios EUA. Onde todas as Administrações Americanas se têm mostrado mais reticentes é na institucionalização da segurança multilateral, receando que isso possa reduzir a centralidade do sistema americano de alianças e parcerias bilaterais e, logo, o papel e o estatuto regional dos EUA: ou seja, como sublinha Carlos Gaspar (2008: 302), «*a tradicional diferenciação das estratégias dos Estados Unidos na relação transatlântica e na relação transpacífico continua a ser a regra*».

Reflexo desta “estratégia cocktail”, a política externa, de segurança e asiática dos EUA parece ser ambivalente e também incoerente e inconsistente. Todavia, isso é o produto de vários dilemas essenciais, internos e externos.

Como é evidente, independentemente das suas percepções e tendências de base, «*todos os Presidentes Americanos têm de proteger os interesses particulares, e por vezes egoístas, de eleitorados particulares; têm de se preocupar com a segurança dos fornecimentos de energia; têm de dar resposta às reivindicações de vários eleitorados dentro dos Estados Unidos*» (Fukuyama, 2006: 97), tal como têm todos de defender, afirmar e promover os interesses e os valores dos EUA nos palcos regionais e mundial. Simplesmente, apesar da sua supremacia, os Estados Unidos defrontam-se com um mundo e uma Ásia extraordinariamente complexos e em constante transformação onde não só não estão em posição de determinar o comportamento dos outros actores como também se deparam com interesses distintos e mais autónomos dos seus aliados e parceiros regionais, o que vem exigindo da Casa Branca uma gestão mais delicada da agenda internacional/asiática dos EUA e dos compromissos internos com o Congresso: na realidade, apesar das sucessivas Administrações considerarem os objectivos americanos “mutuamente reforçadores”, a

sustentação da primazia/liderança dos EUA, o incremento dos laços económicos e a expansão da democracia e dos direitos humanos nem sempre são conciliáveis.

Por outro lado, na ausência de um conceito unificador e orientador semelhante ao *containment*, os interesses e prioridades dos EUA tornaram-se mais difíceis de definir, a interpretação das suas iniciativas mais ambígua e as acções das Administrações Americanas mais abertamente contestadas, desde logo no plano interno: «*there is no longer a consensus among the American people around why, and even whether our nation should remain actively engaged in the world*» (Lake, 1993). Paralelamente, aumentou a influência do Congresso e proliferaram os grupos de interesse e de pressão, mudando a forma como a política externa e de segurança dos Estados Unidos passou a ser elaborada: «*there has been a shift away from the elitism of the past and toward much greater pluralism. This increases the opportunity for input by nongovernmental or lobby groups with interests in foreign policy*» (Sutter, 2003: 26)²²⁵. De facto, o único grande consenso interno é que «*Americans want foreign policy both to cost less and to give more benefit*» (ibid.: 27).

A estratégia dos EUA é, por conseguinte, o resultado da competição e dos equilíbrios entre as várias tendências que concorrem para influenciar a política internacional americana, dos “wilsonianistas” aos “neoconservadores”, dos “isolacionistas” aos “internacionalistas” ou aos “intervencionistas”: «*This battle between multilateralists and unilateralists, often played out in a struggle between the President and Congress, has led to a somewhat schizophrenic American foreign policy*» (Nye, 2002: 156).

Além disso, o idealismo/messianismo e a *realpolitik* são dois traços orientadores que se combinam na “estratégia cocktail” dos EUA, bem sintetizados numa alocução do então National Security Adviser e Chief of White House National Security Staff da Administração Clinton, Anthony Lake (1993): «*we must promote Freedom in the World... because it reflects values that are both American and universal (...) only one overriding factor can determine whether the US should act multilaterally or unilaterally, and that is America’s interests... The simple question in each instance is this: what works best?*».

²²⁵ Segundo Robert Sutter (2003: 26-27), o “modelo elitista de política externa” tem as seguintes características: domínio do processo pelo aparelho executivo, em particular pela Casa Branca, o Departamento de Estado e o Pentágono; consulta Presidencial com a liderança bipartidária no Congresso e respectiva mobilização do apoio do Congresso à política externa da Administração; consultas paralelas com um grupo relativamente pequeno de elites e especialistas numa determinada área; a mobilização do apoio da opinião pública através dos principais meios de comunicação e organizações cívicas. O “modelo pluralista” que gradualmente emergiu na elaboração da política externa americana, por seu turno, apresenta características bem diferentes: um muito maior leque de agências dentro do aparelho executivo envolvidas na política externa, salientando-se a emergência das agências económicas (como o Comércio ou o Tesouro); o aumento do poder do Congresso em detrimento do Executivo; a muito maior participação de organizações não-governamentais e grupos de *lobbying*; e muito menos consenso no Congresso e entre a opinião pública acerca da política externa.

A “estratégia cocktail” Americana é ainda o resultado do chamado “hedging”²²⁶, baseado postura pragmática que além de ser difusa, omni-direccional e multi-instrumental contempla ainda outras duas características essenciais, a flexibilidade e a prudência, presentes em todas as Administrações Americanas na “nova ordem”: *«In a world defined by change, we must be as firm in principle as we are flexible in our response to changing international conditions»* (Bush, 1991); *«Many of our security objectives are best achieved – or can only be achieved – by leveraging our influence and capabilities through international organizations, our alliances, or as a leader of an ad hoc coalition formed around a specific objective...But we must always be prepared to act alone when that is our most advantageous course, or when we have no alternative.»* (USA-The White House, NSS 1996: II); *«While we do not seek to dictate to other states the choices they make, we do seek to influence the calculations on which those choices are based. We also must hedge appropriately in case states choose unwisely»* (USA-The White House, NSS 2006: VIII); *«We will use all elements of American power to achieve objectives... while there are instances and individuals who can be met only by force, the United States will be prepared to listen to and talk with our adversaries in order to advance our interests»* (Obama/The White House). A ressurgente China é, naturalmente, o objecto central da “estratégia cocktail” dos EUA na Ásia e alvo prioritário do “hedging” americano: *«The United States welcomes the rise of a stable, peaceful, and prosperous China, and encourages China to participate responsibly in world affairs by taking on a greater share of the burden for the stability, resilience, and growth of the international system... However, much uncertainty surrounds China’s future course, particularly regarding how its expanding military power might be used... The United States continues to work with our allies and friends in the region to monitor these developments and adjust our policies accordingly»* (USA-DoD, 2009: I).

²²⁶ O significado da noção de “hedging” será explicado mais adiante no Cap. VI.7.2. por corresponder a uma postura mais generalizada na Ásia Oriental.

VI.1. 2. R.P. China

O desaparecimento do “cerco soviético” fez com que, pela primeira vez desde as Guerras do Ópio na segunda metade do Século XIX e o estabelecimento da República Popular, em 1949, o *heartland* da China deixasse de estar sob a ameaça de invasão por uma força moderna superior (Yahuda, 2004: 282). Assim, embora o processo de abertura e reforma económica, principal alavanca da ascensão chinesa, tivesse começado uma década antes, o fim da ameaça soviética contribuiu significativamente para a ressurgência da RPChina por aumentar a sua segurança estratégica e a sua “margem de manobra” e criar condições mais favoráveis para o crescimento do seu “poder nacional abrangente”, com o termo dos contragimentos bipolares a facilitarem ainda a “reasiatização” da China e uma determinada “sinização” da Ásia. Num certo sentido, a China é o que sempre foi: gigantesca, autocrática, confucionista, misteriosa, milenar. Entretanto, tornou-se também mais poderosa, estando em melhores condições para, Século e meio depois, tentar restaurar uma determinada ordem sino-cêntrica.

Porém, coincidindo com o fim da dupla Guerra Fria, o choque de Tiannamen deixou o regime de Pequim mais preocupado com a sustentabilidade do “papel dirigente do PCC”, a “unidade da China”, o “hegemonismo” dos EUA e eventuais estratégias de “contenção anti-China”. Por outro lado, a ressurgência chinesa é ainda incompleta, sendo a China um “país em desenvolvimento” confrontado com enormes constrangimentos, internos e externos. Esta situação ambivalente leva Pequim a desenvolver uma política de *peaceful rise* e uma “grande estratégia” nacional projectada a longo-prazo para servir interesses actuais e objectivos futuros.

VI.2.1. Ressurgência Económica e Militar

A emergência de uma potência não representa nenhuma novidade na História. Simplesmente, a China não é uma potência qualquer, é um país de superlativos, com um elevadíssimo potencial estratégico: possui uma civilização milenar e a mais longa História ininterrupta do mundo, prolongando-se por mais de 4500 anos; é historicamente proeminente na região, o “Império do Meio” durante mais de dois mil anos; é o Estado mais populoso do mundo, com cerca de 1400 milhões de habitantes²²⁷; os 9,6 milhões de km² do seu território fazem da RPChina um dos países mais vastos do mundo, estendendo-se por mais de 4000 km entre as suas partes Ocidental e Oriental e quase outro tanto de Norte

²²⁷ O que corresponde, aproximadamente, a um quinto da população mundial, quatro vezes mais que a população dos EUA, dez vezes a da Rússia ou do Japão, quase duas vezes e meia a dos 10 ASEAN juntos ou 70% de toda a população da Ásia Oriental!

para Sul; dispõe das maiores Forças Armadas do mundo, com um efectivo que ultrapassa os 2 milhões de soldados²²⁸, a que se somam mais 650 mil elementos da Política Armada Popular, outro tanto de militares reservistas e ainda cerca de 10 milhões de milícias; e possui a economia com o ritmo de crescimento mais acelerado nas últimas três décadas. É, pois, este “panda gigante” que está em franca ressurgência, baseado na dimensão mas também no ritmo: «*Might, Money, and Minds*» são, como refere David Lampton (2008), as novas «*three Faces of Chinese Power*».

A sua ascensão económica e comercial é verdadeiramente impressionante: o *share* da RPCChina no PIB mundial baseado em paridades de poder de compra (PPP) passou, entre 1990 e 2010, de 3,5% para quase 13% e é, desde 2008, o maior exportador mundial (ver atrás Quadros 13 e 9). A suportar esta ascensão estão o seu gigantesco mercado interno, a hábil internacionalização e uma grande capacidade de atracção de Investimento Directo Estrangeiro, se bem que a China também venha investindo cada vez mais no estrangeiro - sobretudo, através dos recentemente criados *State Administration Foreign Exchange* (SAFE), *China Investment Corporation* (CIC) e *Sovereign Wealth Funds* (SWF) -, designadamente, nas áreas financeira e energética, fazendo gigantescas aquisições e/ou fusões, com alguns dos grandes conglomerados chineses, agora com elevada capitalização, a subirem rapidamente no ranking das maiores companhias mundias (ver Paiva, 2008).

Actualmente, a China é o maior produtor e consumidor mundial de carvão, aço e cimento, o segundo maior produtor e consumidor mundial de energia, o maior acumulador de divisas externas e *US Securities*, o maior produtor de brinquedos e têxteis, o país com mais utilizadores de computadores pessoais, internet, linhas fixas de comunicação, telefones móveis, televisões e outros aparelhos eléctricos e o mercado em maior expansão nos sectores automóveis (estima-se que o número passe dos 27 milhões em 2004 para perto dos 400 milhões em 2030), electrificação, infraestruturas, motorização, viagens aéreas ou turismo, afectando decisivamente estes e outros sectores-chave da economia mundial. A China produz muito e exporta muito mas também importa e consome abundantemente, tornando-se num verdadeiro *shopping* mundial.

A RPC é, portanto, um dos grandes vencedores da globalização económica e a nova estrela da economia mundial - a escalada das suas posição e parcela na actividade comercial dos parceiros, Asiáticos e não só, expressa bem essa realidade, parecendo que muitos vizinhos começam a tornar-se novamente “tributários” da China (ver Quadro 36 a seguir). Esta escalada deverá acentuar-se no futuro: a manterem-se as tendências actuais, a China poderá ser em breve a maior economia do mundo, sendo constantemente antecipada essa

²²⁸ Distribuídos por quatro “ramos” (1 milhão e 250 mil no Exército, 255 mil na Armada, 400 mil na Força Aérea e cerca 100 mil na chamada “Segunda Artilharia” correspondente às Forças Estratégicas) e sete “Regiões Militares” (Pequim, Shenyang, Jinan, Nanjing, Guangzhou, Lanzhou e Chengdu).

possibilidade - como se percebe no comparativo entre as performances estimadas da RPChina, dos EUA, da Índia, da Rússia e do Japão até 2030 (Quadro 37).

Quadro 36. RPChina: Significado Comercial Mútuo com Parceiros da Ásia-Pacífico, em 2008 (Importações + Exportações)

Maiores Parceiros Comerciais da RPChina			Posição e Parcela da RPChina na Actividade Comercial dos Parceiros		
Ranking	Parceiro	%	Parceiro	Rank China	%
1	UE27	17,0	EUA	3	12,6
2	EUA	13,9	Japão	1	18,2
3	Japão	10,6	Coreia Sul	1	23,0
4	Hong Kong	9,7	Coreia Norte	1	41,6
5	ASEAN10	9,4	Taiwan Expor	1	26,1
6	Coreia Sul	7,8	Taiwan Impor	2	13,1
7	Austrália	2,3	Hong Kong	1	49,6
8	Rússia	2,3	Macau	1	32,9
9	Malásia	2,2	Mongólia	1	46,7
10	Índia	2,2	Rússia	2	7,6
11	Singapura	2,1	ASEAN 10	1	11,9
12	Brasil	2,0	Indonésia	3	10,3
13	Arábia Saudita	1,7	Filipinas	1	18,9
14	Tailândia	1,5	Tailândia	3	10,5
15	Canadá	1,5	Singapura	3	10,3
16	Filipinas	1,3	Malásia	2	13,1
17	Indonésia	1,2	Vietname	1	16,4
18	Irão	1,2	Laos	2	10,3
19	Emiratos Árabes Und.	1,1	Camboja	4	11,4
20	Angola	1,0	Brunei	7	2,9
21	Vietname	0,8	Myanmar	2	20,9
22	Chile	0,7	Austrália	3	15,5
23	México	0,7	Índia	2	11,6
24	Cazaquistão	0,7	Paquistão	2	12,0
25	África do Sul	0,7	Canadá	3	6,0
35	Paquistão	0,3	APEC	3	12,4
43	Nova Zelândia	0,2	SAARC*	2	11,3
51	Macau	0,1	UE27	2	11,4

*SAARC = *South Asian Association for Regional Cooperation*: Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

Fontes: European Commission - *Trade Relations, Countries and Regions*. Op. cit.. Apenas no caso de Taiwan: World Trade Organization (WTO) - *Statistics Database –Taipei, Chinese*. Op. cit.

Quadro 37. Performance do PIB da China comparativamente a Rússia, Japão, EUA e Índia, 1990-2030

Níveis do PIB avaliado em Paridades de Poder de Compra (PPP)									
Mil milhões USD a preços de 1990						% China relativamente a			
	Rússia	Japão	China	EUA	Índia	Rússia	Japão	EUA	Índia
1990	1.151	2.321	2.124	5.803	1.098	185	92	37	199
2003	914	2.699	6.188	8.431	2.267	677	229	73	273
2015	1.300	3.116	12.271	11.467	4.665	944	394	107	263
2030	2.017	3.488	22.983	16.662	10.074	1.139	659	138	228

PIB per Capita com base em Paridades de Poder de Compra (PPP)									
USD a preços de 1990						% China relativamente a			
	Rússia	Japão	China	EUA	Índia	Rússia	Japão	EUA	Índia
1990	7,779	18,789	1,871	23,201	1,309	24	10	8	143
2003	6,323	21,218	4,803	29,037	2,160	76	23	17	222
2015	9,554	24,775	8,807	35,547	3,663	88	36	25	240
2030	16,007	30,072	15,763	45,774	7,089	98	52	34	222

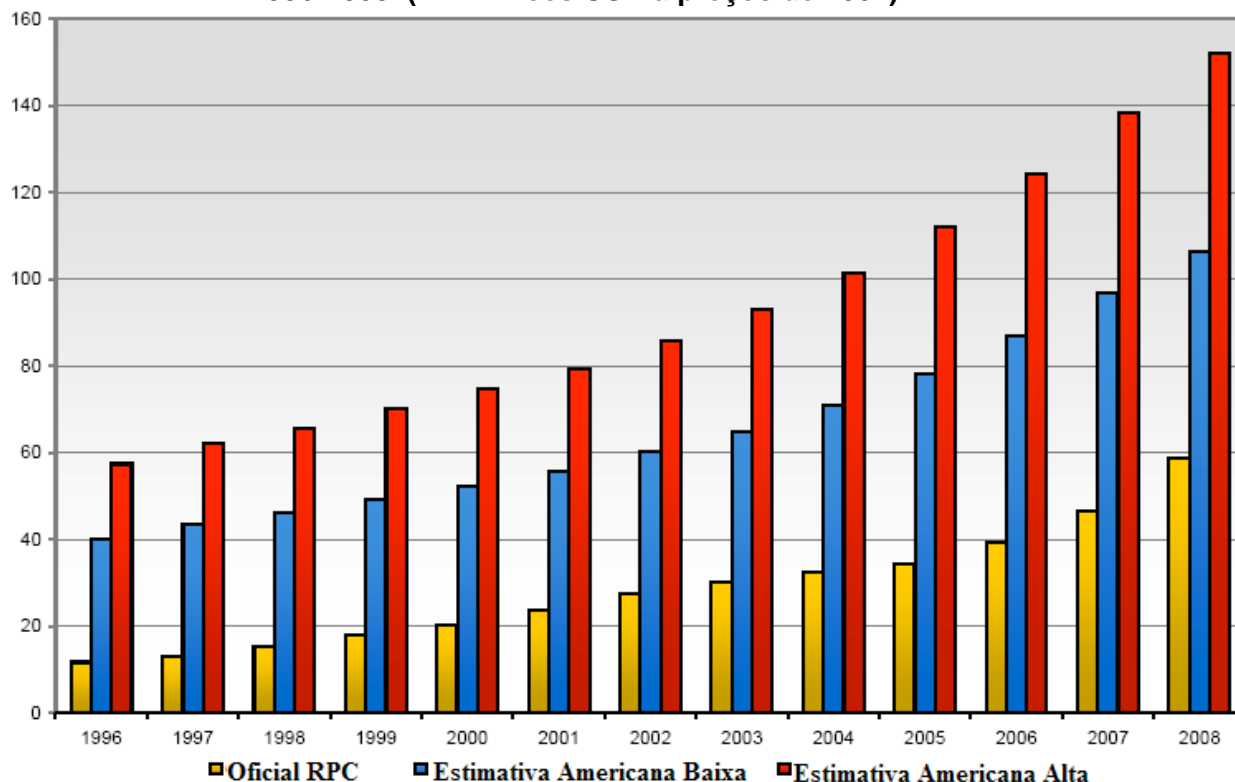
Fonte: Maddison/OECD, 2007: 95- Tables 4.1a e 4.1b.

Aproveitando o crescimento económico e a maior disponibilidade financeira, numa lógica de reforço mútuo, a China tem vindo a investir substancialmente na Defesa, desenvolvendo as suas indústrias e tecnologias militares e adquirindo no estrangeiro sistemas e armamentos avançados. De acordo com Pequim, o orçamento de Defesa chinês teve aumentos na ordem dos dois dígitos percentuais anualmente ao longo das duas últimas décadas (ver atrás Quadro 18): em 2005, as suas despesas militares eram cerca de dez vezes superiores às de 1989 e, em 2009, quase duplicavam as de 2005. Os aumentos oficiais são, portanto, muito avultados, tornando-se a RPChina no país da Ásia Oriental que mais gasta na Defesa e o segundo a nível mundial, se bem que a uma grande distância dos EUA. Esses aumentos ultrapassam largamente, todavia, o crescimento do PIB - aliás, a própria *Lei de Defesa Nacional* da China estabelece que as despesas militares são baseadas tanto no nível de desenvolvimento económico do país como nas «*actual defense needs*» (cit. in Carriço, 2008: 213). Ainda por cima, a RPChina continua a ser pouco transparente nas suas despesas militares, com as estimativas externas a apontarem valores muito superiores aos oficiais, embora os números oscilem consoante a fonte - as dúvidas prendem-se, fundamentalmente, com a real dimensão dos proveitos resultantes das actividades económicas e empresariais do EPL. Por outro lado, o regime chinês é também acusado de tentar aceder a certos meios e tecnologia por processos ínvios como espionagem e aquisições no “mercado negro”, inclusivamente na Rússia²²⁹ e, em particular, nos EUA²³⁰.

²²⁹ O antigo director de um instituto de pesquisa associado à agência espacial russa foi sentenciado a 11 anos de prisão por ter “passado” para a RPChina tecnologia classificada que poderia ser usada no desenvolvimento de mísseis capazes de transportar ogivas nucleares.

²³⁰ Por exemplo, entre 2000 e 2006, o *Immigration and Customs Enforcement* americano iniciou mais de 400 investigações envolvendo a exportação ilícita de armas e tecnologia para a China (EUA-Dep. Defesa, *Military*

Figura 11. RPChina: Orçamentos Militares Oficiais e Estimativas Americanas, 1996-2008 (Mil Milhões USD a preços de 2007)



Fonte: USA-DoD, 2009: 32-Fig. 8.

Os elevados gastos na Defesa têm permitido aos dirigentes chineses acelerar o que apelidam de «*revolução dos assuntos militares com características chinesas*». Esta começou nos anos 1980, acelerou na segunda metade dos anos 1990 e mantém-se actualmente, baseada na “mecanização” e na “informatização”: «*China pursues a three-step development strategy to modernize its national defense and armed forces... it will lay a solid foundation by 2010, basically accomplish mechanization and make major progress in informationization by 2020, and by and large reach the goal of modernization of national defense and armed forces by the mid-21st century*» (PRChina, 2009 - *China's National Defense in 2008*: 8-9). Insistindo no antigo e ambíguo conceito de «*Defesa Activa*», o objectivo estratégico agora expresso é dotar a China de forças capazes de combater e vencer «*local wars in conditions of informationization... under the most difficult and complex*

Power of the PRChina 2008: 6); em Março de 2008, o cidadão chinês Chi Mak foi sentenciado por um Juiz Federal Americano a vinte e quatro anos e meio de prisão sob a acusação de espionagem e depois de assumir ter estado nos EUA durante mais de 20 anos a espiar e fornecer planos sensíveis de navios, submarinos e armas à RPChina; de acordo com um relatório do FBI de 2008, de todas os serviços de *intelligence* estrangeiros tentando penetrar as Agências americanas, os da RPChina são os mais agressivos, concluindo que tais serviços chineses «*pose a significant threat both to the national security and to the compromise of U.S. critical national assets*» e que «*will remain a significant threat for a long time*» (cit. in EUA-Dep. Defesa, *Military Power of the PRChina* 2009: 51).

circumstances» (ibid.: 11) Estas concepções não constituem propriamente uma doutrina – não existe em chinês um termo equivalente a “doutrina”, o mais próximo que existe é “pensamento militar” (ver Peng e Yao, 2005) –, mas sim uma orientação estratégica para diversos cenários possíveis de conflito²³¹. Entretanto, Pequim acrescentou como importante desígnio e servindo também de orientação para o desenvolvimento das capacidades chinesas as «*military operations other than war (MOOTW)*», tais como a segurança marítima, espacial, energética e do ciberespaço, o contra-terrorismo, o combate à pirataria, o socorro de emergência ou o *peacekeeping* internacional (PRChina, 2009: 12).

A modernização militar é, de facto, um vector absolutamente crucial do crescimento do “poder nacional abrangente” da RPChina, com os dirigentes chineses a colocarem especial ênfase no desenvolvimento das estratégias e capacidades de “anti-acesso/negação de área”, sistemas assimétricos²³² e “áreas de excelência” como mobilidade, reacção rápida e inter-operabilidade, mísseis, forças áreas e navais, “guerra electrónica”, logística e C4ISR (*Command, Control, Communications, Computers e Informations, Surveillance, Reconnaissance*). Richard Fischer (2006) destaca dez domínios em que o esforço de modernização chinês regista maior sucesso: 1) informatização; 2) alta tecnologia, sistemas assimétricos e guerra electrónica; 3) Espaço²³³; 4) novos mísseis balísticos intercontinentais e mísseis balísticos lançados de submarino; 5) mísseis de cruzeiro estratégicos; 6) mísseis balísticos de curto e médio alcance; 7) forças aéreas ofensivas modernas; 8) novos submarinos ofensivos nucleares e não-nucleares; 9) novos navios de guerra; e 10) aumento das capacidades de projecção de forças aéreas e anfíbias (ver também Blasko, 2006;

²³¹ Segundo Alexandre Carriço (2008: 208), Pequim prepara cinco cenários principais de guerra limitada: conflito militar com países vizinhos numa região delimitada; conflito em águas territoriais; ataque aéreo não declarado por países inimigos; defesa territorial numa operação militar limitada; e ofensiva punitiva por intermédio de uma incursão num país vizinho.

²³² É, concretamente, o caso dos programas apelidados por Pequim de *Assassin's Mace* na designação oficial em inglês, tendo em vista explorar vulnerabilidades de opositores potenciais tecnologicamente superiores e, assim, virar em seu favor o curso de um eventual conflito, misturando novas e velhas tecnologias aplicadas de forma inovadora e que incluem desde meios aéreos, navais e terrestres ao desenvolvimento da nanotecnologia e de componentes bio-bacteriológicas ou às capacidades de “guerra electrónica”. Na realidade, cada vez mais confiante nas suas aptidões, o EPL chinês acredita que o sucesso militar pode ser alcançado atacando certos “nódulos” vitais mas mais vulneráveis dos seus inimigos tais como centros de comando e controlo, plataformas tecnológicas, bases aéreas e navais, redes de transportes e comunicações ou sistemas de vigilância e satélites, numa estratégia que é vulgarmente definida como “guerra de acupunctura” (Carriço, 2008).

²³³ Por exemplo, em Outubro de 2003, a RPChina lançou a sua primeira aeronave tripulada para o espaço orbital terrestre; depois de nova missão com dois tripulantes, em 2005, e de ter lançado o seu primeiro orbital lunar, em Outubro de 2007, Pequim projecta poder efectuar saídas no espaço e missões de acoplagem com um laboratório espacial até 2010, seguindo-se a instalação de uma estação completa e da chegada tripulada à lua até 2020. Paralelamente, tem desenvolvido capacidades de comando, detecção, informação, controlo e vigilância baseadas no espaço extra-atmosférico: só nos anos de 2004 e 2006, a China colocou dez satélites em órbita em cada ano, lançando 15 *rockets* e 17 satélites durante 2008 e esperando ter mais de 100 satélites em órbita até 2010 e mais outra centena até 2020. Está ainda a desenvolver capacidades de “anti-acesso” no espaço ou contra-medidas defensivas, incluindo *Maneuvering Re-entry Vehicles* (MaRV), *Multiple Independently Targeted Re-entry Vehicles* (MIRV), “escudos térmicos” e *Anti-Satellite Weapons* (ASAT) para impedir o uso do espaço por potenciais adversários: em Janeiro de 2007, por exemplo, a China testou com sucesso o seu primeiro míssil ASAT directo.

Finkelstein e Gunness, 2007; Carriço, 2008; PRChina, 2009; e USA-DoD, 2009). O EPL está, assim, a deixar de ser uma força de massa essencialmente reactiva, com armamento obsoleto e orientada para combater numa guerra prolongada de atrito no imenso território chinês e a transformar-se numa «*strong and multiple-service force*» (Hu Jintao, 2007b) muito mais moderna e flexível. A capacidade da China de projectar poder militar a longas distâncias é ainda relativamente limitada, mas o contínuo e significativo fortalecimento do poderio militar chinês está já alterar as balanças militares regionais e a ter implicações muito para lá da Ásia Oriental.

A ascensão económica e o fortalecimento militar vêm reforçando o estatuto internacional da RPChina enquanto grande potência, alimentado também por um crescente e cada vez mais activo envolvimento nas organizações regionais e internacionais e um hábil exercício de *soft power*, tudo contribuindo para o aumento da sua influência política. Consequentemente, enquanto a superpotência EUA reconhece que «*China's rapid rise as a regional political and economic power with growing global influence has significant implications for the Asia-Pacific region and the world*» (USA-DoD, 2009: I), Pequim assume confiante que «*the world cannot enjoy prosperity and stability without China*» (PRChina, 2009: 1).

VI.2.2. Constrangimentos e Preocupações de Segurança

Sendo incontestável esta ressurgência, a realidade é que a RPChina é ainda um “país em desenvolvimento”, com um nível de desenvolvimento humano apenas “médio” e enredada em múltiplos constrangimentos e desafios. O próprio regime reconhece no mais recente “China's National Defense” que «*China is faced with the superiority of the developed countries in economy, science and technology, as well as military affairs*» (ibid.: 6). Por outro lado, os dirigentes chineses exibem uma noção de segurança abrangente e completa, baseados no “Novo Conceito de Segurança” enunciado desde 1997, ligando mais claramente segurança e desenvolvimento e segurança interna e internacional. Efectivamente, «*China's security situation has improved steadily... However, China is still confronted with long-term, complicated, and diverse security threats and challenges. Issues of existence security and development security, traditional security threats and non-traditional security threats, and domestic security and international security are interwoven and interactive*» (ibid.: 5-6).

Esta situação condiciona largamente a política de Pequim, interna e externamente, bem como a sua agenda de segurança que inclui uma grande diversidade de preocupações: «*China places the protection of national sovereignty, security, territorial integrity, safeguarding of the interests of national development, and the interests of the Chinese*

people above all else... China's national defense policy for the new stage in the new century basically includes: upholding national security and unity, and ensuring the interests of national development; achieving the all-round, coordinated and sustainable development of China's national defense and armed forces; enhancing the performance of the armed forces with informationization as the major measuring criterion; implementing the military strategy of active defense; pursuing a self-defensive nuclear strategy; and fostering a security environment conducive to China's peaceful development» (ibid.: 8). Fundamentalmente, e para além da preocupação e dos dilemas relacionados com a manutenção do “papel dirigente” do PCC e a sobrevivência do regime que abordámos atrás (Cap. V.1.1), os dirigentes chineses demonstram perceber outros cinco grandes grupos de constrangimentos e preocupações de segurança principais.

Primeiro, a unidade da China. Oficialmente, Pequim define a China como um “Estado unitário multi-étnico”, reconhecendo 56 grupos étnicos entre os quais não constam os “taiwaneses”²³⁴: apesar de 92% da vastíssima população chinesa pertencer ao grupo Han - sendo os outros grupos referidos como “minorias nacionais” -, tem razão Suisheng Zhao (2004a) ao qualificar a China como «*A Nation State by Construction*», contribuindo para a sensibilidade desta matéria. A realidade é que tudo o que possa pôr em causa a coesão territorial e política, a ordem pública e a harmonia social é encarado por Pequim como uma ameaça, com destaque para as tendências fragmentárias e «*todas as formas de terrorismo e extremismo*» que lhes estão associadas, nomeadamente, «*Separatist forces working for “Taiwan independence,” “East Turkistan independence” and “Tibet independence” pose threats to China's unity and security*» (PRChina, 2009: 6).

O Tibete (com 1 221 600 km²)²³⁵ sempre gozou de grande visibilidade internacional, desde logo, pelo apoio histórico da Índia à causa tibetana e pela empatia generalizada da comunidade internacional por Dalai Lama, Prémio Nobel da Paz e *Congressional Gold Medal* dos EUA. Dalai Lama não reivindica oficialmente a independência do Tibete, mas exige o fim do que apelida de “genocídio cultural” propondo, desde o início dos anos 1990, uma ambígua «*Middle-Way Approach*» entre a recusa do actual estatuto do Tibete na RPC

²³⁴ São eles: Han, Mongóis, Hui, Tibetanos, Uigures, Miao, Yi, Zhuang, Bouyei, Korean, Manchus, Dong, Yao, Bai, Tujia, Hani, Kazak, Dai, Li, Lisu, Va, She, Gaoshan, Lahu, Shui, Dongxiang, Naxi, Jingpo, Kirgiz, Tu, Daur, Mulam, Qiang, Blang, Salar, Maonan, Gelo, Xibe, Achang, Pumi, Tajik, Nu, Ozbek, Russos, Ewenki, Deang, Bonan, Yugur, Jing, Tatar, Drung, Oroqen, Hezhen, Moinba, Lhoba e Jino. De acordo com o quinto censo nacional, em 2000, somente dezoito desses grupos têm uma população acima de 1 milhão de indivíduos (o mais populoso dos quais é o Zhuang, com cerca de 17 milhões), tendo dezassete grupos uma comunidade entre 100 mil e 1 milhão de indivíduos e outros vinte grupos uma população entre 10 mil e 100 mil - o menos numeroso é o Lhoba, com apenas cerca de 3000 indivíduos.

²³⁵ Esta é a dimensão enquanto região administrativa da RPChina e que corresponde sensivelmente à dimensão do território que era *de facto* independente entre as duas Guerras Mundiais. Por seu lado, o Governo Tibetano no Exílio, em Dharamsala, na Índia, reivindica um Grande Tibete com cerca de 2 500 000 km².

e a independência formal, a fim de resolver pacificamente a questão e encontrar um modo de coexistência “igualitário” entre os povos chinês e tibetano²³⁶. Por este facto, e sobretudo pela pressão internacional, os dirigentes chineses mostram alguma flexibilidade para fazer progredir a «*Regional Ethnic Autonomy*» do Tibete²³⁷ e, ciclicamente, disponibilidade para dialogar com um interlocutor exilado há cinco décadas (provocando a ira e reacções contundentes do regime chinês sempre que é recebido por líderes estrangeiros), parecendo Pequim querer obter algum tipo de consenso com o actual líder espiritual dos tibetanos, nascido em 1935, antes que facções mais jovens que exigem a independência pura e simples e são defensores de uma abordagem “menos pacífica” se tornem proeminentes no Governo do Tibete no Exílio e no seio do movimento tibetano na China.

O problema do Xinjiang (com 1 646 800 km² e cuja população é de esmagadora maioria Uígur e muçulmana) tem contornos bastante diferentes, não só porque não tem a visibilidade nem goza da empatia internacional do Tibete como, a partir dos anos 1990, alguns grupos separatistas (nomeadamente, o *East Turkestan Independence Mouvement* - ETIM) passaram a recorrer ao terrorismo - de que são exemplo a onda de atentados, em 1997, provocando algumas dezenas de mortos ou os ataques a postos policiais, no início de Agosto de 2008, escassos dias antes da abertura dos JO de Pequim, provocando quase três dezenas de mortos -, instrumentalizado Pequim esse facto, em particular, no quadro pós-11 de Setembro e da luta anti-terrorista global, para efeitos de repressão interna e imagem externa: «*Especiallly in the 1990s, influenced by religious extremism, separatism and international terrorism, part of the “East Turkistan” forces both inside and outside China turned to splittist and sabotage activities with terrorist violence as their chief means... After the September 11 incident, the voices calling for an international anti-terrorist struggle and cooperation have become louder and louder*» (PRChina, 2003b - *History and Development of Xinjiang*: IV).

A questão de Taiwan é, evidentemente, muito distinta das anteriores: não está sob controlo de Pequim, vivendo uma independência *de facto* desde a proclamação da RPC; apesar do regime chinês considerar tratar-se de um “assunto interno”, é o problema mais espinhoso nas relações com os EUA; representa a maior ameaça para a “unidade da China”; e constitui um *hotspot* sensível na segurança regional/internacional. No fundo, Taiwan «*C’est notre Alsace-Lorraine!*», na analogia usada por um diplomata chinês (cit. in Gaspar, 2008: 291).

O regime de Pequim está insatisfeito com o *status quo* e sempre afirmou o “princípio sagrado de Uma só China”, sendo a unificação um imperativo a alcançar a prazo - se bem

²³⁶ Ver Dalai Lama webpage, *His Holiness's Middle Way Approach For Resolving the Issue of Tibet*.

²³⁷ A visão oficial de Pequim sobre a questão tibetana, incluindo o balanço histórico da autonomia e dos alegados benefícios alcançados pelos Tibetanos no quadro da RPC, pode ver-se, p.ex., nos Livros Brancos da PRChina, *Regional Ethnic Autonomy in Tibet* (2004) e *Tibet's March Toward Modernization* (2001).

que o antigo Presidente Jiang Zemin tenha alertado que «*Taiwan problem should be resolved while the older generation of cadres is still around*» (cit. in Silva, 2008: 321). No período pós-Guerra Fria, têm preocupado os dirigentes chineses a continuada prática americana de “duas Chinas” (incluindo a entrega de armamentos a Taipé e a preferência de Washington pelo *status quo*) e a pressão taiwanesa no sentido de avançar unilateralmente para a independência, em particular, as manobras independentistas e em prol da *identidade taiwanesa* dos anteriores Presidentes Lee Teng-hui e Chen Shui-bian (ver atrás Cap. V.1.). Por isso, o principal objectivo da China nas últimas duas décadas tem sido impedir a independência *de jure* de Taiwan: é isso que justifica a escalada das ameaças de Pequim, incluindo cíclicos exercícios militares “dissuasores” no Estreito de Taiwan.

A política da RPChina em relação a Taiwan não se esgota, todavia, na pressão militar, continuando a propor uma integração pacífica com base no princípio “um país, dois sistemas” e a prosseguir a chamada “*política das três manutenções*”: manter o bloqueio diplomático, manter a pressão militar e manter os laços económicos, sociais e culturais. Se as duas primeiras visam impedir a independência de Taiwan, é através da terceira que a RPC espera alterar gradualmente o *status quo* rumo à unificação. Atraindo negócios e empresários taiwaneses (ou *taishang*), Pequim fomenta a dependência económica de Taiwan numa espécie de “efeito refém”, ao mesmo tempo que dá a conhecer o “lado bom” da “Mãe-Pátria” e espera que os *taishang* possam funcionar como “cavalo de Tróia” a favor de uma “China unida e próspera” (ver Woodrow Wilson Center’s Asia Program, 2004; e Silva, 2008). Nos últimos anos, Pequim lançou também a «*China’s Policy on ‘Three Direct Links’ Across the Taiwan Straits*» onde sustenta que o fortalecimento dos laços directos nos domínios das comunicações, transportes e comércio são do interesse imediato de todos os chineses e «*the Fundamental Way to Attaining Mutual Benefit and a Win-Win Situation*» (PRChina, 2003a: Chap. II).

Jogando com habilidade a política “do bastão e da cenoura”, um mês e meio depois de aprovar uma *Lei Anti-Secessionista*, em 2005, a RPChina e o próprio Presidente Hu Jintao receberam os líderes do Kuomintang e da chamada “Coligação Pan-Azul”, então na oposição em Taiwan, numa visita histórica. Embora para os dirigentes de Pequim esta visita não altere em nada a política oficial de não ter contactos directos com Taiwan, esta jogada integrou-se nitidamente numa estratégia de “envolvimento” com aqueles que, na “província rebelde”, são mais favoráveis ao ideal de “uma única China” e à identidade chinesa e, simultaneamente, de desgaste/isolamento do então Presidente taiwanês Chen Shui-bian, actuando directamente sobre as forças políticas e a opinião pública taiwanesa e internacional. Entretanto, ganhando as eleições Legislativas e Presidenciais em Taiwan, na Primavera de 2008, o Kuomintang voltou ao poder com o Presidente Ma Ying-jeou, o que

claramente deixou também satisfeito o regime de Pequim desanuviando o ambiente no Estreito²³⁸.

Um segundo grupo de constrangimentos e preocupações chinesas está associado à sustentabilidade do crescimento económico, à unidade geoeconómica da China e ao binómio desenvolvimento-segurança. Desde logo, o crescimento económico não tem sido feito sem dor e a China enfrenta uma vasta série de desafios: largas centenas de milhões de chineses continuam sem ver os benefícios do crescimento nacional e as assimetrias entre as províncias e regiões chinesas permanecem elevadas, em particular, entre as zonas costeiras e do interior, numa verdadeira situação de “um país, todas as desigualdades” e de “múltiplas” “Chinas” em termos de actividades industriais e agrícolas, transportes e infraestruturas, índice de desemprego, rendimento *per capita*, etc. (ver Ribeiro, Azevedo e Trindade, 2008; e Maddison/OECD, 2007); o uso intensivo das terras gera problemas de erosão e sub-produtividade, aumentando as dificuldades de abastecimento da vasta população e maior dependência de bens alimentares importados, apesar de 43% da força laboral chinesa estar afectada à agricultura (com 25% para a indústria e 32% nos serviços); acumula-se o descontentamento entre a vastíssima classe dos agricultores chineses e também entre os chineses urbanos e operários industriais e os novos grupos sociais emergentes, crescendo as tensões sociais e multiplicando-se as grandes manifestações na China, entre 70.000 e 90.000 anualmente, número verdadeiramente impressionante tendo em conta o carácter autoritário do regime; a pressão demográfica é tremenda, por via da sobrepopulação, do êxodo rural massivo e da urbanização (calcula-se que, entre 2000 e 2025, mais cerca de 300 a 400 milhões de chineses se desloquem dos campos para as áreas urbanas), bem como por causa do rápido envelhecimento populacional, em larga medida, reflexo da apertada política de controlo da natalidade - estima-se que os cerca de 145 milhões de idosos chineses existentes, em 2000 passem para perto dos 300 milhões, em 2030 -, com os custos adicionais relacionados com a produtividade, a saúde ou o apoio social; prolifera a corrupção e a criminalidade; são inúmeras as dificuldades do aparelho fiscal e da máquina burocrática estatal na colecta de receitas e na redistribuição da riqueza; os sistemas bancário, financeiro, monetário, jurídico-legal ou de segurança social são ainda relativamente embrionários e incipientes; multiplicam-se as divergências entre as autoridades regionais e o poder central sobre as respectivas competências e distribuição de receitas; etc., etc.

Por outro lado, para um *developmental state* baseado na internacionalização como a RPChina, é vital garantir o acesso aos mercados externos seja para escoamento seja para

²³⁸ O relacionamento Pequim-Taipé será tratado adiante no Cap. VI.7.1.

abastecimento: daí a extraordinária importância da segurança económica, marítima e energética.

«*A falta de petróleo e gás natural*», reconheceu o Primeiro-Ministro Wen Jiabao, «*tornou-se um factor restritivo no desenvolvimento económico e social do nosso país*» (cit. in EUA-Dep. Defesa, 2005b: 10)²³⁹. A RPChina é uma potência rica em recursos energéticos: actualmente, é o maior produtor mundial de carvão, o segundo maior produtor de energia e o quinto maior produtor de petróleo. Todavia, o elevado e continuado ritmo de industrialização, urbanização, electrificação e motorização fez disparar o consumo de energia: presentemente, a China é já o segundo maior consumidor mundial de energia e o segundo maior consumidor de petróleo (ultrapassada apenas pelos EUA). A carência de energia já está a causar problemas: o mau estado das infraestruturas originam frequentes “apagões” e privam de aquecimento milhões de chineses no pico do Inverno; a construção de centrais eléctricas e nucleares e, sobretudo, de barragens (com destaque para a gigantesca barragem das “Três Gargantas”, a maior central hidroeléctrica do mundo construída no rio Yangtzé e inaugurada meio ano antes do previsto, em meados de 2006) tem levado à deslocação de dezenas de milhões de pessoas para outras regiões; e a pressão intensiva de extracção de carvão (de longe, a principal fonte de energia na RPChina) tem originado centenas de acidentes nas minas e milhares de vítimas entre os mineiros todos os anos.

Outro problema é a dependência de energia importada: incapaz de satisfazer a procura com base apenas na produção interna, a China começou a importar energia a partir de 1993, aumentando drasticamente essas importações a partir do ano 2000, fazendo disparar o peso proporcional das importações energéticas. Apesar do petróleo representar apenas cerca de 20% do total da energia utilizada na China - para 74% do muito poluente carvão, 3% de gás natural e 3% entre a hidro-energia, a energia nuclear e outras fontes -, é em relação ao petróleo que essa dependência é mais saliente, importando actualmente cerca de 60% do que consome. Preocupado com a situação energética, o Governo chinês tem procurado tomar medidas²⁴⁰, mas a tendência aponta para o agravamento dessa

²³⁹ Ver também PRChina (2007) - *China's Energy Conditions and Policies*.

²⁴⁰ Onde se incluem a criação, desde 2004, de uma reserva estratégica de petróleo - tendo por objectivo, até 2015, ter uma reserva estratégica de 500 milhões barris, isto é, o equivalente a 75 dias de importações e aos 90 dias padrão para situações de emergência -, o lançamento de um gigantesco programa de investimentos na melhoria, reconversão e construção de infra-estruturas energéticas ou o impulso à diversificação das fontes de energia e o apoio a uma vasta política de aquisições e fusões energéticas no estrangeiro efectuadas pelos grandes conglomerados energéticos chineses. No 11º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Económico e Social (2006) e no subsequente 11º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Energético (Abril 2007) para os anos 2006-2010, as autoridades chinesas fixaram como objectivo reduzir o consumo de energia por unidade PIB em cerca de 20% até 2010, partindo dos níveis de 2005; planeiam aumentar a parcela do gás natural no uso total de energia de 3% para 8% até 2010 e acelerar o desenvolvimento e a utilização da energia nuclear com a criação de mais 30 reactores nucleares de 1000 megawatts (MW) até 2020 - passando de uma capacidade nuclear instalada actual de 10 GW para 40 GW nesse ano ou 4% do total da capacidade energética chinesa nessa altura; e

dependência: calcula-se que, até 2030, a parcela chinesa na procura mundial de energia ascenda aos 20% e que o seu *share* na procura mundial de petróleo passe para os 11% (Isbell, 2006: 4; ver também atrás Fig. 5; Toichi, 2008; e IEA, 2007 e 2009), podendo o peso proporcional das importações petrolíferas chinesas aumentar para os 70-75%, em 2020-2025 e os 80-85%, em 2030 (ver Figura seguinte).

A segurança energética passou, portanto, a ser crucial para a China, mostrando crescente inquietude com a possibilidade de actos de sabotagem, pirataria e terrorismo que visem os oleodutos, gasodutos, barragens, centrais eléctricas e nucleares e canais distribuidores de energia, bem com a segurança dos navios petroleiros. Similarmente, está mais do que nunca preocupada em garantir o acesso aos mercados abastecedores e a segurança das respectivas rotas de aprovisionamento quer terrestres - sobretudo, na Ásia Central (Marketos, 2009) - quer marítimas, em particular, as rotas e os Estreitos entre o Índico e o Mar da China Meridional (ver atrás Mapa 13): uma vez que mais de 80% das importações chinesas de petróleo passam pelo Estreito de Malaca, os dirigentes chineses referem-se à necessidade de assegurar essa rota como o «*Dilema de Malaca*». Aumentou, igualmente, a preocupação e o interesse chinês sobre os Mares da China tanto por causa das rotas marítimas e dos territórios disputados como dos apreciáveis recursos energéticos ali existentes, concretamente, petróleo e gás natural.

Figura 12. RPChina: Dependência das Importações de Petróleo, 2004-2030

Fonte: Bustelo, 2005: 17 - Gráfico 9.

prometem redobrar os esforços no sentido de desenvolver projectos e a utilização de energias renováveis, sendo o objectivo fazer com que a parcela proveniente de energias renováveis na procura de energia primária aumente para 10% em 2010 e 15% até 2020. Ver PRChina, Livros Brancos *China's Energy Conditions and Policies* (2007) e *Environmental Protection in China* (2006).

Outro problema associado ao aumento exponencial do consumo de energia é a degradação ambiental. O impacto ambiental da energia utilizada na China é particularmente grave devido à grande dependência do carvão que representa, actualmente, cerca de 3/4 da energia utilizada e 80% da energia eléctrica na China. “Devorando” as suas enormes reservas a um ritmo verdadeiramente voraz, as projecções estimam que, por volta de 2025-2030, a China estará a utilizar cerca de metade do carvão mundial, o que representa um aumento significativo comparativamente aos 36% de 2004 e 38% de 2008 (IEA, 2009). Consequentemente, nos últimos trinta anos, as emissões chinesas de carbono multiplicaram cinco vezes e as emissões *per capita* quatro vezes; só entre 1990 e 2009, as emissões chinesas de Co₂ aumentaram 130%, estimando-se que a China tenha já ultrapassado os EUA como maior emissor mundial de dióxido de carbono (ver atrás Fig. 7).

As consequências ambientais são, naturalmente, avassaladoras, desencadeando outros efeitos económicos e sociais: os custos directos e indirectos da poluição do ar e da água sobre a economia chinesa situam-se na ordem dos 100 mil milhões USD ou 5.8% do PIB da RPChina; 16 das 20 cidades mais poluídas do mundo encontram-se actualmente na RPChina, gerando o súbito agravamento de doenças respiratórias ou do cancro e sendo também responsável pelos elevados índices de absentismo no trabalho e na escola; o rio Yangtzé é o mais ameaçado do mundo, em virtude da poluição e das 46 barragens construídas ou projectadas; e os protestos relacionados com questões ambientais aumentaram substancialmente (mais de 50 mil, anualmente), tornando-se a segunda maior questão objecto de protestos públicos na RPChina logo a seguir às disputas sobre a terra.

Invocando a condição de “país em desenvolvimento”, a RPChina tem procurado evitar vincular-se a compromissos e regimes internacionais em matéria de protecção ambiental, temendo que isso afecte o seu ritmo de crescimento económico. Ainda assim, preocupado e pressionado externamente, o regime chinês tem levado a RPChina a participar em algumas iniciativas internacionais mais flexíveis (APP, G-20 ou “parceria ambiental” com os EUA, por exemplo) e dá sinais de crescente empenhamento na protecção ambiental e de combate às alterações climáticas, fazendo da “transformação tecnológica” um vector fundamental: em 2006, o investimento nacional na protecção ambiental atingiu o máximo histórico de 1.23% do PIB; a fim de dar conta dos seus esforços, Pequim publicou os livros *Whites Environmental Protection in China* (2006) e *China’s Energy Conditions and Policies* (2007); a aposta nas energias renováveis e limpas, na eficiência energética e na redução dos níveis de poluição foi traduzida também noutros instrumentos como a “Lei de Energia Renovável da RPC” (2006) e o “Plano de Desenvolvimento de Médio e Longo Prazo para as Energias Renováveis” (2007) cuja meta é que as energias renováveis deverão representar 10% e 15% do consumo total de energia em 2010 e 2015, respectivamente, complementados pelos

“Planos de Médio e Longo Prazo para a Ciência e Desenvolvimento Tecnológico” (2002-2020) e as “Acções Científicas e Tecnológicas Chinesas nas Alterações Climáticas” envolvendo vários Ministérios; o 11º Plano Quinquenal 2006-2010 fixou uma redução de 20% do consumo energético e de 10% das emissões mais poluentes em 10% até 2010 comparativamente aos índices de 2005; em Junho de 2007, foi criado o chamado *Leading Group for Climate Change and for Energy Conservation and Reduction of Pollutant Discharge* chefiado pelo próprio PM Wen Jiabao... A realidade é que a tendência aponta para o aumento continuado das emissões poluentes chinesas, que poderão duplicar até 2025-2030.

As disputas territoriais, fronteiriças e de soberania constituem um terceiro tipo de preocupações de segurança para Pequim. De facto, mesmo tendo regulado as históricas disputas com a Federação Russa e outros Novos Países Independentes ex-Soviéticos, a RPChina continua sem resolver uma vasta série de diferendos territoriais e direitos marítimos: com o Japão, em torno das ilhas Senkaku/Diaoyutai; com a Coreia do Sul, acerca das ilhotas Socotra/Ieodo/Parangdo ou Suyan; com a Coreia do Norte, na Montanha Baekdu; com Pyongyang, Seul e Tóquio, os limites fronteirços no Mar Amarelo e com as duas últimas também as áreas territoriais no Mar da China Oriental; com o Vietname, as ilhas Paracel e os limites respectivos no Golfo de Tonquim; com as Filipinas, os baixios/atóis de Scarborough ou Panatag (Huangyan Dao na designação chinesa) e de Macclesfield Bank (Zhongsha Qundao para os chineses); com o Vietname, as Filipinas, a Malásia, o Brunei e a Indonésia as Ilhas Spratly e as zonas de soberania no Mar da China Meridional; com o Butão, 470 km da fronteira comum; e com a Índia, os territórios de Arunachal Pradesh, Aksin Chin e Trans-Karakoram (ver atrás Cap. V.3.1 e Mapas 11 e 12).

Um quarto grupo de preocupações respeita à estabilidade da vasta periferia da China. Além das fronteiras marítimas, a RPChina tem fronteira terrestre com 14 países²⁴¹, muitos deles instáveis e/ou envolvidos em situações sensíveis pelas mais diversas razões, como o Afeganistão, o Paquistão, o Nepal, o Tajiquistão, a Mongólia, a Coreia do Norte ou o Myanmar. Depois, nas proximidades da China há alguns *hotspots* particularmente delicados como a questão da Caxemira e a tensão entre a Índia e o Paquistão, os programas nucleares do Irão e da Coreia do Norte, a conflitualidade no Afeganistão e no Paquistão ou a situação na Península Coreana; enfim, na Ásia-Pacífico, circundando a China existem ainda muitos outros factores de instabilidade e de insegurança, do terrorismo às muitas disputas

²⁴¹ Afeganistão, 76 km; Butão, 470 km; Myanmar, 2,185 km; Índia, 3,380 km; Cazaquistão, 1,533 km; Coreia do Norte, 1,416 km; Quirguistão, 858 km; Laos, 423 km; Mongólia, 4,677 km; Nepal, 1,236 km; Paquistão, 523 km; Rússia (a Nordeste), 3,605 km; Rússia (a Noroeste), 40 km; Tajiquistão, 414 km; Vietname, 1,281 km.

territoriais e fronteiriças, passando pela turbulência política em alguns países, movimentos populacionais massivos, pressão demográfica e urbanização, pobreza e subdesenvolvimento, competição económica e energética, potências em emergência, separatismos, criminalidade transnacional, constantes desastres naturais ou tensões/conflitos étnico-religiosos. Efectivamente, «*there still exist many factors of uncertainty in Asia-Pacific security... Impact of uncertainties and destabilizing factors in China's outside security environment on national security and development is growing*» (PRChina, 2009: 5).

Um último grupo de preocupações expressas pelos dirigentes de Pequim envolve o reajustamento da balança de poder mundial/regional e, sobretudo, eventuais estratégias de contenção anti-China: «*The rise and decline of international strategic forces is quickening... They continue to compete with and hold each other in check... a profound readjustment is brewing in the international system... Struggles for strategic resources, strategic locations and strategic dominance have intensified. Meanwhile, hegemonism and power politics still exist*» (China, RP, 2009: 3), afirma o mais recente “China’s National Defense”, acrescentando de forma lapidar que «*China also faces strategic maneuvers and containment from the outside*» (ibid.: 6). Inquietam Pequim, em particular, a “normalização” estratégica do Japão; a ressurgência da Índia e a sua crescente influência na Ásia Oriental; e as novas parcerias e cooperações estratégicas em redor da China envolvendo os EUA, o Japão, a Rússia e a Índia mas também a Mongólia, a Coreia do Sul, a ASEAN, Singapura, a Indonésia, o Paquistão e a Austrália encaradas, frequentemente, como manobras de balanceamento da ressurgência chinesa.

Mas a principal fonte de preocupação chinesa a este nível é o que os dirigentes chineses consideram ser o “hegemonismo”, o “imperialismo” e o virtual *containment* anti-China dos Estados Unidos, incluindo a ingerência americana nos “assuntos internos chineses” e a prática americana de “duas Chinas” relativamente a Taiwan. No fundo, é como se depois de ter enfrentado o “cerco soviético”, a RPChina se visse agora confrontada com o “cerco americano”. Esta impressão pareceu ter-se acentuado no imediato pós-11/09 na sequência da expansão geoestratégica e do reinvestimento dos EUA na Ásia-Pacífico, como se percebe pelas palavras do próprio Presidente Hu Jintao: «os *Estados Unidos fortaleceram os seus dispositivos militares na região Ásia-Pacífico, robusteceram a aliança militar EUA-Japão, fortaleceram a cooperação estratégica com a Índia, melhoraram relações com o Vietname, envolveram o Paquistão, estabeleceram um governo pró-americano no Afeganistão, aumentaram a venda de armas a Taiwan, e por aí adiante. Eles estenderam os seus postos e pressionam-nos do Leste, Sul e Ocidente. Isto representa um grande desafio para o nosso contexto geopolítico.*» (cit. in Nathan e Gilley, 2002: 207-208). Ideia similar

está, aliás, expressa em vários documentos oficiais, como o mais recente "China's National Defense": «*the US has increased its strategic attention to and input in the Asia-Pacific region, further consolidating its military alliances, adjusting its military deployment and enhancing its military capabilities*» (PRChina, 2009: 5).

VI.2.3. Política Externa e "Grande Estratégia" da China

Ao longo das duas últimas décadas, a política externa da RPChina evoluiu da necessidade de recuperar do "estigma de Tiannanmen" para a necessidade de cultivar a *peaceful rise*. Entretanto, à medida da expansão dos seus interesses e da sua influência, a presença externa económica, diplomática e militar da China tornou-se mais visível e mais activa, descrevendo os líderes chineses o início do Século XXI como "um período de oportunidades" - significando que as condições regionais e internacionais são genericamente favoráveis aos interesses da RPChina.

No respeitante ao processo decisório chinês em matéria de política externa e de segurança, parecem notar-se três principais evoluções: i) a abertura ao exterior e a contínua integração internacional da China têm sido acompanhadas por uma crescente transparência no processo de decisão; ii) o número de envolvidos e de influências na elaboração da política e da estratégia da RPChina aumentou significativamente, indo agora muito para lá da cúpula do PCC e representando uma muito mais vasta rede de interesses; e iii) a base dos decisores é agora também mais cosmopolita e mais compatível com os padrões e normas internacionais prevaletentes, com muito menos ênfase do que no passado na necessidade da China prosseguir uma postura assertiva e revolucionária contra perigosas e predatórias grandes potências que a procuram explorar e constranger (ver Sutter, 2008b: Chap 3, p. 53-90).

Quanto aos princípios orientadores, mantendo viva a retórica em torno dos tradicionais "Cinco Princípios da Coexistência Pacífica", Pequim vem sublinhando outras ideias principais: «*peaceful development*», «*mutual benefit*», «*mutual trust*» e «*equality and coordination*» (PRChina, 2009: 7; ver também PRChina, 2005: "China's Peaceful Development Road"). A estas o Presidente da RPC e Secretário-Geral do PCC, Hu Jintao, acrescentou a sua própria formulação de «*Mundo Harmonioso*», enunciada primeiramente no 17º Congresso do PCC, em Outubro de 2007, salientando as noções de "diversidade" e "igualdade" nas relações internacionais em complemento aos tradicionais *dictums* da RPC em política externa de "não-ingerência nos assuntos internos" e "democracia das relações internacionais" (ver Hu, 2007a; e PRChina, 2009: Chap. I e II). De um modo geral, Pequim parte do pressuposto de que a China não tem nenhum conflito de interesses insanável com

qualquer país da Ásia ou do mundo, pelo que procura desenvolver laços cooperativos com todos e não ser percebida como adversária por nenhum.

Os objectivos estratégicos declarados por Pequim são «*Construir uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos*» e promover o «*crescimento coordenado e sustentado do poder nacional abrangente da China*» rumo a um sistema internacional que deseja «*verdadeiramente multipolar*» (ver PRChina, 1998-2009: *China's National Defense*; e Hu Jintao, 2007a). A política externa e de segurança chinesa visa, assim, fundamentalmente, evitar estratégias de contenção anti-China, desenvolver relações “mutuamente produtivas” e assegurar um ambiente regional e internacional que lhe permita continuar a aumentar o seu “poder nacional abrangente”.

Naturalmente, as características de nacionalismo e de pragmatismo que apontámos anteriormente aos dirigentes chineses reflectem-se na política externa e de segurança e na “grande estratégia” da RPChina (ver Sutter, 2008b; Carmen Mendes, 2008; Carriço, 2008; e Romana, 2005). Assim, a política e a estratégia de Pequim desenvolvem-se em função dos percebidos e reais constrangimentos, internos e externos, da China: a carência energética, por exemplo, condiciona as opções externas da RPC e justifica quer algumas das suas novas relações preferenciais com países produtores e fornecedores (Arábia Saudita, Angola, Rússia, Nigéria, Irão, Rússia, Venezuela, Sudão, Brasil, OPEP ou *Gulf Cooperation Council*) ou de “trânsito” (da Ásia Central, Meridional e Sudeste) quer o interesse chinês em garantir a segurança das rotas marítimas e dos Estreitos entre o Índico e o Mar da China Meridional.

Os referidos princípios, objectivos e pragmatismo estão na base da *peaceful rise* e da diplomacia *win-win* que a RPC vem implementando, fazendo avançar as matérias de interesse e ganho mútuo e pondo em “banho maria” ou deixando para resolução *sine die* as questões divergentes que, assim, não impedem progressos na globalidade dos respectivos relacionamentos.

A Ásia Oriental é, naturalmente, a região prioritária das relações externas da RPChina e, portanto, laboratório preferencial para o exercício das suas políticas de “coexistência pacífica”, *peaceful rise* e *win-win*: a dimensão externa chinesa estende-se, todavia, muito para lá desta macro-região. Prosseguindo uma estratégia de “pomba da paz” e de “boa vizinhança”, destacam-se os seguintes vectores fundamentais da política externa e asiática de Pequim.

Primeiro, uma diplomacia de charme destinada a contrariar desconfianças sobre as putativas intenções hegemónicas chinesas e apresentar a China como um “elefante pacífico e amigável”. Com esse fim, o regime chinês vem multiplicando as publicações oficiais, os Livros Brancos e as declarações onde salienta sempre que «*a China nunca procurará a*

hegemonia», que a sua política de defesa «*é puramente defensiva*» ou que prossegue uma estratégia nuclear «*self-defensive*» e de «*no first use*» (PRChina, 2009: 7-11). Entretanto, a RPChina celebrou tratados que regulam mais de 20.000 km das suas fronteiras (concretamente, com a Rússia e os países ex-soviéticos da Ásia Central) e estabeleceu acordos com todos os outros vizinhos com quem mantém diferendos fronteiriços e territoriais comprometendo-se a «*settlement of international disputes and hotspot issues by peaceful means*» (ibid.: 7). A retórica tem igualmente sido acompanhada por uma crescente transparência sobre a política de defesa e segurança, como revela a publicação bi-anual dos *China's National Defense*, desde 1998 ou a submissão ao Secretário-Geral da ONU, em Setembro de 2008, pela primeira vez, de um relatório anual sobre as despesas militares chinesas – afirmando um dirigente chinês que «*China is moving from a country that keeps its secrets in the interests of security, to one that shares them in the interests of security. This is a sign of confidence*» (cit. in Carriço, 2008: 211-212). Além disso, a RPChina mostra uma postura crescentemente cooperativa em virtualmente todos os domínios, da economia ao ambiente, passando pela prevenção e resposta a emergências, a luta anti-terrorista, a segurança energética ou o combate à criminalidade transnacional e à pirataria marítima.

Em segundo lugar, a China pretende mostrar-se como uma potência “responsável” e “estabilizadora”, nomeadamente, perante crises e conflitos internacionais. Até certo ponto, a retórica de que a China «*takes the initiative to prevent and defuse crises, and deter conflicts and wars*» (PRChina, 2009: 11) corresponde à sua procura de soluções pacíficas, designadamente, nas crises em torno dos programas nucleares do Irão e, sobretudo, da Coreia do Norte e também, nos últimos anos, sempre que a tensão sobe entre a Índia e o Paquistão. Contudo, quando os conflitos e as crises internacionais não implicam directamente com os interesses chineses e/ou são demasiado complexos e delicados para a RPChina arriscar expor-se e tomar partido, a postura típica chinesa é de relativa “neutralidade” ou alheamento - como aconteceu durante o desmantelamento sangrento da ex-Jugoslávia ou em relação à Palestina e ao complexo e instável xadrez do Médio Oriente, à intervenção americana no Iraque, à crise humanitária no Sudão/Darfur, à conflitualidade no Afeganistão ou ao conflito Geórgia-Rússia.

“*Quando os trigres lutam, o panda deve observá-los no cimo da árvore e continuar a comer*” é um velho provérbio chinês que sintetiza bem o comportamento da RPChina perante a grande maioria das crises e dos conflitos internacionais, essencialmente, para não antagonizar nenhuma das partes envolvidas, directa ou indirectamente (Tomé, 2008b: 108).. Isto não significa, porém, que em certas circunstâncias, a China não instrumentalize o seu “comportamento responsável”, por exemplo, na forma da aprovação de sanções no CSNU ou de declarações políticas, a fim de obter certas contrapartidas em questões para si

prioritárias, tal como não obsta ao crescente envolvimento chinês nas operações de paz das Nações Unidas.

Outro vector instrumental da política externa chinesa para benefício do seu *soft power* é a prática de “não ingerência nos assuntos internos” dos outros Estados e o respeito estrito pelas soberanias alheias. Enquanto “país em desenvolvimento” e “economia emergente”, a China não tem nem a possibilidade nem vontade de se insinuar externamente através da Ajuda ao Desenvolvimento ou assistência financeira e humanitária. Porém, para muitos Governos e regimes, a China oferece a “vantagem” de não fazer exigências de democratização, igualdade de géneros, respeito dos direitos humanos ou adesão a certos regimes internacionais nem estabelecer “critérios de elegibilidade” para a cooperação mútua. Efectivamente, justificando com a não intromissão nos assuntos internos, a China dispõe-se a fazer negócios com base apenas no interesse mútuo - frequentemente, adquirindo petróleo ou gás e vendendo armamento ou construindo infraestruturas – e desenvolver os laços político-diplomáticos com todo o tipo de regimes independentemente do respectivo nível de opressão, do Myanmar ao Irão, do Sudão à Coreia do Norte. Esta postura tem custos em termos de imagem internacional, uma vez que a China é acusada de, oportunisticamente, boicotar os esforços internacionais em prol da defesa dos direitos humanos e da democracia e de armar regimes perigosos e altamente repressivos. De qualquer modo, é inequívoco que a China retira dividendos económicos e políticos desse posicionamento, pois em muitos locais da Ásia, de África ou da América Latina a China surge como “escape” ou contra-peso às pressões americanas e europeias.

Um quarto vector é o envolvimento da RPChina nas organizações internacionais e regionais. Há muito que Pequim encara a ONU e, em particular, o Conselho de Segurança, como palco preferencial para denunciar “práticas hegemónico-imperialistas”, “travar” ou “negociar” a proeminência americana (usando o seu estatuto de Membro Permanente do CSNU com direito de veto) e afirmar a RPChina como grande potência internacional. A juntar a isto, ao longo dos últimos vinte anos, a percepção chinesa sobre outras instituições internacionais evoluiu do relativo alheamento e da suspeição de que esses fóruns seriam instrumentos do “hegemonismo americano” para a participação activa e a assumpção de que tais mecanismos podem também eles servir de projecção do estatuto internacional da China: «*China is playing an active and constructive role in multilateral affairs, thus notably elevating its international position and influence*» (PRChina, 2009: 6). Como refere um responsável chinês, «*foi um processo gradual de aprendizagem para nós, na medida em que precisávamos de estar mais familiarizados com a forma como estas organizações funcionam e aprender como jogar o jogo*» (cit. in Shambaugh, 2004-05: 70). Actualmente, a RPChina participa em todas as organizações regionais e em inúmeros outros mecanismos multilaterais regionais e inter-regionais, da APEC à OMC, passando pelo ADB, a ASEM, o

ASEAN Regional Forum (ARF) ou as “Conversações a 6”, estando inclusivamente na origem de processos como a ASEAN+3, a Organização de Cooperação de Xangai (SCO) ou a Cimeira da Ásia Oriental (EAS) (ver atrás Cap. V.4 e Fig. 9).

Paralelamente, a RPChina vem aderindo a uma vasta série de regimes e convenções internacionais cobrindo virtualmente todas as dimensões. Desde o início dos anos 1990, por exemplo, Pequim acedeu ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), apoiou a extensão indefinida do TNP em 1995, assinou e ratificou a Convenção sobre Armas Químicas (CWC), assinou o Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares (CTBT) e aderiu a outros regimes internacionais e introduziu regulamentos internos sobre o controlo e a exportação de materiais nucleares, químicos ou de “duplo-uso”. Passou também a envolver militares e polícias seus em operações de paz da ONU, aumentando essa participação significativamente ao longo da última década: entre Janeiro de 2001 e Janeiro de 2010, o número de “capacetes azuis” chineses aumentou de 103 para 2.131, saltando a RPChina do 42º lugar para 14º no ranking global dos países contribuintes (ver atrás Quadro 31); actualmente, a RPChina é o país da Ásia Oriental que mais efectivos tem nas missões de *Peacekeeping* das Nações Unidas, com militares, polícias e/ou observadores seus espalhados pelo Sahara Ocidental, Haiti, RDCongo, Darfur, Líbano, Libéria, Sudão, Timor-Leste e Costa do Marfim. Além disso, desde meados dos anos 1990 começou igualmente a tomar parte num número cada vez mais vasto de exercícios militares com um número crescente de países, rompendo com 45 anos de auto-proibição desse tipo de cooperação. Sintomaticamente, no final de Dezembro de 2008, pela primeira vez em Séculos, a China enviou dois *destroyers* e um navio de apoio logístico para as águas do Golfo de Áden, juntando-se às forças de outros países a fim de combater os piratas da Somália depois de embarcações chinesas terem sido atacadas - numa oportunidade de ouro para Pequim exhibir o seu “contributo” para a segurança internacional sem causar grandes alarmes regionais e internacionais.

O aprofundamento das relações bilaterais e o estabelecimento de “parcerias estratégicas” constituem um quinto vector da política externa e de segurança da China, revelando uma particular habilidade para o fazer em todas as direcções e tornar antigos adversários parceiros produtivos: de facto, mantendo a proximidade que vinha de trás com a Coreia do Norte, o Myanmar, o Irão ou o Paquistão destacam-se as novas parcerias e os diálogos estratégicos com a Rússia, a UE, o Brasil, a Arábia Saudita, Israel, a Índia, o Japão, a Coreia do Sul, a ASEAN ou os EUA, bem como o “novo relacionamento” com a Mongólia e o Vietname, além do partenariado com os países da Ásia Central ex-soviéticos, bilateralmente ou no quadro da SCO, e ainda os novos triângulos estratégicos RPChina-Rússia-Índia e RPChina-Japão-Coreia do Sul.

Similarmente, projectando o seu *soft power* e apregoando que o crescimento da China beneficia mutuamente todos os parceiros, Pequim tem instigado as interdependências económicas bilaterais e multilaterais e vem prosseguindo, nos últimos anos, uma activa estratégia de celebração de acordos de comércio livre, de que constituem exemplos a maior *Free Trade Area* (FTA) do mundo entre a RPChina e o grupo ASEAN ou as propostas chinesas, desde 2002, para a criação de uma FTA entre a RPChina, o Japão e a Coreia do Sul e outra no quadro do processo ASEAN+3. Em 2008, a RPChina já era o primeiro parceiro comercial do Japão (representando um *share* de 18,2%), da Coreia do Sul (23%), da Mongólia (46,7%), da ASEAN ou do Vietname, o segundo da Rússia ou da Índia e o terceiro dos EUA (12,6%), da Indonésia ou da Austrália (ver atrás Quadro 36).

Mas se a Ásia Oriental é o primeiro “teatro de operações” do envolvimento externo da RPChina (a região representa, por exemplo, quase 40% de todo o comércio externo chinês), a relação bilateral mais importante para a RPC é com os EUA. Como referimos atrás, o “hegemonismo” americano, na óptica dos dirigentes chineses, é uma grande fonte de preocupação e representa o mais poderoso obstáculo geopolítico a certas ambições da China. Contudo, os EUA são incontornáveis e determinantes para o contexto internacional em que a RPC prossegue o seu crescimento “sob todas as formas” e para alguns dos seus interesses vitais, incluindo o desenvolvimento económico, a segurança das rotas de abastecimento energético e transacções comerciais, a moderação das veleidades independentistas de Taiwan ou a não-remilitarização do Japão, a que acresce os EUA serem também um factor de segurança e estabilidade na região e ainda um “facilitador” de relações amigáveis e produtivas da China com os muitos parceiros e aliados americanos tanto na Ásia-Pacífico como no resto do globo. Por isso, sem abandonar a retórica anti-hegemónica e anti-imperialista nem o propósito de alcançar a “multipolaridade”, os dirigentes chineses vêm ciclicamente afirmando «*apreciar a presença Americana na região Ásia-Pacífico como factor de estabilidade*» (cit. in Powell, 2001) ou que «*nós não tentaremos excluir os Estados Unidos da nossa região. Os EUA têm uma presença duradoura e importante aqui e contribuem para a segurança, estabilidade e desenvolvimento regional*» (Cui Tiankai, Director Geral para os Assuntos Asiáticos do MNE chinês, cit. in Shambaugh, 2004-2005: 91).

De facto, ao mesmo tempo que vai manobrando na Ásia e no mundo em competição e como contra-peso face aos Estados Unidos, a RPChina dá contínuas provas de não querer antagonizar Washington, ou seja, de prosseguir uma política muito diferente da antiga URSS ou das “revisionistas” Alemanha Nazi e Japão imperialista. A principal razão para o comedimento chinês não é de ordem ideológica mas sim eminentemente pragmática: a menos que a China seja “obrigada” a isso - eventualmente, por causa da independência de

jure de Taiwan -, confrontar a *hyperpuissance* nesta fase seria contraproducente para os seus interesses, não só porque provocaria uma frontal política de *containment* anti-China pelos EUA e seus aliados como arriscaria perder definitivamente Taiwan e até outras “partes” e comprometeria o seu desenvolvimento económico; ao invés, a cooperação *win-win* com os EUA permite à China ir fazendo progredir os seus objectivos.

Ao receber o Presidente Obama na sua primeira visita oficial à China, em Novembro de 2009, o Presidente Hu Jintao assumiu que «*China and United States share extensive common interests and broad prospect for cooperation on a series of major issues important to mankind's peace and stability and development*», sublinhando a importância da articulação e acomodação mútua (Hu Jintao e Obama, 2009). De facto, independentemente do espírito propagandístico do “Mundo Harmonioso” e do “Desenvolvimento Pacífico”, a China beneficia muito mais da estabilidade do que da tensão e da flexibilidade estratégica do que do “revisionismo geopolítico” aberto.

Embora a contragosto, os dirigentes chineses parecem acomodados à ideia de que os EUA continuarão como única superpotência num futuro próximo e que o “mundo multipolar” é uma perspectiva ainda distante. Acresce que, na visão de longo-prazo chinesa, a “multipolaridade” significa verdadeiramente uma nova bipolaridade entre os EUA e a China (seja em condomínio ou competição), com outros pólos num lugar mais secundário nas relações internacionais. Por conseguinte, a RPChina promove uma “multipolaridade positiva” e uma “competição indirecta”, naquilo que Joshua Kurlantzick (2007) designa por «*Charm Offensive*», em que projecta o seu *soft power* à medida que se torna crescentemente imprescindível na gestão dos assuntos internacionais e regionais e enquanto procura tirar partido dos *gaps* abertos pelos “custos da hegemonia” dos EUA para atenuar a supremacia americana na Ásia Oriental e noutras regiões do mundo, tudo no âmbito de um hábil e complexo jogo de contenção e articulação, competição e envolvimento (ver mais adiante Cap. VI.7.1).

A política da RPChina no Médio Oriente (ou “Ásia Ocidental”, como se lhe refere o MNE chinês) exemplifica bem os vários vectores fundamentais da postura chinesa para lá da Ásia Oriental e da Ásia-Pacífico. A forte atracção da China pelo Médio Oriente nos últimos anos resulta, fundamentalmente, da sua carência energética. Representando cerca de 31% da produção mundial e 61% das reservas mundiais conhecidas de petróleo, o Médio Oriente tem um significado muito superior a qualquer das outras regiões onde a China também busca energia, nomeadamente, a África e a Eurásia que representam 12,1% e 21,6% da produção mundial e 9,7% e 12% das reservas mundiais de petróleo, respectivamente (Xin, 2008: Table 1). Além disso, a localização geográfica do Médio Oriente torna comparativamente menos oneroso o acesso e o transporte (essencialmente, marítimo,

através do Estreito de Ormuz-Índico-Mar da China Meridional) de petróleo para a China. Os países da região dispõem ainda, na sua maioria, de boas infra-estruturas para a exploração, produção e distribuição energética, podendo responder com mais facilidade ao aumento da procura chinesa de energia.

O conjunto destas condições ajuda a explicar o facto do Médio Oriente ser a principal região fornecedora de petróleo à China, representando cerca de 50% do total das importações chinesas de petróleo e 20% do total do petróleo usado na China – por comparação, a África representa sensivelmente 30% e a Eurásia 20% das importações petrolíferas chinesas (ibid.). Ajuda também a explicar a complexidade e a dificuldade de Pequim substituir o Médio Oriente por outras regiões como principal fonte abastecedora de petróleo – pelo contrário, a tendência aponta para o aumento da dependência chinesa do petróleo do Médio Oriente, cuja parcela no total das importações petrolíferas chinesas se estima poder atingir os 70% já em 2015. Aos interesses governamentais juntam-se os objectivos comerciais dos grandes conglomerados energéticos chineses - *Chinese National Petroleum Corporation (CNPC)/PetroChina*, *China Petrochemical Corporation (Sinopec)*, *China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)* e *China National Chemical Import and Export Corporation (Sinochem)* – e que vêm apostando na internacionalização, tirando largamente partido das oportunidades abertas por Pequim junto dos governos do Médio Oriente e investindo significativamente em projectos de exploração e produção de energia, infraestruturas, refinarias e petroquímicos: só a Sinopec está envolvida em mais de 120 projectos de petróleo e gás nesta região (Alterman e Garver, 2008: 6).

Na visão chinesa, o Médio Oriente não representa uma ameaça directa para a integridade da China, não está na sua esfera de influência e não é a prioridade das suas relações externas. O fortalecimento de laços cooperativos nesta região é visto, portanto, como um forte contributo para a segurança energética e o desenvolvimento económico da China, sendo os seus outros interesses políticos, militares e diplomáticos regionais relativamente subsidiários. Ainda assim, o reforço desses laços tem outras motivações chinesas: limita a possibilidade de eventuais apoios regionais às veleidades independentistas que põem em causa a unidade da China, em particular, os Uígures muçulmanos do Xinjiang; e permite-lhe expandir as “relações mutuamente produtivas” e levar *todos* os actores no Médio Oriente, residentes e não residentes, a desenvolverem relações cooperativas com a China; e, enfim, fomenta o seu estatuto internacional (Tomé, 2008b: 91-92).

Tendo por base o interesse energético, a política da RPChina no Médio Oriente reflecte outras duas preocupações fundamentais (ibid.: 92 e 108-112). Primeiro, o desenvolvimento de relações amigáveis e produtivas com *todos* os países da região. Dada a intrínseca complexidade e conflitualidade do Médio Oriente, este objectivo exige da China uma postura de relativo distanciamento e firme neutralidade para evitar ser envolvida na teia de

rivalidades regionais, bem como uma política extraordinariamente ambivalente e omnidireccional, isto é, não dirigida somente a determinados parceiros mas sim, virtualmente, a todos. A ambivalência chinesa no Médio Oriente já vem do tempo de Deng Xiaoping quando, em plena Guerra Irão-Iraque (1980-1988), Pequim conseguiu manter relações cordiais com Bagdade enquanto se tornava no principal fornecedor de armamentos, parceiro nuclear e apoiante nas Nações Unidas de Teerão. Continuou nos anos 1990 quando, por exemplo, a RPChina estabeleceu relações diplomáticas com Israel (1992) e desenvolveu os laços cooperativos mútuos mantendo, simultaneamente, relações próximas com a OLP e depois a Autoridade Palestiniana, o Hamas, o Hezbollah e, fundamentalmente, “Estados rejeccionistas” como o Irão, a Síria ou o Iraque de Saddam. E persiste na actualidade, por exemplo, face aos *hot spots* processo de paz israelo-árabe e programa nuclear do Irão ou à competição geopolítica regional nos últimos anos entre a Arábia Saudita e o Irão e ao clima de confrontação militar entre Israel e o Irão e a Síria. Os interesses chineses são, evidentemente, mais relevantes nuns casos do que noutros, mas sem que algum valha os riscos associados à “parcialidade” nos conflitos regionais ou, menos ainda, um confronto com os EUA. Por outro lado, a China tem interesse na estabilidade regional e apresenta-se como “estabilizadora” numa base de “ganhos mútuos”, mas se a situação se degradar e o Médio Oriente descambar no caos, espera que sejam outros (americanos e europeus), primeiramente, a intervir (ibid.: 112).

Em segundo lugar, a China parece ir manobrando nesta região como contra-peso aos EUA: as opulentas transacções energéticas, comerciais e de armamentos com regimes antagonistas de Washington como o Irão e a Síria ou, antes, a Líbia e o Iraque, o “escudo diplomático” a Teerão (travando sanções mais severas ao Irão por causa do seu programa nuclear) e a Damasco (impedindo que as Nações Unidas tomassem posições mais duras perante a recusa da Síria colaborar integralmente nas investigações sobre o assassinato do antigo Primeiro-Ministro libanês Rafik Hariri), a empatia com os grupos “terroristas” Hamas e Hezbollah, a “aproximação estratégica” à Arábia Saudita e ao Egipto aproveitando o clima de desconfiança e algum esfriamento de relações entre aqueles e Washington na sequência do 11 de Setembro e das pressões de democratização americanas ou ainda os negócios realizados independentemente das situações políticas e em termos de direitos humanos dos países da região parecem mostrar uma China a contrariar activamente os interesses e as políticas dos EUA no Médio Oriente. Simultaneamente, contudo, Pequim vai dando contínuas provas de não querer confrontar os EUA: ao longo dos últimos vinte anos, o Iraque, o Irão, a Líbia, a Síria ou o processo de paz Israelo-Árabe fornecem inúmeros exemplos desse comedimento chinês, quer na forma da aprovação de sucessivas resoluções no CSNU promovidas por Washington quer moderando, reduzindo ou até

suspendendo certo tipo de apoios às forças regionais anti-EUA (Tomé, 2008b: 108-127; ver também Alterman e Garver, 2008: 16-52; e Sutter, 2008b: 355-396).

Mesmo nos momentos de maior tensão entre os EUA e actores do Médio Oriente e que representam oportunidades diplomáticas e comerciais habilmente aproveitadas por Pequim, a China só se expõe depois de outras potências o fazerem primeiro e, em regra, numa postura mais resguardada ou *soft* - como se viu, por exemplo, aquando da crise em torno da intervenção americana no Iraque, com a China a mostrar-se bastante mais branda do que a França, a Alemanha ou a Rússia no seu oposicionismo. Por outro lado, a ideia de que a RPChina faz negócios e desenvolve relações no Médio Oriente, fundamentalmente, com os países e actores regionais hostis aos, e hostilizados pelos, Estados Unidos, numa lógica puramente competitiva e oportunista, só cobre meia realidade: de facto, a China tem desenvolvido todo o tipo de laços também com a Arábia Saudita, Israel, o Iraque pós-Saddam e os pequenos países Árabes do Golfo Pérsico. No fundo, a China tem sido muito pragmática e cuidadosa não só em não confrontar os EUA como em não se deixar envolver por certos parceiros regionais nos respectivos conflitos com Washington (Tomé, 2008b).

As linhas orientadoras e a postura da RPChina elencadas anteriormente são consistentes com, e decorrem também da, sua “Grande Estratégia” que, por sua vez, parte de duas noções basilares: o “poder nacional abrangente” e a “configuração estratégica de poder”. Pelo primeiro, os estrategos e dirigentes chineses avaliam e medem o nível e a posição da China comparativamente a outros actores nos aspectos quantitativos e qualitativos de factores como o território, a população, os recursos naturais, a situação económica, o nível de desenvolvimento e modernização, a educação, a produção científica e tecnológica, a influência diplomática, a capacidade militar, a estabilidade governativa, a coesão nacional ou a influência cultural. A “configuração estratégica de poder” ou *shi* refere-se, sobretudo, à “propensão das coisas” ou à “disposição potencial das circunstâncias” que uma liderança hábil e virtuosa pode conseguir explorar (Yong, 2008; Tomé, 2006; e Lai, 2004).

Soma-se a estas concepções a chamada “Estratégia dos 24 Caracteres”, conjunto de orientações para a política externa e de segurança da RPChina enunciado pelo antigo líder Deng Xiaoping, no início dos anos 1990: «*observar calmamente, conservar a nossa posição, envolvermo-nos nos assuntos prudentemente, esconder as nossas capacidades e esperar a nossa vez, ser bom a manter um perfil baixo, nunca reclamar a liderança*»; mais tarde, ser-lhe-ia acrescentada a expressão «*dar algumas contribuições*».

Com base nestes preceitos, o regime de Pequim prossegue uma “grande estratégia” nacional de longo prazo, prudente e muito pragmática, na expectativa de que o crescimento do “poder nacional abrangente” chinês, aproveitado sabiamente num “período de oportunidades”, permita à China ir subindo no *ranking* de poder que, por sua vez, ampliará

as suas opções e se reflectirá em mais “poder nacional abrangente”. Esta estratégia chinesa prescreve esforços deliberados no sentido de ir conciliando objectivos e capacidades. Sugere, igualmente, que a ressurgente China está disposta a ser paciente e cooperativa conquanto a “configuração estratégica de poder” prossiga favorecendo a sua ascensão, o que exige comedimento, uma relativa “ambiguidade estratégica”, “neutralidade” nas disputas alheias e uma política que é tão pragmática e gradual como omni-direccional. Neste sentido, a China aparenta ser uma potência *status quo* presentemente mas “revisionista” a prazo. Ou, como sugere R. Sutter (2005a: 16), «*China is less a “responsible” power – flully embracing international norms in security and political affairs – and more a “responsive” power, carefully maneuvering to preserve long-standing interests in changing circumstances*».

Até ao momento, esta estratégia tem-se revelado altamente produtiva, permitindo à RPChina colher os benefícios sem grandes custos. A incógnita reside, pois, em saber se a China manterá uma postura, genericamente, não-confrontacional, pacífica, benigna e estabilizadora quando o seu “poder nacional abrangente” atingir um patamar superior: evidentemente, Pequim garante que «*China will never seek hegemony or engage in military expansion now or in the future, no matter how developed it becomes*» (PRChina, 2009: 7).

VI.3. Japão

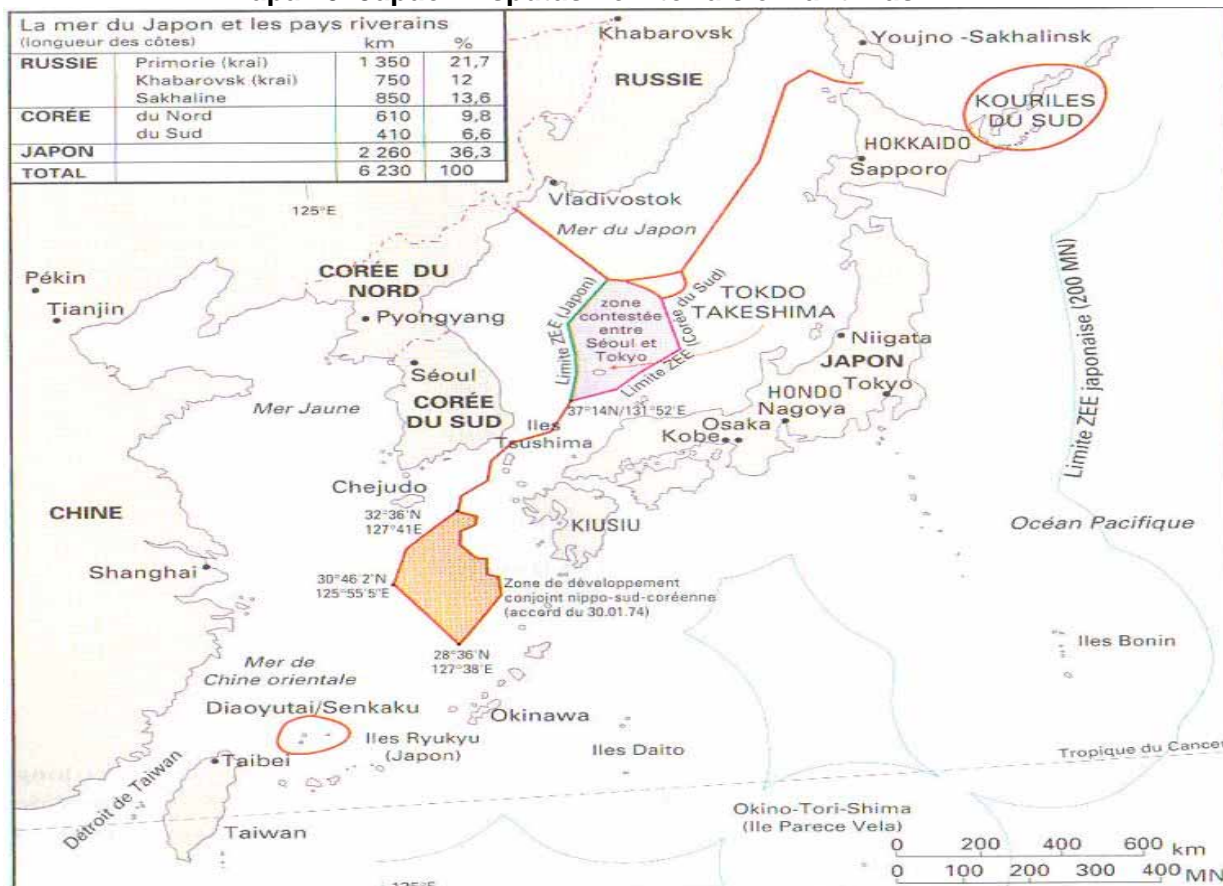
Os problemas económicos e a estagnação da economia japonesa nos anos 1990, a par da contínua e acentuada ascensão da RPChina, diminuíram o estatuto económico do Japão comparativamente às décadas de 1970 e 1980. Ainda assim, o Japão continua a ser um gigante económico e tecnológico e é hoje também um actor internacional mais “normal” e “completo” por via da sua ressurgência estratégica desde o fim da era bipolar, afirmando-se como um dos principais actores na Ásia Oriental e uma das grandes potências asiáticas de dimensão global.

VI.3.1. Segurança Completa e Cooperativa e *Soft Power*

O Japão continua a ter os seus limites fronteiriços indefinidos por não ter conseguido ainda resolver as antigas disputas territoriais com os seus vizinhos: a Rússia, a quem Tóquio continua a exigir a devolução das Curilhas do Sul/Territórios do Norte, i.é, as ilhas Etorofu, Kunashiri, Shikotan e Habomai; a Coreia do Sul, a quem reclama as ilhotas Tokto/Takeshima; e a China, que reivindica ao Japão a soberania das ilhas Senkaku/Diaoyutai (ver Mapa seguinte). Evidentemente, Tóquio revela preocupações particulares com os *hospots* Taiwan e Península Coreana e, sobretudo, com os programas

nuclear e míssil da Coreia do Norte «*which are serious issues for the entire Asia-Pacific region*» e o fortalecimento e a modernização militares da RPC (ver Japan-Min. Defense, 2009).

Mapa 15. Japão: Disputas Territoriais e Marítimas



Fonte: Jan, Chaliand e Rageau, 1997: p. 86 - Fig. 46.

Apesar destas preocupações “tradicionais”, o Japão não só manteve como desenvolveu na “nova ordem” a sua abordagem de “segurança completa”: «*As countries become increasingly interdependent on one another, attaining peace, security and independence requires a comprehensive approach*» (Japan-Min. Defense, 2009: 118). Designadamente, Tóquio continua a devotar particular atenção à segurança económica, energética e das rotas marítimas «*As Japan is heavily dependent on other countries for many resources and its development and prosperity depends on free trade*» (ibid.). Esta noção justifica que nas “Concepções Básicas da Política de Defesa” nipónica «*sustained peace and cooperation with the international community is of vital importance... Japan is thus working to prevent and resolve disputes and hostilities, encourage economic development, promote arms control and disarmament, ensure maritime security, and increase mutual understanding and trust*» (ibid.; ver também Japan- MOFA, 2009: Chap 3).

A abordagem de “segurança completa” explica, igualmente, que a cooperação económica, o multilateralismo e a ajuda ao desenvolvimento continuem a ser pilares fundamentais da política externa e de segurança do Japão e vectores cruciais do seu *soft power*. Com efeito, ao longo dos últimos vinte anos, o Japão continuou a ser um dos maiores doadores de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (o primeiro até 2001, sendo ultrapassado desde então apenas pelos EUA), mantendo-se a APD nipónica canalizada maioritariamente para a Ásia (OECD-Aid Statistics) e um dos países mais empenhados no combate à pobreza extrema tornando-se, entretanto, também num dos principais apoiantes dos Objectivos do Milénio, interligando segurança e desenvolvimento. Similarmente, o Japão manteve-se como um dos principais instigadores das interdependências económicas e da cooperação multilateral regional e internacional, afirmando-se um dos grandes defensores do reforço do papel das Nações Unidas e o segundo maior contribuinte para os orçamentos regular e de *peacekeeping* da ONU.

Outros domínios em que o Japão denota a sua abordagem de segurança “completa” quer na perspectiva das preocupações quer dos instrumentos, e onde vem manifestando também o seu *soft power*, são o ambiente e o desarmamento nuclear. De facto, o Japão assume-se como um dos países mais empenhados na protecção ambiental e no combate às alterações climáticas, liderando os esforços internacionais nesse sentido, exemplificado pelo papel que desempenhou nas negociações que conduziram à celebração do Protocolo de Quioto (precisamente, no Japão), em 1997 e ao abrigo do qual Tóquio se comprometeu reduzir as emissões de gases de efeito de estufa em 6% até 2012; mais recentemente, a “diplomacia ambiental” assumida como eixo prioritário da acção externa japonesa pelos Governos Yasuo Fukuda (Set. 2007-Set. 2008), Taro Aso (Set. 2008-Set. 2009) e Yukio Hatoyama (desde Set. 2009); o contributo para o estabelecimento de mecanismos como a *Asian-Pacific Partnership on Clean Development and Climate* (APP), em 2006, a *International Partnership for Energy Efficiency Cooperation* (IPEEC) ou *Leaders Meeting of Major Economies on Energy Security and Climate Change* no quadro do G8 e associando também países como a RPChina ou a Índia; a proposta pelo PM Fukuda de uma *Cool Earth Partnership*, mecanismo com um fundo de 10 mil milhões USD para auxiliar os países em desenvolvimento a compatibilizarem crescimento económico e redução de emissões de gases poluentes; ou a condução na Cimeira do G8 em Hokkaido Toyako, Japão, em Julho de 2009 e na Cimeira Ambiental de Copenhaga, em Dezembro, das negociações com vista à redução em 50% das emissões mundiais de gases poluentes até 2050 e à criação de um compromisso-quadro global até 2012.

De igual modo, invocando a “legitimidade moral” que advém do facto de ser o único país do mundo a ter sofrido bombardeamentos atómicos, em 1945, de ter na vizinhança potências nucleares como a RPChina e a Rússia e uma das mais graves ameaças ao regime de não-

proliferação como é a nuclearização da Coreia do Norte e de se manter firme na política de completa auto-renúncia a essas capacidades e no absoluto respeito pelos “Três Princípios Não-Nucleares” auto-impostos, o Japão tem assumido um papel liderante na não-proliferação e também em prol de um mundo livre de armas nucleares: por exemplo, além da participação activa em todos os mecanismos e regimes internacionais vocacionados para a não-proliferação de ADM ou da criação conjunta com a Austrália, em 2008, da *International Commission on Nuclear Non-Proliferation and Disarmament (ICNND)*, o Japão apresentou em cada um dos últimos 16 anos na ONU consecutivas propostas de resolução sobre não-proliferação e desarmamento nuclear, sendo um dos actores mais activos no processo de revisão do TNP em curso pretendendo institucionalizar o objectivo de desarmamento nuclear global e completo.

Expandindo o seu *soft power* e enfatizando sempre a disposição cooperativa, a política externa nipónica é, de facto, omni-direccional e multi-vectorial. Quanto à Ásia-Pacífico, «*indispensable for the security and prosperity of Japan*» (Japan-MOFA, 2009: 14), a diplomacia nipónica assume ter um duplo objectivo: «*to lead the region to become one which shares fundamental values*» (ibid.: 6); e «*to forge a stable and prosperous region in which long-term predictability is ensured, based on mutual understanding and cooperation*» (ibid.: 14). Com esse propósito, Tóquio anuncia três princípios fundamentais: «*Firstly Japan will further reinforce the Japan-U.S. alliance... while fostering peace and prosperity in Asia and the Pacific together with other countries*»; «*Secondly, in order to deal with common regional issues, in addition to bilateral diplomacy, Japan will promote regional cooperation by engaging actively in frameworks for East Asian regional cooperation....*»; «*Thirdly, Japan will squarely face the facts of its history with humility, that in the past it has caused tremendous damage and suffering to the people in Asian nations.... Japan will continue various kinds of cooperation, including efforts for the consolidation of peace, reinforcement of governance, and development of economic rules, while supporting the development of an Asia grounded in sharing fundamental values such as democracy, human rights, and the rule of law*» (ibid.: 14-15).

Tal como antes, «*The Japan-U.S. alliance is the cornerstone of Japanese diplomacy*», até porque os dois Aliados «*sharing fundamental values and strategic interests*» e «*As there remains a lack of both transparency and certainty in the East Asian region, the Japan-U.S. alliance... plays an indispensable role in the peace and security of Japan as well as stability and development of the Asia-Pacific region*» (ibid.: 7).

O empenho cooperativo nipónico é sublinhado depois em relação a certos parceiros regionais. Relativamente à Coreia do Sul, «*relations moved forward in building a “mature partnership”*» (ibid.:6) nos níveis bilateral, multilateral e trilateral (Japão-EUA-Coreia do Sul e Japão-Índia-Coreia do Sul), enquanto no respeitante ao Sudeste Asiático «*Japan has been*

working to further consolidate the Japan-ASEAN “strategic partnership”... At the same time, Japan is engaging in assistance towards ASEAN integration and development, such as by working to narrow development gaps by within the ASEAN region» (ibid.). Quanto à Austrália, «a partner with which Japan shares fundamental values, it was decided to further strengthen the comprehensive strategic partnership and promote more concrete security cooperation» (ibid.). Também face à Índia, parceira mais recente, «the “Japan-India Strategic and Global Partnership” witnessed strong progress» (ibid.), designadamente, com a participação de ambos na “Iniciativa Quadrilateral”, em 2007, ao lado dos EUA e da Austrália ou a “Joint Declaration on Security Cooperation between Japan and India”, em 2008.

A ênfase cooperativa é igualmente sustentada na direcção de virtuais rivais, onde se percebe uma abordagem híbrida de competição e envolvimento. No que toca às relações com a China, a visão japonesa expressa uma clara similitude com a do aliado EUA: *«Japan welcomes China’s positive approach to engage itself in the issues of the international community. At the same time, with regard to the extent of the modernization of China’s military forces, its provision of economic assistance to other countries and other issues, Japan urges China to ensure transparency and act in accordance with the rules and standards of the international community» (ibid.). Com a Rússia, «Japan has been engaged in intensive negotiations towards the final resolution of the outstanding issue of the Northern Territories in order to elevate Japan-Russia relations to a higher level. At the same time, Japan is advancing its cooperation with Russia in order for Russia to strengthen its economic, social, and people-to-people connections with the Asia-Pacific region and take on a constructive role in the region (ibid.: 7). E mesmo face à Coreia do Norte «Japan’s basic policy is to aim to normalize Japan-North Korea relations through the comprehensive resolution of outstanding issues of concern including abduction, nuclear and missile issues and the settlement of the unfortunate past between the two parties» (ibid.: 15).*

A postura cooperativa e o *soft power* do Japão são amplamente sustentados pelo seu poder económico. Efectivamente, apesar do declínio do seu *share* no PIB mundial ao longo das duas últimas décadas, o Japão continua a ser uma das maiores e mais influentes economias do mundo (a segunda em termos reais), um dos países mais desenvolvidos e uma das economias mais avançadas, bem como a ter dos mais elevados PIB *per capita* e índices de desenvolvimento humano (o mais alto de toda a Ásia Oriental) e a constar entre os maiores investidores em países estrangeiros e exportadores/importadores do globo (o 4º, em 2008) (ver atrás Quadros 9-12 no Cap. V.2). Além da Ajuda ao Desenvolvimento ou do contributo financeiro para a ONU, esta envergadura económica permite também ao Japão, mesmo sem ultrapassar a “barreira psicológica” de 1% do PIB, dispôr de um dos maiores orçamentos de Defesa da região e do mundo (ver atrás Quadro 18), sendo as suas Forças

de Autofesa, ainda que relativamente pouco numerosas (230 mil efectivos, em 2010), as mais bem equipadas tecnologicamente de toda a Ásia.

Por outro lado, e reflexo tanto do seu poder económico como da sua abordagem de segurança completa e cooperativa, o Japão mantém-se como parceiro crucial das principais economias do mundo e da Ásia Oriental, destacando-se a este respeito o impacto mútuo com o grupo ASEAN 10 e a Coreia do Sul e, sobretudo, o significado das trocas comerciais com a RPChina, já primeiro parceiro comercial do Japão e este o terceiro daquela (Quadro seguinte). Naturalmente, o Japão é ainda um dos mais activos e influentes membros das muitas organizações internacionais e regionais em que participa, nomeadamente, de âmbito económico, da OMC à OCDE ou à APEC, mas também de segurança como a ONU ou o ARF.

Quadro 38. Japão: Significado Comercial Mútuo com Parceiros da Ásia-Pacífico, 2008 (Importações+Exportações)

Maiores Parceiros Comerciais do Japão			Posição e Parcela do Japão na Actividade Comercial dos Parceiros		
Ranking	Parceiro	%	Parceiro	Rank Japão	%
1	RPChina	18,2	EUA	5	6,2
2	EUA	14,8	RPChina	3	10,6
3	ASEAN10	14,3	Taiwan Expor	5	6,9
4	UE27	12,3	Taiwan Impor	1	19,4
5	Coreia do Sul	6,0	Hong Kong	4	7,5
6	Austrália	4,4	Macau	5	6,7
7	Arábia Saudita	4,0	Coreia Sul	3	11,2
8	Emir. Árabes Unidos	3,9	Coreia Norte	37	0,1
9	Tailândia	3,4	Mongólia	4	5,4
10	Indonésia	3,1	Rússia	5	3,9
11	Hong Kong	2,8	ASEAN 10	3	11,3
12	Malásia	2,7	Indonésia	1	16,5
13	Singapura	2,3	Filipinas	2	14,1
14	Rússia	2,0	Tailândia	1	15,6
15	Qatar	1,9	Singapura	6	6,7
16	Canadá	1,6	Malásia	5	10,1
17	Irão	1,4	Vietname	2	12,7
18	Filipinas	1,3	Laos	6	1,9
19	Kuwait	1,2	Camboja	9	2,7
20	Vietname	1,1	Brunei	1	35,9
21	Brasil	1,0	Myanmar	5	3,7
22	México	0,9	Austrália	2	15,7
23	África do Sul	0,9	Índia	8	2,8
24	Índia	0,9	Paquistão	7	3,0
25	Panamá	0,7	Canadá	4	2,9
29	Nova Zelândia	0,4	APEC	4	7,2
30	Brunei	0,3	SAARC*	6	2,8
40	Paquistão	0,1	UE 27	7	4,1

*SAARC = *South Asian Association for Regional Cooperation*: Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

Fontes: European Commission - *Trade Relations, Countries and Regions*. Op. cit.. Apenas no caso de Taiwan: World Trade Organization (WTO) - *Statistics Database –Taipei, Chinese*. Op. cit.

VI.3.2. A “Normalização” Estratégica do Japão

O aspecto mais inovador respeitante ao Japão na “nova ordem” é a sua gradual “normalização”, significando isto a ressurgência estratégica e a expansão do seu papel na segurança colectiva. Essa “normalização” começou ao findar a Guerra Fria e acelerou nos últimos anos.

Coincidindo com o termo da bipolaridade, a Guerra do Golfo significou para o Japão o “volte-face”, uma vez que tendo sido o grande contribuinte financeiro para a coligação que libertou o Kuwait, ficou longe de obter o correspondente reconhecimento internacional por não ter fornecido efectivos humanos. O Japão percebia nesse *momentum* as limitações da “diplomacia do cheque” e assumia a ambição de querer ser, além de um gigante económico, também um gigante político e um país “normal” em todas as dimensões, aspiração essa plasmada na candidatura ao CSNU como Membro-Permanente, logo em 1991: «*with the recognition that financial contributions alone were no longer sufficient in the light of Japan's increasing international responsibility...The Gulf Crisis gave the Japanese an opportunity to reconsider the issue of how to maintain peace and security...Amid the formation of a new international order, it has become very important for Japan to be seated in the Security Council which assumes a very significant responsibility and plays an important role in the maintenance of international peace and security*» (Japan-MOFA, 1991: Chap. III.-4). Ou seja, os japoneses começavam a abandonar a “doutrina Yoshida” que orientou a sua política externa e de segurança durante todo o período bipolar (ver atrás Cap. IV.1.2).

Enquanto isto, Washington instigava os aliados nipónicos a assumirem uma maior “partilha do fardo” com os custos da presença militar americana no território japonês, as responsabilidades na auto-defesa e ainda na segurança colectiva global: «*Our hope is to see the U.S.- Japan global partnership extend beyond its traditional confines and into fields like refugee relief, non-proliferation and the environment*» (USA-The White House, NSS 1991).

Desde então, sempre no quadro da Aliança com os EUA, Tóquio tem vindo a reinterpretar a Constituição japonesa e a expandir as responsabilidades das FAD nipónicas, abandonando sucessivos “limites” auto-impostos pelo pacifismo institucionalizado. Gradualmente, o Japão vem assumindo novas responsabilidades na auto-defesa que antes cabiam por inteiro aos aliados EUA à medida que estes foram reduzindo a presença militar no território japonês (de mais de 46.000 soldados, em 1990 para cerca de 34.000, actualmente); aumentando a sua capacidade de projecção de forças; alargando o perímetro de actuação das suas FAD; e reforçando o nível de compromisso na Aliança Japão-EUA pelo lançamento de novos projectos comuns na área da defesa, a intensificação dos exercícios conjuntos e a melhoria

da inter-operabilidade com as forças americanas num leque cada vez mais vasto e diversificado de operações.

Paralelamente, depois de ter enviado um oficial de polícia para participar numa operação de *peacekeeping* da ONU pela primeira vez, em 1988, o Japão foi sempre aumentando o nível de participação em missões de paz (ver atrás Quadro 31): mais de 7000 “capacetes azuis” nipónicos participaram até agora em missões de ajuda humanitária, reconstrução e monitorização de eleições, de Angola a Timor-Leste, do Camboja ao Afeganistão; em Janeiro de 2010, havia militares, polícias e/ou observadores japoneses em operações de *peacekeeping* das Nações Unidas na Síria, no Nepal e no Sudão. O Japão passou, igualmente, a participar em missões de segurança e estabilização no estrangeiro para lá do quadro ONU, aprovando sucessivas leis e regulamentos respeitantes às missões externas das FAD e à participação do país na cooperação internacional para a paz e a segurança colectiva: desde o final de 2001, o Japão tem navios das FAD no Oceano Índico em missão de reabastecimento e apoio logístico às forças da coligação internacional envolvidas no combate ao terrorismo no Afeganistão, ao abrigo da *Anti-Terrorism Special Measures Law* de 2001 subsequentemente renovada em 2003, 2005 e 2006 e substituída, no final de 2007, pela nova *Replenishment Support Special Measures Law*; no Iraque, a partir de Dezembro de 2003, as FAD japonesas têm estado envolvidas em operações de auxílio humanitário, reconstrução e assistência à segurança, no quadro de uma especial *Iraq Special Measures Law*.

Expandindo-se continuamente a “global alliance” com os EUA, o Japão aderiu a coligações *ad hoc* como a *Proliferation Security Initiative* (PSI), a *Container Security Initiative* (CSI) ou a *Global Initiative To Combat Nuclear Terrorism* (GI), com as FAD japonesas a envolverem-se em exercícios e actividades de antiterrorismo, contra-proliferação ADM e combate à pirataria nos oceanos Índico e Pacífico. Tem também vindo a intensificar o seu relacionamento com a Aliança Atlântica tornando-se, entretanto, *NATO’s Contact Country*, dialogando sobre um vasto leque de matérias da segurança internacional e cooperando, designadamente, na estabilização e reconstrução do Afeganistão, para onde o Japão tem canalizado auxílio financeiro, humanitário e logístico em apoio da *International Security Assistance Force* (ISAF) liderada pela NATO. Além disso, a partir de 2002, o Japão associou-se aos EUA e à Austrália num novo “Diálogo Estratégico Trilateral”, elevado ao nível ministerial desde 2006. Entretanto, o Japão foi aumentando os laços cooperativos bilaterais com outros países da Ásia Oriental e envolveu-se activamente em todas as instituições e iniciativas multilaterais regionais, destacando-se a APEC, o *ASEAN Regional Forum*, o processo ASEAN+3, as “Conversações a Seis”, as *East Asia Summit* (EAS) ou o diálogo trilateral Japão- RPChina-Coreia do Sul.

Este percurso de “normalização” do Japão e a redefinição da sua política externa e de segurança ao longo das duas últimas décadas são o resultado da interacção de quatro factores essenciais:

- i) o objectivo político de aumentar o seu estatuto internacional, em particular, nas dimensões política e estratégica, o que requer uma presença e um papel muito mais activos na segurança internacional e a participação em operações de segurança colectiva;
- ii) a persistente pressão americana para que os nipónicos assumam novas responsabilidades estratégicas tanto no quadro da Aliança EUA-Japão como fora dela;
- iii) a emergência de “outros grandes centros de poder” alicerçada no reforço dos respectivos papéis e capacidades estratégicas (UE, Índia, Rússia, ASEAN, Coreia do Sul, Austrália) e, sobretudo, a ressurgência geopolítica e geoestratégica da RPChina;
- iv) as transformações na segurança internacional e regional - designadamente, o agravamento de certos riscos ameaças, a “securitização/militarização” de novos domínios e a expansão da segurança multilateral –, umas acentuando a percepção nipónica de insegurança e vulnerabilidade e outras pressionando o Japão a acompanhar os esforços regionais e internacionais na promoção da paz e da segurança (Neves, 2008: 259).

Os mesmos factores estão na origem da introdução do mais inovador pilar na política externa japonesa na era pós-Guerra Fria, a “diplomacia de valores” lançada pelo Governo Shinzo Abe (Set. 2006-Set. 2007) e apresentada primeiramente sob a forma de proposta para a criação de um “Arco de Liberdade e Prosperidade” na EurÁsia pelo então MNE Taro Aso (2006): *«First of all there is "value oriented diplomacy," which involves placing emphasis on the "universal values" such as democracy, freedom, human rights, the rule of law, and the market economy as we advance our diplomatic endeavors. And second, there are the successfully budding democracies that line the outer rim of the Eurasian continent, forming an arc. Here Japan wants to design an "arc of freedom and prosperity"»*.

Este novo pilar não substitui, antes complementa, os tradicionais pilares da política externa nipónica: *«The basis of Japan's foreign policy is to strengthen the Japan-US alliance, as well as a strengthening of our relationships with our neighboring countries, such as China, ROK, and Russia»* (ibid.). Porém, significa o abandono de uma das premissas orientadoras da política externa japonesa desde os anos 1970, a “Doutrina Fukuda”, baseada na separação clara entre economia e política e numa pragmática “neutralidade ideológica” (ver atrás Cap. IV.2.2.). Efectivamente, o Japão dispõe-se agora a actuar proactivamente na promoção de “valores universais”, o que requer a coordenação de esforços com determinados “parceiros estratégicos” que partilham os mesmo valores.

Em relação aos objectivos desta nova *value oriented diplomacy*, concordamos com os três fundamentais identificados por Miguel Santos Neves (2008: 255-256). Primeiro, robustecer a aliança EUA-Japão por uma maior coerência entre as políticas externas dos dois aliados e

reduzir os riscos de tensão que emergiram ciclicamente na aplicação da “doutrina Fukuda” – sobretudo, num contexto em que a Administração Bush levava os EUA a reinvestir significativamente na Ásia e a intensificar a pressão contra a “tirania” mas que também provocara um decréscimo do *soft power* americano na EurÁsia e no mundo. Em segundo lugar, acentuar o grau de diferenciação em relação à RPChina e contrabalançar os seus crescentes *soft power* e influência em toda a EurÁsia-Pacífico no quadro de uma latente competição entre as duas grandes potências asiáticas pela liderança regional e, ao mesmo tempo, pressionar Pequim a alinhar na redução do nível de tensão política bilateral que se tinha acentuado durante o Governo Junichiro Koizumi (Abr. 2001-Set. 2006), no pressuposto de que a plena “normalidade” do Japão não pode ser atingida existindo antagonismo aberto com a China. Terceiro, prosseguir uma estratégia de diversificação das relações externas japonesas e de reforço dos laços estratégicos com determinados novos “centros de poder” como a UE, a NATO, a Índia, a ASEAN, a Coreia do Sul e a Austrália ou ainda a RPChina e a Rússia de modo a ganhar maior “margem de manobra” em relação a Washington e, simultaneamente, reafirmar a intenção do Japão de ter um papel mais activo no palco internacional.

Se bem que a criação do “Arco de Liberdade e Prosperidade” só muito ambigualmente se venha concretizando, os seus pressupostos e objectivos parecem consolidados, tendo mesmo propiciado uma aceleração do processo de “normalização” estratégica nipónica nos últimos anos.

Em Janeiro de 2007, a reconversão da estrutura organizacional da Defesa do Japão culminava no *upgrade* da Agência de Auto-Defesa para Ministério da Defesa, pela primeira vez desde a II Guerra Mundial. Meses depois, o Japão associava-se aos EUA, à Austrália e à Índia na “Iniciativa Quadrilateral”, participando em exercícios militares conjuntos quer no Pacífico quer no Índico. Associou-se ainda aos EUA no desenvolvimento conjunto de um sistema de defesa anti-mísseis balísticos na Ásia-Pacífico, disponibilizando-se, inclusivamente, a acolher no seu território algumas instalações desse sistema. No final de 2007, o Dieta nipónico aprovou legislação autorizando o país a usar o espaço extra-atmosférico para propósitos militares.

Entretanto, o Japão foi prosseguindo a campanha para se tornar Membro-Permanente do CSNU, intensificada com o processo de reforma da ONU – associando-se à Índia, à Alemanha e ao Brasil num “G4” de principais candidatos -, objectivo identificado por Tóquio como prioritário e condição fundamental para o Japão cumprir o seu papel de “*Peace Fostering Nation*”, segundo a fórmula do Primeiro-Ministro Yasuo Fukuda, tendo nesse propósito o apoio expresso dos EUA mas a oposição da RPChina. Embora não tenha ainda conseguido este objectivo, em Outubro de 2008, o Japão voltou a ser eleito membro não-

permanente do CSNU para o biénio 2009-2010, o que sucede pela décima vez, o mais frequente entre todos os países da ONU.

Em Dezembro de 2008, teve lugar em território nipónico a primeira Cimeira Trilateral Japão-RPChina-Coreia do Sul independente de outros mecanismos. Já em Maio de 2009, o Japão enviou dois *destroyers* para o Golfo de Aden, juntando-se às forças internacionais no combate à pirataria somali, na primeira missão “policial” overseas das FAD japonesas desde a II GM e que gerou bastante controvérsia: segundo os críticos, os navios nipónicos poderiam ter que se envolver em acções de combate violando, assim, a Constituição nipónica que restringe o uso das forças armadas a missões defensivas no território japonês; todavia, argumentando que a contra-pirataria é mais uma operação anti-crime do que de natureza militar e que, portanto, esta missão não viola a Constituição pacifista, o Governo nipónico fez acompanhar a decisão de enviar os *destroyers* para a costa da Somália com a aprovação de nova legislação contra-pirataria reduzindo as restrições do uso da força por pessoal embarcado contra os piratas e permitindo a escolta de navios estrangeiros em perigo por navios japoneses.

Apesar das persistentes e imaginativas reinterpretações, o maior obstáculo à “normalização” e expansão estratégica do Japão na segurança colectiva continua a ser a sua Constituição de 1947, nunca emendada. Por isso, o Governo Shinzo Abe deu início a um processo de revisão Constitucional, tendo o Dieta nipónico aprovado, em Maio de 2007, uma nova lei de referendo que entrará em vigor em 2010 abrindo, assim, a via para referendar a Constituição e que constituirá a última fase do processo de revisão. Em causa está, fundamentalmente, a emenda do Artigo 9º do “Capítulo II. Renúncia à Guerra”: *«Aspiring sincerely to an international peace based on justice and order, the Japanese people forever renounce war as a sovereign right of the nation and the threat or use of force as means of settling international disputes. In order to accomplish the aim of the preceding paragraph, land, sea, and air forces, as well as other war potential, will never be maintained. The right of belligerency of the state will not be recognized»*. Evidentemente, o processo de revisão Constitucional intensificou o debate quer internamente - num novo quadro político marcado pela perda da hegemonia que o Partido Liberal Democrata tivera durante décadas (ver atrás Cap. V.1.) e pelo fim do relativo “consenso nipónico” – quer na Ásia Oriental acerca do papel internacional do Japão.

O Japão mantém, como referimos atrás, uma abordagem “completa” da segurança, i.é, multi-dimensional e multi-instrumental. Porém, é significativo que Tóquio sublinhe agora que *«It is indeed difficult to guarantee national security purely by non-military means»* e que as capacidades militares *«provides the ultimate guarantee of a country’s security, and cannot be replaced by other means»* (Japan-Min. Defense, 2009: 118). *«In addition»*, refere o

mesmo documento, «*defense capabilities have become increasingly important for international peace cooperation activities and other efforts to improve the international security environment in order to avoid any threat to our country*». Consequentemente, «*Recognizing the important role played by its defense capabilities, Japan continues to do its utmost to protect national security, while working to achieve security in the Asia-Pacific region and beyond*» (ibid.).

Por outro lado, além de reafirmar que «*Japan has been building a modest defense capability under the Constitution purely for defense purposes without becoming a military power*» (ibid.: 121), os dirigentes nipônicos vêm-se na contingência de ter que explicar a sua interpretação do Artº 9º da Constituição, dedicando a isso, por exemplo, toda uma secção do “Defense of Japan 2009”. Quanto às condições em que o Japão pode exercer o direito de auto-defesa, «*The Government interprets Article 9 ...: 1) When there is an imminent and illegitimate act of aggression against Japan; 2) When there is no appropriate means to deal with such aggression other than by resorting to the right; and 3) When the use of armed force is confined to the minimum necessary level*» (ibid.: 119). Já sobre a área geográfica em que esse direito pode ser exercido, «*is not necessarily confined to the geographic boundaries of Japanese territory, territorial waters and airspace*», embora acrescente também «*the Government interprets that the Constitution does not permit armed troops to be dispatched to the land, sea, or airspace of other countries with the aim of using force*» (ibid.). Do mesmo modo, acerca do direito de defesa colectiva «*International law permits a state to have the right of collective self-defense, which is the right to use force to stop an armed attack on a foreign country with which the state has close relations, even if the state itself is not under direct attack. Since Japan is a sovereign state, it naturally has the right of collective self-defense under international law*» (ibid.: 120), se bem que «*the Japanese Government believes that the exercise of the right of collective self-defense exceeds the limit on self-defense authorized under Article 9 of the Constitution and is not permissible*» (ibid.).

Apesar da ambiguidade formal, o Japão parece ter abandonado definitivamente a *penalty box* em que viveu constrangido durante décadas, assumindo que enfraquecido estrategicamente não pode continuar a ser o “Aliado mais Aliado” dos EUA na Ásia-Pacífico nem contrabalançar a ascensão da China nem promover eficazmente os seus interesses e valores na Ásia Oriental e no mundo: por isso, procura ser uma potência “normal” e mais “completa”, ressurgindo estratégica e politicamente. O pacifismo continua a ser uma marca identitária da sociedade nipónica; contudo, a institucionalização da gradual ressurgência estratégica do Japão revela estar em curso uma mutação dessa identidade pacifista.

VI.4. ASEAN

Tendo passado a integrar praticamente todos os países do Sudeste Asiático, uma das duas sub-regiões que compõem a Ásia Oriental, a *Association of SouthEast Asian Nations* ou ASEAN não pode deixar de ser referida entre os principais actores nesta macro-região, tanto mais que ao longo das duas últimas décadas fez progressos assinaláveis no sentido de se tornar uma “comunidade” e deu um impulso decisivo ao multilateralismo e ao regionalismo na Ásia Oriental. Efectivamente, liberta das confrontações e ingerências inerentes à “dupla guerra fria” e animada pelo papel que teve no processo de paz cambodjano, a ASEAN reavaliou a sua natureza, alargou-se e intensificou a *community building*. Paradoxalmente, o modelo *ASEAN way* que está na base do relativo sucesso da Associação também inibe a sua capacidade operativa quer enquanto instituição quer enquanto actor internacional.

VI.4.1. O progresso regionalista

Com o termo da Guerra Fria, a ASEAN ultrapassou o seu perfil inicial anti-comunista e alargou-se sucessivamente ao Vietname (1995), ao Laos e ao Myanmar (1997) e ao Camboja (1999) abarcando, assim, todos os países do Sudeste Asiático - exceptuando ainda Timor-Leste que deverá integrar a Associação em 2011. Agregados, os 10 países ASEAN representam, actualmente, uma população de sensivelmente 580 milhões de pessoas, isto é, perto de 9% da população mundial; uma área de 4.6 milhões km²; um PIB real combinado perto dos 1.600 mil milhões USD; um *share* no PIB mundial avaliado em PPP de quase 1.4%; uma parcela de cerca de 10% das exportações e importações mundiais; um total de despesas militares na ordem dos 1.365 milhões USD; e mais de 1 milhão e 900 mil soldados.

Paralelamente, e ampliando o significado da mera soma aritmética dos seus membros, a ASEAN intensificou o processo de aprofundamento, institucionalizando políticas, mecanismos e estruturas funcionais e cooperativas em virtualmente todos os domínios, do comércio ao ambiente, passando pelos transportes e telecomunicações, energia, saúde, educação, ciência ou defesa, tanto ao nível intergovernamental como incentivando e expandindo os laços com “organizações da sociedade civil”, designadamente, as cerca de seis dezenas de organizações “afiliadas”, da *ASEAN Bankers Association* à *SouthEast Asian Studies Regional Exchange Program Foundation* ou à *ASEAN Para Sports Federation*.

Logo em 1992, promovendo o “milagre asiático” e em resposta aos receios de uma Europa e uma América “fortalezas”, a Declaração de Singapura previa a criação de uma *ASEAN Free Trade Area* (AFTA), sendo dados os primeiros passos nesse sentido no ano seguinte

quando os países membros acordaram um calendário para ir eliminando entre si a maioria das tarifas sobre os bens manufacturados.

Na mesma altura, motivada pelo novo contexto internacional e pelo papel que desempenhou na resolução do conflito cambojano e na pacificação da Indochina, a ASEAN assumia a segurança como vector essencial da sua agenda e do seu desígnio, afirmando os Líderes na Declaração de Singapura que «*ASEAN shall move towards a higher plane of political and economic cooperation to secure regional peace and prosperity*». Assim, a somar aos anteriores Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade (ZOPFAN) (1971) e Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) no Sudeste Asiático (1976), a Associação levou avante outras iniciativas significativas como a *ASEAN Declaration on the South China Sea*, em 1992 ou o *SouthEast Asian Nuclear-Weapon-Free Zone Treaty (SEANWFZ)*, assinado em 1995 e em vigor desde Março de 1997.

Além disso, em Julho de 1993, a 26ª ASEAN Ministerial Meeting e Post Ministerial Conference, em Singapura, estabelecia o inovador *ASEAN Regional Forum (ARF)*, a fim de envolver numa estrutura mais alargada os seus parceiros em prol da segurança e estabilidade de toda a Ásia-Pacífico com base nos vectores da *confidence-building*, diplomacia preventiva e mesmo resolução de conflitos. A reunião inaugural do ARF teria lugar um ano depois, na Cimeira de Bangucoque, estando envolvidos actualmente nesta estrutura 27 participantes (ver atrás Cap. V.4.1).

A crise financeira de 1997-98 abalou a crença na solidez do “milagre económico” no Sudeste Asiático e na capacidade da ASEAN para coordenar respostas eficazes. Mas foi neste contexto que a ASEAN expandiu os seus laços externos - nomeadamente, com a RPChina, o Japão e a Coreia do Sul, iniciando o processo ASEAN+3 - e proclamou a “ASEAN Vision 2020”, aprovada no seu 30º Aniversário, em Dezembro de 1997, pelos Chefes de Estado e de Governo ASEAN reunidos em Kuala Lumpur: «*That vision is of ASEAN as a concert of Southeast Asian nations, outward looking, living in peace, stability and prosperity, bonded together in partnership in dynamic development and in a community of caring societies....ASEAN shall have, by the year 2020, established a peaceful and stable Southeast Asia where each nation is at peace with itself and where the causes for conflict have been eliminated, through abiding respect for justice and the rule of law and through the strengthening of national and regional resilience. (...) We see an outward-looking ASEAN playing a pivotal role in the international fora, and advancing ASEAN's common interests*» (ASEAN, 1997).

Prevista inicialmente para ser implementada em 2008, a *ASEAN Free Trade Area (AFTA)* foi antecipada e tornou-se plenamente operacional desde 1 de Janeiro de 2003 para a maior partes dos Estados membros, devendo juntar-se-lhes os restantes (Vietname, Laos,

Camboja e Myanmar) até 2012. Entretanto, a ASEAN lançou também o esquema *Common Effective Preferential Tariff* ou CEPT.

No mesmo ano de 2003, os Líderes ASEAN aprovaram, na Declaração Bali Concord II, o projecto “Comunidade ASEAN” até 2020, com três pilares, concretamente, a Comunidade Política e de Segurança (APSC), a Comunidade Económica (AEC) e a Comunidade Sócio-Cultural (ASCC), projecto antecipado e acelerado quando, na 12ª Cimeira ASEAN, em Janeiro de 2007, os Líderes assinaram a *Cebu Declaration on the Acceleration of the Establishment of an ASEAN Community by 2015*. Foi nesse quadro que, por exemplo, em 2006, se estabeleceu o *ASEAN Defense Ministers Meeting* (ADMM) numa base anual, a fim de promover a cooperação sobre assuntos de defesa e segurança, tendo sido já adoptados três *concept papers* sobre o uso de capacidades militares na assistência humanitária e em situações de catástrofe, a cooperação com parceiros “extra-regionais” e o envolvimento com organizações da sociedade civil.

Outro momento significativo ocorreu em 15 Dezembro de 2008 com a entrada em vigor da *ASEAN Charter* que, sob o lema «*One Vision, One Identity and One Caring and Sharing Community*», sublinha os interesses mútuos dos povos ASEAN, os objectivos comuns e um destino partilhado; reafirma a intenção de criar e institucionalizar a Comunidade ASEAN; confere personalidade jurídica à ASEAN; prevê o estabelecimento de novos órgãos como os três *Community Councils* relativos aos três pilares, o *ASEAN Coordinating Council* reunindo os MNEs dos países membros ou o Comité de Representantes Permanentes na ASEAN; reforça as competências de coordenação do Secretário-Geral e o papel dos MNEs; e prevê mais reuniões inter-ministeriais.

Foi já com base na *ASEAN Charter* que a Associação adoptou os denominados *Blueprint*, documentos que explicitam os objectivos e os planos de acção concretos para cada um dos três pilares da Comunidade ASEAN. Por exemplo, de acordo com o *ASEAN Political-Security Community Blueprint*, aprovado na 14ª Cimeira ASEAN, em Março de 2009, em Cha-am/Hua Hin, Tailândia, «*the APSC shall aim to ensure that countries in the region live at peace with one another and with the world in a just, democratic and harmonious environment. The members of the Community pledge to rely exclusively on peaceful processes in the settlement of intra-regional differences and regard their security as fundamentally linked to one another and bound by geographic location, common vision and objectives. It has the following components: political development; shaping and sharing of norms; conflict prevention; conflict resolution; post-conflict peace building; and implementing mechanisms*», acrescentando que a Comunidade ASEAN Política e de Segurança se baseia em «a) *A Rules-based Community of shared values and norms*; b) *A Cohesive, Peaceful, Stable and Resilient Region with shared responsibility for Comprehensive Security*; and c) *A Dynamic and Outward-looking Region in an increasingly integrated and interdependent*

world» e descriminando depois as acções concretas que a Associação e os seus EMs devem tomar para a concretização da APSC nos próximos anos (ver ASEAN Secretariat, 2009). Na realidade, os *Blueprint* e Planos de Acção, em conjunto com a *Initiative for ASEAN Integration Strategic Framework* e a *IAI Work Plan Phase II* (2009-2015), constituem um verdadeiro roteiro para a edificação da Comunidade ASEAN até 2015.

VI.4.2. Sucessos e limites da “ASEAN way”

Este percurso regionalista assenta num modelo que se estabeleceu precisamente como *ASEAN way*, em que o formato típico da tomada de decisões é por consenso a partir do “mínimo denominador comum”, dando completa margem de manobra aos EMs ao mesmo tempo que lhes permite ir gerindo problemas e interesses eminentemente comuns. Numa organização e numa região tão heterogéneas, o modelo *ASEAN way* tem permitido a socialização e a integração regionais e, portanto, contribuído para a afirmação da Associação enquanto factor de desenvolvimento, segurança e estabilidade no Sudeste Asiático.

O crescimento económico é um dos sucessos que a ASEAN reclama: com uma média de crescimento anual de 5,8% ao longo das duas últimas décadas, o PIB combinado dos 10 ASEAN saltou de menos de 350 mil milhões USD, em 1990, para mais de 1.580 mil milhões USD, em 2010, período em que o *share* dos 10ASEAN no PIB mundial avaliado em PPP passou de 1% para quase 1.4%. A este crescimento não é alheio o quadro de interdependências regionais que a Associação gera: a maior parte do comércio ASEAN ocorre no seio da própria Associação numa parcela que, em 2008, se situou nos 26,9%; a ASEAN é também o principal parceiro comercial de nove das suas dez economias-membros – a excepção é o Brunei, mas mesmo assim a ASEAN foi, em 2008, o seu 2º maior parceiro, representando um *share* de 34,8% (ver adiante Quadro 39).

Similarmente, mesmo sem as resolver, a *ASEAN way* tem permitido gerir “preventivamente” as divergências políticas e amenizar as tensões em torno das disputas territoriais e fronteiriças no Sudeste Asiático. Além disso, esse modelo serve não só a abordagem de “segurança completa” que há muito pauta as actividades da ASEAN, enfatizando as dimensões económica, ambiental e social, mas também o sistema de “segurança cooperativa” que a ASEAN cultiva tanto internamente como nas suas relações exteriores – favorecendo, portanto, um vasto leque de actividades cooperativas intra-ASEAN e com os seus parceiros, nomeadamente, face a desafios transnacionais como o terrorismo (sobretudo, desde os atentados do 11 de Setembro de 2001 e de Bali, em 2002), a degradação ambiental (e os inerentes riscos, em particular, para as áreas costeiras e deltaicas), a criminalidade organizada (nomeadamente, tráfico de drogas e de pessoas),

doenças e pandemias (HIV/SIDA, gripe das aves, SARS), a pirataria marítima, a segurança alimentar e energética ou as catástrofes naturais (designadamente, desde o grande Tsunami de Dezembro de 2004 que atingiu gravemente a Indonésia e a Tailândia).

O melhor reflexo da socialização gerada pela *ASEAN way* e do sucesso da ASEAN enquanto instituição é, efectivamente, o quadro sem precedentes de interdependências e de cooperação no Sudeste Asiático, em todas as dimensões, incluindo esforços entre os seus membros no sentido de se constituírem como uma autêntica “comunidade” política e de segurança, económica e sócio-cultural, tornando a região relativamente estável em nítido contraste com um passado não muito distante de grande conflitualidade.

Por outro lado, o nível de integração já alcançado torna a ASEAN um actor internacional mais efectivo e expande o seu “peso” para lá da soma dos seus membros, perceptível, desde logo, no facto dos outros actores encararem a ASEAN como um interlocutor valioso e de procurarem desenvolver os respectivos laços bilaterais e multilaterais.

De facto, a par dos processos de alargamento e aprofundamento, a ASEAN tem desenvolvido as suas relações exteriores em virtualmente todas as direcções. Formalizou, por exemplo, Acordos e Memorandos de Entendimento com uma vasta série de organizações regionais e internacionais, desde o *Asian Development Bank* (ADB) ou a Organização de Cooperação de Xangai (SCO) às Nações Unidas – incluindo, neste caso, cimeiras bilaterais ASEAN-ONU, o reconhecimento à ASEAN do estatuto de observador na AGNU e outros acordos cooperativos da Associação com a Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico (UNESCAP) e a UNESCO. A ASEAN expandiu, igualmente, os laços bilaterais com os “Parceiros de Diálogo”, sendo de salientar que além dos EUA, Japão, UE, Austrália, Nova Zelândia, Canadá ou PNUD que vinham desde os anos 1970, passou a ter Diálogos institucionalizados bilaterais também com a Coreia do Sul (desde 1991), a Índia (1995) e a RPChina e a Rússia (1996), bem como com o Paquistão (desde 1999, sectorialmente).

Entre os muitos quadros cooperativos e parcerias estabelecidos nos últimos anos com os seus Parceiros, além do ARF e das *ASEAN-Post Ministerial Conferences* (PMC), destacam-se, no domínio económico, os acordos visando o estabelecimento das Áreas de Comércio Livre ASEAN-RPChina (2002), ASEAN-Coreia do Sul (2005) e ASEAN-Austrália e Nova Zelândia (2009), bem como as *Trans-Regional Trade Initiatives* ASEAN-UE (com negociações, desde 2005, visando também um Zona de Comércio Livre), o *Agreement on Economic and Development Cooperation* com a Rússia (2005), o *Trade and Investment Framework Agreement* com os EUA (2006), a *Comprehensive Economic Partnership* ASEAN-Japão (2008) ou o *ASEAN-India Trade in Goods Agreement* (2009). De facto, a ASEAN tornou-se um “bloco” comercial extraordinariamente relevante para os outros

grandes actores: em 2008 foi, por exemplo, o 2º maior parceiro comercial da Austrália, o 3º da Índia ou da *South Asian Association for Regional Cooperation* (SAARC)²⁴², o 4º das Coreias do Norte e do Sul ou do conjunto APEC, o 5º da RPChina ou da UE e o 6º dos EUA ou do Japão.

Quadro 39. ASEAN: Significado Comercial Mútuo com Parceiros da Ásia-Pacífico, 2008 (Exportações+Importações)

Maiores Parceiros Comerciais da ASEAN			Posição e Parcela da ASEAN na Actividade Comercial dos Parceiros		
Ranking	Parceiro	%	Parceiro	Rank ASEAN	%
1	ASEAN	26,9	EUA	6	5,4
2	RPChina	11,9	RPChina	5	9,4
3	Japão	11,3	Hong Kong	3	10,3
4	UE27	10,9	Macau	2	15,3
5	EUA	10,0	Japão	6	6,1
6	Singapura	8,1	Rússia	11	1,5
7	Malásia	6,5	Mongólia	8	1,9
8	Indonésia	4,6	Coreia Norte	4	5,7
9	Coreia Sul	4,5	Coreia Sul	4	10,9
10	Hong Kong	4,1	Indonésia	1	26,2
11	Tailândia	3,9	Filipinas	1	20,8
12	Austrália	3,1	Tailândia	1	20,4
13	Índia	2,5	Singapura	1	29,0
14	Arábia Saudita	2,0	Malásia	1	31,7
15	Emiratos Árabes Unid.	1,8	Vietname	1	21,7
16	Filipinas	1,5	Laos	1	66,1
17	Vietname	1,5	Camboja	1	40,9
18	Canadá	0,7	Brunei	2	34,8
19	Suíça	0,7	Myanmar	1	54,0
20	Brasil	0,7	ASEAN	1	26,9
22	Rússia	0,6	Índia	3	10,4
24	Nova Zelândia	0,5	Paquistão	6	7,7
25	Myanmar	0,4	Canadá	6	1,6
32	Paquistão	0,2	Austrália	2	16,6
33	Cambodja	0,2	APEC	4	10,4
34	Brunei	0,2	SAARC	3	10,1
43	Laos	0,1	UE 27	5	4,7

Fonte: European Commission - *Trade Relations, Countries and Regions*. Op. cit..

No domínio político e da segurança, salientam-se as adesões ao “Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático” da RPChina (significativamente, o primeiro parceiro “extra-regional” a fazê-lo, em 2002), da Índia (2003), do Japão, da Coreia do Sul e da Rússia (2004), da Austrália (2005) e dos EUA (2009) e as “Declarações Conjuntas sobre Cooperação no Combate ao Terrorismo Internacional” com os EUA (2002), a Índia (2003), o Japão, a Rússia e a Austrália (2004) e a Coreia do Sul (2005). Além disso, merecem referência as ASEAN-RPChina *Joint Statements on Cooperation Towards the 21st Century* (1997), *on Cooperation in the Field of Non-traditional Security Issues* (2002), *on the Conduct*

²⁴² Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

of Parties in the South China Sea (2002), *on Strategic Partnership for Peace and Prosperity* (2003) ou *of ASEAN-China Commemorative Summit* (2006), tendo a RPChina também expressado a sua intenção de aceder ao Protocolo do Tratado do Sudeste Asiático Zona Livre de Armas Nucleares (SEANWFZ); a ASEAN-India *Partnership for Peace, Progress and Shared Prosperity* (2004); a ASEAN-EUA *Joint Vision on the Enhanced Partnership* (2005); a ASEAN-Rússia *Joint Declaration on Progressive and Comprehensive Partnership* e o respectivo Programa de Acção 2005-2015 (2005); e a ASEAN-Austrália *Joint Declaration on Comprehensive Partnership* (2007).

Na realidade, se outrora o Sudeste Asiático foi palco de ingerências e dominações por forças “externas”, a ASEAN vem contribuindo decisivamente para uma maior autonomia quer dos seus povos quer da região face a potências “extra-regionais”. Ao mesmo tempo, afirma-se como interveniente activa na geopolítica da Ásia-Pacífico, sobretudo, porque o modelo *ASEAN way* lhe tem permitido atrair os seus vizinhos e parceiros para a *ASEAN vision* e incrementar o multilateralismo e o regionalismo na Ásia Oriental/Pacífico, transpondo para o nível macro-regional um certo espírito discursivo de “comunidade”. Efectivamente, a ASEAN está na origem de vários processos pan-regionais, com destaque para o *ASEAN Regional Forum* (ARF), o ASEAN+3 (RPChina, Japão e Coreia do Sul) ou a *East Asia Summit* (EAS), bem como de quadros inter-regionais como a *Asia-Europe Meeting* (ASEM), a *Asian African Sub-Regional Organizations Conference* (AASROC) e a *New Asian-African Strategic Partnership* (NAASP) ou o *Forum for East Asia-Latin America Cooperation* (FEALAC) (ver atrás Cap. V.4.).

No entanto, o modelo *ASEAN way* tem também efeitos perniciosos, fazendo muitas vezes parecer que «a ASEAN não é realmente uma organização que evita conflitos. É mais uma organização que evita “assuntos”» (Smith e Jones, 1997: 147). Com efeito, a abordagem prescrita onde as decisões são exclusivamente por consenso, a partir não do máximo mas do “mínimo” denominador comum, salvaguardando em absoluto o princípio da “não-ingrerência nos assuntos internos”, evitando lidar com assuntos sensíveis ou “fracturantes” e privilegiando um formato informal e bastante flexível, produz constantemente actividades mais declarativas do que efectivas, limitando a capacidade da ASEAN de resolver certos problemas e de ir mais além quer enquanto instituição quer enquanto actor internacional. Os auto-constrangimentos associados à *ASEAN way* ajudam a explicar o falhanço, a incapacidade ou o relativo alheamento da ASEAN durante as crises económico-financeiras de 1997-98 e 2008-10; perante os muitos conflitos étnico-religiosos e os separatismos existentes no seio de alguns dos seus membros como a Indonésia (Aceh, Molucas do Sul e Irian Jaya), a Tailândia (região de Patani), o Myanmar (Karen, Shan, Mon, Chin, Kachin e

Arakaneses) e as Filipinas (Mindanao) (ver Mapa 12 no Cap. V.3.1.); face às constantes crises e convulsões políticas “internas” nos EMs; ou ainda na promoção de dimensões cruciais da segurança humana no Sudeste Asiático. Depois, a informalidade dos mecanismos e processos inerente à *ASEAN way* tem impedido a Associação de desenvolver determinados regimes e estruturas supranacionais de decisão e de actuação, o que limita a sua eficácia em áreas de referência como a estabilização, a arbitragem e a regulação económica, monetária e financeira, a ajuda ao desenvolvimento, o combate à pobreza extrema, o auxílio humanitário, a resposta em situações de catástrofe, a protecção ambiental, a luta anti-terrorista ou o combate à pirataria marítima e à criminalidade transnacional: efectivamente, muitas das actividades nestes domínios desenrolam-se mais ao nível bilateral entre Estados-membros ou com parceiros externos do que ao nível multilateral no quadro ASEAN.

Vários casos concretos são perfeitamente paradigmáticos dos limites da *ASEAN way*. A subsistência de antigas e inúmeras disputas territoriais e fronteiriças entre os países ASEAN revela a incapacidade da Associação para resolver diferendos entre os seus membros: o Mar da China Meridional e as Ilhas Spratly continuam a ser disputados entre o Vietname, as Filipinas, a Malásia, o Brunei e a Indonésia, além da China; o mesmo sucede com o Golfo da Tailândia, disputado entre o Vietname, o Camboja, a Malásia e a Tailândia; o Nordeste do Estado federado de Sabah, Malásia, na Ilha do Bornéu, reclamado pelas Filipinas à Malásia; as Ilhas Ligitan e Sipadan entre a Indonésia e a Malásia; e ainda as áreas fronteiriças entre Singapura e a Malásia, a Malásia e a Tailândia, o Vietname e o Camboja, o Camboja e a Tailândia, a Tailândia e o Laos e a Tailândia e o Myanmar (ver Mapas 11 e 12 no Cap. V.3.1.).

Já a situação no Myanmar e os casos de Timor-Leste e do Aceh demonstram como a ASEAN tem primado pelo alheamento em nome da “não ingerência nos assuntos internos”. Em relação ao Myanmar, a ASEAN nunca condenou abertamente os abusos da Junta Militar birmanesa na repressão contra a oposição democrática, certas minorias ou os direitos humanos (não acompanhando, portanto, as pressões internacionais nesse sentido) nem tem sido capaz de exercer uma função de mediação nos momentos de maior instabilidade e turbulência político-social e religiosa no país, deixando esse papel, essencialmente, para as vizinhas RPChina e Índia.

No caso de Timor-Leste, a ASEAN não só nunca condenou a invasão e a ocupação por parte da Indonésia como não teve qualquer relevância no processo de independência timorense, entre 1999 e 2002. Depois, a ASEAN voltou a evitar ou a revelar-se incapaz de reagir à crise política timorense de 2006-07, tendo que ser actores “externos” (nomeadamente, a Austrália e Portugal) a desencadear esforços em conjunto com a ONU e a fornecer imediatamente meios para estancar a conflitualidade e a iminente guerra civil.

Evidentemente, a ASEAN também nunca se mostrou interessada em tentar regular as disputas no Mar de Timor entre a Indonésia, Timor-Leste e a Austrália. Em bom rigor, o contributo da ASEAN a Timor-Leste vai pouco além da promessa de integração na Associação no prazo de cinco anos a contar desde 2006.

De igual modo, no processo de paz entre o Governo Indonésio e o separatista *Free Aceh Movement* (GAM) que se seguiu à devastação provocada pelo grande tsunami de Dezembro de 2004, a ASEAN desempenhou um papel perfeitamente irrelevante: curiosamente, foi a União Europeia que desenvolveu uma *Aceh Monitoring Mission* (Dezembro 2005 - Dezembro 2006), limitando-se cinco países ASEAN (Tailândia, Malásia, Brunei, Filipinas e Singapura) a envolver monitores seus na missão da UE!

Em matéria de gestão de crises e conflitos, o único caso de que a ASEAN se pode verdadeiramente orgulhar é o processo de paz cambojano no final dos anos 1980/início dos anos 1990. Todavia, isso aconteceu num contexto de fim da “dupla guerra fria” e em que nem o Camboja nem o Vietname pertenciam à Associação, dando a impressão, por um lado, que o papel proeminente que a ASEAN teve na pacificação da Indochina se deveu, afinal, mais à alteração no sistema internacional/regional e à articulação entre os EUA e a RPChina e, por outro, que a ASEAN é menos eficaz perante problemas entre Estados membros ou “internos” aos seus EMs.

O modelo *ASEAN way* inibe também a ASEAN de ter uma política externa e de segurança verdadeiramente comum ou sequer de conseguir atenuar as profundas diferenças nos relacionamentos externos dos países ASEAN, designadamente, face à RPChina (de quem, por exemplo, o Myanmar é próximo e a Indonésia ou Singapura são distantes) e aos EUA (de quem as Filipinas e a Tailândia são aliadas mas que a Junta Militar birmanesa percepciona como ameaça), o que dificulta a afirmação da ASEAN como actor internacional coeso e coerente e torna a Associação e o Sudeste Asiático permeáveis às influências e aos “jogos de poder” das grandes potências “extra-regionais”. Nesta perspectiva, certas iniciativas da ASEAN como a *Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade* (ZOPFAN) ou o *Sudeste Asiático Zona Livre de Armas Nucleares* (SEANWFZ) ganham um sentido ambivalente, já que tendem a limitar a intervenção “externa” ao mesmo tempo que as insuficiências da Associação e os laços externos cultivados pelos seus EMs encorajam a participação e o envolvimento das grandes potências nos assuntos do Sudeste Asiático (Collins, 2003: 161).

No fundo, como refere Nuno Canas Mendes (2008: 279), «*embora a ASEAN seja um actor proeminente na definição do regionalismo Asiático, o seu papel tem sido, essencialmente, o de estabelecer pontes entre divisões que se perpetuam*». Aparentemente, isso é insuficiente para a ASEAN projectar real peso político ou influenciar decisivamente o comportamento

dos seus Estados-membros. Ainda assim, liderar o regionalismo na Ásia-Pacífico e estabelecer pontes já não é pouco para a ASEAN, tendo em conta o passado e a heterogeneidade da região e a envergadura de alguns dos seus vizinhos e parceiros.

VI.5. Coreia do Sul

Outro actor cada vez mais relevante na geopolítica da Ásia Oriental é a Coreia do Sul, crescentemente confiante pela conjugação de vários factores: afirmação enquanto potência económica, consolidação democrática (ver atrás Cap. V.1.), maior autonomia face aos aliados Estados Unidos, melhoria significativa das relações com os vizinhos Japão, China e Rússia e também com a ASEAN, desenvolvimento das relações económicas e políticas em todas as outras direcções e regiões, envolvimento em todas as estruturas multilaterais regionais e inter-regionais, ampliação do seu papel na segurança colectiva global quer ao lado dos EUA quer igualmente no quadro da ONU e maior visibilidade e reconhecimento internacional.

A Coreia do Sul é uma das raras “economias avançadas” e um dos poucos países com índice de desenvolvimento humano “muito elevado” na Ásia, mantendo continuamente um apreciável ritmo de crescimento económico ao longo das últimas décadas: com uma variação média anual de sensivelmente 6.5%, entre 1990 e 2000 e de 4.7%, entre 2000 e 2010, o PIB real da Coreia do Sul passou de cerca de 275 mil milhões USD, em 1990 para 855 mil milhões, em 2010, período em que o seu PIB *per capita* avaliado em PPP cresceu de 8,164 USD para 29,159 USD e o seu *share* no PIB mundial baseado em PPP aumentou de menos de 1.3% para mais de 1.8% (ver Quadro 13 no Cap. V.2.). Sendo, actualmente, a 10ª maior economia do mundo e fortemente internacionalizada, a Coreia do Sul é igualmente uma potência comercial, apresentando uma balança favorável apesar da dependência das importações energéticas e dos mercados externos: excluindo o comércio intra-UE, em 2008, a Coreia do Sul foi o 7º maior exportador mundial (com um valor de 422 mil milhões USD e um *share* de 3.5%) e o 5º maior importador (435 mil milhões USD e uma parcela igualmente de 3.5%) (ver Quadro 9 no Cap. V.2.).

Esta realidade contribui para que a Coreia do Sul seja um influente membro da APEC (1989/1991), da OMC (1995), das Cimeiras Europa-Ásia (ASEM, 1996), do processo ASEAN+3 (1999) ou do mecanismo East Asia Summit (EAS, 2005) desde a fundação destas estruturas, bem como da OCDE a que aderiu em 1996 (acolhendo, por exemplo, o 3º *OECD World Forum* na sua cidade de Busan, em Outubro de 2009) ou ainda do recente G-20.

O crescimento económico sul-coreano também se traduz em maior poderio militar permitindo, por exemplo, que baixando substancialmente a percentagem do PIB afecta à defesa de 3.7%, em 1990 para cerca de 2.5%, actualmente, os seus gastos militares reais tenham quase duplicado ao longo dos últimos 20 anos – de sensivelmente 12.500 milhões USD, em 1990 para cerca de 24.000 milhões, em 2008 - dispondo a Coreia do Sul de um

dos maiores orçamentos de defesa da Ásia Oriental (ver Quadro 18 no Cap. V.3.1). Entretanto, Seul lançou um amplo programa de reforma da Defesa e das Forças Armadas sul-coreanas visando o que designa por «*Elite and Advanced Military*» até 2020, prevendo um aumento do orçamento de defesa de 11% entre 2005 e 2015 e de mais 9% entre 2015 e 2010 (ver ROK.MND, 2005, 2008 e 2009; e também ROK.MND website-*Defense Reform Master Plan*). Por outro lado, e contrariando a tendência global, o número de efectivos militares da Coreia do Sul aumentou desde o fim da Guerra Fria - de 598.000, em 1985 para 672.000, em 1998 e 687.000, em 2010 (ver Quadro 16 no Cap. V.3.1.).

Evidentemente, estes aumentos não se justificam apenas pela maior disponibilidade económico-financeira ou pela ambição da Coreia do Sul ampliar o seu estatuto no plano estratégico. Resultam, igualmente, de um contexto percepcionado como inseguro e volátil na Península Coreana e no Nordeste Asiático acompanhado, portanto, a tendência regional de aumento dos orçamentos de defesa e das capacidades militares; da pressão dos aliados EUA para uma maior “partilha do fardo” tanto na auto-defesa como na segurança colectiva; e é ainda o reverso da crescente autonomia da Coreia do Sul face os EUA no domínio da Defesa.

De facto, além de Seul ter passado a suportar, desde meados dos anos 1990, parte significativa do fardo financeiro relacionado com a presença militar americana no território sul-coreano, esta presença americana tem vindo a ser reduzida (de mais de 41.000 soldados americanos, em 1990 para cerca de 24.500 militares, no final de 2009) ao mesmo tempo que a Coreia do Sul vem assumindo crescentes responsabilidades com a sua defesa: por exemplo, foi acordada ainda com a Administração W. Bush a devolução à Coreia do Sul de 59 campos militares americanos ao abrigo do *Status of Forces Agreement* e o desmantelamento do actual *Combined Forces Command* até Abril de 2012, o que significará o completo controlo das forças sul-coreanas na Península Coreana por Seul.

Paralelamente, a Coreia do Sul vem expandindo o seu papel na segurança colectiva no quadro da ONU e, sobretudo, ao lado dos EUA: por exemplo, na estabilização do Iraque (onde chegou a envolver um contingente de 3.700 militares, ou seja, o terceiro maior a seguir aos EUA e ao Reino Unido) e do Afeganistão; aderindo à *Container Security Initiative* (CSI) lançada, em 2002, por Washington ou à *Global Initiative To Combat Nuclear Terrorism* (GI) lançada, em 2006, pelos EUA e pela Rússia; tornando-se “Parceiro de Contacto” da NATO; participando no Diálogo Trilateral EUA-Japão-Coreia do Sul; ou associando-se aos EUA no desenvolvimento de um sistema de defesa anti-mísseis balísticos na Ásia-Pacífico, estando previsto acolher no seu território instalações desse sistema. Na óptica de Seul «*the ROK-U.S. alliance should be expanded to cover politics, economy, society, and culture as well as military based on shared values and trust. The alliance must be developed to make a contribution to regional and global peace as well as prosperity*» (ROK.MND, 2009: 48).

Por outro lado, apesar de expressar uma concepção de segurança relativamente abrangente e “completa”, nomeadamente, por imperativos relacionados com a segurança económica e energética, a Coreia do Sul tem como prioridades de segurança preocupações, fundamentalmente, “tradicionais” centradas na Península Coreana e no Nordeste Asiático, em virtude de vários factores «*for potential conflict such as North Korea’s nuclear issue, the cross-strait relations, historical disputes, and territorial disputes over islands still persist. Simultaneously, each Northeast Asian nation continues to make an effort to enhance its influence and modernize its military forces*» (ROK.MND, 2009: 15).

Um desses factores prende-se, então, com as múltiplas disputas territoriais e fronteiriças que subsistem na região, algumas envolvendo a própria Coreia do Sul: no Mar Amarelo com a China, a Coreia do Norte e o Japão; no Mar da China Oriental, novamente com a China e com o Japão; as ilhas Socotra (Jeodo ou Parangdo para os coreanos e Suyan para os chineses) que lhe são reivindicadas pela China; e as ilhotas Dokdo (Takeshima para os japoneses) que lhe são reivindicadas pelo Japão, bem como as respectivas áreas de soberania e ZEE’s disputadas com Tóquio no Mar do Japão que, aliás, Seul pretende renomear para “East Sea”. Outros factores estão associados à situação no Estreito de Taiwan e, sobretudo, à modernização militar da China, à expansão estratégica do Japão, às virtuais rivalidades entre as grandes potências vizinhas e, em suma, aos muitos potenciadores de instabilidade e conflitualidade no Nordeste Asiático e na Ásia-Pacífico. Mas o primeiro e principal factor de ameaça e insegurança para a Coreia do Sul é, naturalmente, a Coreia do Norte, cujas «*conventional military capabilities, development and enhancement of WMDs*», expressamente, «*pose direct and serious threats to our national security*» (ibid.: 47).

Por conseguinte, o MND sul-coreano estipula como principais objectivos de defesa «*defending the nation from external military threats and invasion, upholding the principle of peaceful unification, and contributing to regional stability and world peace*» (ibid.: 47-48).

Em relação à Península Coreana e à “ameaça-irmã” Coreia do Norte, o fim último e “de sempre” da Coreia do Sul é, evidentemente, a reunificação. Mas enquanto isso não é materializável, Seul estipula como primeiro objectivo, não de defesa mas de segurança, a manutenção da estabilidade e da paz na Península, através de dois vectores basilares e complementares: por um lado, «*the ROK should maintain stability on the Korean Peninsula based on our defense capabilities and the ROK-U.S. alliance*»; por outro, «*the peace on the Korean Peninsula should be secured through inter-Korean exchanges and cooperation along with diverse cooperation with neighboring countries*» (ROK.MND, 2009: 45) quer bilateralmente quer no quadro das “Conversações a Seis” (6PT) em que a Coreia do Sul

está envolvida desde a sua constituição, em 2003. Efectivamente, preservando a aliança dissuasora com os EUA e preparando-se para a eventualidade de ter que responder a uma agressão norte-coreana, a Coreia do Sul tem mantido ao longo dos últimos vinte e três anos uma política de apaziguamento e envolvimento com Pyongyang, desde a *Nordpolitik* do Presidente Roh Tae-woo (1987-1993) às 6PT, passando pela co-fundação da Korean Energy Development Organization (KEDO, desde 1995), a *Sunshine Policy* do Presidente e Prémio Nobel da Paz Kim Dae-jung (1998-2003) ou a política de *Peace and Prosperity* de Roh Moo-hyun (2003-2008). Outro dos intérpretes fundamentais desta linha é o diplomata Ban Ki-moon, actual Secretário-Geral da ONU, sendo prosseguida igualmente pela Administração Lee Myung-back (desde Fevereiro de 2008) com a política de *Mutual Benefits and Common Prosperity* (ver ROK.MND, 2009; e ROK.MOFAT, 2009).

A política de defesa da Coreia do Sul acompanha, assim, a sua política externa e de segurança, cujos objectivos declarados são «(1) *maintaining stability and peace on the Korean Peninsula*; (2) *building firmly the foundation for the nation's security and national prosperity*; and (3) *enhancing competence and status internationally*» (ROK.MND, 2009: 45).

A expansão da Aliança com os EUA e o reforço das parcerias com os vizinhos China, Japão e Rússia são prioritários para Seul, conforme sublinha o MOFAT sul-coreano, Yu Myung-hwan: «*First, MOFAT further enhanced bilateral relations with neighboring countries...developing the alliance with the U.S. into a 'ROK-U.S.Strategic Alliance for the 21st Century', fostering a 'Future-oriented Mature Partnership' with Japan and elevating relations with China and Russia respectively into a 'Strategic Cooperative Partnership'*» (ROK.MOFAT, 2009: Message from Minister of Foreign Affairs and Trade). Naturalmente, estes laços bilaterais são desenvolvidos também nas estruturas triangulares Coreia do Sul-EUA-Japão e Coreia do Sul-Japão-China, bem como no âmbito das “6PT” que todos integram.

Como parte da sua pragmática política externa e de segurança, a Administração Lee promove a denominada “New Asia Initiative”, significando «*a new direction of Korea's diplomacy, whereby it further contributes to the peace and prosperity in Asia by leading the globalization of the region, while overcoming the narrow view which focused on the Korean Peninsula and Northeast Asia*» (ibid.: 68). Mais: «*New Asia Initiative ranges from Northeast Asia, Southeast Asia, Southwest Asia-Pacific to Central Asia*», manifestando Seul empenho em «*promoting the shaping of regional community in Asia*» (ibid.). Além do reforço dos laços bilaterais, a Coreia do Sul dispõe-se, assim, a desenvolver na Ásia a cooperação regional e o espírito de “comunidade” nos muitos fóruns multilaterais em que participa, da APEC ao ADB, ARF, ASEAN+3, 6PT, EAS, ASEM ou FEALAC.

A *New Asia Initiative* insere-se numa mais ampla “Global Network Diplomacy” (ver ROK-MOFAT, 2009: Part 3), expressando uma orientação omni-direccional e também multi-

instrumental e multi-canal através da qual a Coreia do Sul se pretende afirmar internacionalmente e cultivar o seu *soft power*. Neste âmbito, destacam-se os esforços dos últimos anos no estabelecimento de Acordos de Comércio Livre (FTAs): nos níveis quer bilateral quer multilateral, a Coreia do Sul concluiu ou está a negociar FTAs com cerca de 20 parceiros – incluindo os EUA, o Japão, a Rússia, a China, a Índia, a ASEAN, a UE/EFTA, o Mercosul ou o Golf Cooperation Council (GCC)²⁴³ -, participando ainda activamente nas conversações tendentes à criação prospectiva de uma FTA no quadro ASEAN+3 (instituindo, portanto, uma Zona de Comércio Livre na Ásia Oriental), outra envolvendo o triângulo Coreia do Sul-China-Japão e outra ainda no âmbito da APEC com vista à *Free Trade Area of the Asia-Pacific* (FTAAP).

Mapa 16. Coreia do Sul: Rede Global de Acordos de Comércio Livre (2008)



Fonte: ROK. MOFAT, 2009: p. 119.

O activismo da Coreia do Sul no “envolvimento” com os seus vizinhos e a sua envergadura económica reflectem-se no significado comercial que tem junto dos parceiros da Ásia-Pacífico: como revela o Quadro seguinte, em 2008, a Coreia do Sul foi o 4º maior parceiro do Japão (representando um *share* de 6%), o 5º da RPChina (7,8%), da Mongólia ou da Austrália, o 6º dos EUA (2,5%), de Hong Kong, da Indonésia ou do conjunto APEC (aqui com uma parcela de 4,1%) e o 9º da ASEAN10, da Rússia ou da Índia.

Por outro lado, salienta-se a crescente “autonomia” económica e comercial da Coreia do Sul face aos aliados EUA e, em contrapartida, o enorme “peso” da China na economia e no comércio sul-coreanos. Em 1991, os EUA eram o primeiro destino das exportações sul-

²⁴³ Compreende seis Estados Árabes do Golfo Pérsico: Arábia Saudita, Kuwait, Emiratos Árabes Unidos, Bahrein, Omã e Qatar.

coreanas, representando uma parcela de 26%; em 2008, essa parcela tinha baixado para os 11,3%, sendo os EUA o 3º maior parceiro da Coreia do Sul em termos de exportações e o 5º na globalidade da actividade comercial sul-coreana (import+export) com um *share* de 10,1% (Quadro 40). Esta parcela dos EUA representa menos de metade do *share* da RPChina (23%) que, aliás, também mais do duplica o dos outros maiores parceiros da Coreia do Sul, i.é, UE27, Japão e ASEAN10. O significado da China no comércio sul-coreano expressa, assim, o alcance da *Comprehensive and Cooperative Partnership* mútua - transformada em *Strategic Cooperative Partnership* desde a Cimeira entre os Presidentes Hu Jintao e Lee Myung-back, em 2009 -, ainda mais significativo se recordarmos que Seul e Pequim apenas estabeleceram relações diplomáticas em 1992.

Quadro 40. Coreia do Sul: Significado Comercial Mútuo com Parceiros da Ásia-Pacífico, 2008 (Importações + Exportações)

Maiores Parceiros Comerciais da Coreia do Sul			Posição e Parcela da Coreia do Sul na Actividade Comercial dos Parceiros		
Ranking	Parceiro	%	Parceiro	Ranking	%
1	RPChina	23,0	EUA	6	2,5
2	UE27	11,4	RPChina	5	7,8
3	Japão	11,2	Hong Kong	6	3,0
4	ASEAN10	10,9	Macau	10	0,9
5	EUA	10,1	Japão	4	6,0
6	Arábia Saudita	3,8	Rússia	9	2,8
7	Singapura	3,6	Mongólia	5	4,5
8	Austrália	2,7	Coreia Norte	<50	-
9	Hong Kong	2,5	Indonésia	6	6,2
10	Emiratos Árabes Unid	2,5	Filipinas	7	4,3
11	Rússia	2,4	Tailândia	11	3,0
12	Indonésia	2,0	Singapura	8	4,8
13	Malásia	1,9	Malásia	7	4,0
14	Índia	1,6	Vietname	6	5,7
15	Kuwait	1,5	Laos	5	3,2
16	Irão	1,5	Cambodja	8	3,1
17	Qatar	1,4	Brunei	4	9,1
18	Tailândia	1,2	Myanmar	6	3,3
19	México	1,2	ASEAN 10	9	4,5
20	Canadá	1,2	Índia	9	2,7
22	Vietname	1,0	Paquistão	11	2,0
23	Filipinas	1,0	Austrália	5	5,5
36	Nova Zelândia	0,2	APEC	6	4,1
45	Paquistão	0,2	SAARC	8	2,5
46	Brunei	0,1	UE 27	8	2,3

Fontes: European Commission - *Trade Relations, Countries and Regions*. Op. cit..

Depois do *momentum* de afirmação que constituiu a organização dos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988 e a adesão à ONU, no final de 1991, a “global network diplomacy” tem permitido à Coreia do Sul não só um maior envolvimento como um crescente reconhecimento internacional, aferido pelo simbolismo de certos marcos recentes: a co-

organização com o Japão da fase final do Campeonato do Mundo de futebol, em 2002, a eleição do diplomata sul-coreano Ban Ki-moon para oitavo Secretário-Geral da ONU, desde Janeiro de 2007 ou a organização na cidade sul-coreana de Busan do 3º *World Forum* da OCDE, em Outubro de 2009, são apenas alguns exemplos. Posicionando-se como “ponte” entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e entre o Ocidente e o Oriente, a Coreia do Sul receberá a próxima Cimeira do G-20, em Novembro de 2010 e prepara a eleição como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU para o biénio 2013-2014, procurando repetir um prestigiante lugar que já ocupou em 1996-1997. A auto-definição enquanto «*nation based on liberal democracy and market principles*» (ROK.MND, 2009: 44) e o slogan “*Develop a Country that Stands Tall in the World through Advancement*” da Administração Lee sintetizam o que a Coreia do Sul actualmente é e prossegue. Cada vez mais confiante e também mais descomplexada nas suas relações com a “ameaça-irmã” Coreia do Norte, os poderosos vizinhos China, Japão e Rússia e o aliado EUA, a Coreia do Sul é um actor em emergência e a ter em conta nos cálculos políticos, económicos e estratégicos da Ásia Oriental, inclusive, na perspectiva de uma eventual reunificação coreana que já ninguém equaciona poder ser concretizada se não nos seus termos.

VI.6. Rússia

Reaparecida no palco internacional na sequência da implosão da União Soviética, em 1991, e mesmo não dispondo do poder e da influência da sua predecessora, a Rússia não pode deixar de ser considerada entre os principais actores na Ásia Oriental, quer porque se estende até ao Nordeste Asiático - ao contrário do que aconteceu na Europa, no Cáucaso ou na Ásia Central onde surgiram Novos Estados Independentes, o Extremo-Oriente Russo é geograficamente o mesmo da ex-URSS – e reúne vários atributos de grande potência quer porque tem vindo a ressurgir internacionalmente e também no teatro Asiático.

A nova Federação Russa não é o antigo Império Russo nem a ex-URSS, mas o seu posicionamento e as suas percepções, imagem e interações emanam muito desse legado. A política Asiática da Rússia tem, assim, de ser enquadrada à luz dos seus principais objectivos desde o desmoronamento soviético: recuperar economicamente e estabilizar politicamente; garantir a segurança das suas extensas fronteiras; restaurar um certo “domínio imperial” na sua periferia pós-soviética; e ser devidamente reconhecida e respeitada como um dos pólos num desejado “mundo multipolar”.

Detentora de um território gigantesco localizado no *heartland* da EurÁsia, a Federação Russa é o país mais extenso do mundo²⁴⁴ - só a sua parte asiática é maior do que a China e a Índia somadas. Além deste, a Rússia possui ainda outros atributos de grande potência, designadamente: poderosas capacidades militares (herdou, em exclusivo, o arsenal nuclear soviético e o essencial das capacidades convencionais, mantendo um dos mais elevados orçamentos de Defesa e dos maiores Exércitos do mundo, embora naturalmente em reconfiguração) (ver atrás Quadros 16, 18 e 20 no Cap. V.3.1.); o lugar de Membro Permanente no Conselho de Segurança da ONU (que ocupou logo em 1991); e fabulosos recursos energéticos - com 7% a 10% das reservas mundiais estimadas de petróleo e quase 1/3 das reservas mundiais de gás natural, a Rússia é o segundo maior produtor mundial de petróleo (o maior fora da OPEP) e o maior produtor e exportador mundial de gás natural, dispondo também de cerca de 20% das reservas mundiais de carvão pesado e ainda de grandes quantidades de urânio, aço, ferro, madeira, água, etc.

Este enorme potencial não impediu, contudo, que nos primeiros anos pós-URSS e sob a liderança de Boris Ieltsine, a nova Rússia submergisse numa transição caótica: «*The current situation in the Russian economy, the inadequate organisation of state power and the civic society, the socio-political polarisation of Russian society and the spread to crime to social relations, the growth of organised crime and terrorism the aggravation of national and deterioration of international relations create a wide range of internal and external threats to the national security of the country*» (Russian Fed., 2000: Chap.III). Fragilizada e correndo mesmo o risco de fragmentação, a Rússia recuou militar, económica, estratégica e politicamente comparativamente à antecessora soviética, o que aconteceu também na Ásia Oriental: de facto, herdava as disputas territoriais e fronteiriças com a China e com o Japão mas não as alianças com a Coreia do Norte, a Mongólia e o Vietname nem a mesma presença militar na região - durante a “dupla Guerra Fria”, o Extremo Oriente Soviético era, essencialmente, um vasto campo militar onde estavam estacionadas 40 Divisões. Sem aliados nem adversários regionais e sem dispor daqueles que tinham sido os principais instrumentos do poder soviético, o significado da Rússia declinou abruptamente – conforme exemplifica a sua “marginalização” ao longo dos anos 1990 na gestão do dossiê respeitante ao programa nuclear e míssil da Coreia do Norte, ainda mais significativo por se tratar de um seu país fronteiriço e de uma matéria tão sensível.

²⁴⁴ A Federação Russa ocupa quase 1/8 da superfície terrestre do planeta, estendendo-se por 11 fusos horários e mais de 17 mil milhões de km² desde a Europa Oriental ao Alasca, tendo fronteira terrestre com 14 países - de Noroeste para Sudeste, Noruega, Finlândia, Estónia, Letónia, Lituânia e Polónia (ambas por via do *oblast* de Kalininegrado), Bielorrússia, Ucrânia, Geórgia, Azerbaijão, Cazaquistão, China, Mongólia e Coreia do Norte - numa extensão superior a 20 mil km e ainda fronteiras marítimas com o Japão, no Mar de Okhotsk e com os EUA, no Estreito de Bering.

Gradualmente, Moscovo foi procurando recriar os seus laços externos e recuperar estatuto internacional, incluindo na Ásia Oriental: em 1996, no mesmo ano em que se juntou ao Conselho do Ártico (ao lado dos EUA, Canadá, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Suécia e Islândia), estabeleceu uma “Parceria Estratégica” com a RPChina e tornou-se “Parceiro de Diálogo” da ASEAN, sendo também parte do *ASEAN Regional Forum*; em 1998, ou seja, um ano depois de ser incluída no G8, de ter entrado em vigor o Acordo de Parceria e Cooperação com a UE e de ter firmado o Actor Fundador e o Conselho Permanente Conjunto com a NATO, tornou-se igualmente membro da APEC. Nesta altura, a Rússia começava a ser encarada como actor mais relevante na Ásia-Pacífico, inclusive pelos EUA e embora de forma ambivalente, como se percebe das palavras do “Under Secretary of Defense for Policy” americano, Walter Slocombe (1998): *«Russia must make significant political, economic, and military changes to ensure it becomes a reliable partner in the Far East (...) There is no question that Russia's development... can and will affect the regions' future. We believe that our continued attention to and cooperation with Russia during its period of transition plays an instrumental role in defining an important element of the region's overall strategic stability»*.

A ressurgência russa acelerou a partir do ano 2000, coincidindo com a subida ao poder de Vladimir Putin. Ainda que à custa do que muitos consideram ser um “retrocesso autoritário” (ver atrás Cap. V.1.), Putin conseguiu estancar a desordem dos primeiros anos, estabilizar politicamente a Rússia e conduzir uma efectiva recuperação económica: em nítido contraste com o período 1991-2000 em que registou uma variação média anual negativa de -2%, o PIB russo cresceu, entre 2000 e 2010, a um ritmo médio de 5% ao ano, saltando de 259.702 mil milhões USD para 1,363.979 mil milhões USD, período em que o PIB *per capita* russo baseado em PPP duplicou de 7,645 USD para 15,616 USD e o *share* da Rússia no PIB mundial avaliado em PPP aumentou de 2.679% para 3.352% (ver atrás Quadro 13 no Cap. V.2.). Este crescimento permitiria a Moscovo pagar a totalidade da dívida externa aos credores do “Clube de Paris”, criar o denominado “Fundo de Estabilização”, triplicar as despesas com a saúde e a educação ou ainda tirar as Forças Armadas russas da situação verdadeiramente degradante em que se encontravam anteriormente, subindo o orçamento de defesa russo de sensivelmente 14 mil milhões USD, em 1999 para mais de 38 mil milhões USD, em 2008 (ver no Cap. V.3.1. o Quadro 18: SIPRI).

A recuperação económica russa é um facto mas deve ser relativizada. Primeiro, aquele crescimento deve-se, em grande medida, à escalada dos preços da energia no mercado internacional, precisamente, a partir de 2000 - o que significa que a Rússia se transformou numa espécie de “petro-Estado”, obviamente sujeita a dificuldades acrescidas quando esses preços caem, como aconteceu desde o Verão de 2008 em virtude da crise económica

mundial. Daí que o sucessor de Putin na Presidência da Rússia, Dmitry Medvedev, tenha anunciado como desígnio a transformação rumo ao que designou “economia inteligente”: *«In the coming decades Russia should become a country whose prosperity is ensured not so much thanks to commodities but by intellectual resources: the so-called intelligent economy, creating unique knowledge, exporting new technologies and innovative products»* (Medvedev, 2009). Em segundo lugar, o impacto da Rússia na economia e no comércio mundial continua a ser limitado. Este aspecto ressalta no parco significado da Rússia junto dos parceiros da Ásia Oriental, como revela o Quadro seguinte – só no caso da Mongólia é que a Rússia tem uma posição mais expressiva, sendo o 2º maior parceiro daquela com um *share* de 23,4%. Mas o mesmo Quadro evidencia também o inverso: os países Asiáticos têm um significado crescente mas muito relativo relativo na actividade comercial da Rússia - mesmo a China, seu 2º maior parceiro, representa apenas uma parcela de 7,6%, muito distante, portanto, dos 51,5% de *share* da UE.

Quadro 41. Rússia: Significado Comercial Mútuo com Parceiros da Ásia-Pacífico, 2008 (Importações + Exportações)

Maiores Parceiros Comerciais da Rússia			Posição e Parcela da Rússia na Actividade Comercial dos Parceiros		
Ranking	Parceiro	%	Parceiro	Rank Rússia	%
1	UE27	51,5	RPCChina	7	2,3
2	RPCChina	7,6	Hong Kong	21	0,2
3	Ucrânia	5,8	Macau	40	0,0
4	Turquia	4,5	Japão	13	2,0
5	Japão	3,9	Mongólia	2	23,4
6	Bielorrússia	3,8	Coreia Norte	7	2,7
7	EUA	3,7	Coreia Sul	10	2,4
8	Cazaquistão	2,9	Indonésia	21	0,6
9	Coreia do Sul	2,8	Filipinas	23	0,3
11	ASEAN10	1,5	Tailândia	18	1,1
12	Índia	1,0	Singapura	23	0,4
14	Irão	0,5	Malásia	20	0,5
15	Uzbequistão	0,5	Vietname	14	1,1
16	Tailândia	0,4	Laos	14	0,2
17	Canadá	0,4	Cambodja	15	0,3
19	Malásia	0,3	Brunei	26	0,0
20	Azerbaijão	0,3	Myanmar	18	0,2
24	Singapura	0,3	ASEAN 10	22	0,6
30	Vietname	0,2	Índia	12	1,6
32	Indonésia	0,2	Paquistão	17	1,1
35	Mongólia	0,2	Austrália	23	0,4
36	Austrália	0,1	EUA	15	1,1
43	Hong Kong	0,1	APEC	18	1,2
45	Paquistão	0,1	SAARC	14	1,5
50	Filipinas	0,1	UE 27	3	9,7

Fonte: European Commission - *Trade Relations, Countries and Regions*. Op. cit.

A ascensão de Putin, para quem *«The only realistic choice for Russia is the choice to be a strong country, strong and confident in its strength, strong not in spite of the world*

community, not against other strong states, but together with them» (Putin, 2000), trouxe igualmente a redefinição da política externa e de segurança russa, unificando-a sob o seu efectivo comando e procurando quer uma maior articulação entre os interesses e as reais capacidades da Rússia quer uma maior coerência entre a retórica e a acção. Essa redefinição seria plasmada num conjunto de novos documentos (concretamente, “Conceito de Segurança Nacional”, “Doutrina Militar” e “Conceito de Política Externa”) adoptados logo no primeiro ano do mandato Presidencial de Putin, em 2000, donde se salientam a denúncia do potencial destabilizador e, portanto, a oposição russa à *«attempt to create a structure of international relations based on the domination of developed Western countries, led by the USA, in the international community and providing for unilateral solution of the key problems of global politics»* (Russian Fed., 2000: Chap. I) e a assumpção sem ambiguidades que os principais perigos externos advêm *«the attempts of other states to hinder the strengthening of Russia as a centre of influence in the multipolar world, prevent the implementation of its national interests and weaken its positions in Europe, the Middle East, the Transcaucasus, Central Asia and Asia Pacific* (ibid.: Chap.III).

Simultaneamente, a renovada Rússia de Putin enunciava uma política externa e de segurança “multi-vectorial e multilateral”. Na prática, isto significou a maior predisposição de Moscovo para tirar partido das suas capacidades militares (incluindo a venda de armamentos aos “países em desenvolvimento”) e, sobretudo, dos seus fabulosos recursos energéticos em prol do crescimento económico e da afirmação internacional da Federação Russa – em Maio de 2003, o Kremlin publicaria a “*Russia’s Energy Strategy to 2020*” que refere explicitamente as várias dimensões regionais e, logo, o entendimento russo de que o vector energético não é uni-direccional. Conforme reconheceria o MNE Sergei Lavrov, *«Russian foreign policy today is such that for the first time in its history, Russia is beginning to protect its national interest by using its competitive advantages»* (cit. in Freire, 2008: 237). Por outro lado, e acima de tudo, a ênfase “multi-vectorial e multilateral” significa que embora a CEI se mantenha como a área prioritária do seu interesse estratégico, a Rússia pretende jogar em todos os outros tabuleiros e fóruns internacionais e regionais, e onde também a *Eastern dimension*, i. é, a Ásia-Pacífico, ganha relevo para o envolvimento e a afirmação internacional da Rússia no reivindicado “mundo multipolar”.

A sequência de acontecimentos despoletada pelo 11 de Setembro veio colocar a Rússia numa situação ambivalente dando-lhe incentivos suplementares para expandir a sua política omni-direccional. O separatismo Checheno e a actividade terrorista no Cáucaso já tinham levado Moscovo a afirmar, antes, que *«Terrorism poses a serious threat to the national security of the Russian Federation. International terrorism has launched an open campaign designed to destabilise the situation in Russia»* (Russian Fed., 2000: Chap.III). Além disso, quase 100 russos morreram quando as Torres Gémeas ruíram e o Afeganistão era há muito

referenciado por Moscovo pelo alegado envolvimento dos Talibã e da Al-Qaeda com as facções islamitas Chechena e Caucasiana. Por conseguinte, o Presidente Putin foi dos primeiros a apresentar as condolências ao seu homólogo W. Bush e a declarar que tanto os EUA como a Rússia enfrentavam o mesmo “inimigo comum” pela primeira vez desde 1945, disponibilizando a cooperação russa na “guerra contra o terrorismo” e obtendo, em contrapartida, um lugar destacado na “grande coligação” internacional anti-terrorista e o silenciamento Ocidental perante a violência das operações das forças federais russas na Chechénia (obviamente, prioritário na escala das prioridades de Moscovo). O novo contexto favoreceu, assim, uma imediata reaproximação russa a Washington e, mais genericamente, ao Ocidente, de que o novo Tratado EUA-URSS sobre Reduções de Armas Ofensivas Estratégicas e a nova Comissão NATO-Rússia, ambos na primeira metade de 2002, constituem exemplos significativos.

Ao mesmo tempo, no entanto, a campanha no Afeganistão e a *global war on terror* levaram os EUA a expandir-se estrategicamente na Ásia, a que se seguiram a intervenção americana no Iraque, as “revoluções coloridas” pró-Ocidentais em países da CEI (nomeadamente, Geórgia, em 2003 e Ucrânia, em 2004), os alargamentos ao Leste Europeu da UE e da NATO, o desdobramento *out-of-area* da NATO, nomeadamente, no Afeganistão, o abandono unilateral americano do Tratado ABM ou o propósito de criação de sistemas anti-mísseis balísticos pelos EUA e pela NATO na Europa Oriental, tudo contribuindo para aumentar o complexo de “cerco” na Rússia.

Consequentemente, Moscovo acentuou uma postura mista de cooperação e de competição no relacionamento com os “três Ocidentais” – EUA, UE e NATO – e incrementou, em simultâneo, os seus laços em todas as outras direcções, do “estrangeiro próximo” (compreendendo os países pós-soviéticos da CEI e designadamente, da Ásia Central, bilateralmente e através de novos quadros multilaterais como a Comunidade Económica Eurasiática [EURASEC], a Organização do Tratado de Segurança Colectiva [CSTO] ou a Organização de Cooperação de Xangai [CSO]) à América Latina (em particular, com o Brasil, Cuba e a Venezuela de Hugo Chávez), passando pelo Médio Oriente (com a Arábia Saudita, Israel, a Síria, a Autoridade Palestiniana, o Hamas, o Iraque e, sobretudo, o “Estado-tampão” Irão, incluindo a venda de armamentos e o “escudo diplomático” a Teerão em virtude da pressão Ocidental por causa do programa nuclear iraniano) e, evidentemente, a Ásia-Pacífico, em particular, junto da China e da Índia, mas não só. No fundo, conforme refere Maria Raquel Freire (2008: 235), «*Russia seeks for a balanced foreign policy where the search for multiple poles aims at diversifying allies and allowing the shifting of privileged relations in a constant search for counter-balance and primacy*».

Este rumo mantém-se sob a égide do Presidente Medvedev, para quem «*First and foremost we must respect our country's role in maintaining a balanced world order for centuries*» (Medvedev, 2009). Na verdade, os novos “Conceito de Política Externa” (Julho de 2008), “Conceito de Segurança Nacional até 2020” (Maio de 2009) e “Fundamentos da Política Russa na Área da Dissuasão Nuclear” e “Doutrina Militar” (Fevereiro de 2010) correspondem, por um lado, a um esforço de afirmação Presidencial de Medvedev (ainda muito à sombra do agora PM Putin) e, por outro, a uma revisão adaptativa face às evoluções no sistema internacional verificadas entretanto e que afectam a posição da Rússia, positiva e negativamente: incluindo o 11/09, as manifestas dificuldades dos EUA na estabilização do Iraque e do Afeganistão, a expansão e as aspirações globais da NATO, as persistentes crises em torno dos programas nucleares do Irão e da Coreia do Norte, a ascensão dos BRIC, a oscilação dos preços da energia, a crise económico-financeira de 2008-2009 ou ainda a guerra na Geórgia, em Agosto de 2008²⁴⁵. Nesta, depois da retórica “revisionista” e dos *energy games*, a Rússia mostrou uma nova disposição para recorrer à força militar a fim de se fazer ouvir e respeitar na arena internacional e, muito particularmente, no espaço pós-soviético - de referir, todavia, que nenhum país da Ásia Oriental acompanhou o reconhecimento russo das independências da Abkázia e da Ossétia do Sul.

A Rússia surge agora mais confiante «*in the emerging multipolar system*» e revela uma noção de segurança mais “completa” salientando, designadamente, a interacção entre as dimensões interna e externa, o binómio segurança-desenvolvimento e a segurança energética (Russian Fed., 2009 e 2010). Continua, ainda assim, a denunciar e a contestar «*the policy of a number of leading foreign countries that are aiming to achieve a dominant military superiority*» (ibid.) e a referir a NATO como “*perigo*” e “*ameaça*” (Russian Fed., 2010; Petrovskiy, 2010)²⁴⁶.

²⁴⁵ No dia 7 de Agosto de 2008, a Geórgia encetou uma vasta operação militar contra a região separatista da Ossétia do Sul onde estavam estacionados *peacekeepers* russos. Moscovo reagiu de imediato, fazendo entrar o Exército Federal russo tanto na Ossétia do Sul como na Abcásia (a outra região separatista da Geórgia) e, muito mais significativo, no interior do território georgiano incontestado. A mediação da UE conseguiria estabelecer um cessar-fogo preliminar, em 12 de Agosto, mas a situação estava longe do *status quo* ante: os militares georgianos tinham sido expulsos da Ossétia do Sul e da Abcásia e a Rússia controlava outras parcelas da Geórgia incontestada; em 26 de Agosto, Moscovo reconhecia as independências da Ossétia do Sul e da Abcásia, com cujos governos firmou de imediato acordos de assistência bilaterais “legitimando” o posicionamento protector de tropas russas naquelas regiões; só depois, em 9 de Outubro, ficou concluída a retirada russa do território da Geórgia incontestada. Na realidade, uma Rússia ressurgente aproveitou a oportunidade para se afirmar, invocando a “agressão georgiana” e o “precedente do Kosovo” para amputar a Geórgia, ameaçar reivindicar a Crimeia à Ucrânia, travar virtualmente o processo de alargamento da NATO àqueles dois países e articular e promover os seus interesses numa vasta agenda internacional com os EUA e a UE (ver Guedes, 2008).

²⁴⁶ A este respeito, o Embaixador da Rússia em Portugal, Pavel F. Petrovskiy (2010: 81-82), esclarece que «*na qualidade de perigo... não se considera o bloco como tal, mas o seu “desejo de assegurar o potencial de força da NATO nas funções de globalidade, que se utilizam em violação do direito internacional, ao aproximar a infra-estrutura militar dos países-membros da NATO às nossas fronteiras, utilizando o alargamento da Organização”. Como ameaça, nós consideramos o movimento da OTAN para Oriente, a instalação das novas bases militares no território dos novos membros e a aproximação da infra-estrutura militar da NATO às nossas fronteiras*».

Dos documentos oficiais e dos discursos do Presidente e do Primeiro-Ministro russos, naquilo que pode ser considerado “Doutrina Medvedev-Putin”, retiram-se os seguintes princípios que presumivelmente orientam a política externa e de segurança da Rússia:

- o primado da legalidade internacional;
- a multipolaridade deve impor-se aos anseios de unipolaridade, tal como o multilateralismo se deve sobrepor ao unilateralismo;
- a necessidade de fortalecer a segurança colectiva global e de criar novos sistemas regionais de segurança colectiva e cooperativa que substituam as tradicionais alianças, em particular, nas áreas Euro-Atlântica e da Ásia-Pacífico, assegurando assim a unidade dessas regiões (Russian Fed., 2008, 2009 e 2010);
- «*development of bilateral and multilateral cooperation with the CIS Member States constitutes a priority area of Russia's foreign policy*» (Russian Fed., 2008: Chap. IV). De qualquer modo, a Rússia procura desenvolver relações amigáveis com todos os países do mundo, sem excepção;
- a Rússia tem interesses “especiais” e “previligiados” em certas regiões que devem ser respeitados e é seu dever proteger os cidadãos russos onde quer que se encontrem, respondendo em conformidade a qualquer acto de agressão (Russian Fed., 2008, 2009 e 2010);
- e «*Of course, Russia will be well-armed. Well enough so that it does not occur to anyone to threaten us or our allies*» (Medvedev, 2009). Mais: «*a não-admissão do conflito militar nuclear é a tarefa mais importante da Rússia*» mas a Federação Russa «*reserva para si o direito de aplicar armas nucleares em resposta ao uso contra ela e/ou contra os seus aliados de armas nucleares ou outros tipos de armas de destruição em massa, como também no caso de agressão contra a Federação da Rússia com o uso de armas comuns, quando tal ameaça a própria existência do Estado*» (Petrovskiy, 2010: 82; Russian Fed., 2010).

No respeitante concretamente à Ásia Oriental, a Rússia enquadra-a no âmbito mais vasto dos seus interesses e interacções na Ásia-Pacífico, região que «*In the context of the Russian Federation's multi-vector foreign policy*», afirma o mais recente “Conceito de Política Externa”, «*has important and ever-increasing significance, which is due to Russia's belonging to this dynamism of programs aimed at economic development of Siberia and the Far East, the need for strengthening regional cooperation in the field of countering terrorism, ensuring security and maintaining a dialogue between civilizations*» (Russian Fed., 2008: Chap. IV). Moscovo considera a Ásia-Pacífico «*the most dynamically evolving component of the contemporary global economic and political system with colossal economic, financial, technological, resource and human potential*» se bem que, simultaneamente, «*all problems,*

threats and challenges with which the world community is confronted manifest themselves in this complex and multi-faced region with special acuteness» (Russian Fed.- MFA, 2008).

Os principais vectores do ressurgimento russo nesta região são, naturalmente, a venda de energia (os países asiáticos estão entre os seus principais clientes incluindo, evidentemente, a China e a Índia mas também a Mongólia, a Coreia do Sul ou o Japão) e de armamentos – a Rússia tem sido o principal fornecedor de armamentos à “Ásia em Desenvolvimento”, com *shares* que se situam, no período 2005-2008, em cerca de 30% quanto a Acordos estabelecidos e de 36.5% nas Entregas efectuadas (ver atrás Quadro 19 no Cap. V.3.1.), desde logo, destinados à China, à Índia e ao Irão, por esta ordem os principais clientes dos armamentos russos. A realidade é que a Rússia vem desenvolvendo outro tipo de laços económicos e estratégicos (nem sempre coincidentes, diga-se) na Ásia-Pacífico, na direcção da qual lançou uma verdadeira “ofensiva diplomática”, essencialmente, a partir de 2001, numa lógica de *«Unity of Bilateral Relations and Multilateral Diplomacy»* (Russian Fed.- MFA, 2008).

Até certo ponto, a política Asiática da Rússia parece ser “sino-cêntrica”: a “parceria estratégica” de 1996 foi reforçada com a celebração do Tratado Sino-Russo de Amizade, Cooperação e Boa Vizinhança, em Julho de 2001 e com o desenvolvimento da Organização de Cooperação de Xangai (SCO), criada em Junho de 2001; as duas potências resolveram definitivamente as antigas disputas fronteiriças, em 2005, ratificando o Tratado que divide e regula a fronteira mútua nos rios Amur, Argun e Ussuri; desde o mesmo ano 2005, a Rússia e a China têm levado a cabo sucessivos exercícios militares bilaterais, somados aos efectuados também no quadro da SCO; a China continuou a ser, de longe, o maior cliente dos armamentos convencionais russos e também um dos seus principais clientes energéticos (a Rússia é, actualmente, o primeiro fornecedor de gás natural da China e o terceiro de petróleo); e o comércio bilateral multiplicou oito vezes desde 2000, tornando-se a China o 2º maior parceiro da Rússia embora esta somente o 7º da China. *«Naturally»*, reconhece Moscovo, *«our relations with China are not free of problems»*, mas acrescenta *«they are only “growth problems” which arise and, most important, are tackled in the course of the development and expansion of mutual cooperation»* (Russian Fed.-MFA, 2008). Assim, *«Russia will build up the Russian–Chinese strategic partnership in all fields on the basis of common fundamental approaches to key issues of world politics as a basic constituent part of regional and global stability»* (Russian Fed., 2008: Chap. IV).

A “ofensiva Asiática” da Rússia não se esgota, porém, na China. Na verdade, *«The development of friendly relations with China and India forms an important track»* (ibid.). Por conseguinte, Moscovo reforçou também nos últimos anos a parceria que vinha de trás com a Índia - 2º maior cliente do armamento russo e também um dos principais clientes da energia russa - apoiando, inclusivamente, a pretensão da Índia se tornar membro-

permanente do CSNU, sendo objectivo russo «*strengthening interaction on topical international issues and comprehensive strengthening of the mutually advantageous bilateral ties on all fronts*» (ibid.). Entretanto, a Índia tornou-se observador na SCO e, aproveitando a aproximação entre Pequim e Nova Deli, Moscovo conseguiu materializar, em 2005, o “Triângulo Estratégico” Rússia-China-Índia que vinha propondo desde 1998, consumado a partir de então com a realização de Cimeiras anuais.

A Rússia recuperou, igualmente, laços de parceria com a Mongólia (primeira a ser envolvida como observador na CSO) e com o Vietname, desenvolvendo ainda o Diálogo bilateral com a ASEAN: por exemplo, em 2004, a Rússia aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático e, no ano seguinte, concluiu com a ASEAN a *Joint Declaration on Progressive and Comprehensive Partnership* e o respectivo Programa de Acção 2005-2015, bem como um *Agreement on Economic and Development Cooperation*. Também em 2005, a Rússia conseguia fazer-se convidar como observador para a primeira *East Asia Summit* (EAS).

Quanto à Península Coreana, depois da relativa “marginalização” dos anos 1990, a Rússia passou a integrar as “Conversações a Seis” (6PT) desde a sua formação, em 2003, vindo paralelamente a desenvolver laços quer com Pyongyang quer com Seul. Os esforços russos centram-se, de acordo com Moscovo, em «*active participation in the search for a political solution to the nuclear problem of the Korean Peninsula, maintaining constructive relations with the Democratic People's Republic of Korea (DPRK) and the Republic of Korea, promoting dialogue between Seoul and Pyongyang and strengthening security in the North-East Asia.* » (ibid.).

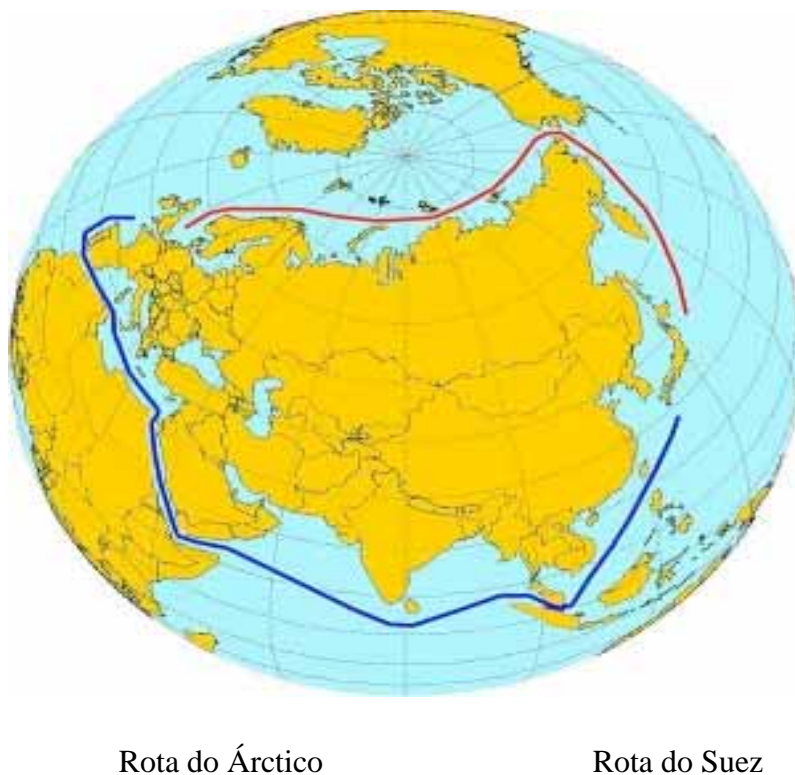
Com o Japão, não conseguiu ainda ultrapassar a disputa sobre as ilhas Curilhas do Sul/Territórios do Norte que naturalmente limita o relacionamento mútuo. De qualquer modo, a Rússia dispõe-se a continuar a procurar uma «*acceptable solution*» para essa questão e vem conseguindo desenvolver a cooperação económica mútua, vendendo fundamentalmente petróleo e gás e atraindo crescentes investimentos nipónicos na Sibéria e no Extremo-Oriente Russo - em 2008, o Japão foi o 5º maior parceiro comercial da Rússia, acima da Bielorrússia ou dos EUA - mostrando-se Moscovo favorável «*of good-neighborly relations and creative partnership*» (ibid.).

Paralelamente, a Rússia aumentou o seu envolvimento nos mecanismos multilaterais regionais: além da APEC, da SCO, das 6PT, do Diálogo com a ASEAN ou do ARF, vem participando activamente noutros processos como a *Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia (CICA)* ou a *Asia Cooperation Dialogue (ACD)*, bem como ao nível dos laços inter-parlamentares no *Asia Pacific Parliamentary Forum (APPF)*, no *ASEAN Inter-Parliamentary Forum (AIPA)* e na *Asian Parliamentary Assembly (APA)*, incrementando, portanto, a sua presença nos fóruns intergovernamentais e também nos

chamados “Track 1.5” e ainda “Track 2” Asiáticos. Destes mecanismos, Moscovo assume que o fortalecimento da Organização de Cooperação de Xangai (SCO) «*occupy a special place*» (Russian Fed.-MFA, 2008). Como parte da sua linha de envolvimento activo nas estruturas multilaterais da Ásia-Pacífico, expressa ainda a intenção de «*to promote the applications for Russia’s participation in the Asia-Europe Meeting (ASEM), East Asia Summits (EAS) mechanism and the Asian Development Bank (ADB)*» (ibid.).

Entretanto, e a par dos encontros no quadro do novo G-20, a Rússia organizou e acolheu na cidade de Ecaterimburgo localizada na sua parte Asiática, em Junho de 2009, a primeira Cimeira BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), naturalmente, insistindo na “multipolaridade”. Por outro lado, Moscovo vem manifestando crescente interesse pelo Ártico, tendo promulgado um “*The Fundamentals of Russian State policy in the Arctic up to 2020 and Beyond*”, em Setembro de 2008 e um “*Strategic Arctic Plan*”, em Março de 2009. Além das motivações invocadas relacionadas com a segurança e o desenvolvimento económico para esse renovado interesse, destaca-se a virtual intenção russa de criar, a prazo, uma Rota do Mar do Norte/Ártico alternativa à tradicional Rota do Suez/Golfo de Áden o que, a concretizar-se, encurtaria significativamente as ligações entre o Atlântico e o Pacífico e conferiria um novo realce à posição geopolítica da Rússia.

Mapa 17. Rota do Ártico versus Rota do Suez



Os objectivos da Rússia na Ásia-Pacífico «*are utterly clear – to develop friendly relations and mutually advantageous cooperation with the countries of the Asia Pacific Region, primarily with our strategic partners [China, Índia, Vietname, Mongólia, ASEAN e SCO]; take an active part in integration processes; show initiative within multilateral regional structures, and participate in collective efforts to form a reliable APR-wide security and cooperation architecture*» (Russian Fed.- MFA, 2008).

Este último objectivo relacionado com a arquitectura de segurança resulta da Rússia considerar que «*security in the Asia Pacific Region is indivisible*» e que «*attempts to ensure one's own security at the expense of the security of others are not only futile, but also dangerous*», advogando, portanto, a criação de um sistema de segurança regional «*open, transparent and equal*» e baseado em «*collective principles, the norms of international law and consideration of the interests of all states of the region*» (ibid.).

A Ásia Oriental vem ganhando relevo nas relações externas da Rússia, mas sempre depois da frente europeia e, sobretudo, do espaço pós-soviético. Similar e paradoxalmente, o significado da Rússia vai muito para lá do Nordeste Asiático onde também “reside” mas é maior no conjunto da EurÁsia do que propriamente na Ásia Oriental.

A posição da Rússia nesta macro-região é, de facto, bastante ambivalente: o seu Extremo-Oriente é vasto (1/3 do território russo) e rico em recursos naturais mas é inóspito, ainda mais deficitário demograficamente do que o resto do país²⁴⁷ e pobre em termos de infraestruturas; a Rússia recuperou economicamente, mas o seu impacto na economia internacional e regional é limitado se exceptuarmos a dimensão energética; tem aqui parceiros estratégicos mas nenhum verdadeiro aliado; é parte do ARF, da APEC ou das 6PT mas não da ASEM, da EAS ou do ADB; não é um actor decisivo na arquitectura de segurança regional mas também não representa uma preocupação de segurança na Ásia Oriental nem há aqui indícios de “russofobia”, ao contrário do que acontece na Europa Oriental ou na Transcaucásia. Comparativamente à predecessora soviética, a Federação Russa declinou; comparativamente à década de 1990, ressurgiu e está crescentemente envolvida bilateral e multilateralmente na Ásia Oriental. Manifestamente, a Rússia é hoje um

²⁴⁷ Para um espaço gigantesco, a população russa é manifestamente reduzida (a Rússia tem uma das mais baixas densidades populacionais do mundo), ainda por cima em acentuado decréscimo - de 149 milhões de habitantes, em 1991 para 140 milhões, actualmente -, numa “crise demográfica” preocupante para Moscovo e particularmente grave na parte Asiática que representa cerca de 75% do território mas apenas 25% da população. Além disso, a população russa é extraordinariamente heterogénea: os russos étnicos são menos de 80% e há mais 159 nacionalidades reconhecidas (dos Tártaros aos Chechenos, Ucrrianos ou Yakuts) e mais de 100 línguas minoritárias, a que se somam uns estimados 3 milhões de imigrantes ilegais, em particular, oriundos dos países ex-soviéticos e da RPChina. Acresce ainda o facto de sensivelmente 25 milhões de russos viverem nos países ex-soviéticos, factor que contribui para o interesse de Moscovo no seu “estrangeiro próximo” e que se em alguns casos potencia as interacções da Rússia com os seus vizinhos noutros vem sendo elemento acrescido de fricção (Bálticos ou Geórgia, por exemplo).

player mais importante do que há uns anos atrás, podendo o seu “peso” aumentar se e à medida que aumentarem as interações entre as Ásias Central e Oriental e a importância dos recursos energéticos e das respectivas rotas.

VI.7. Interações Mútuas

Depois de termos visto as percepções, políticas e estratégias de cada um dos principais actores, analisamos agora o padrão das interações mútuas. Em nosso entender, como já propusemos noutro trabalho (Tomé, 2008a: 60-73), este padrão pode ser caracterizado pelas noções de *congame*ment e *hedging*.

VI.7.1. Competição e Cooperação

Um dos traços definidores das interações na Ásia Oriental é o que podemos apelidar de *congame*ment, noção resultante da associação entre *contaiment* e *engagem*ent: de facto, no cerne dos relacionamentos regionais está a prática simultânea de contenção mútua e envolvimento entre os actores, de competição ou mesmo confronto mas também de articulação e cooperação.

Este padrão é o resultado de um enorme pragmatismo na forma como os principais actores se comportam e interagem, sem arriscar alienar qualquer dos seus interesses mas, ao mesmo tempo, articulando-se uns com os outros onde é possível em torno de interesses e denominadores comuns, no espírito “sim-sim” e *win-win* de “ganhos mútuos”. O *congame*ment é visível na grande maioria das relações regionais, sendo particularmente significativo nos relacionamentos bilaterais mais decisivos para a geopolítica e o complexo de segurança na Ásia Oriental.

Estados Unidos-RPChina e RPChina-Japão

A relação entre os **Estados Unidos e a RPChina** é a mais importante para os destinos da Ásia Oriental e, provavelmente, do mundo: como referimos atrás (Cap.VI.1.1), o próprio Presidente Obama afirmou que esta relação tem uma «*importância como nenhuma outra relação bilateral no mundo*» (Obama, 2009a). Este relacionamento vital tipifica, precisamente, a lógica do *congame*ment.

Os EUA e a RPChina são, em larga medida, rivais estratégicos “naturais” – os primeiros numa posição de “supremacia” e a segunda a grande potência ressurgente; um, “potência

marítima” e outra, “potência continental”, para utilizar um jargão tradicional da geopolítica. E, na verdade, muitos são os elementos que sugerem uma competição e a contenção mútua. Do lado americano, multiplicam-se os aspectos que indiciam uma política de *containment*, “balanceamento” e “cerco” anti-China: por exemplo, a manutenção das alianças e da poderosa presença estratégica americana na região e a articulação de posições com o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan, a Mongólia, a ASEAN, Singapura, as Filipinas, a Indonésia, a Mongólia, a Austrália, a Índia ou mesmo o Paquistão e a Rússia; a prática de “duas Chinas” pela protecção dissuasora de Taiwan e a continuada entrega de armamentos a Taipé; o apoio a “dissidentes” chineses e a organizações de direitos humanos e pró-democracia na China, bem como os relatórios oficiais acusando Pequim de violações graves dos direitos humanos ou a recepção do Dalai Lama na Casa Branca; a pressão no sentido da “mudança de regime” na China e as exigências de respeito chinês pelos direitos humanos, a propriedade intelectual, a protecção ambiental ou as regras da concorrência económica internacional; a perpetuação do boicote na venda de armamentos e de tecnologia avançada de “dupla utilização” à RPChina desde a tragédia de Tiannanmen, em 1989; os relatórios anuais do Pentágono ao Congresso sobre “O Poder Militar da RPChina”, expressando as preocupações e a vigilância dos EUA, a que se somam outros documentos e declarações oficiais americanos acusando a China de “falta de transparência” nas despesas militares, de “espionagem”, de “ataques cibernéticos” aos sistemas americanos e de outros países ou de tentativa de aquisição de sistemas de armamentos e tecnologia no “mercado negro”; as cíclicas referências americanas à China como “rival” e “competidor” estratégico e as críticas de, no mínimo, “falta de empenho” chinês na resolução de certas questões como a não-proliferação de ADM, designadamente, os programas nucleares da Coreia do Norte e do Irão, a estabilidade e a paz no Médio Oriente e a resolução de certas crises e conflitos (Sudão/Darfur, por exemplo); as acusações de “irresponsabilidade” chinesa na celebração de negócios e reforço dos seus laços com certos regimes perigosos ou de “boicote” chinês dos esforços internacionais em prol da paz, dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito; etc.

Similarmente, do lado da RPChina, acumulam-se os indícios que sugerem uma política de *containment* e contestação da supremacia americana e um comportamento “revisionista” e de contra-peso anti-EUA: por exemplo, a permanente retórica denunciando o “hegemonismo” americano e apelando à ideia de um mundo “verdadeiramente multipolar”; as acusações de práticas americanas anti-China, de ingerência americana nos “assuntos internos” chineses e de outros Estados e de uma política americana de “duas Chinas”; a promoção de parcerias estratégicas com a Rússia e a Índia e também com o Brasil ou a UE muito no espírito da “multipolaridade”; o desenvolvimento dos laços e parcerias com regimes “proscritos” em Washington como os da Coreia do Norte, do Irão, da Síria, do Myanmar ou

do Sudão; as ameaças constantes de recorrer à força para tomar Taiwan e a disposição para, se necessário, confrontar os EUA caso estes apoiem a independência taiwanesa *de jure*; o aumento significativo e pouco transparente das despesas e capacidades militares chinesas, muito para lá do seu já impressionante crescimento do PIB, bem como as avultadas aquisições de armamentos no estrangeiro e a rápida modernização do seu EPL, nomeadamente, em termos de capacidades de “anti-acesso” e “negação de área”, como que preparando-se para um conflito militar com os EUA; as duras críticas chinesas à expansão da NATO e ao ímpeto “intervencionista” dos EUA; a resposta de Pequim aos relatórios americanos com “Livros Brancos” similares onde denuncia os “atentados dos EUA aos direitos humanos no mundo”; o aproveitamento dos *gaps* abertos pelos “custos da hegemonia” americanos e as fracturas e tensões subsequentes para incrementar as relações chinesas com uma vasta série de actores e regiões, não só para projectar aí os interesses e a influência da RPChina mas também como que tentando atenuar a influência dos EUA junto desses parceiros, instituições e regiões; etc.

Este clima de competição e contenção mútua é alimentado por divergências claras em muitas áreas, da questão de Taiwan ao enorme défice comercial americano, passando pelos direitos humanos, a propriedade intelectual ou certos princípios como a “ingerência humanitária”: no contexto da intervenção da NATO no Kosovo, em 1999, em que Washington justificou a violação da soberania da Sérvia para evitar um “genocídio”, o então Presidente chinês, Jiang Zemin, não só criticou severamente essa intervenção como se mostrou hostil à “ingerência humanitária”, afirmando «*Não há direitos humanos sem soberania. Os direitos humanos não são superiores à soberania, os direitos humanos precisam da soberania para protecção. A formulação de que “os direitos humanos são superiores à soberania” não só é absurda como prejudica a causa da paz e do desenvolvimento*» (cit. in Alterman e Garver, 2008: 36).

De facto, até certo ponto, os EUA e a China competem económica, política e estrategicamente, disputando mercados e recursos energéticos, bem como o controlo de rotas de escoamento e abastecimento, nomeadamente, entre o Índico e o Pacífico e no Mar da China Meridional; disputando parceiros regionais (incluindo a Coreia do Sul, a ASEAN, a Mongólia, a Índia, o Paquistão e a Rússia); e disputando poder e influência na Ásia Oriental e noutras regiões (Ásia Central, África, Médio Oriente e, crescentemente, América Latina). Além disso, Washington e Pequim parecem estar envolvidos em latentes “corrida aos armamentos”, “corrida espacial” e “ciber-guerra”. Ciclicamente, a tensão mútua aumenta e vêm ocorrendo crises político-diplomáticas bilaterais motivadas por episódios de provocação e mesmo confrontação como, por exemplo, o bombardeamento da Embaixada da RPChina em Belgrado por um míssil dos EUA, em 1999, precisamente aquando da intervenção da

NATO no Kosovo; o incidente entre um caça chinês e uma aeronave de reconhecimento EP-3 americana ao largo da ilha chinesa de Hainão (de que resultou a morte do piloto chinês), em Abril de 2001, e que passou pelo “aprisionamento” do aparelho e da tripulação americanos durante alguns dias pelas autoridades chinesas; ou os recorrentes *war games* no Estreito de Taiwan e nos Mares da China.

Contudo, tudo isto constitui apenas uma parte do relacionamento EUA-China: de facto, no âmbito da “estratégia cocktail” americana e das *peaceful rise* e “grande estratégia” chinesas descritas anteriormente, desenvolveu-se toda uma outra faceta de envolvimento, articulação e cooperação entre Washington e Pequim. Na realidade, a RPChina esforça-se por demonstrar, especialmente na direcção dos EUA, que não só é uma potência pacífica, confiável, responsável e estabilizadora como é também uma potência não-revisionista e não-confrontacional, enquanto Washington procura demonstrar não ter uma política anti-China e que é seu propósito envolver mais a China na comunidade internacional, encorajando-a a ser um *responsible stakeholder* à medida da sua ressurgência enquanto grande *global player*. A acomodação e o envolvimento cooperativo mútuo são baseados na gestão pragmática de interesses convergentes relacionados, genericamente, com o desenvolvimento económico, a estabilidade e a segurança, bem como no reconhecimento da importância do outro para os seus próprios interesses. É neste contexto que se vem desenvolvendo a “parceria estratégica construtiva” EUA-RPChina, instituída desde a visita do Presidente Bill Clinton à China, em 1998.

A faceta cooperativa é demonstrada, desde logo, ao nível económico. Apesar do défice comercial ser uma fonte de preocupação em Washington, o comércio bilateral aumentou significativamente nas últimas duas décadas, multiplicando-se várias vezes (ver atrás Quadro 34 no Cap. VI.1.2.), tornando-se a RPChina no 3º maior parceiro comercial dos EUA com um *share* de 12,6%, em 2008, e os EUA no 2º maior parceiro comercial da RPChina, representando uma parcela de 13,9% no mesmo ano (ver atrás Quadros 12, 35 e 36).

O envolvimento e a cooperação EUA-RPChina ultrapassam largamente, porém, a esfera económica. Sem prosseguirem sempre os mesmos interesses e as mesmas políticas, Washington e Pequim vêm, efectivamente, cooperando e articulando posições nos mais diversos domínios, alguns dos quais os mesmos em que também competem, incluindo a estabilização do Iraque, do Afeganistão, do Paquistão ou da Península Coreana e de regiões como o Médio Oriente ou as Ásia Central, Meridional e Oriental; a segurança económica e energética, das rotas marítimas e contra pirataria; a prevenção e não-proliferação de ADM, inclusive sobre os programas nucleares norte-coreano e iraniano, com Pequim a acabar por aprovar propostas americanas de Resolução no CSNU prevendo sanções contra Pyongyang e Teerão; a estabilização do sistema financeiro Asiático e

internacional; a reforma das Nações Unidas; a pacificação e estabilização; a luta anti-terrorista, o combate à criminalidade organizada ou a prevenção e redução dos riscos de expansão de pandemias; a protecção ambiental; a resposta a situações de catástrofe natural; etc. Entretanto, os EUA apoiaram a adesão chinesa à APEC (1991) ou à OMC (2001) e a China até participa em “coligações de vontade” americanas como a *Container Security Initiative* (CSI). Com efeito, a cooperação e o envolvimento EUA-China passa, crescentemente, por quadros e instituições multilaterais, do CSNU à AIEA, do G-20 à *Asia-Pacific Partnership on Clean Development and Climate* (APP), UN-ESCAP, ARF, ADB, *Global Initiative to Combat Nuclear Terrorism* (GI) ou “Conversações a 6”. Em 2009, os EUA e a RPChina estabeleceram o *Strategic and Economic Dialogue*, novo mecanismo bilateral visando desenvolver a relação entre os dois países de forma positiva, cooperativa e completa, com base em quatro pilares: 1) relações bilaterais (intercâmbios *people-to-people*); 2) segurança internacional (não-proliferação, contra-terrorismo, etc.); 3) temas globais (saúde, desenvolvimento, energia, ambiente, instituições globais, etc.); e 4) segurança e estabilidade regional (Afeganistão/Paquistão, Irão, Península Coreana, etc.).

O *congegament* EUA-RPChina é notório na Ásia-Oriental/Pacífico mas pode também ser demonstrado, por exemplo, no Médio Oriente. Atraída pela energia, a recente chegada da RPChina ao Médio Oriente é frequentemente retratada nos EUA como «*not a very welcome one*» para os interesses americanos, na medida em que «*Beijing's intentions in the region are not benign (...) China sees its new diplomatic clout in the Middle East as a geopolitical counterweight to the United States (...) Beijing's irresponsible tactics and policies are antithetical to the interests of stability and freedom in the world's most volatile territory*» (Ji e Tkacik, Jr., 2006: 1, 5 e 10), sendo mesmo a China apedidada de «*New Patron of Regional Instability*» (ibid:1). Porém, são vários os casos em que Pequim vem dando provas de não querer confrontar os EUA e de acomodação e articulação mútua, incluindo nos *hotspots* Iraque e Irão (Tomé, 2008b: 108-127).

Uma das manifestações dessa articulação sino-americana envolvendo o Iraque ocorreu em 1990, quando os EUA precisaram que a China deixasse passar no CSNU a Resolução 678 para levar a cabo a “Guerra do Golfo” contra o regime de Saddam, aproveitando Pequim a oportunidade para obter o fim de grande parte das sanções impostas na sequência da tragédia de Tiannanmen, no ano anterior. No final dos anos 1990, Pequim secundarizou os esforços diplomáticos da França e da Rússia para que cessassem as sanções contra o Iraque - como recompensa, e à semelhança de Paris e Moscovo, Pequim viu facilitado por

Bagdade o acesso ao petróleo iraquiano²⁴⁸. Paralelamente, todavia, Pequim mostrou-se extremamente cautelosa no que toca à violação das sanções impostas ao Iraque: por exemplo, depois do regime de Saddam ter reaberto o aeroporto de Bagdade, em Agosto de 2000, desafiando a Resolução das NU de 1990 que o proibiam, só meio ano depois e após vários países o fazerem (incluindo outros dois membros permanentes do CSNU, a França e a Rússia) é que a China começou também a enviar aviões para Bagdade. Mais tarde, embora tenha aproveitado a oportunidade aberta pelo programa “Petróleo por Alimentos” (1997-2003), a China trocou com o regime de Saddam bem menos do que outros países, como a Rússia, a França, a Suíça, o Reino Unido, a Turquia ou a Itália. Outro exemplo do comedimento chinês ocorreu, em 2001, quando os EUA exigiram que a China suspendesse o envolvimento na construção de uma rede de fibra-óptica no Iraque que ligaria as baterias de mísseis na *no-fly zone* no Sul do país aos radares próximos de Bagdade fortalecendo, assim, defesas anti-aéreas iraquianas: depois de ter negado e efectuado uma “séria investigação” para confirmar a veracidade das acusações, Pequim informou secretamente Washington de que tinha ordenado às empresas chinesas que suspendessem essas actividades no Iraque; alguns meses mais tarde, e após ter acordado com os EUA deixar passar mais *smart sanctions* contra o Iraque, a RPChina conseguiria aceder a 80 milhões USD de fundos iraquianos congelados para se pagar de equipamentos de telecomunicações vendidos ao Iraque (Alterman e Garver, 2008: 29).

Ainda mais significativa foi a postura chinesa por ocasião da crise em torno da intervenção militar americana no Iraque, em 2003. Depois de aprovar a ambígua Resolução 1441 do CSNU de Novembro de 2002, Pequim juntou-se a Paris e Moscovo numa declaração conjunta manifestando a oposição a uma eventual acção militar dos EUA contra o Iraque; porém, em Março de 2003, quando estava eminente essa intervenção, Pequim declinou juntar-se novamente a Paris, Moscovo e Berlim quando estes fizeram nova declaração conjunta. Paralelamente, o regime chinês impediu que na RPChina ocorressem as manifestações massivas que ocorreram um pouco por todo o mundo nas semanas precedentes e posteriores à intervenção americana no Iraque – como referiu um jornal de Hong Kong, «*By not allowing the people to march in the street, and by supressing anti-US sentiment, the Chinese government was doing the United States a favor*» (cit. in *ibid.*: 30). Depois, a China teve um papel importante em persuadir a França e a Rússia a aprovarem uma nova Resolução do CSNU permitindo às Nações Unidas envolverem-se no Iraque sob ocupação dos EUA. A visão do Embaixador chinês na ONU, Wang Guangya, é elucidativa: «*You have to recongnize that the US is the biggest country in the world. If they do not want*

²⁴⁸ Por exemplo, a *Chinese National Petroleum Corporation* (CNPC) assinou com a companhia nacional petrolífera do Iraque, em Junho de 1997, um acordo no valor de 1.2 mil milhões USD para a exploração conjunta do campo al-Ahdab, 160 km a Sul de Bagdade, com uma produção prevista de 100.000 barris por dia

to participate in the UN, I don't think the UN will work effectively» (cit. in *ibid.*: 31). A articulação Sino-Americana em relação ao Iraque acentuou-se no período pós-Saddam, dando mesmo a impressão de que os EUA assumiram a China como *constructive power* na reconstrução e desenvolvimento do país, o que naturalmente favoreceu também o relacionamento de Pequim com os novos dirigentes de Bagdade e permitiu à China voltar aos negócios petrolíferos com o Iraque²⁴⁹.

A relação da RPChina com o Irão é a mais inquietante para os EUA de todas as relações chinesas no Médio Oriente: a RPChina é o principal cliente energético do Irão, este é um dos principais fornecedores de energia à RPChina, esta é o segundo maior fornecedor de armamentos ao Irão (a seguir à Rússia) e o Irão é observador e candidato à adesão na Organização de Cooperação de Xangai (SCO). Pior: a RPChina tem garantido um certo “escudo diplomático” ao regime de Teerão ao longo dos anos, atrasando a aprovação de Resoluções internacionais e/ou evitando que elas contenham sanções mais penalizadoras contra o Irão. Este comportamento revela, até certo ponto, o pragmático oportunismo de Pequim e sugere uma postura chinesa anti-EUA. Estes, por seu lado, vêm acusando a RPChina, ciclicamente, de “irresponsabilidade” e de não respeitar sequer as sanções impostas ao Irão: por exemplo, entre 1987 e 2004, os EUA impuseram doze conjuntos de sanções a companhias chinesas por venderem itens proibidos ao Irão (Alterman e Garver, 2008: 38).

Isto retrata, todavia, apenas parte da realidade. Efectivamente, a RPChina está muito longe de simplesmente amparar o jogo iraniano e Pequim e Washington vêm conseguindo articular posições sobre o Irão. Por exemplo, em 1988, na fase final da Guerra Irão-Iraque, Pequim acabou por ceder às pressões americanas e aceitou suspender a entrega de mais mísseis anti-navio ao Irão. No início dos anos 1990, tentando tirar partido das tensões EUA-China depois de Tiannanmen, Teerão procurou criar um verdadeiro eixo anti-EUA na Ásia, algo de que Pequim preferiu resguardar-se na medida em que o Irão era visto como mais um dos “trunfos” a utilizar no desenvolvimento das relações com Washington. Além disso,

²⁴⁹ Depois de levantada a suspensão dos acordos petrolíferos sino-iraquianos que tinha sido decretada com a queda de Saddam na sequência da Guerra no Iraque, Bagdade e a *Chinese National Petroleum Corporation* (CNPC) retomaram as negociações, em 2006, tendo em vista reavivar o acordo de 1997 sobre o campo de al-Ahdab, no que foi a primeira renegociação do novo Governo iraquiano empossado nesse ano com uma firma petrolífera estrangeira. O papel liderante da China no desenvolvimento desse campo petrolífero foi reconhecido num novo acordo assinado por ocasião da visita do Presidente Jalal Talabani à RPChina, em Maio de 2007 – significativamente, a primeira de um presidente iraquiano desde que as relações diplomáticas foram estabelecidas entre os dois países em 1958 -, tendo Pequim perdoado grande parte da dívida iraquiana à China. Já em Agosto de 2008, o governo de Bagdade chegou a acordo com a CNPC para a exploração do al-Ahdab num investimento que pode chegar aos 3 mil milhões USD nos próximos vinte anos. Entretanto, a China passou igualmente a procurar aceder ao petróleo no Curdistão norte-iraquiano e que goza, desde 2003, de uma quase independência *de facto*, onde estão cerca de 40% do total das reservas petrolíferas do Iraque e onde existe uma maior segurança relativa face ao terrorismo sectário.

Pequim também não acolheu as veleidades de Teerão no sentido de que Pequim usasse o seu lugar no CSNU para forçar a posição dos Palestinos contra Israel e até a expulsão de Israel da ONU – Pequim não só declinou como estabeleceu plenas relações diplomáticas com Jerusalém, em 1992. Sem nunca deixar de manter relações amistosas com Teerão, Pequim voltaria novamente a “negociar” a questão do Irão com os EUA: em 1997-1998, aproveitando o *engagement* da Administração Clinton, Pequim optou pela “parceria construtiva” com os EUA e comprometeu-se a suspender o apoio chinês ao programa de mísseis iraniano.

No contexto pós-11/09 e do agravamento da tensão Washington-Teerão por causa do programa nuclear iraniano, os EUA apelaram para que a RPChina fosse um “responsible stakeholder”, particularizando a questão do Irão nuclear: «*China’s actions on Iran’s nuclear programs will reveal the seriousness of China’s commitments to nonproliferation*» (Zoellick, 2005). Pequim assumiu isto como um apelo para a expansão da cooperação EUA-China e correpondeu. Arrastando laboriosas negociações em que atrasou os esforços de Washington²⁵⁰ sem, contudo, os bloquear, Pequim encontrou forma de cooperar com os EUA: acabou por enviar, em Janeiro de 2006, uma nota separada a Teerão (depois de rejeitar a proposta americana para o envio de uma nota conjunta dos Cinco MP-CSNU) avisando o Irão de que não deveria proceder ao enriquecimento de urânio; aceitou submeter este assunto à apreciação do CSNU, em Março de 2006; e aprovou as Resoluções 1696 e 1737 do CSNU contra o Irão, de Julho e Dezembro de 2006, respectivamente. Paralelamente, Pequim reivindicou sempre “soluções pacíficas”, atrasou e empenhou-se em reduzir ao mínimo as sanções impostas ao Irão e apelou repetidamente para que Teerão respondesse positivamente e com flexibilidade quer às exigências do CSNU quer às sucessivas propostas da UE e da Rússia. Em Janeiro de 2007, depois de Teerão ter considerado que as sanções do CSNU contra o Irão não passavam de um “mero pedaço de papel”, o Presidente Hu Jintao disse ao negociador iraniano para a questão nuclear, Ali Larijani, de visita a Pequim, que «*o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou unanimemente a Resolução 1737, que reflecte as preocupações partilhadas da comunidade internacional sobre a questão nuclear Iraniana, e nós esperamos que o Irão responda seriamente a esta Resolução*» (cit. in Bhadrakumar, 2007).

²⁵⁰ Depois da AIEA ter determinado, em 2005, que durante 18 anos o Irão tinha conduzido uma série de actividades nucleares não reportadas, os EUA pressionaram a Agência a submeter o assunto ao CSNU a fim deste implementar sanções ao Irão no âmbito do Capítulo VIIº da Carta das Nações Unidas. Em contraste, a posição oficial da China, que aderiu ao Tratado de Não Proliferação (TNP) em 1992, era de que o Irão tinha direito ao desenvolvimento e uso pacífico da energia nuclear no quadro do TNP e sob a inspecção da AIEA, atrasando a submissão da questão à apreciação do CSNU.

O *congame* e a ambivalente acomodação EUA-RPChina passam, inclusivamente, pela sensível questão de Taiwan. Ao longo dos anos, Pequim vem fazendo ameaças e deixando avisos aos EUA: por exemplo, «*Taiwan is part of China, not a protectorate of the United States. Foreign forces should not make irresponsible remarks*» afirmou, em 1996, o então MNE chinês Qian Qichen (cit. in Alagappa, 2003: 1); «*The Chinese People are ready to shed blood and sacrifice their lives to defend the sovereignty and territorial integrity of their Motherland*» diria, em 2000, o então PM Zhu Rongji (ibid.). Por seu lado, os EUA também vêm deixando ameaças “dissuasoras” na direcção da RPChina: caso paradigmático foi o do Presidente W. Bush quando, na Primavera de 2001, pouco depois de ter tomado posse, afirmou «*The United States has an obligation to defend Taiwan and the Chinese must understand that. The U.S. would do whatever it took to help Taiwan defend itself*» (cit. in Alagappa, 2003: 1) e aprovou a seguir a venda de um enorme *package* de armamentos a Taipé – indo mais longe do que os seus predecessores em mais de três décadas.

Contudo, aquele respaldo pró-Taiwan do Presidente W. Bush foi fortemente mitigado quando, em Dezembro de 2003, durante uma visita oficial do novo PM chinês aos EUA, o mesmo Presidente Americano admoestou publicamente o Presidente taiwanês Chen Shui-bian e manifestou a oposição americana a qualquer tentativa de alteração unilateral do *status quo* no Estreito: «*The United States Government's policy is "one China" And the comments and actions made by the leader of Taiwan indicate that he may be willing to make decisions unilaterally to change the status quo, which we oppose*» (Bush e Wen, 2003). O PM Wen Jiabao mostrava assim o agrado chinês com esta posição americana: «*On many occasions and just now in the meeting as well, President Bush has reiterated the U.S. commitment to the "one China" principle, and opposition to Taiwan independence. We appreciate that. In particular, we very much appreciate the position adopted by President Bush toward the latest moves and developments in Taiwan...to pursue Taiwan independence. We appreciate the position of the U.S. Government*» (ibid.).

É certo que a controvérsia subsiste: o mais recente “China’s National Defense” volta a acusar os EUA de praticar uma política de “duas Chinas” «*causing serious harm to Sino-US relations as well as peace and stability across the Taiwan Straits*» (China, RP, 2009: 6). E também é verdade que se mantém a ambiguidade americana nesta questão: na visita que efectuou à RPChina, em Novembro de 2009, o Presidente Obama reafirmou o compromisso dos EUA com a política “uma China”, para gáudio de Pequim; todavia, pouco tempo depois, em Janeiro de 2010, anunciava uma nova venda de armamentos a Taiwan no valor de 6 mil milhões USD – provocando a ira de Pequim que reagiu com uma retórica dura e suspendeu alguns contactos bilaterais ao nível militar. A realidade é que as relações bilaterais prosseguem de forma profícua: aparentemente, desde que a independência de Taiwan não seja colocada *de jure* e que o *status quo* se mantenha no Estreito, EUA e RPChina

decidiram que podem conviver e acomodar-se a esta situação, subsumindo-a numa agenda comum de interesses crescentemente interligados e cada vez mais vasta.

No fundo, embora vigilantes e competindo, Washington e Pequim vêm ajustando as suas posições de maneira a evitar que as divergências e disputas mútuas possam escalar para outros graus, respeitando os interesses vitais da outra parte e cooperando sempre que possível no incremento dos laços “mutuamente produtivos”.

O pragmatismo associado à prática mútua de *congaement* depreende-se facilmente das declarações dos respectivos líderes actuais: durante a sua primeira visita oficial à Ásia Oriental e à RPChina, o Presidente Obama enfatizou que «*the United States does not seek to contain China, nor does a deeper relationship with China mean a weakening of our bilateral alliances... America will approach China with a focus on our interests. But it's precisely for this reason that it is important to pursue pragmatic cooperation with China on issues of mutual concern... Of course, we will not agree on every issue... But we can move these discussions forward in a spirit of partnership rather than rancor*» (Obama, 2009b); ao seu lado, o Presidente Hu Jintao sublinhou que «*given our differences in national conditions, it is only normal that our two sides may disagree on some issues. What is important is to respect and accommodate each other's core interests and major concerns*» (Hu e Obama, 2009.).

A **China e o Japão** também são, em larga medida, rivais naturais, com um legado histórico de grande conflitualidade e desconfianças mútuas sobre as respectivas ambições estratégicas e divergências em torno de uma série de questões que alimentam, em parte, uma disposição competitiva: a disputa de mercados e recursos energéticos, vitais para as duas economias, com o Japão mais apreensivo pelo potencial controlo chinês de importantes rotas de navegação (nomeadamente, nos Mares da China) e da crescente influência chinesa na Ásia Central, no Sudeste Asiático e no Médio Oriente; as perspectivas distintas e desconfianças mútuas acerca da situação de Taiwan²⁵¹ e da Península Coreana; a disputa entre ambos das ilhas Senkaku/Diaoyutai; visões muito distintas sobre a presença e o papel dos EUA na região, com a RPChina, ciclicamente, a referir a aliança Japão-EUA como tendo uma orientação anti-China; a denúncia nipónica da falta de transparência da RPChina nas suas despesas e capacidades militares e a crítica chinesa ao gradual “militarismo” japonês e à expansão das FAD japonesas envolvidas crescentemente em

²⁵¹ Colónia japonesa de 1895 a 1945, Taiwan é um assunto menos problemático nas relações sino-nipónicas do que no relacionamento sino-americano, embora Pequim nunca tenha deixado de protestar contra o cultivo de relações de Tóquio com Taipei e de acusar o Japão de se intrometer num “assunto chinês”. Pequim receia um eventual apoio nipónico a Taiwan e aos EUA no caso de confronto militar, enquanto Tóquio teme uma escalada agressiva chinesa sobre Taiwan, o que destabilizaria a região.

missões para lá do território nipónico; as divergências a propósito de “interpretações históricas”, brandindo Pequim uma constante culpabilização do Japão por não reconhecer plenamente os seus erros e atrocidades cometidos no passado imperialista e, por vezes, instrumentalizando os sentimentos anti-nipónicos na região; modelos políticos, económicos e sociais muito diferentes; a oposição chinesa à possibilidade do Japão se tornar membro-permanente do CSNU; etc.

Ou seja, o Japão parece empenhado em conter, controlar e balancear a ressurgência da RPChina, enquanto esta parece opor-se à *global alliance* EUA-Japão e à expansão política e estratégica do Japão, competindo ambas por mais poder e influência, pela liderança da Ásia Oriental/Pacífico e por um maior estatuto regional e internacional.

Ao mesmo tempo, no entanto, a relação China-Japão tem melhorado significativamente nos últimos anos, sendo visíveis ajustamentos de ambos e cooperação mútua num amplo leque de matérias, desde a estabilização da Península Coreana à segurança económica, energética e marítima, passando pela luta anti-terrorista, contra-pirataria e contra a criminalidade transnacional, a protecção ambiental, a não-proliferação de ADM, o envolvimento cooperativo nas instituições e mecanismos multilaterais regionais e pan-regionais (designadamente, ADB, ACD, APEC, ASEM, NAASP, FEALAC, APP, GI, ARF, 6PT, ASEAN+3, EAS e Diálogo Trilateral China-Japão-Coreia do Sul ou ainda outros mecanismos multilaterais dos *Track 1.5* e *Track 2*). O resultado mais elucidativo deste envolvimento mútuo é o impressionante desenvolvimento dos laços económicos e comerciais bilaterais: efectivamente, a RPChina tornou-se no maior parceiro comercial do Japão (em 2007, pela primeira vez desde a Guerra do Pacífico, o comércio Japão-RPChina ultrapassou o comércio Japão-EUA) numa parcela que, em 2008, se cifrava já nuns significativos 18,2%, enquanto o Japão se tornou no 3º maior parceiro comercial da RPChina com um *share* de 10,6% (ver atrás Quadros 12, 36 e 39).

Entretanto, em complemento às Cimeiras e encontros de alto nível ou ao diálogo no quadro das instituições e *tracks* multilaterais, Tóquio e Pequim desenvolveram, conjuntamente, uma vasta rede de canais para promoverem as relações bilaterais e a confiança mútua entre as respectivas sociedades – exemplificativos desses canais suplementares são o *Japan-China Consultations concerning the East China Sea and Other Matters*, o *High-Level Economic Dialogue*, o *Joint Committee on Environmental Protection and Cooperation*, o *Japan-China 21st Century Friendship Program* ou o *Japan-China Exchange of Culture and Sports*.

Quando o Presidente Chinês, Jiang Zemin, visitou oficialmente o Japão, em 1998, os dois lados anunciaram o estabelecimento de uma *Partnership of Friendship and Cooperation for Peace and Development*. Durante a visita do Primeiro-ministro Japonês Abe à RPChina, em Outubro de 2006, foi reafirmada conjuntamente a «*mutually beneficial relationship based on common strategic interests*» RPChina-Japão. Noutra visita oficial à RPChina, no final de

Dezembro de 2007, o então PM nipónico, Yasuo Fukuda, destacou os “três pilares” da relação Japão-RPChina «*namely the pillars of "mutually-beneficial cooperation", "contributions to international society", and "mutual understanding and mutual trust"*» (Fukuda, 2007). Na realidade, mais de três décadas volvidas desde a assinatura do “Tratado de Paz e Amizade” entre o Japão e a RPChina de 1978, a relação entre Tóquio e Pequim parece estar na melhor forma cooperativa de sempre.

Os **relacionamentos triangulares Washington-Pequim-Tóquio** são, obviamente, cruciais para a ordem regional/internacional, a geopolítica e a segurança na Ásia Oriental/Pacífico. Mantendo-se a aliança EUA-Japão e pela prática do muito pragmático jogo de competição e cooperação, contenção mútua e envolvimento EUA-RPChina e RPChina-Japão, a situação parece estar satisfatoriamente equilibrada, como é particularmente bem expresso por Victor D. Cha (2007: 102-103): «*when US-Chinese ties are strained, Beijing sees US-Japanese cooperation as an effort to contain China, but when the US-Chinese relations are good, Beijing tends to view the US-Japanese alliance as a check on Japan's regional ambitions*». Mais: «*Historically, Asian states have become concerned whenever the US has grown close to Japan in order to contain China or close to China at the expense of traditional US allies and smaller regional powers. The situation today – a cooperative US-Chinese relationship, a strong US-Japanese alliance, and good relations between Japan and China – is a viable equilibrium*» (ibid.).

A verdade é que a prática de *congame*nt vai muito para lá dos vértices Washington-Pequim e Pequim-Tóquio.

Outras Relações Bilaterais

O **relacionamento Washington-Moscovo** não tem actualmente o significado de outros tempos nem para a Ásia Oriental nem para o mundo, embora continue a ser crucial para a definição dos complexos geopolíticos e de segurança regionais e internacional. Por outro lado, a relação entre os EUA e a Rússia tem sido a mais tensa e ambivalente de todas as relações bilaterais entre grandes potências: de facto, os EUA tiraram rapidamente partido do recuo de Moscovo para projectarem a sua influência em redor da reconfigurada Rússia enquanto esta, das chamadas “grandes potências”, é aquela que mostra uma postura mais “revisionista” e mais confrontacional face aos Estados Unidos, claramente não acomodada à perda de poder e estatuto internacional comparativamente à predecessora URSS e insatisfeita quer com a sua condição actual quer com a supremacia americana.

O resultado é, em larga medida, uma competição geopolítica e geoestratégica entre os EUA e a Rússia na vasta EurÁsia, designadamente, no espaço pós-soviético (Tomé, 2007b).

Numa competição que passa também por outras regiões - Balcãs, Europa Oriental, Transcaucásia, Ásia Central, Médio Oriente, Ártico, América Latina ou Ásia-Pacífico -, as divergências e disputas entre os EUA e a Rússia acumulam-se num extenso rol de questões: alargamento e expansão *out-of-area* da NATO; independências do Kosovo, da Abkázia e da Ossétia do Sul; conflitos latentes/congelados da Transnístria (Moldova) e do Nagarno-Karabach (Azerbaijão e Azerbaijão-Arménia); situação das minorias russas nos países Bálticos, membros da NATO e da UE; incentivo americano e Ocidental a “revoluções coloridas” pró-democráticas e outras pressões no sentido de *regime change* na periferia da Rússia; “democracia soberana”/“retrocesso autoritário” e situação dos direitos humanos na Rússia; instrumentalização russa dos preços e recursos energéticos nas suas relações externas e disputa mútua das fontes produtoras e das rotas de exploração energéticas, em particular, entre os Mares Cáspio e Negro e na Ásia Central; desproporcionalidade do uso da força das tropas federais russas na Chechénia; programa nuclear do Irão; concorrência no fornecimento de armamentos convencionais aos “países em desenvolvimento”; relacionamentos muito díspares e, em alguns casos, antagónicos com Teerão, o Hamas, o Hezbolah, a Síria, a Arábia Saudita, Israel ou a Autoridade Palestiniana, no Médio Oriente e com a Venezuela de Chávez, a Colômbia, a Bolívia, o Brasil ou o Chile, na América Latina; sistema americano de defesa anti-mísseis balísticos; (não) adesão da Rússia à OMC ou à OCDE; etc..

Na realidade, os EUA parecem levar a cabo uma política de “cerco” e de *containment* da Rússia, como que tentando atrasar a ressurgência e contrariando a esfera de influência imperial russas, ao passo que Moscovo parece empenhada em conter o “hegemonismo” americano, furar o virtual sistema de “encravamento” anti-Rússia, designadamente, no espaço pós-soviético onde considera ter “interesses especiais” e actuar como contra-peso aos EUA na Europa, na Ásia e no mundo – encarando como instrumentos particularmente úteis a este nível o seu poderoso arsenal militar e nuclear e os seus fabulosos recursos energéticos, bem como o CSNU, a OTSC, a SCO e o “Triângulo Estratégico” Rússia-RPChina-Índia. Ciclicamente, paira no relacionamento EUA-Rússia o fantasma dos “velhos tempos” da Guerra Fria, cujos epílogos competitivo-confrontacionais até agora ocorreram durante a intervenção da NATO no Kosovo, em 1999, a intervenção dos EUA no Iraque, em 2003 e a “guerra dos cinco dias” Rússia-Geórgia, em Agosto de 2008 (ver atrás Cap. VI.6.).

Contudo, ao mesmo tempo que competem e se contêm mutuamente, a Rússia e os EUA vêm articulando posições e a cooperação prática numa vasta panóplia de assuntos, da luta anti-terrorista, contra-pirataria, narco-tráfico ou não-proliferação de ADM (incluído os dossiês iraniano e norte-coreano) à segurança energética, protecção ambiental, gestão de crises e conflitos (Balcãs, Cáucaso, Afeganistão, Iraque, Irão, Península Coreana), reforma da ONU

ou exploração espacial, bilateralmente e no quadro de organizações como a ONU (designadamente, no Conselho de Segurança) e a OSCE, das parcerias NATO-Rússia e de outros fóruns como o G8, o G20, o “Quarteto” para o Médio Oriente ou ainda a *Proliferation Security Initiative* (PSI), uma das coligações *had hoc* americanas e a que a Rússia se associou. Paralelamente, os intercâmbios económicos e comerciais EUA-Rússia vêm aumentando, embora numa posição económica global bastante assimétrica e sem que o significado mútuo atinja o de outros parceiros: em 2008, os EUA foram o 7º maior parceiro comercial da Rússia com uma parcela de 3,7% e a Rússia o 15º entre os maiores parceiros dos EUA representando um *share* de somente 1,1% (ver atrás Quadros 12, 35 e 41).

É neste quadro que se insere o cíclico “quente e frio” EUA-Rússia: por exemplo, depois do Kremlin ter brandido a ameaça de uma “paz fria” em protesto contra o alargamento da NATO em congeminação e imediatamente antes do convite formal da Aliança Atlântica à Polónia, Hungria e República Checa para aderirem (em 1999), a Rússia e a NATO firmaram, em 1997, o “Acto Fundador” e criaram o “Conselho Permanente Conjunto”; ultrapassada a crise despoletada pela intervenção da NATO no Kosovo e no quadro da reaproximação dos EUA e da Aliança Atlântica à Rússia pós-11/09, Washington e Moscovo concluíram um novo Tratado sobre Redução de Armas Ofensivas Estratégicas (SORT) e foi criada uma nova Comissão NATO-Rússia, ambos no primeiro semestre de 2002; novamente ultrapassada outra crise provocada pela intervenção americana no Iraque, os EUA e a Rússia voltaram a aproximar-se e lançaram conjuntamente a *Global Initiative To Combat Nuclear Terrorism* (GI), em 2006; três meses antes da guerra Rússia-Geórgia, os EUA e a Rússia assinavam, em Maio de 2008, o *Agreement for Cooperation in the Field of Peaceful Uses of Nuclear Energy* (um dos também chamados “Acordos 123”); ultrapassada depois a crise provocada pela “guerra dos cinco dias”, a Rússia abriu o seu espaço aéreo para a passagem de aeronaves americanas e da NATO a caminho do Afeganistão e a Casa Branca e o Kremlin iniciaram negociações com vista à assinatura de um novo Tratado bilateral sobre a Redução dos Arsenais Ofensivos Estratégicos (renovando o START que datava de 1991) que viria a ser assinado pelos Presidentes Obama e Medvedev, em 8 de Abril de 2010, em Praga, comprometendo-se as duas potências a reduzir os respectivos arsenais para 1550 ogivas cada - o que representa uma redução de 74% face aos valores aprovados 19 anos antes - e prevendo ainda o novo START uma limitação importante no número de vectores (mísseis, submarinos e bombardeiros que transportam as ogivas) e novas regras e mais transparentes de verificação e de troca de informações.

No que concerne concretamente à Ásia Oriental, que tanto a Rússia como os EUA concebem no âmbito mais vasto da Ásia-Pacífico, o relacionamento mútuo é claramente menos tenso e menos denso do que nas frentes europeia e eurasiática, tal como é mais equidistante, desde logo, pelo relativo “peso” da Rússia aqui. Mas também nesta macro-

região se manifestam a articulação e a cooperação mútuas em muitos dos domínios e mecanismos supracitados e, concretamente, na gestão do dossiê programa nuclear da Coreia do Norte no quadro do CSNU, da AIEA e, em especial, das “Conversações a 6”. Além destes, os EUA e a Rússia estão igualmente envolvidos noutros quadros cooperativos multilaterais regionais como a APEC, o “Sistema de Diálogo ASEAN” e o ARF, bem como através de participantes “não oficiais” de ambos nos mecanismos do *Track 1.5* e do *Track 2*. O relacionamento EUA-Rússia é, manifestamente, marcado pelo *congame*, numa ambivalência claramente expressa pela ex-Secretária de Estado americana: «*America’s relationship with Russia will remain large and complex: a mix of cooperation and competition, friendship and friction*» (Rice, 2007).

A **Rússia e o Japão** são rivais históricos que continuam a disputar as ilhas Curilhas do Sul/Territórios do Norte (reivindicadas por Tóquio a Moscovo) (ver atrás Mapas 12 e 15) e cujo relacionamento bilateral não está plenamente normalizado dado não ter sido ainda assinado entre ambos um Tratado de Paz desde o fim da II Guerra Mundial. Por conseguinte, os laços económicos e políticos bilaterais são relativamente limitados, a que acresce cada um dos lados parecer participar em “eixos” competitivos opostos: o Japão é um aliado fiel dos EUA, enquanto a Rússia tem uma profícua “parceria estratégica” com a RPChina.

Contudo, as relações Rússia-Japão continuam a desenvolver-se num espírito cooperativo, incluindo negociações bilaterais visando o estabelecimento de um Tratado de Paz e a resolução do diferendo Curilhas do Sul/Territórios do Norte, com ambas as partes a reafirmarem constantemente o empenho na procura dialogante de “soluções satisfatórias” e o incremento de uma “parceria criativa”. Na medida em que as suas economias são largamente complementares, a Rússia vem atraindo crescentes investimentos japoneses no seu Extremo-Oriente enquanto o Japão vem adquirindo, fundamentalmente, petróleo e também gás à Rússia, existindo uma série de acordos bilaterais visando revitalizar os intercâmbios entre o Japão e o Extremo-Oriente Russo. O comércio bilateral tem vindo, assim, a crescer, embora de forma assimétrica dada a desproporção entre as duas economias: em 2008, o Japão foi o 5º maior parceiro comercial da Rússia com um *share* de 3,9% e a Rússia o 13º maior parceiro comercial do Japão, representando uma parcela de 2% (ver atrás Quadros 12, 38 e 41). Complementarmente, o Japão tem vários programas de apoio ao processo de transição económica e financeira da Rússia, à protecção dos ecossistemas na Sibéria e de assistência técnica à Rússia na eliminação de armas nucleares e na segurança de instalações produtoras de energia nuclear.

Além disto, Moscovo e Tóquio vêm dialogando e cooperando noutros domínios como a segurança energética, o combate ao terrorismo, a não-proliferação de ADM ou a protecção

ambiental quer ao nível bilateral quer no âmbito de quadros institucionais e multilaterais que ambos integram como a *Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia* (CICA) ou a *Asia Cooperation Dialogue* (ACD) e, muito especialmente, a APEC, o ARF e as 6PT, bem como vários outros processos não-governamentais dos Tracks 1.5 e 2.

As gigantes e vizinhas Asiáticas **China e Índia** são velhas rivais que mantêm disputas territoriais (Aksai Chin e Arunachal Pradesh) e que percepcionam com alguma apreensão a ressurgência uma da outra, tanto mais que a influência da China é crescentemente notória na Ásia Meridional e que, similarmente, a da Índia é cada vez maior na Ásia Oriental desde o lançamento da sua *Look East Policy*, no início dos anos 1990. A China e a Índia são as duas maiores economias em desenvolvimento, as duas mais recentes grandes consumidoras energéticas e ambas crescentemente dependentes de energia importada e ainda dois dos principais clientes no mercado internacional de armamentos. Acresce que a China é um antigo aliado do Paquistão – Nova Deli tem acusado Pequim, inclusivamente, de auxiliar os programas nuclear e de mísseis paquistaneses - e a Índia está presentemente muito mais próxima dos EUA e do Japão do que no passado. Em larga medida, estes aspectos justificam a apreensão indiana ante a possibilidade da RPChina ter intenções ofensivas ou de estar a tentar criar novos flancos anti-Índia via Myanmar, Sudeste Asiático e Oceano Índico e a apreensão chinesa relativamente ao putativo envolvimento da Índia em manobras de balanceamento anti-China: quando, em 2007, teve início a exploratória “Iniciativa Quadrilateral” EUA-Índia-Japão-Austrália, Pequim apressou-se a antever o aparecimento de uma “NATO Asiática” contra a RPChina. Assim, grandes potências ressurgentes e proeminentes na Ásia, a China e a Índia competem por mercados, investimentos estrangeiros, recursos energéticos e controlo de rotas marítimas e terrestres, bem como por maior influência e estatuto nos palcos regionais e global, suspeitando cada uma das ambições geopolíticas e estratégicas da outra.

Todavia, o relacionamento mútuo tem conhecido um significativo incremento cooperativo, sobretudo, desde o estabelecimento da “Parceria Estratégica” China-Índia, em 2003, visando o reforço dos laços mútuos, a cooperação mútua para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento económico da Ásia e a promoção mútua do “Século Asiático”, recuperando assim o espírito da “Coexistência Pacífica” dos anos longínquos anos 1950. Daí, por exemplo, o aumento exponencial do comércio bilateral que, desde 2002, multiplicou quase dez vezes: em 2008, já a Índia ascendia à 10ª posição entre os maiores parceiros comerciais da RPChina com um *share* de 2,2% e a RPChina à condição de 2º maior parceiro comercial da Índia representando uma parcela de 11,6% (ver atrás Quadros 12 e 36). O envolvimento e a cooperação China-Índia estende-se também a outros domínios como o anti-terrorismo, a segurança energética, a contra-pirataria ou a prevenção e

resposta a catástrofes naturais, articulando igualmente as suas posições em relação ao Myanmar ou ao Afeganistão e na estabilização da Ásia Meridional, designadamente, o Nepal, o Bangladesh e o Paquistão.

O desenvolvimento positivo das relações entre as duas potências asiáticas levou, inclusivamente, a Índia (que sempre apoiara a causa independentista Tibetana e que ainda acolhe no seu território mais de 100 mil tibetanos exilados, o Governo Tibetano no exílio e o próprio Dalai Lama) a “assumir” o Tibete como parte da China, posicionando-se Nova Deli como interlocutor de ambas as partes e mediador nesta questão e a RPChina a manifestar o seu apoio à adesão da Índia como Membro Permanente do CSNU. Entretanto, a Índia apoiou a entrada da RPChina na OMC e assumiu o estatuto de observador na Organização de Cooperação de Xangai (SCO) criada e liderada pela RPChina, ao passo que Pequim apoiou a integração da Índia nas Cimeiras Europa-Ásia (ASEM), apoia a adesão indiana na APEC e incentiva a adesão da Índia como membro pleno na SCO. Além destes quadros, o envolvimento e a cooperação China-Índia decorre, actualmente, também no âmbito de muitos outros mecanismos e instituições internacionais e pan-regionais como o G-20, a Cimeira BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), a *New Asian-African Strategic Partnership* (NAASP), o *Asian Development Bank* (ADB), o “sistema de diálogo” ASEAN, a *Asian-Pacific Partnership on Clean Development and Climate* (APP), a *Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia* (CICA), o *Asia Cooperation Dialogue* (ACD), o *ASEAN Regional Forum* (ARF), a *East Asia Summit* (EAS) ou no âmbito do “Triângulo Estratégico” China-Índia-Rússia, bem como nos processos inter-parlamentares do *Track 1.5* e não-governamentais do *Track 2* (ver Cap. V.4.).

Os **EUA e a Índia** têm um historial de relacionamento relativamente distante que, a par das parcerias estratégicas de Nova Deli com a RPChina, a Rússia e o Irão e o envolvimento da Índia no “Triângulo Estratégico” China-Índia-Rússia ou na SCO, podem sugerir a participação da Índia num “eixo” Asiático competitivo e anti-EUA, tanto mais que os EUA, por um lado, são velhos aliados do Paquistão (embora Washington nunca tenham apoiado Islamabad contra Nova Deli, mantendo-se sempre neutrais nos confrontos Índia-Paquistão) e, por outro, vêm tentando aumentar a sua influência no Índico e na Ásia Meridional.

A realidade, porém, é que os EUA e a Índia se tornaram verdadeiros “parceiros estratégicos” ao longo da última década, articulando posições e cooperando em muitas e distintas áreas, desde a economia, a luta anti-terrorista, a contra-pirataria marítima ou a não-proliferação de ADM à estabilização do Afeganistão, do Paquistão e da Ásia Meridional, passando pela ciência e tecnologia, a ajuda de emergência ou a resposta a catástrofes. Naturalmente, apesar da enorme disparidade económica, o comércio bilateral acompanhou o florescimento da cooperação mútua e, em 2008, já a Índia figurava como 11º maior parceiro comercial dos

EUA com um *share* de 1,3% enquanto os EUA se situavam como 3º maior parceiro comercial da Índia numa parcela de 9,3% (Quadros 12 e 35).

Este relacionamento cooperativo é sublinhado no sensível domínio da energia nuclear: em Julho de 2005, o Presidente Americano W. Bush e o PM Indiano Manmohan Singh anunciaram um vasto conjunto de iniciativas comuns como parte do reforço dos laços bilaterais, incluindo o lançamento da *Civil Nuclear Cooperation Initiative* que seria reconfirmado, em Março de 2006, com o *Civil Nuclear Cooperation Agreement* (também conhecido como “Hyde Act”) e, em Agosto de 2007, com a assinatura de um “Acordo 123”, evidentemente, sempre à margem do TNP de que a Índia não é parte. Além destes aspectos, a cooperação EUA-Índia decorre, igualmente, no quadro de instituições e mecanismos multilaterais, salientando-se a ONU, o G-20, o ADB, a *Asian-Pacific Partnership on Clean Development and Climate* (APP) e o *ASEAN Regional Forum* (ARF). Entretanto, Americanos e Indianos realizaram dezenas de exercícios militares conjuntos nos últimos anos e, desde Maio de 2007, a Índia e os EUA associaram-se na “Iniciativa Quadrilateral” ao lado do Japão e da Austrália.

A **ASEAN e a RPChina** têm um historial de relações tensas, a que se somam o legado de rivalidades particulares de alguns países do Sudeste Asiático (Vietname, Filipinas, Singapura, Tailândia e Indonésia) com a RPChina; as disputas territoriais e fronteiriças entre a China e vários países ASEAN, designadamente, sobre as Ihas Paracel e Spratleys e outras no Mar da China Meridional; ou ainda os problemas com a vasta e bem posicionada diáspora chinesa em várias nações Sudeste Asiáticas. Estas circunstâncias, a par da impressionante ressurgência da RPChina, contribuem para justificar o aumento das despesas e capacidades militares dos países ASEAN e levam estes a procurar “conter” a influência de uma China que tradicionalmente temem no Sudeste Asiático, além de vários países ASEAN serem aliados ou parceiros estratégicos dos EUA. Acresce que a RPChina e os países ASEAN são competidores directos na atracção de investimentos estrangeiros e nos mercados regional e global, disputando também o controlo do Mar da China Meridional e dos respectivos Estreitos próximos e rotas marítimas. Estes aspectos sugerem, pois, uma lógica competitiva no relacionamento ASEAN-China.

No entanto, uma vez mais, desde o processo de paz Cambojano e, fundamentalmente, desde que a RPChina se tornou “Parceiro de Diálogo” da ASEAN, em 1996, as relações mútuas têm conhecido um forte incremento, cooperando as partes em virtualmente todos os domínios, desde a economia, finanças e comércio à luta anti-terrorismo, passando pela educação e ciência, contra-pirataria, combate à criminalidade transnacional, segurança energética, ambiente ou resposta a desastres naturais. Na realidade, Pequim faz da ASEAN e dos seus EMs alvos prioritários da *peaceful rise* do *soft power* chineses, enquanto a

ASEAN prossegue uma política mutuamente produtiva de envolvimento e atracção da China.

O alcance deste espírito cooperativo ASEAN-China é evidente nos mais variados aspectos. No domínio económico, salienta-se o acordo de 2002 visando o estabelecimento de uma Área de Comércio Livre ASEAN-RPChina (ACFTA) e o significado comercial mútuo - transformado-se a RPChina no maior parceiro comercial externo da ASEAN com um *share* que, em 2008, se cifrou em 11,9% e o grupo ASEAN10 no 5º maior parceiro comercial da RPChina representando uma parcela de 9,4%, no mesmo ano (Quadros 12, 36 e 39). No domínio mais político e da segurança, os reflexos da cooperação mútua são ainda mais expressivos, destacando-se as “ASEAN-RPChina Joint Statements” *on Cooperation Towards the 21st Century* (1997), *on Cooperation in the Field of Non-traditional Security Issues* (2002), *on the Conduct of Parties in the South China Sea* (2002), *on Strategic Partnership for Peace and Prosperity* (2003) ou *of ASEAN-China Commemorative Summit* (2006), tendo a RPChina sido o primeiro parceiro a aderir ao “Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático”, em 2002 e expressado, entretanto, também a sua intenção de aceder ao Protocolo do Tratado do Sudeste Asiático Zona Livre de Armas Nucleares (SEANWFZ) (ver atrás Cap. VI.4.2.).

Paralelamente, além do canal ASEAN+1, a RPChina participa noutras iniciativas ASEAN como as *ASEAN-Post Ministerial Conferences*, o *ASEAN Regional Forum* (ARF), o ASEAN+3 (China, Japão e Coreia do Sul) ou as *East Asia Summit* (EAS), envolvendo-se ainda com a globalidade ou a maioria dos países ASEAN em muitas outras instituições e mecanismos como a UN-ESCAP, o ADB, o *Asia-Middle East Dialogue* (AMED), a ASEM, o *Forum for East Asia-Latin America Cooperation* (FEALAC), a *New Asian-African Strategic Partnership* (NAASP), a *Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia* (CICA), o *Asia Cooperation Dialogue* (ACD), o *Pacific Economic Cooperation Council* (PECC), a APEC ou a *Mekong River Commission* (MRC), bem como nos processos não-governamentais do *Track 1.5* e do *Track 2* (ver Cap. V.4.).

O padrão *congame* nos relacionamentos entre as grandes potências na Ásia-Pacífico marca, igualmente, outras relações bilaterais tradicionalmente tensas.

Por exemplo, **Pyongyang e Seoul** mantêm desconfianças e fricções mútuas, estando ambas as partes permanentemente em alerta e preparadas para responder a uma eventual agressão desencadeada pela outra e/ou ao deflagar de uma nova guerra na Península Coreana. O ambiente é, assim, bastante tenso e de alto risco, agravado pelo desenvolvimento dos programas nuclear e de mísseis da Coreia do Norte e as crises cíclicas associadas (ver Cap. V.3.1), o que justifica a preservação da aliança da Coreia do

Sul com os EUA e a subsistente presença militar americana no território sul-coreano e vem motivando o aumento das despesas e capacidades militares das duas Coreias.

Apesar disto, favorecido pelo fim da Guerra Fria, a boa cooperação e articulação EUA-RPChina nesta matéria, a democratização sul-coreana e também o envolvimento de ambas as Coreias na ONU, no ARF e, desde 2003, especialmente nas “Conversações a 6”, o relacionamento Coreia do Norte-Coreia do Sul tem conhecido alguns progressos e tornou-se mais cooperativo ao longo das duas últimas décadas, com base na vaga aspiração mútua de reunificação coreana e no interesse comum em favorecerem o desanuviamento mútuo e o incremento dos laços económicos e sociais entre ambas. O *engagement* é claramente mais da responsabilidade de Seul que, além de nunca ter enveredado pela via da nuclearização e de vir prestando alguma assistência económica, alimentar e energética à Coreia do Norte, de *per si* ou no quadro da *Korean Energy Development Organization* (KEDO) de que é co-fundadora e *Executive Board Member*, tem proclamado sucessivas políticas de apaziguamento e envolvimento com Pyongyang, desde a *Nordpolitik* do Presidente Roh Tae-woo (1987-1993) à política de *Mutual Benefits and Common Prosperity* da actual Administração Lee Myung-back (Caps. V.1 e VI.5).

Das significativas Cimeiras inter-Coreanas pode destacar-se a de 2-4 de Outubro de 2007, em Pyongyang, quando, na sequência dos acordos prévios de Pyongyang com os interlocutores das 6PT e a AIEA visando o desmantelamento do programa e das centrais nucleares da Coreia do Norte, os Presidentes sul-coreano Roh Moo-hyun e norte-coreano Kim Jong-il assinaram uma *Declaration on the Advancement of North-South Korean Relations* comprometendo-se a envidar esforços mutuamente reforçadores com vista ao estabelecimento de um Tratado de Paz e à reunificação da Península a prazo, elevando as relações a um novo patamar depois da Declaração Conjunta de 2000 e no espírito “*by our nation itself*”. Entretanto, o revés e a nova crise desencadeada desde o início de 2009, em virtude da Coreia do Norte continuar a desenvolver o seu programa míssil e nuclear, inclusivamente, fazendo novos ensaios e suspendendo a sua participação nas 6PT, levou a um recrudescimento da tensão na Península Coreana e das fricções inter-Coreanas.

Similarmente, no mesmo contexto, também os relacionamentos **Coreia do Norte-EUA e Coreia do Norte-Japão** conhecem aspectos de *conggagement*.

Quer num caso quer no outro, a hostilidade e o confronto são o traço dominante, na retórica e na prática. Em relação aos EUA, essa linha confrontacional - que vem desde ainda antes da Guerra da Coreia (Cap. IV.1.) e que impede até hoje a celebração de um Tratado de Paz e a normalização das relações diplomáticas - é sublinhada pela manutenção dissuasora da aliança EUA-Coreia do Sul e da presença militar americana no território sul-coreano, as constantes ameaças mútuas Washington-Pyongyang de recurso à força militar, as propostas

americanas de resolução no CSNU contra a Coreia do Norte e o agudizar cíclico e rotineiro das tensões e crises motivadas pelos programas e ensaios nucleares e de mísseis norte-coreanos. De igual modo, estes programas e ensaios da Coreia do Norte aumentam a tensão no relacionamento confrontacional Pyongyang-Tóquio (também sem concluírem um Tratado de Paz desde a II Guerra Mundial e sem relações diplomáticas normalizadas), numa hostilidade histórica agravada pelo domínio imperialista nipónico da Coreia (1910-1945) e as atrocidades então cometidas, o confronto em tempo de Guerra Fria e, entretanto, também pelos raptos norte-coreanos de cidadãos japoneses e os lançamentos ensaísticos de mísseis balísticos e de cruzeiro norte-coreanos para as proximidades do Japão ou sobrevoando mesmo território nipónico.

Ainda assim, Washington e Tóquio vêm experimentando ao longo dos últimos vinte anos, ciclicamente, políticas de *engagement* com Pyongyang. No caso dos EUA, destacam-se nesse sentido o *Agreement Framework* estabelecido com a Coreia do Norte, em 1994, as “Conversações a 4” (duas Coreias, EUA e RPC) nos anos 1990 e, em particular, as tentativas expressas de *engagement* por parte, sobretudo, das Administrações Clinton e Obama mas também das Administrações Bush (ver Cap. VI.1.1). No caso do Japão, é sua política oficial, desde há bastante tempo, a procura de normalização das relações com a Coreia do Norte através da *comprehensive resolution* dos problemas relacionados com os raptos, os mísseis, o nuclear e as disputas históricas entre os dois países (ver Cap. VI.3.1). Além dos respectivos esforços unilaterais, os EUA e o Japão então “envolvidos” multilateralmente com a Coreia do Norte, por exemplo, na ONU, no *ASEAN Regional Forum*, na KEDO – de que são co-fundadores e *Executive Board Members* -, desde 1995 e, em especial, nas “Conversações a 6” em busca de uma solução pacífica para o problema em torno dos programas nuclear e de mísseis norte-coreanos.

O relacionamento **RPChina-Taiwan** é outra das relações competitivas e conflituais mas que também inclui uma parte de *engagement*.

Numa situação cada vez mais assimétrica entre as duas partes, Pequim e Taipé foram dado sinais, ao longo das duas últimas décadas, de insatisfação com o *status quo* e de ímpetus unilaterais para o alterarem em seu favor. Os dirigentes da RPChina vêm constantemente reafirmando o “princípio sagrado de uma única China”, mantendo o “bloqueio” político-diplomático e ameaçando recorrer à força para alcançar a unificação, avisando inclusivamente que “atrasos indefinidos” poderão forçar a sua intervenção – daí o incremento da “revolução dos assuntos militares com características chinesas”, a rápida modernização do EPL chinês (ver Cap. VI.2.1) ou a concentração de capacidades e dispositivos cada vez mais poderosos nas suas províncias costeiras, amplamente motivados pela possibilidade de um conflito em larga escala no Estreito de Taiwan; a aprovação de

novos “Livros Brancos” e legislação sobre a matéria, como a “Lei Anti-Secessionista” de 2005; ou a promoção de cíclicos exercícios militares no Estreito de Taiwan. Por seu lado, parte dos dirigentes políticos de Taiwan que acedeu ao poder com o processo de democratização - concretamente, os anteriores Presidentes Lee Teng-hui e Chen Shui-bian (ver Cap. V.1) -, foi manobrando no sentido de avançar para a independência *de jure* (incluindo uma vigorosa campanha diplomática para tornar Taiwan membro da ONU) e de afirmar a *identidade taiwanesa*, continuando Taipé a adquirir armamentos e a modernizar as suas forças armadas a fim de, a par do “chapéu protector” dos EUA, balancear o fortalecimento militar da RPChina e dissuadir um eventual ataque de Pequim.

Porém, a política da RPChina em relação a Taiwan não se esgota na pressão militar, como explicámos no Cap. VI.2.2., nem em Taiwan tudo se resume ao puro e simples independentismo. Na realidade, mais do que forçar a unificação, a RPChina tem-se preocupado em impedir a independência *de jure* de Taiwan, enquanto o sistema político-partidário de Taiwan se dividiu entre duas grandes tendências, uma defendendo a independência e a “identidade taiwanesa” e outra, corporizada essencialmente pelo histórico Kuomintang (KMT), defensora da “identidade chinesa” e do princípio “uma única China” e, portanto, de uma abordagem de envolvimento com a “Mãe-Pátria” tendo em vista uma reunificação a prazo pacífica e negociada (ver Cap. V.1.1).

Por outro lado, embora Pequim tenha continuado a rejeitar os encontros oficiais, as duas partes vêm desenvolvendo “contactos oficiosos” bilaterais, nomeadamente, desde que começaram, em 1993, em Singapura, os encontros entre a *Association for Relations Across the Taiwan Strait* (ARATS) da RPC e a *Strait Exchange Foundation* (SEF) de Taipé. Mais significativa foi, em 2005, a histórica visita à RPC dos líderes do Kuomintang e da chamada “Coligação Pan-Azul”, então na oposição em Taiwan, tendo mesmo sido recebidos pelo Presidente Hu Jintao, numa clara manobra do PCChinês e do KMT de “pressão” e “isolamento” do então Presidente taiwanês independentista, Chen Shui-bian.

Entretanto, foram-se desenvolvendo os laços directos bilaterais nos domínios das comunicações, dos transportes e da economia e comércio, registando-se um aumento substancial dos intercâmbios RPChina-Taiwan ao longo dos últimos vinte anos, o que é de relevar tendo em conta o nível de trocas quase inexistente no final dos anos 1980: a RPChina tornou-se no principal destino das exportações de Taiwan representando um *share* que, em 2008, era de 26,1% (seguida de Hong Kong com uma parcela de 12,8%) e também o 2º maior parceiro das importações taiwanesas com um *share* de 13,1%, no mesmo ano de 2008, somente ultrapassada pelo Japão mas expressivamente à frente dos EUA (ver atrás Quadro 36); enquanto isso, Taiwan tornou-se num dos maiores investidores na RPChina numa base *per capita*, a par de Singapura. A par destes laços bilaterais, e apesar do “bloqueio diplomático” de Pequim, o envolvimento RPChina-Taiwan (com a designação

Chinese Taipei) passa, igualmente, por quadros multilaterais como o *Asian Development Bank* (ADB), o Comité Olímpico Internacional e, em especial, a APEC e a OMC. Com todo este contexto, percebe-se melhor o facto das despesas militares de Taiwan pouco terem aumentado entre 1990 e 2008 e da sua percentagem do PIB afecta à defesa ter baixado dos 5% para os 2% (ver atrás Quadro 18).

De facto, o relacionamento Pequim-Taiapé não tem apenas uma componente competitiva e conflitual; tem, simultaneamente, uma outra face de progressivo *engagement*. Aparentemente, com o regresso do KMT ao poder em Taiwan, fruto das vitórias nas eleições legislativas e presidenciais de 2008, estão criadas melhores condições para se expandir esse envolvimento mútuo e levar o relacionamento RPChina-Taiwan para uma nova fase: como afirmaria posteriormente o regime de Pequim, «*The attempts of the separatist forces for “Taiwan independence” to seek “de jure Taiwan independence” have been thwarted, and the situation across the Taiwan Straits has taken a significantly positive turn....The two sides have resumed and made progress in consultations on the common political basis of the “1992 Consensus,” and consequently cross-Straits relations have improved*» (PRChina, 2009: 5-6).

VI.7.2. A prática de “hedging”

A par da competição e da cooperação praticadas simultaneamente, as interações regionais e os comportamentos dos actores na Ásia Oriental são marcados, igualmente, pela prática do chamado *hedging*, termo que não tem um verdadeiro equivalente em português. Robert Sutter é talvez quem melhor explica e sintetiza o significado desta noção: «*using more diversified diplomacy, military preparations and other means to insure that their particular security interests will be safeguarded, especially in case the regional situation should change for the worse*» (2003: 199); «*Hedging in this regard involves pursuing various paths to secure a nation’s interests in an uncertain environment. Thus, while pursuing détente with a former adversary, a nation may continue to pursue military modernization and improved relations with the adversary’s neighbors as a means to keep the adversary in check should the détente fail. It also means that a country’s ostensible foreign policy approach may have varied and sometimes hidden objectives, allowing the country to benefit under varied circumstances in a fluid regional context*» (2005a: 273). Ou seja, num ambiente percebido como bastante volátil e em que o rumo dos acontecimentos e o comportamento dos outros é incerto, os actores optam pela prudência e pela ambivalência,

não colocando todos os “ovos no mesmo saco”, utilizando todo o tipo de instrumentos e jogando em todas as direcções, dimensões e canais possíveis.

O *hedging* está, assim, em linha com o pragmatismo do *congame*. E mais do que sugerido ou deduzido, é até expressamente assumido, por exemplo, pelos EUA em relação à RPChina, ao dizerem que a incerteza quanto ao rumo desta «*will naturally and understandably lead to hedging against the unknown.*» (USA-DoD, 2008: I). Na realidade, a prática de *hedging* é uma matriz comum a todos os principais actores na região – EUA, RPChina, Japão, ASEAN, Coreia do Sul e Rússia - como vimos anteriormente. Mas há outros exemplos ilustrativos do exercício de *hedging* na região.

A Mongólia - sétimo maior país na Ásia com um território que se estende por 1.564,116 km², maior do que os territórios do Reino Unido, da França, da Alemanha e da Itália combinados, mas apenas com 3 milhões de habitantes -, é um dos países mais “encravados do mundo”, situada entre a Sibéria Russa e o Norte da China e que, aliás, foi durante Séculos dominada pela China e depois um “satélite” da Rússia/URSS (1911-1989). Depois de décadas de tensão com Pequim, a normalização das relações mútuas, a evolução da “parceria” bilateral e o crescente peso da RPChina transformaram esta no primeiro parceiro comercial da Mongólia, representando actualmente quase metade do total do comércio externo mongol. Paralelamente, Ulan Bator desenvolveu o seu relacionamento com a nova Rússia que, mesmo sem a aliança anterior, é uma “parceira estratégica” e o segundo maior parceiro comercial da Mongólia significando um *share* de 23,4%, em 2008. Além disso, a Mongólia foi o primeiro país a ganhar o estatuto de observador e é candidata à adesão na Organização de Cooperação de Xangai (SCO), precisamente liderada pela RPChina e pela Rússia.

Ao mesmo tempo, a Mongólia tem procurado “desencravar-se” geopoliticamente, designadamente, desenvolvendo as suas relações com os EUA. Desde o estabelecimento das relações diplomáticas bilaterais, em 1987 e, em particular, a “revolução democrática” de 1990, Ulan Bator assinou com Washington uma série de acordos de cooperação nos domínios da cultura e educação, do comércio e investimento e da segurança e defesa, com os EUA a auxiliarem também as reformas de democratização e do sector da defesa e a prestarem ajuda ao desenvolvimento – só a *US Agency for International Development* (USAID) financiou, entre 1991 e 2009, programas de assistência à Mongólia num total de 190 milhões USD e, em Janeiro de 2010, através da USAID, Washington atribuiu 10 milhões USD à Mongólia para a ajudar a recuperar dos efeitos negativos da crise económico-financeira global. Em 2008, os EUA eram o 7º maior parceiro comercial da Mongólia, com um *share* de 2,2%. Entretanto, a Mongólia começou também a participar em operações de paz e segurança colectiva ao lado dos EUA, em particular, enviando contingentes militares para o Iraque e o Afeganistão, desde 2003 – em reconhecimento e prova das boas relações

bilaterais, W. Bush visitou oficialmente a Mongólia, em 2005, naquela que foi a primeira visita de um Presidente Americano àquele país. Em 2006, a Mongólia e os EUA organizaram conjuntamente o *Khan Quest*, primeiro exercício anual de *peacekeeping* na Ásia e que, desde então, tem vindo a ocorrer anualmente associando um número cada vez maior de participantes.

Paralelamente, Ulan Bator conseguiu fazer avançar o Estatuto da Mongólia Livre de Armas Nucleares, assinado em 1992 e em vigor desde 2000 e vem desenvolvendo as suas relações noutras direcções, em especial com os outros “vizinhos” Japão e Coreia do Sul, seus 4º e 5º maiores parceiros comerciais, respectivamente, bem como com a ASEAN ou a UE (seu 3º maior parceiro comercial da Mongólia). Simultaneamente, a Mongólia começou a participar em operações de *peacekeeping* da ONU e incrementou o seu envolvimento em organizações regionais como o *Asian Development Bank* (ADB), o *Asia Cooperation Dialogue* (ACD) ou o *ASEAN Regional Forum* (ARF), ao mesmo tempo que vem aumentando gradualmente o seu orçamento de defesa. No conjunto de tudo isto, *hedging* típico da Mongólia.

Por seu lado, a Coreia do Sul, como vimos atrás (Cap. VI.5), vem aumentando a sua autonomia económica e estratégica em relação aos EUA e promove os seus relacionamentos bilaterais com a China e com o Japão – que historicamente teme e com quem mantém disputas territoriais -, dois dos seus maiores parceiros políticos e económicos e com quem está igualmente envolvida, por exemplo, nos processos ASEAN+3, “Conversações a 6” ou diálogo trilateral China-Japão-Coreia do Sul. Ao mesmo tempo, todavia, a Coreia do Sul aumentou significativamente as despesas militares e preserva a aliança com os EUA com quem também recentemente assinou um Acordo bilateral de Comércio Livre. Ou seja, a Coreia do Sul não só não dá por adquirido o bom relacionamento actual com a China e com o Japão como teme perder segurança e estatuto e, eventualmente, até ser tratada de maneira diferente pelos seus poderosos vizinhos sem o patrocínio americano. Além disso, Seul promove as suas relações económicas, diplomáticas e estratégicas em todas as outras direcções, incluindo a Rússia, a ASEAN, a Índia, a Austrália, a UE ou a NATO e incrementa o seu envolvimento em múltiplas instituições e quadros multilaterais, da OMC à *East Asia Summit* (EAS), passando pela APEC, o ARF ou o G-20. *Hedging*, portanto.

A “não residente” e ressurgente Índia constitui outro caso paradigmático de prossecução de uma estratégia *hedging* que a leva a ter, simultaneamente, “parcerias estratégicas” com a Rússia, a China, os EUA, o Japão, a ASEAN, a Austrália, o Brasil, a UE ou o Irão; a participar no “Triângulo Estratégico” ao lado da Rússia e da RPChina e na “Iniciativa Quadrilateral” (IQ) ao lado dos EUA, do Japão e da Austrália; ou a ser dos maiores fornecedores de

“capacetes azuis” para as operações de paz da ONU - onde é candidata a membro permanente do Conselho de Segurança – e participante activa em múltiplas estruturas internacionais e regionais, da OMC à SAARC, passando pelo G-20, o ARF ou as *East Asia Summit* (EAS). Por exemplo, em Setembro de 2007, forças navais indianas participavam com congéneres americanas, japonesas, australianas e singapurenses num exercício conjunto na baía de Bengala; no mês seguinte, o MNE indiano, Pranab Mukherjee, participava na terceira cimeira ministerial Rússia-China-Índia, reivindicando mais “multipolaridade global”; paralelamente, os militares indianos davam formação a militares iranianos e Nova Deli fechava novos contratos de compra de energia e de venda de armamento com Teerão, ao abrigo da parceria estratégica Índia-Iráã; e tudo isto ao mesmo tempo que a Índia se afirmava líder do “Global South” na ronda de negociações de Doha. Ou seja, *hedging*. Também o pequeno e recente Estado de Timor-Leste pratica a estratégia de *hedging*. Efectivamente, por um lado, procura vincar a sua independência e individualidade face aos dois grandes vizinhos Indonésia e Austrália mas, por outro, aceita a presença de um importante contingente militar australiano no seu território e é candidato à adesão na ASEAN liderada pela Indonésia. Paralelamente, Timor-Leste mantém-se sob a vigilância das Nações e procura desenvolver os seus laços com Portugal e com os restantes parceiros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em suma, a competição e a cooperação simultâneas ou o exercício cumulativo do unilateralismo, do bilateralismo, do multilateralismo, do regionalismo e da internacionalização são manifestações de *hedging*, tal como é a simultaneidade entre o aumento e aprofundamento das interdependências económicas (Quadro 12), a proliferação das instituições regionais (Cap. V.4) e o crescimento das despesas e capacidades militares na Ásia Oriental (Quadros 17 e 18).

CONCLUSÕES

Tendo por base os vectores geográfico e histórico, o sistema internacional, a geopolítica e o complexo de segurança na Ásia Oriental são um composto híbrido, complexo, ambivalente e volátil, conjugando poder, interesses, interdependência económica, instituições, ideias e relações sociais e identidades em constante reconstrução.

A geografia é um vector basilar porque é o primeiro dos factores que define a Ásia Oriental enquanto macro-região e é nela que radica também primeiramente a geopolítica – definida na I Parte como a política e as dinâmicas de poder (incluindo os discursos e as práticas relacionados com a aquisição e o uso do poder, o exercício do poder, as relações de poder e a estrutura de poder) em função de e num determinado espaço delimitado -, já que é neste “teatro de operações” que as interacções (positivas e negativas, de cooperação e conflito) são mais intensas nos sentidos tanto horizontal, isto é, entre actores como vertical, ou seja, actores-estrutura internacional/regional e vice-versa.

A geografia não determina nem comportamentos nem inter-relações, mas as percepções, as ideias, as condutas, as políticas e as interacções derivam muito de circunstâncias geográficas básicas, evidentemente, conjugadas com outros elementos: exemplos disto são a situação da Península Coreana, posicionada na “confluência” de grandes potências; os arquipélagos das Filipinas, da Indonésia e do Japão, “exteriores” e frontais ao Continente Asiático, daí resultando especificidades e alinhamentos próprios e que também por não serem geograficamente contíguos à China sofreram menos influência da milenar civilização chinesa e têm relações históricas com o “Império do Meio” muito distintas comparativamente a outras unidades vizinhas e contíguas à China; o caso de Taiwan, território que serve de “tampão” à potência continental e que, sendo reintegrado na “Mãe-Pátria”, permitiria à China ganhar “ projecção oceânica”; a posição da Mongólia, “encravada” entre a China e a Rússia; as diferentes perspectivas, políticas e estratégias dos EUA e da Rússia em função de distintas localizações geográficas relativamente à Ásia Oriental; ou o surgimento e o aprofundamento da ASEAN, associando os povos e países geograficamente “residentes” no Sudeste Asiático. Acresce que é da referência geográfica que parte o processo de “regionalismo” em curso tanto no Sudeste Asiático como no conjunto da Ásia Oriental.

A História é outro vector que pesa, e muito, na geopolítica e no complexo de segurança da Ásia Oriental. Como referimos logo a abrir a Segunda Parte, esta região e as respectivas

comunidades constituintes são produto das suas circunstâncias e evoluções históricas particulares: é a evolução histórica que nos traz até à realidade presente; é na História que radicam as culturas, as identidades, as percepções, as políticas e as interacções actuais; e os comportamentos dos actores e a sua utilização das capacidades materiais e as suas relações são largamente influenciados pela respectiva leitura da História. Certos receios e animosidades regionais (designadamente, anti-China e anti-Japão) e os conflitos e diferendos (Península Coreana, Taiwan e disputas territoriais e fronteiriças) que persistem são “estigmas” e legados históricos. Outras heranças históricas que influenciam a actualidade Asiática Oriental são determinadas imagens e ideias como o sino-centrismo, o Confucionismo, o nacionalismo, o anti-colonialismo e o anti-imperialismo, a não-ingerência nos assuntos internos, o primado do colectivo, o peso da soberania, o papel histórico do Estado ou a “Esfera de co-prosperidade da Ásia Oriental”, primeira tentativa e personificação do ideal macro-regional. Similarmente, o sistema de alianças dos EUA na Ásia-Pacífico, vários regimes políticos (da democracia japonesa aos comunismos da RPChina, da Coreia do Norte, do Vietname ou do Laos, passando pela ditadura militar no Myanmar ou o Sultanato no Brunei), o pacifismo institucionalizado do Japão, o “socialismo de mercado” e o princípio “um país, dois sistemas” da RPChina, o carácter *developmental State* generalizado na região ou a ASEAN e o seu modelo cooperativo muito particular (*ASEAN way*) são legados históricos construídos em tempo de Guerra Fria e que não só subsistem como marcam profundamente as dinâmicas interactivas na Ásia Oriental actualmente. Da História emanam ainda experiências formativas comuns e partilhadas que contribuem para forjar uma certa “consciência Asiática Oriental” que, por seu turno, favorece os processos de regionalismo e de construção de uma “comunidade” macro-regional.

Ao mesmo tempo, todavia, é necessário ter algum cuidado para não nos submetermos à tirania da História nem absorvermos demasiado dela, rejeitando qualquer forma de determinismo histórico sobre as condutas e interacções regionais: uma das principais lições da História, aliás, é que as relações internacionais e o sistema de segurança na Ásia Oriental estão em permanente reconstrução, com sucessivas mutações na estrutura de poder, no número de unidades/actores relevantes e nas respectivas características e capacidades, nas percepções e prioridades de segurança, nas imagens e relações mútuas e na ordem regional, bem como no “carácter”, na identidade e na natureza dos actores/comunidades e, por conseguinte, da região. De facto, nada disto se mantém imutável ao longo do tempo, como verificámos na Segunda e na Terceira Partes deste trabalho quando analisámos os significados do sistema sino-cêntrico, do declínio da China, da penetração e do domínio Ocidental, da ascensão e expansão do Japão, da Guerra Fria e das transformações na “nova ordem” regional ao nível dos regimes políticos, da situação

económica, da agenda de segurança, das instituições e do multilateralismo, das políticas, capacidades e estratégias dos principais actores e das interacções mútuas.

Por outro lado, a evolução histórica torna claras três ilações significativas, exemplificadas à luz da evolução de dois actores-chave como são a China e o Japão. Primeiro, os níveis interno e externo estão profundamente inter-ligados, condicionando-se mutuamente: as variações nas condutas e interacções quer da China quer do Japão em momentos distintos ao longo dos últimos 150 anos são resultado tanto de alterações registadas no contexto internacional como das cíclicas e profundas transformações internas, as primeiras influenciando as segundas e vice-versa. Em segundo lugar, ainda que possamos descortinar traços de “carácter nacional” ou de “cultura estratégica” decorrentes da respectiva matriz histórica, o comportamento e as interacções dos actores alteram-se consoante as condições de cada momento: as naturezas específicas da China e do Japão são certamente distintas entre si, mas a postura da China e as suas relações também são diferentes no final do Século XVIII, no início do Século XX, na década de 1950 ou na actualidade, tal como o comportamento do Japão e os seus relacionamentos entre o final do Século XIX e a II Guerra Mundial são muito distintos dos de eras anteriores ou das últimas décadas. Terceiro, não há nada de inevitável no impacto das pressões externas ou na forma como os actores respondem a desafios similares – como revela a reacção distintiva do Japão e da China ao desafio Ocidental no final do Século XIX, à emergência e aplicação da bipolaridade ou às transformações sistémicas resultantes do fim da “dupla guerra fria”.

Os actores e a região devem ser situados no seu contexto histórico, mas as variações significativas consoante os períodos e as diferentes condutas, relações e sistemas em diferentes momentos históricos evidenciam o não-determinismo. E tal como não determina o presente, a História contribui para definir mas não determina o futuro da Ásia Oriental que, portanto, continua e continuará em reconstrução permanente.

Em larga medida, a geopolítica e a “ordem regional” actualmente na Ásia Oriental contemplam elementos de unipolaridade e hegemonia. O poder preponderante dos Estados Unidos, única superpotência, desempenha um papel crucial na manutenção dos equilíbrios regionais e na estabilização das relações entre os grandes actores asiáticos: por exemplo, o Japão, a Coreia do Sul, certos países do Sudeste Asiático e, até certo ponto, a Rússia, a Mongólia e também a Índia encaram os EUA como decisivos para balancear a ressurgência da China; similarmente, a China, a Coreia do Sul e outros países asiáticos olham a dependência japonesa dos EUA em termos de segurança e defesa como mecanismo útil para atrasar e enquadrar a “normalização” do Japão. A *pax americana* condiciona, assim, as opções dos outros actores e as interacções regionais, temperando animosidades, crises e disputas e prevenindo/dissuadindo a guerra, eventualmente, no Estreito de Taiwan ou na

Península Coreana. Os EUA continuam também a ser fundamentais para o desenvolvimento económico e a prosperidade da generalidade dos países asiáticos, além de fornecerem ajuda ao desenvolvimento, assistência humanitária e socorro de emergência e de serem decisivos para o progresso da democracia e da segurança económica e humana na região. Contudo, a hegemonia dos EUA é limitada e incompleta: efectivamente, é apenas um dos vários factores contribuintes para a relativa paz, estabilidade e segurança na Ásia Oriental e é claramente insuficiente para resolver os muitos e complexos dilemas e desafios da região ou para determinar as evoluções e interacções dos outros actores ou a ordem regional. Na realidade, a posição americana é, fundamentalmente, de supremacia ou proeminência *status quo*, “acomodatícia”, “tutelar” e “arbitral”. Os EUA são a “nação indispensável” que contribui e condiciona mas não determina; regula e equilibra mas não resolve nem transforma substancialmente. Ou seja, a proeminência e o papel central e crucial dos EUA não é verdadeiramente sinónimo nem de unipolaridade nem de ordem hegemónica.

Acresce que outros pólos de poder têm vindo a ressurgir ou a emergir na Ásia Oriental e que, mesmo não dispondo das capacidades e do estatuto dos EUA, são muito e crescentemente relevantes. Salienta-se destes a China, historicamente proeminente, vencedora da “outra guerra fria”, grande ganhadora da globalização e principal potência ressurgente pela escala e pelo ritmo, condicionando as políticas e estratégias dos outros actores e obrigando a “acomodações” quer dos seus vizinhos asiáticos quer da potência proeminente: no fundo, o sistema internacional da Ásia Oriental volta a ter um aspecto sino-cêntrico e bipolar. Paralelamente, assistimos à ressurgência do Japão, da Rússia e da Índia e à emergência de outros grandes actores regionais como o grupo ASEAN ou a Coreia do Sul – embora muito distintos nas respectivas naturezas, capacidades e impactos, todos eles vêm ganhando “autonomia”, “margem de manobra” e poder e influência, com as suas capacidades, evoluções e políticas a serem atentamente seguidas e ponderadas pelos outros actores e a afectarem o realinhamento da balança de poder regional e o quadro de interacções na Ásia Oriental.

O significado desta situação é duplo: primeiro, ao invés da tradicional premissa realista, o jogo de poder não é de “soma nula”, isto é, o “mais” de uns não resulta do “menos” de outros; segundo, a estrutura de poder regional assume uma configuração extraordinariamente híbrida e muito complexa onde se conjugam elementos de hegemonia, de americano-sino centrismo/bipolaridade e ainda de multipolaridade.

A ordem regional também contempla, assim, elementos de balança de poder. Enquanto o sistema hegemónico se baseia no poder e na autoridade de uma única potência, a balança de poder assenta num jogo de pesos e contra-pesos entre vários actores relevantes, tanto

pelo desenvolvimento das respectivas capacidades como pela participação em alianças e parcerias. E, de facto, os actores na Ásia Oriental procuram salvaguardar ou melhorar a sua posição balanceando, compensando e mesmo contrangendo o poder daqueles que percebem como problemáticos ou mesmo ameaça (real ou potencial) aos seus interesses vitais. Os EUA procuram manter a sua proeminência enquanto vão construindo um sistema Asiático de contra-peso à ressurgência da China; a China procura contrabalançar os EUA ao mesmo tempo que controla a ascensão político-estratégica do Japão ou da Índia; a Rússia tenta contrabalançar os EUA mas também está atenta à ascensão da China; o Japão e a ASEAN procuram aumentar o seu estatuto e balancear a China, tal como fazem Taiwan, a Mongólia, o Vietname, e as Filipinas; a Coreia do Norte e a Coreia do Sul procuram balancear-se entre si, e enquanto a primeira está preocupada em contrabalançar também os EUA a segunda procura igualmente contrabalançar a ressurgência da China e do Japão; etc., etc.

Nesta lógica, o poder, os interesses e as ambições de um são contrabalançados pelos outros, num jogo de compensações competitivas mas que acaba por promover reequilíbrios e por moderar as respectivas ambições e condutas, levando os actores a articular-se entre si e a cooperar para benefício da paz, segurança e estabilidade na região, numa situação percebida de “ganhos mútuos” relativos. Todavia, como nenhum deles está completamente satisfeito nem seguro com esta situação e todos temem evoluções e articulações contrárias aos seus interesses, o resultado é um quadro inter-relacional muito complexo e ambivalente onde, genericamente, todos os actores competem e, simultaneamente, cooperam uns com os outros, desenvolvendo também políticas e estratégias omnidireccionais e multi-instrumentais, num padrão de interações e de comportamentos regionais que qualificámos com as noções de *congame* e de *hedging*. No Capítulo VI.7. demonstrámos esta complexidade, fundamentalmente, ao nível dos relacionamentos bilaterais. Naturalmente, o padrão competitivo-cooperativo ultrapassa esse nível, sobressaindo igualmente em esferas mais amplas e marcando a matriz regional. Por exemplo, até certo ponto, há uma competição entre os eixos EUA-Japão e Rússia-China, tentando inclusivamente ambos atrair outros parceiros como a Mongólia, a ASEAN e, sobretudo, a Índia para o seu “campo”. Ao mesmo tempo, porém, os EUA, a RPChina, o Japão e a Rússia fomentam os laços económicos mútuos e cooperam economicamente, por exemplo, no âmbito da APEC, tal como cooperam e articulam entre si posições nas 6PT sobre o programa nuclear e de mísseis norte-coreano; a RPChina, o Japão e a Índia participam e cooperam no processo *East Asia Summit* (EAS); e todas estas grandes potências são parceiros no G-20, nas *ASEAN-Post Ministerial Conferences* ou no *ASEAN Regional Forum*, cooperando nas mais diversas áreas, do comércio ao contra-terrorismo, passando pela erradicação da pobreza, a não-proliferação de ADM, a segurança energética,

a protecção ambiental, a contra-pirataria, o combate ao narcotráfico e à criminalidade transnacional ou a resposta a catástrofes. Por outro lado, a par da competição e da cooperação praticadas simultaneamente, a sobreposição de unilateralismo, bilateralismo, multilateralismo, regionalismo e internacionalização e a simultaneidade do aumento das interdependências económicas, da expansão das instituições regionais e do crescimento das despesas e capacidades militares são manifestações de *hedging* na Ásia Oriental.

A faceta cooperativa é evidenciada na esfera económica, em consequência da percepção e expectativas de “ganhos mútuos”, das prioridades nacionais atribuídas ao desenvolvimento económico, da definição mais “completa” da “segurança nacional” e do interesse comum relacionado com a necessidade de garantir um indispensável ambiente de paz e estabilidade. Como demonstrámos no Cap. V.2, o crescimento e a interdependência económica aumentaram significativamente na Ásia Oriental ao longo das últimas décadas, tornando os relacionamentos regionais muito mais complexos – a tensão num domínio é frequentemente mitigado pelo benefício noutro. Esta complexidade é notória na não coincidência entre certos alinhamentos estratégicos e o significado comercial mútuo: por exemplo, a China é agora o primeiro parceiro comercial do Japão ou da Coreia do Sul, o segundo da ASEAN e da Índia e o terceiro dos EUA; a Rússia é somente o sétimo maior parceiro da China e o 12º da Índia; os EUA são o segundo maior parceiro da RPCChina, o quarto maior da Índia e “apenas” o segundo do Japão, o quarto da Coreia do Sul e o quinto do grupo ASEAN, em todos estes casos, significativamente, atrás da China.

O crescimento económico transformou a definição do interesse nacional, a hierarquia das prioridades internas e externas (por exemplo, em busca de energia) e as configurações de poder, acarretando alguns dilemas de segurança como a maior disponibilidade financeira para os actores aumentarem as respectivas capacidades militares ou riscos acrescidos de competição por mercados, recursos energéticos e rotas de abastecimento e escoamento. A interdependência económica também aumenta certo tipo de vulnerabilidades face a dependências e a ocorrências externas que os *developmental states* asiáticos naturalmente não controlam. Mas a realidade é que o crescimento e a interdependência económica têm funcionado como poderosos incentivos à moderação e à cooperação. A prioridade e o consenso em torno do desenvolvimento económico tornaram-se fortemente institucionalizados nos sistemas políticos internos e tem servido como a primeira base de legitimidade dos distintos regimes. Essa prioridade e esse consenso estão igualmente institucionalizados no quadro regional, servindo de referência aos relacionamentos entre os actores, mitigando rivalidades e disputas, tornando o uso da força irrelevante na prossecução de objectivos e elevando o custo de condutas perturbadoras - alterando,

portanto, o papel do instrumento militar e dos meios económicos nas relações internacionais da região.

A dimensão cooperativa surge também nas instituições e nos regimes internacionais, bem como noutros tipos de mecanismos e processos multilaterais regionais que, manifestamente, afectam cada vez mais o contexto inter-relacional na região. Como demonstrámos no Capítulo V.4., uma das evoluções mais impressionantes da era pós-Guerra Fria na Ásia Oriental é a proliferação de instituições e canais multilaterais – intergovernamentais e não governamentais ou “Track 2”, e tanto no domínio económico como da segurança - que os dirigentes e as comunidades passaram a ter mais em conta nos seus cálculos, opções e comportamentos.

Outrora, as organizações regionais e sub-regionais foram, essencialmente, “armas dos fracos” que procuravam aumentar a sua margem de manobra e o seu estatuto no sistema regional e construir uma ordem internacional e de segurança baseada em normas e procedimentos que reduzisse a centralidade do poder e criasse um ambiente mais benigno. Entretanto, essas instituições e processos começaram a atrair a atenção das maiores potências, incluindo a China, os EUA ou a Rússia. Ultrapassando as suas suspeitas e inibições iniciais, Pequim passou a encarar instituições e mecanismos como a APEC, o ARF, a SCO, o ASEAN+3, as 6PT ou a EAS como fóruns úteis para prosseguir os seus objectivos e dar largas à ideia que propagandeia de *peaceful rise*. Os Estados Unidos aceitaram os padrões ASEAN e ARF de segurança cooperativa, manifestaram entretanto a intenção de integrar outros processos regionais como a EAS e começam a aderir à ideia de edificação de uma estrutura de segurança multilateral na região. Como parte da sua “ofensiva diplomática” na Ásia-Pacífico e em complemento aos laços bilaterais, a Rússia passou a integrar e a empenhar-se mais activamente na APEC, no ARF, na SCO, na CICA, na ACD, no PECC ou nas 6PT, expressando igualmente o desejo de aderir ao ADB, à ASEM ou à EAS e propondo agora a criação de uma nova arquitectura de segurança e de cooperação multilateral e institucionalizada na “indivisível” Ásia-Pacífico. E a RPChina, os EUA, a Rússia e também a Índia, o Japão, a Coreia do Sul e a Austrália não só participam no ARF como acabaram por aderir ao “Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático”. Além disso, partindo do ASEAN+3 e depois de alguns anos experimentais nesse mecanismo e também noutros quadros, significativamente, o diálogo trilateral RPChina-Japão-Coreia do Sul autonomizou-se e prossegue como quadro supletivo nos laços entre os três vizinhos do Nordeste Asiático.

Similarmente, iniciativas ASEAN como a *Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade* (ZOPFAN), o *ASEAN Regional Forum* (ARF), o *Sudeste Asiático Livre de Armas Nucleares* (SEANWFZ), o processo ASEAN+3, o *Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste*

Asiático (TAC) ou *East Asia Summit* (EAS), bem como o próprio modelo *ASEAN way* e a prática de “regionalismo aberto”, mostram como iniciativas e procedimentos de países muito menos poderosos podem afectar a postura das grandes potências, atenuando efeitos nefastos de práticas meramente unilaterais ou de pura *realpolitik*.

O institucionalismo, o multilateralismo e o regionalismo são muito mais densos e fecundos no Sudeste Asiático do que no Nordeste Asiático, por via do aprofundamento e do activismo da ASEAN. Mas a realidade é que a cooperação multilateral sub-regional está também a desenvolver-se no Nordeste Asiático no âmbito das *Conversações a Seis* (6PT) e do diálogo trilateral RPChina-Japão-Coreia do Sul. Acresce que os laços bilaterais e regionais entre os países e comunidades residentes no Sudeste Asiático e no Nordeste Asiático, ou seja, ao nível da macro-região Ásia Oriental, expandem-se e aprofundam-se pela participação mútua nos quadros APEC ou ARF e, sobretudo, ASEAN+3 e EAS.

Por outro lado, o multilateralismo, o institucionalismo e o regionalismo são mais notórios na dimensão económica do que na área da segurança pela mais imediata percepção de interesses comuns e ganhos mútuos. Todavia, também envolvem crescentemente os domínios da segurança, como se percebe pelo desenvolvimento desse pilar no processo integrativo da ASEAN, incluindo a “Comunidade de Segurança ASEAN” em formação; pelos quadros regionais entretanto criados e especificamente vocacionados para o diálogo e a cooperação sobre segurança, quer intergovernamentais como o *ASEAN Regional Forum* (ARF), a *Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia* (CICA) e as 6PT quer do *Track 2* não-governamental como o *Northeast Asia Security Cooperation Dialogue* (NEASCD), o *Shangri-la Dialogue* ou o *Committee on Security Cooperation in the Asia-Pacific* (CSCAP); ou pela incorporação e expansão de preocupações e questões eminentemente de segurança nas agendas dos mecanismos ASEAN+3, EAS e mesmo APEC. Tudo isto, como também salientámos no Capítulo V.4. e ao longo do Capítulo VI, a par da crescente participação dos países da Ásia Oriental noutros quadros, iniciativas e coligações em prol da segurança colectiva internacional, incluindo as operações de *peacekeeping* da ONU, a *Global Initiative To Combat Nuclear Terrorism* (GI), o combate à pirataria no Golfo de Adén/Costa da Somália, a estabilização e reconstrução do Afeganistão e do Iraque, a *Proliferation Security Initiative* (PSI) ou a *Container Security Initiative* (CSI), além da aderirem a cada vez mais regimes, tratados e convenções internacionais.

A cooperação multilateral e institucionalizada é mais fecunda em áreas como a luta anti-terrorista, a segurança energética, económica e marítima, a não-proliferação de ADM, a contra-pirataria ou o combate à criminalidade transnacional do que na resolução dos *hotspots* Taiwan e Península Coreana ou das inúmeras disputas territoriais e fronteiriças, por ser mais fácil os actores identificarem “denominadores comuns” nas primeiras. Na

realidade, o papel das instituições e dos regimes multilaterais na gestão de crises, conflitos e disputas é bastante limitado. Com base numa concepção tradicional de soberania e na busca incessante de situações *win-win* que não implicam a alienação de nenhum dos seus interesses fundamentais, a generalidade dos Governos Asiáticos resiste em tratar “questões fracturantes”, submeter-se a regras e regimes externos muito rígidos que reduzam a sua margem de manobra ou aceitar a alegada “intromissão” alheia nos seus “assuntos internos”. Os países da Ásia Oriental estão a abraçar o multilateralismo e a cooperação institucionalizada segundo o modelo *ASEAN way*, obviamente bastante “confortável” mas que torna os compromissos superficiais e, essencialmente, declarativos e as instituições regionais menos efectivas e com influência limitada no comportamento dos Estados e na segurança regional. De igual modo, também a grande instituição de segurança global que é a ONU tem um papel muito relativo na segurança regional por não ser um *player* decisivo nas questões de Taiwan e Península Coreana ou nas numerosas disputas territoriais inter-asiáticos e nos cíclicos conflitos intra-estatais na Ásia Oriental. Isto sugere que os principais actores estão a aumentar o seu nível de participação e de envolvimento nos processos e instituições multilaterais, em grande medida, para prevenir evoluções contrárias aos seus interesses, evitar que essas estruturas se transformem em instrumentos ao serviço de virtuais rivais e/ou promover os seus próprios interesses e estatuto.

Ainda assim, deve reconhecer-se que as instituições e os mecanismos de cooperação multilateral têm feito progressos importantes e dado um contributo significativo quer em áreas específicas quer para a ordem internacional e a segurança na Ásia Oriental. Ao promoverem um sentido de bem comum, as estruturas regionais têm influenciado a definição do “interesse nacional” e afectado a forma como determinados objectivos vêm sendo prosseguidos – as interações no contexto ARF e com o grupo ASEAN, por exemplo, têm moderado a conduta da RPChina e as suas reivindicações no Mar da China Meridional. Mesmo sem ultrapassar certos constrangimentos e não resolvendo determinados problemas, as instituições e os mecanismos multilaterais regionais têm, pelo menos, contribuído para evitar que certas disputas se agravem. Acresce que propiciando a interacção regular e a diplomacia preventiva multilateral, esses quadros favorecem a confiança mútua, amenizam tensões e contribuem para que os diversos actores identifiquem matérias e plataformas de convergência, estabeleçam e aceitem certas normas e procedimentos de convivência e desenvolvam hábitos de diálogo e de cooperação, sendo as instituições e os mecanismos multilaterais claramente um canal suplementar aos relacionamentos bilaterais. Similarmente, apesar do papel limitado das Nações Unidas na gestão de conflitos nesta região, a ONU foi crucial nos processos de paz cambojano e de independência timorense, como explicámos no Capítulo V.3.; é uma importante *teacher of*

norms, inspirando os quadros normativos regionais; é valiosa pelos seus múltiplos regimes internacionais e de regulação que amparam os regionais ou que servem de referência nos casos de quase inexistência destes regimes na Ásia, como acontece em matéria de não-proliferação ou de controlo de armamentos; e, uma vez que não há mecanismos de *peacekeeping* regionais, a ONU torna-se imprescindível quando as circunstâncias o propiciam e/ou o requerem.

Igualmente significativo é o papel das instituições na socialização regional. A ASEAN tem sido crucial para essa socialização no Sudeste Asiático, afectando decisivamente o quadro normativo e as relações sociais internacionais aqui, contribuindo ainda para a mutação das identidades e o desenvolvimento de um espírito de comunidade. Os mecanismos e processos ASEAN-PMC, ASEAN+1, ASEAN+3, ARF e EAS têm envolvido a RPChina, descomplexando os países do Sudeste Asiático no relacionamento com uma potência que tradicionalmente temem e “socializando”, inclusivamente, o comportamento de Pequim que, por seu turno, vem ajustando o tom e a tónica do seu discurso. E os muitos quadros regionais, com destaque para a APEC, o ARF, o ASEAN+3 ou a EAS estão a promover uma certa socialização ao nível macro-regional da Ásia Oriental.

Apesar da ambiguidade na sua efectividade e de não substituírem a importância e a centralidade que certas relações bilaterais, efectivamente, continuam a ter, as instituições e os quadros multilaterais parecem ser um canal consolidado nas interacções na Ásia Oriental. Nenhum Estado se retirou de qualquer mecanismo, com excepção da especial e imprevisível Coreia do Norte que o anunciou em relação às 6PT. Pelo contrário, os países procuram aderir e participar naquelas estruturas em que estão ausentes, da APEC à EAS. Por outro lado, as instituições vêm favorecendo o processo de regionalismo na Ásia Oriental pelas “coerências” associativa, integracional e organizacional, socializando os participantes, harmonizando as ideias e os discursos e aumentando a auto-consciencialização da necessidade de soluções regionais para problemas comuns.

Mais: as instituições estão a contribuir enormemente para a reconstrução social e identitária no sentido de uma certa “Asiatização Oriental” emergente. Ajudando a transformar as imagens e as percepções mútuas, afecta-se o quadro das respectivas interacções e reforça-se a noção de “comunidade”. Impulsionadas pelos processos institucionais mas também por ideias invocadas e repetidas exaustivamente como “valores asiáticos”, o “Século Asiático”, “comunidade ASEAN” ou “comunidade da Ásia Oriental”, as identidades e as interacções estão a reconstruir-se, numa evidente estratégia política para que isso assim seja. A ideia *Comunidade da Ásia Oriental* tem uma longa história, iniciada na “Esfera de Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental” promovida em tempos pelo imperialismo japonês, como vimos no Cap. III.2.3. Actualmente, essa “comunidade” começa a poder materializar-

se, eventualmente, em torno dos processos APEC, ASEAN+3 e EAS, estando a ASEAN no centro e actuando como a *driving force*.

As instituições e os mecanismos regionais são mais formas de segurança cooperativa do que de segurança colectiva, num esforço comum e partilhado a fim de sustentar e/ou promover a segurança e a estabilidade regional de que todos beneficiam e que acentua o cooperativismo. Esta lógica cooperativa *win-win* corporizada também nas instituições tornou-se, de facto, num elemento-chave da arquitectura de segurança na Ásia Oriental.

À semelhança de outras eras, a segurança - definida operacionalmente na I Parte como a protecção e a promoção de valores e interesses considerados vitais para a sobrevivência política e o bem-estar da comunidade, estando tanto mais salvaguardada quanto mais perto se estiver da ausência de preocupações militares, políticas e económicas – continua a ser vital para a globalidade dos actores e a marcar profundamente as opções e as interacções na Ásia Oriental. Tal como no passado, as prioridades e preocupações de segurança variam, actualmente, consoante as percepções e as condições específicas de cada comunidade e de cada sub-região. Nesta diversidade, e numa agenda de segurança regional alargada que soma às ameaças “tradicionais” um vasto leque de preocupações “não convencionais”, como retratámos no Capítulo V.3, tem crescido na Ásia Oriental a consciencialização da inter-ligação quer entre os níveis “interno” e “externo” quer entre os diferentes tipos de ameaças e riscos, o que ajuda a consolidar e a expandir a abordagem de “segurança completa” que vinha de trás. Além disso, a par dos *hotspots* e das disputas territoriais, outra dimensão onde os actores se mostram menos empenhados e menos cooperativos é na segurança humana e na vertente das liberdades políticas – sobretudo, devido à subsistência de vários regimes autocráticos que, na prática, também são os principais responsáveis pela insegurança em que vivem várias comunidades.

Sem grande surpresa, a principal referência de segurança continua a ser o Estado, enquanto os valores e interesses vitais a pretenderem-se seguros são a sobrevivência política e a prosperidade. De qualquer modo, a nova ênfase nos riscos e dimensões não convencionais e, simultaneamente, o facto de sobre eles ser mais fácil angariar “denominadores comuns”, torna os actores mais disponíveis para cooperarem e se concertarem bi e multilateralmente no domínio da segurança, mesmo não resolvendo certas questões “tradicionais”.

Por outro lado, os actores regionais continuam a encarar os meios militares como instrumento indispensável de segurança, como revela o aumento generalizado das despesas e das capacidades militares. Contudo, como também tivemos oportunidade de explicar, há outras justificações para esses aumentos; os actores têm vindo a desenvolver e

a enfatizar uma panóplia mais vasta de instrumentos de segurança; e o sistema de segurança regional não é somente competitivo, conforme aquele aumento indicia.

Na realidade, o complexo de segurança regional - entendido como um sistema de sistemas, uma rede de relações lineares e não lineares entre múltiplas partes e de interações entre vários sistemas de segurança, em diferentes escalas e dimensões, de que resultam determinados padrões nas conexões, estruturas e comportamentos que, por sua vez, interagem com os ambientes interno e externo a essa rede de ligações de segurança – conjuga vários sistemas de segurança:

- *segurança competitiva* - expressa, por exemplo, no fortalecimento generalizado das capacidades militares, nas alianças, parcerias estratégicas e trilateralismos ou nas políticas de balanceamento e contenção mútua;
- *segurança comum* - embora suspeitando uns dos outros e temendo-se e vigiando-se mutuamente, os actores enfatizam um virtual compromisso comum de sobrevivência e de segurança acomodando-se aos interesses uns dos outros, procurando assim aumentar a segurança mútua com e não contra os outros;,,
- *segurança cooperativa* - baseada na percepção de não existir ameaça imediata e de existirem interesses comuns onde é possível cooperar e articular posições, privilegiando os actores regionais estratégias diplomáticas de *win-win* ou ganhos mútuos e relativos e transpondo isso para os relacionamentos bilaterais e para algumas instituições e mecanismos multilaterais, prevenindo e gerindo conflitos num determinado quadro estabelecido de normas e procedimentos; e até
- *comunidade de segurança* - concretamente, no Sudeste Asiático, onde as identidades e os interesses estão relativamente fundidos na mais vasta “comunidade ASEAN”, não havendo excepção para o uso da força entre os seus membros e sendo a força encarada como ilegítima nas relações políticas entre eles.

Em suma, o sistema internacional, a geopolítica e o complexo de segurança na Ásia Oriental não só não são imutáveis como são o produto da inter-relação de poder, interdependência, normas, instituições, interesses, valores, ideias, relações sociais e identidades em permanente transformação; de factores materiais, sociais e ideacionais nos níveis quer das unidades/actores quer sistémico; e de vectores como a geografia, a história, a situação económica, os regimes políticos, as percepções e preocupações de segurança e os contextos internos e internacional.

Esta constatação e as ilações anteriores justificam a pertinência da “abordagem eclética” que propusemos desde a Introdução e que orientou todo o estudo. Com esta abordagem, não alienámos *a priori* aspectos que se revelam essenciais para a compreensão e a teorização mais completas da realidade internacional desta complexa, dinâmica e volátil

macro-região - algo que não seria possível apenas à luz das estruturas cognitivas e das “expectativas naturais” de qualquer das tradições de pesquisa convencionais. Por outro lado, superando os constrangimentos e as insuficiências inerentes aos paradigmas convencionais, a “abordagem eclética” permitiu-nos, prudente e pragmaticamente, “desnaturalizar” expectativas, combinar diferentes hipóteses explicativas, resolver problemas de análise e aproveitar o potencial das complementaridades para descortinar o significado mais profundo e, em regra, extraordinariamente ambivalente dos vários aspectos e das suas múltiplas inter-ligações.

A abordagem eclética não é nem pretende ser um novo “paradigma” ou uma nova teoria mas, antes, uma nova lente, um processo de análise alternativo mais prudente, pragmático, flexível e inclusivo que nos permitiu aproximar o universo teórico da realidade da Ásia Oriental. É nosso entendimento, por isso, que o ecletismo não só pode como deve ser empregue na teorização de todo o vasto espectro das relações internacionais, da geopolítica e dos estudos de segurança. Em última análise, e parafraseando Deng Xiaoping, não interessa a cor da teoria - desde que retrate mais completa e fielmente a realidade, é uma boa teoria.

BIBLIOGRAFIA*

- AAVV (2006) - Menaces Sur Les Deltas. *Hérodote*, N° 121, edição especial (2e trimestre 2006).
- ABRAMOWITZ, Morton; BOSWORTH, Stephen (2006)- *Chasing the Sun. Rethinking East Asian Policy*. New York: The Century Foundation Press.
- ACHARYA, Amitav (2001)- *Constructing a Security Community in Southeast Asia : ASEAN and the Problem of Regional Order*. London [etc]: Routledge.
- ACHARYA, Amitav (2009a), *Constructing a Security Community in South East Asia*. [2ª edição]. London [etc]: Routledge.
- ACHARYA, Amitav (2009b), *Whose Ideas Matter: Agency and Power in Asian Regionalism*. Cornell.
- ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (2009), *Non-Western International Relations Theory: Perspectives On and Beyond Asia*. Routledge.
- ACHCAR, Gilbert (1999) - *La Nouvelle Guerre Froide: Le Monde Après le Kosovo*. Paris: PUF
- ADLER, Emanuel, BARNETT, Michael (eds)(1998)- *Security Communities*. New York: Cambridge University Press.
- AGATHANGELOU, Anna M. e LING, L.h.m. (2009), *Transforming World Politics: From Empire To Multiple Worlds*. Routledge.
- AGNEW, John (2003)- *Geopolitics: Re-Visioning World Politics*. 2ed. New York [etc]: Routledge.
- AGNEW, John (2005)- *Hegemony: The New Shape of Global Power*. Philadelphia, PA: Temple University Press.
- AGUIRRE, Mariano (2003)-Guerra Modernas y Estados Frágiles. *Crítica*. n° 902(2003).
- AKAO, Nobutoshi (ed.) (1983) - *Japan's Economic Security*. New York: St. Martin's.
- ALAGAPPA, Muthiah (ed.) (1998) - *Asian Security Practice. Material and Ideational Influences*. Stanford, California: Stanford University Press.
- ALAGAPPA, Muthiah (ed.) (2001)- *Coercion and Governance: the Declining Political Role of the Military in Asia*. Stanford, California: Stanford University Press.
- ALAGAPPA, Muthiah (ed.) (2003)- *Asian Security Order: Instrumental and Normative Contractual Features*. Stanford, California: Stanford University Press.
- ALAGAPPA, Muthiah (Ed.) (2008) - *The Long Shadow. Nuclear Weapons and Security in 21st Century Asia*. Stanford University Press.
- ALKIRE, Sabina (2003) - *A Conceptual Framework for Human Security*. Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity – *CRISE*. Oxford: University of Oxford, (Working Paper, 2)
- ALTERMAN, Jon B.; GARVER, John W. (2008) - *The Vital Triangle. China, the United States and the Middle East*. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies (CSIS) Press.
- ALMEIDA, Políbio Valente de (1965) - *Geopolítica Chinesa e sua incidência em África – Fundamentos de uma política de subversão em África*. Lisboa: Edição do Autor, 1965. Tese de Dissertação.
- ALMEIDA, Políbio Valente de (1990) - *Do Poder do Pequeno Estado*. Lisboa: Instituto de Relações Internacionais. ISCSP.

* A Bibliografia está organizada segundo as seguintes normas: Monografias e Periódicos: NP 405-1; Referências Electrónicas: NP 405-4.

- AMBROSE, Stephen E. (1991) - *The Rise to Globalism, American Foreign Policy Since 1938*. 6ª.ed.rev. London: Penguin.
- ANWAR, Dewi Fortuna (1998)- Indonesia: Domestic Priorities Define National Security. In ALAGAPPA, Muthiah (Ed.)- *Asian Security Practice. Material and Ideational Influences*. Berkeley, California: Stanford University Press. p 477-512.
- ARMIÑO, Karlos Pérez de (2009) -Segurança Humana: um conceito válido ainda?. *Pax Boletim Online* (NEP-CES), nº 11, p. 7-8.
- ART, Robert J. e JERVIS, Robert (2008), *International Politics: Enduring Concepts and Contemporary Issues* (9ª edição). Longman.
- ASEAN (1967)- *Declaração ASEAN* [Em linha]. Kuala Lumpur, Filipinas: ASEAN. [Consulta 4 Novembro 2008]. Disponível em <<http://www.aseansec.org/1212.html>>
- ASEAN (1971)- *Declaração do Sudeste Asiático como Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade (ZOPFAN)*[Em linha]. Kuala Lumpur, ASEAN. [Consulta 4 Novembro 2007].Disponível em <<http://www.aseansec.org/1212.html>>
- ASEAN (1976a)- *Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia*[Em linha]. Kuala Lumpur,Filipinas: ASEAN. [Consulta 4 Novembro 2007]. Disponível em <<http://www.aseansec.org/1217.html>>
- ASEAN (1976b)- *Declaration of ASEAN Concord* [Em linha]. Kuala Lumpur, Filipinas: ASEAN.[Consulta 4 Novembro 2007].Disponível em <<http://www.aseansec.org/145.html>>
- ASEAN (1987) - *Manila Declaration* [Em linha]. Filipinas: ASEAN. [Consulta 21 de Nov. 2007]. Disponível em <<http://www.aseansec.org/5117.htm>>
- ASEAN (1997) – *ASEAN Vision 2020*. Kuala Lumpur, 15 December 1997 [em linha]. In ASEAN Secretariat [Consulta 18 Dez. 2009]. Disponível em <<http://www.aseansec.org/1814.htm>>
- ASEAN Secretariat (2009) – *ASEAN Political-Security Community Blueprint*. June 2009. [em linha]. Jakarta: ASEAN Secretariat [Consulta 2 Fev. 2010]. Disponível em <<http://www.aseansec.org/5187-18.pdf>>
- ASH, Robert, SHAMBAUGH, David; SEIICHIRO TAKAGI (2006) (eds.) - *China Watching:Persepctives From Europe, Japan, and the United States*. London[etc]: Routledge.
- ASH, T. G.(2004)- *Free World: America, Europe and the Surprising Future of the West*. New York: Random House.
- ASIAN DELTA PROJECT [Em linha]. In IGG/Geological Survey of Japan/AIST – Coastal and Urban Geology Research Group [consulta 4 Maio 2009]. Disponível em <http://unit.aist.go.jp/igg/rg/cug-rg/ADP/ADP_E/a_about_en.html>
- ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB) (2008a) - *Natural Catastrophe Risk Insurance Mechanisms for the Asia and Pacific Region*. Regional Technical Assistance Report, August 2008 [Em linha]. In ADB [consulta 23 Novembro 2009]. Disponível em <<http://www.adb.org/Documents/TARs/REG/42103-REG-TAR.pdf>>
- ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB) (2008b) – *Strategy 2020. The Long-Term Strategic Framework of the Asian Development Bank 2008-2020*. Manila: Asian Development Bank.
- ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB) (2009a)- *Under the Weather and the Rising Tide: Adapting to a Changing Climate in Asia and the Pacific (Second Edition)*. Manila: ADB.

- ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB) (2009b)- *Key Indicators for Asia and the Pacific 2009*. [Em linha]. In ADB [consulta 28 Janeiro 2010]. Disponível em <http://www.adb.org/Documents/Books/Key_Indicators/2009/Part-III.asp#energy>
- ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION (APEC) - *About APEC* [Em linha]. APEC [Consulta entre Jun. 2008 e Abr. 2010]. Disponível em <http://www.apec.org/apec/about_apec.html>
- ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION (APEC) (2008) - *APEC Energy Overview 2007*. Singapore: APEC Secretariat.
- ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION (APEC) Policy Support Unit (2009, Outubro) - *Trade Creation in the APEC Region: Measurement of the Magnitude of and Changes in Intra-Regional Trade since APEC's Inception*. [Em linha]. APEC Secretariat [Consulta 11 Fev. 2010]. Disponível em <http://www.apec.org/etc/medialib/apec_media_library/downloads/psu/2009/reports.Par.0001.File.tmp/MeasureIntraRegTrade.pdf>
- BACEVICH, A. J. (2005)- *The New American Militarism: How Americans are Seduced by War*. New York: Oxford University Press.
- BADIE, Bertrand, SMOUTS, M. C.(1999) - *O Mundo em Viragem. Sociologia da Cena Internacional*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BAKER, James A. (1991-1992) - America in Asia: Emerging Architecture for a Pacific Community. *Foreign Affairs*. vol. 70, nº 5 (1991-1992).
- BALDWIN, David A. (ed.) (1993)- *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. New York: Columbia University Press.
- BANNON, I.; COLLIER, P. (eds.)(2003)- *Natural Resources and Violent Conflict: Options and Actions*. Washington, DC: The World Bank.
- BARFIELD, Claude; ZLATE, Andrei (2007) - *The Eagle and the Dragon in Asia: The United States, China, and the Rise of Asian Regionalism*. Washington, DC : AEI Press.
- BARNETT, J.(2001)-*The Meaning of environmental Security: Ecological Politics and Policy in the New Security Era*. London: Zed Books.
- BARRETT, David P.; SHYU, Larry N. (eds.) (2001) - *Chinese Collaboration with Japan, 1932-1945: The Limits of Accommodation*. Palo Alto: Stanford University Press.
- BAR-YAM, Yanner - *Concepts in Complex Systems – Concept Map: System*[Em linha]. Cambridge: New England Complex Systems Institute [Consulta 1 Set. 2008]. Disponível em <<http://necsi.org/guide/concepts/system.html>>
- BAYLIS, JOHN [et al.] (2007)- *Strategy in the Contemporary World*. 2ª ed. Oxford [etc]: Oxford University Press.
- BEASLEY, W. G.(1993)-*The Rise of Modern Japan: Political, Economic, and Social Change since 1850*. London: Weidenfeld & Nicolson.
- BEESON, Mark (2007)- *Regionalism and Globalization in East Asia. Politics, Security and Economic Development*. New York : Palgrave Macmillan.
- BERGER, Thomas U.(2003)- Power and Purpose in Pacific East Asia: A Constructivist Interpretation. In IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael (eds.)- *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia University Press. p 387-420.
- BERGER, Thomas U.; MOCHIZUKI, Mike M.; JITSUO TSUCHIYAMA (eds) (2007) - *Japan in International Politics: The Foreign Policies of an Adaptive State*. Boulder:Lynne Rienner.
- BERNSTEIN, Richard; MUNRO, Ross H.(1997)- *The Coming Conflict With China*. New York: A.A. Knopf, Random House.

- BHADRAKUMAR, M. K. (2007) - China's Tortuous Middle East Journey: Israel, Iran, and South Arabia. *Asia Times*, 13 de Janeiro de 2007 [Em linha]. In The Asia-Pacific Journal: Japan Focus [consulta 23 Set. 2008].Disponível em <<http://japanfocus.org/products/details/2322>>
- BLASKO, Dennis J.(2006) - *The Chinese Army Today. Tradition and Transformation for the 21st Century*. London[etc]: Routledge.
- BONIFACE, Pascal (1996)- *Les Relations Est-Ouest 1945-1991*. Paris : Éditions du Seuil. (Mémo)
- BOOT, Max (2002) - *The Savage Wars of Peace: Small Wars and the Rise of American Power*. New York: Basic Books.
- BOOTH, Ken (1991a)- Security and Emancipation. *Review of International Studies*. nº17(1991), p 316-326.
- BOOTH, Ken (1991b)- Security in Anarchy: Utopian Realism in Theory and Practice. *International Affairs*. 67, nº 3(1991), p 527-545.
- BOOTH, Ken (2001)- Teorias e Práticas da Segurança no Século XX: Sequência Histórica e Mudança Radical.*Nação e Defesa*. II Série, nº 99(2001).
- BOOTH, Ken; TROOD, Russell (Eds.) (1999)- *Strategic Cultures in the Asia-Pacific Region*. London: Macmillan.
- BORISOV, O. B. ; KOLOSTOV, B. T.(1980)- *Sino-Soviet Relations 1945-1973: A Brief History*.3º ed. Moscovo: Mysl Publishers
- BOSCO, David L. (2009)- *Five to Rule Them All: The UN Security Council and the Making of the Modern World*. Oxford University Press, USA.
- BOUTEILLER, Eric ; Fouquin, Michel (2001)- *Le développement économique de l'Asie Orientale*. Paris: La Découverte.
- BOZEMAN, Adda B.(1993)- Introduction: War and the Clash of Ideas. In BLANK, Stephen J et al.- *Conflict, Culture and History: Regional Dimensions*. Alabama: Air University Press.
- BRANDÃO, Ana Paula (1999)- *A Reconceptualização da Segurança e a Migração Internacional: A Abordagem Comunitária versus a Abordagem Nacional*. Braga: Universidade do Minho,1999. Dissertação de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais.
- BRANDÃO, Ana Paula (2004) - Segurança: Um Conceito Contestado em Debate. In *Informações e Segurança - Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio. p 37-55.
- BROCHEUX, Pierre (1994.)- Vietnam : une sortie à petits pas . In DOMENACH, Jean-Luc ; GODEMENT, François (dir.)- *Communimes d' Asie : Mort ou Métamorphose ?*. Paris : Éditions Complexe. p 71-90.
- BROOKS, Stephen G. (1997)- "Duelling Realisms". *International Organization*. 51, nº 3(1997), p 445-477.
- BROWN, Melissa J (2004) - *Is Taiwan Chinese? The Impact of Culture, Power and Migration on Changing Identities*. Berkeley: University of California Press.
- BROWN, Michael E (1996)- *The International Dimension of Internal Conflict*. Cambridge, Massachuchets: the MIT Press.
- BROWN, Michael E.; LYNN-JONES, Sean M.; MILLER, Steven E. (Eds.) (1995) - *The Perils of Anarchy: Contemporary Realism and International Security*. Cambridge, Massachuchets: the MIT Press.
- BROWN, Neville (1992) - Ecology and World Security.*World Today* .48, nº 3(1992), p 51-54.

- BROWN, Seymon (1994)- World Interests and the Changing Dimensions of Security. In KLARE, Michael T.; THOMAS, Daniel C. (eds.)- *World Security: Challenges for a New Century*. New York: St. Martin's Press.
- BRUUN, Ole; JACOBSEN, Michael (eds) (2000) -*Human Rights and Asian Values: Contesting National Identities and Cultural Representations in Asia*. Richmond: Curzon.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (2004) - *The Choice: Global Domination or Global Leadership*. New York: Basic Books.
- BUGAJSKI, Janusz (2004) - *Cold Peace: Russia's New Imperialism*. Washington: Center for Strategic and International Studies, Praeger Publishers.
- BULL, Hedley (1995)- *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics* Basingstoke: Macmillan Press.
- BURGESS, J. Peter; DEBRIX, Francois; LACY, Mark (2009), *The Geopolitics of American Insecurity: Terror, Power and Foreign Policy*. Prio New Security Studies: Routledge.
- BURGESS, J. Peter; DEBRIX, Francois; e LACY, Mark (2009), *The Geopolitics of American Insecurity: Terror, Power and Foreign Policy*. Prio New Security Studies: Routledge.
- BURKE, Anthony; MCDONALD, Matt (Eds.) (2006)- *Critical Security in the Asia Pacific*. Manchester: Manchester University Press.
- BURR, William; EVANS, Michael L. (2001) - East Timor Revisited. Ford, Kissinger and the Indonesian Invasion[Em linha]. In *National Security Archive Electronic Briefing Book*. n. 62(2001). The National Security Archive. [Consulta 28 Nov. 2007]. Disponivel em <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB62/>>
- BUSH, George (1990)- Address Before the 45th Session of the United Nations General Assembly in New York[Em linha]. In WOOLEY, John; PETERS, Gerhard- *The American Presidency Project*. Santa Barbara: University of California [Consulta 25 Mai. 2008].Disponivel em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=18883&st=&st1=>>
- BUSH, George (1991) - Address to the 46th Session of the United Nations General Assembly in New York City[Em linha], *September 23rd, 1991*. In WOOLEY, John; PETERS, Gerhard - *The American Presidency Project*. Santa Barbara: University of California. [Consulta 5 Jun. 2008]. Disponivel em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=20012&st=&st1=>>
- BUSH, George; SCOWCROFT, Brent (1998)- *A World Transformed*. New York: Alfred A. Knopf.
- BUSH, George W.(2001) - *Address Before a Joint Session of the Congress on the United States Response to the Terrorist Attacks of September 11. September 20th, 2001*[Em linha]. In WOOLEY, John; PETERS, Gerhard- *The American Presidency Project*. Santa Barbara: University of California. [Consulta 19 Jun. 2008].Disponivel em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64731&st=&st1=>>
- BUSH, George W.(2002)- *Commencement Address at the United States Military Academy in West Point, New York June 1st, 2002* [Em linha]. In WOOLEY, John; PETERS, Gerhard - *The American Presidency Project*. Santa Barbara: University of California.[Consulta 21 Junho 2008].Disponivel em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=62730&st=&st1=>>

- BUSH, George W.; WEN JIABAO (2003)- *Remarks by President George W. Bush Following Discussions With Premier Wen Jiabao of China and an Exchange With Reporters. Washington, D.C.: The White House. December 9, 2003.* [Em linha]. In WOOLEY, John; PETERS, Gerhard - *The American Presidency Project*. Santa Barbara: University of California.[Consulta 21 Fev. 2010].Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=778&st=&st1=>>
- BUSH, Richard C.; O'HANLON, Michael E.(2007) - *A War Like No Other: The Truth About China's Challenge to America*.[S.l.]: Wiley.
- BUSTELO, Pablo (2005) - China y la Geopolítica del Petróleo en Asia-Pacífico. *DT Real Instituto Elcano*. Nº 38(Septiembre 2005).
- BUSTELO, Pablo (2007) - La Cumbre de Asia Oriental y la Seguridad Energética. *ARI Real Instituto Elcano*. Nº 10(2007).
- BUZAN, Barry (1988)- *The Southeast Asian Security Complex. Contemporary Southeast Asia*. 10, nº 1(1988), p 1-16.
- BUZAN, Barry (1991a) - *People, States and Fear: An Agenda for the International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner.
- BUZAN, Barry (1991b) - New Patterns of Global Security in the Twenty-first Century. *International Affairs* . 67, nº 3(1991), p 433.
- BUZAN, Barry (1998) - The Asia-Pacific: what sort of region in what sort of world?. In MCGREW, Anthony; BROOK, Christopher (eds.)- *Asia-Pacific in the New World Order*. London[etc] : Routledge. p 68-87.
- BUZAN, Barry; JONES, Charles; LITTLE, Richard (eds.) (1993) - *The Logic of Anarchy: Neorealism to Structural Realism*. New York: Columbia University Press.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole (2003)- *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de (1998) - *Security: A Framework for Analysis*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner.
- CABESTAN, Jean-Pierre (1995) - Taiwan-Chine populaire: l'impossible réunification. Paris: Dunod. (Ramses)
- CABESTAN, Jean-Pierre (2007) - La politique étrangère chinoise : une Chine sans ennemis n'est pas forcément une Chine rassurante. *Hérodote*, Nº 125(2007), p 11-27.
- CALDER, Kent E. (2004) - Securing Security through Prosperity: The San Francisco System in Comparative Perspective. *Pacific Review*. 17, nº 1(2004), p 135-157.
- CALDER, Kent E.; FUKUYAMA, Francis (eds) (2008)- *East Asian Multilateralism: Prospects for Regional Stability*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- CALHOUN, Craig (ed.) (1994) -*Social Theory and the Politics of Identity*. Cambridge, Massachusets: Blackwell.
- CALLAHAN, Mary P. (2005) - *Making Enemies: War and State Building in Burma*. New York: Cornell University Press.
- CAMPBELL, John L.; PEDERSEN, Ove K. (eds.) (2001)- *The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis*. New Jersey: Princeton University Press.
- CAMPBELL, Kurt; PRICE, Jonathon (2008) - *The Global Politics of Energy* . The Aspen Institute.
- CAMROUX, David ; DOMENACH, Jean-Luc (eds.) (1997) - *L' Asie Retrouvée*. Paris: Seuil.
- CARLSON, Allen; Suh, J. J. (2004)- The Value of Rethinking East Asian Security: Denaturalizing and Explaining a Complex Security Dynamic. In SUH, J.J., KATZENSTEIN, Peter J.; CARLSON, Allen (Eds) (2004)- *Rethinking Security in*

- East Asia. Identity, Power and Efficiency*. Stanford, California: Stanford University Press. p 209-233.
- CARRIÇO, Alexandre (2006) - *De Cima da Grande Muralha: Política e Estratégia de Defesa Territorial da República Popular da China, 1949-2010*. Lisboa: Prefácio
- CARRIÇO, Alexandre (2008) – Present and Future Trends of China's Military Modernization. In TOMÉ, Luis (Ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edual, Prefácio. p. 199-224.
- CHA, Victor D. (2007) - Winning Asia. Washington's Untold Success Story. *Foreign Affairs*. Vol. 86, nº 6 (2007), p. 98-113.
- CHALIAND, Gérard (1990) - *Anthologie Mondiale de la Stratégie. Des Origines au Nucléaire*. Paris : Éditions Robert Laffont.
- CHALIAND, GERARD ; RAGEAU, JEAN-PIERRE (1995) - *Atlas dos Impérios. Da Babilónia à Rússia Soviética*. COSTA, Telma (trad) .ed. port . Lisboa: Teorema.
- CHALMERS, Johnson (2000) - *Blowback: The Costs and Consequences of American Empire*. New York: Metropolitan Books.
- CHANG, Gordon, H. (1990) - *Friends and Enemies: The United States, China, and the Soviet Union, 1948-1972*. Stanford, California: Stanford University Press.
- CHELLANEY, Brahma (2002) - Le Triangle stratégique Inde-Pakistan-Chine dans le nouveau contexte international. *Proliferation Papers*. 5,(Hiver 2002).
- CHINA SOCIETY FOR HUMAN RIGHTS STUDIES [Em linha]. Bejing [Consulta Ago. 2009-Abr. 2010]. Disponível em <[http:// www.chinahumanrights.org](http://www.chinahumanrights.org)>
- CHINA SUPPORT NETWORK [Em linha]. Cheshire: CSN. [Consulta 1 Dez. 2007 a 10 Fev. 2008]. Disponível em <<http://chinasupport.net/site.htm>>
- CHOONG YONG AHN , BALDWIN, Richard E., INKYO CHEONG (2005)-*East Asian Economic Regionalism: Feasibilities and Challenges*. [New York]: Springer
- CHRISTENSEN, Thomas J. (2003)- China, the US-Japan Alliance, and the Security Dilemma in East Asia. In IKENBERRY, G. John e MASTANDUNO, Michael (eds.) - *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia University Press. p 25-56.
- CHRISTIE, Clive J. (1996) - *A Modern History of Southeast Asia*. London: I. B. Tauris.
- CHUNG, Bertrand (1996-1997) - La Strategie de Survie de la Coree du Nord. *Géopolitique*. Paris: Institut International de Géopolitique. nº56 (Hiver 1996-97), p. 63-67.
- CIA (1980)- *Kampuchea: A Demographic Catastrophe* [Em linha]. Washington, D.C.: CIA [Consulta 5 Nov. 2007]. Disponível em <<http://www.mekong.net/cambodia/demcat.html>>
- CIA (1989a) - *China: Potential for Political Crisis* [Em linha]. Washington : CIA. [Consulta 1 Dez. 2007]. Disponível em <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB47/doc2.pdf> >.
- CIA (1989b)- *China's Military: Fragile Unity in the Wake of Crisis* [Deleted]. Washington: CIA. The US Tiannanmen Papers – “Document 12”. [Consulta 3 Dez. 2007]. Disponível em <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB47/doc12.pdf>>.
- CIA (1989c) - *The Road to the Tiananmen Crackdown: An Analytic Chronology of Chinese Leadership Decision Making* [Em linha]. Washington: CIA. Research Paper. [Consulta 3 Dez. 2007].Disponível em <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB47/doc13.pdf>>.
- CLAVAL, Paul (1996)-*Géopolitique et Géostratégie. La Pensée Politique, l' Espace et le Territoire au XXème Siècle*. Paris: Éditions Nathan.
- CLINTON, Hillary (2009)- Statement of Senator Hillary Rodham Clinton Nominee for Secretary of State. Foreign Relations Committee. January 13, 2009 [Em linha]. Washington: US Senate Committee on Foreign Relations [Consulta 26 Jan. 2009].

- Disponível em <
<http://foreign.senate.gov/testimony/2009/ClintonTestimony090113a.pdf>>
- CLINTON, William J. (1993) - *Building a New Pacific Community. Remarks to the Korean National Assembly in Seoul, July 10th, 1993* [Em Linha]. In WOOLEY, John; PETERS, Gerhard - The American Presidency Project. Santa Barbara: University of California, 1993. [Consulta 19 Junho 2008]. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46829&st=&st1=>>
- CLINTON, William J. (1999a) - *Remarks to the 54th Session of the United Nations General Assembly in New York City. September 21st, 1999*. [Em linha]. In WOOLEY, John; PETERS, Gerhard - The American Presidency Project. Santa Barbara: University of California. [Consulta 14 Junho 2008]. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=56548&st=&st1=>>
- CLINTON, William J. (1999b) - *Statement on the Situation in East Timor, September 10th, 1999* [Em linha]. In WOOLEY, John; PETERS, Gerhard - The American Presidency Project. Santa Barbara: University of California [Consulta 15 Jun. 2008]. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=56483&st=&st1=>>
- COHEN, Saul Bernard (2008), *Geopolitics: The Geography of International Relations*. 2ª edição. Lanham, MD-USA: Rowman & Littlefield Publishers.
- COHEN-TANUGI, Laurent; HOLOCH Jr., George (2008), *The Shape of the World to Come: Charting the Geopolitics of a New Century*. Columbia University Press.
- COLLINS, Alan (2003) - *Security and Southeast Asia: Domestic, Regional, and Global Issues*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner.
- COMISSÃO DE ACOLHIMENTO, VERDADE E RECONCILIAÇÃO (CAVR) DE TIMOR-Leste [Em linha]. [Consulta Nov. 2008]. Disponível em <<http://www.cavr-timorleste.org/>>
- COMMISSION ON HUMAN SECURITY (2003) - *Human Security Now: Protecting and Empowering People*. New York: Commission on Human Security.
- COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE (1995) - *Our Global Neighbourhood: The Report of the Commission on Global Governance*. Oxford [etc]: Oxford University Press
- CONCA, K.; DABELKO, G. D. (eds.) (2002)- *Environmental Peacemaking*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- COOKE, Terry (2008) - Cross-Strait Economic Ties and the Dynamics of Globalization. In *Cross-Strait Economic Ties: Agent of Change, or a Trojan Horse?* Woodrow Wilson Center's Asia Program, Asia Program Special Report, N° 118 (2004), p 8-11.
- COONEY, Kevin (2002) - *Japan's Foreign Policy Maturation: A Quest for Normalcy in East Asia*. London [etc] : Routledge.
- COPELAND, Dale (2003) - Economic Interdependence and the Future of US-Chinese Relations. In IKENBERRY, G. John e MASTANDUNO, Michael (eds.)- *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia University Press. p 323-352.
- CORREIA, Pedro de Pezarat (2002) - *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. In Conceitos, Teorias e Doutrinas .Coimbra : Quarteto Editora. (Andaimes do Mundo). vol.1.
- CORREIA, Pedro de Pezarat (2008) - Derivações Semânticas da Geopolítica. In *Geopolítica*, N° 2, p. 13-42.
- COSSA, Ralph A.; TANAKA, Akihiko (eds.) (2007) - *An East Asian Community and the United States*. Washington: Center for Strategic and International Studies.

- COURTOIS, Stéphane [et al.] (1998)- *O Livro Negro do Comunismo*. Lisboa: Quetzal Editores.
- CRANE, Keith [et al.] (2005) - *Modernizing China's Military; Opportunities and Constraints* [Em linha]. Santa Monica: RAND Corporation – Project Air Force. [Consulta 17 Julho 2007]. Disponível em <http://www.rand.org/pubs/monographs/2005/RAND_MG260-1.pdf>
- CRAVINHO, João Gomes (2006) - *Visões do Mundo. As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CURREY, Jeffrey; CHING NGUYEN (1997) - *Viêt Nam*. Paris: Organisation.
- DAALDER, I.; LINDSEY, J. (2003)- *America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- DALAI LAMA - *His Holiness's Middle Way Approach For Resolving the Issue of Tibet* [Em linha]. Dalai Lama Website [Consulta 5 Janeiro 2009]. Disponível em <<http://www.dalailama.com/page.225.html>>
- DALBY, Simon (2002) - *Environmental Security*. Minnesota: University of Minnesota Press.
- DALBY, Simon (2006) - Introduction to Part Four – The Geopolitics of Global Dangers. In TUATHAIL, Gearóid Ó; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (eds.)- *The Geopolitics Reader*. 2ª ed. London [etc]: Routledge. p 177-187.
- DANNREUTHER, Roland (2007) - *International Security: The Contemporary Agenda*. Cambridge: Polity Press.
- DEFARGES, Philippe Moreau (1994) - *Introduction à la Géopolitique*. Paris : Éditions du Seuil.
- DENÉCÉ, Éric (1999)- *Géostratégie de la Mer de Chine Méridionale et des bassins maritimes adjacents*. Paris : L' Harmattan.
- DENG XIAOPING (1974) - *Speech By Chairman of the Delegation of the People's Republic of China, Teng Hsiao-Ping, At the Special Session of the U.N. General Assembly*[Em linha].[S.l]:Marxists Internet Archive (2003) .[Consulta 29 Out. 2007].Disponível em <<http://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1974/04/10.htm>>
- DENG XIAOPING (1978a) - Realize the Four Modernizations and Never Seek Hegemony [Em linha]. In CHINA INTERNET INFORMATION CENTER - *Deng Xiaoping Centenary (1904-2004): Famous Speeches and Quotations*. 7 de Maio de 1978. Beijing: China Internet Information Center [Consulta 8 Nov. 2007].Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/features/dengxiaoping/102953.htm>>
- DENG XIAOPING (1978c)- Emancipate the Mind, See Truth from Fact and Unite as One in Looking to the Future [Em linha]. In PEOPLE'S DAILY ONLINE - *Selected Works of Deng Xiaoping: 1975-1982*. [S.l: s.n, s.d.]. Vol. II. 13 de Dezembro de 1978. Discurso na Sessão de Encerramento da Conferência de Trabalho Central preparatória da Terceira Sessão Plenária do 11º Comité Central do PCC. [Consulta 8 Nov. 2007].Disponível em <<http://english.peopledaily.com.cn/dengxp/vol2/text/b1260.html>>
- DENG XIAOPING (1978b) - Carry out the Policy of Opening to the Outside World and Learn Advanced Science and Technology from Other Countries [Em linha]. In People's Daily Online - *Selected Works of Deng Xiaoping: 1975-1982*. [S.l: s.n, s.d.]. Vol. II. 10 de Outubro de 1978. [Consulta 8 Nov. 2007]. Disponível em <<http://english.peopledaily.com.cn/dengxp/vol2/text/b1240.html>>
- DENG XIAOPING (1979)-Uphold the Four Cardinal Principles, March 30, 1979 [Em linha]. In People's Daily Online *Selected Works of Deng Xiaoping* [Em linha]. Volume II (1975-1982).[Consulta 8 Nov. 2007]. Disponível em <<http://english.peopledaily.com.cn/dengxp/vol2/text/b1290.html>>

- DENG XIAOPING (1982a)- China's Foreign Policy. [Em linha]. In China Internet Information Center - *Deng Xiaoping Centenary (1904-2004): Famous Speeches and Quotations*. (21 Ago. 1982). Beijing: China Internet Information Center. [Consulta 10 Nov.2007].Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/features/dengxiaoping/103384.htm>>
- DENG XIAOPING (1982b) - Our Basic Position on the Question of Hong Kong [Em linha]. In People's Daily Online - *Selected Works of Deng Xiaoping: 1982-1992* [S.l: s.n, s.d.]. Vol. III. 24 de Setembro de 1982.[Consulta 10 Nov. 2007].Disponível em <english.peopledaily.com.cn/dengxp/vol3/text/c1040.html>
- DENG XIAOPING (1984) - *One Country, Two Systems*. [Em linha]. In China Internet Information Center - *Deng Xiaoping Centenary (1904-2004): Famous Speeches and Quotations*. (22-23 de Jun. 1984). Beijing: China Internet Information Center. [Consulta 10 Nov. 2007].Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/features/dengxiaoping/103372.htm>>
- DENT, Christopher M. (2008) - *East Asian Regionalism*. Routledge.
- DEUDNEY, Daniel; MATTHEW, R. (eds.) (1999) - *Contested Grounds: Security and Conflict in the New Environmental Politics*. New York: State University of New York Press.
- DEWITT, David (1994) -Common, Comprehensive and Cooperative Security. *Pacific Review* .7, nº 1(1994), p 1-15.
- DIAMOND, Jared (2005)- *Collapse: How Societies Choose to Fail or to Succeed*. New York: Viking.
- DIEHL, P. F. e GLEDITSCH, N. P. (eds.) (2001)- *Environmental Conflict*. Colorado: Westview.
- DITTMER, Lowell(2003) - Leadership Change and Chinese political development. *China Quarterly*. Nº 176(2003), p 904-925.
- DOMENACH, Jean-Luc (1994) - Une Survie Énigmatique . In DOMENACH, Jean-Luc ; GODEMENT, François (dir.)- *Communismes d'Asie : Mort ou Métamorphose ?*. Paris : Éditions Complexe. p 15-36.
- DOMENACH, Jean-Luc ; GODEMENT, François (dir.) (1994)- *Communismes d'Asie : Mort ou Métamorphose ?*. Paris : Éditions Complexe.
- DOYLE, Michael W (1995) - Liberalism and the End of the Cold War. In LEBOW, Richard Ned e RISSE-KAPPEN, Thomas (eds.)- *International Relations: Theory and the End of the Cold War*. New York: Columbia University Press
- DOYLE, Michael W. (1997) - *Ways of War and Peace: Realism, Liberalism, and Socialism*. New York: W.W. Norton.
- DREYER, June Teufel (s.d) -Taiwan's Evolving Identity. Woodrow Wilson Center's Asia Program, *Asia Program Special Report*. Nº 114 (*The Evolution of a Taiwanese National Identity*) p. 4-10.
- DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony (1991) -*História do Século XX*..ed. port. Lisboa: Publicações Dom Quixote. vol.3
- DUFFIELD, John S. (2003)- Asia-Pacific Security Institutions in Comparative Perspective. In IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael (eds.)- *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia University Press. p 243-270.
- DUFFIELD, Mark (2001) - *Global Governance and the New Wars. The Merging of Development and Security*. London : Zed Books.
- DUFFIELD, Mark (2007) - *Development, Security and Unending War: Governing the World of Peoples*. Cambridge: Polity Press.

- DUMBAUGH, Kerry; MARTIN, Michael F. (2009)- *Understanding China's Political System*. CRS Report for Congress, December 31, 2009 [Em linha]. Washington, DC: US Congressional Research Service [Consulta 27 Janeiro 2010]. Disponível em <<http://fpc.state.gov/documents/organization/135950.pdf>>
- DUPONT, Alan (2001) - *East Asia Imperilled: Transnational Challenges to Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ELEGANT, Robert (1990)- *Pacific Destiny: The Rise of the East*. London: Hamish Hamilton
- ELLEMAN, Bruce (1996)- *Sino-Soviet Relations and the February 1979 Sino-Vietnamese Conflict* [Em linha]. Lubbock : Texas Tech University. [Consulta em 6 Nov. 2007]. Disponível em <http://vietnam.ttu.edu/vietnamcenter/events/1996_Symposium/96papers/elleviet.htm>
- ELLIOT, L. (2004) - *The Global Politics of the Environment*. 2ªed. London: Palgrave MacMillan.
- ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam Fendius (2002) - How Not To Be Lakatos Intolerant: Appraising Progress in IR Research. *International Studies Quarterly* .46, nº 2(2002), p. 231-262.
- ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam Fendius (eds.) (2003)- *Progress in International Relations Theory: Metrics and Methods of Cientific Change*. Massachuchets: MIT Press.
- EMMERS, Ralf (2009), *Geopolitics and Maritime Territorial Disputes in East Asia*. Routledge Security in Asia Pacific Series.
- EMMERS, Ralf (2005) - *Security Relations and Institutionalism in Southeast Asia*. [Em linha]. (9 Nov. 2005). Berkeley, California: University of California at Berkeley, BASC (Berkeley APEC Study Center), 2005. [Consulta 13 Out. 2007]. Disponível em <http://basc.berkeley.edu/pdf/Emmers_SecurityInstitutionalismSEA.pdf>
- ERICKSON, J. E. (Ed.) (1999) - Symposium: Observers or Advocates: on the Political Role of the Security Analyst. *Cooperation and Conflict* . 34, nº 3(1999), p 31-52
- ESCARAMEIA, Paula (1993) - *Formation of Concepts in International Law. Subsumption under Self-determination in the Case of East Timor*. Lisboa: Fundação Oriente.
- EUROPEAN COMMISSION - *Trade Relations: Countries and Regions*. [Em linha]. European Commission [Consulta 20 Janeiro 2010]. Disponível em <http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral-relations/regions/index_en.htm>
- EVANS, Gareth (1993) - *Cooperating for Peace: The Global Agenda for the 1990s*. St. Leonards, New South Wales: Allen and Unwin.
- EVANS, Paul (2005)- Between Regionalism and Regionalization: Policy Networks and the Nascent East Asian Institutional Identity. In PEMPEL, T. J. (ed.)- *Remapping East Asia: The Construction of a Region*. New York: Cornell University Press. p 195-215.
- EVANS, Richard (2007) - *Deng Xiaoping and the Making of Modern China*. Revised Edition. London: Penguin Books.
- FACHETTE, Sylvie (2006) - De l'importance des liens géographie physique/géographie humaine pour comprendre les risques de submersion des deltas surpeuplés. *Hérodote*. Nº 121(2 trimestre 2006), p 6-18.
- FAIRBANK, John K. (1994)- *China: A New History*. Massachusets: Harvard University Press.
- FAIRBANK, John K.; FEURWERKWR, Albert (eds) (1986)- Republican China 1912-1949. In *The Cambridge History of China*. Cambridge: Cambridge University Press. vol. 13

- FALIGOT, Roger (1996) - *L' Empire Invisible: les Mafias Chinoises*. Paris: Editions Philippe Picquier.
- FARIA, Fernanda; FERREIRA, Patrícia Magalhães - *An Adequate EU Response Strategy to address situations of fragility and difficult environments. Study for the Portuguese Presidency of the EU*. In IEEI e ECDPM, IPAD, 9, 2007 [Em linha]. [Consul. 30 Julho 2007].Disponível em <<http://www.ipad.mne.gov.pt> >
- FEDOROV, Yuri E. (2005)- Les forces stratégiques russes: politique, évolution et perspectives. *Proliferation Papers* . nº12 (Été 2005).
- FEI-LING WANG (2005)- *Organizing through Division and Exclusion: China's Hukou System*. Palo Alto, California: Stanford University Press.
- FINCKENAUER, James O.; KO-LIN Chin (2007) - *Asian Transnational Organized Crime and Its Impact on the United States*. NIJ Special Report. [Em linha]. Institute of Justice [Consulta 10 Dezembro 2009]. Disponível em <<http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/214186.pdf> >
- FINKELSTEIN, David; GUNNESS, Kristen (eds) (2007)- *Civil-Military Relations in Today's China: Swimming in a New Sea*. Armonk, M.E: Sharpe.
- FISCHER, Dietrich. (1993)- *Nonmilitary Aspects of Security: A Systems Approach*. Dartmouth :UNIDIR
- FISHER, Richard (2006)- *Top Ten Chinese Military Modernization Developments*. International Assessment and Strategy Center[Em linha]. Virginia. [Consulta 4 Ago. 2008].Disponível em <http://www.strategycenter.net/research/pubID.65/pub_detail.asp>
- FISHMAN, Ted C. (2006)- *China, Inc.: How the Rise of the Next Superpower Challenges America and the World*. New York: Scribner
- FLANAGAN, Stephen J.; MARTI, Michael E. (eds) (2003)- *The People's Liberation Army and China in Transition*. Washington, DC: National Defense University Press.
- FLINT, Colin (2006), *Introduction to Geopolitics: Tensions, Conflicts and Resolutions*. Routledge.
- FONTENELLE, Jean-Philippe (2006) - La décentralisation de l'hydraulique agricole du delta du fleuve Rouge au Viêt-nam : rupture ou continuité *Hérodote*. Nº 21(2006, 2e trimestre), p 55-72.
- FRAVEL, M. Taylor (2007/08)- Power Shifts and Escalation. Explaining China's Use of Force in Territorial Disputes. *International Security*. Vol. 32, Nº 3(2007/08), p 44-83.
- FREIRE, Maria Raquel (Coord.) (2004) - *Desafios da Democratização no Mundo Global/The Challenges to Democratisation in a Global World*. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE). Porto: Edições Afrontamento.
- FREIRE, Maria Raquel (2008a) - Russia's Policy in East Asia. In TOMÉ, Luis (Ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edual, Prefácio. p 233-250.
- FREIRE, Maria Raquel (2008b) - The Russian Federation and CIS States. In Edward Kolodziej, Roger Kanet (eds.), *From Superpower to Besieged Global power: Restoring World Order after the Failure of the Bush Doctrine*. Athens GA: University of Georgia Press.
- FREIRE, Maria Raquel; MENDES, Carmen Amado (2008) - A Organização de Cooperação de Xangai como Instrumento Geopolítico Sino-russo na Ásia Central". *Geopolítica*, nº 2, Junho, pp.207-235.
- FRIEDBERG, Aaron L. (1993-94) - Ripe for Rivalry: Prospect for Peace in Multipolar Asia. *International Security* .18, nº 3, p 5-33.
- FRIEDBERG, Aaron L. (2000a) -Will Europe's Past Be Asia's Future? *Survival*. 42, nº 3, p 147-159.

- FRIEDBERG, Aaron L. (2000b)- The Struggle for Mastery in Asia. *Commentary* .110, nº 4, p 17-27.
- FRIEDBERG, Aaron L. (2005) -The Future of U.S.-China Relations: Is Conflict Inevitable?. *International Security*. 30, nº 2(2005) p 7-45.
- FRIEDEN, Jeffry A.; LAKE, David A.; SCHULTZ, Kenneth A. (2009), *World Politics: Interests, Interactions, Institutions*. New York: W.W. Norton & Co.
- FROST, Ellen L. (2008), *Asia's New Regionalism*. Lynne Rienner Publishers.
- FUKUDA, Yasuo (2007)- *Forging the Future Together. Speech by Prime Minister of Japan at Peking University, Beijing, People's Republic of China. December 28, 2007*. [Em linha] Tokyo: Japan Ministry of Foreign Affairs [consulta 16 Jan. 2008]. Disponível em < www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/speech0712.html>
- FUKUDA, Takeo (1977) - *Text of Speech Delivered in Manila, 18 August 1977(Fukuda Doctrine)*. In MENDL, Wolf (ed.) (2001) - *Japan and SouthEast Asia: International Relations*. London [etc]: Routledge. p 121-126.
- FUKUYAMA, Francis (1989) - The End of History?. *The National Interest* [Em linha]. (Summer 1989). [Consulta 24 Fevereiro 2008]. Disponível em <<http://www.wesjones.com/eoh.html>>
- FUKUYAMA, Francis (1992) - *The End of History and the Last Man*. New York : The Free Press.
- FUKUYAMA, Francis (2005)- Re-Envisioning Asia. *Foreign Affairs*[Em linha]. Vol. 84, Nº 1(2005). [Consulta 7 de Março de 2008]. Disponível em <<http://www.foreignaffairs.org/20050101faessay84107/francis-fukuyama/re-envisioning-asia.html>>
- FUKUYAMA, Francis (2006)- *Depois dos Neoconservadores. A América na Encruzilhada*. ed. port. Lisboa: Gradiva.
- FUKUYAMA, Francis (ed.) (2007)- *Blindside: How to Anticipate Forcing Events and Wild Cards in Global Politics*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- FUNG, Edmund (1995)- Chinese Nationalism in the Twentieth Century. In MACKERRAS, Colin (ed.)- *Eastern Asia*. Melbourne: Longman. p 175-188.
- FURET, François (1996) - *O Passado de uma Ilusão. Ensaio sobre a ideia Comunista no Século XX*. ed. port. Lisboa: Editorial Presença
- GADDIS, John Lewis (1982)- *Strategies of Containment*. Oxford : Oxford University Press.
- GADDIS, John Lewis (1992) -*The United States and the End of the Cold War. Implications,Reconsiderations, Provocations*. Oxford: Oxford University Press.
- GALTUNG, Johan (1996) - *Peace by Peaceful Means. Peace and Conflict, Developmentand Civilization*. Oslo: International Peace Research Institute (IPRI).
- GANAPATHY, Narayanan; BROADHURST, Roderic (2008) - Organized Crime in Asia: A Review of Problems and Progress. *Asian Journal of Criminology*. nº 1 (June, 2008). [Em linha]. In SpringerLink [Consulta 10 Dezembro 2010]. Disponível em <https://commerce.metapress.com/content/gt61772r6m812167/resource-secured/?target=fulltext.pdf&sid=bzvcku45cryha255nxduzo55&sh=www.springerlink.com>
- GANESAN, N.; KYAW YIN HLAING (eds) (2007) - *Myanmar: State, Society and Ethnicity*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies.
- GANG LIN (2004)- Introduction. *Woodrow Wilson Center's Asia Program, Asia Program Special Report*. Nº 118 (2004), p1-13. (Cross-Strait Economic Ties: Agent of Change, or a Trojan Horse?)
- GANG LIN (2003) - Introduction. *Woodrow Wilson Center's Asia Program, Asia Program Special Report*, Nº 114 (2003),p 1-3. (The Evolution of a Taiwanese National Identity)

- GARRET, Laurie (1995)- *The Coming Plague: Newly Emerging Diseases in a World Out of Balance*. New York: Penguin.
- GARRET, Laurie (2001) - The Nightmare of Bioterrorism. *Foreign Affairs*. 80, n° 1(2001), p76-89.
- GARVER, John W. (2005) - China's Influence in Central and South Asia : Is It Increasing ? .In SHAMBAUGH, David (ed.)- *Power Shift. China and Asia's New Dynamics*. Berkeley, California : University of California Press. p 205-227.
- GASPAR, Carlos (2008)- The United States and East Asia. TOMÉ, Luis (Ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edual, Prefácio. p 285-302.
- GELBER, Harry G. (2007)- *The Dragon and the Foreign Devils : China and the World, 1100 BC to the Present*. New York: Walker & Company.
- GIDDENS, Anthony (1994)- *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*. Berkeley, California: University of California Press.
- GIL, Fernando; TUNHAS, Paulo; COHN, Danièle (2003)- *Impasses - seguido de Coisas Vistas, Coisas Ouvidas*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- GILARD, Olivier (2006, 2e trimestre)- Risques d'inondation dans le delta du fleuve Rouge. De la nécessité d'améliorer leur reprise en compte dans le processus d'aménagement du territoire. *Hérodote*, N° 21(2006, 2e trimestre), p 42-54.
- GILL, Bates (2007)- *Rising Star : China's New Security Diplomacy*. Washington, DC Brookings Institution Press.
- GILPIN, Robert (2003)- Sources of American-Japanese Economic Conflict. In IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael (eds.)- *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia University Press. p 299-322.
- GITTINGS, John (2005)- *The Changing Face of China: From Mao to Market*. Oxford: Oxford Universities Press.
- GODEMENT, François (1996) - *La Renaissance de L'Asie*. 2^a ed. Paris : Éditions Odile Jacob – Opus.
- GODEMENT, François (2001)- Une Paix Asiatique est-elle possible Sans Architecture Régionale. *Politique Étrangère*. n°1(Printemps 2001).
- GOH, Evelyn (2007/08)- Great Powers and Hierarchical Order in Southeast Asia. Analyzing Regional Security Strategies. *International Security*. Vol. 32, N° 3(2007/08), p 113-157.
- GOLD, Thomas B. (2003) - Identity and Symbolic Power in Taiwan. *Woodrow Wilson Center's Asia Program*. Asia Program Special Report. N° 114(2003), p 11-16. (*The Evolution of a Taiwanese National Identity*)
- GOLDSTEIN, Avery (2003) –An Emerging China's Emerging Grand Strategy: A Neo-Birmarckian Turn?. In IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael (eds.)- *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia University Press. p 57-106.
- GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert O. (eds.)(1993) - *Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions and Political Change*. New York: Cornel University Press.
- GOLDSTONE, Jack A. (1995)- O iminente colapso chinês. *Politica Externa*. Vol. 4, N° 3(1995), p 56-69.
- GONCHAROV, Sergei N.; LEWIS, John W.; XUE LITAI (1993) -*Uncertain Partners: Stalin, Mao and the Korean War*. Stanford, California: Stanford University Press.
- GORBATCHOV, Mikhail (1986) - Discurso em Vladivostok. [em linha]. *The New York Times*. Excerpts from Gorbachev's Speech in Vladivostok. Section A, Column 1 (29 Jul.1986), p. 6 [Consulta 21 Nov. 2007]. Disponível em

- <<http://select.nytimes.com/gst/abstract.html?res=F50712FD355F0C7A8EDDAE0894DE484D81>>
- GORBATCHOV, Mikhail (1999) - *Perestroika*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- GORDON, Andrew (2003) - *A Modern History of Japan: From Tokugawa Times to the Present*. Oxford: Oxford University Press.
- GORDON, Sandy; HENNINGHAM, Stephen (eds.) (1995)- *India Looks East: An Emerging Power and Its Asia-Pacific Neighbours*. Camberra: Australian National University.
- GORE, Al (1990) - SEI: A Strategic Environment Initiative. *SAIS Review*.10, nº 1(1990), p 59-71.
- GRAS, Yves (1979) - *Histoire de la Guerre d'Indochine*. Paris: Plon.
- GREEN, Michael J.; GILL, Bates (Eds.) (2009), *Asia's New Multilateralism: Cooperation, Competition, and the Search for Community*. New York: Columbia University Press.
- GRIECO, Joseph E. (1999) - Realism and Regionalism: American Power and German and Japanese Institutional Strategies During and After the Cold War. In KAPSTEIN, Ethan B. e MASTANDUNO, Michael (eds.)- *Unipolar Politics: Realism and State Strategies after the Cold War*. New York: Columbia University Press: 319-353.
- GRIES, Peter Hays (2004) - *China's New Nationalism: Pride, Politics and Diplomacy*. Berkeley, California: University of California Press.
- GRIMMET, Richard F. (2009)- *Conventional Arms Transfers to Developing Nations 2001-2008. CRS Report for Congress*. September 4, 2009. [Em linha]. Washington, DC: US Congressional Research Service (CRS). [Consulta10 Novembro 2009]. Disponível em < <http://fpc.state.gov/documents/organization/129342.pdf>>
- GU, George Zhibin; FRANK, Andre Gunder (2006) -*China's Global Reach: Markets, Multinationals, and Globalization*. Rev. ed. California: Fultus Corporation.
- GUEDES, Armando Marques (2005) – *Estudos sobre Relações Internacionais*. Lisboa: MNE-Instituto Diplomático.
- GUEDES, Armando Marques (2007) - *Ligações Perigosas - Conectividade, Coordenação e Aprendizagem em Redes Terroristas*. Coimbra: Almedina.
- GUEDES, Armando Marques (2009) – *A Guerra dos Cinco Dias. A invasão da Geórgia pela Federação Russa*. Lisboa: IESM e Prefácio.
- GUEDES, Armando Marques; MENDES, Nuno Canas (2005)- *Ensaio sobre Nacionalismos em Timor-Leste*. Lisboa: MNE-Instituto Diplomático.
- GUILLEMIN, J. (2004)- *Biological Weapons: From the Invention of State-ponored Programs to Contemporary Bioterrorism*. New York: Columbia University Press.
- GURTOV, M.; NESS, Van P. (eds.) (2005) -*Confronting the Bush Doctrine: Critical Views from the Asia-Pacific*. London[etc]: RoutledgeCurzon.
- GUSMÃO, Xanana (2000) - O presente e o futuro de Timor Leste. *Política Internacional*. 3, nº 21 (2000), p.39-48.
- HAAS, Ernst B. (2001) - Does Construtivism Subsume Neo-Funcionalism?. In CHRISTIANSEN, Thomas; JORGENSEN, Knud Erik; WIENER, Antje (eds.) -*The Social Construction of Europe*. London: Sage. p 22-31.
- HAAS, Peter M.; HAAS, Ernst B. (2002) - Pragmatic Constructivism and the Study of International Institutions. *Millenium*. 31, nº 3(2002): 573-601.
- HALL, John A.; PAUL, T.V. (1999)- Preconditions for Prudence: A Sociological Synthesis of Realism and Liberalism. In PAUL, T.V. e HALL, John A. (eds.)- *International Order and the Future of World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. p 67-77.
- HALLIDAY, Fred (1994) - *Rethinking International Relations*. Basingstoke:Macmillan

- HAMPSON, Fen Osler [et al.] (2002)- *Madness in the Multitude: Human Security and World Disorder*. Oxford: Oxford University Press.
- HAMRIN, Carol Lee; SUISHENG ZHAO (Eds) (1995)- *Decision Making in Deng's China. Perspectives from Insiders*. New York: M. E. Sharpe.
- HANHIMÄKI, J. (2004)- *The Flawed Architect: Henry Kissinger and American Foreign Policy*. Oxford: Oxford University Press.
- HARA, Kimie (1998)- *Japanese-Soviet/Russian Relations since 1945: A Difficult Peace*. London [etc]: Routledge
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio (2000)- *Empire*. Cambridge: Harvard University Press.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio (2004)- *Multitude. War and Democracy in the Age of Empire*. New York: The Penguin Press.
- HARRIS, Stuart; MACK, Andrew (eds.) (1997)- *Asia-Pacific Security. The Economics-Politics Nexus*. St Leonards: Allen and Unwin.
- HARRY WU (1996)- *Laogai: Le Goulag Chinois*. Paris: Dagorno.
- HARRY WU (1997) - *Retour au Laogai: Vérité sur les Camps de la Mort dans la Chine d'Aujourd'hui*. Paris: Belfond.
- HART, Thomas G. (1987)- *Sino-Soviet Relations: re-examining the prospects for normalisation*. Aldersho: Gower Publishing Group.
- HARTMANN, B; SUBRAMANIAM; B., ZERNER, C. (eds.) (2005) -*Making Threats: Biofears and Environmental Anxieties*. Lanham, Maryland: Rowmn & Littlefield
- HARVIE, Charles; FUKUNARI KIMURA; HYUN-HOON LEE (eds.) (2006) -*New East Asian Regionalism: Causes, Progress And Country Perspectives*. Cheltenham, Gloucestershir: Edward Elgar Publishing
- HASENCLEVER, Andreas; MAYER, Peter; RITTBERGER, Volker (1996)- *Interests, Power, Knowledge: The Study of International Regimes. Mershon International Studies Review*. 40, n° 2(1996), p 177-228.
- HASTINGS, Max (1988) - *The Korean War*. London: Pan Books.
- HELD, David (1995) - *Democracy and the Global Order*. Cambridge: Polity Press.
- HELD, David (2004) - Democratic Accountability and political effectiveness from a cosmopolitan perspective. *Government and Opposition*. Vol. 39, N° 2(2004), p 364-391.
- HELLMAN, Gunther [et al] (2003) - Are Dialogue and Synthesis Possible in International Relations?. *International Studies Review*. 5, n° 1(2003), p 123-153.
- HEMMER, Christopher J.; KATZENSTEIN, Peter (2002)- Why Is There No NATO in Asia? Collective Identity, Regionalism, and the Origins of Multilateralism. *International Organization* .56, n° 3(2002), p 575-607.
- HENDERSON, Keith (2007) - The rule of law and judicial corruption in China: half-way over the Great Wall. In Transparency International- *Global Corruption Report 2007*. Cambridge : Cambridge University Press. p 151-159.
- HENSALL, Kenneth G.(2004)- *A History of Japan: From Stone Age to Superpower*. Second Edition. New York: Palgrave Macmillan.
- HETTNE, Björn; SÖDERBAUM, Frederik (2002)- Theorizing the rise of regioness. In BRESLIN, S.; HUGHES, C.; PHILLIPS, N. (eds.) - *New Regionalisms in the Global Political Economy*. London[etc]: Routledge. p 33-47.
- HOBDEN, Steven; HOBSON, John (eds.) (2002) - *Historical Sociology of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press
- HO CHI MINH (1946, 28 Fevereiro)- *Letter to President Truman of the United States. February 28, 1946*. [Em linha]. Surrey: The US National Archives [Consulta 15 Out. 2007]. Disponível em <[http:// www.archives.gov/historical-docs/todays-doc/index.html?dod-date=228](http://www.archives.gov/historical-docs/todays-doc/index.html?dod-date=228)>

- HOFFMAN, Nathalie (1997)- L'évolution de la perception des menaces par la République Populaire de Chine et ses répercussions sur la politique de défense.*Relations Internationales et Stratégiques* . n° 27(Automne 1997), p 67-79.
- HOLLANDER, Paul (2006)- *From the Gulag to the Killing Fields: Personal Accounts of Political Violence and Repression in Communist States*. Wilmington, Delaware: Intercollegiate Studies Institute (ISI) Books.
- HOLLANDER, Paul (ed.) (2004)- *Understanding Anti-Americanism: Its Origins and Impact at Home and Abroad*. Chicago: Ivan R. Dee Publisher.
- HOLLANDER, Paul (ed.) (2008) - *The Only Superpower: Essays*. Lanham, MD: Lexington Books.
- HOLM, Hans-Henrik; SORENSON, Georg (eds.) (1995)- *Whose World Order? Uneven Globalization and the End of the Cold War*. Colorado: Westview.
- HOMER-DIXON, Thomas F. (1999) -*Environment, Scarcity and Violence*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- HOXHA, Enver (1978)- *Imperialismo e Revolução*[Em linha]. In *Marxists Internet Archive* (Tirana,1978). Tirana: Instituto de Estudos Marxistas-Leninistas Adjunto ao CC do Partido do Trabalho da Albânia. [consulta 29 Out. 2007]. Disponível em<<http://www.marxists.org/portugues/hoxha/1978/imperialismo-revolucao/index.html>>
- HSIUNG, James C.; LEVINE, Steven I. (eds.) (1992)- *China's Bitter Victory: The War with Japan, 1937–1945*. Armonk, NY: M. E. Sharpe
- HUANG, Ray (1997) - *China: A Macro History*. New York: M. E. Sharpe.
- HU JINTAO (2007a)- *Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive for New Victories in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects*[Em linha]. National Congress of the Communist Party of China, October 7, 2007. [Consulta 13 Mar. 2009]. Disponível em <http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/24/content_6938749.html>
- HU JINTAO (2007b)- *President Hu hails PLA's Historic contributions to mark its 80th Anniversary*. 80º Aniversário do EPL, 1 de Agosto de 2007[Em linha].In Xinhua News Agency - Marking 80th Anniversary of PLA. [Consulta 4 Ago. 2009]Disponível em <http://news.xinhuanet.com/english/2007-08/01/content_6462857.htm>
- HU JINTAO, President; OBAMA, President Barak (2009)- *Remarks Following a Meeting in Beijing, China. November 17, 2009* [Em linha]. In WOOLEY, John; PETERS, Gerhard - The American Presidency Project. Santa Barbara: University of California [Consulta 25 Jan. 2010]. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=86895&st=&st1=>>>
- HUMAN RIGHTS IN CHINA (HRIC) [Em linha]. [Consulta Abr. 2007-Abr. 2010]. Disponível em <[http:// www.hrichina.org/public/index.>](http://www.hrichina.org/public/index.>)>
- HUND, Markus (2003)- ASEAN Plus Three: towards a new age of pan-East Asian Regionalism? A sceptic's appraisal. *Pacific Review* .16, n° 3(2003), p 383-417.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1991) - *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press.
- HURREL, Andrew(1992)- Collective Security and International Order Revisited.*International Relations* .11, n° 1(1992), p 37-55.
- IBRAHIM, Anwar (1996)-*The Asian Renaissance*. Kuala Lumpur: Times Book International.
- IKENBERRY, G. John (1998-99) - Institutions, Strategic Restraint, and the Persistence of the American postwar Order.*International Security*. (Winter 1998-99).
- IKENBERRY, G. John (2001)- *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major War*. Princeton: Princeton University Press.

- IKENBERRY, G. John (2008) - The Rise of China and the Future of the West. Can the Liberal System Survive?. *Foreign Affairs*. Vol. 87, Nº 1(2008), p 23-37.
- IKENBERRY, G. John (ed.) (2002) -*America Unrivaled: The Future of the Balance of Power*. New York: Cornell University Press.
- IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael (eds.) (2003) -*International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia University Press.
- INDEPENDENT COMMISSION ON DISARMAMENT AND SECURITY ISSUES COMMON SECURITY(1982)- *A Programme for Disarmament: The Report of the Independent Commission on Disarmament and Security Issues*. London: Pan Books.
- INGRAM, Alan; DODDS, Klaus (2009), *Spaces of Security and Insecurity (Critical Geopolitics)*. Ashgate.
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA/AIE) (2007) - *World Energy Outlook 2007. China and India Insights*. Paris: IEA.
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA/AIE) (2009) - *World Energy Outlook 2009*. Paris: IEA.
- ISBELL, Paul (2006)- Asia y el desafío de la Seguridad Energética. *DT*. Madrid: Real Instituto Elcano. Nº 17 (Octubre 2006).
- ISBELL, Paul (2007b)- *El nuevo escenario energético y sus implicaciones geopolíticas*. *DT*. Madrid: Real Instituto Elcano. Nº 21(Maio 2007)
- ISBELL, Paul (2007a)- Reexaminando la Seguridad Energética. *ARI*. Madrid: Real Instituto Elcano. Nº 123(Novembro 2007).
- JAFFRELOT, Christophe (2006)- Asie: la démocratie à l'épreuve du phénomène dynastique ?. *Critique Internationale*. Nº 33 (2006), p 111-114.
- JAN, Michel ; CHALIAND, Gérard ; RAGEAU, Jean-Pierre (1997)- *Atlas de l'Asie Orientale. Histoire et Stratégies*. Paris: Éditions du Seuil.
- JANSEN, M. B. (ed.) (1989)- *The Cambridge History of Japan: The Nineteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press. vol.5
- JAPAN. Ministry of Defense (2009)- *Defense of Japan 2009 (Annual White Paper)* [Em linha]. In Japan Ministry of Defense [Consulta 18 Dez. 2009-26 Jan. 2010]. Disponível em < http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2009.html>
- JAPAN. Ministry of Foreign Affairs (MOFA) (1981) - *Diplomatic Bluebook 1981 Edition*. [em linha]. Tokyo, Ministry of Foreign Affairs. [Consulta 18 Nov. 2008]. Disponível em <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1981/1981-contents.htm>>
- JAPAN. Ministry of Foreign Affairs (MOFA) (1985) - *Diplomatic Bluebook 1985 Edition*. [em linha]. Tokyo: Ministry of Foreign Affairs. (edição especial assinalando 40 anos desde o fim da II Guerra). [Consulta 8 Nov. 2008]. Disponível em <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1985/1985-contents.htm#CONTENTS>>
- JAPAN. Ministry of Foreign Affairs (MOFA) (1989) - *Diplomatic Bluebook 1989*. [em linha]. Tokyo: Ministry of Foreign Affairs. [Consulta 11 Nov. 2008]. Disponível em <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1989/1989-contents.htm#CONTENTS>>
- JAPAN. Ministry of Foreign Affairs (MOFA) (1991) - *Diplomatic Bluebook 1991*. [em linha]. Tokyo: Ministry of Foreign Affairs. [Consulta 23 Dez. 2008]. Disponível em < www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1991/1991-contents.htm>
- JAPAN. Ministry of Foreign Affairs (MOFA) (2009) - *Diplomatic Bluebook 2009*. [em linha]. Tokyo: Ministry of Foreign Affairs. [Consulta 23 Dez. 2009]. Disponível em < <http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2009/index.html>>

- JEPPERSON, Ronald L.; WENDT, Alexander (1994)- Collective Identity Formation and the International State. *American Political Science Review*. 88, Nº 2(1994), p 373-399.
- JEPPERSON, Ronald L.; WENDT, Alexander; KATZENSTEIN, Peter J. (1996)- Norms, Identity, and Culture in National Security. In KATZENSTEIN, Peter J. (Ed.)- *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press.
- JERVIS, Robert (1999) - Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate. *International Security* .24, nº 1(1999), p 42-63.
- JERVIS, Robert (2001) - Was the Cold War a Security Dilemma?. *Journal of Cold War Studies* .3, nº 1(2001), p 36-60.
- JIANG ZEMIN (2001) - *The "Three Represents" Theory*[Em linha] - *Speech at the Meeting Celebrating the 80th Anniversary of the Founding of the Communist Party of China, Beijing, July 1, 2001*. Beijing: China Internet Information Center. [Consulta 3 Mar. 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/features/35725.htm>>
- JIANG ZEMIN (2002)- *Speech at the graduation ceremony of the Party School of the Communist Party of China (CPC) Central Committee, June 1, 2002*[Em linha]. Beijing: China Internet Information Center. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/features/35780.htm>>[Consulta 3 Março 2008].
- JI Hye Shin; TKACIK, Jr., John J. (2006) - China and the Middle East: A New Patron of Regional Instability. The Heritage Foundation *Backgrounders*, Nº 1974 (26 de Setembro de 2006).
- JOB, Brian (ed.) (1992) - *The Insecurity Dilemma: National Security of Third World States*. Colorado: Lynne Rienner
- JOB, Brian L. (2003) - Track 2 Diplomacy. Ideational Contribution to the Evolving Asia Security Order. In ALAGAPPA, Muthiah (ed.)- *Asian Security Order: Instrumental and Normative Contractual Features*. Stanford, California: Stanford University Press. p 241-279.
- JOHNSON, Chalmers (2000a) - *Blowback: The Costs and Consequences of American Empire*. New York: Henry Holt
- JOHNSON, Chalmers (ed.) (2000b) - Dysfunctional Japan: At Home and and in the World. *Asian Perspective* .24, nº 4 (2000).
- JOHNSON-FREESE, Joan (2007) -Les ambitions spatiales chinoises .*Proliferation Papers* . nº18 (Été 2007).
- JOHNSTON, Alistair Iain (1995) - *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. New Jersey: Princeton University Press.
- JOHNSTON, Alistair Iain (1999) - Realism(s) and Chinese Security Policy in the Post-Cold War Period. In KAPSTEIN, Ethan B.; MASTANDUNO, Michael (eds.)- *Unipolar Politics: Realism and State Strategies after the Cold War*. New York: Columbia University Press. p 261-318.
- JOHNSTON, Alistair Iain (2001)-Treating International Institutions as Social Environments. *International Studies Quarterly*. 45, nº 4(2001), p 487-501.
- JOHNSTON, Alistair Iain (2003a) - Socialization in International Institutions: The ASEAN Way and International Relations Theory. In IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael (eds.)- *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia University Press. p 107-162.
- JOHNSTON, Alistair Iain (2003b) - Is China a Status-Quo Power?. *International Security* .27, nº 4(2003), p 5-56.
- JONES, Richard Wyn (1999) -*Security, Strategy and Critical Theory*. Colorado: Lynne Rienner

- JONG KUN CHOI (2006)- *A Region of their making: Visions of Regional Orders and Paths to Peacemaking in Northeast Asia*. Columbus: The Ohio State University. University Microfilms (UMI). PhD Dissertation.
- JOYAUX, François (1991)- *Géopolitique de l'Extrême-Orient : Espaces e Politiques*. Bruxelles : Éditions Complexe. Tome I
- JOYAUX, François (1993)-*Géopolitique de l'Extrême-Orient : Frontières et Stratégies*. Bruxelles : Éditions Complexe . Tomo II
- JUNG, Dietrich (Ed.) (2003) - *Shadow Globalisation, Ethnic Conflicts and New Wars. A Political Economy of Intra-State Wars*. London: Routledge
- KAGAN, Robert (2003)- *O Paraíso e o Poder. A América e a Europa na Nova Ordem Mundial*. ed.port. Lisboa: Gradiva.
- KAHLER, Miles; LAKE, David (eds.) (2003)-*Governance in a Global Economy: Political Authority in Transition*. New Jersey: Princeton University Press.
- KAI HE (2007)- *Institutionalizing Security: Institutional Realism and Multilateral Institutions in Southeast Asia*. Tempe, Arizona: Arizona State University. PhD Dissertation.
- KALDOR, Mary (1999)- *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity Press.
- KAMDAR, Mira (2007)- *Planet India: How the Fastest Growing Democracy Is Transforming America and the World*. New York: Scribner.
- KANG, David (2003a)- Getting Asia Wrong: The Need for New Analytical Frameworks. *International Security*. 27, nº 4(2003), p 57-85.
- KANG, David (2003b)- Hierarchy and Stability in Asian International Relations. In IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael (eds.)- *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia University Press. p 163-189.
- KANG, David C. (2007), *China Rising: Peace, Power, and Order in East Asia*. Columbia University Press.
- KAPSTEIN, Ethan B.; MASTANDUNO, Michael (eds.) (1999) - *Unipolar Politics: Realism and State Strategies after the Cold War*. New York: Columbia University Press.
- KATZENSTEIN, Peter J. (ed.) (1996a)- *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press.
- KATZENSTEIN, Peter J. (1996b)- *Cultural Norms and National Security: Police and Military in Postwar Japan*. New York: Cornell University Press.
- KATZENSTEIN, Peter J.; NOBUO OKAWARA (2001-02) - Japan, Asia-Pacific Security, and the Case for Analytical Eclecticism. *International Security* .26, nº 3(2001-02), p 153-185.
- KATZENSTEIN, Peter J.; SIL, Rudra (2004)- Rethinking Asian Security: A case for Analytical Eclecticism. In SUH, J.J., Katzenstein, Peter J.; Carlson, Allen (Eds)- *Rethinking Security in East Asia. Identity, Power and Efficiency*. California: Stanford University Press, Studies in Asian Security. p 1-33.
- KATZENSTEIN, Peter J.; SHIRAISHI, Takashi (eds.) (2006)-*Beyond Japan: The Dynamics of East Asian Regionalism*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- KEATING, Admiral Timothy J. (2008)- *Statement of U.S. Navy Commander U.S. Pacific Command Before the House Armed Services Committee on U.S. Pacific Command Posture, 12 March*. [S.l.:s.n.]
- KELLY, James A. (2001)- *U.S. Foreign Policy in East Asia and the Pacific: Challenges and Priorities for the Bush Administration*. Prepared Statement of Assistant Secretary of State for East Asian and Pacific Affairs. Hearing Before the Subcommittee on East Asia and the Pacific of the Committee on International Relations House of Representatives 107 Congress, 1st Session June 12, 2001. [S.l.:s.n.].

- KENNAN, George F. ("X") (1947) - The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs* [Em linha]. New York. 25, nº 4, (Julho 1947). [Consulta 29 Set. 2007] . Disponível em <<http://www.foreignaffairs.org/19470701faessay25403/x/the-sources-of-sovietconduct.html>>
- KENNEDY, Paul (1990) - *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. ed. port. Mem Martins: Publicações Europa-América. Vol. I
- KEOHANE, Robert O. (1989) - *International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory*. Colorado: Westview Press.
- KEOHANE, Robert O. (1993) - Institutional Theory and the Realist Challenge after the Cold War. In BALDWIN, David A. (ed.)-*Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. New York: Columbia University Press. p 269-300.
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. (2003) - Redefining Accountability for Global Governance. In KAHLER, Miles; LAKE, David (eds.)- *Governance in a Global Economy: Political Authority in Transition*. New Jersey: Princeton University Press.p 386-411.
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S., HOFFMAN (eds.) (1993)-*After the Cold War: International Institutions and State Strategies in Europe, 1989-1991*. Massachusetts: Harvard University Press.
- KHANNA, PARAG (2009) - *O Segundo Mundo. Como as Potências Emergentes estão a Redefinir a Concorrência Global no Século XXI*. Barcarena: Editorial Presença.
- KIMMIT, Roger M. (1991)- Economic and National Security. Washington, DC: Bureau of Public Affairs. *Dispatch* . 2, nº 22(1991), p 398-40.
- KISSINGER, Henry (1996)- *Diplomacia*. ed. port. Lisboa: Gradiva.
- KISSINGER, Henry (2003) - *Precisará a América de uma Política Externa? Uma Diplomacia para o Século XXI*.ed. port. Lisboa: Gradiva.
- KLARE, Michael T. (2001) - *Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*. New York: Metropolitan.
- KLARE, Michael T. (2008), *Rising Powers, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy* . Metropolitan Books.
- KLEINE-AHLBRANDT, Stephanie; MALL, Andrew (2008)- China's New Dictatorship Diplomacy. Is Beijing Parting With Pariahs?. *Foreign Affairs*. Vol. 87, Nº 1(2008), p 38-56.
- KOHEN, A.; TAYLOR, J.(1979) - *An Act of Genocide: Indonesia's Invasion of East Timor*. Londres: Tapol.
- KOKUBUN Ryosei; WANG JISI (eds.) (2004) -*The Rise of China and a Changing East Asian Order*. Tokyo: Japan Center for International Exchange (JCIE)
- KOREAN WAR PROJECT - *Korean War Project* [Em linha] Dallas: Korean War Project [Consulta 22 Set. 2008]. Disponível em <<http://www.koreanwar.org>>
- KRASNER, Stephen D. (1999) - *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. New Jersey: Princeton University Press.
- KRASNER, Stephen D. (2001) - Organized Hypocrisy in Nineteenth Century East Asia. *International Relations of the Asia-Pacific*. 1, nº 2(2001), p 173-197.
- KRATOCHWILL, Friedrich (1998) - Regimes, interpretation and the «science» of politics: a reappraisal». *Millenium* 17, nº 2(1998), p 263-284.
- KRATOCHWILL, Friedrich; RUGGIE, John Gerard (1986) - International Organization: a state of the art on an art of the state.*International Organization* 40, nº 4(1986), p 754-775.
- KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. (eds.) (1996) - *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Colorado: Lynne Rienner.

- KUHN, Thomas (1962) - *The Structure of Scientific Revolution*. Chicago: University of Chicago Press.
- KURLANTZICK, Joshua (2007)- *Charm Offensive: How China's Soft Power Is Transforming the World*. London: Yale University Press.
- KYNGE, James (2007)- *China Shakes the World: A Titan's Rise and Troubled Future and the Challenge for América*. Boston: Mariner Books.
- LACOSTE, Yves (1993) - *Dictionnaire Géopolitique*. Paris: Flammarion.
- LACOSTE, Yves (2006)- *Hérodote et un delta, il y a trente ans. Hérodote*. N° 21(2006, 2e trimestre), p 3-5.
- LACOSTE, Yves (2007)- *La Chine change l'«ordre» du monde. Hérodote*. N° 125(2007, 2e trimestre), p 3-6.
- LAI, David (2004), *Learning from the stones: a Go approach to mastering China's strategic concept "Shi"*. US Army War College, Strategic Studies Institute (SSI).
- LAKATOS, Imre (1970) - Falsification and the Methodology of Scientific Research Programmes. In LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (eds.)- *Criticism and the Growth of Knowledge*. NewYork: Cambridge Univerity Press. p 91-196.
- LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (eds.) (1970)-*Criticism and the Growth of Knowledge*. NewYork: Cambridge Univerity Press.
- LAKE, Anthony (1993)- *From Containment to Enlargement. Remarks of Anthony Lake, Assistant to the President for National Security Affairs. Johns Hopkins University, School of Advanced International Studies Washington, D.C.,September 21, 1993*[Em linha]. In FERRARO,Vincent - Mount Holyoke College. [Consulta17 Jun. 2003].Disponível em <<http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/lakedoc.html>>
- LAMPTON, David M. (ed.) (2001)- *The Making of Chinese Foreign and Security Policy in the Era of Reform*. Stanford-Palo Alto, California: Stanford University Press.
- LAMPTON, David M. (2008), *The Three Faces of Chinese Power: Might, Money, and Minds*. University of California Press.
- LAMPTON, David M.; MAY, Gregory (2001)- *A Big Power Agenda for East Asia: America, China and Japan*. Washington, DC: Nixon Center.
- LANDES, David S. (2001)- *A Riqueza e a Pobreza das Nações. Porque são algumas tão ricas e outras tão pobres*. ed. port. Lisboa: Gradiva.
- LARUELLE, Marlene (2009), *Russian Nationalism in Putin's Russia*. Routledge.
- LAUDAN, Larry (1977) - *Progress and Its Problems: Toward a Theory of Scientific Growth*. California: University of California Press.
- LAUDAN, Larry (1990) - *Science and Relativism: Some Key Controversies in the Philosophy of Science*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAUDAN, Larry (1996) - *Beyond Positivism and Relativism: Theory, Method, and Evidence*. Colorado: Westview Press.
- LEE TENG-HUI (1999)- *The Road to Democracy:Taiwan's Pursuit of Identity*. Tokyo: PHP Institute.
- LEMOINE, Françoise (2007)- *La montée en puissance de la Chine et l'intégration économique en Asie. Hérodote*. N° 125(2007, 2e trimestre), p 62-76.
- LEROY-BEAULIEU, Pierre (2005) -*La Rénovation de l'Asie*. Paris: Adamant Media Corporation.(Elibron Classics)
- LI SI-MING ; WONG KOON-KWAI (2007) -Urbanisation et risques environnementaux dnas le delta de la rivière des Perles. *Hérodote*. N° 125(2007, 2e trimestre),p 105-126.
- LINCOLN, Edward J.(2004) -*East Asian Economic Regionalism*. Massachusetts: Brookings Institution Press.

- LIPSCHUTZ, Ronnie (2004)- *Global Environmental Politics: Power, Perspectives, and Practice*. Washington, DC: CQ Press.
- LO, Bobo (2006)- China and Russia – Common Interests, Contrasting Perceptions. *Asian Geopolitics – Special Report*. CLSA, Maio.
- LO, Bobo (2008a) – Ten things everyone should know about the Sino-Russian relationship. In *Policy Brief* - Center for European Reform, Dezembro.
- LO, Bobo (2008b) - *Axis of Convenience: Moscow, Beijing, and the New Geopolitics*. Brookings Institution Press.
- LONDOÑO, Maria Antónia - Timor Oriental: la independencia se acerca.[em linha].[S.l.:s.n.,s.d] [Consulta 5 de Nov. 2007]. Disponível em <<http://www.cip.fuhem.es/timor/maria.htm>>
- LUCE, Edward (2007)- *In spite of the gods : the strange rise of modern India*. Londres : Abacus.
- LYNCH, Colum (2006)- Report: U.S. Arms Helped Indonesia Attack East Timor. [Em linha]. *Washington Post*. (January 25, 2006). [Consulta 19 Novembro 2007] Disponível em <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/01/24/AR2006012401688.html>>
- LYNCH, Dov (2004)- *Engaging Eurasia's Separatist States: Unresolved Conflicts and De Facto States*. Washington: United States Institute of Peace Press.
- LYNN-JONES, Sean M; MILLER, Steven E. (eds.) (1995)- *Global Dangers: Changing Dimensions of International Security*. Massachusetts: Cambridge University Press.
- MACKIE, Jamie (2005)- *Bandung 1955: Non-alignment And Afro-Asian Solidarity*. Singapore: Editions Didier Millet.
- MADDISON, Angus; OECD (2007)- *Chinese Economic Performance in the Long Run: 960–2030 AD*. – 2ª ed rev.up.. Paris: OECD . Development Centre Studies.
- MAGALHÃES, A. Barbedo de (1999) - *Timor Leste na encruzilhada da transição indonésia*. Lisboa: Fundação Mário Soares; Edição Gradiva.
- MAGALHÃES, Diana Santiago de (2008)- Human Security in East Asia: Rocks, Scissors, Papers. In TOMÉ, Luis (ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edial, Prefácio.p 381-403.
- MAGALHÃES, Nuno Santiago de (2008)- Poisoned Cooperation in Korea: Egoists, Nukes, and Reunification's Zero-Sum Game. In TOMÉ, Luis (ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edial, Prefácio. p 341-366.
- MAHBUBANI, Kishore (2008), *The New Asian Hemisphere. The Irresistible Shift of Global Power to the East*. Singapore: PublicAffairs.
- MANDEL, Robert (1994) - *The Changing Face of National Security: A Conceptual Analysis*. Connecticut: Greenwood Press.
- MANSFIELD, Edward D.; POLLINS, Brian M. (eds.) (2003)- *Economic Interdependence and International Conflict: New Perspectives on an Enduring Debate*. Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Press.
- MANSOUROV, Alexandre Y.(2005) - Will Flowers Bloom without Fragrance? Korean-Chinese Relations. *Harvard Asia Quarterly* IX. [Em linha] nº 4(2005). [Consulta 3 Nov. 2008] Disponível em <<http://www.asiaquarterly.com/content/category/5/28/43/>>
- MAOIST INTERNATIONAL MOVEMENT (s.d) - *The Great Polemic between the Communist Party of China and Modern Revisionism Line* [Em linha].[S.l.:s.n.,s.d] [Consut. 21 Out. a 7 Nov 2007]. Disponível em <<http://www.etext.org/Politics/MIM/classics/mao/polemics/index.html>>
- MARKETOS, Thrassy N. (2009), *China's Energy Geopolitics: The Shanghai Cooperation Organization and Central Asia*. Routledge.

- MARRET, Jean-Luc (2001)- *La Fabrication de la Paix: Nouveaux Conflicts, Nouveaux Acteurs, Nouvelles Méthodes*. Paris: Ellipses.
- MARSHALL, George (1947)- *European Initiative Essential to Economic Recovery* (“Plano Marshall”). *US State Department Bulletin*. Vol. XVI, nº 415 (Junho de 1947)
- MASON, R. H. P. ; CAIGER, J. G. (1997)- *A History of Japan*. rev. ed. North Clarendon, Vermont : Tuttle Publishing.
- MASTANDUNO, Michael (2003)- Incomplete Hegemony: The United States and Security Order in Asia. In ALAGAPPA, Muthiah (ed.)- *Asian Security Order: Instrumental and Normative Contractual Features*. Stanford, California: Stanford University Press. p 141-170.
- MATHEWS, Jessica Tuchman (1989) - Redefining Security. *Foreign Affairs* .62, nº 2(1989), p 162-177.
- MATHEWS, John C. (1996) - Current Gains and Future Outcomes: When Cumulative Relative Gains Matter. *International Security*. 21, nº 1(1996), p.112-146.
- MATTERN, J. B. (2005) -*Ordering International Politics: Identity, Crisis and Representational Force*. London [etc]: Routledge.
- MAUZY, Diane K.; MILNE, R. S. (2002) - *Singapore Politics: Under the People's Action Party*. London[etc]: Routledge.
- MCCLOUD, Donald G. (1995)- *Southeast Asia: Tradition and Modernity in the Contemporary World*. Colorado: Westview.
- MCCOY, Alfred W.(1981)- The Philippines: Independence without Decolonization. In Jeffrey, Robin (ed)- *Asia - The Winning of Independence*. London: MacMillan Press.
- MCFAUL, Michael; STONER-WEISS, Kathryn (2008)- The Myth of the Authoritarian Model. How Putin’s Crackdown Holds Russia Back. *Foreign Affairs*. Vol. 87, Nº 1(2008), p 68-84.
- MCGREW, Anthony; BROOK, Christopher (eds.) -*Asia-Pacific in the New World Order*. London[etc] : Routledge, 1998
- MCMILLAN, Susan (1997)- Interdependence and Conflict. *Mershon International Studies Review*. nº41 (1997), p 33-58.
- MCRAE, Rob; HUBERT, Don (eds.) (2001) - *Human Security and the New Diplomacy: Protecting People, Promoting Peace*. Montreal: McGill-Queen’s University Press.
- MEARSHEIMER, John J. (1992) - Disorder Restored. In ALLISON, Graham; TREVERTON, Gregory F. (eds.)- *Rethinking America’s Security. Beyond the Cold War to New World Order*. New York: W.W. Norton.
- MEARSHEIMER, John J. (1994-95) - The false promise of international institutions. *International Security* .19, nº 3(1994-95), p 5-49.
- MEARSHEIMER, John J. (1995) - A Realist Reply. *International Security*.20, nº 1(1995), 82-93.
- MEARSHEIMER, John J. (2001)- *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W.W. Norton.
- MEDVEDEV, Dmitry (2009)- *Go Russia!* Dmitry Medved’s Article. September 10, 2009 [Em linha]. Moscow: President of Russia Official Web Portal [Consulta 17 Janeiro 2010]. Disponível em <http://eng.kremlin.ru/speeches/2009/09/10/1534_type104017_221527.shtml>
- MEIDAN, Michal (2007)- La Chine à la conquête des marchés énergétiques mondiaux . *Hérodote*. Nº 125(2007, 2e trimestre), p 77-94.
- MENDES, Cármen Amado (2008)- National Motives, Approaches and Goals of China’s Foreign Policy. In TOME, Luis (ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edial, Prefácio. p 107-118.

- MENDES, Nuno Canas (1997) - *Segurança e Desenvolvimento Económico na região Ásia-Pacífico*. Lisboa: ISCSP.
- MENDES, Nuno Canas (2008)- The ASEAN Group as «Main Actor»: Constraints and Potentialities. In TOME, Luis (ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edual, Prefácio. p 271-283.
- MENDL, Wolf (ed.) (2001) - *Japan and SouthEast Asia: International Relations*. London[etc]: Routledge.
- MEREDITH, Robyn (2007)- *The Elephant and the Dragon: The Rise of India and China and What It Means for All of Us*. New York: W. W. Norton.
- MILNER, Helen V. e MORAVCSIK, Andrew (2009), *Power, Interdependence, and Nonstate Actors in World Politics*. Princeton University Press.
- MOCHIZUKI, Mike M. (2005) - China-Japan Relations: Downward Spiral or a New Equilibrium?. In SHAMBAUGH, David (ed.). - *Power Shift. China and Asia's New Dynamics*. Berkeley, California: University of California Press.p 135-150.
- MOHAMAD, Mahatir (1986)- *Speech by Malaysian Prime Minister Mahatir Mohamad at the First ISIS National Conference on National Security*, July 15, 1986, at ISIS. Kuala Lumpur: ISIS FOCUS. Nº17 (August 1986), p 16-20.
- MOITA, Luís (2001) - O que é o Pacifismo no noso tempo. In PUREZA, José Manuel (org.)- *Para uma Cultura da Paz*. Coimbra : Quarteto Editora. (Andaimos do Mundo)
- MOITA, Luís (2005) - A Propósito do conceito de Império. *Nação e Defesa*. 3ª Série, nº 110 (Primavera 2005), p 9-32.
- MOITA, Luís (2008) – Rituais de Apaziguamento. Escritos sobre Relações Internacionais. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL.
- MOLLE, François (2006)- Géographie de l'eau et interactions scalaires: le delta du Chao Phraya (Thaïland) et son bassin versant.*Hérodote*. Nº 21(2006, 2e trimestre), p 141-164.
- MONTEIRO, António (2001) - O Conselho de Segurança e a libertação de Timor Leste. *Negócios Estrangeiros*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. nº1 (2001), p. 5-39.
- MONTEIRO, Fátima (2002)- Timor – as lições da história. *O Mundo em Português*. Vol. 33 (Jun. 2002), p. 13-16.
- MORADA, Noel M. (2002) - *ASEAN, Japan, and the U.S. in the ASEAN Regional Forum: A Constructivist Approach to the Study of an Emerging Multilateral Security Regime in the Asia Pacific*. Illinois: Northern Illinois University. PhD Dissertation. Department of Political Science.
- MORADA, Noel M. (2004) - ASEAN and the Rise of China: Engaging While Fearing an Emerging Regional Power. In KOKUBUN Rysoi; WANG JISI (eds.)- *The Rise of China and a Changing East Asian Order*. Tokyo: Japan Center for International Exchange (JCIE). p 229-240.
- MORAIS, Henrique (2006) - A China no dealbar do novo Milénio. *Política Internacional*. II Série, nº 30(2006), p 37-52.
- MORAIS, Henrique (2008)- Economic Dynamics in East Asia Today. In TOMÉ, Luis (Ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edual, Prefácio. p 83-105.
- MORGAN, Patrick M. (1997) - Regional Security Complexes and Regional Orders. In LAKE, David A.; MORGAN, Patrick M. (eds.)- *Regional Orders: Building Security in a New World*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.
- MORGENTHAU, Hans J. (1978) - *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. 5ª ed. rev. New York: Knopf.

- MORGENTHAU, Hans J. (1985)- *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. 6^a ed. rev. New York: Knopf.
- MORRISON, Charles E.(1997) - Interdependence, Policy Networks, and Security in Asia-Pacific. In HARRIS, Stuart; MACK, Andrew (eds.)- *Asia-Pacific Security. The Economics-Politics Nexus*. St Leonards: Allen and Unwin. p 121-136.
- MULVENON, James; YANG, Richard (eds) (1999)- *The People's Liberation Army in the Information Age*. Santa Monica: RAND Corporation.
- MYERS, Ramon H. (2004)- Taiwan-China Economic Relations: Promoting Mutual Benefits or Undermining Taiwan's Security?. *Woodrow Wilson Center's Asia Program, Asia Program Special Report*. Nº 118(2004), 4-7. (Cross-Strait Economic Ties: Agent of Change, or a Trojan Horse?)
- NAM JOO-HONG (1986)- *America's Commitment to the Security of South Korea : The First Decade of Nixon Doctrine*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NAN LI (1999)- The PLA's Evolving Campaign Doctrine and Strategies. In MULVENON, James; YANG, Richard (Eds)- *The People's Liberation Army in the Information Age*. Santa Monica: RAND Corporation.
- NATHAN, Andrew J. (2001) - The Tiananmen Papers [Em linha]. *Foreign Affairs*. Vol. 80, nº 1 (Jan./Feb. 2001). [Consulta 2 Dez. 2008]. Disponível em <<http://www.foreignaffairs.org/20010101faessay4257/andrew-j-nathan/the-tiananmen-papers.html> >
- NATHAN, Andrew J.; LINK, Perry (Eds); e ZHANG LIANG (Compilação) (2001) - *The Tiananmen Papers. The Chinese Leadership's Decision to Use Force Against their Own People —In their Own Words*. New York: PublicAffairs.
- NATHAN, Andrew J.; GILLEY, Bruce (2002)- *China's New Rulers: The Secret Files*. New York: New York Review of Books.
- NAUGHTON, Barry (2007) - *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. Massachusetts:The MIT Press.
- NEVES, Fernando (2000) - Timor Leste: processo diplomático. *Política Internacional*. 3, nº 21(2000), p. 29-38.
- NEVES, Miguel Santos (2008)- Japan's New Foreign and Security Policy: Implications for China-Japan Relations and East Ásia Regionalism. In TOMÉ, Luis (Ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Ediual, Prefácio. p 251-270.
- NEW ENGLAND COMPLEX SYSTEMS INSTITUTE (NECSI) (s/d) - *What is the Study of Complex Systems?*[Em linha].[Cambridge]:New England Complex Systems Institute. [Consulta 18 Ag. a 20 Set 2007]. Disponível em <<http://necsi.org/guide/study.html>>
- NGUYEN KHAC VIEN (2000)-*Vietnam - une longue Histoire*. Paris: L'Harmattan.
- NIQUET, Valérie (2001) - La Chine face aux défis stratégiques de l'après 11 septembre. *Perspectives Chinoises*. nº67 (Septembre-Octobre 2001).
- NIQUET, Valérie (2004)- The China Policy of the European Union. In SANTHANAM, K., KONDAPALLI, Srikanth (eds.)- *Asian Security and China*. New Delhi: IDSA-Shipra.
- NIQUET, Valérie (2005) - L'émergence de la puissance chinoise : facteur de paix ou de conflit ?. *Cités Magazine, Philosophie, Politique, Histoire*. nº24(Automne 2005).
- NIQUET, Valérie (2006)- *Chine-Japon: l'affrontement*. Paris:Perrin.
- NIQUET, Valérie (2007) - La recherche spatiale en Chine: saut technologique et capacités militaires. *Asie Visions* .nº1 (Juin 2007).
- NIXON, Richard (1969) -*Address to the Nation on the War in Vietnam. November 3rd, 1969*[Em linha]. Washigton D.C:The American Presidency Project.

- [Consulta 18 Out 2007].Disponível em <
<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=2303>>
- NOBUO OKAWARA e KATZENSTEIN, Peter J. (2001) - Japan and Asian-Pacific Security: Regionalism, Bilateralism and Incipient Multilateralism. *The Pacific Review* .14, nº 2(2001), p 165-194.
- NOGUEIRA, José Manuel Freire (2009) – *O Método Geopolítico Alargado. Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo*. Lisboa: no prelo. Cópia da Dissertação de Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa gentilmente cedida pelo autor.
- NOLAN, Janne E. (Ed.) (1994) - *Global Engagement: Cooperation and Security in the Twenty-first Century*. Washington. D.C.: Brookings Institution.
- NUGENT, Nicholas (1996) - *Viet-nam, The Second Revolution. A penetrating account of Asia's next dragon from war to economic liberalization and prosperity*. Brighton: In Print.
- NUNES, Isabel Ferreira (2007) - O que Mudou na Situação Política Internacional. In *Janus 2007 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL. p. 12-13.
- NYE JR., Joseph S. (1995)- East Asian Security: The Case for Deep Engagement. *Foreign Affairs*. Vol. 74, Nº 4(1995).
- NYE, Joseph S. (2002) - *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't go It Alone*. New York: Oxford University Press.
- NYE, Joseph S. (2007)- *Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History*. 6ª ed. New York: Longman.
- Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (Eds.)(2006)- *The Geopolitics Reader*. 2ª ed. London: Routledge.
- OBAMA, Barak / The White House (s/d) - *Issues - Foreign Policy* [Em linha]. The White House Presidente Barak Obama [Consulta Jan. 2009-Jan. 2010]. Disponível em <
<http://www.whitehouse.gov/issues/foreign-policy>>
- OBAMA, Barak (2009a) - *Remarks at the United States-China Strategic and Economic Dialogue.July 17, 2009*. [Em linha]. In WOOLEY, John; PETERS, Gerhard - The American Presidency Project. Santa Barbara:University of California [Consulta 25 Jan. 2010]. Disponível em <
<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=86473&st=&st1=>>
- OBAMA, Barak (2009b) - *Remarks in Tokyo, Japan. November 14, 2009*. [Em linha]. In WOOLEY, John; PETERS, Gerhard - The American Presidency Project. Santa Barbara:University of California [Consulta 25 Jan. 2010]. Disponível em <
<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=86889&st=&st1=>>
- OBRINGER, Frédéric (2007, 2e trimestre),La croissance économique chinoise au péril de l'environnement : une difficile prise de conscience. *Hérodote*. Nº 125 : 95-104.
- OECD - *Aid Statistics. Reference DAC Statistical Tables* (updated December 2009) [Em linha]. In OECD – Development Co-operation Directorate (DCD-DAC) [Consulta 28 Janeiro 2010]. Disponível em <
http://www.oecd.org/document/11/0,3343,en_2649_34447_1894347_1_1_1_1,00.html>
- OHASHI, Hideo (2005)- China's Regional Trade and Investment Profile. In SHAMBAUGH, David (ed.).- *Power Shift. China and Asia's New Dynamics*. Berkeley, California: University of California Press. p 71-95.
- OVERHOLT, William H. (2008)- *Asia, America, and the Transformation of Geopolitics*. New York: Cambridge University Press.
- OWEN, Norman G.; Chandler, David; ROFF, William R. (eds) (2004) - *The Emergence Of Modern Southeast Asia: A New History*. Honolulu: University of Hawaii Press.

- OYE, Kenneth A., LIEBER, Robert J.; ROTHCHILD, Donald (eds) (1992)- *Eagle in the New World: American Grand Strategy in the Post Cold War Era*. New York: HarperCollins.
- PAINCHAUD, Paul (1997)- Environnement, Sécurité, et Pensée Stratégique. In *Actes des Conférences: Les Deuxièmes Conférences Stratégiques Annuelles de l'IRIS*. Paris: La Documentation Française.
- PAIVA, Rui (2008)- China's Rise and the World Factor. In TOMÉ, Luis (ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edual, Prefácio. p 119-182.
- PANG ZHONGYING (2007) -The Dragon and the Elephant. *The National Interest*. Nº 89 (May/June 2007), p 47-48.
- PAO-MIN CHANG (1982)- The Sino-Vietnamese dispute over the Ethnic Chinese. *The China Quarterly* . Nº90(Junho 1982), p 187-212.
- PARIS, Roland (2001) - Human Security – Paradigm Shift or Hot Air?. *International Security* . 26, nº 2(2001), p 87-102
- PARIS, Roland (2004) - *At War's End: Building Peace after Civil Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PARTIDO COMUNISTA CHINÊS (PCC) - 17º CONGRESSO (2007b), *Creport: CPC disciplines 510,000 Party members in 5 years*. [Em linha]. [S.l]:Xinhua News Agency. [Consulta 17 Mar. 2008]. Disponível em <http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/26/content_6954957.htm>
- PARTIDO COMUNISTA CHINÊS (PCC) - 17º CONGRESSO (2007a)- *Scientific Concept of Development and Harmonious Society* [Em linha]. October 8, 2007 [Consulta em 13 Mar. 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/congress/227029.htm>>
- PARTIDO COMUNISTA CHINÊS (2006), *News of the Communist Party of China - CPC promotes «core value system» to lay moral foundation for social harmony*. [Em linha] [Consulta 13 Mar. 2008]. Disponível em <<http://english.cpc.people.com.cn/66102/4933374.html>>
- PATTEN, Christopher (1999)- *East and West. China, Power, and the Future of Asia*. London [etc]: Three Rivers Press.
- PEI, Minxin (2006)- L'assurance pragmatique de la Chine: l'ascension économique et ses effets en matière de politique étrangère. *Proliferation Papers*. Nº15(Automne 2006)
- PELUSO, N., WATTS, M.(2001) - *Violent Environments*. New York: Cornell University Press.
- PEMPEL, T. J. (ed.) (2005) - *Remapping East Asia: The Construction of a Region*. New York: Cornell University Press.
- PENG GUANGQIAN; YAO YOUZHI (2005)- *The Science of Military Strategy*. Beijing: Military Science Publishing House.
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (1998) - *China's National Defense* [Em linha]. Pequim. [Consulta 4 Ago. 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/e-white/5/index.html>>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2003a) - *China's Policy on 'Three Direct Links' Across the Taiwan Straits* [Em linha]. Pequim. [Consulta 9 Ago 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/e-white/20050816/index.html>>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2003b) - *History and Development of Xinjiang* (Livro Branco)[Em linha]. Pequim. [Consulta 25 Jul. 2008].Disponível em <<http://www.china.org.cn/e-white/20030526/index.html>>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2004b) - *Regional Ethnic Autonomy in Tibet* [Em linha]. Pequim. [Consulta 25 Jul. 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/e-white/20040524/index.html>>

- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2005) - *Anti-Secession Law. Adopted at the Third Session of the Tenth National People's Congress in Beijing, on March 14, 2005*. [Em linha] [Consulta 12 Ago. 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/2005lh/122724.html>>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2005a) - *China's Peaceful Development Road* [Em linha]. Pequim. [Consulta 2 Agt. 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/features/book/152684.html>>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2005b) - *Building of Political Democracy in China* [Em linha]. Pequim. [Consulta 12 Março 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/features/book/145877.html>>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2005c) - *China's Endeavors for Arms Control, Disarmament and Non-Proliferation* [Em linha]. Pequim. [Consulta 2 Agt 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/features/book/140320.html>>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2005d) - *China's Progress in Human Rights in 2004* [Em linha]. Pequim. [Consulta 14 Mar. 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/e-white/20050418/index.html>>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2005e) - *Regional Autonomy for Ethnic Minorities in China* [Em linha]. Pequim. [Consulta 20 Mar. 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/e-white/20050301/index.html>>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2007a) - *China's Energy Conditions and Policies* [Em linha]. Pequim. [Consulta 27 Jul. 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/whitepaper/energy/237089.html>>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA – (2007b), *China's Political Party System* [Em linha]. Pequim, 15 de Novembro de 2007. [Consulta 13 Jul. 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/news/231852.html>>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2008a) - *China's Efforts and Achievements in Promoting the Rule of Law* [Em linha]. Pequim [Consulta 12 Mar. 2008]. Disponível em <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7041733.html>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA - Information Office of the State Council, *White Papers of the Government* [Em linha]. Pequim [Consulta Jul. 2007 – Abr. 2010]. Disponível em <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7062754.htm>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (s.d) – *Constituion* [Em linha] Beijing: Governemt of PRChina. [Consulta 7 Mar. 2008]. Disponível em <http://english.gov.cn/2005-08/05/content_20813.html>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. State Council (2006) - *China's National Defense 2006*. [em linha]. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. [Consulta 31 Jan. 2008]. Disponível em <<http://english.peopledaily.com.cn/whitepaper/defense2006/defense2006.html>>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. State Council (2009) - *China's National Defense in 2008*. [Em linha]. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. [Consulta Fev. 2009-Mar. 2010]. Disponível em <http://english.chinamil.com.cn/site2/special-reports/2009-01/21/content_1627631.htm>
- PEPPER, Suzanne (1986) - The KMT-CCP Conflict 1945-1949. In FAIRBANK, John K.; FEURWERKER, Albert (eds). -*The Cambridge History of China: Republican China 1912-1949, Part 2*. Cambridge: Cambridge University Press. Vol. 13
- PEREIRA, Rui P. (2008)- The Indian Rediscovery of East Asia. In TOMÉ, Luis (ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edial, Prefácio. p 303-319.

- PETROVSKIY, Pavel F. (2010) – Nova Doutrina Militar da Rússia. *Segurança e Defesa*, Nº 13 (Mar-Jun. 2010). p. 80-83.
- PIKE, John - Chinese Invasion of Vietnam February 1979 [Em linha]. Washington, DC :Federation of American Scientists. [Consulta 6 Nov. 2007]. Disponível em <<http://www.fas.org/man/dod-101/ops/war/prc-vietnam.htm> >
- PIRAGES, D.; DEGEEST, T. M.(2004) -*Ecological Security: An Evolutionary Perspective on Globalization*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- POLLACK, Jonathan D.(2005)- The Transformation of the Asian Security Order: Assessing China's Impact. In SHAMBAUGH, David (ed.)- *Power Shift. China and Asia's New Dynamics*. Berkeley, California: University of California Press. p 329-346.
- POMERANZ, Kenneth; TOPIK, Steve(1999) -*The World That Trade Created: Society, Culture, and the World Economy*. Armonk: M. E. Sharpe.
- POWELL, Colin L. (2001)- *Briefing on Trip to East Asia*[Em linha]. Canberra. [Em linha]. [Consulta 13 Ago. 2008]. Disponível em <<http://www.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/4347.html>>
- POWELL, Colin L. (2004)- A Strategy of Partnerships. *Foreign Affairs*. Vol. 83, Nº 1(2004). p 22-34.
- PRAKASH, Arun (2008) - *Securing Asian Energy Lines of Communication*. Presentation at the IISS-JIIA Conference “Asia's Strategic Challenges: In Search of a Common Agenda”, 2-4 June 2008. Hotel Okura, Tokyo, Japan [Em linha]. In International Institute Strategic Studies (IISS) [consulta 29 Abr. 2009]. Disponível em <<http://www.iiss.org/conferences/asias-strategic-challenges-in-search-of-a-common-agenda/conference-papers/first-session-asian-energy-insecurity/securing-asian-energy-lines-of-communication-arun-prakash/>>
- PRINS, Gwyn (1994)- Notes Towards the Definition of Global Security. Global Security Programme. *Occasional Paper* . Nº6(1994)
- PROJECT FOR THE NEW AMERICAN CENTURY (PNAC) [Em linha] [Consulta Jan-Jul. 2007]. Disponível em <<http://www.newamericancenter.org>>
- PRZEWOSKI, Adam [et al.] (2000)- *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World: 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PUREZA, José Manuel (1998) - *O património comum da humanidade. Rumo a um Direito Internacional da solidariedade*. Porto: Edições Afrontamento.
- PUREZA, José Manuel (2000a)- Estudos sobre a Paz e a Cultura da Paz . *Nação e Defesa*. II Série, nº 95-96 (2000)
- PUREZA, José Manuel (2000b) - A Alternativa da Cultura da Paz. *Le Monde Diplomatique*. (Janeiro 2000).
- PUREZA, José Manuel (org.) (2001a) - *Para uma Cultura da Paz*. Coimbra : Quarteto Editora.
- PUREZA, José Manuel (2001b) - Segurança Multidimensional e Internacionalismo Virtual – Interrogações Éticas em tempo de Pós-Positivismo. *Nação e Defesa*. II Série, nº 99 .
- PUREZA, José Manuel (2002)- Para um internacionalismo pós-vestefaliano", In SANTOS, B. (org.)- *Globalização: fatalidade ou utopia?*. Porto: Edições Afrontamento.
- PUREZA, José Manuel (2003a) - Quem salvou Timor Leste? Novas referências para o internacionalismo solidário.[em linha]. In SANTOS, B. (org.) - *Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Porto: Afrontamento, 2004 [Consulta 5 Nov. 2007]. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/164/164.pdf>>

- PUREZA, José Manuel (2003b) - Derechos humanos y cultura de paz: dangerous liaisons?. In GOMEZ ISA, F. (org.) - *La protección internacional de los derechos humanos en los albores del siglo XXI*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- PUREZA, José Manuel (2004) - O tempo da guerra eterna?. *Janus 2005-A Guerra e a Paz nos nossos dias*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e jornal "Público". p 138-139.
- PUREZA, José Manuel (coord.)(2005) - *Prevenção de Conflitos Armados, Cooperação para o Desenvolvimento e Integração Justa no Sistema Internacional* [Em linha]. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), 2005. [Consult 30 de Jul 2007]. Disponível em <<http://www.ipad.mne.gov.pt> >
- PUREZA, José Manuel (2009), Editorial. In *Pax Boletim Online* (NEP-CES), nº 11, p. 1.
- PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa (2005) - Margem Crítica e legitimação nos estudos para a Paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 71 (Junho 2005),p 5-19.
- PUREZA, José Manuel; FERREIRA, A. C. (2002)- *A teia global. Movimentos sociais e instituições*. Porto: Afrontamento.
- PUREZA, José Manuel; GOMEZ ISA, Filipe (2003)- *La protección internacional de los derechos humanos en los albores del siglo XXI*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- PUTIN, Vladimir (2000)- *Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation*, 8 July 2000. [Em linha]. In GlobalSecurity.org [Consulta 24 Maio 2009]. Disponível em <http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2000/putin-federalassembly_2000.htm>
- PYLE, Kenneth B.(1992) - *The Japanese Question: Power and Purpose in a New Era*. Washington, DC: The AEI Press.
- PYLE, Kenneth B. (2007) - *Japan Rising: The Resurgence of Japanese Power And Purpose*. New York: The Century Foundation; PublicAffairs.
- QIAN QICHEN (1997) - *Opening Statement. People's Republic of China. ASEAN Regional Forum (ARF), Subang Jaya. July 27, 1997*. [Em linha] Canberra, Australia: School of Pacific and Asian Studies. [Consulta 25 Ago. 2009]. Disponível em <<http://www.shaps.hawaii.edu/security/china/qian-arf-9707.html>>
- RAMONET, Ignacio (1997)- *Géopolitique du Chaos*. Paris: Éditions Galilée.
- REAGAN, Ronald (1983) - Address to the Nation on Defense and National Security [Em linha]. In WOOLLEY John T.; PETERS, Gerhard - *The American Presidency Project*. Santa Barbara: Gerhard Peters, 1999-2009. 23 de Março de 1983. [Consulta 9 Nov. 2007]Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=41093&st=&st1=>>
- REAGAN, Ronald (1985) - Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union. [Em linha]. In WOOLLEY John T.; PETERS, Gerhard - *The American Presidency Project*. Santa Barbara: Gerhard Peters, 1999-2009. 6 de Fevereiro de 1985. [Consulta 9 Nov. 2007]Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=38069>>
- REVERE, Evans J. R. (2005)- *U.S. Interests and Strategic Goals in East Asia and the Pacific. Assistant Secretary for East Asian and Pacific Affairs, Testimony Before the Senate Foreign Relations Committee*. Washington: U.S. Department of Stat. [Consulta 24 de Jun. 2008]. Disponível em <<http://www.state.gov/p/eap/rls/rm/2005/42900.htm>>
- REY, F.; CURREA-LUGO, V.(2002) - *El Debate Humanitario*. Barcelona: Icaria Editorial.

- RIBEIRO, Félix; AZEVEDO, Fátima; TRINDADE, Rui (2008)- Energy and China's Geo-Economic Dilemmas. In TOMÉ, Luis (ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edual, Prefácio. p 183-198.
- RIBEIRO, José Manuel Félix (2007) - O Arranque Asiático e a Energia e Ambiente Mundial. In *Janus 2007 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL. p.50-51.
- RICE, Condoleezza (2000) - Campaign 2000: Promoting the National Interest. *Foreign Affair*. Vol. 79, Nº 1(2000).
- RICE, Condoleezza (2006) - *Transformational Diplomacy* [Em linha]. In U.S. DEPARTMENT OF STATE. Washington. Palestra da Secretária de Estado na Georgetown University [Consulta 1 Jul. 2008]. Disponível <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2006/59339.htm>
- RICE, Condoleezza (2007) - *Opening Remarks at the Office of the Historian's Conference on U.S.-Soviet Relations in the Era of Détente, 1969-1976*. Washington: U.S. Department of State. [Consulta 27 Jun. 2008]. Disponível em <<http://www.state.gov/secretary/rm/2007/10/93788.htm>>
- RICE, Condoleezza (2008)- *The U.S. Position in Asia: Stronger Than Ever..Heritage Lectures*. Washington DC: The Heritage Foundation. Nº 1091(June 26 2008).
- RITTBERGER, Volker (ed.) (1993)- *Regime Theory and International Relations*. Oxford: Clarendon Press.
- RIVE-LASAN, Marie-Orange (2006) - Lá Démocratie Sud-Coréenne : Absence de logiques dynastiques ?.*Critique Internationale*. Nº 33(2006), p 165-182.
- ROBERTS, Brad (2004) - La Chine et les défenses antimissiles de 1955 à 2002 et au-delà. *Proliferation Papers* 10. (Hiver 2004).
- ROCHER, Sophie Boisseau Du ; GODEMENT, François (dir.) (2006) - *Asie Entre Pragmatisme et Attentisme*. Paris: La Documentation Française.
- ROMANA, Heitor Barras (2003)- Topics for an Analysis on the Leadership Transition of the PRC. *Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*. Lisboa: ISCSP-UTL, Instituto do Oriente. Nº 4(2003 2º Semestre), p 19-26.
- ROMANA, Heitor Barras (2005) - *República Popular da China: A Sede do Poder Estratégico – Mecanismos do Processo de Decisão*. Coimbra: Almedina
- ROMANA, Heitor Barras (2008)- Chinese and Russian Techno-Nationalism: Some Geopolitical Elements. In TOMÉ, Luis (ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edual, Prefácio. p 225-232.
- ROSECRANCE, Richard (1997) - Economics and National Security: The Evolutionary Process. In HARRIS, Stuart; MACK, Andrew (eds.) - *Asia-Pacific Security. The Economics-Politics Nexus*. Sydney: Allen and Unwin. p.30-51.
- ROSECRANCE, Richard; STEIN, Arthur (eds.) (1993) - *The Domestic Bases of Grand Strategy*. New York: Cornell University Press.
- ROSEN, B. P. e ROSS, A. C. (1996)- Competing Visions for US Grand Strategy.
- ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (eds.) (1992)- *Governance without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROSSABI, Morris (2005)- *Modern Mongolia: From Khans to Commissars to Capitalists*. California: University of California Press.
- ROTHKOPF, D. (2005) - *Running the World: The Inside Story of the National Security Council and the Architects of American Power*. New York: Public Affairs.
- ROTHSCHILD, Emma (1995)- What is Security?. *Daedalus* . 124, nº3(1995), p53-98.
- ROURKE, John (2009) *Taking Sides: Clashing Views in World Politics* (14ª edição). McGraw-Hill/Dushkin.

- ROUTLEDGE, Paul (2006)- Introduction to Parte Five – Anti-Geopolitics. In TUATHAIL, Gearóid Ó; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (eds.)-*The Geopolitics Reader. Second Edition*. London[etc]: Routledge. p. 233-248.
- RUGGIE, John Gerard (ed.) (1993) - *Multilateralism Matters: The Theory and Praxis of an Institutional Form*. New York: Columbia University Press
- RUGGIE, John Gerard (1995)- The False Premise of Realism. *International Security*. 20, nº 1(1995), p 62-70.
- RUGGIE, John Gerard (ed.) (1998) - *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*. London [etc]: Routledge
- RULE, James B. (1997) -*Theory and Progress in Social Science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RUSSIAN FEDERATION (2000) - *National Security Concept of the Russian Federation* [Em linha]. In Federation of American Scientists (FAS) - Full english translation from *Rossiiskaya Gazeta*, January 18, 2000 [Consulta 12 Maio 2009]. Disponível em <http://www.fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/gazeta012400.htm>
- RUSSIAN FEDERATION (2008) – *The Foreign Policy Concept of the Russian Federation*. Approved by Dmitry A. Medvedev, President of the Russian Federation, on 12 July 2008. Moscow: President of Russia Official Web Portal [Consulta 17 Maio 2009]. Disponível em < <http://eng.kremlin.ru/text/docs/2008/07/204750.shtml>>
- RUSSIAN FEDERATION (2009) – *National Security Strategy of the Russian Federation up to 2020*. Signed by Presiden Dmitry A. Medvedev on May 12, 2009. [Em linha]. Moscow: Security Council of the Russian Federation [Consulta 27 Out. 2009]. Disponível em < <http://www.scrf.gov.ru/documents/99.html>>
- RUSSIAN FEDERATION (2010) – *The Military Doctrine of the Russian Federation*. Approved by Russian Federation Presidential Edict on 5 February 2010. [Em linha]. Russia: The School of Russian and Asian Studies (SRAS). [Consulta 1 Abr. 2010]. Disponível em < http://www.sras.org/military_doctrine_russian_federation_2010>
- RUSSIAN FEDERATION. Ministry of Foreign Affairs (MFA) (2008) – *The Asia Pacific Dimension of Russian Foreign Policy: Unity of Bilateral Relations and Multilateral Diplomacy*. December 2008 [Em linha]. Moscow: Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation [Consulta 2 Jan. 2010]. Disponível em < http://www.mid.ru/brp_4.nsf/itogi/CF2C8E023D9DCE42C3257530002AB623>
- SACCHETTI, Almirante António Emílio (2007) - Timor, Estado do Pacífico. *Revista da Armada*. (Janeiro de 2007), p.10-11.
- SACCHETTI, António Emílio (2009)- Sea Lines of Communication in East Asia. In TOMÉ, Luis (Ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edual, Prefácio. p 367-380.
- SACHS, Jeffrey D. (2004) -*Welcome To The Asian Century By 2050, China and maybe India will overtake the U.S. economy in size*[Em linha]. [S.l.]: Fortune Magazine. [Consulta 07 Agosto 2007]. Disponível em < http://money.cnn.com/magazines/fortune/fortune_archive/2004/01/12/357912/index.html>
- SAID, Edward (1985) - *Orientalism*. Harmondsworth: Penguin.
- SAMUELS, Richard J (2007)- *Securing Japan: Tokyo's Grand Strategy and the Future of East Asia*. Ithaca: Cornell University Press.
- SAMUELS, Richard J. (2007/08)- «New Fighting Power!» Japan's Growing Maritime Capabilities and East Asian Security. *International Security*. Vol. 32, Nº 3(2007/08), p 84-112.
- SAMUELS, Richard J.(2007) - *Securing Japan: Tokyo's Grand Strategy and the Future of East Asia*., Ithaca: Cornell University Press. Cornell Studies in Security Affairs.

- SANDHOLTZ, Wayne [et al]. (1992)- *The Highest Stakes: The Economic Foundations of the New Security System*. New York: Oxford University Press.
- SANJUAN, Thierry (2007a)- Comprendre la Chine contemporaine par les mots des sciences sociales. *Hérodote*. N° 125(2007, 2e trimestre), p 7-10.
- SANJUAN, Thierry (2007b)-Approcher le dynamiques régionales en Chine. *Hérodote*, N° 125(2007, 2e trimestre), p 157-185.
- SANTOS, General Loureiro dos (2003) - *A Idade Imperial. Reflexões sobre Estratégia III*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- SCALAPINO, Robert A. (1997) - Economics, Security, and Northeast Asia. In HARRIS, Stuart, MACK, Andrew (Eds.)- *Asia-Pacific Security. The Economics-Politics Nexus*. Sydney: Allen and Unwin. p. 137-148.
- SCHNEIDER, Gerald; BARBIERI, Katherine; GLEDITSCH, Nils Peter (2003)- *Globalization and Armed Conflict*. Lanham: Rowman and Littlefield.
- SCHWEYER, Anne-Valérie (2005) - *Le Viêtnam Ancien*. Paris : Belles Lettres (Guide des Civilisations)
- SEGAL, Gerald (1995-96)- “Asianism” and Asian Security. *The National Interest*. (Winter 1995-96), p.58-65.
- SEGAL, Gerald (ed.) (1990)-*The Soviet Union and the Pacific*. London: Unwin Hyman for the Royal Institute of International Affairs.
- SEGAL, Gerald (ed.) (1991) - *Rethinking the Pacific*. Oxford: Clarendon Press.
- SEIZELET, Éric (2006)-La Patrimonialisation des charges parlementaires au Japon. *Critique Internationale*. N° 33(2006), p 115-134.
- SENGUPTA, Anita (2009), *Heartlands of Eurasia: The Geopolitics of Political Space*. Lexington Books.
- SHAMBAUGH, David (2002) - *Modernizing China's Military. Progress, Problems, and Prospects*. Berkeley, California: University of California Press.
- SHAMBAUGH, David (ed.) (2005) - *Power Shift. China and Asia's New Dynamics*. California: University of California Press.
- SHAMBAUGH, David ; YAHUDA, Michael (Eds.) (2008), *International Relations of Asia*. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- SHAPLEN, Jason T.; LANEY, James (2007) - Washington's Eastern Sunset. The Decline of US Power in Northeast Asia. *Foreign Affairs*. Vol. 86, n° 6 (2007), p. 82-97.
- SHARP, J. [et al.] (eds.) (2000) - *Entanglements of Power: Geographies of Domination/Resistance*. London: Routledge
- SHIMIN, Chen (1997) - Les points de vue Chinois sur la nature de la Guerre Nucléaire. *Relations Internationales et Stratégiques*. 27, n°27 (Automne 1997), p. 80-93.
- SHIRK, Susan L. (2007)- *China: Fragile Superpower: How China's Internal Politics Could Derail Its Peaceful Rise*. Oxford [etc]: Oxford University Press.
- SHULTZ, Richard; GODSON, Roy; GREENWOOD, Ted (eds.) (1993)- *Security Studies for the 1990s*. New York: Brassey's.
- SILVA, Jorge Tavares da (2008) - New Trends in the Taiwan Strait Conflict: the Cooperative and Quarrelsome Framework. In TOMÉ, Luis (ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edial, Prefácio. p 321-340.
- SIMOES, Mónica Rafael (2002)- *A Agenda Perdida da Reconstrução Pós-Bélica: O Caso de Timor-Leste*. Coimbra: Quarteto Editora
- SIMON, Sheldon W. (ed.) (2001)-*The many faces of Asian Security*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- SIMON, Sheldon W. (2009), *China, the United States, and South-East Asia: Contending Perspectives on Politics, Security, and Economics*. Routledge.

- SINGER, Max; WILDAVSKY, Aaron (1993)- *The Real World Order: Zones of Peace & Zones of Turmoil*. Chatham, New Jersey: Chatham House Publishers, Inc.
- SIPRI (2009)- *SIPRI Yearbook 2009. Armaments, Disarmament and International Security*. Solna, Sweden: SIPRI Publications.
- SLOCOMBE, Walter (1998)- *U.S. Security Goals in the Pacific. Remarks of Walter Slocombe, under secretary of defense for policy, before the House International Relations Subcommittee on Asia and the Pacific, May 7, 1998*. Canberra, Austrália: the School of Pacific and Asian Studies. [Consulta 17 Jun. 2008]. Disponível em <<http://russia.shaps.hawaii.edu:8000/security/slocombe-980507.html>>
- SMITH, G.(1999) - *Post-Soviet States: The Politics of Transition*. London: Arnold.
- SMITH, Heather (1997)- «Western» versus «Asian» Capitalism: Is there Anything New Under The Sun?. In HARRIS, Stuart; MACK, Andrew (eds.)-*Asia-Pacific Security. The Economics-Politics Nexus*. Sydney: Allen and Unwin. p. 227-267.
- SMITH, N.(2005) - *The Endgame of Globalization*. New York: Routledge.
- SNYDER, Jack L.(2004) - One World, Rival Theories. *Foreign Policy*. nº145 (2004), p. 53-62.
- SOGGE, David (2009) -Falar de Segurança Humana ajuda a contextualizar relações de poder. Entrevista a José Manuel Pureza. in *Pax Boletim Online (NEP-CES)*, Nº 11: p. 2-4.
- SOKOV, Nikolai (2003)- L'Evolution de la stratégie nucléaire des Etats-Unis et de la Russie; ses conséquences sur la maîtrise des armements.*Proliferation Papers*. nº9. (Printemps 2003)
- SOLINGEN, Etel (2007), *Nuclear Logics: Contrasting Paths in East Asia and the Middle East*. Princeton University Press.
- SOLPO (2005) - *The People's Armed Police* [Em linha]. In CHINA DEFENSE.COM. [Consulta 16 Abr. 2008]. Disponível em <http://www.china-defense.com/oped/pap/pap_1.html>
- SORENSEN, Theodore C. (1990) - Rethinking National Security. *Foreign Affairs* . 69, nº 3 (1990), p.1-18.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1998) - *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato (coord.) (2003) - *O Desafio da Água no Século XXI. Entre o Conflito e a Cooperação*. Lisboa: Editorial Notícias.
- SORPONG PEOU (1999) - The ASEAN Regional Forum and Post-Cold War IR Theories: A Case for Constructive Realism. In *International Politics and Security Issues*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies.
- SOUCEK, Svatopluk (2000)- *A History of Inner Asia*. Cambridge: Cambridge University Press,
- SPIVAK, G. C. (1988) - *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics*. London[etc]: Routledge.
- STRANGE, Susan (1996) - The Retreat of the State. The Diffusion of Power in the World Economy . *Cambridge Studies in International Relations*. nº 49 (1996).
- STUART, Douglas T.; TOW, William T. (1995)- A US Strategy for the Asia-Pacific. Building a multipolar balance-of-power system in Asia. *Adelphi Paper*. London : The International Institute for Strategic Studies, Oxford University Press. Nº299(1995).
- STUBBS, Richard (2002) - ASEAN Plus Three: Emerging East Asian Regionalism?. *Asian Survey* . 42, nº 3 (2002), p. 440-455.
- STUBBS, Richard (2005)- *Rethinking Asia's Economic Miracle*. Basingstoke: Palgrave.

- SUH, J. J. (2004) - Bound to Last? The U.S.-Korea Alliance and Analytical Eclecticism. In SUH, J.J.; KATZENSTEIN, Peter J.; CARLSON, Allen (eds)- *Rethinking Security in East Asia. Identity, Power and Efficiency*. Stanford, California: Stanford University Press. p. 131-171.
- SUH J. J.; KATZENSTEIN, Peter J.; CARLSON, Allen (eds) (2004) - *Rethinking Security in East Asia. Identity, Power and Efficiency*. California: Stanford University Press.
- SUHRKE, Astri - *Pressure Points: Environmental Degradation, Migration and Conflict*. In Workshop“Environmental Change, Population Displacement, and Acute Conflict”, Washington, D.C. Actas ...[S.l.: s.n, s.d]
- SUHRKE, Astri (1999) - Human Security and the Interests of States. *Security Dialogue*. 30, nº 3 (1999), p. 265-276.
- SUISHENG ZHAO (2004a)- *A Nation State by Construction. Dynamics of Modern Chinese Nationalism*. Stanford, California: Stanford University Press.
- SUISHENG ZHAO (ed.) (2004b)- *Chinese Foreign Policy. Pragmatism and Strategic Behavior*. New York: M. E. Sharpe.
- SULIMAN, M. (Ed.) (1999) - *Ecology, Politics and Violent Conflict*. London: Zed Books.
- SUN SHUYUN (2007)- *The Long March: The True History of Communist China's Founding Myth*. [S.l]:Doubleday.
- SUSKIND, Ron (2006)- *The One Percent Doctrine: Deep Inside America's Pursuit of Its Enemies Since 9/11*. New York: Simon & Schuster.
- SUTTER, Robert G (1998)- *U.S. Policy Toward China: An Introduction to the Role of Interest Groups*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield.
- SUTTER, Robert G (2000) - *Chinese Policy Priorities and Their Implications for the United States*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- SUTTER, Robert G (2002) - China's Recent Approach to Asia: Seeking Long Term Gains. *NBR Analysis*. 13, nº 1(2002)
- SUTTER, Robert G (2003) - *The United States and East Asia. Dynamics and Implications*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, 2003
- SUTTER, Robert G. (2005a)- *China's Rise in Asia: Promises and Perils*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- SUTTER, Robert G (2005b) - China's Regional Strategy and Why It May Not Be Good for America. In SHAMBAUGH, David (ed.)- *Power Shift. China and Asia's New Dynamics*. California: University of California Press. p. 289-305
- SUTTER, Robert G. (2006) - *China's Rise: Implications for US Leadership in Asia*. Washington: East-West Center. (*Policy Studies*; 21)
- SUTTER, Robert G. (2008a)- Preface. In TOMÉ, Luis (ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edual, Prefácio. p 5-8.
- SUTTER, Robert G (2008b)- *Chinese Foreign Relations: Power and Policy Since the Cold War*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield.
- SWAINE, Michael D. (2005)- China's Regional Military Posture. In SHAMBAUGH, David (ed.)-*Power Shift. China and Asia's New Dynamics*. BerkeleyCalifornia: University of California Press. p. 266-287.
- TARLING, Nicholas (ed.) (1999) - *The Cambridge History of Southeast Asia: From c. 1800 to the 1930s*. Cambridge: Cambridge University Press.Vol.3
- TARLING, Nicholas (2001)- *Imperialism in Southeast Asia*. London[etc]: RoutledgeCurzon.
- TARLING, Nicholas (2005) - *Strategic Asia 2005-06: Military Modernization in an Era of Uncertainty*. Seattle: The National Bureau of Asian Research (NBR).
- TARO ASO (2006) - *Arc of Freedom and Prosperity: Japan's Expanding Diplomatic Horizon* [Em linha]. Tokyo: Ministry of Foreign Affairs of Japan. [Consulta 3 de

- Jan. 2008].Disponível em <<http://www.mofa.go.jp/announce/fm/aso/speech0611.html>>
- TATSURO MATSUMAE, LINCOLN CHEN (eds.) (1995) - *Common Security in Asia: New Concept of Human Security*. Tokyo: Tokai University Press.
- TAYLOR, John (1993) - *Timor, a história oculta*. Lisboa: Bertrand Editora.
- TAYLOR, John (1999)- A Indonésia e a Transição para a Independência em Timor Leste. *Política Internacional*. 3, nº 20 (1999) p. 193-225.
- TELES, Miguel Galvão (1999) - As Nações Unidas e a questão de Timor Leste. *Política Internacional* . 3, nº 20 (1999), p.177-191.
- TELES, Patrícia Galvão (1997) - O estatuto jurídico de Timor-Leste: um case study sobre as relações entre os conceitos de autodeterminação e soberania. *Política Internacional*. 1, nº 15/16 (1997), p. 193-248.
- TELES, Patrícia Galvão (1999) - Autodeterminação em Timor Leste: dos Acordos de Nova York à consulta popular de 30 de Agosto de 1999. *Documentação & Direito Comparado*. 79/80 (1999), p. 379-454.
- TELLIS, Ashley J.(2006) - Overview: Trade, Interdependence, and Security. In TELLIS, Ashley J.; WILLIS, Michael- *Strategic Asia 2006-07. Trade, Interdependence and Security*. Seattle : The National Bureau of Asian Research (NBR). p. 3-28.
- TELLIS, Ashley J.; WILLIS, Michael (eds.) (2006) - *Strategic Asia 2006-07: Trade, Interdependence and Security*. Seattle: The National Bureau of Asian Research (NBR).
- TELLIS, Ashley J.; WILLIS, Michael (eds.) (2007)- *Strategic Asia 2007-08: Domestic Policial Change and Grand Strategy*. Seattle, Washington, DC.: The National Bureau of Asian Research.
- THAKUR, Ramesh (1997) - From National to Human Security. In HARRIS, Stuart; MACK, Andrew (eds.)- *Asia-Pacific Security. The Economics-Politics Nexus*. Sydney: Allen and Unwin. p. 52-80.
- THE NEW YORK TIMES (1992)- Excerpts From Pentagon's Plan: 'Prevent the Re-Emergence of a New Rival [Em linha]. *The New York Times*. (Mar. 8, 1992). [Consulta 12 Jun. 2008].Disponível em <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E0CE1D7173AF93BA35750C0A964958260&sec=&spon=&pagewanted=1>>
- THOMAS, Caroline(2000) - *Global governance, development and human security the challenge of poverty and inequality*. London: Pluto Press.
- THORTON, John L. (2008)- Long Time Coming. The Prospects for Democracy in China. *Foreign Affairs*. Vol. 87, Nº 1(2008), p 2-22.
- TIBET .The Government of Tibet in Exile (2007) - *Invasion and Illegal Annexation of Tibet: 1949-1951*. [Em linha]. [London]: The Government of Tibet in Exile [Consulta 02 Out. 2007]. Disponível em<<http://www.tibet.com/WhitePaper/white2.html> >
- TOICHI, Tsutomu (2008, June) – *Asian Energy Demand and Competition*. Presentation at the IISS-JIIA Conference, 2-4 June 2008. [Em linha]. Japan: The Institute of Energy Economics of Japan (IEEJ). [Consulta 12 Dez. 2009]. Disponível em <<http://eneken.ieej.or.jp/data/en/data/pdf/441.pdf>>
- TOMÉ, Luís (1997) - Comunismos na Ásia – uma sobrevivência enigmática. *Futuro Presente*, nº 40 , p 15-18.
- TOMÉ, Luís (1999) - *A Segurança e a Estabilidade no Noroeste da Bacia do Pacífico*.Lisboa:[s.n],1999. Dissertação de Mestrado.
- TOMÉ, Luís (2001a) - *A Segurança na Ásia Oriental*. Macau: Instituto Internacional de Macau (IIM).

- TOMÉ, Luís (2001b) - *A Segurança e a Estabilidade no Noroeste da Bacia do Pacífico*. Lisboa: EdiUAL.
- TOMÉ, Luís (2002a) - 11 de Setembro – consequências estratégicas para a Ásia-Pacífico. In *JANUS 2003 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL . p 174-175.
- TOMÉ, Luís (2002b) - 11 de Setembro – consequências estratégicas para a Ásia Central e do Sul. In *JANUS 2003 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL . p170-171.
- TOMÉ, Luís (2002c) - O 11 de Setembro e o «Terrorismo de Novo Tipo» . In *JANUS 2003 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL . p 116-117.
- TOMÉ, Luís (2003c) - O Caso da Coreia do Norte . In *JANUS 2004 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL.p 32-33.
- TOMÉ, Luís (2003d) - Cronologia das relações Coreia do Norte-EUA . In *JANUS 2004 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL . p 34-35.
- TOMÉ, Luís (2003) - *O Estado e a Nova Ordem Internacional: entre a fragmentação e a globalização*. Lisboa: EdiUAL, Instituto Internacional de Macau (IIM)
- TOMÉ, Luís (2004a) - *Novo Recorte Geopolítico Mundial*. Lisboa: EdiUAL, Quid Juris.
- TOMÉ, Luís (2005) - Geopolítica da Ásia e da China. In *JANUS 2006 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL. p 40-41.
- TOMÉ, Luís (2006) - Gato Preto, Gato Branco: Geoestratégia da China. In *Política Internacional*. II Série, nº 30 (2006), p13-36.
- TOMÉ, Luís (2007a) - O Grande Jogo Geopolítico nos Espaços do «Espaço Pós-Soviético». In *Geopolítica*. nº1 (2007). p. 187-240.
- TOMÉ, Luís (2007b) - Alterações na Segurança Internacional. In *Janus 2007 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL, p 18-19.
- TOMÉ, Luis (Ed.) (2008)-*East Asia Today*. Lisboa: EdiUAL e Prefácio.
- TOMÉ, Luis (2008a)- Security and Geopolitics in East Asia today: one region, two faces. In TOMÉ, Luis (ed.)- *East Asia Today*. Lisboa: Edual. Prefácio. p 27-81.
- TOMÉ, Luis (2008b) - China e Médio Oriente: Energia, claro, mas não só.... In *Nação e Defesa*, 3ª Série, Nº 121. Outono/Inverno 2008: p. 87-134.
- TOW, William T.; THAKUR, Ramesh Chandra; HYUN IN-TAEK (2000) - *Asia's emerging regional order reconciling traditional and human security*. Tokyo: United Nations University Press.
- TRAUB, J. (2000) - Inventing East Timor. *Foreign Affairs*. 79, nº 4 (2000), p. 74-89.
- TRENIN, Dmitri (2005) - La politique nucléaire de la Russie au XXIe Siècle. *Proliferation Papers* . nº13 (Automne 2005).
- TROCKI, Carl A.(1999) - Political Structures in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries . In TARLING, Nicholas (ed.)- *The Cambridge History of Southeast Asia: From c. 1800 to the 1930s*. Cambridge: Cambridge University Press. p75-126. Vol. 3
- TUCKER, Jonathan C.(Ed.) (2000) - *Toxic Terror: Assessing Terrorist Use of Chemical and Biological Weapon*. Cambridge: MIT Press.
- TUN-JEN CHENG (2004)- Doing Business with China: Taiwan's Three Main Concerns. In WOODROW WILSON CENTER'S ASIA PROGRAM - Asia Program Special Report., *Cross-Strait Economic Ties: Agent of Change, or a Trojan Horse?*. Nº 118. p 12-18.

- UCLA. ASIA INSTITUTE- Peace Treaty with Japan, San Francisco, 8 September 1951.[Em linha]. [S.l]:UCLA Asia Institute [Consulta 4 Out. 2007]. Disponível em <<http://www.isop.ucla.edu/eas/documents/peace1951.htm> >
- ULLMAN, Richard H (1983) - Redefining Security. *International Security* .8, nº 1(1983),p 129-153.
- ULLMAN, Richard H.(1995) - Threats to Global Security: New Views or Old?. In *Seminar on Global Security Beyond 2000 at the University of Pittsburgh*, 2 ,1995, Pittsburgh. Anais...[S.l: s.n, s.d]
- UNGER, J. (ed.) (2002) - *The Nature of Chinese Politics: From Mao to Jiang*. Armonk. NY: M.E. Sharpe.
- UNITED NATIONS. United Nations Commission on Global Governance (1995)- *Our Global Neighbourhood – Report* [Em linha]. Oxford: Oxford University Press. [Consulta 27 Jul. 2007]. Disponível em <<http://www.sovereignty.net/p/gov/ogn-front.html>>
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP)- *Disasters and Conflicts* [Em linha]. In *UNEP* [Consulta 2 Janeiro 2010]. Disponível em <<http://www.unep.org/conflictsanddisasters/>>
- UNITED NATIONS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/UNDP) (2009), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade HumananumMundo Dividido* [Em linha]. New York: PNUD/UNDP. [Consulta 10 Março 2009]. Disponível em <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2007-2008/chapters/portuguese/>>
- UNITED NATIONS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/UNDP) (2009), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos* [Em linha]. New York: PNUD/UNDP. [Consulta 26 Janeiro 2010. Disponível em <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/chapters/portuguese/>>
- UNITED NATIONS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (1994), *Human Development Report..* New York: Oxford University Press.
- USA (1979, 1 Janeiro)- *Taiwan Relations Act*: [Em linha] Taie: American Institute in Taiwan [Consulta 19 Out. 2007]. Disponível em < www.ait.org.tw/en/about_ait/tra/ >
- USA. Department of Defense (1990) - *A Strategic Framework for the Asian Pacific Rim: Looking Towards the 21st Century* (ou *East Asian Strategic Report* ou *EASR 1*). Washington, D.C. :1990
- USA. Department of Defense (DoD) (1992) - *A Strategic Framework for the Asian Pacific Rim. Report to the Congress* (ou *EASR 2*). Washington, D.C.: 1992.
- USA. Department of Defense (1995)-*The East Asian Security Review* (ou *Nye Initiative* ou *EASR 3*). Washington, D.C.: 1995.
- USA. Department of Defense (2008) - *Military Power of the People's Republic of China 2008. Annual Report to Congress*. Washington, D.C: 2008.
- USA. Department of Defense (2009) - *Military Power of the People's Republic of China 2009. Annual Report to Congress*. Washington, D.C: 2009.
- USA. Department of Defense (1998) - *The United States Security Strategy for the East Asia-Pacific Region* (ou *EASR 4*). Washington, D.C.:1998.
- USA Embassy Beijing Cable (1989) - China and the U.S.: A Protracted Engagement [Em linha]. In USA. The The National Security Archive - *The US Tiannanmen Papers*. (Document 11). [Consulta 6 Dez. 2007]. Disponível em <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB47/doc11.pdf> >

- USA. State Department [Em linha]- *Reagan Doctrine*. Washington: U.S. State Department. [Consulta 9 Nov. 2008]. Disponível em <<http://state.gov/r/pa/ho/time/rd/17741.htm>>
- USA. The National Security Archive [Em linha]- *The Indonesia /East Timor Documentation Project* [Em linha]. Washington, D.C.: National Security Archive [Consulta 20 Nov. 2008]. Disponível em <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/indonesia/index.html>>
- USA. The National Security Archive [Em linha]- *Tiananmen Square, 1989: The Declassified History National*. Washington: U.S. State Department. (Security Archive Electronic Briefing Book; 16). [Consulta Dez. 2007-Nov. 2008]. Disponível em <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB89/>>
- USA. The National Security Archive - *North Korea and Nuclear Weapons: The Declassified U.S. Record*. Washington: U.S. State Department. (Security Archive Electronic Briefing Book; 87). [Consulta 29 Nov. de 2007 18 Fev. 2008]. Disponível em <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB87/>>
- USA. The National Security Council (1963, 26 Novembro)- *Memorandum 273*. November 26, 1963 [Em linha]. In The History Matters.[Em linha]. [Consulta 15 Ago. 2007]. Disponível em <<http://www.historymatters.com/essays/vietnam/KennedyVietnam1971/KennedyVietnam1971.html>>
- USA. The U.S. House of Representatives Select Committee (1999) - *U.S. National Security and Military/Commercial Concerns with the Peoples Republic of China* (Cox Report). January 3, 1999.
- USA. The White House (1991)- *National Security Strategy of the United States*. Washington, D.C. 1991
- USA. The White House (1996)- *A National Security Strategy of Engagement and Enlargement*. Washington, D.C: 1996,
- USA. The White House (1999)- *A National Security Strategy for a New Century*. Washington, D.C.: 1999.
- USA. The White House (2002a)- *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington, DC. :2002.
- USA. The White House (2002b) - *National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction*. Washington, DC.: 2002
- USA. The White House (2003)-*National Security Strategy for Combating Terrorism*. Washington, DC: 2003.
- USA. The White House (2006c)- *9/11 Five Years Later: Successes and Challenges*. Washington, DC: 2006.
- USA. The White House (2006b) - *National Strategy for Combating Terrorism*. Washington, D.C.: 2006.
- USA. The White House (2006a)- *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington, DC: 2006.
- USA. The White House President Barak Obama (s/d)- *Issues-Foreign Policy* [Em linha]. In The White House [Consulta Jan. 2009-Jan. 2010]. Disponível em <<http://www.whitehouse.gov/issues/foreign-policy>>
- UNITED STATES OF AMERICA, PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (1972)- *Joint Communiqué of the People's Republic of China and the United States*, 28 de Fevereiro de 1972[Em linha] . Washington D.C.: Department of State United States [Consulta 19 Out 2007]. Disponível em <http://usinfo.state.gov/eap/Archive_Index/joint_communique_1972.html>
- VAJPAYEE, Atal Behari (2003)- *The Asian Century* [Em linha]ASEAN Business and Investment Summit in Bali, Indo-Asian News Service - The Statesman, October 8,

- 2003 .[Consulta20 Agt. 2007]. Disponível em <<http://www.hvk.org/articles/1003/57.html>>
- VAN EVERA, Steven (1999) - *Causes of War: Power and the Roots of Conflict*. New York: Cornell University Press.
- VASCONCELOS, Tiago (2009), *A Ascensão da China: Acomodação Pacífica ou Grande Guerra?*. Edições Almedina.
- VAYRYEN, Raimo (1999)- Multilateral Security: Common, Cooperative, or Collective?. In SCHECTER, M. G. (Ed.) - *Future Multilateralism: The Political and Social Framework*. Tokyo[etc.]: United Nations University Press,1999.
- WAEVER, Ole (1995)- Securization and Desecurization. In LIPSCHULZ, Ronnie (ed.) - *On Security*. New York: Columbia University Press.
- WAEVER, Ole(1997) - *Concepts of Security*. Copenhagen: Institute of Political Science, University of Copenhagen.
- WALKER, Stephen G.(2003) - Operational Code Analysis as a Scientific Research Program: A Cautionary Tale. In ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam Fendius (eds.) - *Progress in International Relations Theory: Metrics and Methods of Cientific Change*. Cambridge : MIT Press. p 245-276.
- WALLENSTEEN P.(2002) - *Understanding Conflict Resolution, War, Peace and the Global System*. London: Sage Publications.
- WALT, Stephen (1991) - The Renaissance of Security Studies. *International Studies Quaterly* .35, Nº 2 (1991), p211-239.
- WALTZ, Kenneth N (1979) - *Theory of International Politics*. New York: Random House.
- WALTZ, Kenneth N (1986) - Reflections on Theory of International Politics: A Response to My Critics. In KEOHANE, Robert (ed.)- *Neorealism and Its Critics*. New York: Columbia University Press.
- WALTZ, Kenneth N (1993) - The emerging Structure of International Politics. *International Security* .18, nº 2 (1993), p 44-79.
- WALTZ, Kenneth N (2000)- Structural Realism after the Cold War. *International Security* .25,nº 1 (2000), p 5-41.
- WALTZ, Kenneth N.(2001) - *Man, the State and War*. Rev. ed.. New York: Columbia University Press.
- WANG GUNGWU (2005)- China and Southeast Asia: The context of a New Beginning.In SHAMBAUGH, David (ed.) -*Power Shift. China and Asia's New Dynamics*. Berkeley,California: University of California Press. p 187-204.
- WANG JISI (2004) - China's Changing Role in Asia. In KOKUBUN, Ryosei; WANG JISI (eds.)- *The Rise of China and a Changing East Asian Order*. Tokyo: Japan Center for International Exchange (JCIE). p 3-22.
- WANG ZHONGCHUN; CHEN SENLIN (eds) (2007)- *World Security Environment*. Beijing: PLA - National Defense University, College of Defense Studies.
- WEATHERBEE, Donald E. (2009), *International Relations in Southeast Asia: The Struggle for Autonomy*. Rowman & Littlefield Publishers.
- WEBER, C.(2001) - *International Relations Theory: A Critical Introduction*. London[etc]: Routledge.
- WEI LUO; JOAN LIU (2003) - *Features - A Complete Research Guide to the Laws of the People's Republic of China (PRC)*. In Law and Technology Resources for Legal Professionals (LLRX). [Consulta 11 Março 2008]. Disponível em <<http://www.llrx.com/features/prc.html>>
- WELDES, J. (ed.) (1999) - *Cultures of Insecurity: States. Communities and the Production of Danger*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

- WENDT, Alexander (1992) - Anarchy is What States Make of It. *International Organization* .46, n° 2 (1992), p 391-425.
- WENDT, Alexander (1995)- Constructing International Politics. *International Security* . 20, n° 1 (1995), 81-91p.
- WENDT, Alexander (1999) - *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press
- WILDER, Dennis (2007)- Entrevista concedida a Luís Tomé no seu gabinete no National Security Council (NSC). Washington, DC., 18 de Maio de 2007.
- WILLY WO-LAP LAM (2006)- *Chinese Politics in the Hu Jintao Era: New Leaders, New Challenges*. New York: M.E. Sharpe.
- WINTERS, L. Alan; YUSUF, Shahid (eds.)(2007) - *Dancing With Giants: China, India, And the Global Economy*. Washington : World Bank Publications.
- WIRTZ, James (2007)- A New Agenda for Security and Strategy?. In BAYLIS, John [et al.]- *Strategy in the Contemporary World*. Second edition. Oxford: Oxford University Press. 337-355p.
- WOLFOWITZ, Paul (2002)- *Remarks by Deputy Secretary of Defense Paul Wolfowitz*. London: International Institute for Strategic Studies, Arundel House.
- WOODROW WILSON CENTER'S ASIA PROGRAM (2004) - *Cross-Strait Economic Ties: Agent of Change, or a Trojan Horse?*. In ASIA PROGRAM SPECIAL REPORT. [S.l: s.n.]. n° 118 .
- WOODROW WILSON INTERNATIONAL CENTER - *Cold War History Project – Virtual Archives*[Em linha] [S.l.]: Woodrow Wilson International Center [consult 2007-10-02 a 2007-11-30]. Disponível em <http://wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1409&fuseaction=topics.home>
- WOODS, Lawrence T. (1997) -Rediscovering Security. *Asian Perspective*. 21, n° 1 (1997),p 79-102.
- WOOLEY, John; PETERS, Gerhard - *The American Presidency Project* [Em linha] Santa Barbara: University of California, [s.d.].[Consulta Jul. 2008].Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/index.php>>
- WOOSANG KIM (2002)- Power Parity, Alliance, Dissatisfaction, and Wars in East Asia, 1860-1993. *Journal of Conflict Resolution*. Vol 46, N° 5(2002), p 655-681.
- WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO) (2009a)- *International Trade Statistics 2009*. Geneva: WTO Publications.
- WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO) (2009b) - *World Trade Report 2009. Trade Policy Commitments and Contingency Measures*. Geneva: WTO Publications.
- WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO)- *International Trade and Tariff Data* [Em linha]. Geneva: WTO [Consult Dezembro 2008]. Disponível em <http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_e.html>
- WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO)- *Statistics Database – Trade Profiles*[Em linha]. Geneva: WTO [Consulta 31 Dez. 2009].Disponível em <<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFHome.aspx?Language=E>>
- XINHUI (s/d)- *The Political History of Sino-Vietnamese War of 1979, and the Chinese Concept of Active Defense* [Em linha]. China-Defense.com [Consulta 5 Fev. 2008]. Disponível em <http://www.china-defense.com/history/sino-vn_1/sino-vn_1-1.html>
- XIN Ma (2008) - China's Energy Strategy in the Middle East. *Middle East Economic Survey*. vol. LI, N° 23 (9 Jun.2008).
- XU SHENG (2007) - The Current Asia-Pacific Security Situation. In WANG ZHONGCHUN; CHEN SENLIN (eds) - *World Security Environment*. Beijing, China: PLA - National Defense University, College of Defense Studies. p 38-46.

- Y JI (1997) - Economic Interdependence and China's National Security. In HARRIS, Stuart; MACK, Andrew (eds.) - *Asia-Pacific Security. The Economics-Politics Nexus*. Sydney: Allen and Unwin. p 149-171.
- Y JI (1999) - *The Armed Forces of China*. London : I. B. Tauris
- YAHUDA, MICHAEL (2004) - *The International Politics of the Asia-Pacific. Politics in Asia*. London: Routledge.
- YAHUDA, MICHAEL (2005) - The Evolving Asian Order: The Accommodation of Rising Chinese Power. In SHAMBAUGH, David (Ed.) - *Power Shift. China and Asia's New Dynamics*. California : University of California Press. p 347-361.
- YANG WANMING (2007)- On the Concept of Comprehensive Security. In WANG ZHONGCHUN; CHEN SENLIN (eds)- *World Security Environment*. Beijing, China: PLA - National Defense University, College of Defense Studies. p 31-37.
- YASHENG HUANG (1995)- Por que a China não entrará em colapso. *Politica Externa*. Vol. 4, Nº 3(1995), p 70-84.
- YONG DENG (2008), *China's Struggle for Status: The Realignment of International Relations*. Cambridge University Press.
- YONGJIN ZHANG (1991) -China's entry into international society: beyond the standard of civilisation. *Review of International Studies*. Nº 17(1991),p. 3-16.
- YOSHIHIDE SOEYA (1997) - Japan's Economic Security. In HARRIS, Stuart; MACK, Andrew (eds.)- *Asia-Pacific Security. The Economics-Politics Nexus*. Sydney: Allen and Unwin. p.195-205.
- YOSHIHIDE SOEYA (1998) - Japan: Normative Constraints Versus Structural Imperatives. In ALAGAPPA, Muthiah (ed.)- *Asian Security Practice. Material and Ideational Influences*. Stanford, California: Stanford University Press. p. 198-233.
- YOU BIN (2005)- China and Russia: Normalizing Their Strategic Partnership. In SHAMBAUGH, David (ed.) - *Power Shift. China and Asia's New Dynamics*. Berkeley, California : University of California Press. p 228-245.
- YOUNG, Louise (1998)- *Japan's Total Empire: Manchuria and the Culture of Wartime Imperialism*. Berkeley, California: University of California Press
- YU JIANJUN (2006)- America and Asia-Pacific Multilateral Security after the Cold War - from Senior Bush's Administration to Junior Bush's. *International Review*. vol. 44 (2006).
- YUEN FOONG KHONG (2001) - Human Security: a shotgun approach to alleviating human misery?. *Global Governance* .7, nº 3(2001), p 231-237.
- YUEN FOONG KHONG (2004) - Coping with Strategic Uncertainty: The Role of Institutions and Soft Balancing in Southeast Asia's Post-Cold War Strategy. In J.J SUH., KATZENSTEIN, Peter J.; CARLSON, Allen (eds) -*Rethinking Security in East Asia. Identity, Power and Efficiency*. Stanford, California: Stanford University Press.p 172-208.
- YUFAN HAO; GUOCANG HUAN (eds) (1989) - *The Chinese View of the World*. New York: Pantheon Books.
- YUNLING ZANG, SHIPING TANGO (2005) - China's Regional Strategy. In SHAMBAUGH, David (ed.) - *Power Shift. China and Asia's New Dynamics*. California : University of California Press. 48-70p.
- ZAKARIA, Fareed (2005) – Does the Future Belong to China?. *Newsweek*.(9 Maio 2005)
- ZAKARIA, Fareed (2008), *The Post-American World*. USA-New York: W.W.Norton and Co.
- ZHANG LIANG; NATHAN, Andrew J.; LINK, Perry (eds) (2001)- *The Tiananmen Papers. The Chinese Leadership's Decision to Use Force Against their Own People —In their Own Words*. New York: PublicAffairs.

- ZOELLICK, Robert B. (2005) - *Whither China: From Membership to Responsibility? Remarks to National Committee on U.S.-China Relations* [Em linha]. In New York: National Committee on U.S.-China Relations. [Consulta 5 Jul. 2008] Disponível em<[http:// www.ncuscr.org/files/2005Gala_RobertZoellick_Whither_China1.pdf](http://www.ncuscr.org/files/2005Gala_RobertZoellick_Whither_China1.pdf) >
- ZORGBIBE, Charles (1990)- *Dicionário de Política Internacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.



• U C •

FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ESPECIALIDADE DE HISTÓRIA E TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TEORIZANDO SOBRE A GEOPOLÍTICA E O COMPLEXO DE SEGURANÇA NA ÁSIA ORIENTAL

LUIS JOSÉ RODRIGUES LEITÃO TOMÉ

Orientador:
Prof. Doutor José Manuel Pureza

Abril 2010

Com Apoio da Fundação para a
Ciência e Tecnologia (FCT)
Ref. SFRH/BD/28976/2006